



Bruno Ricardo Vaz Paixão

A MEDIATIZAÇÃO DO ESCÂNDALO POLÍTICO EM PORTUGAL NO PERÍODO DEMOCRÁTICO

Padrões de cobertura jornalística nos semanários de referência

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, ramo de Estudos do Jornalismo,
orientada pela Professora Doutora Isabel Ferin Cunha, apresentada ao
Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

**A MEDIATIZAÇÃO DO ESCÂNDALO POLÍTICO
EM PORTUGAL NO PERÍODO DEMOCRÁTICO**
padrões de cobertura jornalística nos semanários de referência

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Tese de Doutoramento
Título	A MEDIATIZAÇÃO DO ESCÂNDALO POLÍTICO EM PORTUGAL NO PERÍODO DEMOCRÁTICO. Padrões de cobertura jornalística nos semanários de referência.
Autor	Bruno Ricardo Vaz Paixão
Orientador	Prof.ª Doutora Isabel Ferin Cunha
Identificação do Curso	3.º Ciclo em Ciências da Comunicação
Área Científica	Ciências da Comunicação
Ramo	Estudos do Jornalismo
Data	Setembro de 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Este trabalho foi realizado com o apoio de uma Bolsa de Investigação (SFRH/BD/84605/2012) financiada pelo POPH – QREN – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, comparticipada pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência. Há a realçar a participação no projeto de investigação do CIMJ “Cobertura Jornalística da Corrupção Política: uma perspetiva comparada – Portugal, Brasil e Moçambique” (FCT PTDC/IVC-COM/5244/2012) tendo por fito a análise da cobertura jornalística da corrupção política na imprensa e na televisão, bem como a sua repercussão na blogosfera, nos países referidos.

AGRADECIMENTOS

A vida concede-nos felizes acasos. Quando há vários anos fui aluno de uma das mais brilhantes académicas que conheço, aspirei a trabalhar com ela. Isso veio a acontecer uns anos mais tarde. Ao seu fulgor intelectual soma-se a circunstância de ser uma pessoa transparente, profundamente ética e de um comedimento por vezes inescrutável. As suas palavras pesam, ensinam, motivam, são baluartes de conhecimento. Mas os seus silêncios remetem todas as palavras para o lugar das coisas prescindíveis, uma cadência e um saber tão vasto e profundo quanto exigente. Isabel Ferin Cunha, a quem nunca consegui deixar de tratar por Professora, por representar para mim a condensação do melhor que o termo encerra, concedeu-me a honra de ser minha orientadora, confiando-me a pesada responsabilidade de com ela aprender.

Pretendo deixar aqui uma expressão de apreço e de reconhecimento ao CIMJ e à sua diretora, Prof. Doutora Estrela Serrano, por abnegadamente promoverem a ciência, a verdade, o sentido.

Aos pilares da Universidade de Coimbra.

À Biblioteca Municipal de Coimbra, onde passei tantas horas, sendo muitas vezes o primeiro a entrar e o último a sair. Gostaria de enaltecer esta infraestrutura pública e os seus colaboradores, pelo bom serviço prestado aos cidadãos.

Uma palavra de agradecimento à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo financiamento deste trabalho através de uma bolsa de investigação.

Aos eminentes professores Carlota Simões e Manuel Facas Vicente, do Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra, bem como à investigadora e analista de *media* Vanda Calado, pelo contributo tão valioso na conceção da Escala de Intensidade Mediática que aqui será abordada. E pela empatia tão natural que fomos gerando.

À minha Família, pelo seu empenho e amor permanente, por compreender e compensar as minhas ausências, pela dedicação e pelo carinho, tornando mais fácil e só assim possível percorrer este trilho. A minha profunda e sentida gratidão aos meus pais, por tudo. E à minha mulher, que sempre ansiou por que este dia chegasse.

Este trabalho só faria sentido se o pudesse deixar de legado aos meus filhos, Lourenço e Francisco, que, mesmo sem saberem em concreto o que o pai investiga, acham natural que assim seja, sentindo-se felizes a brincar no meio de livros, papéis e rascunhos.

Por último, à memória da minha avó, que tanto me marcou e continua a marcar.

RESUMO

O escândalo político é um fenómeno mediático que incide sobre alegadas transgressões de normas ou valores morais, cometidas por sujeitos políticos, podendo estas causar danos à sua reputação e inviabilizar as suas pretensões de poder. O enfoque colocado no campo dos *media* deve-se à prevalência do papel central da comunicação social nas sociedades contemporâneas e da visibilidade que esta concede aos escândalos, transferindo, da esfera estritamente privada para a esfera amplamente pública, o conhecimento de alegadas ocorrências.

Tendo por base que os *media* concedem à sociedade percepções sobre temas e acontecimentos, influenciando sobre a inteligência dos cidadãos acerca do que se passa no mundo, analisamos neste trabalho a cobertura jornalística do escândalo político, pretendendo não apenas compreender o fenómeno como também o papel dos seus intervenientes. Para tal, enquanto questão central de pesquisa, procuramos cotejar quais os padrões de cobertura jornalística a partir das peças extraídas de quatro jornais semanários generalistas de expansão nacional que compõem o *corpus* de análise – *Expresso*, *O Jornal*, *O Independente* e *Sol* –, ao longo do período democrático, entre 25 de abril de 1974 e 25 de abril de 2014.

Outras questões, que constituem perguntas centrais deste trabalho, e que, por isso, residem igualmente no cerne do nosso interesse, são desdobradas em hipóteses apresentadas nesta dissertação. Entre elas, a de saber em que sentido tem evoluído a cobertura jornalística do fenómeno em Portugal e se os *media* tendem a focar-se na trama de espetáculo que envolve os casos, se o contexto cultural em que uma ação ocorre ajuda a definir se o caso é escandaloso, que peso tem a cobertura da corrupção no escândalo político, se podemos inferir que um escândalo de grande dimensão faz desviar o foco mediático de outro que esteja já a decorrer, e se há maior incidência mediática em determinados períodos, como os eleitorais e os de crise económica e financeira.

Ao coligirmos nos jornais os vários escândalos políticos, constituímos um compêndio dos casos, tendo em conta a sua presença nos *media*. Esse levantamento decorre da necessidade de percorrer um caminho que estava ainda por mondar e que, de alguma forma, irá contribuir para tornar mais clara a relação entre os *media*, os políticos e o público, sem descurar algumas áreas da justiça, dando especial ênfase ao tema da corrupção política. A partir das tipologias mais frequentes de escândalo político – poder, financeiro e sexual –, definidas pelo sociólogo John B. Thompson, que seguimos com particular interesse, apresentamos uma nova proposta de classificação, assente na constatação de que as originalmente estabelecidas não cobrem uma significativa percentagem

dos casos sucedidos em Portugal. Nesse sentido, propomos a adição de uma nova tipologia, denominada escândalo político de conduta.

O seguimento dos 99 casos que a pesquisa permitiu apurar reforçou a necessidade da sua mensuração, com o objetivo de aferirmos um grau concreto de intensidade, avaliando o seu impacto mediático. Nesse sentido, fundamentámos a nossa opção de criação da Escala de Intensidade Mediática para a comparação da magnitude que os casos propagam, com o propósito de melhor os distinguirmos, conjugando múltiplas variáveis presentes nas peças jornalísticas, bem como outros dados inerentes à análise dos *media*, relacionando-as através de um algoritmo concebido para o efeito, facultando à análise de conteúdos um maior grau de objetividade e de impessoalização.

Longe de ser um *fait divers*, o escândalo político incide sobre a ação dos protagonistas políticos, quer seja referente à sua vida privada, quer seja por via da sua exposição pública e do desempenho das funções exercidas. Estes protagonistas estão expostos à observação e ao escrutínio dos *media*, que, cada vez mais, exibem a sua crescente propensão para a cobertura de casos. O fenómeno pode constituir-se, por isso, numa potencial ameaça, com implicações sérias para as pessoas e instituições envolvidas, moldando a descrença numa certa moral pública e condicionando a democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Escândalo político, corrupção política, comunicação política, jornalismo político, Escala de Intensidade Mediática.

ABSTRACT

Political scandal is a phenomenon of the media that cover on the alleged breach of rules or moral values by politicians, which can be damaging to their reputation and overturn their ambitions of power. The focus on media is attributable to the leading part that they play in contemporary societies and the visibility they give to scandals, transposing from the strictly private to the broadly public realms alleged events.

Based on the assumption that media deliver to society outlooks on topics and events, thus influencing citizens' views of the world, this paper analyses media coverage of political scandals, seeking insight into both the phenomenon and players. Consequently, the main research object consists in collating the media coverage patterns found in the pieces drawn from four Portuguese weekly newspapers which make up the body of the analysis – *Expresso*, *O Jornal*, *O Independente* and *Sol* – over the democratic period (25 April 1974 to 25 April 2014).

Other core issues addressed in this paper are divided into hypotheses presented in this dissertation. These include understanding in what sense media coverage of this phenomenon has evolved in Portugal, if media tend to focus on the spectacle that involves the case, if the cultural context in which the action takes place helps to define the scandalous case, the weight of corruption cases in the political scandal, if we can infer that a major scandal draws the attention of the media away from other ongoing scandals, and if media are more focused at certain times, e.g. during electoral periods and economic and financial crises.

The political scandals collected from the periodicals make up a compendium of cases that came up in the media. This survey derives from the need to embark on a new journey that will help shed light upon the links between media, politicians and audience, without neglecting some areas of justice, while focusing in particular on the issue of political corruption. Departing from the most frequent types of political scandal – power, financial and sex –, as distinguished by sociologist John B. Thompson, whom we follow closely, we submit a new classification, based on the conclusion that the aforementioned types do not cover a large share of the events in Portugal. So we propose to add to the list a new kind of scandal called political conduct.

Upon monitoring the 99 cases that resulted from the survey there was the need to measure the exact intensity level, to assess their impact in the media. Therefore, the Media Intensity Scale was developed for comparing the impact caused by events. The purpose was to distinguish such events according to the combination of variables in the newspaper articles and other data inherent

in the analysis of the media, connecting them through an algorithm designed for this. The analysis of contents can hereby be conducted with greater objectivity and impartiality.

Far from being *fait divers*, political scandal impacts the activities of the political players, both in terms of their private lives, their public exposure and their functions. These players are under the eye and scrutiny of media, which are increasingly interested in such events. Therefore, this phenomenon is a potential threat that has serious consequences for the people and institutions involved, causing scepticism about a public morality and constraining democracy.

KEY WORDS: Political scandal, political corruption, political communication, political journalism, Media Intensity Scale.

ÍNDICE

Agradecimentos	5
Introdução	15
I. Enquadramentos teóricos e conceitos	26
1. <i>O escândalo político</i>	26
1.1. A origem do escândalo	27
1.2. Principais características	30
1.3. Critérios e definições para o escândalo político	36
1.4. Gafes e escândalos	37
1.5. Tipologias do escândalo político	40
1.5.1. O escândalo político de poder	41
1.5.2. O escândalo político sexual	43
1.5.3. O escândalo político financeiro	54
1.5.4. O escândalo político de conduta	57
1.6. A anatomia do escândalo: estrutura sequencial e duração	59
1.7. Onde há fumo há fogo?	62
1.8. A cobertura jornalística da corrupção política	65
1.8.1. A centralidade dos <i>media</i> na percepção da corrupção política	70
1.8.2. Tipificações da corrupção	75
1.8.3. O poder político estigmatizado	77
1.8.4. A justiça no banco dos réus	80
1.9. O sujeito do escândalo político	86
1.9.1. “Pegadas na lama”	87
1.9.2. O campo político e a lógica do aparelho	89
1.9.3. Capitais simbólicos e poder simbólico	92
1.9.4. A elite política	99
1.9.5. A metamorfose da classe política	102

1.9.6. Privilégios e desigualdades.....	109
2. <i>O escândalo vende?</i>	124
2.1. Os <i>media</i> como palco do escândalo político	124
2.2. Os <i>media</i> no centro da percepção.....	125
2.3. O interesse dos <i>media</i> pelo escândalo	136
2.4. O avesso da visibilidade.....	142
2.4.1. A disputa pela opacidade mediática na era da visibilidade.....	143
2.4.2. A tese da cabala faz sentido?.....	148
2.4.3. Estratégias utilizadas para minorar o escândalo	155
2.4.4. O escândalo que não escandaliza.....	162
2.5 Os <i>media</i> como gatilho da "contrapolítica"	172
2.6. O enfraquecimento da objetividade: o monstro precisa de amigos	177
2.6.1. O procedimento de objetividade.....	180
2.6.2. A conjuntura dos <i>media</i> como ameaça à objetividade.....	183
2.6.3. Um poder em risco	187
2.7. Contexto cultural: o <i>gatekeeper</i> do escândalo.....	189
II. Metodologia e <i>corpus</i> de análise.....	194
1. <i>Metodologia</i>	194
1.1. Unidade e objeto de análise/ <i>corpus</i>	196
1.2. Modelo de análise	199
1.3. A aferição da intensidade mediática dos casos.....	201
1.3.1. A medição dos assuntos nos <i>media</i>	201
1.3.2. Escala de Intensidade Mediática.....	206
1.3.3. Índice de Reputação Mediática.....	211
1.3.4. Ensaio operativo da Escala de Intensidade Mediática	212
1.4. Outros Instrumentos metodológicos de análise	215
1.4.1. A triangulação enquanto método utilizado	215
1.4.2. Estudos de opinião.....	216

1.4.3. A análise de conteúdo.....	217
2. <i>Os jornais que integram o corpus de análise</i>	219
2.1. Síntese histórica do <i>Expresso</i>	219
2.2. Síntese histórica de <i>O Jornal</i>	230
2.3. Síntese histórica de <i>O Independente</i>	235
2.4. Síntese histórica do <i>Sol</i>	243
III. Enquadramento dos casos e interpretação de dados	254
1. <i>Contextualização histórica</i>	254
2. <i>Catálogo de casos</i>	256
2.1. Casos iniciados no período de Transição Democrática (1974-1976)	256
2.2. Casos iniciados no período de Consolidação Democrática (1976-1986)	256
2.3. Casos iniciados no período de Transformação Estrutural (1986-2008)	257
2.4. Casos iniciados no período de Mudança de Ciclo (2008-atualidade).....	258
3. <i>Análise de dados</i>	259
3.1. Tipologias do escândalo político	259
3.1.1. Ramificações do escândalo político de poder.....	261
3.1.2. Ramificações dos escândalos políticos financeiro e de conduta.....	264
3.2. Os jornais em foco	266
3.3. A Intensidade da cobertura.....	269
3.3.1. Frequência	275
3.3.2. A anatomia do escândalo: estrutura sequencial e duração.....	277
3.3.3. Densidade	287
3.3.4. Tipo de página/Localização no jornal.....	290
3.3.5. Extensão das peças	292
3.3.6. Posição das peças na página	295
3.3.7. Valorização gráfica e iconografia.....	297
3.3.8. Os casos "exclusivos"	309
3.4. Género e produção da notícia.....	311

3.5. Os protagonistas do escândalo	315
3.6. A reputação mediática aferida através do tom.....	324
3.7. A geografia do escândalo político	328
3.8. Períodos de incidência do escândalo	330
3.8.1. A cobertura ao longo do ano.....	330
3.8.2. O rebentamento de casos no período eleitoral	334
3.8.3. O escândalo político nos períodos de crise.....	339
3.9. O ciclo de reprodução do escândalo.....	341
3.10. As peças assinadas: “do anonimato à personalização”	343
3.11. As fontes	346
3.12. A opinião.....	352
3.13. Notas de remate	359
IV. Epílogo.....	362
1. <i>Dimensão contextual</i>	362
2. <i>Padrões de cobertura jornalística</i>	364
3. <i>Alegação pela Ética e pela Integridade – notas pessoais</i>	372
V. Bibliografia	375
VI. Siglas utilizadas	399

INTRODUÇÃO

Nada fazia supor que da pacata vila de Alcochete havia de brotar um dos maiores escândalos que a democracia portuguesa já conheceu. Um caso recheado de intriga política, que captou o foco mediático, contou com a aquiescência da justiça, prolongou-se no tempo e gastou muito dinheiro ao erário público, com diligências judiciais dentro e fora de Portugal. O caso Freeport, que despontou em plena pré-campanha para as legislativas de 2005, visando José Sócrates, ex-ministro do Ambiente e candidato socialista ao cargo de primeiro-ministro, que viria a ganhar essas eleições, começou com uma carta anónima. Esta terá sido escrita por um político local do CDS-PP, alegadamente com o prévio conhecimento e até o aconselhamento de uma coordenadora de investigação e de um inspetor da Polícia Judiciária¹.

Ao receber a missiva – que supostamente já conhecia –, o mesmo inspetor anexou-a a uma instrução de serviço por si elaborada e que serviu para espoletar a investigação. António Marinho Pinto, enquanto bastonário da Ordem dos Advogados, denunciou em 2009 a “situação insólita”, já que “a carta anónima parece ter surgido num contexto de encontros e reuniões entre inspetores da PJ, jornalistas e figuras políticas”², estranhando que antes das reuniões os jornalistas não tenham publicado qualquer notícia sobre o caso, deixando dúvidas sobre o seu papel naqueles encontros. “Esse caldo político-jornalístico faz recair as piores suspeitas sobre a génese daquela investigação, sobretudo por se tratar de um ano de eleições legislativas”, sustentou Marinho Pinto. De acordo com o *Expresso*, foram levantadas suspeitas de ter “havido manipulação da PJ e da imprensa para produzir efeitos políticos em vésperas das eleições legislativas”³.

Este é apenas um entre muitos casos ocorridos ao longo de 40 anos de democracia. A sua trama suscita questões deveras inquietantes, ao mesmo tempo que aponta para aspetos que importa minudenciar. O levantamento do extenso conjunto de escândalos políticos levado a efeito nesta tese decorre da necessidade de percorrer um caminho que estava ainda por mondar e que, de alguma forma, irá contribuir para tornar mais clara a relação entre os *media*⁴, os políticos e o público, sem descurar algumas áreas da justiça, às quais aqui se atribui um papel igualmente

¹ Inquérito n.º 77/05.2JASTB, instaurado em fevereiro de 2005.

² *Boletim da Ordem dos Advogados*, março de 2009, pp. 20-21.

³ *Expresso*, 25 de junho de 2005, p. 19.

⁴ O termo “*media*” emprega-se na presente dissertação como sinónimo de “comunicação social” tida como elemento de produção e transmissão de informação jornalística, surgindo também, por vezes, a referência aos “novos *media*”, reportando-se esta aos que apareceram no âmbito das novas tecnologias.

preponderante. Todavia, é para os *media* que viramos o foco principal, ou não estivesse esta dissertação inserida no âmbito dos Estudos do Jornalismo. Aliás, o facto de fazermos incidir a nossa análise no papel dos *media* releva de estarmos crentes que a perceção dos cidadãos relativamente aos acontecimentos é, em grande parte, baseada naquilo que lhes é fornecido pelos órgãos de informação. Por isso, a questão central de pesquisa consiste em averiguar, a partir da imprensa, qual a cobertura jornalística do fenómeno do escândalo político em Portugal ao longo do período democrático.

Contudo, desde já advertimos, o intuito deste trabalho não pode cingir-se à perspetiva única dos órgãos de informação, que se debruçam sobre o tempo instantâneo e imediato. Os 40 anos de escândalos políticos que analisamos colocam em perspetiva o vulto que os casos deixam no retrovisor da história. A sua ordenação e a procura de padrões na cobertura mediática concedem-nos um cenário mais contextualizado, à medida que vamos associando outros factos com relevo para a pesquisa.

O estudo do tema reclama para si um diálogo mais profícuo entre o jornalismo e a democracia. Por isso, os vários aspetos que aqui iremos suscitar constituem, no seu conjunto, parte fundamental para se refletir sobre a importância do escândalo político nas sociedades contemporâneas. Os portugueses terão sido, de entre os europeus, aqueles que mais perderam a confiança nos órgãos governativos nos últimos anos, com uma queda de 84%, revelou a sondagem *Trust & Purpose*⁵ realizada pela Burson-Marsteller. Um inquérito que efetuámos no final de 2014, no âmbito da perceção do escândalo político, a que aludiremos no decorrer deste trabalho, revela que só 9% dos inquiridos dizem confiar na classe política portuguesa, e 69% consideram que os políticos são corruptos. Outro estudo, presente no POP – Portal da Opinião Pública⁶, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, coligindo dados agregados sobre os valores, atitudes e comportamentos dos europeus nos últimos 20 anos, mostra que, avaliada a satisfação com a democracia, em maio de 2013, entre 27 países europeus, Portugal surge no 24.º lugar, à frente apenas da Bulgária, da Roménia e da Grécia. Em 2013, o País parece viver um dos seus piores momentos, com um valor de 1,8 na tabela, cuja escala atribui o valor mínimo de 1 para a variável "nada satisfeito" e o valor máximo de 4 para "muito satisfeito". A mesma fonte mostra que, no mesmo período, apenas 13% dos portugueses admitem confiar no parlamento e só 9% acreditam nos partidos políticos, tendo ambos os indicadores revelado que

⁵ <http://www.publico.pt/politica/noticia/portugueses-foram-os-europeus-que-mais-perderam-a-confianca-nos-orgaos-governativos-1500803>, acedido em 12 de dezembro de 2014.

⁶ <http://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/satisfacao-com-a-democracia/pt/?colors=pt-0&s=1021&e=1357>, acedido em 12 de dezembro de 2014.

os valores são os mais baixos de sempre ao longo dos 20 anos analisados. Em novembro de 2013, 50% dos portugueses afirmam acreditar na imprensa⁷ e 57% tendem a confiar na televisão⁸. Em dezembro de 2010, a confiança dos portugueses na justiça cifra-se nos 28%⁹, valor muito próximo do obtido no estudo por nós efetuado, a que já aludimos, referindo este que, em finais de 2014, só 29% confiam na justiça. No mesmo inquérito que levámos a cabo, apenas 13,9% dos respondentes consideram que os *media* não cometem abusos ao expor a vida privada dos visados em escândalos políticos.

Num momento em que reiteradamente se reclama um sério e aprofundado debate sobre a refundação do papel do Estado e das funções da democracia enquanto pilares da vida coletiva, as térmitas que aparentam corroer os seus alicerces têm impedido que ele satisfaça mais amplamente as expectativas dos cidadãos. Os escândalos políticos aparecem assim quer como foco de preocupação quer como reflexo de uma elite atrás da qual se encova a cultura de toda uma sociedade. Daí darmos guarida à manchete do *Expresso* de 29 de setembro de 1990, que titulava com destaque que os “escândalos geram clima de desconfiança nas instituições políticas”.

Ao traçar uma teoria do escândalo político mediático, o sociólogo e professor da Universidade de Cambridge John B. Thompson, que seguimos com especial interesse, destaca como os *media* vieram modificar a conduta dos líderes políticos e a vida política em geral. Segundo o autor, parte dessa mudança deve-se à transformação da visibilidade, que junta a esfera pública e a privada, praticamente sem as diferenciar nem atender ao nível de reserva que as deve distinguir. A atuação dos *media* nunca poderá ser, por isso, uma questão menor. Basta ver, a título de exemplo, que até a notícia mais infundada deixa um rasto difícil de apagar, dado o potencial dano nos capitais simbólicos de que os políticos tanto precisam.

Um correspondente do *Expresso* no Brasil, David Sendra, sintetizou assim a cobertura dos *media* brasileiros durante as eleições presidenciais de 2010: “muito jogo sujo e pouco debate político, os meios de informação enchem-se de escândalos”; apontando ao mesmo tempo para as possíveis causas: “este desencanto tem que ver com a chuva de denúncias de corrupção que tem obscurecido o debate de ideias”¹⁰. Fica, pois, uma questão para a qual interessa procurar resposta: por que razão, ao plantarem a horta dos acontecimentos, os jornalistas privilegiam os escândalos para noticiar?

⁷ <http://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/confianca-na-imprensa/pt/?colors=pt-0>, acedido em 23 de fevereiro de 2015.

⁸ <http://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/confianca-na-televisao/pt/?colors=pt-0>, acedido em 23 de fevereiro de 2015.

⁹ <http://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/confianca-na-justica/pt/?colors=pt-0>, acedido em 23 de fevereiro de 2015.

¹⁰ *Expresso*, 2 de outubro de 2010, p. 22.

Outras questões, que constituem perguntas centrais deste trabalho e que, por isso, residem igualmente no âmago do nosso interesse, serão desdobradas em hipóteses que apresentaremos ao longo desta dissertação. Entre elas, a de saber em que sentido tem evoluído a cobertura jornalística do fenómeno em Portugal e se os *media* tendem a focar-se na trama de espetáculo que envolve os casos; se o contexto cultural em que uma ação ocorre ajuda a definir se o caso é escandaloso; que peso tem a cobertura da corrupção no escândalo político; se podemos inferir que um escândalo de grande dimensão faz desviar o foco mediático de outro que esteja já a decorrer; e se há maior incidência mediática nos períodos eleitorais. As respostas a algumas destas questões poderão confirmar perceções ou relegá-las, de acordo com a expressão tão em voga, para a esteira dos “mitos urbanos”. Ainda no âmbito das hipóteses de trabalho, procuraremos aferir se há casos de escândalos políticos ocorridos em Portugal sem enquadramento nas três tipologias mais frequentes definidas por John B. Thompson (escândalos de poder, financeiro e sexual). Não nos absteremos igualmente de cotejar a exequibilidade de instituir uma escala a partir de um algoritmo que relacione variáveis presentes nas peças jornalísticas, capaz de medir a intensidade dos escândalos políticos, para melhor os distinguirmos.

Como bem notou Boaventura de Sousa Santos, “a ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se faz do cientista um ignorante especializado, faz do cidadão comum um ignorante generalizado” (Santos, 1987: 20). Sob esse ponto de vista, um contributo que julgamos capaz de poder acrescentar valor ao conhecimento será o de olhar para o fenómeno do escândalo político abrindo a sua amplitude e promovendo novas perspetivas. Até porque este pode, por vezes, transmitir-nos sinais de democratização, ao revelar segredos ocultos dos sistemas políticos, contribuindo dessa forma para o aumento da transparência. Pernicioso? Talvez. Contudo parece ir ao encontro das palavras de Esser e Hartung (2004: 1066), quando referem que “há algo de podre num Estado sem escândalos”. Desta presunção extrai-se o motivo que ajuda a compreender por que razão nas ditaduras os escândalos políticos se afiguram praticamente inexistentes. Acreditamos em que a ocorrência de escândalos leva a sociedade, nos seus mais variados estratos, a refletir sobre questões fundamentais como a moralidade, o *ethos* político, a justiça, os *media* e o aprofundamento da democracia. Como referiu Mark Silverstein (2001: 485), “o valor académico do escândalo político não é o que ele nos revela sobre um caso concreto, mas a medida em que o investigador o usa enquanto meio de melhorar a nossa compreensão sobre o sistema político”. De acordo com este ponto de vista, os escândalos políticos acabam por possibilitar uma certa regeneração da democracia.

Os escândalos não são fenómenos exclusivos da política, pois eles encontram-se na generalidade das áreas da sociedade. Há escândalos financeiros, académicos, religiosos, desportivos, entre uma imensidão de outros exemplos. Este trabalho, contudo, versa sobre escândalos políticos ocorridos em Portugal. Não nos centraremos numa posição crítica dos casos e seus protagonistas nem na verificação da autenticidade das supostas violações de normas, mas particularmente no processo de escandalização, ou seja, como os escândalos são gerados e alimentados pelos *media* através de uma interação entre jornalistas, políticos, agentes da justiça, entre outros atores. Embora não seja um objetivo prioritário, abordaremos também alguns aspetos da economia dos *media* ao inventariar a propriedade de alguns órgãos de comunicação. O proveito de nos debruçarmos sobre um grande número de casos empíricos ocorridos ao longo de todo o período democrático encontra-se na possibilidade de uma maior extensão do campo de observação, que nos permitirá recolher aspetos de maior minudência e relacioná-los com o nosso objeto de estudo. Alguns teóricos têm examinado os textos de outros teóricos, tendendo a concluir coisas idênticas, deixando para trás carreiros importantes por percorrer. Procuraremos trilhá-los, e essa será, desejavelmente, a luz que seguiremos no caminho da investigação.

É sabido que um dos esforços mais importantes dos políticos consiste em influenciar o conteúdo das notícias. O que concorre para enfatizar a importância que os *media* têm nas sociedades modernas. Como sintetiza Manuel Castells (2013: 267), "a política mediática é a forma de fazer política nos e através dos meios de comunicação". Estamos muito convictos na afirmação de que hoje a política está diligentemente centrada nas suas capacidades de mediatização. Os políticos sabem bem que o evento que não capta o interesse dos órgãos de informação fica relegado para a inexistência, pois o público não chega a tomar conhecimento da sua ocorrência. Daí que a ação dos políticos esteja cada vez mais voltada para os *media* e para a imagem que estes transmitem. Embora não declinemos a observação dos procedimentos políticos aqui atinentes, estes serão necessariamente secundários, uma vez que a presente dissertação não se encontra focada na perspectiva da comunicação política empreendida pelos políticos, governantes e forças partidárias.

Nesta ótica, cremos que a investigação jornalística pode fornecer-nos novos conhecimentos sobre o que acontece nas galerias mais ocultas do poder. O escândalo político, enquanto fenómeno mediático, tem servido de porta giratória a agentes da política, dos *media* e da justiça, sob a observação do público, muitas vezes sem meios para desvendar os meandros que se abrigam na antecâmara dessa circulação. Revelações sobre alegadas ações criminosas de

pessoas que detêm ou detiveram cargos públicos, ou graves prevaricações dos setores tentaculares do Estado, abalam a sociedade e a própria lei fundamental que deve reger a vida coletiva. Vejamos, foi um trabalho do *Diário de Notícias*¹¹, dando voz a Jorge Silva Carvalho, ex-diretor do Serviço de Informações Estratégicas e Defesa (SIED), vulgo Secretas, que veio realçar que estes serviços recorrem habitualmente ao uso de práticas ilegais para espiar cidadãos, segundo terá afirmado o próprio, o que motivou uma forte reação por parte de constitucionalistas, tendo estes classificado de "muito grave", "alarmante" e "uma violação gravíssima do Estado de Direito" que os serviços de informações nacionais usem estes procedimentos. Na origem da contenda está a descoberta do acesso ilegal a dados telefónicos do jornalista político Nuno Simas. Os *media* referenciaram a ligação de agentes secretos ao mundo da maçonaria e o fornecimento de informações a empresas privadas, que terão tirado partido delas, porventura prejudicando outras, através dessa mão invisível que também manipula os mercados. De acordo com o semanário *Sol*, "foram encontradas nos telemóveis usados por Silva Carvalho centenas de ficheiros com os contactos de personalidades públicas influentes, mas também informações detalhadas sobre a vida amorosa ou preferências sexuais"¹². Poder-se-ia insistir na pergunta: quem beneficiou com essas informações? A laboriosa e infatigável ação dos jornalistas pode tornar a sociedade mais informada, proporcionando um reforço do debate democrático.

Retomando o que há pouco dissemos, a falta de liberdade de imprensa silenciaria situações análogas, sendo essa a razão que por vezes conduz ao equívoco de se pensar que durante o regime fascista havia muito menos escândalos do que hoje. A verdade, cremos, é que o próprio regime se encarregava de os manter fora do alcance dos jornais. Mas é imprescindível, como adverte Ana Cabrera, "partir do princípio de que os jornais não são entidades neutras, pelo contrário. Eles encerram, em qualquer época, lutas pelo poder, interesses económicos, sociais e políticos" (Cabrera, 2011: 7). Hoje, a exposição de circunstâncias geradoras de escândalos políticos também desempenha uma importante parte na ideologia profissional do jornalismo. A investigação de instituições poderosas e de figuras públicas é fundamental para o cumprimento das metas profissionais dos jornalistas, trazendo alguma verdade ao mito dos *media* que os reputa de "quarto poder". Contudo, seria desproporcionado dizer que na caça aos escândalos os jornalistas são meros assistentes, sem qualquer papel ativo, pois são eles que optam por dar um determinado enfoque a um caso, em vez de outro, e sabem copiosamente como fazer para que o vulcão se mantenha em permanente erupção.

¹¹ *Diário de Notícias*, 22 de fevereiro de 2015, p. 10.

¹² <http://www.sol.pt/noticia/49866>, acedido em 2 de março de 2015.

A exposição desta tese assenta num registo escrito que não está imune à influência da narrativa jornalística, quer enquanto matriz académica, quer enquanto prática profissional do autor. Em vez de renunciarmos à ascendência da diegese jornalística, procurámos incorporá-la na dissertação, não declinando uma área também ela fomentada pela Universidade de Coimbra e por muitas outras universidades espalhadas pelo mundo. Por isso, partir de uma história particular para daí podermos entrar no cerne de um tema geral é uma técnica consagrada na narrativa mediática. Não refutamos essa influência, pela convicção de que torna menos monótona a leitura integral e contribui para a sua inteligibilidade.

Ao juntarmos os *media*, os políticos e o público – este último visto enquanto a massa da sociedade – procuramos descentrar-nos de um objeto único e ampliar o enfoque no seu conjunto. Também no sentido de apetrechar este trabalho de um mais lato contributo, convocámos várias áreas do conhecimento – como o estudo dos *media*, a ciência política, a filosofia, a história, a sociologia, a psicologia política, a neurociência, a matemática – convictos de que a comunicação política (é disso que aqui tratamos), conforme expôs Swanson (1995: 5-6), é uma "expedição interdisciplinar que reflete um desejo de formular perspetivas mais amplas sobre o tema do que as outras disciplinas em separado".

Algumas das convicções aqui formuladas – não diríamos todas, nem muitas, mas algumas – decorrem também de diálogos mantidos com pessoas ligadas ao processo do escândalo, sejam políticos dos vários quadrantes, jornalistas ou elementos da justiça nas mais diversas funções, que aceitaram falar sobre aspetos que não são habitualmente abordados na literatura, tendo-o feito, na maioria das vezes, sob condição de anonimato. Destas conversas procurámos discernir adequadamente o teor, no sentido de extrair delas novas pistas e hipóteses. E esse foi um importante contributo. Registamos também que, nos vários contactos estabelecidos com diversos organismos da justiça, sentimos que algumas instituições não reagem amistosamente nem se mostram prestáveis na colaboração, quando solicitadas a prestar informações, ainda que estas sejam suscetíveis de conhecimento público e na maior parte das vezes de caráter meramente estatístico. O inquiridor não quer ser inquirido, o avaliador rejeita ser avaliado, o sujeito que indaga resiste a dar explicações.

Como referiu o matemático norte-americano Norbert Wiener, "não saberei o que disse enquanto não ouvir as reações ao que disse". Este é, pois, um aforismo que, de certa forma, vem traduzir a nossa intenção quando optámos por apresentar algumas das temáticas mais controversas, de forma isolada, em diversos fóruns, no sentido de nos expormos a uma primeira recensão crítica e de, a partir daí, caminharmos para uma explanação mais consolidada.

Neste trabalho, já o dissemos, estabelecemos como objetivo cotejar qual a cobertura do escândalo político em Portugal no período democrático, procurando a existência de padrões e tendências na sua mediatização, observando o papel dos *media*, dos políticos e do público, e tentando compreender de que forma estes se condicionam mutuamente. Na primeira parte iremos fornecer os enquadramentos teóricos e os conceitos que suportam o escândalo político nas várias dimensões convocadas para este estudo, propondo uma forma de ler e decifrar o fenómeno. Embora façamos alusão a um conjunto diversificado de autores ao longo da presente dissertação, os principais marcos teóricos utilizados alicerçam-se nos trabalhos de John B. Thompson, no âmbito da teoria do escândalo político, como já havíamos referido, bem como em alguma literatura nórdica recente, de onde sobressaem autores como Allern e Pollack ou Jenssen e Fladmoe. No que concerne às temáticas da comunicação política, estudo e análise dos *media*, esta tese apoia-se em trabalhos realizados no âmbito do projeto *Media e Corrupção Política: uma perspetiva comparada*.

Na segunda parte, são expostas as opções metodológicas trilhadas, olhando para a evolução e o contexto dos quatro jornais semanários generalistas de expansão nacional que compõem o *corpus* de análise – *Expresso*, *O Jornal*, *O Independente* e *Sol* – no período entre 25 de abril de 1974 e 25 de abril de 2014. Apresentaremos também os estudos de opinião levados a efeito neste trabalho e apresentaremos o *codebook* utilizado para a codificação de variáveis, posteriormente tratadas em SPSS¹³. Nesta parte abordaremos ainda a Escala de Intensidade Mediática, que visa mensurar a presença dos casos nos órgãos de informação, com recurso a um procedimento matemático que articula um conjunto de variáveis presentes nas peças noticiosas. Uma importante parte da nossa análise terá por base este método de aferição.

Na terceira parte, procederemos ao enquadramento dos casos, cuja sinopse de cada um se encontra disponível nos anexos, e à interpretação dos dados. Ao coligirmos nos jornais os vários escândalos, é-nos disponibilizada a circunstância de podermos compendiar os casos e assim expô-los numa perspetiva enciclopédica, tendo em conta a sua presença nos *media*. Faremos, nesse sentido, e estritamente como apoio à narração de casos e em circunstâncias particulares, recurso a outros jornais. Todavia, o papel destes é restrito, dado não integrarem o nosso *corpus* de análise, que é composto exclusivamente pelos quatro semanários já referidos.

Várias pessoas com ligação à política, seja momentânea ou duradoura, serão retratadas ao longo da dissertação, por constarem das edições dos jornais alvo da nossa análise e que são por

¹³ *Statistical Package for the Social Sciences*.

isso acessíveis, estando ao alcance da pesquisa pública. A sua referenciação é imprescindível para se poder olhar convenientemente para o fenómeno, numa ótica sociológica e histórica do escândalo político em Portugal no período democrático. A sua seleção não depende de uma qualquer escolha arbitrária mas deve-se à focalização consumada pela imprensa, ligando essas pessoas a determinado caso que, de acordo com o conceito de escândalo político, depende da presença de um protagonista político para poder ser catalogado enquanto tal.

Assim, por referenciar os protagonistas que ainda se encontram ativos na cena política nacional, sendo estes alvo permanente da atenção mediática, importa esclarecer que não é o libelo acusatório que move esta dissertação¹⁴. Nem sequer é nosso intuito fazer justiça condenando ou inocentando os políticos protagonistas de casos. O nosso olhar procura ser tão factual quanto possível, observando os jornais e o seu conteúdo e, segundo é prescrito pela liturgia académica, chegar a conclusões, acrescentando valor de conhecimento.

No âmbito do epílogo, que aparece na quarta parte deste trabalho, seria fatídico se deixássemos por desvendar tudo o que se encontra por detrás das misteriosas portas do poder. Seria funesto não conseguirmos vislumbrar sequer uma nesga dos seus bastidores e estabelecer uma relação consistente com o objeto de estudo. O epílogo deste trabalho tratará de resumir as conclusões a que chegámos ao longo da pesquisa, incluindo reflexões resultantes quer da literatura sobre o tema, quer da análise de 40 anos de imprensa sobre o escândalo político em Portugal.

Aprendi certa vez, numa aula de Físico-Química, na Escola Secundária Jaime Cortesão, em Coimbra, com o professor Duarte Urbano, a chamada teoria do "baralho de cartas". Vinte e cinco anos volvidos, recordo a lição. Se tivéssemos de pé, sobre uma mesa, um baralho de cartas e nos sentássemos a observá-lo, verificaríamos que, ou por ação do vento, ou porque de forma involuntária, ou até mesmo deliberada, se alguém tocasse na mesa, o baralho desmoronar-se-ia e as cartas ficariam dispersas. Com o passar do tempo, elas espalhar-se-iam ainda mais, sendo escassa, se não improvável, a possibilidade de voltarem à posição inicial. Mas quem sabe se não nos favorece essa ínfima hipótese de intervir na ordem das coisas, de concretizar o sonho de uma nova cidadania, que cumpra os desígnios da liberdade, da igualdade, da justiça, da verdade, da fraternidade e do humanismo crente?

¹⁴ **DISCLAIMER:** Nenhuma personalidade referida na presente dissertação é aqui acusada do cometimento de qualquer ilegalidade ou irregularidade. Uma vez que o nosso estudo incide sobre a cobertura jornalística do fenómeno mediático do escândalo político, o necessário enfoque concedido aos protagonistas políticos é matéria de estudo académico a partir da análise dos *media* que constituem o *corpus* de análise. Respeitamos o direito constitucional de cada pessoa à presunção de inocência, até trânsito em julgado. Não é nosso intuito assacar qualquer culpa ou juízo de valor pela eventual conduta dos factos alegados aqui reproduzidos.

PARTE 1

ENQUADRAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITOS

I. ENQUADRAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITOS

1. O ESCÂNDALO POLÍTICO

“Caluniai com audácia, que alguma mancha sempre há de ficar.”

Plutarco

São diversas as interpretações sobre o que é o escândalo, tanto no campo comum e popular, como até no académico – o que, por si só, dá conta da profusão de representações que este pode assumir, mediante a época, o espaço, a cultura ou até o intuito que serve. Embora comumente entendível, o tema está longe de ser consensual e, sem a imprescindível claridade sobre as sombras que deformam o conceito, tudo o que dele se disser correrá o risco de se transformar numa silhueta baça e estéril, onde não é possível produzir com firmeza mais do que algumas vulgaridades.

O termo escândalo é escorregadio e aproveitado de várias maneiras, em diferentes países e culturas. Não raras vezes os órgãos de informação apelidam um caso de “escândalo”¹⁵, ancorando-o nesse epíteto. Em linguagem corrente, é igualmente utilizada a expressão em sentido lato, empregando-a em circunstâncias diversas, como iremos ver.



FIGURA 01. A palavra "escândalo", usada no antetítulo da edição de 10 de abril de 1976 do *Expresso*.

¹⁵ O termo "escândalo" surge pela primeira vez num antetítulo no semanário *Expresso*, no período pós-Revolução dos Cravos, associado a um facto político, na edição de 10 de abril de 1976, na página 2, referente ao caso que envolveu o antigo Presidente da República António de Spínola, atraído por falsos aliados alemães que ele julgava que o iriam ajudar com meios bélicos e financeiros a fazer um novo golpe em Portugal.

Por vezes, a comunicação social caracteriza e promove as notícias provenientes de investigações exclusivas como uma revelação de "um escândalo", esperando enaltecer o seu trabalho e colher maior atenção do público. Ao designarem um caso como escandaloso, os *media* estão a ameaçar a reputação e a posição de poder do político envolvido (Thompson, 2002; Lull e Hinerman, 1997; Markovits e Silverstein, 1988). Qualquer coisa que possa ser criticada ou vista como uma transgressão de normas pode hoje receber este rótulo nos noticiários, mesmo quando os próprios *media* tratam o assunto como uma história menor. Por isso, ao iniciarmos este tema, sentimos a indispensabilidade de o caracterizar com maior precisão, para que fiquem tão evidentes quanto possível a sua matriz, o seu sentido e os constrangimentos à sua delimitação. Começemos por uma breve referência às utilizações semânticas usadas ao longo do tempo.

1.1. A ORIGEM DO ESCÂNDALO

Desde os primórdios que o escândalo se emprega em referência a algo negativo. A palavra *skándalon*¹⁶ e o verbo correspondente *skandalízo*¹⁷ são termos usados na Septuaginta, versão dos LXX¹⁸, para traduzir duas raízes verbais hebraicas. Originalmente, a primeira referia-se a bater, ferir, dar pancadas, golpear e, posteriormente, surpreender ou apanhar numa armadilha. Já a segunda dizia respeito a escorregar, tropeçar ou errar. No livro de Isaías, que integra a Septuaginta, surge a alusão a um obstáculo no caminho que leva à queda: "Ele será a pedra de escândalo e a pedra de tropeço para as duas casas de Israel, o laço e a cilada para os habitantes de Jerusalém."¹⁹ O termo, neste contexto, reporta-se a uma causa inesperada de ruína, pretendendo em muitos casos aludir ao motivo de punição divina por alguma situação de pecado, daí derivando o sentido de fazer cair em pecado, ou de dar ocasião ao pecado. Através da interpretação bíblica, o escândalo é sempre sinónimo de ofensa ou de ação perversa (Paixão, 2010: 26).

Já no Novo Testamento, surgem várias outras referências, como a que encontramos em Mateus 13:41: "Mandaré o filho do homem os seus anjos, e eles colherão do seu reino tudo o que causa escândalo e os que cometem iniquidade." Tanto no Novo como no Velho

¹⁶ Do grego σκάνδαλον.

¹⁷ Do grego σκανδαλίζω.

¹⁸ A Septuaginta (versão dos LXX) é a tradução das escrituras hebraicas da Bíblia para o idioma grego, traduzida em etapas entre o terceiro e o primeiro século a.C., em Alexandria, usada como base para diversas traduções posteriores.

¹⁹ Isaías 8:14.

Testamento, o escândalo estabelece-se como um obstáculo à fé e um motivo de desvio das leis de Deus. Em suma, em ambos os livros das Escrituras, o termo tanto designa uma causa de transgressão como de destruição. Nesse sentido, quer no passado quer no presente, o escândalo pode ser encarado como um motivo de tropeço ou algo que surge no caminho de um indivíduo e o faz cair.

Os registos da palavra escândalo nas línguas europeias tornaram-se mais comuns sobretudo a partir do século XIV, havendo mostras de utilização da palavra na *Crónica Geral de Espanha*, nessa época, mas também da sua variante *escandalho*, em data anterior, ainda no século XIII (Machado, 1967: 917). Aparentemente, tanto no grego como no latim, o verbo escandalizar já tinha uma conotação semelhante à que hoje lhe atribuímos. Como repara Thompson (2002: 37-38), os derivativos do grego antigo *skandalon* foram usados de uma maneira figurativa para aludir a uma armadilha, um obstáculo ou uma causa de deslize moral. Todavia, com o desenvolvimento da palavra latina *scandalu*, foi-se perdendo o cariz religioso e o seu sentido enquanto causa de desvio da fé. Daí que, de acordo com Thompson, com o desenvolvimento da palavra em latim e a sua difusão nas línguas românicas, o termo foi assumindo outros sentidos, como se verifica por exemplo em *escandre* (do francês antigo), que significava quer escândalo quer calúnia, e da qual foi derivada a palavra *slander* (do inglês), dizendo respeito igualmente a calúnia mas também a difamação (Thompson, 2002: 38-39). Desde então, a palavra foi ganhando conotações extensivas não apenas ao indivíduo mas também à comunidade, pela ofensa aos sentimentos coletivos.

O termo escândalo encontra-se subordinado a diversas aceções usadas no uso corrente. Desde logo se assinala a conservação do sentido religioso, que se mantém no emprego do léxico comum. Encontramos no dicionário *Lello Universal* a definição de escândalo como "toda a causa de erro ou pecado" (Lello *et al.*, 1978: 865), assim como na *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura* a alusão a "dito, ato ou omissão menos retos, que oferecem ao próximo ocasião de pecar" (Chorão, 1998: 665). A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1998: 1010-1011) interpreta-o como aquilo "que dá ensejo de cair em erro, em pecado". Em qualquer das significações, o escândalo não é o pecado mas, sim, a causa que a ele conduz.

Já no uso laico, ou secular, este é referido como "indignação, suscitada por ação, palavra ou atitude indecorosa" (Lello *et al.*, 1978: 865), "pedra, obstáculo que faz tropeçar, tombar" (Houassis *et al.*, 2005: 3446), "mau exemplo, ação má" (*Grande Enciclopédia Portuguesa e*

Brasileira, 1998: 1010-1011) e, pretendendo significar exatamente o mesmo, a *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana* (s/d: 643-644) descreve-o como "ação ou palavra que resulta num mal (...), falta de vergonha, mau exemplo".

Podemos também distinguir a classificação que toma o escândalo em referência a algo que causa impacto e repulsa na sociedade, perturbando a moral pública. De acordo com a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1998: 1010-1011), o escândalo concerne "àquilo que dá que falar, que causa indignação por ser contrário à moral, aos bons costumes, à honestidade, à justiça, às leis, etc. (...)". Quanto à *Nova Enciclopédia Larousse*, o escândalo refere-se a "efeito deplorável, indignação produzidos na opinião pública por um facto ou um ato estimado contrário à moral, aos costumes", bem como a um "assunto desonesto que sensibiliza a opinião pública" (Oliveira, 1987: 2656). Esta menciona ainda o facto de o escândalo ser algo "que melindra a consciência, o bom senso, a moral, que suscita a emoção, a revolta" ou, de acordo com a *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, uma "perturbação que possa causar um facto na consciência moral da coletividade (s/d: 644).

A tónica do escândalo pode ser colocada ainda na circunstância de este se constituir como um embaraço que traz surpresa e estupefação. Como sustenta Machado (1967: 917), é um "obstáculo imprevisto" ou, de acordo com a *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, provoca "assombro, pasmo, admiração" (s/d: 643-644). A revelação de um escândalo é inesperada, pois as supostas transgressões que estão na sua origem não são suscetíveis de ser conhecidas pela comunidade. Esta estupefação conduz a uma última alusão a que fazem referência alguns compêndios linguísticos e enciclopédicos, respeitante à "desordem" (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1998: 1010-1011) que o escândalo suscita, enquanto instabilidade da paz social, ou ao "tumulto e inquietude" que pode provocar (*Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, (s/d: 643-644).

Em tempos mais próximos, a expansão dos meios impressos, a profissionalização do jornalismo e o seu desenvolvimento foram campos férteis para dar início ao mundo da informação globalizada. O jornalismo de investigação, iniciado sobretudo a partir do início do século XX nos EUA, a que se chamou *muckraking*, utilizando os jornais populares para a publicação de peças que expunham a corrupção das cúpulas políticas e empresariais, veio abrir a porta ao admirável e inesgotável mundo dos escândalos.

1.2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Desde logo, a generalidade dos ocidentais dirá que os ataques terroristas do 11 de setembro excedem o conceito de escândalo; da mesma forma que ficará aquém do seu sentido que uma pessoa ocupe outro lugar na sala de cinema. Estes são casos situados em polos opostos, encontrando-se porventura fora dos limites do escândalo, pelo que o seu consenso estará mais facilitado. Mas outros haverá em que a demarcação da fronteira do que é ou não escândalo se torna mais ambígua, por não gerar consonância na sociedade. Se o gesto dos “cornichos” que o então ministro da Economia Manuel Pinho dirigiu no parlamento a um deputado do PCP, em 2 de julho de 2009, pode para algumas pessoas ter causado repulsa, já outras tê-lo-ão considerado um ato inócuo. O mesmo terá sucedido com a mentira do ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Machete aos deputados sobre o seu papel no BPN: o que uns terão considerado trivial e como fazendo parte da rotina política, a outros terá causado genuína indignação. Aquilo que a uma pessoa pode suscitar incómodo e desencadear uma resposta vigorosa de contestação, para outra poderá ser banal e não motivar qualquer contenda nem merecer alteração.



FIGURA 02. O gesto de “cornichos” do ministro Manuel Pinho, que ditou o seu afastamento do governo.

Desta forma, os escândalos, embora tratando-se de casos que potencialmente ocasionam uma certa agitação pública – como os casos Casa Pia, Freeport, Face Oculta, BPN, Saco Azul de Felgueiras, Isaltino Morais, etc. –, por outro lado estão também associados ao discernimento individual de cada cidadão, o que não resolve a questão de saber o que pode ou não afinal ser considerado escândalo, entendido como algo que motiva uma contestação pública contundente

ou, como define John B. Thompson, referente a "ações ou acontecimentos que implicam certo tipo de transgressões que se tornam conhecidas de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública" (Thompson, 2002: 40). Como referencia a *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana* (s/d: 643-644), numa nota assaz curiosa, se o escândalo é uma "perturbação que pode causar um facto na consciência moral da coletividade, então todo o delito é produtor de escândalo". No fundo, nesta definição parte-se do princípio de que todos os delitos provocam assomos de escrúpulo coletivo, o que merece a nossa objeção. Mas, por outro lado, esta ideia transporta consigo a relevância de forçar a um entendimento sobre como aferir a "consciência coletiva" e a opinião pública nas sociedades contemporâneas. Os autores que se debruçam sobre o escândalo, por tratarem mais profundamente outras questões correlacionadas, têm preterido este tema de base que, assim, se tem mantido devoluto. Por esse motivo, procuraremos encontrar um caminho que conduza a um melhor entendimento, seguindo algumas pistas que tomamos como ponto de partida para uma abordagem mais justificada.

No emprego do conceito, Thompson entende que o escândalo, em sentido geral, está comprometido com cinco características, sendo elas a transgressão de valores, normas ou códigos morais; a ocultação do ato que origina o escândalo; a desaprovação do acontecimento por parte de outras pessoas; a denúncia pública da transgressão; e, por fim, o potencial prejuízo que a revelação do caso pode trazer ao político envolvido (Thompson, 2002: 40).

Desde já importa referir que a transgressão de uma norma social, ou desviância (Cusson, 2011: 15), são termos utilizados na sociologia para designar as "condutas que violam normas a que os membros de um grupo se vinculam a ponto de punirem quem as viola". Posto isto, atenderemos abreviadamente à explanação de um exemplo português, de forma a verificarmos se é cumulativa a ocorrência das cinco características atrás enunciadas, pois disso depende também a definição que aqui havemos de propor para o conceito. Interessa reiterar que o objeto do nosso estudo não é o escândalo em geral mas, sim, o escândalo político em particular, um tipo de escândalo que conta com o envolvimento do sujeito político no seu enredo, como teremos ocasião mais à frente de expor com maior acuidade.

Em novembro de 1997, António Vitorino, número dois do governo de António Guterres, apresentou a sua demissão na sequência de notícias que davam conta da falta de pagamento de parte do imposto de Sisa relativo a um monte no Alentejo, que acabou conhecido por "Monte dos Vendavais". O caso fez correr tinta nos jornais durante seis meses, até ter ficado esclarecido que, de acordo com a investigação, Vitorino pagou mais do que era devido.

Vejam, o Monte dos Vendavais tem por base uma contravenção de valores, normas ou códigos morais, uma vez que a fuga ao fisco constitui efetivamente uma transgressão. Na esteira dos investigadores nórdicos Allern, Kantola, Pollack e Blach-Orsten (2012: 37), tentativas legais e ilegais de evasão fiscal podem até ser rotineiras em alguns círculos sociais, mas, se um político for apanhado a fazê-lo, isso poderá gerar-lhe um problema de perda de confiança. Este caso inscreve-se sobretudo no plano normativo, todavia, o escândalo, em sentido geral, não se restringe apenas à violação das leis, pois há outras infrações, como as de carácter moral, por exemplo, que podem provocar o mesmo sentimento de reprovação na comunidade, ainda que não configurem ilegalidades. Nessa ótica, as normas sociais que são violadas devem representar, acima de tudo, uma postura moral geralmente aceite (Lull e Hinerman, 1997: 11). Como dissemos antes, nem os ataques do 11 de setembro nem a ocupação do lugar errado no cinema constituem transgressões escandalosas. A primeira, porque os ataques suicidas levados a cabo contra os Estados Unidos por membros da Al-Qaeda excede amplamente o tipo de ofensa que um escândalo comporta. A segunda, porque o facto de alguém ocupar um lugar indevido na sala de cinema fica muito aquém do que pode considerar-se um escândalo. Assim, podemos consentir que o escândalo se encontra no meio destes dois extremos, corroborando a posição de Anthony King (1986), defensor de que "os escândalos ocupam uma espécie de espaço intermediário na indecência" (*apud* Thompson, 2002: 41), uma vez que o seu círculo admite transgressões capazes de provocar desaprovação e indignação, mas exclui outros que o transcendem ou que lhe são inferiores. Todavia, o campo onde o escândalo germina tem de acolher primeiro a suposição de uma transgressão de valores, normas ou códigos morais.

Uma segunda característica do escândalo tem que ver com a desaprovação pública que este suscita por via da afronta aos valores e normas estabelecidos. Thompson observa, porém, que nas sociedades ocidentais são cada vez mais raras as situações em que as pessoas se sentem chocadas ou ofendidas com os escândalos. Havemos de ver mais à frente, no ponto 2.4.4., um conjunto de razões que podem contribuir para que tal aconteça. Thompson crê que isso sucede devido ao enfraquecimento das normas tradicionais, que se converteram em meras formalidades rotineiras da vida social (Thompson, 2002: 46-47). Em concreto, não temos como apurar se teve lugar a ocorrência de uma desaprovação pública para a desviância de que estava a ser acusado António Vitorino, tendo por base a reação popular, uma vez que não dispomos de uma forma crível para o aferir. No escândalo localizado, ou seja, aquele que é presencial e que ocorre habitualmente dentro de um pequeno grupo, a expressão de desaprovação dos presentes

toma, comumente, a forma de discurso oral que é apresentado durante a comunicação face a face, em pequenas reuniões, em eventos públicos, etc. Em contraposição, nos escândalos aqui tratados, verifica-se que a desaprovação é realizada por via da divulgação mediática. Assim, não será excessivo concluir que a apresentação frequente dos temas pelos *media* simboliza um clima de desaprovação (Thompson, 2002: 97).

Contudo, o sentimento de afronta não é, por si só, suficiente para a eclosão de um escândalo. Para tal afigura-se necessária a ocorrência de uma terceira característica, que consiste na manifestação da desaprovação. Se as pessoas não se sentirem incomodadas com a revelação, ou se a tomarem como normal, o móbil do escândalo desvanece-se e nenhuma demonstração de desagrado deflagrará. O então ministro António Vitorino pediu a demissão do cargo para poder estar menos exposto aos jornalistas e, como o próprio admitiu, para se defender das acusações como um cidadão normal²⁰: afastado do poder, o holofote dos *media* desinteressar-se-ia mais depressa pelo caso. No que se refere a esta característica, a publicação jornalística assumiu a manifestação da desaprovação, substituindo-se aos cidadãos. Ao contrário dos escândalos localizados, os mediáticos – que são aqueles que ocorrem mais frequentemente e em maior escala nos tempos atuais – baseiam a desaprovação através da transmissão pela comunicação social. Aliás, a este respeito, estão de acordo Thompson (2002) e os investigadores nórdicos Sigurd Allern e Ester Pollack (2012), enfatizando estes últimos que "os escândalos políticos, na sua forma moderna, estão intimamente ligados aos meios de comunicação e às novas formas de publicação digital".

Uma quarta característica do escândalo prende-se com a ameaça aos capitais simbólicos. A revelação de uma transgressão pode provocar prejuízo à reputação de um indivíduo, podendo igualmente fazer ruir a sua carreira e contaminar a instituição a que este se encontra ligado, como havemos de verificar mais detalhadamente no ponto 1.9.3. Como refere Thompson, "aqueles que exercem ou aspiram a posições de poder político sabem muito bem que o escândalo é perigoso, que pode frustrar os seus planos e levar as suas carreiras a um final abrupto" (Thompson, 2002: 32). Porém, como reconhece o mesmo autor, esta característica não é nem necessária nem inevitável para que o escândalo suceda, sendo apenas um risco que o sujeito corre com a revelação de um escândalo que o atinge. Veja-se uma vez mais o caso de António Vitorino, que se demitiu na sequência da revelação da alegada fuga ao fisco. Houve, inequivocamente, um efetivo prejuízo para o visado, que se viu constrangido a abandonar o governo. Contudo, o ex-

²⁰ *O Independente*, 21 de novembro de 1997, capa.

ministro alcançou posteriormente um meteórico regresso à política, chegando a comissário europeu cerca de dois anos depois. Outros exemplos da política nacional ilustram bem como um escândalo pode, em algumas circunstâncias, nem sequer interferir com a carreira do seu protagonista. Quem não se lembra dos casos dos autarcas Isaltino Morais, Fátima Felgueiras ou Valentim Loureiro, que, embora a braços com a justiça e com uma exposição mediática persistentemente negativa, granjearam o apoio dos eleitores e continuaram a vencer eleições? Para uma explicação mais cabal que nos ajude a entender o sucedido, havemos de abordar os diversos tipos de reputação e a sua relação com as escolhas do público. Mas, por enquanto, fiquemo-nos pela observação de que nem sempre a reputação de um indivíduo fica suficientemente afetada com um escândalo, embora não possamos declinar que o seu potencial configura uma característica provável, como bem realça Thompson (2002: 49-50).

Um outro aspeto reside no facto de o escândalo implicar que se guarde segredo dos acontecimentos, de forma a estes não serem conhecidos de outras pessoas não implicadas. De acordo com Thompson (2002: 45), habitualmente, quem comete uma transgressão não espera que ela venha a ser conhecida dos demais. Daí haver sempre uma espécie de sigilo e de ocultação. No caso que tomámos como exemplo não se vislumbra que tenha havido tentativa de ocultação do ato, uma vez que António Vitorino sustentava ter feito o pagamento devido, o que se encontrava inclusivamente plasmado na sua declaração de finanças. Na maioria das situações existe uma tentativa de ocultação, contudo esta não é necessária para que o escândalo se verifique. O que nos conduz a uma sexta característica, que aduzimos às cinco enunciadas por Thompson, e que veremos de seguida.

A observação dos casos que surgem na política portuguesa permite constatar que, para o escândalo emergir, é indispensável que o assunto transite de uma esfera restrita para o conhecimento público. Esta é, aliás, uma condição imprescindível sem a qual o fenómeno não existiria. Se a suposta desviância ficasse confinada aos seus participantes, ou mesmo que fosse extravasada a um número diminuto de pessoas externas ao caso, não chegando às massas, perderia a dimensão ampla que suporta a conceção de escândalo.

Considerando que a alteração das sociedades trouxe inevitavelmente uma nova visibilidade que supera a pequena escala localizada, o escândalo passou a acontecer nas sociedades modernas, necessariamente, por via da ação dos *media*. Isto não significa que os escândalos, a um nível mais localizado, como numa associação local, por exemplo, não tenham ocorrido ou não continuem a ocorrer sem a intervenção da comunicação social. Mas, cada vez mais, "a base de

evidência dos escândalos localizados é relativamente efémera" (Thompson, 2002: 98). Nesta ótica, como Thompson vem a reconhecer, realçamos que numa esfera global não há outra forma de tornar um caso público e com ampla visibilidade sem a necessária intervenção de meios abertos e massivos como a comunicação social (Thompson, 2002: 46-47), incluindo o *on-line*.

Por isso, falar no escândalo nos tempos atuais corresponde a falar em escândalo mediático, onde as diferenças entre a vida pública e a vida privada se esbatem, onde tudo é suscetível de ser conhecido e onde as pessoas, apesar de não partilharem o mesmo espaço, acabam por partilhar a mesma informação, dado que o desenvolvimento do jornalismo logrou reordenar os formatos espaciais e temporais da vida social. A nova visibilidade proporcionada pelos *media* veio possibilitar que muitos eventos que não estavam ao alcance das massas passassem a estar agora visíveis, ao mesmo tempo que deixou mais incontrolláveis os fluxos de informação que se movimentam na cena pública. O escândalo, da forma como aqui o encaramos – pretendendo deixá-lo explícito –, depende dos *media*. Passamos, em suma, a considerar seis características frequentes, embora não cumulativas, do escândalo:

- i.** Presume-se a infração de valores, normas ou códigos morais por parte de um sujeito ligado ao campo político;
- ii.** Há a possibilidade de a transgressão poder desencadear a desaprovação pública pela afronta aos valores e normas estabelecidos, mesmo dizendo respeito apenas a formalidades rotineiras da vida social;
- iii.** Deve surgir, de alguma forma, a manifestação da desaprovação por parte de sujeitos não participantes, pois é necessário que alguns indivíduos se sintam incomodados e escandalizados com a transgressão;
- iv.** A revelação de uma transgressão é suscetível de provocar prejuízo à reputação de um indivíduo;
- v.** Na maior parte dos casos há uma tentativa de segredo ou ocultação dos factos por parte dos sujeitos implicados;
- vi.** Para o escândalo ocorrer é indispensável que o assunto transite para o conhecimento público, o que acontece nas sociedades modernas através dos *media*.

1.3. CRITÉRIOS E DEFINIÇÕES PARA O ESCÂNDALO POLÍTICO

Logo após a tomada de posse do governo de coligação PSD/CDS liderado por Sá Carneiro, *O Jornal* prenuncia o “primeiro escândalo em perspectiva”²¹. Um editorial deste semanário considera que “o que então constituiria um autêntico escândalo, levando talvez a um afrontamento de grandes proporções e consequências imprevisíveis, seria pretender afastar a anterior chefe do governo do seu lugar de embaixadora de Portugal na UNESCO”²². Este caso político – em que o ministro dos Negócios Estrangeiros Freitas do Amaral tenta, alegadamente, afastar da ribalta política a ex-primeira-ministra Maria de Lurdes Pintasilgo, em 1980, e que viria a ser confirmado na capa do mesmo periódico, em 18 de janeiro de 1980, sentenciando que o “Escândalo confirma-se. Lurdes Pintasilgo fica na prateleira” – remete-nos para a ideia de que o termo “escândalo” tem de facto várias interpretações, surge geralmente associado a uma conotação negativa e os próprios *media* tendem a empregá-lo em circunstâncias díspares. O que conduz desde logo a uma questão: será que aquilo que por vezes é catalogado como escândalo é, na verdade, um escândalo?

James Lull e Stephen Hinerman (1997), autores da popular obra *Media Scandals*, reconhecem a apetência dos editores de órgãos de informação para continuamente converter histórias em escândalos, embora isso, em sua opinião, não seja condição suficiente para qualificar um assunto como escandaloso. Como tivemos já a oportunidade de abordar no ponto anterior, há particularidades que caracterizam o escândalo político contemporâneo e que servem para a sua categorização.

Essas características ajudam-nos a encontrar paralelismos na definição que alguns autores têm vindo a fazer do fenómeno, como veremos de seguida. Anthony King (1986: 175) alega que o comportamento escandaloso é aquele que ofende as normas éticas da sociedade. Ainda que baseado numa prevaricação rotineira, ela precisa de ser desaprovada. Sabendo-se que nem todos os comportamentos ferem as normas da sociedade, o escândalo é identificado por ocupar uma espécie de meio-termo na indecência. Mais conciso, Lowi (1988) refere que o escândalo é a corrupção revelada, a exposição da violação de virtudes. Esta definição, contudo, leva pouco em consideração a proeminência da comunicação no ciclo do escândalo. Já para Markovits e Silverstein (1988), o escândalo político é um fenómeno que implica a violação de um “processo devido”, ou seja, a transgressão de regras e procedimentos públicos e universais que governam o exercício do poder político, acontecendo estes apenas nas democracias liberais. De acordo com Lull e Hinerman (1997), o escândalo ocorre quando são tornados públicos atos

²¹ *O Jornal*, 11 de janeiro de 1980, capa.

²² *O Jornal*, 11 de janeiro de 1980, p. 2.

personais que ofendem a moral dominante, produzindo uma série de efeitos habitualmente negativos. Segundo a "Teoria Social do Escândalo", formulada por John B. Thompson (2002), o escândalo político envolve um líder ou uma figura política e pode ser enunciado como uma luta pelo poder simbólico, em que a reputação e a confiança estão em jogo. Esta definição é corroborada por Michael Schudson (2004), influente professor de Jornalismo da Universidade de Columbia. O investigador espanhol Fernando Jiménez Sánchez (2004) expõe o escândalo político como uma reação da opinião pública contra um agente político considerado responsável por um determinado comportamento que é percebido como um abuso de poder ou uma traição à confiança social.

Os escândalos podem acontecer em diversas áreas da sociedade, uma vez que todas as instituições vivem com normas e orientações, gerando expectativas quanto à conduta exercida pelos seus membros. Para um escândalo poder ser caracterizado como político, ele terá necessariamente de envolver indivíduos associados à esfera política, sendo esta a tónica que o distingue de outros, segundo Thompson (2002).

Na esteira do que temos vindo a expor, é agora possível estabelecer uma definição própria para o escândalo político ocorrido na contemporaneidade, devendo esta ser entendida como matriz do trabalho desenvolvido na presente tese. Assim, o escândalo político é um fenómeno mediático que incide sobre alegadas transgressões de normas ou valores morais, cometidas por sujeitos políticos, podendo estas causar danos à sua reputação e inviabilizar as suas pretensões de poder.

1.4. GAFES E ESCÂNDALOS

Geralmente, os *media* não resistem a publicitar certos episódios, retratando-os na maioria das vezes com certa estúrdia e motejo, sem os incluir contudo no plano da transgressão de valores ou normas da sociedade, mas mais enquanto *fait divers*. Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, gafe é um "ato ou palavra impensada, indiscreta, desastrada; uma indiscrição involuntária"²³. Algumas gafes podem inserir-se no âmbito do *lapsus linguae*, como o caso em que o então primeiro-ministro José Sócrates, elogiando os imigrantes em Portugal, disse confiar que estes darão "o seu melhor para um País mais justo, para um País mais pobre... perdão... mais solidário". Ou quando o social-democrata Valentim Loureiro, presidente do município de Gondomar, em plena campanha eleitoral para as legislativas de 1995, que opunha o seu companheiro de partido Fernando Nogueira ao líder socialista António

²³ *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2005: 4059).

Guterres, apelou às massas: "Vamos todos gritar... Guterres... Gondomar, Gondomar, Gondomar!" Nesse mesmo ano, Guterres, interrogado à saída de um hospital sobre a quantia a atribuir ao setor da saúde caso vencesse as eleições, referiu que seria 6% do PIB. O jornalista quis saber quanto era isso em dinheiro, mas a resposta saiu engasgada: "São... o Produto Interno Bruto são cerca de três mil milhões de contos, portanto... seis por cento... aaah... seis por cento... de três mil milhões... seis vezes três, 18... um milhão e... ou melhor... portanto... enfim, é... é fazer a conta." Mais tarde, em 1 de janeiro de 2002, data em que se celebrava o arranque do euro como nova moeda, o ministro das Finanças Guilherme de Oliveira Martins não escapou à confusão: "Cinquenta euros são dez mil escudos, e cem euros são dez... são... portanto... vamos ver as contas... não... é natural que... naturalmente que haja...dúvidas."

Embora a generalidade destas gafes provoque sorrisos, outras há que deixam pasmo e estupefação, como aquela em que Paulo Portas, em 2 de julho de 2013, demitindo-se do governo de coligação liderado por Passos Coelho, deixou escrito que a sua decisão era "irrevogável", dando um novo sentido à palavra... uma vez que deu o dito por não dito e voltou ao elenco governativo, o que lhe valeu o cognome "Portas, o ministro irrevogável".

Há gafes de outro tipo, que derivam igualmente de um ato espontâneo, discursivo ou não, mas que, em vez de lapsos, são colocadas ao nível do caráter ou do pensamento do seu autor, conquistando grandes proporções quando os protagonistas são figuras da vida política. Manuela Ferreira Leite parece ter ido longe na ironia, quando disse em 18 de novembro de 2008, enquanto proferia um discurso como convidada na Câmara de Comércio Luso-Americana, em Lisboa, que mais valia suspender por seis meses a democracia para poder fazer reformas. Ou o final do debate televisivo transmitido pela SIC, em setembro de 2005, em que o candidato do PSD, Carmona Rodrigues, estendeu a mão ao seu adversário socialista, Manuel Maria Carrilho, que o deixou de mão vazia e lhe virou as costas. Carmona chamou-lhe: "Grande ordinário." Nenhum dos dois sabia que as câmaras ainda estavam a gravar.

Outras gafes andam muito próximas do escândalo, podendo mesmo converter-se num, se os *media* lhe atribuírem maior atenção. A piada de mau gosto que custou o lugar de ministro do Ambiente a Carlos Borrego, no segundo governo de Cavaco Silva, ficou apenas às portas do escândalo, apesar de ter arruinado a sua carreira política. O ministro contou em público a anedota: "Sabem o que é que no Alentejo, em Évora, melhor dizendo, fazem aos cadáveres das pessoas que acabaram de morrer? Mandam-nas para reciclar para aproveitar o alumínio." A infeliz intervenção, em 10 de junho de 1993, surgiu numa altura em que a contaminação por alumínio da água que abastecia o serviço de hemodiálise do Hospital de Évora provocou a morte a 25 pessoas que estavam em tratamento.

Este episódio teve o mesmo desfecho que o protagonizado por Manuel Pinho, em 2 de julho de 2009. Mas se o de Carlos Borrego teve pouca propagação política e mediática, ficando-se pelo mau gosto da funesta piada, entrando diretamente para o mais mórbido anedotário popular, o outro colheu maior intensidade nos órgãos de informação e virou escândalo. Os blogues e os *posts* em redes sociais tornaram viral o caso de Manuel Pinho, que acabou também demitido por ter, em pleno debate sobre o estado da nação, na Assembleia da República, dirigido ao líder da bancada do PCP um gesto insultuoso de “cornichos”. O jornal *i* considerou que no parlamento este “foi o dia mais insólito dos últimos 20 anos.”²⁴

A generalidade destes exemplos, extraídos da política portuguesa, corresponde à noção de gafe, que, embora não seja nova, se encontra hoje mais sujeita ao conhecimento dos cidadãos, dado que a possibilidade de os episódios serem gravados ao vivo e transmitidos a milhões de espectadores – tenazmente repetidos e colando uma certa imagem, que ocorreu momentaneamente, à figura permanente dos líderes políticos – acentua a perda de controlo da visibilidade, podendo mesmo funcionar contra os seus protagonistas (Thompson, 1998: 126-128), e nalguns casos ter efeitos semelhantes aos de alguns escândalos.

Como procurámos demonstrar com os exemplos utilizados, entre escândalo e gafe há diferenças que, mais ou menos evidentes, podem ajudar-nos a destrinçar os conceitos. Contudo, há neles semelhanças que importa assinalar. Como refere Thompson (1998: 131), ambos os conceitos constituem “ocorrências que indicam a dificuldade de controlar completamente a própria visibilidade através dos *media* e a vulnerabilidade aos riscos que provêm do carácter ambíguo da visibilidade mediada”.

Uma das razões pelas quais é tão difícil ao político e seus assessores controlar os efeitos dessa visibilidade mediada, mantendo fechada a cortina do segredo e da ocultação dos acontecimentos, prende-se com a atenção oferecida a estes episódios, alguns de puro infoentretenimento, posto cativarem reciprocamente, e numa relação causal, quer os *media* quer o público. Mas há igualmente a realçar o efeito viral da sua proliferação, estendendo-se a todos os canais de comunicação e a um armazenamento perpétuo, proporcionando hoje não apenas o escrutínio global como um acervo permanentemente acessível a todos os cidadãos, sem constrangimentos de tempo nem de espaço. Isso tem sido particularmente patente no que concerne ao escândalo político, configurando-lhe uma importância acrescida na vida pública. No ponto seguinte, iniciaremos uma abordagem às suas tipologias, que nos facultam um melhor enquadramento do tema.

²⁴ *i*, 3 de julho de 2009, p. 20.

1.5. TIPOLOGIAS DO ESCÂNDALO POLÍTICO

Vários autores têm procurado dispor o escândalo em tipologias e formatos reconhecíveis, o que lhes permite uma abordagem mais expositiva dos conceitos que defendem, bem como aderir às correntes inscritas na literatura ou distanciar-se delas. Lull e Hinerman (1997) já haviam procurado delinear tipologias para o escândalo, subordinando o seu ângulo à dicotomia plural/individual, estabelecendo nesse sentido três categorias. A primeira diz respeito ao "escândalo institucional", quando em causa estão atos que ofendem a moral predominante e provêm dos gabinetes governamentais ou institucionais. Esta tipologia difere de uma segunda que os autores designam por "escândalo das estrelas", direcionada a personalidades famosas que transgridem as normas e práticas convencionais, com impacto negativo na sua imagem pública. Lull e Hinerman adicionam ainda uma terceira tipologia, designada "escândalo de psicodrama", em que o transgressor é alguém sem conotação pública mas que, pelo ato praticado, ascende mediaticamente a esse estatuto.

Esta categorização não colheu a adesão de outros autores, verificando-se que o ângulo mais relevante passou a ser colocado em ordem à natureza do escândalo, havendo duas correntes distintas a esse respeito. A primeira corrente é da autoria de Andrei S. Markovits e Mark Silverstein, dois investigadores sociais que conjuntamente procuraram aclarar o fenómeno do escândalo político, sustentando, em primeiro lugar, que o escândalo depende do estatuto do seu protagonista político e, em segundo lugar, depende também da natureza da transgressão. Segundo eles, são estas duas características que essencialmente o distinguem de qualquer outro escândalo da vida social (Markovits e Silverstein, 1988). Se a primeira característica, referente ao *status* das figuras envolvidas, tem sido genericamente confirmada pelos restantes pares, não oferecendo contestação, dado que subordina o escândalo político à presença de um ator político, já quanto à outra característica, que defende que o escândalo de poder é o único que deve enquadrar-se no âmbito do escândalo político, uma vez que decorre do exercício de poder político do seu protagonista, ela tem dividido os cientistas sociais, dando inclusivamente lugar a uma nova corrente que diverge da de Markovits e Silverstein. Mas tem colhido também adeptos, como é o caso do nórdico T. Midtbo, que reforça até esta posição, sustentando que o escândalo político "é uma violação das regras e procedimentos no exercício do poder político" (Midtbo *apud* Allern e Pollack, 2012: 14).

A segunda corrente, em divergência com a posição de Markovits e Silverstein, encontra em John B. Thompson a principal referência, advertindo que restringir os escândalos apenas ao exercício do poder político deixaria de fora muitos outros casos, como os de natureza financeira ou sexual, que envolvem figuras da política e que, pelo desgaste de capitais como a

reputação e a confiança, poderão igualmente levar uma carreira a um final abrupto e à consequente queda do seu protagonista. Pelo que, segundo Thompson (2002: 124-127), é indispensável incluir outras tipologias no conceito de escândalo político. Nesse sentido, este professor da Universidade de Cambridge defende uma segmentação constituída pelos três tipos de escândalos mais frequentes: os de poder, os financeiros e os sexuais.

Mais recentemente, Mats Ekstrom (Universidade de Örebro, Suécia) e Bengt Johansson (Universidade de Gotemburgo, Suécia) procuraram adicionar às três tipologias predominantes traçadas por John B. Thompson uma nova categoria, que designaram "escândalo de discurso"²⁵. Eles argumentam que muitos escândalos nascem a partir do que é proferido pelos políticos, observando que "a conversa é o principal veículo de atuação política nas arenas disponíveis na esfera pública dos *media*" (Ekstrom e Johansson, 2008). A proposta destes autores tem o mérito de trazer uma revigorante discussão às teorias de Thompson, mas, como se afigura evidente para nós, o ato discursivo não pode ser inscrito como uma tipologia do escândalo, mas antes como uma forma de o revelar. E, se se trata de colmatar a ausência de tipologia para casos que ficam sem enquadramento, esta proposta não vem resolver a questão. Mais à frente, no ponto 1.5.4., atenderemos a um novo argumento que visa colmatar a falta de enquadramento de alguns casos.

O escândalo é muitas vezes originado por intrigas, rumores, boatos ou gafes, embora estes não sejam sinónimos de escândalo, nem tão-pouco possam configurar uma forma de escândalo. Nesta ótica, o "escândalo de discurso", apresentado em 2008 por Ekstrom e Johansson, enquadra-se na teoria de John B. Thompson, quando muito, como gafe ou "fofoca" (Thompson, 2002: 54), uma vez que não corresponde às características do escândalo, de acordo com o que enunciámos no ponto 1.4., configurando antes um meio possível para que o escândalo irrompa.

1.5.1. O escândalo político de poder

Através da sua bem fundamentada Teoria Social do Escândalo, Thompson expõe-nos convincentes conclusões sobre a pertinência de se considerar para o âmbito do escândalo político outras tipologias para além da de poder, contrariando os argumentos defendidos por Markovits e Silverstein (1988). Com efeito, faz sentido abrir as portas do escândalo a outras prevaricações, dado que estas podem ser suscetíveis de condicionar a carreira de um político ou

²⁵ *Talk Scandals*, no original.

até derrubá-la de vez. Mesmo não se tratando de transgressões decorrentes do exercício do poder político do seu protagonista, uma ocorrência do foro privado pode ditar o desmoronamento da sua reputação, com influência direta nas suas aspirações políticas. Todavia, o escândalo de poder é unanimemente considerado como a mais genuína forma de escândalo político. E nesse ponto todos estão de acordo. A razão deve-se ao facto de ele estar diretamente relacionado com a ação e o desempenho do político no exercício de funções. Por isso, Thompson caracteriza-o como um escândalo em que "está em causa o mau uso ou abuso do poder político" (Thompson, 2002: 239).

Havendo uma sobreposição de tipologias, ou seja, constatando-se num caso o envolvimento cumulativo de transgressões financeiras e de poder, prevalece a última, dada a sua primazia no campo político (Thompson, 2002: 155). Um dos mais impactantes escândalos mediáticos ocorridos em Portugal, deflagrado em 21 de novembro de 2014, ficou conhecido por Operação Marquês, levando à prisão um ex-primeiro-ministro – o que constituiu um facto inédito na democracia portuguesa²⁶, embora sejam conhecidos casos análogos noutros países²⁷.

A investigação a José Sócrates apontou para suspeitas de corrupção, branqueamento de capitais e fraude fiscal, remontando algumas das alegadas prevaricações à época em que este chefiou o governo. Juntamente com ele ficaram detidos o motorista, libertado escassas semanas depois, e o seu amigo e empresário Carlos Santos Silva, presumível cúmplice e titular de contas no valor de milhões de euros que, segundo as suspeitas do Ministério Público, pertenciam a Sócrates. Outras pessoas do mundo da política e dos negócios foram constituídas arguidas no mesmo processo. Este caso assenta em supostos ilícitos de ordem financeira. Todavia, colocando como condição a sua autenticidade, eles terão sido possibilitados apenas pelo exercício do cargo de primeiro-ministro, que direta ou indiretamente terá beneficiado pessoas e empresas. O que nos remete para a classificação de escândalo de poder, em detrimento do financeiro, de acordo com o que enunciámos.

A forma mais comum de escândalo político é, sem dúvida, a de poder. E a ocorrência de transgressões de normas e regras relacionadas com o poder não é recente nem sequer um exclusivo do período democrático. A sua visibilidade foi ampliada pelo assomo investigativo de

²⁶ O Presidente António José de Almeida nomeou para primeiro-ministro Liberato Damião Ribeiro Pinto, em 30 de novembro de 1920, tendo este deixado a chefia do governo em 2 de março de 1921. Foi preso em janeiro de 1922, acusado de desvio de fundos.

²⁷ Há outros ex-primeiros-ministros internacionais recentes que, como José Sócrates, foram detidos: Silvio Berlusconi (Itália), Nicolas Sarkozy (França), Yungluck Shinawatra (Tailândia), Yulia Tymoshenko (Ucrânia), Ehud Olmert (Israel), Ali Zeidan (Líbia), Agim Ceku (Kosovo), Gomes (Guiné-Bissau), Saddiq-al-Mahdi (Sudão), Vano Merabishvili (Geórgia), Ahmed Nazif (Egito) e Alberto Fujimori (Peru).

uma imprensa tornada livre, que assumiu como *ethos* profissional a denúncia pública de contravenções de regras e normas, incluindo as formas ocultas de poder, sejam perpetradas quer por um pequeno grupo de indivíduos quer por uma extensa rede de poder e influência.

Tido como um marco importante na representação do escândalo político de poder nas sociedades contemporâneas, o Watergate – que veio agitar a política norte-americana na década de 70 do século anterior, e que ditou a renúncia do presidente Richard Nixon – colocou em foco a prevaricação de regras, leis e procedimentos esperados de um representante do mais alto cargo da nação. Este caso deixou claro que, por detrás do palco do poder, há formas perniciosas até então mantidas na opacidade pública, sendo exercidas nos seus bastidores, se quisermos utilizar a metáfora do teatro adaptada aos acontecimentos, popularizada por Erwin Goffman (1993). Em Portugal, embora com sinais já bem evidentes a partir da década de 90 do século XX, foi o início da década seguinte que marcou a explosão de casos de escândalo político publicados pelos *media*, estando em causa contravenções que incidem sobre atos praticados por políticos que resultaram em seu próprio proveito, incluindo benefícios patrimoniais, enriquecimento injustificado e atos de poder que visem benefícios fiscais e contributivos, constituindo este conjunto a mais numerosa ramificação do escândalo político de poder. Para além desta, podemos distinguir ainda o favorecimento a terceiros, incluindo pessoas ligadas a partidos, empresas e gente das suas relações. Ou ainda o abuso e a luta pelo poder, onde se encontram os meios ilegítimos de disputa nos partidos ou a angariação paralela e ilegal de recursos financeiros. Outras das ramificações deste tipo de escândalo são a má gestão e a indevida utilização de fundos comunitários, apenas para apontar as mais comuns.

1.5.2. O escândalo político sexual

"Escobar e a mulher viviam felizes; tinham uma filhinha. Em tempo ouvi falar de uma aventura do marido, negócio de teatro, não sei que atriz ou bailarina, mas se foi certo, não deu escândalo."

Dom Casmurro, Machado de Assis

Este excerto de *Dom Casmurro*, de Machado de Assis (1987: 149), não podia ser mais conveniente para introduzir o tema. Reportando-se a factos da esfera íntima que podem provocar indignação, pelo desvio ao comportamento convencionado como normal na sociedade, importa começar por aludir como um caso extraconjugal, capaz de configurar um

escândalo sexual em algumas culturas, poderá suscitar noutras uma certa neutralidade. Isso deve-se em particular à cultura jornalística, que por sua vez emana da cultura da comunidade onde se insere. Por essa razão, sobretudo ingleses e norte-americanos, onde se inclui John B. Thompson, observando a frequência deste tipo de casos, legam-lhes uma posição destacada no escândalo. A que se deve então a propensão anglo-saxónica para a cobertura de escândalos sexuais? Thompson entende que esse facto remonta ao final do século XIX e tem que ver com as crescentes preocupações com a prostituição e a homossexualidade, que fomentaram a exposição deste tipo de escândalos. O mesmo autor entende ainda que a crescente ênfase nos valores da família e do casamento como uma condição de respeitabilidade social ataçaram uma publicidade adversa às figuras públicas (Thompson, 2002: 164-165).

O escândalo político sexual, por ter esta denominação, pode dar a ideia de confinar-se a um número muito limitado de casos, não sendo seguramente esse o propósito de Thompson. Daí considerarmos mais profícuo o ajuste da denominação para uma forma mais abrangente, designando-a por "escândalo político da vida íntima". Em Portugal, embora a imprensa tabloide lhe dedique hoje maior visibilidade, não tem havido tradição de tornar pública a vida privada dos políticos. Entre nós, os *media* generalistas vão conservando o pudor de não vasculhar a esfera conjugal (ou extraconjugal) dos políticos, e estes mantêm-na no recato dos seus círculos íntimos, longe de olhares alheios.

Veremos nos três exemplos seguintes como em Portugal, tradicionalmente, os casos que envolvem revelações da vida íntima não passam de singelas notas sem continuidade nos tabloides e diferenciando um tipo de jornalismo que se abstém da cobertura de temáticas dessa natureza, por contraste com o que é praticado noutros países.



FIGURA 03. Os casos que nunca chegaram a ser escândalo: abordagem a Luís Filipe Menezes (*Correio da Manhã*, 18 de abril de 2008), José Sócrates (*24 Horas*, 2 de fevereiro de 2005) e Sá Carneiro (*O Jornal*, 4 de julho de 1980).

A. O primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro decidiu assumir a sua relação com a editora livreira Snu Abecassis. Católico, portuense, oriundo de uma família abastada, casado e com cinco filhos, Sá Carneiro não chegou a acordo com a sua esposa para o divórcio. A família manteve-se no Porto, ao passo que o político se decidiu por Lisboa. Foi aí que ficou a viver com Snu – também ela em processo de separação – e com os três filhos desta. Embora a imprensa conhecesse o caso, muito pouca tinta foi gasta com o assunto, e os jornalistas não mostraram grande disposição para o publicitar. Nem mesmo quando Mário Soares, num célebre comício no Algarve, começou o discurso afrontando: "Aqui estamos nós, com as nossas mulheres legítimas", tal consideração fez aumentar a amplitude noticiosa do facto. Pode inclusivamente dizer-se que o interesse era mais de rivalidade política do que motivado pela natureza do escândalo (Paixão, 2010: 34). E, chamada a votos, a sociedade concedeu-lhe a vitória nas eleições legislativas de 1979. Todavia, alguma erosão política o caso parecia conquistar. O semanário *O Jornal*, na sua edição de 14 de agosto de 1980, abordou “algumas das razões por que Sá Carneiro se queimou”, apontando

“as da sua vida sentimental, que desde o momento em que ele pretendeu impor publicamente, para além de uma zona íntima em que (mesmo tratando-se de um político e chefe de governo) ninguém tem o direito de se intrometer, contra as normas vigentes na 'civilização ocidental e cristã' (para usar uma fórmula cara à maioria dos seus apoiantes e falar de valores que apregoam defender...) e nas normais relações sociais e até entre os estados, deixou de ser assunto privado, para passar a ser público, e de evidentes repercussões negativas, mormente nas relações com a igreja”²⁸.

Anos depois, voltou a falar-se do caso, desta feita através de um artigo de opinião da jornalista Fernanda Câncio, namorada do socialista José Sócrates na altura em que este foi primeiro-ministro: "Sá Carneiro não quis ser discreto, quis ser direto. Quis mostrar que o seu conceito de união e de família rimava com a sua liberdade e não dependia da aprovação dos outros."²⁹ Após a morte de Sá Carneiro e de Snu, na sequência da queda trágica do avião em que seguiam, em 4 de dezembro de 1980, o caso é hoje recordado pela coragem e não pela censura moral, bem como pelo facto de a imprensa portuguesa nunca ter feito dele um escândalo.

B. O mesmo aconteceu com os rumores da alegada homossexualidade de José Sócrates e da sua suposta relação com um ator. Esta controvérsia, que marcou negativamente a pré-

²⁸ *O Jornal*, 14 de agosto de 1980; p. 2.

²⁹ *Diário de Notícias*, 4 de setembro de 2009, p. 9.

campanha eleitoral, não o impediu de vencer as legislativas de 2005, contra o opositor do PSD e recandidato Pedro Santana Lopes, a quem Sócrates atribuiu a origem dos boatos. Num comício em Braga, em 29 de janeiro de 2005, perante cerca de mil mulheres, Santana Lopes proferiu um discurso que foi encarado como uma acusação velada: “O outro candidato tem outros colos. Estes colos sabem bem.” E incitou o Partido Socialista a revelar a sua posição sobre o casamento homossexual. Da autoria das calúnias Santana não se livrou. Tanto, que o diretor do *Público*, José Manuel Fernandes, desmoronou a existência de eventuais equívocos: “não houve qualquer mal-entendido ou qualquer 'frase fora do contexto': o que se passou no comício das 'mil mulheres' do passado sábado foi do mais puro e genuíno Santana Lopes.”³⁰ O jornalista, escritor e cronista do *Jornal de Notícias*, Francisco José Viegas, que uma década depois viria a ser secretário de Estado da Cultura de um governo social-democrata, foi pontiagudo na consideração de que “Pedro Santana Lopes talvez venha a aprender que cometeu um deslize imperdoável por ter sugerido a suposta homossexualidade de José Sócrates (...). E eis como Santana Lopes entregou mais uma parte da vitória ao PS.”³¹

Com efeito, os resultados eleitorais mostram que o rumor não teve consequências, contrariamente ao que alguns podiam esperar, pois um boato sobre a sexualidade de um político, conjugado com uma aguerrida campanha eleitoral e a luta pela sobrevivência dos tabloides, seria motivo suficiente para manter esta hipótese em aberto. Acresce a isto que os novos meios, na *web*, potenciam a disseminação sem rosto, acessível a cada vez mais gente, podendo influenciar a opinião pública. Mas, se o rumor continuou a correr, ele não teve influência nas aspirações de vitória do candidato socialista.

C. Três anos depois, outro líder partidário foi protagonista de mais uma curta novela que nunca chegou também a escândalo. Passou quase despercebida a história de Luís Filipe Menezes, líder do PSD entre outubro de 2007 e abril de 2008, que havia iniciado uma relação com uma técnica da Câmara Municipal de Gaia, da qual era presidente, passando a viver com a nova namorada, apresentando-a em público, em circunstâncias onde estavam presentes órgãos de comunicação. O crescimento da tabloidização em Portugal foi suficiente para que o caso saltasse para as páginas da imprensa cor-de-rosa e dos tabloides, tendo estes exposto a vida familiar e amorosa do político, chegando mesmo a publicar declarações da sua mulher

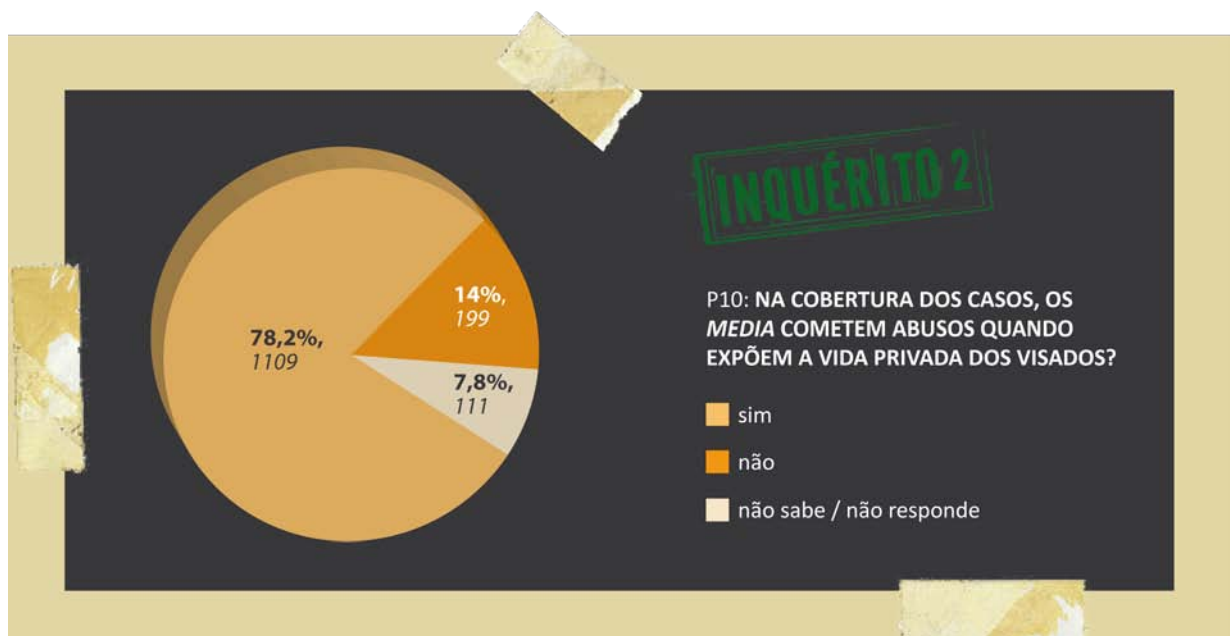
³⁰ *Público*, 2 de fevereiro de 2005, p. 4.

³¹ *Jornal de Notícias*, 3 de fevereiro de 2005, p. 12.

despeitada. A visibilidade é uma faca de dois gumes, e Menezes sentiu que a invasão destes *media* lhe começava a ser incómoda, sobretudo numa altura em que era evidente a fragilidade e a corrosão a que estava sujeito dentro do seu próprio partido. Coincidência ou não, mal soube que o *Correio da Manhã* se preparava para publicar um artigo sobre a sua vida privada, apresentou a demissão. De qualquer forma, mesmo os tabloides pouca importância lhe deram, e os *quality papers* nunca demonstraram interesse pelo assunto.

Os jornalistas portugueses, em matéria de cobertura da vida sexual dos políticos, parecem estar distantes do que é típico na imprensa dos países anglo-saxónicos, onde as transgressões de ordem sexual protagonizadas por políticos colhem tradição de exaustiva exposição e mesmo de quase humilhação pública pelos *media*, facto notado por Thompson (2002: 164). Em Portugal, pelo contrário, raros foram os casos que ficaram conhecidos³².

Nesta matéria, Portugal parece coincidir com a mesma linha liberal que se verifica em países como o Brasil ou a França. Ainda assim, como revela o quadro 01, referente ao estudo de opinião que realizámos em dezembro de 2014 (anexo 3.2.), 78,2% dos inquiridos consideram que os *media* cometem abusos ao exporem a vida privada dos visados.



QUADRO 01. Questão colocada no inquérito 2 sobre se os *media* cometem abusos na exposição da privacidade.

³² Podemos aqui referir o mais emblemático e quase solitário caso «Ballet Rose», que marcou a ditadura de Salazar na década de 1960, envolvendo prostituição e pedofilia. E mais tarde, já quase 30 anos volvidos sobre a implantação da democracia, o caso de pedofilia Casa Pia voltou a suscitar cobertura mediática.

A vida extraconjugal de alguns dos mais proeminentes políticos franceses, tal como acontece em Portugal, não suscita tradicionalmente cobertura mediática. Os jornalistas franceses Christophe Deloire e Christophe Dubois, autores do livro *Sexus Politicus* (2008), ilustram ao longo de mais de 300 páginas os casos extraconjugais de algumas destas personalidades, onde constam nomes como Mitterrand, Dumas, Chirac, Villepin, Sarkozy, entre muitos outros que mantiveram o sucesso da sua carreira política apesar das alegadas transgressões de ordem sexual em que se viram envolvidos.

François Mitterrand manteve durante três décadas uma relação secreta com uma mulher, da qual resultou uma filha, Mazarine. Estas ficaram instaladas numa casa perto da Torre Eiffel, com segurança, tudo custeado pelo Estado, sendo visitadas regularmente pelo político. O *affair* foi conservado numa espécie de segredo de Estado até perto da morte de Mitterrand, que ocorreu em janeiro de 1996.

Embora com uma certa moderação, a imprensa francesa, sobretudo desde a presidência de Sarkozy, passou a demonstrar maior interesse pela vida conjugal dos seus políticos. O vedetismo da modelo e cantora franco-italiana Carla Bruni, que passou a ser mulher do 23.º presidente da França, Nicolas Sarkozy, após este ter passado por uma conturbada separação com rumores de traição, trouxe destaque à vida privada do casal. Também os vários casos do seu sucessor, François Hollande, separado da ex-candidata presidencial Ségolène Royal, com quem teve quatro filhos, tendo depois tornado pública a sua relação com a jornalista Valérie Trierweiler e, já no Eliseu, trocando-a pela atriz Julie Gayet, sua atual companheira, saltaram para as capas dos jornais e revistas. Os *affaires* de Hollande foram alvo de um aceso debate em França, opondo defensores da privacidade do presidente a críticos que sustentavam que as suas visitas noturnas podiam pôr em risco a segurança do país.

A vida de Dominique Strauss-Kahn já valeu um filme. O ex-diretor-geral do FMI, duas vezes ministro e sendo diversas vezes considerado um putativo candidato às eleições presidenciais francesas, alvo de diversas denúncias de teor sexual, foi detido em maio de 2011, em Nova Iorque, quando se encontrava já sentado no avião para regressar a Paris. Este episódio marcou o início da hecatombe política de DSK, como é conhecido, cujo tiro de partida foi dado pela justiça dos Estados Unidos, forçando Strauss-Kahn a uma exposição enxovalhante, com os *media* a colherem imagens suas algemado e rodeado pela polícia. Fez-se ouvir um coro de críticas. O choque cultural foi sentido quer ao nível do tratamento de alguém que, de um lado do Atlântico, é tido como um presumível inocente até prova em contrário, mas do lado americano será sempre um presumível culpado. Há um oceano cultural de distância entre os direitos dos arguidos em cada um dos hemisférios. Strass-Kahn renunciou ao seu cargo no

FMI, tendo chegado depois a acordo com Nafissatou Diallo, a camareira do hotel Sofitel que o acusou de violação, acabando esta por retirar a queixa a troco de seis milhões de dólares, de acordo com o *Le Monde*³³. Aliás, foi este caso que originou o filme *Welcome to New York*, protagonizado por Gérard Depardieu e Jacqueline Bisset.

Em França, noutro dos vários casos em que se viu envolvido, DSK foi acusado de proxenetismo agravado e de ser o principal beneficiário e instigador de festas libertinas, incorrendo numa pena máxima de dez anos de prisão e numa multa de 1,5 milhões de euros. A sua defesa garantiu que este desconhecia que as mulheres que participavam nas festas que organizava eram prostitutas, tendo o Ministério Público acabado por pedir a sua absolvição, com o tribunal a absolvê-lo, no início de junho de 2015. O resultado destes casos, noutro país, poderia ter sido devastador, mas uma sondagem feita entre os dias 29 e 30 de janeiro de 2015, encomendada pelo jornal *Le Parisien*, mostrou que 79% por cento dos franceses inquiridos consideraram que DSK, se tivesse concorrido e ganho as eleições presidenciais no lugar de François Hollande, teria feito melhor trabalho. Nesta sondagem Strauss-Kahn aparece como favorito, à frente do presidente e seu colega de partido Hollande e também do seu rival de direita Nicolas Sarkozy³⁴. Como enfatizou uma peça jornalística da TVI, "o ponto fraco de DSK parecem ser mesmo as mulheres. Mas, olhando para a vida amorosa do atual presidente francês e do anterior, todos têm telhados de vidro."³⁵

Parece ser bem visível a forma díspar como os assuntos sexuais são tratados em França e nos Estados Unidos da América. A diferença cultural é ilustrada pelos autores de *Sexus Politicus*, onde estes debuxam aquilo que parece ser o sentimento generalizado dos franceses: complacentes com os políticos sedutores, rigorosos com os políticos que se arvoram de castos moralismos. Christophe Deloire e Christophe Dubois ironizam que se a história "Monicagate", envolvendo o presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, tivesse acontecido em França, "não teria dado três linhas nos jornais. A mentira [de Bill Clinton] não teria chocado muita gente. Mas na América é diferente (...). Em França a história provoca o riso em vez de chocar" (Deloire e Dubois, 2008: 179). Sobre este caso, o *Expresso* inquiriu algumas personalidades portuguesas de vários quadrantes políticos, tendo estas "lamentado o *voyeurismo* dos norte-americanos e a apetência sensacionalista e moralizadora dos *media*"³⁶.

³³ http://www.lemonde.fr/societe/article/2012/12/10/affaire-dsk-nouvelle-audience-a-new-york-en-presence-de-nafissatou-diallo_1804381_3224.html?xtmc=dsk_pret_a_verser_6_millions_de_dollars_a_nafissatou_diallo&xtcr=1, acedido em 23 de janeiro de 2015.

³⁴ <http://www.leparisien.fr/politique/pour-79-des-francais-dsk-aurait-fait-un-meilleur-president-que-hollande-31-01-2015-4495605.php>, acedido em 23 de janeiro de 2015.

³⁵ <http://www.tvi24.iol.pt/internacional/dominique-strauss-khan/strauss-khan-envolvido-em-novo-escandalo-de-sexo>, acedido em 16 de março de 2015.

³⁶ *Expresso*, 22 de agosto de 1998, capa.

Ecos de escândalos políticos de natureza sexual têm chegado de várias partes do mundo. O famoso caso que envolveu o político conservador inglês John Dennis Profumo, em 1963, será provavelmente um dos que maior expiação causaram, pela sua incrível história que juntou no enredo uma acompanhante de luxo, um osteopata suspeito de proxenetismo e presumivelmente ligado ao MI5, o dono de um jornal e o adido naval soviético em Londres. As peças encaixaram-se para fazer o pior sentido na carreira política do ministro da Guerra John Profumo. Ele vira pela primeira vez Christine Keeler, uma modelo e prostituta com 19 anos, a sair nua da piscina da casa de campo de Lord Astor, um milionário liberal dono do jornal *Observer*, onde Profumo e a mulher tinham ido passar o fim de semana. Quando se envolveu com a jovem, Profumo não sabia que ela era amante do adido naval soviético Eugene Ivanov. Foi Stephen Ward, o osteopata, que a incitou a manter a relação com o ministro. O MI5 estava a par dos encontros e receava que Profumo pudesse passar informações sobre o armamento nuclear da Alemanha. O *affair* do membro do governo, que durava há alguns meses, chegou aos jornais. O político ainda resistiu três meses, assegurando ser mentira a existência de uma relação extraconjugal. Mas acabou por confessar, remetendo-se depois a uma vida recolhida da sociedade proeminente a que estava habituado, passando a dedicar-se a trabalho voluntário numa associação de beneficência.

A lista de casos que abrange a vida íntima dos políticos é extensa, pelo que veremos sucintamente apenas alguns, ocorridos em países díspares, com consequências para os seus protagonistas. Já durante o mandato da dama de ferro, Margaret Thatcher, descobriu-se que um dos seus ministros favoritos, Cecil Parkinson, tinha um filho de uma secretária do seu gabinete, o que levou à forçada demissão do político e ao fim da sua carreira. O antigo presidente do Zimbabué Canaan Banana foi condenado a um ano de prisão em maio de 2000 por "sodomia e outros crimes sexuais" perpetrados com colaboradores, enquanto estava no cargo, entre 1980 e 1987, sendo libertado em 30 de janeiro de 2001, depois de a pena ter sido reduzida. O presidente israelita Moshé Katzav apresentou a demissão em junho de 2007, na sequência de um escândalo sexual, sendo acusado de ter violado uma subordinada quando era ministro do Turismo nos anos 90 do século anterior, tendo sido condenado, em 22 de Março de 2011, por um tribunal de Telavive a sete anos de prisão efetiva. Eliot Spitzer era governador de Nova Iorque há pouco mais de um ano, tendo enveredado na sua eleição por uma forte campanha assente na moralização, atacando políticos e empresários corruptos, quando foi exposta, em março de 2008, a sua ligação a uma rede de prostituição de luxo. Escutas telefónicas revelaram que o governador pagara 4300 dólares por uma acompanhante de 22 anos e descobriu-se que no ano anterior havia esbanjado dezenas de milhares de dólares no mesmo serviço. A demissão

chegou dias depois. Outro caso, no mesmo país, dá conta de que o congressista Anthony Weiner anunciou a renúncia ao cargo depois de ser o centro de um escândalo sexual devido à troca de fotos com mulheres através do Twitter, em maio de 2011. Todos estes casos minaram a reputação dos seus protagonistas, não os poupando à fatalidade da queda.

Todavia, nem todos os escândalos acabam em demissão, ou constituem o prelúdio do termo de um percurso político, mesmo sofrendo a persistente cobertura dos *media*. O mais emblemático ameaçou corroer a carreira do presidente norte-americano Bill Clinton. Depois de, em 1998, o procurador independente Kenneth Starr começar a investigar alegações referentes a uma longínqua ligação extraconjugal entre Clinton e Paula Jones, em que o político foi acusado de assédio sexual por relações tidas em 1991, quando era governador do estado de Arkansas, o mesmo procurador conduziu um novo processo, centrado na relação do presidente com Monica Lewinsky, estagiária na Casa Branca. Já antes, Clinton havia sido acusado por Jennifer Flowers, que revelou um suposto relacionamento de 12 anos com o então candidato democrata. A sua reputação estava longe de parecer imaculada. Mas o caso com a estagiária, apelidado de "Monicagate", prendeu o mundo aos televisores. Depois de negar durante meses as acusações, Clinton acabou por reconhecer a relação com Monica Lewinski, num discurso na Casa Branca, transmitido em direto pelos *media*, em 17 de agosto de 1998. O escândalo culminou com um processo de *impeachment*, ou seja, uma impugnação de mandato, do qual o ex-presidente foi absolvido pelo Senado norte-americano, em 12 de fevereiro de 1999.



FIGURA 04. Em destaque alguns casos sexuais com repercussão internacional que suscitaram grande visibilidade mediática e marcaram a vida política: Profumo, Monicagate, DSK e Hollande.

Quatro anos depois, o chanceler alemão Gerhard Schroeder foi confrontado sobre questões conjugais. Em janeiro de 2003, os *media* noticiaram que o quarto casamento deste líder europeu estava em crise devido a um suposto romance com uma apresentadora de televisão, abalando assim as "convenções vigentes na Alemanha desde o pós-guerra"³⁷ de respeitar a vida privada dos políticos. Schroeder envolveu-se numa batalha com os jornalistas, tentando que os tribunais impedissem algumas publicações de vasculhar a sua vida íntima, entre elas os jornais *Maerkische Oderzeitung* e *Suedwestpresse*. O caso não o impediu de prosseguir o seu mandato, que terminou em novembro de 2005.

Outro caso, também ocorrido na Europa, envolveu Silvio Berlusconi, na época primeiro-ministro de Itália e magnata dono de um importante império de *media*. Na sua mansão em Lampedusa, começavam a ser célebres as festas onde estavam presentes várias celebridades e companheiros da política. As famosas brincadeiras "bunga-bunga", como ficaram conhecidas, envolviam prostitutas que dançavam e satisfaziam os convidados. Estas - ocasiões foram comparadas às lendárias orgias romanas, em glorificação ao deus Baco. Mas eis que entra na trama a jovem marroquina Karima el Mahroug, conhecida por "Ruby", menor de idade, com quem Berlusconi se envolveu sexualmente. Em tribunal, Berlusconi alegou que desconhecia a sua idade e que não se aproveitou do cargo de primeiro-ministro quando ligou para uma esquadra de polícia onde a jovem se encontrava detida por roubo, tendo este pedido que a libertassem, usando para isso a mentira de que ela era neta do presidente do Egito. Em março de 2015 o Supremo Tribunal italiano absolveu Berlusconi das acusações de prostituição de menor e abuso de poder. Não tardou muito até que os conservadores seus apoiantes lançassem uma onda de solidariedade e incitassem ao seu regresso, mesmo antes de Berlusconi ouvir o veredito dos tribunais relativamente a outros casos tanto sexuais como de poder, este último por alegadamente ter subornado três senadores de esquerda, por três milhões de euros, para fazerem cair o executivo de Romano Prodi. Apesar dos escândalos, foi a crise e a má prestação económica do seu país que o derrubaram, tendo deixado o cargo de primeiro-ministro em 12 de novembro de 2011, após a entrada em vigor de medidas de austeridade que visavam salvar o sistema económico italiano, observando-se o descontrolo das contas internas.

Os diversos casos aqui expostos remetem-nos para a centralidade dos comportamentos sexuais dos políticos e para os efeitos nefastos que estes podem trazer. Segundo Thompson, estamos perante um escândalo sexual se a desviância implicar "uma revelação pública de atividades de personalidades políticas que envolvem, ou que podem ser retratadas como envolvendo, uma

³⁷ *Público*, 20 de janeiro de 2003, p. 40.

transgressão de normas ou códigos em vigor que governam a conduta das relações sexuais" (Thompson, 2002: 154). Daqui podemos extrair que se encontram incluídas nesta tipologia as revelações sobre a vida privada de um político, digam respeito a infrações punidas por lei (como a pedofilia ou a prostituição, por exemplo) ou simplesmente a "formas de conduta impróprias ou inconvenientes", como classifica Thompson (2002:154). O que vem reforçar aquilo que antes defendemos, ao sugerirmos que a terminologia "escândalo sexual" devia ser substituída por "escândalo da vida íntima".

Este tipo de escândalo não é um exclusivo da elite política, mas seria um erro, na opinião de John B. Thompson, omiti-lo do leque de escândalos políticos, posto este acarretar uma forte possibilidade de condicionar o exercício ou a expectativa de poder do seu protagonista. Esta posição de Thompson, tal como já havíamos referido, contrasta com a de Markovits e Silverstein (1988: 6-9), de Anthony King (1986: 187) e de Robert Williams (1998: 7). Este último excluiu os escândalos sexuais do seu estudo feito nos Estados Unidos pelo facto de considerar que estes estão desprovidos de motivação política. No entanto, para Thompson, o facto de um escândalo sexual poder causar algum potencial prejuízo ao político visado motiva a sua inclusão na orbe do escândalo político. Esta é também a nossa convicção.

O melhor e único exemplo da política nacional de que dispomos refere-se ao escândalo da Casa Pia, envolvendo o ex-ministro socialista Paulo Pedroso, como havemos de ver com mais detalhe no anexo 4.3.53., mas cuja síntese aqui lançamos, dada a sua pertinência neste ponto.

Paulo Pedroso viu o seu nome ligado ao escândalo sexual Casa Pia, acusado de abuso sexual de menores, tendo inclusivamente ficado em prisão preventiva. Na altura, era o número dois da liderança de Ferro Rodrigues, e o seu percurso, tão talentoso quanto meteórico, projetava-lhe um futuro auspicioso. Pedroso ascendera ao cargo de secretário de Estado com apenas 32 anos, e a ministro do Trabalho e da Solidariedade no governo de António Guterres aos 34, tendo nessa altura adotado a popular medida de inserção do Rendimento Mínimo Garantido, que foi uma das mais fortes marcas da governação socialista. Não é de estranhar que a sua detenção, em virtude da suposta ligação ao caso que estava a chocar a sociedade, tivesse um efeito vertiginoso no Partido Socialista.

Quando se viu livre das acusações e foi posto em liberdade, quatro meses e meio depois de ter sido detido no interior do parlamento, Paulo Pedroso fez um período de ausência da vida pública, tendo mesmo chegado a sair do País. Mais tarde voltou ao seu lugar na Assembleia da República e procurou depois aferir se seria possível um regresso pleno à vida política, candidatando-se à

presidência do município de Almada, um concelho na margem sul de Lisboa. Embora não possamos afirmar que, após um escândalo, um político não voltará mais a levantar-se – veja-se a ironia com que, em 1847, Mark Twain comentou no *New York Journal* uma informação que acabara de saber: “a notícia da minha morte é claramente exagerada” –, foi Pedroso a assumir ter fechado essa etapa a cadeado e ter deitado fora as chaves. A derrota, segundo o próprio, levou-o a colocar um ponto final na carreira política³⁸. Mesmo tendo sido ilibado pelo tribunal.

Este caso do foro sexual, um dos maiores escândalos ocorridos em Portugal e o único desta natureza na era democrática, tem a particularidade de não configurar apenas uma rotura moral, pois ele, tratando-se de pedofilia, demonstrou violar também normas legais. Assim, a natureza abjeta das alegadas prevaricações causou forte impacto na sociedade e, logo, nos *media* também; e a abertura do processo judicial acarretou uma mais longa e muito intensa cobertura mediática.

Desta forma, os políticos que, devido à sua vida íntima e pessoal, se encontram no centro de um escândalo são responsabilizados de acordo com um padrão idealizado de moral pública, sendo os *media* os guardiões dessa moral, como defendem Lull e Hinerman (1997) ou, de acordo com Pierre Bourdieu, "os jornalistas têm sido caracterizados como ‘guias espirituais’ e representantes de moralidade" (Bourdieu, 1997: 46). No fundo, são eles que mantêm ativas as normas da vida pública e os valores da política (Ettema e Glasser, 1998), influenciando assim o julgamento público dos políticos.

1.5.3. O escândalo político financeiro

Como tivemos ocasião de referir, vários ilícitos financeiros, se facilitados pelo exercício do poder político do seu protagonista, inserem-se na catalogação de escândalo político de poder. Contudo, há os que não são aplanados por esta prerrogativa. Conforme define Thompson, os escândalos financeiros na esfera política "baseiam-se em alegações sobre abuso de dinheiro e outras irregularidades financeiras" (Thompson, 2002: 102). De acordo com Paixão (2015), 75% dos escândalos políticos ocorridos na democracia portuguesa terão uma forte conexão a prevaricações relacionadas com recursos financeiros, embora, destes, só 21% possam ser classificados como escândalos financeiros.

³⁸ *Visão*, 28 de agosto de 2014, p. 87.

Dependendo da infração envolvida, Thompson (2002: 197-238) propõe-nos as várias formas de escândalo financeiro, nomeadamente, a de "suborno", quando se trata de uma troca irregular de recursos económicos com o objetivo de influenciar decisões e resultados políticos; a de "apropriação indevida de fundos públicos, fraude e mau uso de informações privilegiadas"; a "existência de interesses financeiros privados não declarados", que transgridem as normais obrigações e responsabilidades de um político; e a "transgressão em aspetos eleitorais", como a apropriação indevida de fundos de campanha. Consideramos ainda que uma outra forma de prevaricação, pela sua dimensão, deve ser adicionada a este subconjunto de prevaricações de âmbito financeiro. A "fuga ao fisco" é, em Portugal, uma das principais fontes de escândalo financeiro, tendo inclusivamente levado à queda de políticos membros do governo. Já aqui abordámos o caso que envolveu António Vitorino, um dos ministros mais influentes de António Guterres, que pediu a demissão em novembro de 1997, após a imprensa ter noticiado uma alegada falta de pagamento de parte do imposto de Sisa relativo a um monte que adquirira no Alentejo, tendo este, na sequência do escândalo, acabado conhecido por Monte dos Vendavais. Já antes, no mesmo governo, o ministro do Equipamento Social Murteira Nabo não chegou a durar 15 dias à frente da pasta. O semanário *O Independente* revelou em 12 de janeiro de 1996 que este declarou para efeitos fiscais muito menos do que lhe havia custado o seu apartamento num dos mais famosos edifícios lisboetas. Murteira Nabo apresentou a demissão ao primeiro-ministro, que a aceitou.

Também por causa de uma alegada fuga aos impostos, a empresa dona dos cafés Delta – cujo proprietário é Rui Nabeiro, o socialista ex-presidente da câmara da vila fronteiriça de Campo Maior – foi condenada a pagar ao Estado português 500 mil contos (cerca de 2,5 milhões de euros), por dívidas relativas a importações irregulares de café. O processo remonta a finais de 1981, altura em que os serviços de fiscalização alfandegária acharam que milhares de quilos de café importado da Holanda tinham escapado à taxa de importação³⁹. O despachante da empresa, Alberto Costa Santos, foi detido. Nas suas declarações iniciais comprometeu o patrão. No entanto, como revela o *Expresso*, “em pleno Tribunal da Boa-Hora, durante o seu julgamento ocorrido em Abril de 1982, viria a negar tudo”⁴⁰. E, de acordo com o mesmo jornal, "remeteu-se a um silêncio cujo preço se desconhece”⁴¹. O despachante foi condenado em 1984 a cinco anos de cadeia. A empresa começou a ser julgada, tendo o *Expresso* noticiado em março de 1986 que haviam sido emitidos mandados de captura contra Rui Nabeiro e o seu filho João, após a Polícia Judiciária ter concluído que ambos passaram cheques a favor do

³⁹ *Expresso*, 5 de janeiro de 1985, p. 4.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ *Expresso*, 3 de abril de 1982, p. 3.

despachante que se encontrava a cumprir pena de prisão, evidenciando assim existir cumplicidade entre os três. O Ministério Público acusou Rui Nabeiro de ter defraudado o Estado numa quantia superior a 516 mil contos⁴² (cerca de 2,58 milhões de euros). O mesmo jornal revelou que o autarca de Campo Maior, com mandato suspenso, passou a residir “nos arredores de Badajoz, e o seu negócio de café apresenta-se mais próspero do que nunca”⁴³. Em novembro de 1986, o juiz pronunciou Rui Nabeiro, o seu filho e o despachante, por fuga fiscal e associação criminosa. Este recorreu para a relação em novembro de 1987 da declaração de pronúncia que o incriminava. Em 7 de novembro de 1990, Rui Nabeiro e o seu filho foram ilibados. O processo que se arrastava desde 1982 foi decidido, tendo o Tribunal da Relação de Lisboa revogado definitivamente o despacho de pronúncia, decidindo, por unanimidade, pela sua inocência.

Noutro caso, José Luís Judas, presidente do município de Cascais, e a sua mulher, tinham, segundo o *Público* revelou na edição de 1 de novembro de 1997, uma dívida fiscal no valor de quatro mil contos (cerca de 20 mil euros) e que aquele não entregara a declaração de IRS de 1994 e 1995. Judas processou o jornal, alegando que a peça relatava factos da sua esfera privada e que a irregularidade era relativa à situação profissional da sua mulher, apesar de abranger o casal. O Tribunal da Relação de Lisboa absolveu o órgão de informação.

Também Pedro Passos Coelho, primeiro-ministro no período em que os factos foram conhecidos, se insurgiu contra os jornalistas que investigaram as suas obrigações contributivas, alegando que estas se circunscrevem à sua vida privada. Em fevereiro de 2015 ficou a saber-se que durante cinco anos este não pagou as contribuições à Segurança Social, ficando com dívidas entretanto prescritas, tendo pago apenas uma parte de forma voluntária, na sequência da pressão dos *media*. Logo na semana seguinte, soube-se ainda das várias dívidas amontoadas ao fisco, que fora de prazo foram sendo pagas. O primeiro-ministro não se demitiu e contou mesmo com a conivência do Presidente da República, Cavaco Silva, da mesma ala política, que desvalorizou a indignação da oposição, afirmando que “já se sente um cheiro a campanha”. Quem parece não ter gostado do caso foi o painel de participantes numa sondagem do *Expresso*⁴⁴ que, a cerca de seis meses das legislativas, ditou a queda do partido do governo nas intenções de voto e atribuiu a Cavaco Silva um dos créditos reputacionais mais nefastos de sempre entre os titulares do mais alto cargo da nação, com uma popularidade negativa de 6,2%. Este caso, se tivesse ocorrido nos Estados Unidos da América, resultaria num processo de

⁴² *Expresso*, 2 de agosto de 1986, capa.

⁴³ *Expresso*, 27 de setembro de 1986, capa.

⁴⁴ *Expresso*, 14 de março de 2015, pp. 18-19.

impeachment, uma vez que a constituição americana prevê o afastamento de um presidente que falhe nos pagamentos ao Estado. Brian Gale, professor de Direito Tributário no Boston College, refere que falhas desta natureza seriam punidas, porque "as pessoas detestam pagar impostos e esperam que os políticos obedeçam às regras que impuseram aos outros"⁴⁵.

Como em qualquer outro escândalo político, também este ocorrerá apenas se as supostas infrações forem publicamente reveladas e se estas forem socialmente reprovadas no contexto onde são expostas. Daqui podemos inferir que a cultura onde se inserem assume uma particular relevância.

1.5.4. O escândalo político de conduta

Como vimos anteriormente, Thompson integrou na tipologia dos escândalos políticos mais frequentes os que decorrem do poder, os da esfera sexual e os de natureza financeira, embora deixe claro que não é sua intenção abranger nela todo o tipo de ocorrências. Há, efetivamente, casos sem amparo nas subdivisões criadas por Thompson e que, por esse motivo, ficariam sem enquadramento. Todavia, estes casos representam um número ainda substancial para que os deixemos arredados do âmbito do escândalo político, propondo por isso aqui lançar as luzes para uma nova tipologia. Aquela que aqui defendemos cinge-se a um modesto contributo que pode vir a adicionar-se às três tipologias estabelecidas por Thompson. Começemos por atender a três casos concretos da política nacional.

1. Pode dizer-se que a conhecida história da "Manta da TAP" ainda deu pano para mangas. O semanário *O Independente* noticiava com honras de primeira página, em 26 de julho de 1991, que o então ministro dos Negócios Estrangeiros João de Deus Pinheiro havia "desviado" uma manta da companhia aérea portuguesa, durante um voo entre Lisboa e Nova Iorque. O jornal afirma que a peça de aconchego, "boa e quente", que era disponibilizada aos clientes da classe executiva, "acabou em casa do ministro", sem que ninguém da tripulação ultrapassasse o embarço de ter de lha pedir. O caso ainda andou nas páginas do semanário durante uns tempos até que, em 21 de janeiro de 1994, este reconheceu ter falhado e que fora "induzido em erro por fontes que julgava credíveis". Mas a nódoa no caso da Manta, como em quase todos os casos, é difícil de apagar, e a fama ficou agarrada ao ministro.

2. Em 26 de novembro de 1999, é publicado um dos mais polémicos temas da vida política nacional. Sousa Franco, que acabara de sair do governo, foi almoçar a um restaurante onde se

⁴⁵ *Expresso*, 14 de março de 2015, p. 9.

encontravam também alguns jornalistas, entre eles Inês Serra Lopes, diretora de *O Independente*. Sem procurar recato na voz, o antigo ministro das Finanças foi tecendo "inconfidências" ao outro conviva que com ele se encontrava. As críticas ferozes ao governo de que fez parte, a desilusão com o primeiro-ministro António Guterres, as apreciações negativas sobre o seu antigo colega Pina Moura, referindo que este era o homem de mão dos espanhóis, pareciam arrasar o executivo liderado por Guterres. Mas Sousa Franco não esperava que a conversa fosse transcrita pelo jornal. À contenda política que se gerou, juntou-se também uma tempestade de discussão deontológica. O segredo daquela conversa passou a fazer parte da vida pública. O governo sofrera o maior espinho, o que mais lhe doera, pois as revelações do ex-ministro ganharam a dimensão de escândalo.

3. O advogado e ex-líder parlamentar do PSD Duarte Lima era advogado de Rosalina Ribeiro, a ex-secretária do industrial Tomé Feteira, que herdou parte da sua imensa fortuna, tornando-se assim numa mulher muito rica. Rosalina foi morta em 7 de dezembro de 2009, a 90 quilómetros do Rio de Janeiro, tendo a polícia brasileira desde cedo suscitado de Duarte Lima, soltando para os *media* algumas pistas que poderiam indiciar o político português como o principal suspeito.

Qualquer dos três casos atrás sintetizados, dizendo respeito a políticos, configura um escândalo político. Todavia, não os podemos inserir nas tipologias de poder, sexual ou financeira, dado que a natureza da prevaricação se afasta dos respetivos conceitos. Nesse sentido, torna-se pertinente agrupá-los numa tipologia que abrigue os diferentes casos desenquadrados.



FIGURA 05. Os casos que envolvem Deus Pinheiro, Sousa Franco e Duarte Lima, tal como os relativos à licenciatura de José Sócrates e à de Miguel Relvas, são exemplos de escândalo de conduta.

Entendemos por isso que o escândalo político de conduta trará pertinência a várias ocorrências que não se ajustam às tipologias principais estabelecidas por Thompson. No fundo, ele diz respeito a contravenções de comportamentos que são moral e culturalmente reprováveis. Visando um protagonista político, tanto pode englobar furtos, homicídios, agressões e violência (na forma tentada ou consumada), comportamento indecoroso em público, consumo de substâncias proibidas ou fraude acadêmica (incluindo plágio e obtenção irregular de graus acadêmicos), entre muitas outras prevaricações que podem derrubar os capitais de reputação dos políticos e enfraquecer a sua legitimidade perante os cidadãos.

1.6. A ANATOMIA DO ESCÂNDALO: ESTRUTURA SEQUENCIAL E DURAÇÃO

Embora sem aprofundamento ou até com uma certa inexatidão, têm sido apontadas fases correspondentes à estrutura sequencial do escândalo político. A partir do estudo sobre a corrupção política, é possível distinguir etapas presentes na mediatização dos casos. É o que sustenta Sánchez (1994), ao propor a implicação de seis fases, corroborando a classificação analítica de Lawrence Sherman (1978) num estudo sobre a corrupção política em várias cidades norte-americanas. São elas a revelação, a publicitação, a defesa, a dramatização, o processo institucional e o veredito.

Já para John B. Thompson, os escândalos políticos apresentam quatro etapas previsíveis, embora a sua sucessão não seja absolutamente rígida, devido às ambiguidades dos casos e ao comportamento de todos os intervenientes no palco do escândalo. Todavia, apesar de a sua sequência não ser linear e de o seu desfecho não poder ser previsto, é possível, segundo Thompson, reconstruir uma estrutura basilar dos escândalos mediáticos. Este autor propõe que a reconstituição do escândalo siga quatro fases: o pré-escândalo, o escândalo propriamente dito, o auge e, por último, a consequência (Thompson, 2002:102-107).

De acordo com Thompson, um escândalo terá sempre de ser superior a um dia, porque o primeiro é o da revelação. Assim, os escândalos estendem-se normalmente por um período que é sempre maior do que um dia e que pode durar semanas, meses, ou até mesmo anos (Thompson, 2002: 102). Segundo o mesmo autor, "uma revelação inicial seguida por um completo silêncio não irá evoluir para um escândalo". Apesar disso, convém notar que há casos que não têm desfecho; seja porque a justiça deu por finda a sua ação, seja porque os *media*, por algum motivo, deixaram de o seguir. Havemos de ver, no ponto 3.3.2. da parte referente ao

Enquadramento dos Casos e Interpretação de Dados, quantos casos ocorridos no período da democracia portuguesa ficaram sem desfecho.

O desenvolvimento temporal do escândalo depende de outros fatores, tais como os ritmos específicos dos tribunais e instituições políticas. Podemos considerar que há picos de intensidade durante uma investigação oficial ou durante um julgamento, por exemplo, dado o tipo de informação que daí decorre e que é habitualmente alvo da cobertura mediática. De acordo com Thompson, o escândalo termina quando se estabelece uma confissão, uma renúncia, um julgamento, ou quando os *media* começam gradualmente a reduzir a atenção que lhe dispensam.

O processo durante o qual as diversas fases se desenvolvem designa-se "escandalização", de acordo com a literatura nórdica, dizendo este respeito ao período desde que o escândalo é espoletado até ao seu desfecho (Allern e Pollack, 2012). Tomando o escândalo político contemporâneo como uma ocorrência essencialmente mediática, esse facto impele-nos a uma observação da construção dos casos a partir dos *media*. Alicerçados numa ampla observação da cobertura jornalística dos casos ao longo dos primeiros 40 anos da democracia portuguesa, entendemos que o escândalo político, de forma geral, atravessa cinco fases, como a seguir expomos:

1. **PRÉ-ESCÂNDALO.** Esta fase é menos frequente e ocorre quando a transgressão ainda circula reconditamente, não se assumindo na esfera pública enquanto escândalo, podendo, pontualmente, existir uma ou outra peça noticiosa sem se verificar uma alusão inequívoca à transgressão e sem que se estabeleça ainda o caso.

2. **REVELAÇÃO.** Nesta etapa surgem as primeiras notícias, sendo este o momento em que o caso se assume como político. Ele pode porventura ter já sido espoletado, com outros protagonistas, mas é a entrada de um ator político que desencadeia aquilo que consideramos a revelação do escândalo político. Quando o caso é tornado público, não raras vezes ele aparece como um exclusivo de um órgão de informação. O efeito mimético dos *media* leva a que outros o sigam, dando importância ao caso, recontando a (mesma) história, procurando novos ângulos e novas vozes. Esta fase é habitualmente curta, pois abre espaço à exposição detalhada da história que será contada na fase seguinte.

3. **NARRATIVA.** É neste período que se procede à exploração do caso, com entrevistas, investigações, contra-argumentações, explanação de pormenores e detalhes. De acordo com Jenssen e Fladmoe (2012: 60), os *media* mais engenhosos são aqueles que aparecem com novas informações. Contudo, até que isso aconteça, todos, desde as estações televisivas com maior audiência até à mais modesta estação de rádio local, dão à história o seu próprio toque e

procuram sempre um ângulo novo para a contar. Como consequência, o escândalo não para de crescer, à medida que novas abordagens e novos argumentos – não necessariamente novas informações – são apresentados. Esta é a fase em que se assiste ao fluir dos acontecimentos e mesmo a novas descobertas, uma vez que as fagulhas do escândalo desencadeiam novos focos, ateando a partir daí outros casos, ligados entre si como uma teia, cuja descoberta decorre do primeiro caso investigado.

A terminologia “narrativa” não está, neste contexto, isenta das influências do léxico político contemporâneo. Quando José Sócrates, no seu comentário semanal na RTP, após ter deixado o cargo de primeiro-ministro e regressado de Paris de um período de afastamento da vida política, se referiu à explicação da direita sobre o que levou Portugal a pedir auxílio financeiro à troika, este utilizou a expressão “narrativa”. Desde então a palavra tem vindo a popularizar-se, fazendo recrudescer a doutrina iniciada nos círculos pós-modernos relativistas, que consiste em situar as afirmações, compreendendo-as como diferentes "narrativas" que dependem dos contextos históricos, culturais e linguísticos, dada a influência dos preconceitos culturais de cada narrador. Apesar de alguma crítica filosófica a essa doutrina – assentando na redução ao absurdo da noção dos critérios de verdade, quando o relativismo os submete à dependência das diferentes culturas e práticas, tornando anárquica a ordem da razão –, julgamos que não será despiciendo o emprego do termo na descrição de uma fase do escândalo político, e até de outros *issues*, admitindo a premissa de que os *media*, e os jornalistas, podem, em tese, ter a “sua” interpretação dos factos, as suas motivações e a sua convicção da verdade. A mesma lógica podemos, sem esforço, extrair igualmente das considerações que alguns autores fazem da narrativa jornalística (Zelizer, 1992; Schudson, 1995; Canel 1999; Sousa: 2000), ao observarem que os *media* produzem “histórias narradas por narradores” (Canel e Sanders, 2005: 166). Nessa perspetiva, como sustentam Canel e Sanders,

“quando a notícia versa sobre um escândalo, é mais fácil que a cobertura se centre nas características da história: uma vez começado o escândalo, desencadeia-se todo um processo de comunicação que conta com bons e maus, delitos e imoralidades; enfim, abordagem, enredo e desenlace. É uma história sobre jornalistas projetando uma estrutura interpretativa, que se substancia nos diversos enfoques que aparecem nas informações” (Canel e Sanders, 2005: 166).

4. **DESFECHO.** Embora Thompson considere que antes do epílogo do caso há ainda lugar ao período que o próprio designa por "auge", onde se verifica o apogeu da cobertura, a nossa observação resulta numa discordância relativamente a essa apreciação, dado que o "auge" é

suscetível de acontecer em qualquer fase do novelo do escândalo, não devendo constituir-se por isso como uma fase autónoma. O desfecho aponta para o final estipulado do caso, onde a resolução faz cessar o interesse dos *media*, podendo esta concernir tanto a uma sentença como a uma demissão, a uma assunção de culpa, a uma comprovação da prevaricação ou, ao invés, até mesmo à ilibação do visado. No fundo, é esta fase que cunha o resultado final do caso.

5. PÓS-ESCÂNDALO. Depois do desfecho do escândalo, o caso pode ser abordado em diversas circunstâncias, como a peleja política entre adversários, a memória de um tempo marcado pela sua ocorrência, o seu exemplo como referência para outro acontecimento relacionado, entre outros. No fundo, o muito extenso repositório possibilitado hoje pela Internet acaba por permitir ter à mão qualquer caso, sempre que se afigure necessário, acessível a todos, em qualquer instante. Por essa razão entendemos que o escândalo não se esgota no seu desfecho, mas permanece vivo para além da sua conclusão “formal”.

As cinco fases do escândalo político integram um circuito, que os nórdicos Jenssen e Fladmoe (2012) equiparam à "caça", entendendo que esta começa no momento da divulgação. Os comentadores seguem no encaço do político, tecendo críticas e especulando sobre cenários, empurrando o político para mais perto do precipício. Em campo, a concorrência entre jornalistas leva inevitavelmente a uma busca pela descoberta de outras transgressões, indagando novos caminhos. Os adversários políticos não declinam, ainda que reconditamente, a oportunidade de lançar farpas que atinjam o visado. O futuro do político torna-se incerto, e alguns dos seus velhos aliados vão-lhe faltando com o apoio. Cercado, o político terá de ponderar se mantém condições para permanecer no campo político ou se deve retirar-se e apresentar a demissão. Esta alusão, que compara o escândalo à caça (Jenssen e Fladmoe, 2012), faz interagir políticos e jornalistas, como a presa e o predador. Mas nesta observação, ainda que metafórica, não é tido em conta se a infração cometida é real ou ficcionada, pois as fases prosseguem sem levar esse fator em consideração. Essa questão será tratada no ponto seguinte.

1.7. ONDE HÁ FUMO HÁ FOGO?

“The mind conscious of innocence despises false reports: but we are a set always ready to believe a scandal.”
Ovid, Fasti - IV, 311

Onde há fumo há fogo? A crença popular não costuma ser tão benevolente com este provérbio, uma vez que não o coloca na forma interrogativa. Ao usarmos o postulado popular, a nossa

intenção é lançar luz sobre uma das questões mais frequentes que se encontram pendentes na maioria dos escândalos políticos. Dependerá necessariamente o escândalo da ocorrência prévia de uma transgressão, ou poderá ele nascer de um simples rumor ou de uma mentira construída que é depois massificada? Se assim for, o escândalo não se subordina impreterivelmente à ocorrência de uma desviância mas, sim, a uma narrativa que pode ser tanto real como ficcionada. Nesse sentido, a verdade e a mentira são indistintas para a deflagração de um caso.

A resposta a esta questão contribui, no fundo, para desmistificar o fenómeno do escândalo político, permitindo manter pelo menos em aberto a hipótese de este ser desencadeado no seio da luta política e semeado por adversários, sabendo que a possibilidade de atingir os capitais simbólicos do visado poderá provocar um dano irreparável na sua carreira. Assim, basta haver uma suspeita, veraz ou ficcionada, tornada pública, para desencadear o escândalo, saindo esta da esfera restrita e mediatizando-se (Molotch e Lester, 1999: 48; Thompson, 2002: 52). O conhecimento desta forma de atuação não está necessariamente contido apenas nos pergaminhos da tarimba política ou nos bastidores recônditos das redações. Ele constitui uma suposição transversal a outras esferas e mesmo ao senso comum, como bem nota José Faria Costa, professor de Direito Penal da Universidade de Coimbra:

"Ninguém desconhece que as formas mais destruidoras da honra e da consideração de outrem não são as que exprimem, de modo direto, factos ou juízos atentatórios da honra e da consideração. Qualquer aprendiz da maledicência e muito particularmente o senso comum sabem que a insinuação, as meias-verdades, a suspeita, o inconclusivo, são a maneira mais conseguida de ofender quem quer que seja.... Basta que nos capacitemos de que à meia-verdade é sempre difícil de responder ou contra-argumentar racionalmente e, por isso, a ressonância desonrosa, ligada à ofensa, multiplica-se com credibilidade, porquanto ali há um pouco de verdade" (Costa, 1999: 612).

Tratando-se de um escândalo, muito raramente se consegue situar a sua proveniência. O período que o origina sucede habitualmente longe do espaço público, distante do olhar dos não participantes. Quando os factos são revelados, através da comunicação social, com frequência estes já se converteram num escândalo, abandonando o círculo oculto, soltando-se do casulo restrito onde antes permaneciam, a esfera privada. Os órgãos de informação trazem-nos a história e os presumíveis dados que constituem o escândalo, mas não é usual revelarem como tomaram conhecimento deles nem as motivações que a isso levaram. Não faz parte da sua rotina nem da sua relação com o público o processo de desocultação; aliás, a

proteção das fontes confidenciais é um critério deontológico que prosseguem⁴⁶. Para além disso, esta fonte, vista na perspetiva de fornecedora de matéria-prima muito atrativa e vendável, se é certo que irá beneficiar com a divulgação da história, não é menos verdade que concede o ensejo ao jornalista ou ao órgão de informação de lucrar também com ela.

A voragem de dar notícias ao público, de as divulgar antes da concorrência e de apresentar primeiro a “catcha” tem contribuído para precipitar casos escandalosos. Ainda que por vezes estes se afigurem insustentados. Um artigo de opinião assinado por Vasco Pulido Valente⁴⁷ criticava os jornalistas que transmitiam boatos, referindo-se concretamente a Manuela Ferreira Leite, então deputada, que insinuou favorecimentos do primeiro-ministro António Guterres ao seu cunhado, Manuel Moura Santos. Pulido Valente reprovava no seu artigo a propagação do boato sem provas, convertendo-o num “putativo escândalo”, como referiu, acrescentando, em conclusão: “hoje em dia os portugueses assistem com tranquilidade e prazer à execução de um indivíduo por motivos de puro expediente político e ligeireza jornalística”.

Uma característica de alguns escândalos políticos é que eles começam como algo relativamente menor e só depois se convertem num caso mais grave. Muitas vezes, o caso evolui graças a declarações e a um emaranhado de justificações, negações ou atitudes que acabam por configurar novas violações de normas. Foi o caso do antigo presidente norte-americano Bill Clinton, quando tentou explicar a natureza do seu relacionamento com a estagiária Monica Lewinsky, numa entrevista coletiva na Casa Branca: "Eu não tive relações sexuais com aquela mulher." Comprovou-se que teve. E as suas declarações, em vez de amainarem os rumores sobre o seu envolvimento extraconjugal, fizeram disparar o escândalo, adicionando às dúvidas geradas o embaraço de uma nova mentira aos americanos.

Muitos escândalos implicam atos, por parte dos visados, que constituem novas transgressões, podendo mesmo transferir a atenção do caso original para a nova ofensa. Quando isso acontece, estamos diante do que Thompson designa por "transgressões de segunda ordem", que são desencadeadas sobretudo pela tentativa de encobrimento da transgressão inicial, através de "enganos, obstrução, negações falsas e puras mentiras" (Thompson, 2002: 43-45). Habitualmente, de acordo com Paixão (2010: 46), "protagonistas e jornalistas estão em diferentes lados da batalha, com os primeiros a tentar defender-se e a desacreditar os *media*, e

⁴⁶ O artigo 6.º do Código Deontológico dos Jornalistas portugueses estabelece que "o jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, exceto se o tentarem usar para canalizar informações falsas".

⁴⁷ *O Independente*, 15 de maio de 1998, p. 22.

os segundos, numa procura contínua de factos que provem a veracidade do escândalo ou de novos dados que o acentuem".

Quando não era ainda membro do governo, Rui Machete endereçou uma carta ao deputado Luís Fazenda, do Bloco de Esquerda, em 5 de novembro de 2008, garantindo que nunca tinha sido "sócio ou acionista" da Sociedade Lusa de Negócios, dona do famigerado BPN. Mas o certo é que foi, como veio a apurar-se após ter sido empossado ministro dos Negócios Estrangeiros no governo liderado por Passos Coelho.

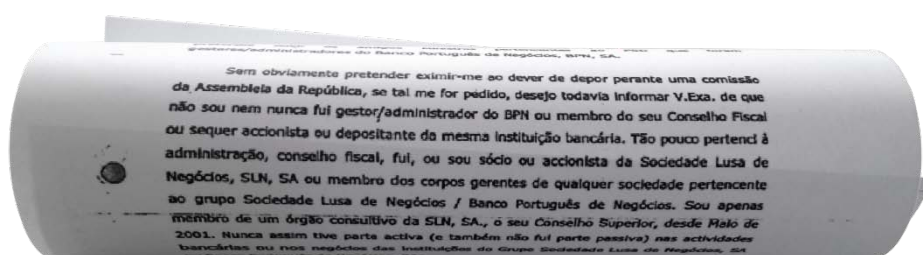


FIGURA 06. A carta de Rui Machete, de 5 de novembro de 2008, onde afiançava não ser acionista da SLN/BPN.

Se, na altura em que escreveu a carta, nenhuma moça o escândalo do BPN lhe fez, já depois de empossado acabou por ser a acusação de ter mentido que lhe causou maiores dissabores, com a oposição a exigir a sua demissão. Machete não admitiu ter mentido, e os *media* partiram numa cruzada em busca de factos que refutassem o ministro, tornando-os públicos. Neste caso, o escândalo não adveio do caso original do BPN mas, sim, das alegações subsequentes proferidas por Machete. A "transgressão de segunda ordem" andou nos *media* durante mais de meio ano, afetando a imagem do político.

1.8. A COBERTURA JORNALÍSTICA DA CORRUPÇÃO POLÍTICA

“Basta, senhor, que eu, porque roubo em uma barca, sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois imperador? Assim é.”

Sermão do Bom Ladrão, Padre António Vieira

Habitualmente, a corrupção é caricaturada como um *iceberg*, que mostra à tona da água uma pequena porção de gelo, escondendo submersa nas águas profundas uma área bastante maior, cuja dimensão é difícil de conhecer. É compreensível a ideia de que a corrupção permanece

oculta, uma vez que as transgressões cometidas ocorrem numa esfera privada, não esperando os seus protagonistas que estas venham um dia a tornar-se do conhecimento público.

Este fenómeno, que enquadrámos no âmbito do escândalo político, é hoje alvo de interesse multidisciplinar, dado o seu impacto na sociedade, afetando a qualidade da democracia, dificultando por isso uma definição consensual, atendendo aos enfoques que são, por um lado, estribados em preceitos estritamente jurídicos e, por outro, em regras sociais e culturais mais abrangentes (Sousa e Triães, 2008: 28).

No que importa a este capítulo, em que nos propomos abordar a corrupção na perspetiva da sua cobertura jornalística, embora não declinando outras áreas que lhe são adjacentes, é suscitada uma primeira questão: o que queremos dizer quando falamos de corrupção? O emprego do termo é habitualmente usado pelos *media*, e pelos cidadãos em geral, num sentido bem mais amplo do que é formulado no campo jurídico. Nessa perspetiva, o taxista que engana o passageiro e cobra mais do que é devido, só por esse facto, não é corrupto. Embora o Direito enquadre a conduta do taxista no crime de especulação, o questionário conduzido por António João Maia, em 2006, coloca em evidência que 71,6% dos inquiridos consideram que o taxista cometeu um ato de corrupção⁴⁸. O que nos conduz, por prudência, a uma distinção discriminatória: o conceito sociológico é mais lato do que o jurídico. Senão, vejamos o exemplo trazido por Sousa e Triães pretendendo referir-se à opinião pública, que condena genericamente o fenómeno embora considere que a "corrupção é má... muito má, mas já deixa de o ser quando se trata de 'puxar uns cordelinhos' para conseguir um emprego para o filho ou para alterar um piso na sua casa" (Sousa e Triães, 2008: 30).

A corrupção está ligada a termos como deterioração, decomposição, putrefação, adulteração das características originais de algo, depravação de hábitos e costumes e ao suborno (Houaiss, 2005: 2438). Mas também à "sedução" (Lello, 1978: 640) e à "podridão" (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1998: 794). Como nota Luís de Sousa, a sua aplicação, *i.e.*, a utilização da etiqueta "corrupção", acarreta socialmente uma conotação negativa. (Sousa: 2011: 13). De acordo com este autor, cujas explanações se encontram inculcadas predominantemente na perspetiva sociológica,

"entende-se geralmente por corrupção o abuso de funções por parte de eleitos, funcionários públicos ou agentes privados, mediante promessa ou aceitação de vantagem patrimonial ou não patrimonial indevida, para si ou para terceiros, na prática de qualquer

⁴⁸ O questionário de António João Maia, realizado em abril e maio de 2006, encontra-se em http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/corruptcao-realidade_e_percepcoes.pdf, p. 297, tendo contado com uma amostra de 88 pessoas de ambos os sexos, todas residentes na área da Grande Lisboa, com idades entre os 18 e os 78 anos de idade, e com diversos graus de habilitações literárias.

ato ou omissão contrários aos deveres, princípios ou expectativas que regem o exercício do cargo que ocupam, com o objetivo de transferir rendimentos e bens de natureza decisória, pública ou privada, para um determinado indivíduo ou grupos de indivíduos ligados por quaisquer laços de interesse comum" (Sousa, 2011: 17).

O enfoque sociológico caracteriza-se por uma certa dilatação do conceito de corrupção, ao fazer incidir nele as diversas vertentes em que o fenómeno pode ser perspetivado, sobretudo na que concerne à perceção evidenciada pelos cidadãos (Maia e Borges, 2014: 115). Como referem Filgueiras e Araújo (2014), "ações como nepotismo, clientelismo, prevaricação, desvios de recursos, 'superfaturação' de obras públicas, influência indevida nas decisões públicas, ou outras, podem ser consideradas como corrupção". O que equivale a dizer que o fenómeno não se encontra confinado a um único tipo de comportamento, dado reunir várias formas de ação em prejuízo do interesse público (Filgueiras e Araújo, 2014: 64). Note-se, contudo, que a saliência jurídico-legal, que visa instituir quer aspetos formais quer instrumentais que regulam a vida em sociedade, permite estabelecer uma consonância com a imagem popular da corrupção. Com efeito, ao introduzir uma relação de crimes praticados por agentes públicos em prejuízo do Estado, o direito, mais do que o estabelecimento de uma definição, determina um conjunto de comportamentos qualificados como corrupção. Nesse sentido, o Código Penal português prevê, entre os designados "crimes contra o Estado", não apenas o de corrupção – passiva para ato ilícito ou para ato lícito (art. 372.º e 373.º, respetivamente) e ativa (art. 374.º) –, como outros conexos, em que o elemento comum é a obtenção de uma vantagem indevida⁴⁹.

De acordo com a vertente jurídica, para a existência de um ato de corrupção é necessário verificar-se a presença de um marco normativo como referente. Assim, nem tudo pode ser

⁴⁹ Encontramos nesta lista crimes como o peculato (art. 375.º), o peculato de uso (art. 376.º), a participação económica em negócio (art. 377.º), a concussão (art. 379.º), o abuso de poder (art. 382.º), para além do tráfico de influências (art. 335.º), da violação de segredo por funcionário (art. 383.º) e do crime de administração danosa no setor público ou cooperativo (art. 235.º). Adicionalmente ao Código Penal, encontramos em legislação nacional avulsa outros diplomas dos quais destacamos como exemplo a Lei n.º 34/87, de 16 de julho, que determina os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos ou de altos cargos públicos, ou o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, estabelecendo a disciplina aplicável à contratação pública, determinando a impossibilidade de serem candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado pelo crime de corrupção (art. 55.º). Há ainda a destacar no âmbito do Direito processual penal, para além das normas previstas no Código de Processo Penal sobre os meios de prova, meios de obtenção de prova e realização do inquérito, a existência de legislação avulsa que incide sobre o combate à corrupção, como a Lei n.º 36/94, de 29 de setembro, que define medidas de combate à corrupção e criminalidade económica e financeira; a Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece novas medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, entre elas a introdução de mecanismos de investigação e de repressão mais eficazes estabelecendo medidas especiais em matéria de derrogação do segredo fiscal e das entidades financeiras, de registo de voz e imagem enquanto meio de prova e de perda em favor do Estado das vantagens do crime; a Lei n.º 93/99, de 14 de julho, que refere o crime de corrupção e crimes conexos como uma das condições para a não revelação da identidade da testemunha; a Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, que estabelece a admissibilidade de ações encobertas no âmbito da prevenção e repressão dos crimes de corrupção, peculato, participação económica em negócio e tráfico de influência e a Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que atribui à Polícia Judiciária a competência reservada da investigação dos crimes tráfico de influência, corrupção, peculato e participação económica em negócio, bem como de crimes com estes conexos.

considerado corrupção, tendo a alegada prevaricação de ferir uma norma concreta para que possa obter o respetivo enquadramento. O que significa, quer por defeito, quer por excesso, que a noção jurídica da corrupção pode não ir integralmente ao encontro da utilização do termo feita vulgarmente pelos *media*, e tão-pouco da perceção que dela tem a opinião pública.

É crível que a corrupção varia de acordo com a perceção (Sartori, 1989; Heidenheimer, 2005; Sousa e Triães, 2008; Sousa, 2011; Maia, 2006, 2008 e 2011; Cunha, 2014) e, muito particularmente, admite-se que a perceção da corrupção política possa ser influenciada pela informação fornecida pelos *media* a partir da cobertura jornalística que é feita dos casos e seus protagonistas, verificando-se que o discurso mediático pode atuar sobre a perceção social da corrupção (Heidenheimer, Johnston e Levine, 1998; Thompson, 2002; Maia, 2010; Sousa e Triães, 2008, 2011; Cunha, 2014). É por isso prudente sublinhar, como acautelam Cajas e Rojas (2011), que corrupção e perceção da corrupção são realidades diferentes, dando azo a que sobre este fenómeno possamos levantar algumas questões: Onde está afinal a verdade? Estará nos *media*? No que as pessoas verbalizam? Nas estatísticas da justiça? No resultado dos julgamentos? Decerto que, ao formularmos estas perguntas, estaremos a adensar o manto lúgubre e complexo do conceito, mas estaremos também a adicionar pertinência à sua análise conjunta. É o que considera Maia (2015) no seu muito clarividente trabalho sobre o fenómeno, em que, debruçando-se mais detalhadamente sobre o enfoque jurídico-legal, o relaciona com uma panóplia de temas que se ligam à teia da corrupção. Assim, este autor adverte que sobre a verdade judicial, por exemplo, deparamo-nos com duas faces que devemos distinguir: aquela que emana da fase de inquérito e a que é produzida no julgamento. A primeira "corresponde ao conjunto de elementos que são apurados pela investigação criminal, a qual se destina precisamente à recolha e análise das provas", e a segunda concerne "ao conjunto de elementos de prova que são reproduzidos no tribunal, perante os juízes, durante as sessões de audiência de julgamento. É esta prova – esta espécie de última verdade – que é verdadeiramente considerada e avaliada para efeitos de condenação ou absolvição dos suspeitos", podendo estas não ser concordantes. E, veja-se, mesmo qualquer delas poderá revelar-se incompatível com a "verdade suprema" (Maia, 2015), aquela que se reporta aos factos efetivamente ocorridos, ou, como a descreve o filósofo José Manuel Chillón (2010), a realidade numérica, no sentido de ser real e absoluta, como veremos com maior detalhe no ponto 2.6.

Procurando compreender em que medida a perceção da corrupção política pode ter impacto na democracia e na opinião dos cidadãos sobre o regime e seus agentes, Isabel Ferin Cunha analisou três casos de escândalo político que abrangem prevaricações de corrupção – Freeport, BPN e Face Oculta –, durante 2009, ano respeitante à campanha das eleições legislativas em Portugal. O recorte deste período democrático é deveras interessante, dado o

País ter já entrado no mais longo ciclo de crise da sua história recente, atravessar uma campanha em que o primeiro-ministro José Sócrates procura a reeleição, mesmo vendo o seu nome envolvido em diversos escândalos durante todo o seu mandato, e ainda pelo facto de os três casos em análise atingirem os dois principais partidos do chamado “arco do poder” (PS e PSD). A pesquisa vem demonstrar que os temas "escândalos e processos judiciais" e "economia, finanças e crise" estiveram entre os mais referenciados. Segundo a autora, esta abordagem exploratória "ilustra que a cobertura jornalística encontra-se muito atenta à desocultação de 'casos' identificados como corrupção política, onde adquirem grande visibilidade atores políticos, ou ex-dirigentes políticos, dos partidos com maior representatividade parlamentar" (Cunha, 2014: 385-386).

Isabel Ferin Cunha observa também o "desgaste do regime" em ano de eleições, por via da cobertura jornalística de casos respeitantes aos atores políticos que disputam o poder do Estado, considerando contudo que os estudos de opinião nem sempre atestam a relação com uma visibilidade negativa proveniente da ligação aos casos que envolvem corrupção, o que pode ser explicado, de acordo com a autora, por uma certa estratégia de comunicação política assente na personalização "falem bem ou mal, mas falem de mim" (Cunha, 2014: 416).

A perceção social da corrupção é também um dos vértices assumidos por António João Maia no seu "modelo correlativo triangular" em que expõe a representação do fenómeno, colocando nos dois outros vértices o objeto (práticas do crime de corrupção) e os *media*, registando a possibilidade de estabelecimento de uma relação de causalidade entre os três (Maia, 2008). Este modelo tem permitido ao autor inferir que a evolução do número de casos de corrupção efetivamente ocorridos pode apresentar alguma correspondência com a perceção social existente, designadamente com sentimentos de impunidade, dado que "os sujeitos tendem a relacionar-se com os objetos do mundo a partir da perceção que deles possuem", e ainda que, dado o grau de noticiabilidade que cada tema suscita, poder-se-á fomentar maior enfoque pelos *media* num tipo de casos, menosprezando outros, o que poderá distorcer os dados da ocorrência efetiva da corrupção (Maia, 2008).

Estas inferências possibilitaram, a partir de uma análise de discurso que tomou como *corpus* as peças noticiosas dos órgãos de informação *Correio da Manhã*, *Público*, *Expresso* e *Visão*, nos anos 2000-2001 e 2005-2006, concluir que o número de peças que contêm o termo "corrupção" aumentou de forma muito evidente do primeiro para o segundo período e que "apenas cerca de uma em cada quatro notícias publicadas (26,6%) corresponde efetivamente a ocorrências cuja descrição pode ser enquadrada como crime de corrupção, tal como ele é definido no Código Penal Português" (Maia, 2008).

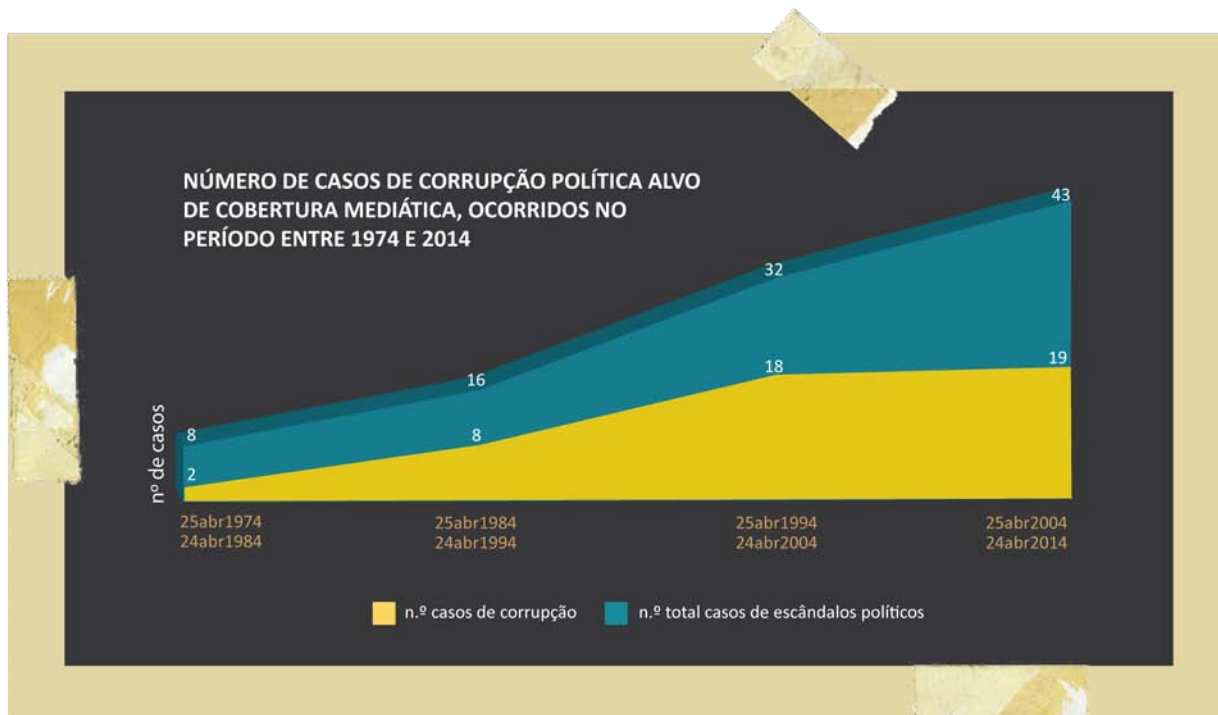
1.8.1. A centralidade dos media na percepção da corrupção política

Os *media* são fundamentais na construção social do escândalo, bem como na denúncia e desocultação dos casos (Schudson, 2004). O facto de exercerem a função de informar, somado à dramatização que empregam, bem como à interpretação dos acontecimentos, influencia a percepção da opinião pública. A sua ação permite simplificar a linguagem jurídica para que o público a compreenda, desembaraçar o novelo do caso até que seja encontrada uma linha entendível que conduza ao centro das questões fulcrais e recorrer a um repositório de arquivos, recuperando situações análogas ou relacionadas com o caso. Mas há a reter que, no *modus operandi* dos *media*, estes informam-se mutuamente e agem sob efeito de mimetismo, mantendo na sua agenda de publicação um caso alvo da cobertura pela concorrência. Cada órgão de informação deste "conglomerado" de *media* procura oferecer ao público uma nova perspetiva ou um novo dado, o que leva ao aprofundamento da investigação e à sua exposição mediática. Nesse aprofundamento, os jornalistas focam amiúde todos os intervenientes, sejam protagonistas do caso, agentes judiciais, ou outros, recorrendo a fontes diversas, atinentes ou não ao processo, o que concorre, pese embora o *infotainment* cada vez mais sistemático, para uma informação mais vasta da opinião pública.

Morgado e Vegar (2003: 133) mencionam que, "no combate à criminalidade complexa, os meios de comunicação social têm desempenhado um papel determinante, especialmente nos relacionados com corrupção e grande criminalidade". A este propósito importa lembrar as iniciativas que agregam órgãos de informação em várias partes do mundo para investigar assuntos transversais a diversos países e que, de outra forma, seria difícil de fazer chegar ao conhecimento da sociedade, constituindo-se os *media*, nestes casos, fontes de informação da própria justiça. Embora a opção do *Expresso* gere dissonância, foi a sua decisão de se juntar a outros sete jornais (*El País, The New York Times, Der Spiegel, Le Monde, The Guardian, Aftenposten e Politiken*) que possibilitou a revelação de documentos confidenciais desocultados pelo conhecido Wikileaks. O mesmo aconteceu a propósito das revelações referentes ao caso Monte Branco, uma investigação internacional a fraudes fiscais e branqueamento de capitais, onde estão também cidadãos de nacionalidade portuguesa envolvidos.

Através do quadro 02, é visível o crescimento contínuo do número de casos de corrupção, observados a partir da cobertura dos jornais *Expresso, O Jornal, O Independente e Sol*, durante o período democrático. Contudo, é patente um abrandamento do aumento da cobertura a partir da última década da democracia (2004-2014), sobretudo quando comparado com a mancha que representa o escândalo político, onde os casos de corrupção política se inserem⁵⁰.

⁵⁰ Os 47 casos de escândalos mediáticos a que aqui aludimos, que incidem sobre alegadas transgressões ligadas a políticos, abrangidas na tipificação de corrupção política, cobertos pelos *media* e por isso aqui mencionados, não se reportam apenas



QUADRO 02. Número de casos de escândalo político e de corrupção política ocorridos na democracia portuguesa.

De acordo com Isabel Ferin Cunha, há fatores comuns aos países do Sul da Europa que podem ajudar a explicar o contexto de corrupção nos moldes em que ela é gerada nestes Estados, como a entrada recente na democracia após décadas de ditadura⁵¹, a afirmação de novos protagonistas políticos e económicos com novo entendimento de ética pública, a profissionalização dos aparelhos partidários e o recrutamento de candidatos dentro desses mesmos partidos (onde a vinculação à estrutura tem prevalência), a construção da União Europeia e a consequente entrada de fundos comunitários a partir dos anos 80 do século anterior, uma justiça inadaptada para o combate ao crime globalizado e a emergência da classe média – que trouxe uma expansão do consumo e a liberalização do setor dos *media* (Cunha, 2015a e 2015b).

àqueles em que foi deduzida acusação, mas sim aos suscitados pela comunicação social, configurando por isso um escândalo político e estando a seguir agrupados pela data da sua revelação nos *media* em análise: **(25 de abril de 1974 a 24 de abril de 1984)**: Dossiê Mesquita Machado, Custódio Simões acusado de fraude; **(25 de abril de 1984 a 24 de abril de 1994)**: Subsídios de Rui Amaral sob suspeita, CEEETA, Irregularidades de Monterroso na Câmara da Nazaré, Processo da Saúde, TDM, Fax de Macau, Irregularidades de Mário Pedra em Valença, A casa de Couto dos Santos; **(25 de abril de 1994 a 24 de abril de 2004)**: Xavier Xufre, O enriquecimento de Duarte Lima, O matadouro da Guarda, Indesp, Câmara de Celorico da Beira, o *lobby* de Gomes da Silva, Caso Saleiro, o património de Narciso Miranda, JAE, José Raul dos Santos acusado de fraude, José Mota e os subsídios, Saco Azul de Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Fundação para a Prevenção e Segurança, Saco Azul de Águeda, Isaltino Morais, Caso da Mala, Apito Dourado; **(25 de abril de 2004 a 24 de abril de 2014)**: Amadora Connection, Freeport, Negócios Imobiliários de Judas, Portucale, Negócio dos CTT, Suspeitas nas SCUT, Submarinos, Delitos na Câmara do Funchal, BPN, Jackpot para o casino de Lisboa, O empreendimento da Ponte Galante, Coelho e os negócios da Mota-Engil, Quinta do Ambrósio, Enriquecimento de Mesquita Machado, Face Oculta, Taguspark, PPP nas rodoviárias, Homeland, Narciso Miranda suspeito de desvio de fundos. A sinopse destes casos encontra-se no ponto 4 dos anexos.

⁵¹ A Itália entrou em processo de instauração democrática imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, aprovando a sua Constituição em 1948, a Grécia e Portugal em 1974 e a Espanha em 1976.

De acordo com esta análise, no que concerne especificamente a Portugal, na viragem de regime, que ocorreu em 1974, e durante os primeiros dez anos, observando o quadro anterior, registamos nos jornais mencionados a cobertura de apenas dois casos de corrupção política, um respeitante a alegadas aquisições de serviços e ligações do edil de Braga, Mesquita Machado, a empresas fornecedoras da autarquia (anexo 4.2.7.); e outro relacionado com subsídios a fundo perdido cuja beneficiária era uma empresa ligada a Custódio Simões, que na altura da revelação do escândalo era secretário de Estado do Trabalho (anexo 4.2.8.). De acordo com Maia (2008), neste período, o número de casos conhecidos era tendencialmente baixo e o problema das práticas de corrupção era percecionado segundo uma perspetiva que pode ser definida como "relativa e funcional", ocorrendo essas práticas em países com menores índices de desenvolvimento económico e social.

No período seguinte, entre 1984 e 1994, verifica-se que a corrupção política tem uma representação nos *media* que quadruplica em relação à década anterior. Nessa altura, segundo Maia (2008), opera-se no Sul da Europa "um processo de aceleração e consolidação dos respetivos sistemas democráticos", fomentando uma lógica de profissionalização dos partidos e a necessária entrada de verbas para a sua manutenção. Esses financiamentos, "mais ou menos encapotados, eram realizados por particulares a troco de 'benesses' concedidas pelos líderes políticos pertencentes a esses mesmos partidos, quando estes eram detentores de postos" no Estado (Maia, 2008). Mas nesta altura verifica-se também o aumento de empresas de comunicação social, construídas na voragem da liberdade e do ideal da independência jornalística, não imunes a uma certa politização, coletiva e individual, onde os escândalos visando políticos começam a despontar com maior intensidade. Neste período, o problema da corrupção é entendido como um problema comum às sociedades contemporâneas, deixando de ser encarado como um fenómeno apenas dos países menos desenvolvidos (Della Porta e Meny, 1995; Maia, 2008). Acrescentamos que os avultados fundos provenientes da então CEE, bem como a dispersão geográfica do território nacional, onde a tutela de Macau tinha uma significativa expressão, faziam com que o controlo do Estado se manifestasse exíguo, abrindo novos caminhos ao aproveitamento ilícito dos recursos públicos. Não é de estranhar que dois dos oito casos registados nesta década (25%) estejam ligados à tutela portuguesa do governo de Macau (TDM/Emaudio e Fax de Macau) (anexos 4.3.15. e 4.3.17.) e que outros dois tenham conexão com subsídios (os que envolveram o secretário de Estado do Emprego Rui Amaral e o caso CEEETA, um centro de estudos a que estavam ligados membros do governo de Cavaco Silva) (anexos 4.2.9. e 4.3.12.).

O período seguinte, entre 1994 e 2004, foi propenso à liberalização dos mercados, instituindo maior concorrência, derrube de fronteiras e abertura de portas a colossos económicos

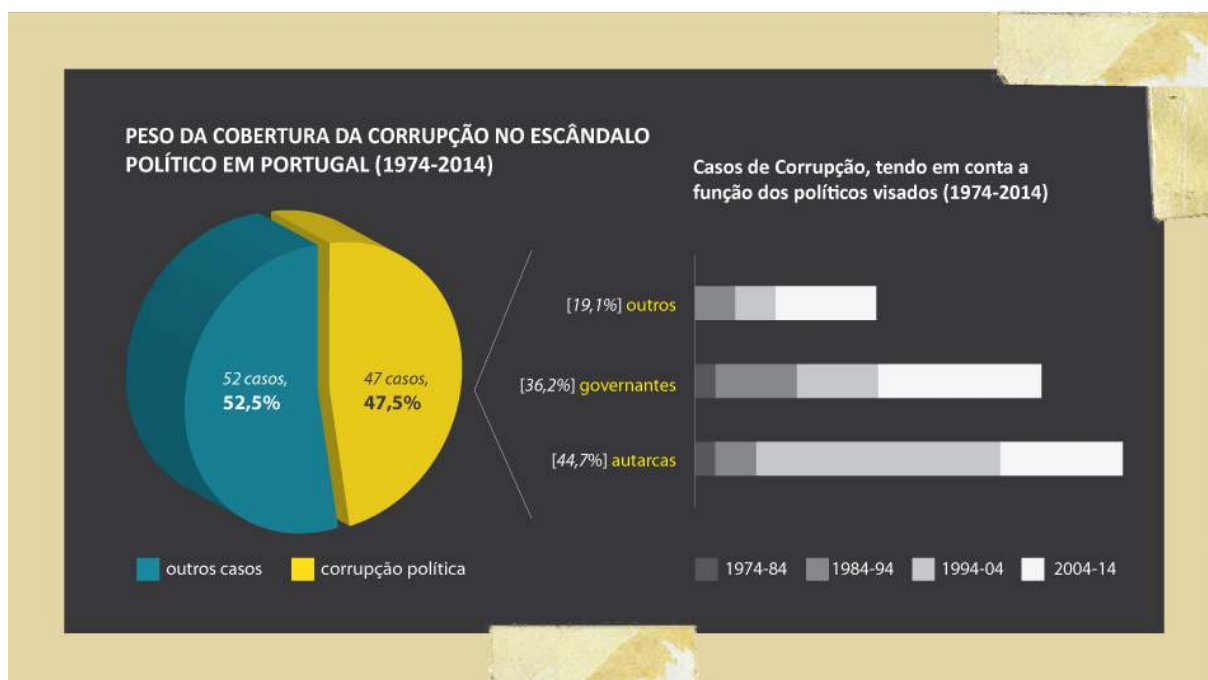
internacionais. Facilmente se estabeleceram redes, com o objetivo de angariar lucro e poder (Morgado e Vegar, 2003: 30). Algumas destas transformações nos estados vieram incrementar uma "acentuada sofisticação das práticas que consubstanciam o problema da corrupção" (Maia, 2008). O modelo patente, como erva daninha que encontra terreno fértil nas sociedades democráticas, cede lugar a uma nova tônica assente na corrosão dos valores sociais e culturais da sociedade (Della Porta e Meny, 1995; Maia, 2008). Assiste-se à criação de mecanismos de controlo da corrupção emanados pelas organizações internacionais, bem como à cooperação entre países para o seu combate. Os casos de corrupção política cobertos pelos *media* analisados demonstram que o fenómeno mais do que duplicou tendo como comparação a década anterior.

Apesar da intensificação legislativa e judiciária visando o combate à corrupção, no período seguinte, entre 2004 e 2014, não se verifica uma diminuição da cobertura pelos *media*, antes pelo contrário, observando-se o aumento de 18 para 19 ocorrências. Ainda assim, se compararmos com o peso total do escândalo político, existe um abrandamento no registo da exposição mediática da corrupção política. Perante os dados que revelam o crescimento da cobertura mediática do fenómeno, há a expectar a perceção que justamente se pode inferir como sendo transmitida pelos *media* à opinião pública, o que pode conduzir, segundo Rose-Ackerman, à erosão da legitimidade política, ao sentimento de ineficácia quer dos governos quer da justiça e, por consequência, a um aumento de ocorrências por via do enfraquecimento dos valores éticos e morais da sociedade (Rose-Ackerman, 2002). Da mesma forma, os poderes legislativo e judicial não são por vezes percecionados como mecanismos legítimos de controlo do executivo, mas como obstáculos à efetividade do governo e à vontade dos eleitores, levando a que os *media* sejam percebidos como mecanismos alternativos de fiscalização, permitindo monitorar o poder em momentos não eleitorais (Mesquita, Moisés e Rico, 2014: 287-288). É nesse sentido que também aqui se aplica aos *media* o epíteto *watchdog*. Mas, como enfatiza alguma literatura, a forma como os órgãos de informação desempenham esse papel é controversa, posta a dramatização e o enfoque tantas vezes excessivo no sensacionalismo, o que acaba por gerar insatisfação passiva, distanciamento e apatia, em vez de motivar uma ação tendente à reforma das instituições (Mesquita, Moisés e Rico, 2014: 288). Contudo, há a relevar que a denúncia e a cobertura jornalística de temas escandalosos, como os da corrupção, comportam a virtude de instaurar uma preocupação pública com o tema, aumentando a consciência do problema e criando, em simultâneo, pressão sobre os agentes públicos.

Como observam Maia e Borges, o discurso mediático que tem sido produzido em Portugal relativamente à corrupção demonstra uma propensão para uma maior cobertura de casos de corrupção política, verificando-se que a posição social dos suspeitos e a sua relação com o poder conferem maior noticiabilidade aos casos (Maia e Borges, 2014: 112-113). De acordo

com Isabel Ferin Cunha, os crimes de corrupção ocorrem essencialmente em quatro situações-tipo: "quando os agentes ou ex-agentes políticos competem por cargos políticos, exercem cargos públicos, legislam e governam", podendo ser cometidos após o abandono de cargos de governação (Cunha, 2015a). Se atendermos à proveniência institucional dos políticos visados nas peças jornalísticas, podemos, a partir do quadro 03, constatar que os autarcas protagonizam o maior número de casos de corrupção política publicada pelos *media*, com 44,7% dos casos, um número percentual semelhante ao divulgado nos relatórios do Conselho de Prevenção da Corrupção do Tribunal de Contas, espelhando dados relativos ao período entre 2009 e 2012, que mostram que 43% dos processos que dizem respeito a esses anos têm origem no poder local, "que foi o 'viveiro' de 177 processos-crime num total de 415 reportados"⁵².

Depois dos autarcas, os governantes são os mais representados, seguindo-se em menor escala um grupo que denominámos por "outros", onde incluímos parlamentares, membros de governos regionais e políticos em funções nas empresas públicas. Estes últimos, tal como os governantes, têm maior expressão no período entre 2004 e 2014, a época de maior proeminência na cobertura mediática da prática de corrupção. Já os autarcas são mais visados no período entre 1994 e 2004. Este ponto traz ainda à evidência que a cobertura da corrupção tem um peso importante no escândalo político, registando 47,5% dos casos enquadrados neste âmbito.



QUADRO 03. Peso da cobertura mediática da corrupção política no escândalo político em Portugal.

⁵² *Diário de Notícias*, 16 de setembro de 2013, pp. 1-13.

Outro estudo que nos parece importante convocar é o que foi coordenado por Luís de Sousa (CIES/ISCTE), "Corrupção e Ética em Democracia: o caso de Portugal", cuja auscultação à opinião de 1009 entrevistados, entre 10 e 26 de novembro de 2006, visou aferir a percepção social manifestada pelos portugueses relativamente à problemática das práticas de corrupção. Este estudo refere que 94,6% dos inquiridos consideram que os jornalistas devem informar os cidadãos sobre práticas ilícitas na esfera pública e política. Todavia, quando se trata de fazer revelações sobre a vida privada dos políticos, só 45% concordam com essa prática jornalística.

1.8.2. Tipificações da corrupção

Autores como Blankenburg (2002) e Johnston (2005) argumentam que a corrupção política é condicionada pelo sistema cultural de cada país, o que pode ser corroborado por Castells (2013) e Cunha (2015a). Nesse sentido, o fenómeno apresenta características diversas mediante o país ou a região, o que cria obstáculos ao estabelecimento de uma escala única de corrupção política generalizável a toda a geografia, dada "a sua especificidade cultural, mas também tendo em conta outros fatores como o grau de aprofundamento da democracia, o funcionamento das instituições políticas e sociais, a capacidade e disponibilidade de participação e mobilização dos cidadãos" (Cunha, 2015a).

Ainda assim, de acordo com Luís de Sousa (2011: 40-43), os casos de corrupção podem ser agrupados em quatro segmentos, observando a sua frequência e a sua extensão, não constituindo estas categorias estanques, podendo uma prevaricação deformar-se e passar de um nível para outro. Assim, podemos descrever os seguintes desdobramentos:

1. A corrupção fragmentada, ou esporádica, sucede com menor frequência e recorre a baixos recursos. Ela não é premeditada e ocorre fortuitamente, sem que haja atividade reiterada. Podemos tomar como exemplo o caso do suborno a um agente da autoridade para que ele não emita o auto relativo a uma infração de trânsito;
2. A corrupção estrutural, ou cultural, acontece com elevada frequência e envolve baixos recursos. Luís de Sousa considera-a "a mais portuguesa" das corrupções e a que "menos escandaliza a opinião pública", atribuindo-a a todas as classes sociais, sendo utilizadas as redes informais de convívio para recorrer à cunha, ao favor, ao "puxar dos cordelinhos";

3. A corrupção sistêmica, ou política, compreende uma alta frequência e elevados recursos, requerendo uma estratégia sofisticada, que envolve não apenas os corruptores ativo e passivo mas também mediadores, que têm a função de "camuflar, branquear" ou legalizar a prevaricação. Este tipo de corrupção é a que se verifica quando está em causa o financiamento ilícito de partidos e candidatos. Como sustenta Luís de Sousa, "os recursos são obtidos através de uma série de trocas que envolvem decisões, prerrogativas ou mercados públicos, ao nível do poder central ou autárquico";

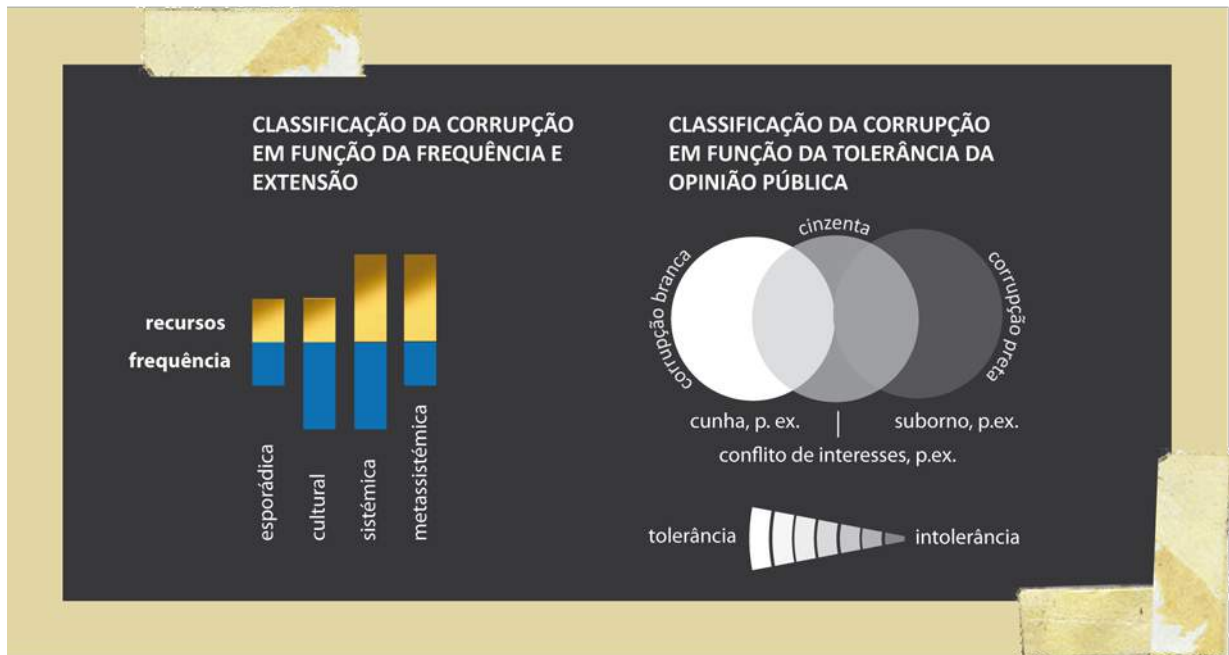
4. A corrupção metassistêmica, ou de "colarinho branco", acontece com menor frequência e abrange habitualmente avultados recursos. Os exemplos mais mediáticos dizem respeito a sacos azuis, contas em *offshores*, lavagem de dinheiro, ou criação de instituições para falsa faturação. A sua sofisticação torna a operação complexa, levando o dinheiro a um percurso internacional, de forma a ocultar ou embaraçar o acompanhamento do seu rasto, o que torna o combate muito difícil.

No entanto, se procurarmos aferir a razão pela qual existe tolerância (ou intolerância) aos casos de corrupção, há características que nos podem auxiliar numa catalogação do fenómeno, de acordo com a condenação pela opinião pública, ou da sua perceção, conforme evidenciam os resultados dos estudos alcançados por Heidenheimer, Jonhston e Levine (1989). Esta classificação, que a seguir expomos, muda segundo a cultura em foco e, mesmo dentro dela, pode alterar-se de acordo com o momento em que ocorre.

1. A "corrupção branca" representa a prática mais tolerada, ou porque as ações alvo de aferição são praticadas em benefício da comunidade local, ou porque estão em causa "meros" mecanismos informais de resolução de problemas, como o recurso à "cunha";

2. A "corrupção cinzenta", de acordo com a representação simbólica da cor, expressa o limbo ético em que pode ou não haver censura pública à perversão. A ambiguidade de posições quanto à sua condenação é colocada em evidência. Os casos a que concerne esta categoria têm que ver com conflitos de interesse, oferta de prendas ou financiamento político;

3. A "corrupção preta" é aquela em que todos coincidem que deve ser reprovada e castigada, estando a prevaricação ligada ao conceito penal de corrupção, como o suborno, o peculato, a participação em negócio, etc. (Johnston, 1986; Mancuso, 1993, Sousa e Triães, 2008).



QUADRO 04. Dois tipos de classificação da corrupção.

O quadro 04 expõe uma representação da síntese de ambas as formas de corrupção a que atrás aludimos. Todavia, a literatura internacional sobre a corrupção possibilita ainda outras formas de tipificação, como a que se subordina à afetação económica da administração pública, distinguindo se houve ou não subtração de bens; ou a que coloca em destaque os protagonistas envolvidos, permitindo apurar se o ato de corrupção é cometido de cima para baixo ou de baixo para cima (Shleifer e Vishny, 1993: 599), *i.e.*, do alto dirigente para o funcionário de base, ou vice-versa.

1.8.3. O poder político estigmatizado

“Hum sabio disse, que não havia neste mundo homem, que se conhecesse; porque todos para consigo são como os olhos, que vendo tudo, não se vem a si mesmos.”

Arte de Furtar, Padre Manuel da Costa (1991: 49)

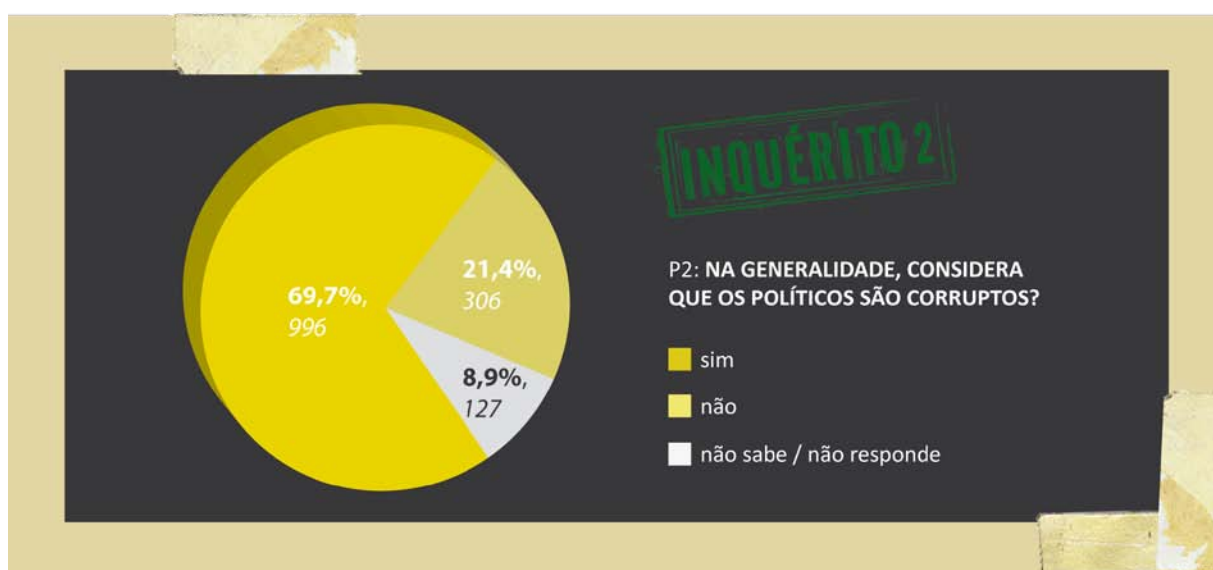
Não costuma dizer-se que fulano "foi" corrupto, mas, sim, que "é" corrupto; como se a corrupção indicasse um estado ou uma essência, o que não é o caso, ou pelo menos de forma que possa generalizar-se (Filho e Praça, 2014: 11-12). A corrupção indica um processo. Quando muito, poderíamos atribuir a alguém a propensão para determinada ação, mas não que esse alguém se converta perpetuamente nela.

A literatura sobre o tema tem mostrado que as pessoas condenam facilmente os outros mas não aplicam a si a mesma intransigência. Se o fizessem, teriam de punir ações cometidas no quotidiano

que não são percebidas como corrupção, embora sirvam para reprovar outrem que porventura pratique o mesmo comportamento. Tal como há uma certa benevolência em favor de si mesmo, podemos entender que o lastro da prevaricação desculpabilizada, *i.e.*, colocada nas "transgressões admissíveis" (corrupção branca), está culturalmente enraizado. Como refere Luís de Sousa, quer para as autoridades, quer para a opinião pública, são menos importantes as cunhas, os presentes e hospitalidade, os pequenos favores e o puxar de cordelinhos, que caracterizam as relações quotidianas entre os cidadãos e a administração" (Sousa, 2011: 39). Todavia, é inegável que a sociedade precisa dos seus corruptos e é comum rotular um político com esse epíteto, convertendo-o em algo com carga negativa e duradoura. No fundo, os "corruptos convertem-se em bodes expiatórios. Expurgam os males do coletivo" (Filho e Praça, 2014: 22), assumindo os defeitos da sociedade.

A imagem estereotipada dos políticos decorre de um processo de categorização social. Como observa Isabel Ferin Cunha, alguns estudos contemporâneos sobre estereótipos permitem entender o fenómeno segundo duas abordagens distintas: a primeira sustenta que estes partem de um funcionamento inadequado dos processos cognitivos, um conjunto de crenças incorretamente apreendidas (sobretudo através dos *media*); a segunda considera estes fenómenos como decorrentes de um funcionamento cognitivo normal que leva à simplificação da informação (Cunha, 2002: 90).

De acordo com o quadro seguinte, temos a oportunidade de observar que 69,7% dos inquiridos que participaram no estudo que realizámos em dezembro de 2014 (inquérito 2) consideram que, na generalidade, os políticos são corruptos, e só 21,4% acham o contrário (anexo 3.3.). Esta questão não pretendeu auscultar os inquiridos relativamente ao seu entendimento sobre se há sujeitos corruptos na política, mas, sim, se estes acham que, globalmente, a classe política é corrupta.



QUADRO 05. Resposta à questão formulada no inquérito 2 sobre se os políticos são considerados corruptos.

As respostas a este inquérito são desanimadoras para os políticos, contudo, é preciso levar em consideração, de acordo com Sousa e Triães, que "o inquirido condena mais facilmente o deputado (que desconhece), o parlamento (que nunca visitou) e o partido (de que nunca fez parte ou financiou) do que o autarca com quem fala todos os dias e o candidato que apoiou com um porco no espeto" (Sousa e Triães, 2008: 30). Ainda assim, os resultados expostos sugerem uma reflexão sobre a intervenção da classe política na democracia e na vida coletiva.

Veja-se a este propósito que um dos focos mais sinalizados quando se aborda a questão da corrupção política é o que envolve a atividade dos partidos, quer seja no âmbito dos grupos de interesses que se encontram disponíveis para apoiar financeiramente estruturas e candidatos, quer seja pela sua permeabilidade a prevaricações ocorridas em vários estratos da sua organização interna. Como nota Rose-Ackerman (2002: 175), os "subornos e donativos ilegais para campanhas são dados em pagamento de futuros favores".

A legislação sobre o Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais⁵³ estabelece que os partidos podem ser financiados através de receitas próprias, através dos privados e ainda por via de subvenções públicas. De acordo com estas normas, as várias forças recebem por cada voto 1/135 do salário mínimo nacional. Sendo de 505 euros o valor de referência que vigora em 2015, extrai-se que, neste ano, será multiplicado o valor de 3,74 euros anuais por cada voto angariado. Com o número de votos expressos a rondar os 5,5 milhões, os vários partidos com representação parlamentar receberão, ao longo da legislatura que terá início em outubro de 2015, cerca de 20,6 milhões de euros anuais, consoante a votação que cada um alcançar, a que acresce um valor por cada ato eleitoral nacional, regional ou local a que se submetam.

As eleições e a manutenção das estruturas políticas requerem financiamento. Logo, por esta razão, o dinheiro não pode ser eliminado da política e nem sequer pode perder-se de vista que, numa estrutura de campanha cada vez mais profissionalizada e sempre carente de avultados meios financeiros, há quem esteja disponível para pagar as contas. Nesta ótica, os grupos que asseguram fundos aos políticos "podem esperar um tratamento especial nos problemas individuais, nos negócios com a Administração Pública ou na procura de contratos e de concessões" (Rose-Ackerman, 2002: 183).

⁵³ O Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais encontra-se nos seguintes diplomas: Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro; (Declaração de Retificação n.º 4/2004, de 9 de janeiro); Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro; Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro; e Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro.

1.8.4. A justiça no banco dos réus

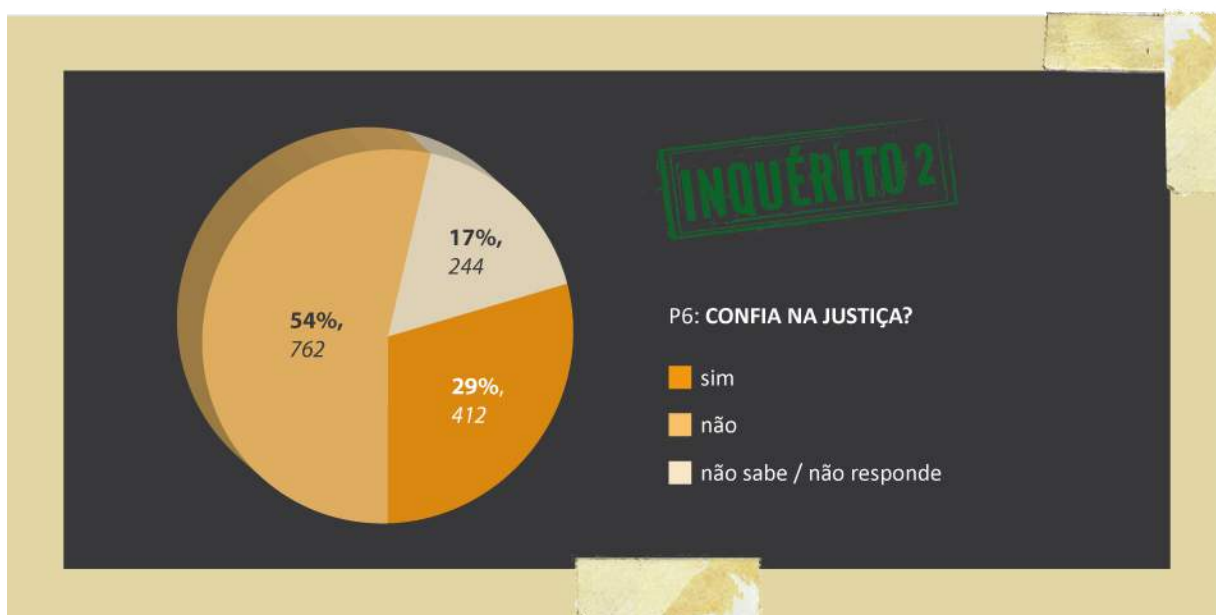
Quando o pirata que por ali andava a roubar, naquele ponto piscatório banhado pelo mar Eritreu, foi levado a Alexandre Magno, este repreendeu-o. Porém, o salteador, que não era "medroso nem lerdo", provocou-o, insinuando que o imperador era quem mais roubava. E o próprio Alexandre consentiu: "Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza." Com dificuldade encontraríamos melhor exemplo na literatura clássica portuguesa para apoiar a percepção popular de que os poderosos passam impunes às mãos da justiça. A condenação dos arguidos do caso Face Oculta, um dos maiores processos mediáticos ocorridos em Portugal (anexo 4.4.83.), aparentemente deitaria por terra a ideia modelada neste trecho do *Sermão do Bom Ladrão*, do Padre António Vieira, de que a justiça não atua sobre os poderosos. Tal como a Operação Marquês, que levou em finais de 2014 à detenção do ex-primeiro-ministro José Sócrates, faria recuar a mesma crítica, que pode ser extraída da afirmação de Luís de Sousa ao referir que "sempre que o passivo é um detentor de um cargo eleito, a probabilidade de vir a ser condenado é quase nula" (Sousa, 2011: 21). Não obstante, a punição dos poderosos parece não ter virado do avesso a imagem negativa do sistema judiciário. Vários estudos de opinião têm vindo a apontar para a existência de uma desconfiança dos portugueses em relação à justiça. Conforme sublinha Luís de Sousa, "A ineficácia do sistema judicial não só alimenta uma atitude de impunidade nos detentores de cargos de influência como agrava a péssima imagem que os cidadãos têm da justiça" (Sousa, 2011: 21). Corroborando esta tese, Maia e Borges (2014: 110) consideram que isso se deve igualmente à percepção dos cidadãos de que os mecanismos do sistema repressivo e punitivo da justiça são inaptos, mas também que os políticos não adotam estratégias, por incapacidade ou por falta de vontade, para "melhorar a eficácia desses mesmos mecanismos".

Gerando uma aparente contradição, a percepção pública de que os poderosos não sofrem consequências pelas suas prevaricações não é acompanhada pelo vislumbre de que "o escândalo se tornou um risco inerente à profissão dos que transitam pelo espaço público", como sustenta Thompson (2002: 151). Também para Maia (2011), vindo ao encontro desta ideia, as estatísticas parecem refutar a percepção pública: há uma certa uniformidade no número de casos de corrupção que chegam ao sistema de justiça, observando-se até uma ligeira tendência de decréscimo. No que concerne aos suspeitos acusados e condenados pela prática de corrupção, este número apresenta uma propensão de crescimento. O que parece contrariar, *per*

se, a ideia de má prestação das instituições judiciais. No fundo, algumas características têm vindo a afundar essa perceção da sociedade. Como enuncia Luís de Sousa,

"a imagem popular do mau desempenho da justiça, em particular no que respeita ao combate à corrupção, permanece inalterável: a repressão da corrupção é tardia, lenta, onerosa (para quem denuncia), redutora (reduz o problema a uma falta de venalidade do infrator e descuida as estruturas de oportunidade existentes); seletiva (severa com o 'peixe-miúdo', impotente em relação ao 'peixe-graúdo'), complacente (sempre que de abusos da Fazenda ou do interesse público se trate, as penas são minoradas ou suspensas, já para não mencionar que em alguns casos os infratores são amnistiados); ineficaz (a maioria dos casos termina em arquivamento por falta de prova ou em prescrição); e inconsequente (o cumprimento de pena efetiva de prisão é uma raridade, a absolvição é regra, e o regresso a funções é uma inevitabilidade)" (Sousa, 2011: 62).

De acordo com o inquérito 2, que realizámos entre 3 e 29 de dezembro de 2014, tendo este sido iniciado 12 dias após detenção de José Sócrates (anexo 3.3.), onde houve uma prevalência do poder da justiça face à política, 762 das 1418 pessoas que responderam à questão "Confia na justiça?" assinalaram que não, ao passo que 29% responderam que sim. O que acentua a ideia de apreensão e descrença dos portugueses face a este tema.

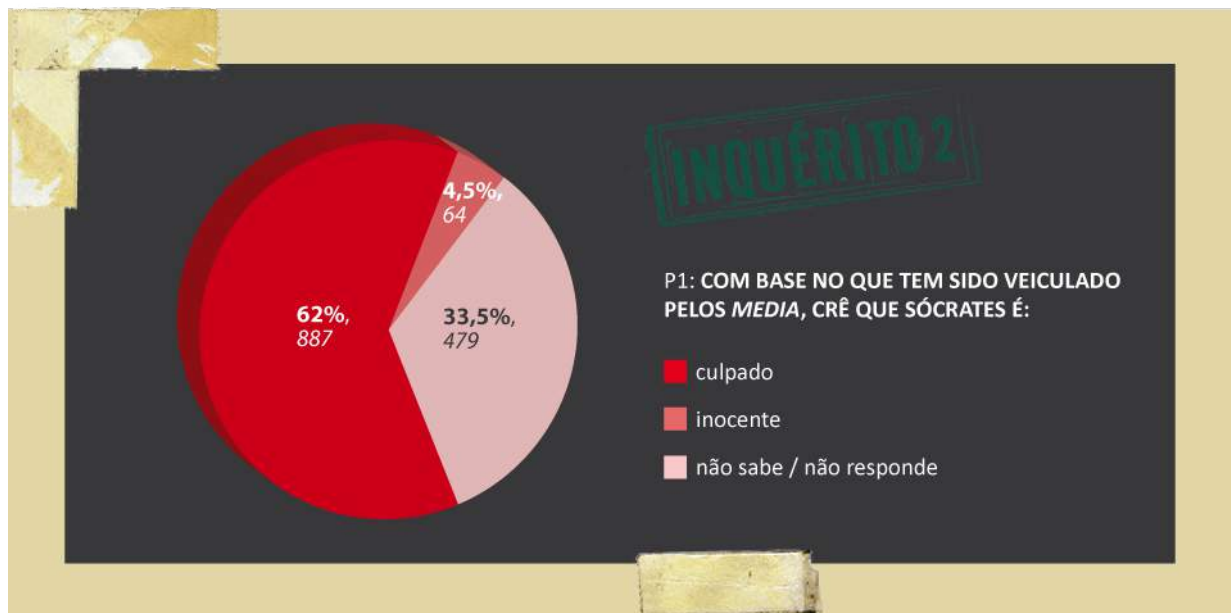


QUADRO 06. Resposta à questão formulada no inquérito 2: Confia na justiça?

Um dos fatores que contribuem para o "descrédito" da justiça prende-se com a "concorrência" dos *media*, ou, nas palavras de Estrela Serrano (2006b: 56), com "lógicas de funcionamento diferentes e opostas", uma vez que "enquanto o jornalismo atua em ciclos temporais cada vez mais curtos, a justiça necessita de tempo para desenvolver a sua ação". Em concordância com esta reflexão, Maia e Borges (2014: 153) corroboram que "os tempos da justiça – sobretudo da penal, que é a que tende a estar publicamente mais exposta – são natural e necessariamente distintos dos da comunicação social". Estes autores aludem à mediatização intensa e incisiva da cobertura da corrupção política, sobretudo no que concerne à velocidade com que os órgãos de informação expõem factos na fase inicial das investigações judiciais, cujo discurso mediático aponta com frequência para a culpabilidade dos suspeitos, verificando-se por vezes, em momento posterior, não haver condenação pela justiça e, por isso, existir dissonância entre ambos. De facto, a justiça nunca sai vencedora da corrida quotidiana e permanente com os *media*, cuja velocidade é vertiginosamente superior. A notícia não precisa de semanas, meses ou anos, ela prescreve ao fim de apenas alguns minutos. Metaforicamente, é como se os *media* se mantivessem na pista dos 100 metros e a justiça percorresse uma longa, perseverante e paciente maratona. A pressão do público, sempre informado (ou desinformado, atendendo à observação de Mark Twain, de que "se não lermos o jornal, ficamos desinformados; mas se o lermos, poderemos ficar mal informados"), reclama desfechos rápidos e condenações de acordo com a perceção originada pelos *media*. Por outro lado, como nota Serrano, "o jornalismo cultiva a generalização, a simplicidade e a síntese na apresentação dos acontecimentos, enquanto a justiça não prescinde de uma linguagem especializada e, quase sempre, hermética" (Serrano, 2006b: 56).

Verifica-se amiúde que as relações de poder estabelecidas entre a justiça, os políticos e os *media* são reciprocamente instrumentais (Pujas, 1999: 41-45). Informações que se encontram a coberto do segredo de justiça aparecem nas aberturas dos noticiários. Quem as fornece aos *media*? Há acusações mútuas por parte dos intervenientes. Recorde-se que, quando José Sócrates foi detido, em 21 de novembro de 2014, uma sexta-feira à noite, no aeroporto da Portela, houve quem estivesse posicionado para filmá-lo a ser levado pela Polícia Judiciária. Essas imagens encheram os noticiários. No período que se seguiu à detenção, foi publicada muita informação que alegadamente devia estar em segredo de justiça, quer para melhor garantir o curso da investigação e o apuramento dos factos, quer para proteger os visados. O *Correio da Manhã* e o *Sol* traziam permanentemente informação privilegiada. Uma espécie de julgamento popular do ex-primeiro-ministro português foi assim precipitada pelos *media*,

expondo-o à opinião pública que o condenou antes ainda de conhecer que acusações concretas pendiam sobre si. Cerca de três semanas depois da sua detenção, só 4,5% do painel que respondeu ao nosso inquérito 2 (anexo 3.3.) o considerou inocente, e 33,5% declarou não saber como catalogar o ex-primeiro-ministro, ao passo que a maioria, 62%, mesmo sem ter sido produzida qualquer acusação, optou por atribuir-lhe culpa, conforme atesta o quadro 07.



QUADRO 07. Auscultação à percepção sobre a culpabilidade de José Sócrates nas suspeitas da Operação Marquês.

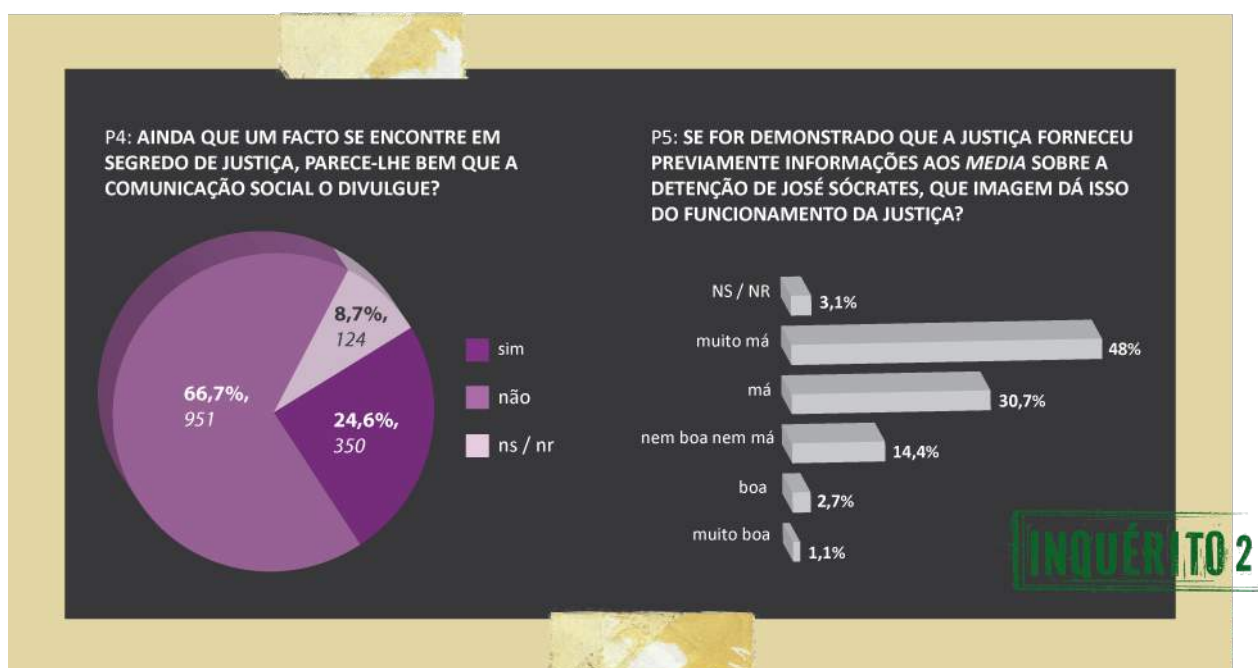
Do lado de José Sócrates surgiram acusações de que a investigação estava a ser manipulada, com aparente fornecimento de elementos aos jornalistas para desacreditar o político perante a opinião pública. Emergiram argumentos do lado da acusação, a lembrar que muitas vezes são os próprios suspeitos que o fazem, para depois poderem vitimizar-se e descredibilizar a investigação. De acordo com Morgado e Vegar (2003: 132), "o segredo de justiça tem como razão principal a proteção da eficácia da investigação". Ora, quando tal não acontece, abre-se um campo onde é possível inferir que quem viola este preceito pode pretender secundarizar as virtudes das averiguações, desprotegendo-as e passando a erigir um outro instrumento para a justiça, podendo em tese dizer respeito a todos, sejam juízes, procuradores, investigadores, advogados, jornalistas, suspeitos ou arguidos.

Convém a este propósito recordar o que escreveu Estrela Serrano enquanto provedora do *Diário de Notícias*, num artigo intitulado *A arte da fuga*:

"Envolve favoritismo por parte de quem a promove em relação a quem é concedida e por isso cria rivalidade e competição. Escapa aos canais oficiais e não está sujeita à 'peneira' dos comunicados ou das conferências de imprensa. É seletiva e possui objetivos previamente estabelecidos. Através da 'fuga' pode transmitir-se informação 'verdadeira' ou fornecer 'pistas' falsas para testar reações ou desviar atenções de outro assunto. É usada em manobras de contra-informação como instrumento desestabilizador de pessoas ou instituições" (Serrano, 2006b: 63-64).

O quadro seguinte, relativo a duas questões que formulámos no nosso inquérito 2 (anexo 3.3.), evidencia que a maioria dos inquiridos se manifesta contra a publicação pelos *media* de factos que se encontram em segredo de justiça, apenas com um quarto destes a admitir que concorda com a sua divulgação.

Estes são números que auguram surpreender, dada a avidez do público por mais pormenores e mais informação sobre os casos mediáticos que envolvem os poderosos. No mesmo âmbito, se formularmos a hipótese de a justiça ter tratado a informação da detenção de Sócrates como uma simples *commodity*, transacionável e sem respeito pela dignidade do suspeito, só 3,8% dos inquiridos entendem que a instituição adquire uma imagem abonatória, ao passo que 78,7% referem que isso confere uma representação nociva para a justiça.



QUADRO 08. Duas questões sobre a violação do segredo de justiça lançadas no nosso inquérito 2.

A propósito das "fugas de informação" do processo Face Oculta, o Ministério Público, precavendo-se, marcou discretamente as folhas dos mandados de busca de cada arguido, tendo assim ficado a saber quem era o delator, quando o assunto foi publicitado num telejornal do mesmo dia, 28 de outubro de 2009, pela RTP. Paulo Pereira da Costa foi condenado por violação do segredo de justiça e veio arvorar de razão a tese que aponta aos arguidos o maior interesse na divulgação das matérias que se encontram sob reserva processual, para assim descredibilizarem a investigação.

Mas dificilmente se encontra quem esteja disposto a afiançar que entre os numerosos processos não haja violações cometidas por quem investiga, por quem acusa ou por quem julga. Esses, representando a causa pública, se, valendo-se da sua posição dominante, aceitarem receber uma vantagem a troco (do serviço) da informação prestada – como a manipulação da opinião pública em favor da sua perspetiva, ou a publicitação de um enfoque mediático prestigiante para a sua imagem –, entram num limbo jurídico cujas águas turvas caldeiam o crime de corrupção com o de violação do segredo de justiça. A ação de prestar uma informação catalogada como segredo de justiça configura a prática de um ato ilícito, não sendo despropositada a suposição da contrapartida de uma vantagem indevida, ainda que estejamos a falar de um valor intangível, como o da boa reputação promovida pela comunicação social, ou a manipulação de um processo, às custas de uma informação que constitui um bem público em reserva. Contudo, nos casos em que uma informação interdita ao público é fornecida por juízes, magistrados ou investigadores, o direito enquadra-a no âmbito da violação do segredo de justiça (art. 371.º do Código Penal).

Como explicita Maria José Morgado, "a justiça-espetáculo é mediatização mórbida que interessa mais a certos influentes do que aos magistrados, na medida em que corrói o processo"⁵⁴. Também na elucidativa comunicação proferida pelo procurador Carlos Ferreira⁵⁵ durante a conferência "A Mediatização da Corrupção Política em Portugal: Formas, Processos e Impactos", organizada pelo Centro de Investigação *Media e Jornalismo*, que decorreu em 9 de dezembro de 2014, no Centro de Estudos Judiciários, assinalando o Dia Internacional contra a Corrupção, este sugestionou que "as denominadas violações do segredo de justiça nunca aproveitam à investigação", cogitando que, a acontecer, isso se deve a "uma lógica quase mercantilista de autopromoção", o que, de resto, pode ser corroborado por Sousa e Triães (2007).

⁵⁴ *Expresso*, 13 de dezembro de 2014, p. 25.

⁵⁵ O procurador Carlos Ferreira foi titular do processo Face Oculta na sua fase de inquérito, tendo assegurado conjuntamente a representação do MP no julgamento e fases posteriores.

Desde que, no final dos anos 80 do século anterior, a justiça conheceu uma maior e contínua projeção mediática, sobretudo devido à notoriedade de dois processos visando políticos e com amplo interesse jornalístico, o caso do Fax de Macau (Carlos Melancia) e o Processo da Saúde (Costa Freire e Leonor Beleza) (Coelho, 2005: 9), o sistema formal da justiça tem demonstrado dificuldades em lidar com os *media* e algum embaraço com o tema da violação do segredo de justiça. Este não é um problema que atinge apenas Portugal, embora sendo tratado de forma diferente em vários países. No Reino Unido, por exemplo, a regra é a de que a justiça e o seu bom funcionamento prevalecem sobre a liberdade de imprensa. Na Alemanha, o sigilo é imposto aos jornalistas na fase preliminar de inquérito, sob pena de graves sanções. Em França, existe a regra do segredo de justiça, embora na prática esta seja constantemente violada, tal como acontece na Bélgica e na Itália (Morgado e Vegar, 2003: 133-136).

De acordo com o procurador Carlos Ferreira, "cabe ao sistema formal de justiça evitar a deturpação da verdade processual potenciada pelo silêncio a que ele próprio, voluntária e inexplicavelmente, se vota" e que acontece pela sua "insuficiência comunicacional (...) que, perante um assunto de relevante interesse público, prefere refugiar-se no espesso manto do segredo de justiça ao invés de revelar o suficiente e o necessário para cortar cerce quaisquer veleidades especulativas na arena mediática".

1.9. O SUJEITO DO ESCÂNDALO POLÍTICO

Pode um escândalo político existir sem que haja o rosto de um sujeito político? O semanário *Expresso*, dirigido por Francisco Pinto Balsemão, revela na capa da sua edição de 13 de agosto de 1977 que um membro do governo tentou cambiar sete mil contos na Suíça (cerca de 35 mil euros). Este assunto levou a uma investigação prolongada, de mais de dois anos, fazendo várias manchetes, dezenas de artigos, expondo fotos da equipa governativa liderada por Mário Soares, sem que nunca se apurasse de quem se tratava ou mesmo se, na verdade, havia algum membro do governo a cambiar uma avultada quantia de dinheiro num qualquer banco suíço. O jornal conseguiu estender a publicação do caso até 23 de junho de 1979, sem referenciar qualquer nome. A cobertura noticiosa acabou por expirar por falta de prova que lhe desse consistência. A conclusão torna-se evidente: sem sujeito político não há caso. Procuraremos de seguida determinar quem é o sujeito do escândalo político.

1.9.1. “Pegadas na lama”

Por ausência de detalhe, é fácil confundir o sujeito político com o sujeito do escândalo político. Para se referir ao sujeito político, Sánchez alude aos governantes e aos que aspiram a sê-lo (Sánchez, 1997: 7). De forma semelhante, Thompson refere-se ao sujeito político fazendo menção aos que "exercem ou aspiram a posições de poder político" (Thompson, 2002: 32). Contudo, estas definições acabam por ser excludentes se quisermos considerar o sujeito do escândalo político. De outro modo, Andrei S. Markovits e Mark Silverstein (1988) sustentam que, para além da natureza da desviância, o escândalo depende do *status* das figuras envolvidas. Assim, o que caracteriza o escândalo como político é a presença de um protagonista político. Esse protagonista não se restringe aos que "exercem ou aspiram a posições de poder político". Ele diz respeito também aos sujeitos que já não se encontram ativos no campo político. Isto poderá parecer um contrassenso, em virtude do que temos vindo a dizer até aqui, mas procuraremos demonstrar o contrário.

Numa das suas análises ao fenómeno da corrupção política, Isabel Ferin Cunha nota que os ilícitos podem ser cometidos não apenas por sujeitos que estão em funções políticas, como também "após o abandono de cargos de governação, quando os agentes políticos mantêm o seu capital relacional acumulado naquelas funções públicas, que posteriormente colocam ao serviço de funções privadas, no campo da economia, finanças ou banca, para benefício próprio ou do seu grupo" (Cunha, 2015a). Esta parece ter sido também uma das preocupações da OCDE quando selou o termo PEP (*Politically Exposed Person*), na Convenção Anti-Suborno de 1997, para se referir de forma mais abrangente às pessoas que são ou foram investidas em funções públicas relevantes, como presidentes da República, primeiros-ministros, ministros e outros membros de governo, políticos, executivos em empresas do Estado, entre outros⁵⁶.

Estamos firmemente convictos de que basta que o público reconheça uma pessoa pela sua ligação ao campo político e, dessa forma, ao poder, para lhe manter o rótulo de "político", ainda que essa pessoa esteja já afastada. Um exemplo que aqui trazemos, e que não pode ser negligenciado, é o que envolve Duarte Lima, ex-líder parlamentar do PSD (1991-1994), em dois escândalos que têm preenchido a atenção mediática: a suspeita pela polícia brasileira de que terá cometido o homicídio da sua cliente Rosalina Ribeiro e o caso Homeland, que o levou à cadeia sob a acusação de burla qualificada, abuso de confiança e branqueamento de capitais na compra de terrenos em Oeiras. Duarte Lima está afastado da vida política ativa há vários

⁵⁶ <https://blog.complyadvantage.com/category/politically-exposed-persons/>, acedido em 14 de fevereiro de 2015.

anos e, mesmo apesar disso, é reiteradamente referenciado pela sua ligação partidária. As imagens que muitas vezes são usadas pelos *media* são inclusivamente aquelas em que aparece ainda no parlamento – um símbolo do poder – ou nos congressos do seu partido. Com que justificação poderíamos ignorar este caso ou mesmo deixar de considerar a sua relevância política? E o que dizer do caso Operação Marquês, que levou à detenção do ex-primeiro-ministro José Sócrates, acusado de corrupção, fraude fiscal e branqueamento de capitais?

Como já afirmámos antes, o poder atrai os holofotes mediáticos; e aqueles que pisaram o campo que potencialmente o exerce estarão sempre sob o escrutínio dos *media*. Até porque o campo político, conforme o percebemos, é um espaço com chão lamacento onde quase sempre fica o vestígio, ou a pegada, de quem por lá passa. Estamos por isso convencidos de que o sujeito do escândalo político é alguém que integra ou integrou o campo político, ficando o seu capital simbólico permanentemente exposto à observação crítica quer dos seus pares quer, sobretudo, daqueles que são exteriores a esse campo.

Os protagonistas de escândalos políticos têm em comum o facto de serem figuras públicas. Como observa Artur Rodrigues Costa, “as pessoas públicas têm menos vida privada do que as outras” (Costa, 1989: 22). Esta afirmação tem por base o facto de os membros da elite ocuparem funções suscetíveis de maior visibilidade. Nesta medida, prossegue Costa, “expõem-se mais à crítica, à crónica dos factos com elas relacionados, à opinião das outras pessoas e, nomeadamente, de quem exerce o direito de informar”.

Posto isto, interessa perscrutar que requisitos precisam os políticos de ter para interessar aos *media*. Será que um mero militante de base é facilmente o protagonista de um escândalo político? Para uma resposta mais fundamentada a este respeito, começaremos por abordar o assunto a partir de uma incursão pelo tema das elites, que no ponto 1.9.4. continuaremos a aprofundar. A proposição deixada por Charles Wright Mills sugere que a elite seja definida mediante o nível em que pretendemos estabelecer a linha demarcatória: “baixando-a, poderíamos definir a elite como inexistente; elevando-a, poderíamos fazer da elite um círculo realmente muito pequeno” (Mills, 1981:28).

Ao longo deste estudo, verificaremos qual a linha demarcatória traçada pelos *media*, através do seu interesse por determinadas figuras da vida política. Assim, governantes, deputados, autarcas ou dirigentes partidários podem ou não ser alvo de interesse noticioso e podem ou não ser alvo do foco mediático. Isto porque, no que diz respeito ao escândalo político, este produz

efeito apenas se tiver cobertura, sendo, à partida, antagónico o interesse do jornalista e o do visado pela divulgação de determinada matéria; ou seja, dependendo exclusivamente dos *media* o nível de interesse por um político ou por um caso, consideramos que a linha que segmenta a elite é preponderantemente criada pelos órgãos de informação.

Mas para melhor ilustrarmos esta questão usaremos o seguinte exemplo. Franquelim Alves, ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios, sociedade que fora detentora do BPN – o banco que faliu e arrastou consigo todo o sistema financeiro português –, foi nomeado secretário de Estado do Empreendedorismo, em fevereiro de 2013, pelo executivo chefiado por Passos Coelho. O escândalo do BPN havia sido espoletado cinco anos antes, e durante esse período nunca os jornalistas se interessaram por Franquelim Alves, até ao momento em que foi nomeado para o governo. Após a sua indigitação, tornou-se o alvo mais apetecível dos *media*.

Podemos com isto inferir que, para além da natureza do caso, é o poder, inequivocamente, que atrai o interesse mediático. O político é especialmente sensível às suspeitas, às calúnias, ao escândalo. Em resumo, é vulnerável ao que pode ameaçar a sua reputação, "fazendo aparecer à luz do dia os atos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado, os quais são próprios para desacreditar o seu autor" (Bourdieu, 1989: 188-189). Para o político no ativo, o seu envolvimento em escândalos pode deitar por terra as melhores aspirações e ditar uma interrupção ou um final abrupto da sua carreira política.

1.9.2. O campo político e a lógica do aparelho

Como temos procurado demonstrar, o escândalo político não é um mero trilha na superfície da vida coletiva, pois ele fornece-nos sinais importantes para analisarmos o curso da democracia e a relação entre os políticos, os *media* e o público, bem como o campo onde os acontecimentos políticos têm lugar. Este espaço, designado "campo político", atua como um microclima social sem o qual os objetivos dos sujeitos que o integram não germinam.

Fala-se frequentemente da política enquanto luta, teatro ou arena. Para podermos incorporar com sentido crítico estas ideias, atenderemos ao conceito de "campo político", proposto por Pierre Bourdieu, dado que nos concede olhar de forma mais esclarecida e menos circunstanciada para este tema. Bourdieu define o campo político recorrendo à expressão "microcosmos", pretendendo com isso descrevê-lo como um pequeno mundo social

relativamente autónomo no interior do grande mundo social, com as suas próprias leis, princípios e regras de funcionamento (Bourdieu, 2000). Esta ideia coloca a sua tónica no desapossamento do outro, na exclusão dos que não preenchem as condições de acesso à participação no jogo político. Na conferência que proferiu em Lyon, em 11 de fevereiro de 1999, sensivelmente dois anos antes da sua morte, Bourdieu (2000) aludiu à dificuldade dos políticos em suportar a intrusão dos "profanos" no seu "círculo sagrado". Daí fortalecerem o campo que lhes é exclusivo, de forma a garantir a perpetuação das suas conveniências, argumentando possuir a legitimidade da representação dos interesses dos cidadãos. Esta noção de campo político, corroborada por Thompson (2002: 165), funciona como um campo de forças com vista a conservar a sua estrutura existente.

A ideia do campo político enquanto compartimento fechado pode ser apoiada na perceção de que, quanto mais um espaço político se autonomiza, mais se arvora na sua própria lógica, alargando o fosso que o separa daqueles que não o integram. Olhando para um exemplo atual, este efeito torna-se muito evidente ao colocarmos em foco a explícita tentativa de pressão ao Tribunal Constitucional pelos partidos do governo português liderado por Passos Coelho, em consequência do chumbo de medidas de austeridade que o Executivo pretendia tomar, durante o período de crise económica. Nessa ocasião, reagindo à inviabilização das medidas, a vice-presidente do PSD (partido líder no governo), Teresa Leal Coelho, em entrevista ao jornal *Público*, em 10 de junho de 2014, acusou o Tribunal Constitucional de "fazer juízos de ponderação política"⁵⁷. É aceitável que se possa conjeturar a favor da social-democrata que ela reclamou o princípio de separação de poderes, constitucionalmente consagrado; mas é também admissível argumentar que a evocação dessa separação visa criar, por si só, uma redoma pretensamente inviolável ao campo político, não consentindo a intervenção de outrem na sua esfera, institucionalizando os papéis, as tarefas e a divisão do trabalho político e assim pretendendo gerar a seu favor uma espécie de absolutismo do poder.

É facilmente observável que a ocupação das tarefas políticas relevantes fica a cargo dos sujeitos que integram o campo político. Como já assinalara Max Weber, a distribuição dos lugares faz-se principalmente em função dos serviços prestados ao partido, ou seja, "trata-se de um sistema de venda de posições" (Weber, 1968: 98). Na mesma linha, Bourdieu considera que os sujeitos ocupam posições distintas no campo político, uma vez que "estão situados neste espaço pela sua filiação num partido, mas também pelo seu estatuto nesse partido, pela sua

⁵⁷ <http://www.publico.pt/politica/noticia/se-os-juizes-do-tc-nao-aceitam-a-critica-nao-tem-condicoes-para-exercer-o-cargo-1639339>, acedido em 21 de novembro de 2014.

notoriedade, local ou nacional" (Bourdieu, 1989: 55-56). Como nota André Freire, o acesso aos cargos políticos é geralmente controlado pelos partidos políticos, apontando como exemplo o acesso às carreiras parlamentares, cujas candidaturas têm de ser apresentadas pelos partidos, sendo estes os principais *gatekeepers* do recrutamento (Freire, 2001: 29-30).

Mas os partidos, tão prontamente criticados, têm nos últimos tempos funcionado também, de certa maneira, como garante ético complementar à lei. Ao rejeitar candidatos a braços com a justiça, que a lei portuguesa não proíbe, os partidos tentam assegurar um maior grau de confiabilidade no sistema. Ainda que isso lhes cause prejuízos eleitorais, dada a repartição de votos entre o candidato oficial da estrutura e o candidato dispensado, que habitualmente arrasta consigo uma importante franja de apoiantes. Não sendo suficiente para alterar o quadro geral, não deixa contudo de ser uma nota de mudança que importa registrar.

Tem sido constante a referência à "lógica do aparelho". Pierre Bourdieu usou-a para aludir aos políticos que estão reféns desta dialética de submissão às regras dos partidos, por esta ser capaz de responder instantaneamente às exigências do campo político (Bourdieu, 1989: 196). Neste sentido, o "aparelho" concerne ao grupo de sujeitos que dão continuidade e garantem o funcionamento dos partidos, entendidos, segundo o pensamento weberiano, como produtos da profissionalização da política, daqueles que fazem da política o seu sustento e por isso vivem não só "para" a política, mas também "da" política, no sentido de se dedicarem a ela a tempo inteiro. Entenda-se que, à luz da teoria de Bourdieu, o sistema escolar, o Estado, a igreja, os partidos, não são aparelhos, mas campos. No entanto, em certas condições, eles podem funcionar como aparelhos. Bourdieu converge com o seu compatriota contemporâneo, o filósofo francês de origem argelina Louis Althusser, ao denunciar o caráter reprodutivista das relações de poder sociais pelo sistema escolar. Althusser, marxista e estruturalista, sustenta que "nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado" (Althusser, 1985: 71). Esta estrutura de Aparelhos Ideológicos de Estado, cujos partidos a integram, funciona sobretudo através da ideologia, que é unificada sob a "ideologia da classe dominante". Os vários Aparelhos Ideológicos de Estado não se confundem com o Aparelho (repressivo) de Estado, que é apenas um. Enquanto o segundo admite o domínio privado, já o repressivo concerne unicamente ao domínio público e funciona predominantemente através da violência e secundariamente através da ideologia, ao passo que os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam predominantemente através da ideologia e secundariamente através da violência, seja ela atenuada, dissimulada ou

simbólica. A teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado edifica uma conspeção monolítica de organização social, onde o Estado define a sua organização, não deixando arbitrariedades aos cidadãos. Esta perspetiva de Althusser tem sido criticada pela sua visão que, de certo modo, vem ancorar a teoria marxista a um imóvel trecho da história.

Participando no jogo político, os sujeitos que o integram asseguram que não serão reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo, correndo assim menos riscos de serem excluídos do jogo e de perderem as vantagens que lhes estão associadas, sejam elas materiais ou simbólicas. O mesmo considerava Roberto Michels, no início do século XX, ao observar que o objetivo do aparelho é a sobrevivência e o fortalecimento da organização e das suas elites (Michels, 2001). Dessa forma, como refere Bourdieu (1989: 172-173), os políticos "aceitam o contrato tácito que está implicado no facto de participarem no jogo, de o reconhecerem deste modo como valendo a pena ser jogado". Com isto, e ponderando sobretudo o peso que os partidos têm nas sociedades democráticas, não será excessivo afirmar que o capital político dos agentes depende da sua importância no partido ou da sua proximidade aos líderes. Como alegoriza Bourdieu (2000), o partido é como um banco de capital político, convertendo o seu secretário-geral⁵⁸ numa espécie de banqueiro que controla o acesso a esse capital, garantido e autenticado pela burocracia do aparelho. Daí que, segundo Bourdieu, não é por acaso que grande parte dos presidentes da República são antigos secretários-gerais. Em Portugal, nos últimos 30 anos, o cargo de chefe de Estado foi invariavelmente ocupado por ex-líderes de partidos políticos. O mesmo acontecendo com os ocupantes do Palácio de São Bento, se tivermos em conta aqueles que foram os primeiros-ministros indigitados em resultado de eleições legislativas.

1.9.3. Capitais simbólicos e poder simbólico

A manutenção do Estado, na perspetiva do exercício do poder político, subsiste "apenas se pessoas forem autorizadas a exercer poder e outras forem obrigadas a obedecer" (Thompson, 2002: 131). Podemos, contudo, questionar-nos sobre a razão pela qual as pessoas estão dispostas a obedecer e a conferir autoridade. Max Weber (1968) mostrou que a capacidade de o Estado exigir domínio assenta na sua faculdade de fazer prevalecer duas formas de poder – o coercitivo e o simbólico. Quanto ao primeiro, ele diz respeito ao uso da repressão pelo Estado, enquanto instrumento específico para evitar a anarquia e recorrendo ao "monopólio

⁵⁸ O líder detém o cargo de secretário-geral, presidente ou coordenador, sendo que cada força partidária adota a sua própria terminologia.

do uso legítimo da violência física" (Weber, 1968: 56). Weber exprime essa crença em concordância com a afirmação feita por Trotsky em Brest-Litovsk, de que "todo o Estado se funda na força" e na sua definição de que o Estado consiste "numa relação de dominação do homem pelo homem, fundada no instrumento de violência legítima (Weber, 1968: 56). Contudo, como nota Thompson, o poder coercitivo, se usado em grande escala, "pode ser uma estratégia arriscada e é, em geral, reservado a circunstâncias excepcionais" (Thompson, 2002: 131). Assim, as formas simbólicas são vias de autoridade mais moderadas e mais recorrentes, tendo por objetivo manter a crença na legitimidade.

Segundo Thomas Hobbes, defensor de um contrato social e de um governo por um soberano absoluto, no seu livro *Leviatã*, escrito em 1651, o poder é o meio de que o homem dispõe para alcançar qualquer vantagem futura. O seu conceito de maior poder, ou de poder superior, estabelece que é este poder, criado através do contrato entre os indivíduos, que será capaz de garantir a alguém tudo aquilo por que anseia. De acordo com Bobbio (1998: 933), o poder é a capacidade em determinar o comportamento dos homens e, nas palavras de Castells, o poder "é a capacidade relacional que permite a alguém influenciar de forma assimétrica as decisões de outrem" (Castells, 2013: 41), sendo que as relações de poder "baseiam-se em grande medida na capacidade para moldar as mentes construindo significados através da criação de imagens" (Castells, 2013: 267).

Apesar da relativa concordância destes autores quanto ao conceito, é o de Weber (1968) que tem trazido maior inspiração, sustentando que o poder é a aspiração de todo o homem que se entrega à política, seja porque o considera um instrumento para atingir um fim, seja porque deseja o "poder pelo poder" para gozar do sentimento de prestígio que ele confere. Quando no exercício do poder se empregam capitais simbólicos – como o prestígio e a reputação – para intervir no curso dos acontecimentos e influenciar as ações e crenças de outros, estamos diante do que Thompson (2002: 131) designa por "poder simbólico", sendo estes apoiados sobretudo pelos canais de comunicação, que são essenciais para veicular e conferir essa notoriedade. Segundo Barnett (2006), a reputação é construída a partir das diversas visões que têm as diferentes partes interessadas (Barnett *et al.*, 2006). Morchón (2014), numa sua alusão muito clarividente sobre o tema, reforça essa ideia, sustentando que o conceito de reputação é efetivamente baseado na percepção que os outros têm de um determinado político ou de uma instituição, juntando-se nesta tese a autores como Walker (2010) ou Gotsi e Wilson (2001). Como já havia elucidado Manuel Castells, baseado nas investigações em neurociência sistematizadas por António Damásio, "construímos a realidade como reação

perante acontecimentos reais, internos ou externos, mas o nosso cérebro não se limita a refletir os ditos acontecimentos, processa-os de acordo com os seus próprios modelos", quase sempre de forma inconsciente (Castells, 2013: 199). O mesmo autor entende por isso que a estratégia política do escândalo não tem necessariamente como objetivo a destruição imediata de um político, mas, sim, ir pondo a correr um fluxo contínuo de escândalos, criando imagens na mente dos cidadãos (Castells, 2013: 336) e desgastando o capital político.

Podemos com isto consentir que o capital político é, ao fim e ao cabo, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido (Bourdieu, 2000), o tal crédito concedido pelos outros, baseado na crença e no reconhecimento do político. O mesmo é dizer que o capital simbólico pode ser aferido através da imagem pública de um sujeito, uma vez que esta resulta num "complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam. Nesse sentido, imagens públicas são conceções caracterizadoras (Gomes, 2004: 254).

Estas considerações são úteis para compreendermos a razão pela qual Bourdieu é tão perentório na afirmação de que "o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele" (Bourdieu, 1989: 188). Como ironiza Thompson, "todos os cidadãos podem ser formalmente iguais diante da lei, mas nem todos os transgressores são iguais no tribunal do escândalo" (Thompson, 2002: 42). Essa diferença assenta, como já tivemos oportunidade de abordar, na visibilidade, bem como nas afiliações e responsabilidades que relevam num ascendente social. De acordo com Maria Helena Weber, "todas as instituições e sujeitos que disputam os espaços públicos, votos e boa vontade, por quaisquer meios, são vulneráveis a julgamentos, curiosidade, expectativas e, portanto, passíveis de formação de opiniões, imagens e dúvidas" (Weber, 2004: 274). É nesse sentido que Thompson observa que "os partidos políticos examinam cuidadosamente os seus possíveis candidatos para avaliar a sua suscetibilidade ao escândalo, ou seja, o seu fator de risco" (Thompson, 2002: 151).

Se na área financeira o poder advém da propriedade do capital, também no campo político o poder é alcançado por via da obtenção do capital, que é, todavia, um capital simbólico, do qual fazem parte aspetos como a reputação e a confiança, integrando estes o leque de atributos necessários para conquistar e exercer o poder.

A palavra reputação encontra dois significados diversos no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001: 3208-3209). Um distingue-a como uma opinião ou conceito em que uma pessoa ou uma coisa são tidas. Outra diz respeito à fama ou crédito, favorável ou

desfavorável, de que alguém ou alguma coisa gozam. Em ambas as circunstâncias é notório o enfoque na percepção de um sobre outrem. Contudo, contrariamente à definição que podemos encontrar no *Diccionario de la Lengua Española* (1998: 1777-1778), a portuguesa, tal como a francesa (Kannas, 1995: 1383), compreende duas significações, a favorável e a desfavorável. Esta amplitude do conceito na língua portuguesa fornece, de certo modo, resposta à questão suscitada por Walker (2010), reclamando que, no caso da língua espanhola, tal como acontece com a inglesa (*English Dictionary*, 1996: 495), não se prevê a aceção desfavorável, ou a má reputação que, todavia, se emprega no uso quotidiano, gerando assim uma desarmonia entre o seu dicionário e o uso corrente. Esta desarmonia poderá ser explicada, segundo Carmeli e Tishler (2005), pelo facto de a reputação ter tido uma evolução muito dinâmica ao longo do tempo, tal como reconhece igualmente Barnett, mencionando que a reputação chegou a ser sinónimo, embora ambíguo, de palavras como "identidade" ou "imagem" (Barnett *et al.*, 2006: 29). Esta leitura está presente também, de forma diversa da que encontramos no *Dicionário da Língua Portuguesa*, na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 26.º, ao referir que "a todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, (...), à cidadania, ao bom-nome e reputação (...)". O que revela que o conceito não se utiliza com uniformidade.

Habitualmente, a (boa) reputação é construída ao longo do tempo, seja por um indivíduo, seja por uma instituição da qual ele faz parte (ou por ambos), e "pode também ser perdida, ou substancialmente diminuída, muito rapidamente, devido a má conduta, decisão errónea ou erros graves" (Thompson, 2002: 132). Nesta ótica, o capital simbólico não é episódico, mas permanentemente imprescindível a quem quer disputar ou manter o poder político e sustentar a crença na legitimidade. Quando publicamente afirmou ter fechado a porta à vida política, o ex-ministro Paulo Pedroso, ilibado no processo de pedofilia da Casa Pia, reconheceu numa entrevista à *Visão* um dos motivos: "ficou o prejuízo à reputação"⁵⁹.

Podemos dizer também que a reputação não se esgota com o uso – ao contrário dos recursos financeiros, para recorrer à mesma analogia – mas pode ser destruída com o mau uso. Outra particularidade intrínseca à reputação é que, se ela for perdida, será muito difícil restaurá-la. É natural, por isso, que as disputas pelo poder pretendam atingir a reputação dos opositores, sejam eles pessoas ou instituições. E nada melhor do que um escândalo para alcançar esse objetivo.

⁵⁹ *Visão*, 28 de agosto de 2014, p. 87.

Distinguimos, com Thompson (2002: 296), dois tipos de reputação: a de caráter (aquela que um indivíduo adquire por ser íntegro) e a específica da competência (conseguida através da demonstração de competências concretas). Ambos os tipos de reputação constituem um instrumento útil para alcançar intuítos políticos. Embora os escândalos facilitem que o protagonista seja valorizado mais pelo caráter do que pela competência (Thompson, 2002: 309), estamos profundamente convictos ser errado pensar que a reputação assenta exclusivamente no caráter dos protagonistas, pois essa presunção pode conduzir-nos a uma perigosa armadilha. Ela pode ilusoriamente levar-nos a negligenciar que os eleitores são efetivamente capazes de valorizar a competência de um político em detrimento do que entendem ser a sua conduta ética e moral. Esta pode ser apontada como uma das razões para que os eleitores votem em políticos que se encontram a braços com a justiça.

Olhando para o contexto português, podemos sem esforço sublinhar alguns casos amplamente mediatizados. O *Jornal de Negócios*, na sua edição de 5 de Agosto de 2009, fez capa com as fotos de Isaltino Morais, Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres e Valentim Loureiro, colocando como título "Por que votam os portugueses em autarcas condenados?"⁶⁰. Esta pergunta suscita múltiplas respostas baseadas em preceitos diversos. Todavia, o tema da reputação permite-nos dar um contributo para o esclarecimento da questão.

Como referimos atrás, a reputação assenta em duas naturezas distintas: a de caráter e a de competência. Por vezes, a ideia generalizada de que um político não é sério é ofuscada pela noção de que ele pode resolver melhor do que qualquer outro os problemas que afetam a comunidade. Esta alusão encontra um exemplo no Brasil da década de 50 do século anterior, em que ao ex-governador de São Paulo Ademar de Barros era imputado um interessante *slogan*: "Ademar rouba mas faz." Embora não assumido abertamente, este parece ter sido o lema da sua campanha eleitoral para prefeito de São Paulo, em 1957, quando pendiam sobre ele várias acusações de corrupção. Esta ideia, que valoriza a competência, tem sido corroborada ao longo do tempo. O politólogo Pedro Adão e Silva⁶¹, admitindo que a "generalização de que todos os políticos são corruptos faz com que os eleitores prefiram um presidente de câmara ativo", refere igualmente que "fazer obra talvez compense eventuais ilícitos cometidos". Nessa ótica, a generalização espontânea, e porventura errada, de que todos os políticos são corruptos (Wood, 2011) faz-nos escolher mal, pois favorece que os eleitores prefiram alguém que faça obra, já que acreditam que ninguém é sério.

⁶⁰ *Jornal de Negócios*, 5 de Agosto de 2009, capa.

⁶¹ *Jornal de Negócios*, 5 de Agosto de 2009, p. 4.



FIGURA 07. *Jornal de Negócios*, 5 de Agosto de 2009.

Regressando ao caso português, a semelhança entre Isaltino Morais (PSD), Fátima Felgueiras (PS), Avelino Ferreira Torres (CDS-PP) ou Valentim Loureiro (PSD) reside no facto de serem quatro políticos com longa carreira, grande visibilidade pública e ampla cobertura mediática. Uma outra semelhança assenta na atenção dada pelas autoridades judiciais aos respetivos casos. Um facto curioso é que a organização política a que pertenciam lhes retirou a confiança e os encaminhou para candidaturas independentes. Ainda assim, enfrentando o sufrágio nas autárquicas de 2005, três deles venceram as eleições, e apenas Avelino Ferreira Torres saiu derrotado (saliente-se que este foi o único, de entre os quatro políticos, que se candidatou a uma autarquia diferente da que tinha presidido anteriormente).

De realçar que Fátima Felgueiras esteve perto de atingir 50% dos votos, e Valentim Loureiro conquistou 57,5% do apoio dos eleitores. Em Oeiras, apesar da sentença de condenação, Isaltino Morais subiu dos 34% alcançados em 2005 para 41,5% em 2009. E mais tarde o seu delfim, Paulo Vistas, utilizando o nome de Isaltino nos cartazes, conquistou a presidência da câmara, com 33,5% dos votos, afirmando na noite eleitoral ser "uma honra suceder a Isaltino". Isaltino Morais havia sido preso em 24 de abril de 2013 por crimes de fraude fiscal e branqueamento de capitais e saiu em liberdade 427 dias depois, esperando-o o cargo de presidente da Fundação Marquês de Pombal, pertencente ao município.

Depois da alusão à reputação, abordemos agora a confiança, outra característica sublinhada também por Thompson (2002). As relações fundamentam-se em formas de confiança, e esta, tal como a reputação, não se esgota com o uso, antes pelo contrário, tende até a diminuir caso não se empregue. E pode também ser esvaziada se se descobrir que as presunções que

motivaram a confiança foram traídas. Dentro de uma organização, a confiança pode findar se deixar de haver cooperação.

Posto isto, é preciso ter em conta que os capitais simbólicos não se esgotam apenas na reputação e na confiança, podemos incluir outros no mesmo escaparate. Max Weber fala do carisma, por exemplo, enquanto fundamento da legitimidade de dominação de um sobre outros. O carisma funda-se nos "dons pessoais e extraordinários de um indivíduo – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe" (Weber, 1968: 57). Segundo Margaret Hermann (2002), antiga presidente da Sociedade Internacional de Psicologia Política (ISPP) e professora de Ciência Política na Maxwell School, o líder carismático centra-se na sua relação com os outros e procura envolvê-los nos processos bem como na sua agenda. Parecendo aproximar-se da definição de Weber, Joana Amaral Dias considera que "a empatia é algo particular e está associada ao efeito de contágio das emoções" (Dias, 2014: 54).

Desde os anos 90 do século passado que as pesquisas, sobretudo com primatas, evidenciam que, quando um ser desperta noutro um determinado sentimento, se ativam as mesmas regiões neurais, como se estivessem ambos a fazer o mesmo. São ateados os chamados neurónios-espelho, cuja função é imitar a reação da outra pessoa. Marcus Holmes (2013), professor de Ciência Política na Universidade de Fordham, em Nova Iorque, tornou-se conhecido pela defesa do uso mais frequente da interação face a face na diplomacia, entendendo que esta é uma potencial geradora de empatia. Holmes sustenta que os neurónios-espelho provocam instantaneamente contágio de emoções, aumentando assim a probabilidade de cooperação. Nesse sentido, não só as boas emoções, como a empatia, são alvo de contágio. As más emoções, associadas a ansiedade ou hesitação, são igualmente propagadas. A empatia ativa áreas com neurónios-espelho e não deve, pois, ser descurada na avaliação do impacto da imagem dos sujeitos políticos.

Regressando aos capitais simbólicos da reputação e da confiança, por serem os atributos mais alusivos no campo político, Thompson adverte para o facto de o escândalo poder potenciar a sua diminuição ou mesmo o seu esvaziamento, ao afetar as pretensões de um sujeito. Sem dúvida, os escândalos afetam as taxas de aprovação pública que, em seguida, se traduzem em capital político. O capital político é essencial quando o governo quer, por exemplo, introduzir uma lei impopular com os custos de curto prazo e benefícios de longo prazo, tais como

cuidados de saúde ou reformas da segurança social (Yankova, 2005). A revelação e a condenação de escândalos podem, em suma, prejudicar os envolvidos. Esse prejuízo não tem de ser imediatamente visível, uma vez que a corrosão dos pilares que sustentam um sujeito político pode ser mais ou menos veloz. Todavia, na maior parte dos casos, é uma questão de tempo até que o ácido do escândalo o consuma.

1.9.4. A elite política

Segundo Aristóteles "a democracia teve origem devido àqueles que se sentiam iguais num determinado aspeto, e se convenceram de que eram absolutamente iguais em qualquer circunstância". Desta forma, de acordo com o filósofo grego discípulo de Platão, "todos os que são livres de um modo semelhante pretendem que todos sejam, pura e simplesmente, iguais" (Aristóteles, 1998: 349). Esta matriz da igualdade de direitos, contudo, não inviabiliza a necessidade de representação dos cidadãos. Hoje, como no século III a. C., a dimensão populacional e a organização da sociedade tornam impossível que seja o povo a governar-se diretamente e a tomar coletivamente cada uma das decisões que dizem respeito ao conjunto da população. Por isso, o governo é exercido em representação do povo e para o povo, mas não diretamente por ele, havendo na sociedade uma delegação do poder, uma função representativa.

A tarefa de representação nos regimes democráticos, como sintetizou em 1942 o economista checo Joseph Schumpeter, conduz-nos à ideia de que "a democracia não significa nem pode significar que o povo governa. A democracia significa, simplesmente, que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar os homens que o pretendem governar". O mesmo é dizer que há uma minoria que representa as massas, sendo por elas legitimada. Neste sentido, é a expressão das massas que indica a quem cabe exercer o poder. A escolha recai necessariamente sobre um grupo reduzido de pessoas, designando-se este por elite. De acordo com a corrente maquiavélica, a elite é assumida como o oposto de massa, posição que tem sido criticada pelo facto de não permitir uma análise das relações entre uns e outros, indispensável em democracia (Ysmal, 1985: 608).

A ideia de massa, nas suas diversas aceções, é mais fielmente entendida lendo e compreendendo a obra *Massa e Poder*, de Elias Canetti, publicada em 1960, onde o autor

reflete e relaciona profundamente um universo de temas com o coletivo da sociedade. Sobre ela, Canetti observa quatro traços principais: a massa quer sempre crescer, podendo inclusivamente haver uma evasão sem que o sistema a consiga impedir; a massa é caracterizada pela sua igualdade, não importando as diferenças; a massa gosta de densidade, embora nunca consiga sentir consistência; e a massa precisa de uma direção, sendo esse o atributo que reforça a sensação de igualdade e também é o que não a deixa desagregar-se, ou seja, a massa existe enquanto tiver um objetivo não alcançado (Canetti: 2014: 31-32).

De forma despretensiosa, podemos consentir que as massas dizem respeito à maioria de pessoas desprovidas de efetivo poder, permitindo à elite a sua representação política. Invariavelmente, esta formulação implica, tal como sustenta Weber, que há um domínio de uns sobre outros, ampliado pelo exercício da governação. Em suma, a chamada Teoria da Elites enuncia que, "em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição com uma maioria que dele está privada" (Bobbio *et al.*, 1998: 385). Dessa forma, é a aquiescência das massas – nas sociedades democráticas cumprida através do voto – que permite que a elite se mantenha no poder.

A obtenção do poder mobiliza um conjunto de meios como o controlo de interesses, nomeações, distribuição e aplicação dos fundos, entre outros, que, por inerência, serão manipulados pela minoria emergente. Segundo Charles Wright Mills, que em 1956 publicou *A elite do poder*, as "altas-rodas", ou seja, os grupos de elites, distinguem-se por possuírem o máximo: "dinheiro, poder e prestígio – bem como todos os modos de vida a que estes levam" (Mills, 1981:17). Chegada ao poder, a classe política dirigente sabe que é preciso conservá-lo. A forma de o fazer, como defende o professor de Direito Gaetano Mosca na obra *Elementi di scienza politica* (1896), consiste numa fórmula política, que o povo aceita porque acredita nos núcleos essenciais do discurso político do grupo. Pertencendo sempre a um restrito círculo de pessoas, o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos fica assegurado, ainda que para isso seja necessário recorrer à força. Por influência de Mosca, o conservador Pareto consolidou em 1902, na introdução dos *Systèmes Socialistes*, o conceito de elite, enquanto sinónimo de aristocracia, defendendo a existência de uma "classe superior" que conserva o poder não só político mas também económico.

No seguimento das conceções de elite geradas por Mosca e Pareto, embora inspirando-se sobretudo em Mosca, Roberto Michels publicou em 1912 para língua alemã, e dois anos mais tarde em língua italiana, a obra *La sociologia del partito politico nella democrazia moderna*.

Debruçando-se sobre a estrutura dos grandes partidos de massa, verificou haver uma grande concentração de poder num número reduzido de pessoas, que denominou por oligarquia, atribuindo-lhe uma conotação negativa, ao contrário do que considerara Pareto com a aristocracia. Para Michels, "a organização é a mãe do predomínio dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os delegantes" (Bobbio *et al.*, 1998: 386). Para Michels, as massas, que são tradicionalmente desordenadas, sem dirigentes ficam inativas e paralisadas. E como a minoria é o elo organizado, o seu ascendente é potencialmente duradouro. A conservação da posição da elite reside também no facto de se manter o exercício do poder nas mãos de um número restrito de pessoas. Em democracia, a manutenção do poder é relativamente efémera, de uma forma geral, e há uma certa expectativa por parte das elites opositoras em constituírem-se como alternativa, procedendo ao combate político.

De acordo com Freire (2001: 11), as teorias clássicas sobre as elites, originárias de Mosca, Pareto e Michels, "apresentam uma conceção de sociedade política incompatível com o regime democrático, pois postulam uma quase absoluta separação entre a elite política e as massas". No fundo, estas teorias não permitem estabelecer a diferença entre as elites políticas nos regimes feudais e monarquias absolutas face às dos regimes democráticos, onde o voto das massas está na origem da legitimação dos que concorrem para chegar ao poder. Num outro hemisfério, a teoria dos campos de Pierre Bourdieu (1979, 1989, 2000) coloca-se em discordância com a teoria das elites, opondo-se à "naturalização da divisão do trabalho político entre agentes politicamente ativos e agentes politicamente passivos, considerando ser necessária a análise de determinantes económicas e sociais que fundamentem essa divisão" (Freire, 2001: 12-13).

Como observam Higley e Burton, "as vidas públicas e privadas das elites políticas encontram-se sujeitas a um intenso escrutínio público", facto que se agravou com a emergência do jornalismo sensacionalista que, segundo os mesmos autores, tem sido levado a "níveis grotescos" pelos diversos meios de comunicação e através do qual "mesmo os jornalistas clássicos e reputados são obrigados a vasculhar todos os cantos e buracos". A concorrência pelo lucro comercial leva a explorar mercadorias como escândalos, procurando informações que atraiam audiências e, por consequência, publicidade. Assim, "indiscrições sexuais, divórcios conflituosos, membros da família às voltas com a justiça, negócios sujos, mentiras e ocultação de factos, lapsos de linguagem" valorizam a mercadoria informativa à

custa da exposição das elites. Daí que, para Higley e Burton, "a política democrática nunca foi tão arriscada, um facto que afasta líderes potencialmente capacitados e exclui aqueles que são menos agressivos no jogo da política destrutiva" (Higley e Burton, 2003: 284). De facto, se as elites são cada vez mais compostas por políticos soçobrados nos meandros das querelas e disputas contra adversários, passa a estar ao seu alcance, de acordo com Molotch e Lester (1999: 48), a possibilidade de fazer espoletar escândalos, usando-os como arma na luta travada veladamente com aqueles que são apontados como rivais.

Embora o estudo das elites não se restrinja exclusivamente aos dirigentes políticos, uma vez que abarca o topo da hierarquia social em vários outros campos, importa-nos aqui referenciar com particular ênfase as elites políticas, pela relevância que assumem na nossa pesquisa. Estas, apesar de se reportarem sempre a uma minoria, podem variar na sua dimensão, e "são formadas por aquelas pessoas que possuem a capacidade organizada de causar verdadeiras perturbações políticas" (Higley e Burton, 2003: 280). De uma forma geral, a elite precisa das massas para atingir os seus propósitos. Nesta perspetiva, tal como sublinha António Marques Bessa, as massas são, de certo modo, instrumentais para o governo da elite, salientando este autor que as massas "são chamadas à participação para ratificarem escolhas predeterminadas" (Bessa, 2002: 18). Esta ideia da secundarização das massas está bem evidenciada na formação das listas partidárias que concorrem às eleições legislativas. Como nota Marina Costa Lobo, em Portugal, estas são elaboradas estritamente com base em regras estatutárias que combinam o poder dos órgãos dirigentes locais e nacionais. "Os militantes de base não intervêm, enquanto tal, no processo de recrutamento parlamentar em nenhum dos quatro maiores partidos políticos portugueses" (Lobo, 2003: 260-61). De forma análoga, André Freire é contundente ao referir que é o próprio sistema eleitoral que condiciona a relação dos candidatos com os partidos e com os eleitores. De acordo com o funcionamento do sistema eleitoral português, excetuando a eleição para o Presidente da República, "o eleitor vota em partidos e não em candidatos e, por isso, a eleição dos deputados depende mais do lugar nas listas partidárias que os partidos lhes atribuem do que dos votos dos eleitores" (Freire, 2003: 184).

1.9.5. A metamorfose da classe política

De acordo com André Freire, para melhor percebermos o regime democrático torna-se fundamental olharmos para os parlamentos, uma vez que os seus membros, os deputados, são

um pilar central da representação política (Freire, 2001: 3). Daí que seja constante a circulação de lugares entre o parlamento e o governo, com os políticos a transitarem de um órgão para o outro (Freire, 2001: 5). Como relata o *Expresso*, quase um terço dos deputados eleitos em 20 de fevereiro de 2005, já não estava no parlamento em 11 de julho do mesmo ano. Ou seja, "dos 230 deputados eleitos, 67 deixaram entretanto a Assembleia da República, suspendendo funções ou renunciando ao cargo." Uma boa parte deixou o seu lugar de deputado para ir para o governo, mas houve também quem fosse assumir outras funções de nomeação política ou mesmo quem passasse da política para o mundo dos negócios⁶².

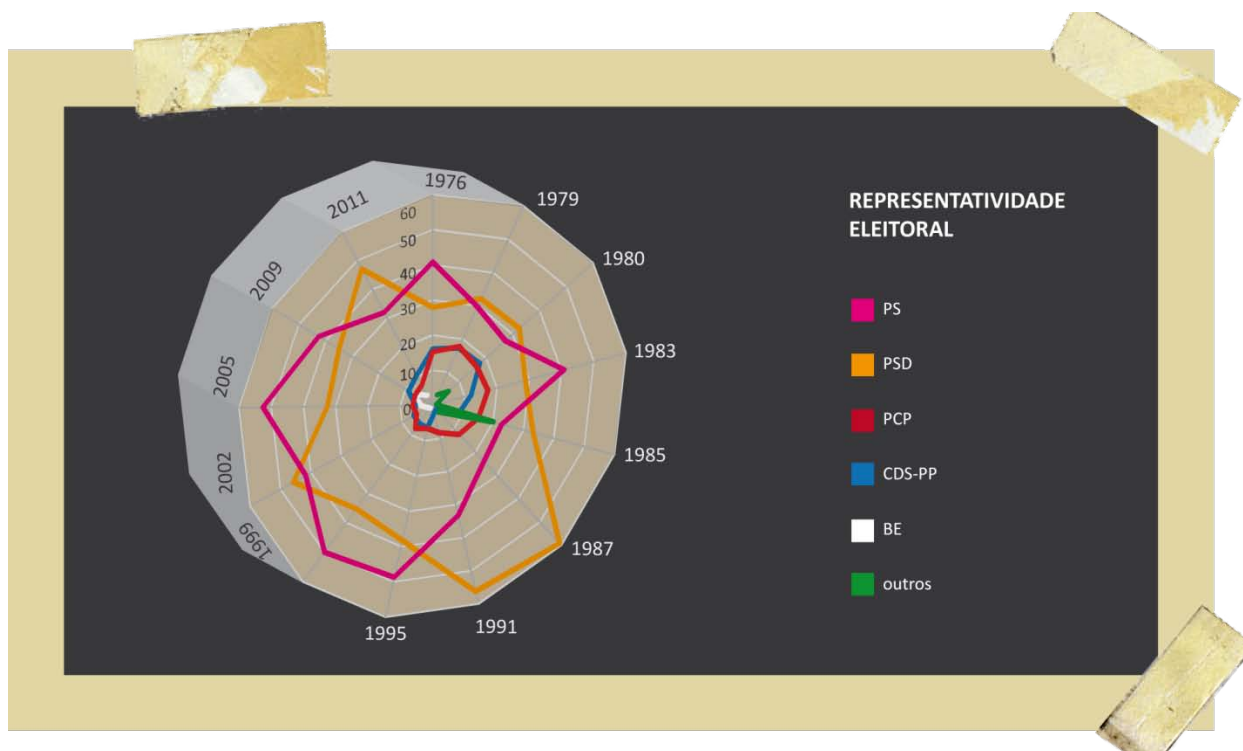
O parlamento pode ser entendido assim como uma porta giratória, movida pelos partidos, para as diversas funções do Estado. A centralidade dos deputados, alicerçada na sua função de representação política, confere-lhes um papel fundamental para a nossa análise do campo político e dos seus protagonistas. Apesar de os partidos se afigurarem como o eixo sobre o qual gira a globalidade das funções políticas de representação, acabam por ser os parlamentares que as corporalizam. Como refere André Freire (2003: 181), é da forma como estes se relacionam com os eleitores e com os partidos políticos, assim como das suas características e do seu desempenho na arena parlamentar, que "depende em grande medida a qualidade da representação, mas também a eficácia da função legislativa e das funções de fiscalização/controlo e legitimação da ação governativa."

A Assembleia da República, ou parlamento, é o órgão legislativo do Estado português, sendo atualmente composto por 230 deputados, eleitos por círculos plurinominais para mandatos de quatro anos, embora estes sejam por vezes interrompidos, como se verifica sobretudo no período entre 1976 e 1987, conquistando o parlamento maior estabilidade na duração normal dos seus mandatos a partir da VI Legislatura, correspondente à eleição de 1991. Após a Assembleia Constituinte, que durou cerca de um ano (de abril de 1975 a abril de 1976), o parlamento teve 12 legislaturas, entre 1976 e 2011, e eleições intercalares em 1979. Observaremos de seguida a representatividade resultante do sufrágio para a Assembleia da República, entre 1976 e 2011, bem como a caracterização dos membros das listas apurados em posição efetiva em cada eleição legislativa. A título metodológico, para uma melhor visualização comparativa, juntámos o grupo parlamentar do PCP com o do PEV, dado que concorrem coligados às eleições.

⁶² *Expresso*, 11 de julho de 2009, p. 13.

Todavia, antes disso, gostaríamos de aqui anotar a semelhança entre o perfil médio dos deputados deste e do anterior regime. A observação das últimas três legislaturas do Estado Novo permite elaborar um retrato-tipo do deputado à Assembleia Nacional, concluindo-se que este era um indivíduo do sexo masculino, com cerca de 51 anos de idade, com curso universitário na área do Direito, facto que ditaria o exercício da advocacia como a profissão dominante (Castilho, 2003: 51-52). Como iremos ver através dos quadros seguintes, atualmente, o deputado português é homem, tem cerca de 46 anos de idade, é licenciado em Direito, tendo como profissão dominante a de advogado ou jurista. O que evidencia, pesem embora as alterações políticas, económicas e sociais em Portugal nas últimas décadas, a prevalência de um retrato-tipo quase imutável dos nossos parlamentares.

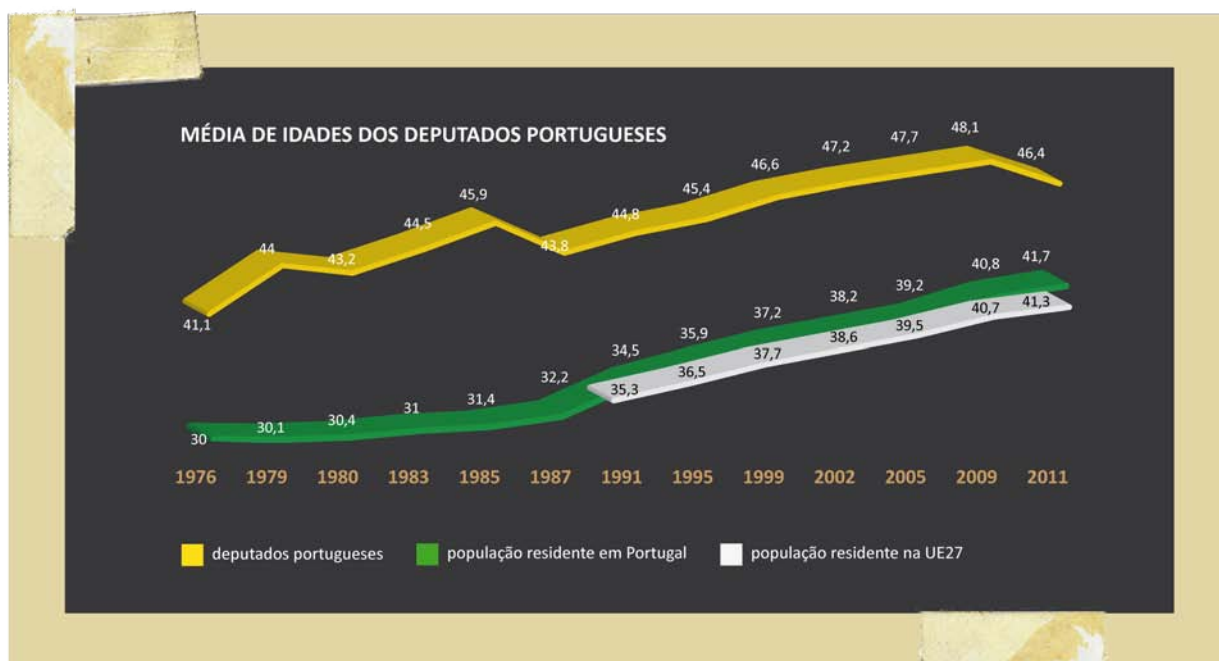
Uma das premissas elaboradas por Pareto consiste na asserção de que nada teria de real a sociedade em que a sua hierarquia fosse estável e incessantemente imutável. Tendo em consideração o que até aqui expusemos, atenderemos de seguida à composição social e política das elites parlamentares, ou seja, à observação de algumas características demográficas e origens sociais, a fim de procurarmos perceber as modificações que têm sido levadas a efeito nas elites políticas de uma forma geral, e nas elites parlamentares mais concretamente.



QUADRO 09. Distribuição de mandatos parlamentares por força partidária, entre 1976 e 2011, incluindo as eleições intercalares de 1979 (em %). **Fonte:** Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar da Assembleia da República.

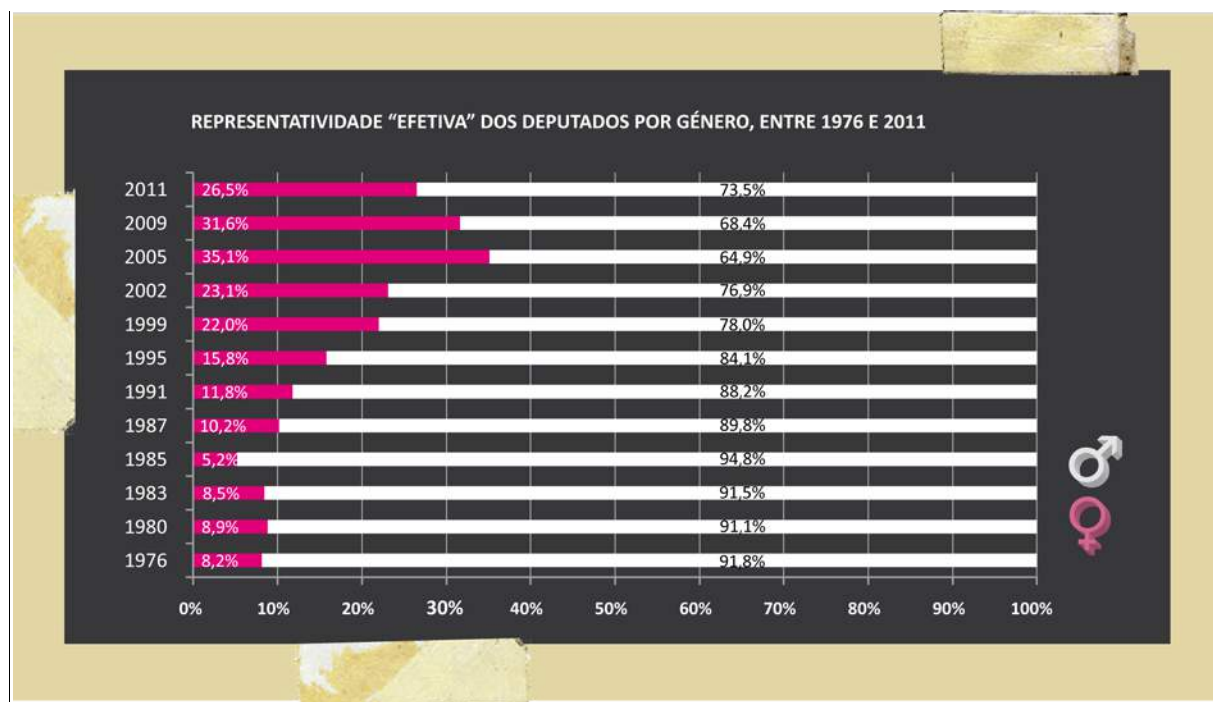
Observa-se que só por três vezes houve maiorias absolutas alcançadas por um partido na democracia portuguesa. Isso aconteceu nas eleições de 1987 (59,2%) e 1991 (56,3%), sob a liderança de Cavaco Silva no PSD, e depois em 2005 (52,6%), no primeiro mandato do socialista José Sócrates. De salientar que em 1999, no segundo mandato de António Guterres (PS), deu-se o singular facto de o PS ter tido 50% dos deputados na Assembleia (115 em 230), não tendo por isso a maioria mas impedindo também que a oposição a tivesse.

Os partidos com maior presença no parlamento são o PSD e o PS, seguidos do PCP e do CDS-PP. Este último tem feito coligações, sobretudo à direita, com o PSD, que viabilizam uma maioria parlamentar e visam a estabilidade governativa.



QUADRO 10. Média de idades dos deputados portugueses, em comparação com a população residente em Portugal e nos países que constituem a UE27, entre 1976 e 2011, incluindo as eleições intercalares de 1979. **Fontes:** Dados relativos aos deputados portugueses em Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar da Assembleia da República; restantes dados em Pordata (<http://www.pordata.pt>).

No quadro 10 podemos constatar que a média de idades dos deputados portugueses é sempre muito superior à verificada na população residente dos países em exposição. Partindo de uma média de 41 anos em 1976, a tendência que se acentua é a de um aumento gradual em todo o período de análise. Todavia, como enfatiza Freire, este perfil de idades é semelhante ao dos deputados de outros países, "onde se verifica um predomínio de indivíduos de meia-idade nos respetivos parlamentos" (Freire, 2001: 61).

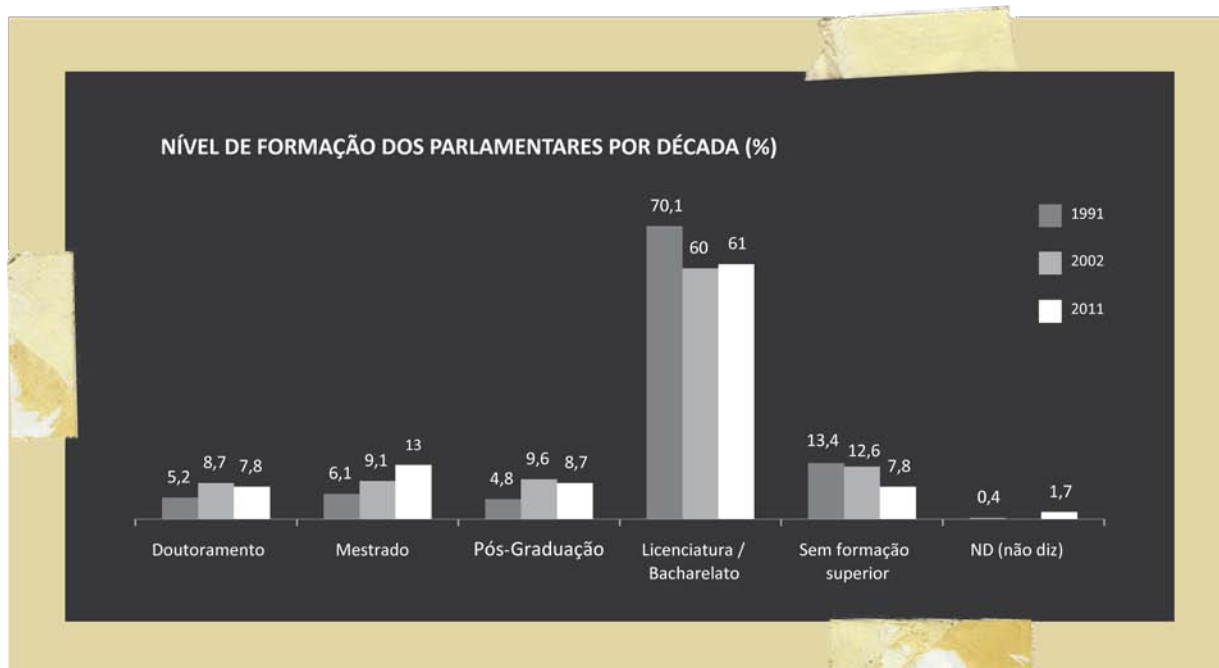


QUADRO 11. Representatividade "efetiva" dos deputados, por gênero, entre 1976 e 2011. **Fonte:** Dados relativos a legislaturas iniciadas entre 1976 e 2009, em Martins (2012); e dados relativos à legislatura iniciada em 2011, em Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar da Assembleia da República.

O parlamento português é um "clube masculino", onde as mulheres têm tido uma posição sem predominância. O apuramento de resultados no que concerne ao gênero masculino e feminino na Assembleia da República foi fruto de uma metodologia utilizada por Martins (2012), usando o critério de representatividade efetiva, tendo em consideração o número de titulares de mandato parlamentar e o tempo de permanência no cargo, observando as substituições de deputados e calculando o tempo real de exercício de funções parlamentares. Desta forma, "verificou-se que a representatividade efetiva das mulheres no parlamento foi superior à alcançada em resultados eleitorais, com exceção da IV Legislatura (1985-1987)" (Martins, 2012: 12). Conclui-se também que a legislatura iniciada em 1985, coincidente com o primeiro governo chefiado por Cavaco Silva, foi a que contou com menor expressão feminina no parlamento, o que vem corroborar a noção de que a eleição das mulheres difere em cada ciclo político e que "o cavaquismo foi escasso nas medidas em relação às mulheres, fazendo jus à ideia defendida de que os partidos com natureza neoliberal acomodam-se na resolução das questões financeiras e secundarizam as questões sociais" (Cabrera *et al.*, 2012: 121).

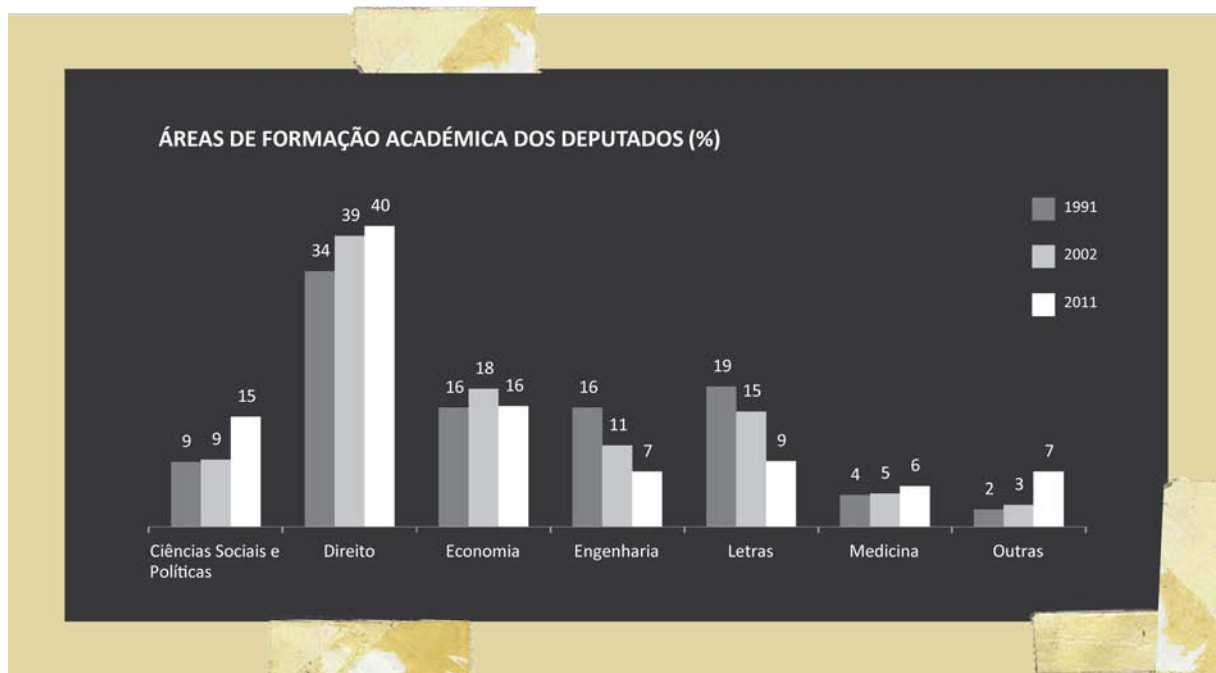
A primeira vez que os dados da representatividade efetiva superam a faixa dos 10% de mulheres parlamentares surge em 1987, com a primeira maioria absoluta de Cavaco Silva. Mas é na IX Legislatura, iniciada em 2005, coincidente com o primeiro governo liderado por José

Sócrates, que a representatividade efetiva das mulheres na Assembleia alcança o mais alto nível conseguido até hoje, com 35,1%, "correspondendo a 87 titulares femininas de mandato parlamentar" (Martins, 2012: 13). Contribuiu para isso a imposição legislativa plasmada na Lei dos Partidos Políticos, aprovada em 2003, e na Lei da Paridade, de 2006, que estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.



QUADRO 12. Nível de formação dos parlamentares portugueses na primeira legislatura de cada década (em %).
Fonte: Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar da Assembleia da República.

Como têm notado vários autores, é transversal a todos os parlamentos a presença maioritária de membros com formação académica superior (Ysmall, 1985; Norris, 1997; Schmitter, 1999; Freire, 2001). Conforme podemos verificar a partir do quadro 12, os deputados sem formação superior têm vindo a decrescer, nos períodos em análise. Em 1991, 13,4% dos parlamentares não tinham o curso concluído ou não tinham sequer frequência universitária. Em 2002, este valor baixou para os 12,6%. Na legislatura iniciada em 2011, cifra-se nos 7,8%. Em simultâneo, os deputados com títulos de doutoramento, mestrado ou pós-graduação têm vindo a aumentar. Na XII Legislatura, iniciada em 2011, o BE apresenta a percentagem mais elevada de parlamentares com doutoramento, e o partido com maior percentagem de deputados sem formação superior é o CDS-PP.



QUADRO 13. Áreas de formação académica dos deputados nas primeiras legislaturas de cada década (em %).
Fontes: Dados relativos à legislatura iniciada em 1991, em Freire (2001); e dados relativos às legislaturas iniciadas em 2002 e 2011, em Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar da Assembleia da República.

No sentido de agruparmos as várias áreas de formação com que nos confrontámos, juntámos às Ciências Sociais e Políticas as Ciências da Comunicação e Jornalismo, as Relações Internacionais, os Estudos Europeus e a Sociologia. À Economia juntámos a Organização e Gestão de Empresas, o Planeamento, Administração Regional e Urbana, a Contabilidade, o Marketing e a Publicidade. Na Engenharia incluímos a Arquitetura, a Agronomia, a Astronomia e a Geologia. Às Letras juntámos o Magistério Primário, a Filosofia, a História, a Arqueologia, a Geografia e a Antropologia. Incluímos no grupo de Medicina áreas como a Enfermagem, a Psicologia e a Farmácia. Por fim, na categoria Outras, inserimos áreas menos representadas, como as Ciências Militares e Ciências Policiais, a Matemática, a Físico-química, a Biologia, a Educação Física, o Turismo e ainda os escassos casos em que as fontes não dispunham de informação.

Como é facilmente observável, os deputados com formação na área de Direito continuam a ser dominantes, tendo inclusivamente vindo a aumentar nos períodos analisados. As Ciências Sociais e Políticas aumentaram de 9% para 15%, e as áreas quer de Engenharia quer de Letras sofreram um decréscimo relativamente às legislaturas anteriores.

1.9.6. *Privilégios e desigualdades*

Quando se fala da classe política é frequente abranger também no mesmo debate os rendimentos dos seus titulares e a desigualdade fomentada face aos restantes cidadãos. Este é um assunto sensível e recorrente nos órgãos de informação, o que, potencialmente, servirá para ampliar uma perceção depreciativa dos protagonistas de escândalos, como considera o historiador e comentador político Pacheco Pereira⁶³. O enfoque dado pelos jornalistas às regalias e proveitos dos sujeitos políticos extravasa os seus órgãos de informação, verificando-se nesta ótica a publicação de obras que vão aparecendo nos escaparates das livrarias, onde o tema é sempre um promissor motivo de vendas.

Num livro profuso em casos sobre políticos com assinaláveis privilégios financeiros, a que o seu autor, Gustavo Sampaio, atribuiu justamente o título *Os Privilegiados*, é narrado um vasto número de exemplos de titulares e ex-titulares de cargos públicos com assento em órgãos sociais de empresas e usufrutuários de benefícios que acentuam a distância que os separa dos cidadãos comuns. Uma imagem bem elucidativa desse quadro é a Assembleia da República, dado esta ser "composta por uma maioria absoluta de deputados em *part-time*. Do total de 230 deputados em funções, 117 optam pelo regime de acumulação" (Sampaio, 2013: 18)⁶⁴. Este autor e jornalista corrobora assim um artigo do *Jornal de Negócios*, de 19 de setembro de 2012, intitulado *Um parlamento recheado de turbodeputados*, que faz alusão a uma "Assembleia cheia de deputados que (...) desempenham outras profissões em simultâneo. Há os que trabalham por conta própria, mas há também quem tenha outras ocupações a tempo inteiro, por conta de outrem"⁶⁵. Num artigo do jornal *i*, intitulado *Deputados dos sete ofícios*⁶⁶, uma vez mais é mostrado que a função de advogado e a de consultor são as mais ocupadas pelos deputados que optam pelo regime de não exclusividade. Estas são precisamente as "duas áreas que têm constituído o maior foco da polémica", aponta o mesmo jornal, referindo que a possibilidade de os parlamentares trabalharem em empresas prestadoras de serviços para o Estado e em escritórios de advogados que poderão beneficiar com leis aprovadas no parlamento tem sido um dos maiores focos de crítica ao regime de impedimentos dos deputados. António Marinho e Pinto, enquanto bastonário da Ordem dos Advogados, considerou que "quem exerce funções de soberania na área legislativa não pode estar a exercer

⁶³ Durante a apresentação do livro *O Escândalo Político em Portugal: 1991-1993 e 2002-2004*, de Bruno Paixão, na FNAC do Chiado, em Lisboa, em 17 de março de 2010.

⁶⁴ A análise de Gustavo Sampaio remonta ao ano de 2012.

⁶⁵ *Jornal de Negócios*, 19 de setembro de 2012, pp. 6-7.

⁶⁶ *i*, 25 de novembro de 2014, p. 26-27.

uma atividade privada e remunerada por pessoas com interesses nessas leis. Além de imoral, é uma subversão completa das leis da concorrência entre escritórios de advogados"⁶⁷. Luís Sousa verifica existir corrupção na atividade legislativa quando os parlamentares participam na elaboração de leis em que estão em causa interesses específicos nos quais estes "estão reféns, quer por via de benefícios pessoais diretos (comissões, benesses, cargos nos corpos sociais, ações, etc.) e indiretos (promessa de emprego futuro, emprego para familiares, etc.), quer por via de benefícios para o partido (na forma de financiamentos de campanha)" (Sousa, 2011: 38).



FIGURA 08. Artigo do *i*, de 25 de novembro de 2014, p. 24-25, referente às ocupações profissionais dos deputados.

Diz-se nos bastidores da política que "o melhor da função de ministro surge quando se chega a ex-ministro." De facto, como nota Gustavo Sampaio (2013: 79), "o trânsito de ex-políticos para as administrações de empresas está cada vez mais congestionado. A título de exemplo, entre as 20 empresas cotadas, encontramos nada mais, nada menos, do que cinco ex-governantes na presidência de seis conselhos de administração."⁶⁸ O mesmo autor acrescenta que para "além das seis presidências e duas vice-presidências, contam-se mais 20 cargos nos conselhos de administração e comissões executivas das empresas do PSI20⁶⁹ que são ocupadas por ex-políticos" (Sampaio, 2013: 80). E contabiliza ainda, para além dos conselhos de administração e comissões executivas, que "nos restantes órgãos sociais das

⁶⁷ *Jornal de Negócios*, 19 de setembro de 2012, p. 5.

⁶⁸ A referência reporta-se a uma pesquisa feita no período entre janeiro e março de 2013.

⁶⁹ O PSI20 (*Portuguese Stock Index*) é o principal índice da Euronext Lisboa (bolsa portuguesa), sendo o índice de referência do mercado de capitais português, composto pelas ações das vinte maiores empresas cotadas na bolsa de valores de Lisboa.

empresas analisadas há mais 32 cargos ocupados por ex-políticos" (Sampaio, 2013: 81). São, como referem alguns autores, os chamados "políticos de negócios" (Della Porta e Mény, 1995; Mény, 1996).

Procurando compreender como a prosperidade económica dos ex-governantes aumenta – por vezes de forma bastante acentuada em poucos anos – após saírem do governo, o jornalista e autor do livro "Como os políticos enriquecem em Portugal", António Sérgio Azenha, escarpeliza a ascensão financeira de 15 ex-políticos⁷⁰ para colocar o “dedo na ferida”: a análise comparativa do património destes ex-governantes revela que, após terem saído do governo, "todos eles aumentaram, em pouco tempo, a remuneração anual entre um mínimo de 163% e um máximo de 2956%" (Azenha, 2011: 16). No prefácio a este livro, o empresário e ex-deputado socialista Henrique Neto deu o mote à contundência ao notar que "passagens fortuitas pela política, ou resultados dessa passagem reconhecidamente medíocres, permitiram a entrada pela porta grande da gestão em algumas das mais importantes empresas privadas ou da área do Estado" (Azenha, 2011: 12).

Ex-ministros de vários quadrantes políticos, ex-deputados, barões dos partidos, familiares e até mesmo secretárias têm assento em empresas com ligações ao Estado, refere o *Expresso* na sua edição de 16 de julho de 2005, acrescentando que "a contratação, por parte das grandes empresas com capitais públicos, de quadros direta ou indiretamente relacionados com a política já se tornou um lugar-comum"⁷¹. Porém, como regista Henrique Neto, as nomeações não são todas iguais, havendo uma espécie de *ranking* de promoção de políticos para cargos nas empresas participadas pelo Estado:

"Uma primeira divisão dirigida para a administração das empresas mais rentáveis – PT, Galp, EDP, CGD, REN –, e uma segunda divisão de nomeações para empresas destinadas a apresentar prejuízos todos os anos, como a CP, REFER, CARRIS e muitas outras. Pareceria lógico, se o objetivo fosse a recuperação das empresas e o bem público, que o melhor critério conduzisse a colocar os gestores da primeira divisão, os mais bem pagos, nas empresas a viverem maiores dificuldades e a necessitar de soluções mais competentes e inovadoras. Ora, não sendo o que acontece, fica a ideia de que isso resulta de favorecimento político destinado ao enriquecimento dos escolhidos" (Azenha, 2011: 12-13).

⁷⁰ Os casos a que alude António Sérgio Azenha dizem respeito aos ex-governantes Pina Moura, Jorge Coelho, Armando Vara, Dias Loureiro, Faria de Oliveira, Fernando Gomes, António Vitorino, Luís Parreirão, José Penedos, Mira Amaral (que contestou o "grave erro metodológico" desta análise), entre outros.

⁷¹ *Expresso*, 16 de julho de 2005, p. 2.

Como refere António Sérgio Azenha, "os ingressos de ex-governantes nas empresas públicas ou participadas pelo Estado e em sociedades do setor privado, antes tuteladas por aqueles enquanto ministros ou secretários de Estado, não constitui uma ilegalidade" (Azenha, 2011: 17). De facto, verificamos que o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos⁷², no seu artigo 5.º, estabelece o que comumente se designa por "período de nojo", instituindo que titulares de órgãos de soberania e de cargos políticos não podem exercer, pelo período de três anos a partir do momento em que cessem funções, cargos em empresas privadas que prossigam atividades no setor por eles tutelado. Porém, o mesmo artigo indica também que esta limitação apenas é efetiva "desde que, no período do respetivo mandato, tenham sido objeto de operações de privatização ou tenham beneficiado de incentivos financeiros ou de sistemas de incentivos e benefícios fiscais de natureza contratual", deixando de fora um enorme rol de outras restrições, excetuando apenas "o regresso à empresa ou atividade exercida à data da investidura no cargo."

Defendendo que a lei devia consagrar um "período de nojo" substancialmente maior, António Sérgio Azenha considera que o problema se coloca sob o ponto de vista da ética, atendendo aos eventuais favorecimentos partidários, mais conhecidos por "*jobs for the boys*". Paulo Morais, da Transparência e Integridade, Associação Cívica, entende que o período que os titulares de cargos públicos deveriam cumprir depois de deixarem os cargos podia ser alargado para os cinco anos⁷³. Indo mais longe, o sociólogo António Barreto não só defende "um grande alargamento ao período de nojo" como, em certas circunstâncias, "uma impossibilidade total de exercer o cargo", referindo que "quem trabalha diretamente com um setor e assina um contrato com uma empresa nunca na vida pode ir trabalhar para essa empresa"⁷⁴.

O tema dos benefícios que favorecem os políticos tem suscitado a atenção dos *media*, que não precisam de grande esforço para encontrar alvos de notícia. O ex-bastonário da Ordem dos Advogados António Marinho e Pinto, na qualidade de eurodeputado, disse em 5 de outubro de 2014 que iria divulgar todos os recibos de vencimento auferidos na função, não poupando o motejo ao mencionar que teria "muito gosto em fazer o *striptease* que outros recusam", sublinhando que o faria em nome da transparência e defendendo "a absoluta exclusividade" no

⁷² O Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, foi aprovado pela Lei n.º 64/93, de 26 de agosto e alterado pela Lei n.º 39-B/94, de 27 de dezembro; pela Lei n.º 28/95, de 18 de agosto; pela Lei n.º 12/96, de 18 de abril; pela Lei n.º 42/96, de 31 de agosto; pela Lei n.º 12/98, de 24 de fevereiro; pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março; pela Lei n.º 30/2008, de 10 de julho; e pela Lei orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro.

⁷³ *Jornal de Negócios*, 19 de setembro de 2012, p. 5.

⁷⁴ *Jornal de Negócios*, 3 de março de 2011, p. 31.

exercício de funções de titulares dos órgãos de soberania⁷⁵. O remoque era dirigido ao primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, por este se ter recusado em finais de setembro a fazer, como o próprio mencionou, o "striptease" das suas contas bancárias, quando desafiado pelo então secretário-geral do PS, António José Seguro, a autorizar o levantamento do sigilo bancário para desfazer dúvidas sobre o seu envolvimento no caso Tecnoforma⁷⁶.

Os privilégios da classe política estão assiduamente presentes no palco mediático. O verniz voltou a estalar numa quinta-feira, dia 20 de novembro de 2014, quando a comissão parlamentar de Orçamento e Finanças votou favoravelmente a reposição das pensões vitalícias dos políticos, apresentada pelo PSD e pelo PS. Assim, o principal partido do governo, com a cobertura do seu líder, Pedro Passos Coelho⁷⁷, bem como o partido líder da oposição, o PS, viabilizaram a proposta que visava repor, com um corte de 15%, a pensão vitalícia que durante anos foi atribuída aos ex-titulares de cargos políticos. O CDS absteve-se durante a votação, e o PCP e o BE votaram contra. O caso fez rebentar a polémica, suscitando ânimos incendiados entre deputados da mesma bancada, com os *media* a darem ampla cobertura à iniciativa parlamentar, e os cidadãos assistindo à tentativa de perpetuação do estatuto de exceção dos políticos, que têm gozado da fama de serem pouco afetados pelos constrangimentos e sacrifícios impostos à generalidade da população. O assunto depressa se disseminou também pela blogosfera. Dos dez blogues políticos considerados mais influentes (Serrano, 2014: 493-521)⁷⁸, só três não fizeram alusão ao tema: *5 Dias*, *Abrupto* e *Jugular*.

A inflamação que se abateu sobre a cena política nacional levou a uma reviravolta, e o PSD decidiu então não apresentar a proposta que havia de ser submetida a votação no plenário do dia seguinte. Vendo-se pressionado por vários deputados e por uma opinião pública a ferver, o PS foi também forçado a deixar cair a iniciativa. Os seus proponentes, Couto dos Santos (PSD) e José Lello (PS), foram convencidos a retirar a proposta. O assunto adormeceu.

As pensões vitalícias a pessoas que tivessem, durante apenas oito anos, sido governantes, deputados, magistrados e juizes do Tribunal Constitucional, foram criadas em 1985. Uma

⁷⁵ http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=4163006, acessado em 20 de dezembro de 2014.

⁷⁶ O caso Tecnoforma veio a público em meados de setembro de 2014, colocando em causa alegados pagamentos desta empresa ao primeiro-ministro enquanto este era deputado. A revista *Sábado* noticiou que Passos Coelho teria recebido cerca de 150 mil euros entre 1997 e 1999, o que consistia numa ilegalidade por estar em regime de exclusividade no parlamento.

⁷⁷ <http://expresso.sapo.pt/subvencoes-vitalicias-a-antigos-politicos-foram-aprovadas-mas-partiram-o-psd=f899090>, acessado em 21 de novembro de 2014.

⁷⁸ Temos por referência a análise da investigadora Estrela Serrano, que selecionou os seguintes blogues que abordam temas de política nacional: *31 da Armada* (<http://31daarmada.blogs.sapo.pt/>), *5 Dias* (<http://5dias.net/>), *A Educação do Meu Umbigo* (<http://educar.wordpress.com/>), *Abrupto* (<http://abrupto.blogspot.pt/>), *Arrastão* (<http://arrastao.org/>), *Aspirina B* (<http://aspirinab.com/>), *Blasfémias* (<http://blasfemias.net/>), *Delito de Opinião* (<http://delitodeopiniao.blogs.sapo.pt/>), *Jugular* (<http://jugular.blogs.sapo.pt/>) e *O Insurgente* (<http://oinsurgente.org/>).

década depois, o tempo para se ter direito à subvenção aumentou para os 12 anos. Ainda assim, bastante benevolente face a quem pode reformar-se com apenas 40 anos de serviço. A suspensão da benesse foi aprovada em 2005 pelo governo de José Sócrates, não sendo contudo aplicada de modo retroativo, o que, mesmo dessa forma, não evitou o "alvoroço" e a "revolta do seu grupo parlamentar"⁷⁹. Em 2014, o governo de Passos Coelho colocou um novo travão às pensões vitalícias e aplicou a denominada "condição de recurso", dirigida aos titulares com rendimento suplementar à subvenção num valor superior a dois mil euros. Esta ajuda financeira, segundo o *Expresso*⁸⁰, representa para o Estado um custo anual de cerca de sete milhões de euros.

Mariana Mortágua, deputada do Bloco de Esquerda, classificou como "vergonhoso" que o PS e o PSD "tenham considerado que a prioridade política era repor pensões dos ex-políticos enquanto condenam pessoas a uma vida de pobreza"⁸¹. Em artigo de opinião no seu jornal, Pedro Sousa Carvalho, diretor-adjunto do *Público*, questionou a moralidade de se "aliviar a austeridade que recai sobre os políticos numa altura em que pensionistas, funcionários públicos e a maioria dos contribuintes continuam a sofrer cortes salariais e a pagar contribuições extraordinárias". O mesmo é dizer, a partir destas posições expressas, que os sacrifícios não são iguais para todos, e há quem acabe por sair beneficiado.

Um estudo apresentado por Manuel Villaverde Cabral revelou que a maioria dos inquiridos de vários países (Portugal, Brasil, Canadá, Espanha, República Checa e Suécia) considera que "uma das causas próximas das desigualdades sociais seria o facto de estas beneficiarem os ricos" (Cabral *et al.*, 2003: 39). No caso dos inquiridos portugueses, 50,7% concordaram totalmente com este postulado, e 29,9% assentiram parcialmente, o que totaliza 80,6% de concordância. De salientar também que o mesmo estudo é revelador de que 81,1% dos portugueses inquiridos pensam que o seu ordenado está abaixo do que consideram justo, e 96% entendem que, de uma forma ou de outra, as diferenças de rendimento são muito grandes (Cabral *et al.*, 2003: 52-53).

A indignação com os rendimentos auferidos pelos políticos tem-se avolumado devido aos casos que os *media* vêm trazendo a público. Um coro de críticas fez-se igualmente ouvir quando o Presidente da República Cavaco Silva fez saber, através de um comunicado de três linhas emitido pelo Palácio de Belém, que trocaria o vencimento de Presidente – cargo a que

⁷⁹ *Público*, 9 de junho de 2005, capa e p. 8.

⁸⁰ <http://expresso.sapo.pt/quem-tem-direito-as-subvencoes-vitalicias=f899195>, acedido em 21 de novembro de 2014.

⁸¹ <http://www.publico.pt/politica/noticia/psd-e-ps-retiram-proposta-de-reposicao-das-subvencoes-dos-politicos-1676991>, acedido em 21 de novembro de 2014.

se candidatou e foi eleito –, no valor de 6523 euros (já com cortes incluídos), pelas suas pensões do Banco de Portugal e da Caixa Geral de Aposentações, que totalizam cerca de dez mil euros mensais, escapando assim aos cortes para a função pública previstos nas medidas de austeridade, como refere a edição *on-line* de 27 de janeiro de 2011 do *Diário de Notícias*⁸². Mas o assunto não terminou aqui, pois, numa deslocação oficial ao Porto, cerca de um ano depois, em 19 de janeiro de 2012, o mesmo Cavaco Silva queixou-se de que o valor das suas reformas quase de certeza que não ia chegar para pagar as despesas (o salário mínimo em Portugal, nessa altura, cifrava-se nos 485 euros mensais). As críticas aumentaram, e a popularidade do Presidente diminuiu. De acordo com o estudo de opinião publicado pelo *Expresso*, a popularidade de Cavaco Silva desceu para os 43,8 pontos positivos e 31,8 negativos, com uma variação negativa de 11,7 pontos⁸³, quando no mês anterior, antes das declarações em torno das pensões de reforma, os níveis de popularidade do Presidente estavam bem acima, com 47 pontos positivos e 25,3 negativos⁸⁴.

Noutra sondagem publicada pelo mesmo semanário, quando foi pedido aos inquiridos para classificarem "as declarações do Presidente em que este considerava que as pensões não chegam para as despesas", 24,6% encararam-nas como "inadmissíveis", e 49,1% reputaram-nas de "infelizes". Apenas 20,9% as acharam "compreensíveis". À pergunta sobre se o Presidente da República devia abdicar do 13.º e 14.º meses da sua pensão do Banco de Portugal, quando esta regra era imposta a todos os trabalhadores que dependiam do erário público, 70,4% responderam que "sim", 7,6% decidiram-se pela opção "não sabe/não responde", e 22% disseram que "não"⁸⁵.

De acordo com o Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos⁸⁶, e feitas a partir daí as contas em valores brutos, excluindo as restrições impostas durante os anos de austeridade, o Presidente da República auferia 7630,33 euros, acrescido de um abono mensal de 3052,13 euros, viatura e residência. O salário mínimo nacional em 2009 era de 450 euros mensais, tendo subido em 1 de janeiro de 2010 para 475 euros, em 1 de janeiro de 2011 para

⁸² http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1767735, acedido em 2 de janeiro de 2015.

⁸³ Estudo de Opinião efetuado pela Eurosondagem, de 2 a 7 de fevereiro de 2012, com base em entrevistas telefónicas, publicado pelo *Expresso*, 11 de fevereiro de 2012, p. 15.

⁸⁴ Estudo de Opinião efetuado pela Eurosondagem, de 5 a 10 de janeiro de 2012, com base em entrevistas telefónicas, publicado pelo *Expresso*, 14 de janeiro de 2012, p. 16.

⁸⁵ Estudo de Opinião efetuado pela Eurosondagem, de 2 a 7 de fevereiro de 2012, com base em entrevistas telefónicas, publicado pelo *Expresso*, 11 de fevereiro de 2012, p. 8.

⁸⁶ O Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos foi fixado pela Lei n.º 4/85 de 9 de abril, sofrendo as alterações ditas pelas Lei n.º 16/87, de 1 de junho; Lei n.º 102/88, de 25 de agosto; Lei n.º 26/95, de 18 de agosto; Lei n.º 3/2001, de 23 de fevereiro e pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro; bem como pelo diploma especial que estipula o vencimento e os abonos do Presidente da República, a partir da qual se calcula o vencimento dos restantes titulares de cargos políticos, que concerne à Lei n.º 26/84, de 31 de julho, e respetivas alterações encontradas na Lei n.º 102/88, de 25 de agosto, e na Lei n.º 28/2008, de 3 de julho.

485 euros, e em 1 de outubro de 2014 para 505 euros. Como expõe o portal Pordata⁸⁷, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem cifrava-se em 2012 nos 1094,70 euros. O presidente da Assembleia da República, a segunda figura na hierarquia do Estado, recebe de vencimento o equivalente a 80% do salário do Presidente da República, o que totaliza 6104,26 euros, acrescido de abono mensal no valor de 2441,71 euros, viatura e residência. O primeiro-ministro ganha 5722,75 euros, tendo direito a um abono mensal de 2289,10 euros, viatura e residência. Os seus ministros recebem 4959,71 euros, a que acresce 1983,89 euros de abonos; e os secretários de Estado auferem 4578,20 euros mais 1602,37 em abonos mensais. Todos os membros do governo dispõem de viaturas do Estado. Os salários dos titulares de cargos políticos são pagos em 14 prestações mensais.

Quanto à remuneração dos membros da Assembleia da República, esta é hoje vista como "garantia da dignidade individual de cada deputado e proteção contra eventuais riscos de corrupção" (Freire *et al.*, 2002: 123). Os parlamentares⁸⁸ têm direito a um vencimento-base no valor de 3815,17 euros, acrescidos de 381,52 euros de abonos mensais. É-lhes também atribuído um valor suplementar em ajudas de custo para assistirem a reuniões de plenário ou de comissões, o que dará mais de mil euros mensais para os deputados residentes fora da Grande Lisboa e um valor abaixo deste para os deputados ali residentes, valores que não são tributáveis. Para além disso, os deputados que residam fora do círculo por onde foram eleitos têm direito a receber ajudas de custo até dois dias por semana para deslocações a esse círculo. As ajudas são ainda concedidas a todos os parlamentares nas deslocações oficiais fora de Lisboa, seja no País ou no estrangeiro.

Outro dos privilégios que distinguem os detentores de alguns cargos políticos é relativo às responsabilidades criminais, diferenciando-se das regras aplicadas aos restantes cidadãos. Definido no artigo 130.º da Constituição da República Portuguesa, o Presidente da República responde apenas perante o Supremo Tribunal de Justiça por crimes praticados no exercício das suas funções, cabendo a iniciativa do processo à Assembleia da República. Todavia, por crimes estranhos ao exercício das suas funções, este não tem de responder enquanto estiver no desempenho do cargo.

⁸⁷ <http://www.pordata.pt/Portugal/Ganho+medio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+sector+de+actividade+economica-377>, acedido em 27 de dezembro de 2014.

⁸⁸ Tendo em conta os vários diplomas como a Lei n.º 7/93, de 1 de março, que define o Estatuto dos Deputados da Assembleia da República, nomeadamente os termos do mandato, imunidades, a definição de antigo deputado e deputado honorário; a Lei n.º 24/95, de 18 de agosto, que introduziu a primeira alteração; a Lei n.º 55/98, de 18 de agosto, que impôs a segunda alteração; a Lei n.º 8/99, de 10 de fevereiro, aplicando a terceira alteração; a Lei n.º 45/99, de 16 de junho, que veio alterar o referente às imunidades, deveres e direitos dos parlamentares; a Lei n.º 3/2001, de 23 de fevereiro, que sujeitou a uma quinta alteração e; finalmente a Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro, que impôs uma sexta alteração.

O regime de exceção nas responsabilidades criminais também abrange os deputados. O Estatuto do Deputado protege este titular, dado que o artigo 11.º referente à imunidade parlamentar sustenta que "nenhum deputado pode ser detido ou preso sem autorização da Assembleia, salvo por crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos e em flagrante delito" e diz ainda que "os deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia". Assim, raramente um deputado deixa o cargo por estar envolto num escândalo. Aliás, goza da faculdade de encontrar neste estatuto um refúgio que o isenta das circunstâncias judiciais que abrangem ordinariamente os outros cidadãos.

Na XII Legislatura, no período entre junho de 2011 e janeiro de 2015 (faltando oito meses para o *términus* da legislatura), foi pedido o levantamento da imunidade parlamentar por 11 vezes, referindo-se estes a três deputados do PSD, a sete do PS e a um do PCP⁸⁹, o que, na totalidade, corresponde a cerca de 5% dos parlamentares. Os pedidos de levantamento de imunidade parlamentar dos deputados são sempre formulados por um juiz, em documento dirigido ao presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto nos números 5 e 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados⁹⁰. Na sequência desse pedido, a Comissão Parlamentar para a Ética ouve o deputado em questão e elabora um relatório sobre a matéria, o qual será submetido a votação do Plenário da Assembleia da República. Na XII Legislatura, durante as três primeiras sessões legislativas, dos 11 pedidos apresentados, houve consentimento para que quatro deputados prestassem depoimento de forma presencial, enquanto os restantes sete parlamentares usaram da prerrogativa que lhes assiste de deporem por escrito. Atente-se à apreciação do investigador Luís de Sousa sobre o assunto, ao relacioná-lo ensaisticamente com a corrupção:

"A criminalização de comportamentos corruptos na esfera política é uma das áreas mais sensíveis e menos consensuais do Direito Penal. São vários os mecanismos e garantias que atestam a difícil punibilidade destes crimes, começando pelos próprios regimes de imunidade que protegem os detentores de cargos eleitos da ação judicial" (Sousa, 2011: 20).

A imunidade parlamentar tem origem anglo-saxónica⁹¹. Todavia, foi a Revolução Francesa que procurou instituir o princípio da "inviolabilidade dos deputados face a outros órgãos do

⁸⁹ Dados fornecidos pela Secretaria-Geral da Assembleia da República, em 22 de janeiro de 2015, em resposta ao nosso pedido de 5 de janeiro de 2015.

⁹⁰ Lei n.º 7/93, de 1 de março, com a redação que, no caso deste artigo, lhe foi dada pela Lei n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro.

⁹¹ Os conceitos anglo-saxónicos de *freedom of speech* e *freedom from arrest* deram origem à imunidade parlamentar.

Estado" (Freire *et al.*, 2002: 130), numa altura em que a volubilidade política justificava a atribuição. O estabelecimento dessa prática produziu duas vertentes da imunidade: aquela que visava proteger o parlamentar da punição civil, disciplinar e criminal pelas suas opiniões, denominada "irresponsabilidade civil", e a da "inviolabilidade", que preserva o deputado da detenção, prisão ou procedimento criminal, salvo nos casos anteriormente enunciados. Com a legislação portuguesa a absorver ambas as vertentes, é a referente à "inviolabilidade" que amiúde tem sido mais debatida, uma vez que entra em confronto com a garantia de independência do poder judicial. Em alguns parlamentos, as regras da utilização da imunidade são menos protecionistas e noutros, inclusive, como o inglês e o holandês, a imunidade circunscreve-se à forma de "irresponsabilidade", não dando guarida à da "inviolabilidade".

Uma outra faculdade demonstrativa do poder político assenta na capacidade de a Assembleia da República poder constituir comissões parlamentares de inquérito⁹², que gozam dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e demais poderes e direitos previstos na lei, tendo inclusivamente direito à coadjuvação das autoridades judiciárias, dos órgãos da polícia criminal e das autoridades administrativas, nos mesmos termos que os tribunais. A obrigação de comparecer perante a comissão de inquérito tem precedência sobre qualquer ato ou diligência oficial. Assim, os deputados membros dessa comissão podem, com prevalência, chamar a depor qualquer cidadão, exigir documentos e revelações, muitas vezes com pleno acesso dos *media* a partir da sala onde a inquirição está a ser feita, com transmissão em direto pelas rádios, televisões e meios na *web*, versando amiúde essas comissões em casos que a justiça se encontra também a investigar com processos criminais em curso, podendo dessa forma perturbar a defesa dos arguidos, a acusação ou mesmo violar legalmente aspetos que estejam em segredo de justiça. As comissões de inquérito não são um exclusivo do parlamento português, havendo inclusivamente referências à sua atuação, como a que levou os autores de *Memorial do Escândalo*, sobre o caso Mensalão brasileiro, a descrever: "os deputados e senadores, vestidos de investigadores, uns mais agressivos, outros mais simpáticos, alternavam-se em discursos e perguntas mais para as câmaras de televisão que transmitiam o depoimento do que para o próprio depoente" (Camarotti e De La Peña, 2005: 20).

O número 2 do artigo 1.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares estabelece que estes "podem ter por objeto qualquer matéria de interesse público relevante para o exercício das atribuições da Assembleia da República", o que é suficientemente lato e confere uma vasta

⁹² Sobre este assunto veja-se o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, plasmado na Lei n.º 5/93, de 1 de março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 126/97, de 10 de dezembro, e pela Lei n.º 15/2007, de 3 de abril.

discricionarieidade. Se quiséssemos ir mais longe, poderíamos inclusivamente questionar a forma como são constituídas as comissões e o peso que os partidos têm nelas, sempre que estas são abertas com interesse (ou desinteresse) em apurar elementos atinentes a casos que envolvem figuras ligadas a determinado partido, enfatizando a contenda política. Entre a VI (1991-1995) e a XII (2011-2015) Legislatura, foram criadas 43 comissões parlamentares de inquérito⁹³. Seis delas relativas ao desastre de Camarate, que vitimou o ex-primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro. Cerca de 1/4, ou seja, 11 das 43 comissões criadas, refere-se a dossiês de escândalos políticos, entre eles os casos dos Submarinos, BPN, Swaps, PT/TVI, Fundação para a Prevenção e Segurança, Fraude na UGT, entre outros. Ora, se a justiça tem já a decorrer processos em grande parte destes casos, que conveniência terá a duplicação da investigação se não o uso do palco mediático para a peleja política?

Dir-se-á que o interesse dos deputados consiste no apuramento da verdade política, podendo com isso auxiliar a justiça. E também é certo que conseguiríamos encontrar nestas comissões de inquérito casos excepcionais com prestabilidade complementar àquele que é o fito dos tribunais. Mas será que à justiça importa acolher nos seus juízos uma visão parcial do parlamento, maculada pela contratação político-partidário e tantas vezes à mercê de circunstâncias eleitoralistas? Se assim fosse, em que plano situaríamos a tão propalada separação de poderes? Mais do que a discussão política sobre o papel dos parlamentares, que tem sido quase sempre estéril, seria profícua a redefinição das funções da Assembleia da República, libertando-a de atividades imprestáveis ou perniciosas, para lhe conferir centralidade naquilo que é o seu objeto enquanto órgão de soberania com competências legislativa, fiscalizadora do cumprimento da Constituição e das leis, bem como da ação do governo e da Administração Pública. No fundo, um parlamento onde floresça atividade produtiva que reverta em benefício dos cidadãos e não uma instituição dispersa na atividade, pouco especializada e, por vezes, geradora de uma impressão de que é inútil o seu funcionamento. Muito havia a questionar, se fosse esse o nosso propósito, como a proficiência dos 52 organismos designados "grupos parlamentares de amizade", cujo desígnio é o "diálogo e a cooperação com parlamentos amigos"⁹⁴, ou os quase 1,5 milhões de euros entre viagens e estadas, ou os 3,8 milhões em transportes, inscritos no Orçamento da Assembleia para 2015.⁹⁵ Mas não é essa a nossa intenção e por isso não avançaremos mais. Uma eventual redefinição

⁹³ <http://www.parlamento.pt/sites/COM/Paginas/defaultPesquisa.aspx>, acedido em 5 de fevereiro de 2015.

⁹⁴ <http://www.parlamento.pt/RelacoesInternacionais/Paginas/GruposParlamentaresdeAmizade.aspx>, acedido em 6 de fevereiro de 2015.

⁹⁵ <http://www.parlamento.pt/oar/Documents/2015/OAR2015.pdf>, acedido em 6 de fevereiro de 2015.

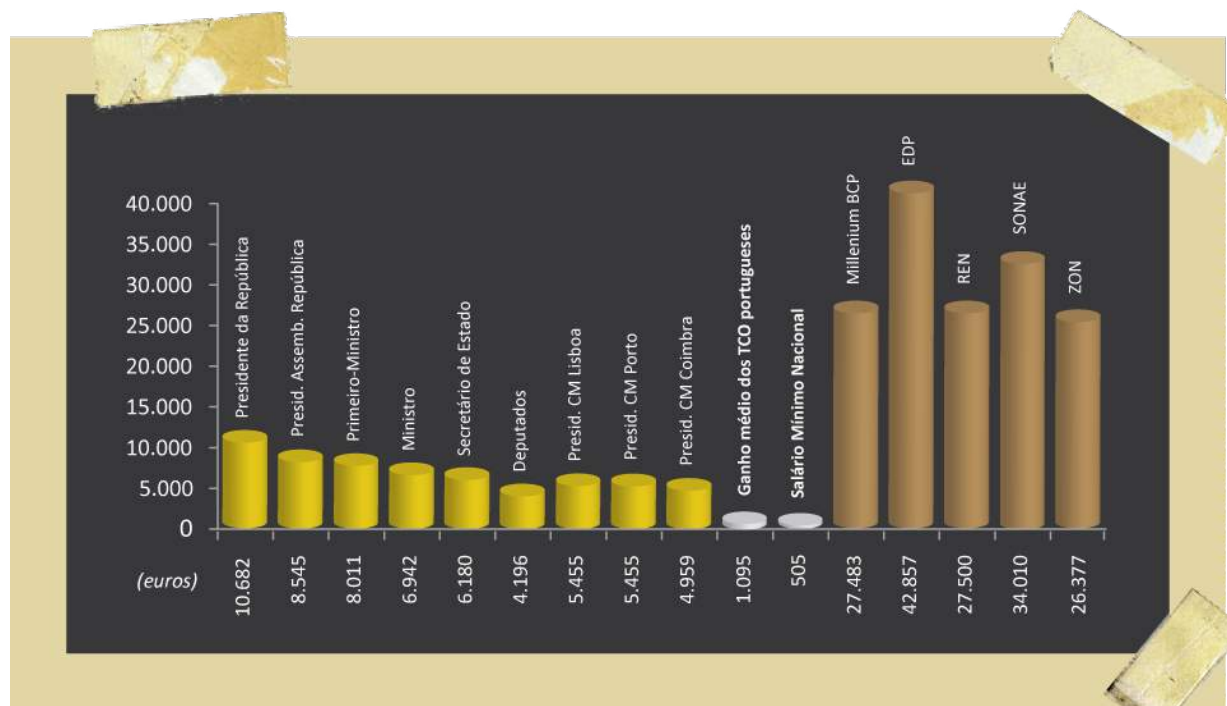
clarificadora, que vemos como necessária, poderia contribuir para uma melhor compreensão dos cidadãos quanto ao papel da Assembleia e, por consequência, levar a uma aproximação também.

Numa análise sobre o desenvolvimento e a perceção das desigualdades em França, na entrada para o novo milénio, Jean-Paul Fitoussi e Pierre Rosanvallon concluem que "o fosso entre o país e as suas elites tornou-se incontestavelmente maior", acrescentando que "a celebração republicana das elites cede o lugar à denúncia dos privilégios de uma casta" (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 37). Estes professores franceses consideram estar a acontecer uma nova e moderna desigualdade, em que as elites são assimiladas como a "categoria dos que não compreenderam o peso das dificuldades quotidianas da população pelo facto de as não viverem". Transportando o resultado dessa desigualdade para campo profissional, estes autores dão como exemplo que, "ao lado de um 'povo' que vive no presente, as elites vivem fora de tempo. Sem conhecerem o desemprego, não vivem, temporariamente sequer, o fenómeno específico de desaparecimento que o desemprego acarreta" (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 37). Em pleno contexto europeu e numa altura em que a austeridade se transformou na palavra de ordem, sobretudo nos estados em apuros financeiros, como Portugal, esta análise sobre as desigualdades produzida em França terá uma ressonância interessante que não podemos aqui desprezar.

Embora as alusões que aqui temos vindo a fazer, sobretudo as que concernem ao perfil dos deputados portugueses, tenha muita relevância para o objeto estudado, nota-se todavia, no conjunto de autores para aqui convocados, a falta de um estudo mais aprofundado que seja agregador de outras variáveis, como a evolução dos bens patrimoniais destes políticos, que de resto estão registados no Tribunal Constitucional, ou outros que carecem de maior investigação, como os estabelecimentos de ensino por onde passaram – se públicos ou privados –, os cargos detidos no seu partido, se alguma vez atravessaram situação de desemprego, enfim, um conjunto diverso de indicadores que nos permita aferir se a sua proveniência tem as marcas que assolam as populações que representam.

O quadro 14 possibilita-nos comparar o valor do salário mínimo português com os vencimentos de titulares de cargos políticos (incluindo o respetivo abono mensal previsto na lei, sem eventuais cortes decorrentes ainda do Plano de Ajustamento), e ainda com a remuneração fixa de alguns presidentes da comissão executiva de empresas que integram o PSI20. Importa aqui realçar que os "relatórios de governo da sociedade" atinentes às empresas consultadas preveem, para além das remunerações fixas (aqui apresentadas), também uma componente variável. No caso da Sonae SGPS, por exemplo, o presidente da comissão executiva, Paulo Azevedo, auferiu em 2013 uma remuneração fixa de 476 150 euros anuais e

872 200 euros de recompensa variável, o que totaliza 1 348 350 euros⁹⁶. No mesmo ano, a remuneração fixa do presidente do conselho de administração executivo da EDP, António Mexia, corresponde a 600 000 euros brutos anuais, havendo ainda a manutenção dos Planos de Poupança Reforma (PPR) atribuídos durante o mandato, no montante líquido de 10% da sua remuneração fixa anual. Já a remuneração variável pode ir até 80% da remuneração bruta fixa anual mediante o alcance de determinados indicadores financeiros, a que acresce ainda um valor plurianual que pode ir até 120% da remuneração bruta anual, em função da "avaliação acumulada da *performance* dos administradores na materialização da sustentabilidade económica do grupo EDP"⁹⁷. Quanto à Galp Energia, a componente variável da remuneração "é determinada em função do cumprimento de objetivos económicos, financeiros e operacionais" e consiste numa atribuição anual e outra trianual, havendo ainda lugar a benefícios de reforma e subsídio de renda de casa se a residência permanente não se situar na área da sede da empresa. Manuel Ferreira de Oliveira, enquanto presidente-executivo da companhia, auferiu em 2013 um montante de remuneração fixa anual no valor de 1 069 600 euros, acrescido de 267 400 euros em PPR e mais 305 600 euros de remuneração variável⁹⁸.



QUADRO 14. Comparação dos vencimentos mensais e abonos de titulares políticos com o valor do salário mínimo nacional e com a remuneração mensal fixa de cinco presidentes de comissões executivas de empresas do PSI20.

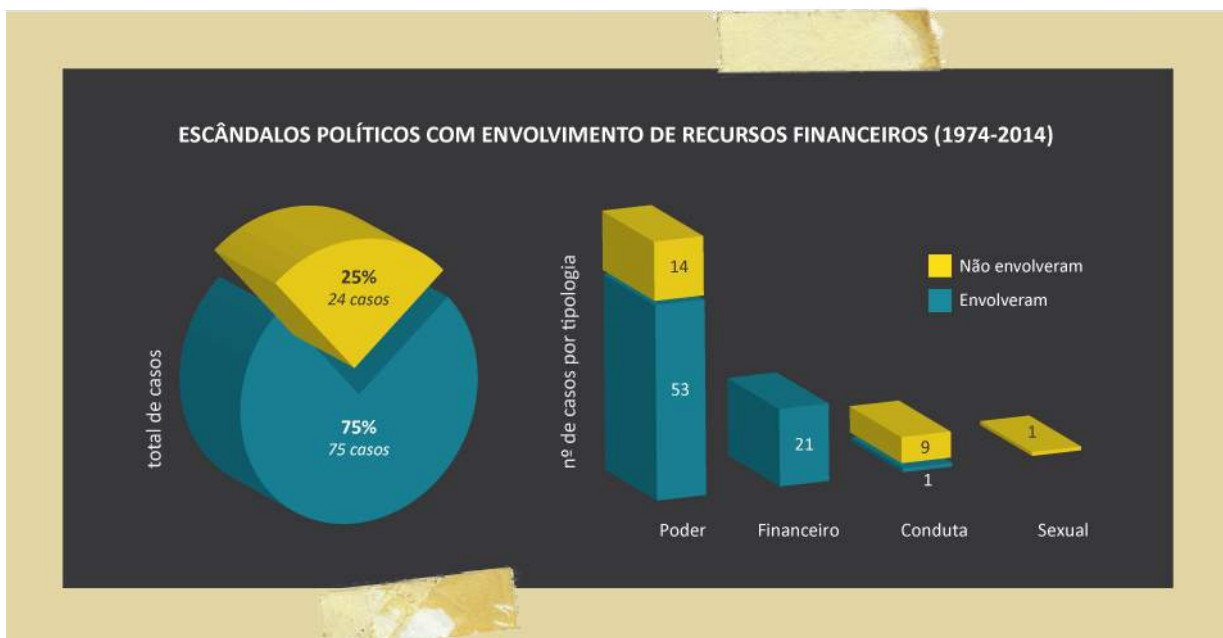
⁹⁶ Relatório do Governo da Sociedade da Sonae SGPS de 2013, p. 50.

⁹⁷ Relatório e Contas da EDP de 2013, p. 152.

⁹⁸ Relatório do Governo da Sociedade da Galp Energia de 2013, p. 55.

Como podemos observar a partir do quadro 14, os vencimentos dos políticos estão substancialmente abaixo das remunerações auferidas pelos presidentes de comissões executivas das empresas do PSI20. Ainda assim, estão substancialmente acima daquilo que é o salário mínimo nacional. De acordo com o *Expresso*, em 2014, o número de trabalhadores portugueses que estariam a receber o salário mínimo oscilava entre os 500 mil e os 600 mil⁹⁹. Como refere António Sérgio Azenha, "mesmo com ordenados desajustados das responsabilidades inerentes aos cargos de ministro e de secretário de Estado, não é tão mau como parece, ou como apregoam alguns, ser governante em Portugal" (Azenha, 2011: 16).

Os benefícios obtidos pelos políticos e ex-políticos, sejam financeiros ou de outra ordem, fazem deles alvos preferenciais dos *media*, atraídos por uma boa história sobre os poderosos, posto cativarem também a atenção do público. Assim, políticos, ex-políticos, empresários ou banqueiros estão mais expostos à captação dos holofotes mediáticos e mais propensos ao escândalo político. De acordo com o quadro 15, os recursos financeiros assumem uma importante expressão na natureza e composição dos escândalos políticos, como podemos observar de seguida.



QUADRO 15. Escândalos políticos cujo enredo envolve recursos financeiros.

⁹⁹ <http://expresso.sapo.pt/quantos-trabalhadores-recebem-o-salario-minimo-nao-se-sabe-ao-certo=f865074>, acedido em 5 de janeiro de 2015.

Como ilustra o quadro anterior, 75% dos escândalos políticos referem-se a casos com forte conexão a recursos financeiros (Paixão, 2015). Escalpizando estes casos por tipologia de escândalo político, verificamos que a totalidade dos escândalos financeiros se reporta a eventuais ilícitos desta natureza. Já no que concerne aos escândalos de poder, sendo a sua abrangência temática mais ampla, num total de 67 casos, 53 referem-se a eventuais ilícitos que envolvem expedientes financeiros, o que corresponde a 79,1% desta tipologia. Já os escândalos de conduta contam com apenas um caso onde está alegadamente envolvido um motivo financeiro e os sexuais não envolvem estes recursos (Paixão, 2015).

Quando aqui questionamos se os *media*, por via da sua alusão aos rendimentos e outros benefícios da classe política, poderão agudizar a perceção negativa dos cidadãos face aos protagonistas políticos, pretendemos realçar a possibilidade de que, pelo facto de se distinguir os políticos pela sua protuberância financeira, se atribui por consequência uma exigência maior na avaliação das suas ações, o que leva os *media* a deslocar para eles o holofote mediático.

Como consideram Kari Andén-Papadopoulos e Kristina Widestedt (2006), a distância entre governantes e governados é ampliada, atendendo ao enfoque no conflito entre a elite do poder privilegiado e o eleitorado. Os *media* surgem aqui criando um espaço próprio onde atuam como salvadores da democracia e agindo como os seus "cães de guarda", assumindo o papel mediador entre as partes, fornecendo aos cidadãos uma oportunidade de expressarem os seus pontos de vista e, em particular, não raras vezes tomando partido pelo cidadão comum contra os políticos governantes.

A elite, como temos vindo a sustentar, encontra-se na primeira linha da visibilidade, ficando à mercê não só dos órgãos de informação como também dos cidadãos que os observam a partir das suas trincheiras económicas sem privilégios, vislumbrando uma esfera política radiosa e envolta de benefícios, mas que poderá cair copiosamente com estrondo, se acaso um escândalo for disparado na sua direção.

2. O ESCÂNDALO VENDE?

2.1. OS *MEDIA* COMO PALCO DO ESCÂNDALO POLÍTICO

De acordo com Thompson, uma das características associadas ao escândalo reside na necessidade de as pessoas se sentirem escandalizadas, condenando as ações ou acontecimentos e expressando a sua desaprovação (Thompson, 2002: 40-47). Admitamos que numa esfera localizada seja aparentemente exequível confirmar, ainda que de forma genérica, a reação dos membros que a integram. Mas como aferir se as pessoas se sentem na realidade indignadas tratando-se de uma comunidade massiva, como a de um país?

Se observarmos a "ecologia do escândalo", como propõem Lull e Hinerman (1999), estes acontecimentos que ocorrem nos *media* existem numa relação intrincada com categorias mais amplas de influências socioculturais, variando de contexto para contexto. Assim, teremos de distinguir quatro considerações sobre o escândalo mediático: a primeira concerne ao facto de as pessoas não apresentarem todas a mesma vulnerabilidade aos casos expostos, notando-se por isso diferentes suscetibilidades a ter em conta; a segunda refere que a interpretação do escândalo não é uniforme, havendo variações mediante as audiências, o que leva a concluir que os escândalos são polissémicos; a terceira parte do princípio que os escândalos remetem uns para os outros; e, por último, a relação que se estabelece entre os diferentes casos por via da exposição mediática possibilita-nos uma perceção sobre como os órgãos de informação classificam hierarquicamente os vários escândalos (Lull e Hinerman, 1999: 77).

Tal como temos vindo a expor, não é possível avaliar de modo regrado se as pessoas se sentem individualmente escandalizadas, pelo que propomos seguir o caminho da persistência da imprensa, neste caso referente à cobertura dos escândalos políticos que despontaram na democracia portuguesa e que têm colocado em perspetiva o fenómeno em Portugal ao longo dos 40 anos de democracia.

Os estudos dos *media* têm demonstrado que estes influem com grande preponderância na intelecção que o sujeito tem do mundo, colocando-os no centro da perceção e constituindo-os como a fonte mais importante da apreensão da realidade observada. Com efeito, as pessoas formam as suas impressões sobre os acontecimentos a partir dos *media*, avaliza Doris Graber (2004). Refutando as teorias hipodérmicas iniciais, que entendiam que todas as pessoas

assimilam o conhecimento de forma igual e exatamente como lhes é transmitido pela comunicação social, os estudos referem, no entanto, que os cidadãos, quando não dominam a informação, tendem a adotar as interpretações dos jornalistas. O que concede aos *media* uma influência poderosíssima sobre a opinião pública e sobre o nosso sentido de vida (Donsbach, 1995; Graber, 2004). Associando-se aos estudos sobre a percepção, outras áreas do conhecimento têm vindo a apresentar novas pesquisas que reiteram a centralidade dos *media* na formação da opinião pública. Independentemente de se poder ou não considerar o jornalismo como uma forma de conhecimento – habitualmente, o meio académico e intelectual perspetiva o jornalismo mais como um meio de comunicação do que de criação de saber –, há igualmente quem sustente que ele é, efetivamente, uma forma de produção de conhecimento. O que, na prática, "tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los, e é provável que muitas vezes faça essas duas coisas simultaneamente" (Meditsch, 2008: 7). O que suscita, como defende Traquina (1999: 167-176), que o jornalismo extravase a realidade, dado estar assente numa construção onde a técnica, a preparação da informação ou as ferramentas utilizadas interferem no produto final.

2.2. OS MEDIA NO CENTRO DA PERCEÇÃO

Como numa alusão de Saramago, imaginemos que a certa altura acontecia um apagão nos *media* e a escuridão se abatia sobre os acontecimentos. Dificilmente continuaríamos a saber das notícias da cultura, do desporto, da economia, da política... Regressaríamos ao isolamento das sociedades precedentes em que a ausência de conhecimento comum tornava o mundo distante. Os *media*, enquanto meios de comunicação de massas, veiculam e propagam a informação. Fazem-no escolhendo conteúdos segundo o que tomam como relevante para interessar aos seus públicos e transmitem-nos recorrendo às várias tecnologias disponíveis, desde as formas tradicionais ao *on-line*. Ao selecionar e filtrar os temas que apresentam, e como os apresentam, os órgãos de informação vão perfilando e veiculando os assuntos que se constituem como dominantes na sociedade e, como refere Wolf (1987), vão prosseguindo a sua tarefa de construção da realidade.

Uma das teorias mais importantes neste âmbito é a hipótese da *agenda-setting*. Partindo do estudo das campanhas políticas, esta começou por postular que, embora carecendo de maior evidência a constatação de que os órgãos de informação alteram profundamente as atitudes dos eleitores no decorrer de uma campanha, é muito mais forte a certeza de que estes aprendem

pela extensa quantidade de informação fornecida pelos *media* (McCombs e Shaw, 1972). Os precursores da hipótese da *agenda-setting*, os professores de jornalismo Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw – que em 1972 publicaram no periódico *Public Opinion Quarterly* o artigo *The agenda-setting function of the mass media*, correlacionando a agenda dos *media*, a do público e a dos candidatos presidenciais norte-americanos, na localidade de Chapel Hill, estado da Carolina do Norte – comprovaram a existência de uma relação direta e causal entre o conteúdo da agenda dos órgãos de informação e a consequente percepção pelo público quanto às prioridades temáticas e aos assuntos veiculados por estes.

Assim, os comportamentos derivados do impacto da comunicação de massas, nomeadamente na formação da opinião pública (Jeffres, 1997; Norris, 2003; Graber, 2004; Lavine, 2010), decorrem, em boa parte, daquilo que os *media* colocam na ordem do dia e também da forma como o abordam.

Desde a fundação deste modelo que têm vindo a somar-se vários trabalhos de investigação que procuram ir mais longe no seu potencial de pesquisa (McCombs e Shaw, 1972, 1993; Tipton *et al.*, 1975; Benton e Frazier, 1976; Zucker, 1978; Erbring *et al.*, 1980; Noelle-Neumann, 1980; Weaver *et al.*, 1981; Iyengar e Kinder, 1987; Scheufele, 2000; McCombs, 2004). É particularmente interessante como a comunidade académica continua a referir-se à *agenda-setting* como uma hipótese, mantendo em conta-corrente o seu processo evolutivo e avançando, inclusivamente, com formulações complementares ou dela decorrentes, como são exemplos a *agenda-building*, o *gatekeeper*, o *framing*, o *priming*, a espiral do silêncio, apenas para citar alguns dos mais substantivos.

Quase duas décadas após o seu primeiro estudo, McCombs e Shaw voltaram a juntar-se para uma atualização do tema, postulando que a *agenda-setting* tem demonstrado que as notícias não dizem apenas quais os assuntos que o público deve tomar como significantes, mas também a forma como deve pensá-los, respeitando este modelo tanto à prevalência dos temas como ao primado dos seus atributos (McCombs e Shaw, 1993). Mais de 30 anos depois do primeiro ensaio, McCombs (2004) vem corroborar a natureza evolutiva do conceito e assinala que os editores e jornalistas, ao selecionarem diariamente a informação, induzem o público e sugerem a relevância das questões em foco.

A hipótese da *agenda-setting* converge igualmente com a dimensão cognitiva dos *media*, a partir de onde assumiu especial enfoque a obra *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, de Enric Saperas (1987), tendo esta surgido como uma abordagem marcante pela

convergência das análises do papel dos efeitos dos *media*, da função social do jornalista e das estruturas de formação e desenvolvimento da opinião pública, agregando por isso não apenas a produção como também a veiculação de mensagens, cujo conteúdo é, segundo Saperas, estrategicamente orientado. Daí que a transmissão de mensagens se revista de capacidade para desencadear ações.

As pesquisas realizadas no âmbito da percepção decorrem, em larga escala, de temáticas políticas e eleitorais, tendo ficado também patente, através de estudos relacionados, que as pessoas formam as suas impressões a partir das histórias apreendidas nos *media* (Kahn e Kenney, 2002; Patterson, 2002; Zaller, 2003). A admissão generalizada da centralidade dos *media* não evita, contudo, algumas referências menos abonatórias, como é o caso de Thomas E. Patterson, que participou na condução de um estudo exaustivo sobre o envolvimento dos cidadãos em campanhas eleitorais, com base em dezenas de milhares de entrevistas realizadas. Este professor da Harvard Kennedy School advoga que as chamadas "notícias leves", que vêm caracterizando os *media* contemporâneos, têm contribuído para diminuir a atenção que os americanos dedicam à política e às campanhas eleitorais (Patterson, 2002). Esta é, aliás, uma das críticas frequentes dirigidas à atuação dos órgãos de informação, contrariada no entanto por outros pesquisadores, como Doris Graber (2001), rejeitando que estes sejam os principais responsáveis pela ignorância demonstrada pelos cidadãos relativamente a temas políticos. Graber, de forma análoga à maior parte dos pesquisadores, coloca antes a tónica na importância dos *media* na vida das pessoas, sustentando inclusivamente que estas utilizam as informações da comunicação social¹⁰⁰ para tomarem decisões importantes.

Em torno das suas teses e interrogações, o tema tem feito convergir áreas do conhecimento, como a neurociência e a psicologia política, sendo visíveis as vantagens desta cooperação. Utilizando, por exemplo, técnicas de ressonância magnética para mapear as zonas cerebrais que são mais ativadas conforme os estímulos induzidos, a neurociência tem-nos concedido uma oportunidade singular para compreendermos como respondem as pessoas à informação captada. Todavia, os resultados têm-se manifestado ainda complexos, e a generalidade da literatura considera que, apesar dos extraordinários avanços, o conhecimento sobre o cérebro humano revela-se ainda incompleto, podendo a interpretação das imagens extraídas ser, nalguns campos, inconsistente. Ainda assim, a neurociência tem vindo a fornecer-nos indicações plausíveis através dos seus estudos, que têm sido determinantes para uma compreensão mais profunda da inteligência humana.

¹⁰⁰ No seu estudo, Graber refere-se sobretudo à televisão e à Internet.

O neurocientista português António Damásio, autor de *O Erro de Descartes* (1994) e de *O Sentimento de Si* (2000), foi um dos precursores da demonstração de que "é mais fácil guardar e reter algumas histórias na memória porque a excitação emocional liberta estimulantes na corrente sanguínea, que sensibilizam as perceções e ampliam o seu impacto", como frisa Graber (2004), referenciando igualmente outros estudos que chegaram a conclusões semelhantes, como os de Gazzaniga (1992, 1998) e os de Goleman (1995). O que pode ter isto que ver com o escândalo? Segundo Joana Amaral Dias, "são os factos associados a emoções negativas que mais perduram na memória" (Dias, 2014: 97). Daí o escândalo ser uma mercadoria captadora do interesse do público e por isso tão apetecível para os *media*.

Pesquisas de neurociências têm vindo a evidenciar que o cérebro produz perceções que nem sempre correspondem à realidade, pois as situações não são apreendidas como elas são na verdade e o cérebro requer tempo para gerar consciência. O que, segundo George Marcus (2013), professor de Ciência Política na Williams College, e como assinala Joana Amaral Dias (2014), equivale a dizer que podemos ser manipulados pelo cérebro, originando perceções mediante aquilo que nos é dado a conhecer. Não resistimos a aludir ao exemplo a partir da apresentação de Joana Amaral Dias no seu livro *O Cérebro da Política* (Dias, 2014: 72-73), ilustrativo dessa manipulação e da convicção de que o contexto, ou o enquadramento (*framing*), condiciona a perceção das pessoas.



QUADRO 16. Composição a partir do exemplo apresentado em *O Cérebro da Política* (2014).

No quadro 16, começando pela imagem da esquerda, na horizontal, podemos observar dois segmentos de reta com igual comprimento, embora nos possa parecer que o de cima é maior do que o de baixo. Mas não é. Trata-se de uma ilusão ótica, que acontece porque o nosso sistema visual decifra a figura tendo em conta a sua perspetiva. Os dois segmentos oblíquos, assim dispostos, conduzem a uma perceção visual errada. Esta metáfora bem real lança-nos para silogismos possíveis, como se os segmentos horizontais representassem o nosso objeto principal e os oblíquos fossem o contexto. "A ilusão ocorre porque o cérebro ajusta a nossa experiência consciente de forma a ser consistente com uma análise pré-consciente" (Dias, 2014: 73). Repare-se na figura ao lado: mudado o contexto, altera-se também a perceção do objeto principal em foco.

Transportando estas conceções para o estudo dos *media*, poderíamos anuir, como refere George Lakoff, que, na sua tarefa de mediação da realidade social, os meios de comunicação proporcionam à opinião pública enquadramentos, que mais não são do que uma certa visão do mundo, impregnada de ideias próprias e de uma linguagem particular, moldando a nossa forma de ver a realidade (Lakoff, 2007: 17). O processo de enquadramento (*framing*) ocorre através da seleção editorial de certas fontes, ângulos e imagens, em detrimento de outros, isto é, em maior ou menor grau é feita uma tentativa para apresentar determinada perspetiva dos eventos em questão (Norris, Kern e Just, 2003). Nessa ótica, como nota Castells (2009), na contemporaneidade, os meios de comunicação têm o alcance de estruturar o sistema de significados, que é o sistema de referência para o desempenho dos indivíduos. São igualmente eles que têm o poder de posicionar o foco sobre a "construção social da realidade", como bem nota Mazzoleni (2010: 191), tal como direcioná-los com determinado enquadramento e assim influenciar a agenda política.

Com o que temos vindo a explicar até aqui, não pretendemos dizer que somos indivíduos inflexivelmente manipuláveis, pois isso obrigar-nos-ia à modéstia de reconhecermos em nós mesmos mais limitações do que as que gostamos que a má-língua nos impute. Ou, nas palavras sagazes de Joana Amaral Dias, "ficaríamos condenados à realidade". As boas notícias são que a neurociência reconhece a amplitude da nossa capacidade crítica e não nos toma por seres acéfalos, colocando antes a tónica no campo extraordinário das emoções e no que estas representam. A psicologia política, apoiada na neurociência, tem vindo a enfatizar o papel fundamental das emoções na regulação da quantidade e da qualidade do processamento de informação, estimulando as apreensões cognitivas, influenciando as perceções e os processos de tomada de decisão (Dias, 2014: 64).

A aquisição do conhecimento é contínua e cumulativa, já que ao conhecimento previamente armazenado as pessoas vão juntando mais informação nova, corrigindo e atualizando os dados que possuem (Graber, 2004). A este propósito, repare-se na declaração de princípios do *Wall Street Journal*: "Cremos que os factos são factos, cremos portanto que é possível chegar à verdade colocando um facto sobre outro facto, como na construção de catedrais." Segundo Graber (2004), sempre que a informação não lhes é familiar, os recetores aceitam adotar as interpretações dos jornalistas sobre os significados retratados nas notícias.

Esta sequência de ideias conduz-nos ao fenómeno de “ativação”, ou seja, um efeito mediático que nos ajuda a perceber que as pessoas absorvem a informação das notícias e a usam para orientar o seu pensamento subsequente (Graber, 2004). Os efeitos de ativação podem diferir consoante os recetores estejam bem ou mal informados, tal como mediante o seu interesse e a sua exposição. Como conclui Joana Amaral Dias, "o cérebro político não é a máquina racional que se quis supor durante muito tempo. O cérebro político é, sobretudo, emocional", sustentando igualmente que quanto mais informada estiver uma pessoa, mais ela "tenderá a desenvolver complexos esquemas de racionalização para descartar a informação na qual não quer acreditar" (Dias, 2014: 122).

Pesquisas no âmbito dos estudos dos *media* sobre posicionamento, enquadramento e elaboração da agenda, coligidos por Cappella e Jamieson (1996), já vinham mostrando que a cobertura feita pelos jornalistas pode não só influir na perceção como também modelar a forma como o público pensa a política. Essa conclusão vem, de resto, ao encontro do que havia sido já postulado pela socióloga americana Gaye Tuchman (1978), que advogava que, para além de refletirem a realidade, as peças jornalísticas acabam por fabricá-la, agindo de forma dialética, ou seja, ao apresentarem determinadas perspetivas acabam por modificar a perceção dessa realidade. Esta ideia parece ter correspondência com a reflexão produzida por Joaquim Fidalgo, enquanto provedor do leitor do *Público*, ao sublinhar que “a comunicação social não é propriamente um espelho anódino e neutro da realidade; pelo contrário, ao debruçar-se sobre ela para a noticiar, interpreta-a e relê-a. O que vemos nos jornais não é a realidade, é uma representação, construída com os instrumentos e os códigos próprios do trabalho jornalístico” (Fidalgo, 2004: 60).

Num dos seus importantes trabalhos sobre a cobertura jornalística da corrupção, Isabel Ferin Cunha salienta que os *issues* são apreendidos pelos cidadãos em função da visibilidade que lhes é concedida pelos *media*. Na esteira desta investigadora e professora da Universidade de Coimbra, "a maior ou menor saliência concedida pelos *media* a casos de corrupção teria como consequência uma maior ou menor perceção na opinião pública sobre este fenómeno" (Cunha,

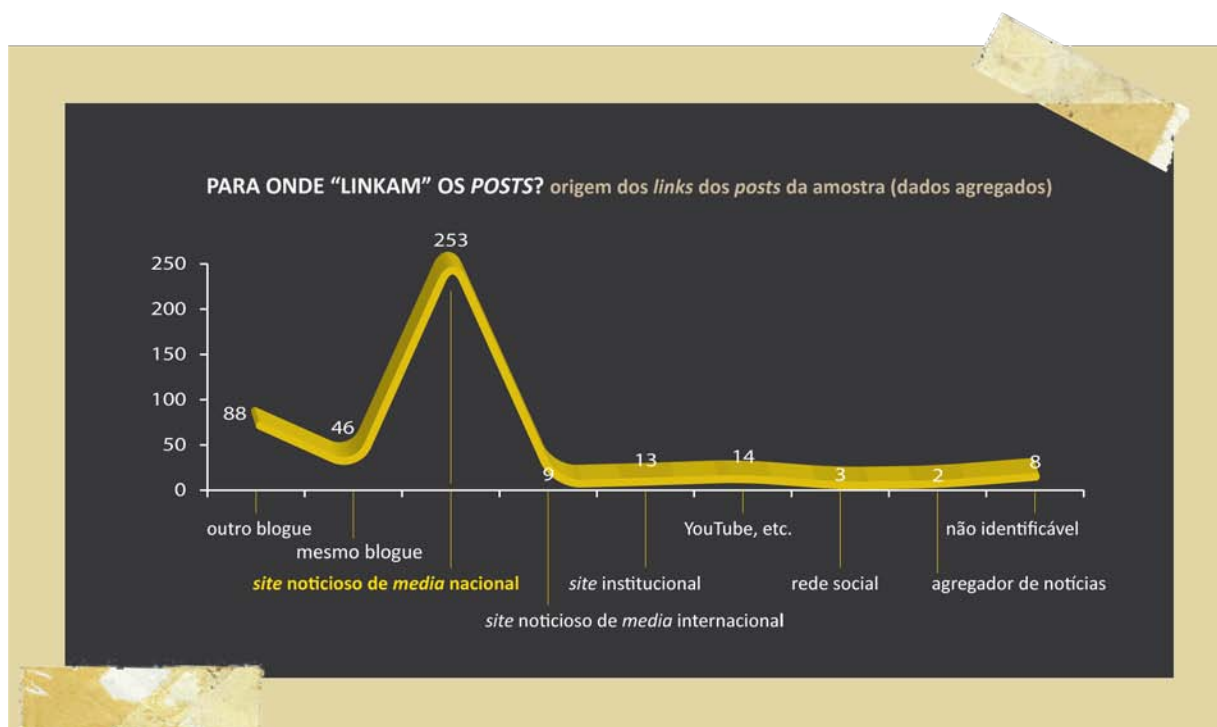
2014: 380). O mítico *Citizen Kane*¹⁰¹, de Orson Welles, deixa evidente a caricatura da importância que a imprensa tem na escolha, na criação e na ampliação da realidade. Essa visão continua bastante atual, enfatizando-se até, devido à maior abrangência dos *media*, cuja expansão tecnológica constitui um papel determinante neste contexto. Com a alteração do quadro mediático, sobretudo a partir de 1999, a *web* veio proporcionar aos cidadãos o acesso a um incomensurável repositório de dados referentes a todos os temas, não deixando os casos prescreverem na memória coletiva, facultando-lhes a possibilidade de aceder, partilhar e participar na difusão de conteúdos a uma escala global, nunca antes alcançada. Desta forma, como refere Castells (2000), a *web* converte indivíduos dispersos numa comunidade em rede.

Os novos *media*, referindo-se o termo aos processos de comunicação *on-line*, incluindo o jornalismo *on-line* e a blogosfera, têm forçado a um reposicionamento dos conceitos, de forma a levar em conta as alterações que estes estão a provocar em postulados antigos, como o *gatekeeping* ou a *agenda-setting*. A proliferação dos blogues, por exemplo, bem como a sua influência junto dos públicos, parece deitar por terra a exclusividade da função de *gatekeeper* dos jornalistas, uma vez que estes deixam de ser os únicos a decidir quais os conteúdos que são fornecidos às audiências.

No âmbito da *agenda-setting*, não podemos negligenciar o papel relevante que alguns *bloggers* têm junto dos públicos que os identificam como líderes de opinião. Se por tenacidade quiséssemos dar relevo ao papel dos líderes de opinião enquanto espoletadores da mediação de conteúdos informativos e principais constituintes na formação da opinião pública, como sustenta Cardoso (2008), precisaríamos de revisitar o provecto modelo *two-step flow of communication*, formulado em 1955, por Elihu Katz e Paul Lazarsfeld, defensor de que os líderes de opinião, informados pelos *media*, veiculam as suas próprias interpretações, mediando os conteúdos informativos e exercendo assim influência sobre os comportamentos e as escolhas das outras pessoas. Nesse sentido, a teoria conhecida por "modelo da cascata" poderia fornecer explicação para ajudar a compreender o processo de formação da opinião pública, uma vez que baseia o seu fundamento na ideia de um fluxo linear de informações desde o topo da pirâmide, onde estão as elites que emitem opinião, até à base, onde se encontram as massas (Lima, 2005).

¹⁰¹ O filme norte-americano dirigido e protagonizado por Orson Welles, em 1941, retrata a vida de um homem que se tornou num magnata do jornalismo, Charles Foster Kane (inspirado em William Randolph Hearst), que comanda todo o império da comunicação, mostrando como a imprensa se tornou num negócio apeteçível, conquistando audiências, popularizando os seus conteúdos e atraindo um novo e vasto mercado publicitário. A longa-metragem apresenta Kane como "inventor" da imprensa popular – conhecida nesta época por *penny press*, usando o termo *penny* enquanto gíria para cêntimos, o preço do jornal tabloide –, intervindo na máquina política, promovendo e celebrizando pessoas. O filme termina com o declínio de Kane e do que ele representa, após anos expansivos em que a imprensa dispunha da faculdade de converter pessoas e assuntos em sucessos ou fracassos.

Hoje parece ser mais consensual apontar que as posições dos *bloggers* e dos jornalistas não são imutáveis e que, ao contrário do que aconteceu numa fase inicial, os autores dos blogues deixaram de fazer apenas o comentário de notícias dos *media* tradicionais e passaram a contar com a atenção dos jornalistas, que os veem atualmente como "fontes de informação em primeira mão" (Durach, 2010: 33). Todavia, isto não basta, nem pode bastar, para alguém alegar que os novos *media* tenham suplantado os tradicionais (Serra, 2009; Durach, 2010) nem sequer, como referem Johnson e Kaye (2004), que os blogues são fontes mais credíveis do que qualquer outro *media*. Debruçando-se sobre as referências ao escândalo Freeport em dez blogues portugueses¹⁰² que sistematicamente abordam temas da política nacional, Estrela Serrano (2014) constata através da origem dos *links* colocados nos vários *posts* que os blogues, no desenvolvimento da sua atividade, se alimentam sobretudo da informação publicada pelos *sites* noticiosos dos *media* nacionais (58% dos *links* apontam para estes *sites*), o que revela a sua preponderância, como ilustra o quadro 17.



QUADRO 17. Origem dos *links* dos *posts*, a partir da comunicação de Estrela Serrano, no V Seminário Internacional do CIMJ "Media, Democracia e Cidadania na Era Digital, em 10 de novembro de 2014, na UNL.

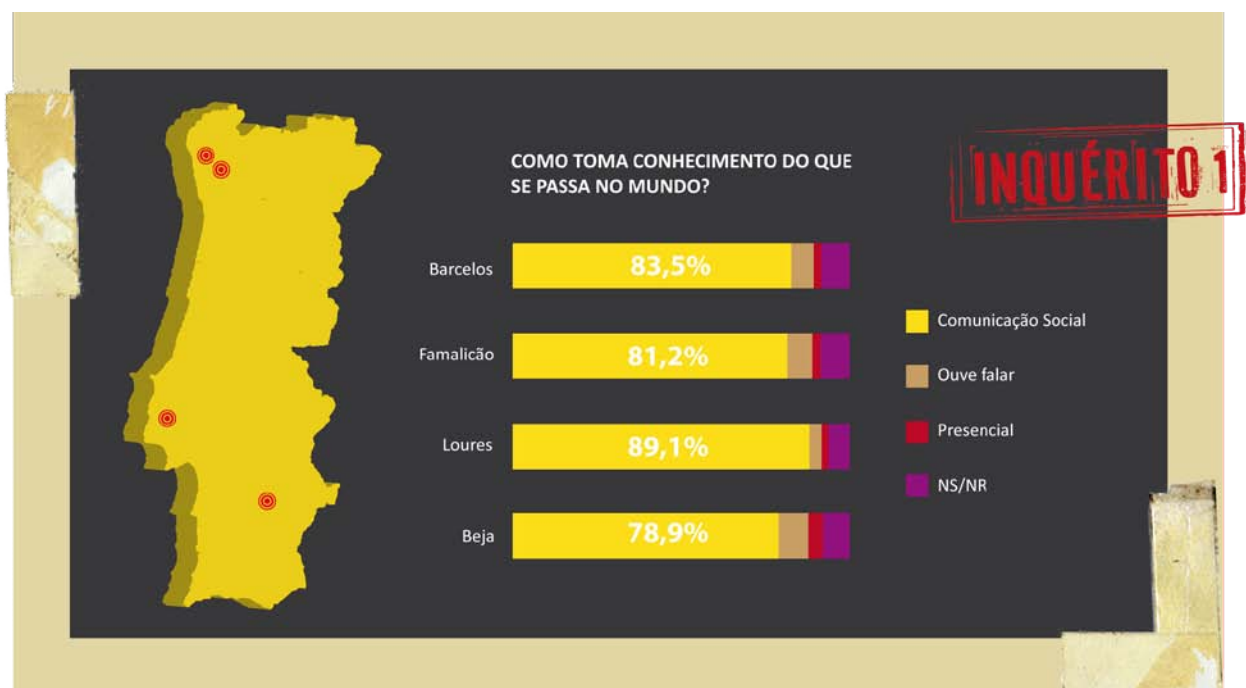
¹⁰² Os blogues utilizados na análise de Estrela Serrano são: *31 da Armada* (<http://31daarmada.blogs.sapo.pt/>), *5 Dias* (<http://5dias.net/>), *A Educação do Meu Umbigo* (<http://educar.wordpress.com/>), *Abrupto* (<http://abrupto.blogspot.pt/>), *Arrastão* (<http://arrastao.org/>), *Aspirina B* (<http://aspirinab.com/>), *Blasfêmias* (<http://blasfemias.net/>), *Delito de Opinião* (<http://delitodeopiniao.blogs.sapo.pt/>), *Jugular* (<http://jugular.blogs.sapo.pt/>), e *O Insurgente* (<http://oinsurgente.org/>).

Contudo, não podemos da mesma maneira renunciar à promessa das novas tecnologias e ao seu infindável potencial, pois os argumentos que hoje apresentam, como a rapidez, a quase instantaneidade, a interatividade e a maior sociabilidade, auguram transformações sem precedentes no setor da comunicação, dando sequência à revolução encetada pelo *on-line*, "à semelhança do que ocorreu no século XIX, com o desenvolvimento e a profissionalização do jornalismo", como enfatiza Jorge Pedro Sousa (2000: 128). Depois de a blogosfera ter sido o fenómeno em foco em 2004, durante a corrida à Casa Branca (Canavilhas, 2009), se dúvidas restassem quanto à importância dos novos *media*, a campanha de Barack Obama nas presidenciais norte-americanas de 2008 veio desmistificá-las, uma vez que este recorreu a todas as aplicações *on-line* disponíveis e, só na rede social Facebook, chegou aos 320 mil utilizadores.

Como temos procurado demonstrar, em geral, os estudos reconhecem que os *media* têm uma influência determinante na sociedade. Examinando a cobertura jornalística de mais de 60 campanhas para o senado norte-americano ao longo de três atos eleitorais, ao observarem os espaços de opinião e os espaços noticiosos, Kahn e Kenney concluem, por silogismo, que existe um impacto dos *media* na decisão de escolha dos cidadãos em relação aos candidatos apresentados (Kahn e Kenney, 2002).

Posto isto, em suma, cremos que, mantendo-se os pressupostos de que os cidadãos continuam a alimentar-se da comunicação social para obter a informação crucial sobre o mundo que os rodeia, podemos consentir que os temas seleccionados pelos *media*, bem como os conteúdos tratados e os ângulos propostos, incidirão sobre a perceção do público e possibilitam-nos, numa certa relação causal, aferir se determinado caso capta o interesse mediático e se assim suscita impacto na sociedade. Para tal, iremos ao encontro desses pressupostos, com o objetivo de aferir, através de estudo de opinião, designado "inquérito 1", realizado entre 9 e 23 de setembro de 2013 (anexo 3.2.), no âmbito da presente dissertação, se as pessoas continuam preferencialmente a usar a comunicação social para tomar conhecimento do que se passa no mundo.

As cinco mil respostas validadas, respeitantes a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, são provenientes de Barcelos, Loures, Beja e Famalicão. Foi colocada uma única questão, "Como toma conhecimento do que se passa no mundo?" e concedidas três alternativas de escolha pré-estabelecida, a que se adicionou ainda a possibilidade "Não sabe/Não responde", cuja resposta correspondeu a 7,6% dos inquiridos. Através dos quadros apresentados neste ponto, podemos observar o resumo dos resultados do inquérito 1.

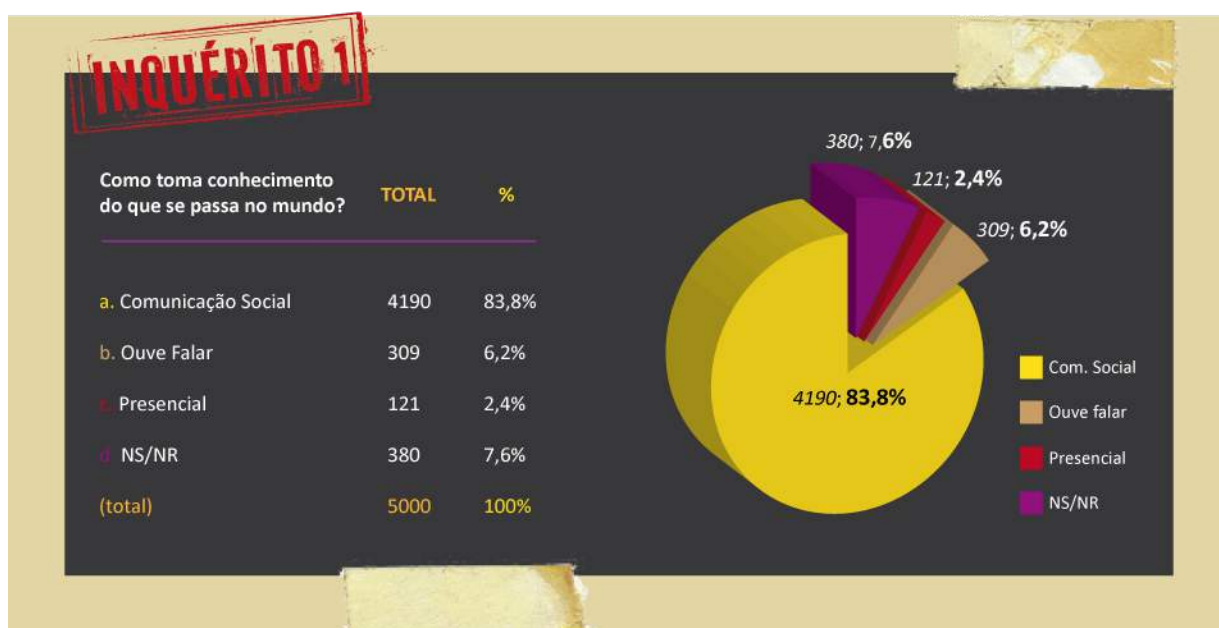


QUADRO 18. Concelhos onde decorreu o inquérito 1 e resultados percentuais à questão apresentada.

Mais do que a ténue clivagem que traz à evidência que os inquiridos do concelho de Beja são os que revelam informar-se menos através da comunicação social em comparação com os dos outros concelhos, há a assinalar que, em todas as regiões incluídas no nosso estudo, esta opção, que diz respeito à centralidade dos *media* na formação do conhecimento, é a adotada pela grande maioria das pessoas que responderam, chegando Loures aos 89,1% e os concelhos do norte do País, Barcelos e Famalicão, aos 83,5% e 81,2%, respetivamente.

Em todos os concelhos verificamos que a opção "ouve falar", ou seja, aquela em que os cidadãos reconhecem que são informados através de conversas que mantêm reciprocamente, colhe a segunda preferência, embora em número muito mais diminuto em relação à primeira opção. Neste caso, temos em campos opostos o caso de Loures, em que 3,5% dos inquiridos reconheceram colher desta forma a informação sobre o que se passa no mundo, e o do concelho de Beja, que se cifra nos 8,8%. Já a terceira opção, que colocava como hipótese que as pessoas são informadas sobre os assuntos ao participarem presencialmente nas respetivas iniciativas, cingindo o seu conhecimento apenas ao que experienciam, foi a menos escolhida, oscilando entre os 1,2% em Loures e os 3,7% em Beja. No total dos concelhos, 2,4% dos inquiridos entendem que os assuntos relevantes sobre o mundo que os rodeia é proveniente das iniciativas de que tomam parte presencial, o que limita avassaladoramente o número de assuntos, se compararmos com a quantidade de informação fornecida pelos *media*. Contudo,

não podemos por aqui inferir que as pessoas que escolheram esta opção consideram que o suprimento de informação que têm é suficiente. Relacionando o nosso inquérito com outro realizado pelo CIES-ISCTE em 2004, conjuntamente com a Fundação Calouste Gulbenkian (Cardoso: 2004), verifica-se que, neste segundo estudo, 75,7% dos inquiridos referem que a sua fonte de informação sobre os temas da corrupção provém dos *media*, entre os quais 1,4% apontam a Internet como prioritária.



QUADRO 19. Respostas e respetiva percentagem obtidas no inquérito 1.

Como é perceptível a partir do quadro 19, grande parte dos participantes no nosso estudo, 4190 pessoas, correspondente a 83,8% dos inquiridos, assumiu tomar conhecimento do que se passa no mundo através dos *media*, o que nos permite concluir, relativamente ao objetivo concreto que traçámos, que os órgãos de informação continuam a ser o canal privilegiado e mais amplamente usado pelos cidadãos, o que, por dedução, corroborando as diversas pesquisas a que aqui aludimos, os torna o meio mais influente no que concerne à aquisição do conhecimento, bem como nos principais constituintes na formação da opinião pública.

Assim, pensamos ser legítimo estimar que a perceção que os cidadãos têm dos escândalos políticos é suscitada sobretudo pelos *media*. O que, na nossa ótica, revela que estes se configuram como um objeto passível de aferir o interesse público que cada caso suscita.

2.3. O INTERESSE DOS *MEDIA* PELO ESCÂNDALO

A literatura converge quanto à importância do escândalo Watergate como símbolo de uma nova era do jornalismo de investigação e como marco na prática política (Markovits e Silverstein, 1988; Thompson, 2002; Schudson, 2003; Castells, 2013). A investigação ao caso ocorrido na década de 70 do século anterior, que culminou com a renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon, converteu-se numa bandeira do jornalismo de investigação, reforçando a sua imagem de "quarto poder" (Schudson, 2003). O facto de, desde os anos 40 do século anterior, virem ruindo alguns regimes de ditadura, e face à emergência de uma generalização do advento da democracia não só na Europa como em outros pontos do mundo, conduzindo à prática de um jornalismo independente e sem censura, fomentou um particular interesse pelo escândalo político.

Hoje podemos afirmar que estes fenómenos se encaixam numa cultura de notícias e de *media* "em que a oferta do que é chocante, espetacular, sensacional e anormal é a estratégia fundamental para supostamente atrair audiências" (Ekstrom, 2000). Esta posição está em sintonia com a da totalidade dos 14 jornalistas que responderam no nosso questionário quando lhes foi perguntado se os órgãos de informação tendem a focar-se no contexto de espetáculo que envolve o seu protagonista político (anexo 3.1.). Martim Silva, jornalista do *Expresso*, concorda que "vivemos no mundo do imediato. Do direto permanente. Da guerra das audiências (...). É uma realidade com a qual quem trabalha em jornalismo convive diariamente". Para José António Saraiva, diretor do *Sol*, "o sector dos *media* é dos mais competitivos. Assim, há naturalmente sensacionalismo. E isso arrasta a espetacularização da informação. É inevitável". Colocando a tónica igualmente no mercado mediático, João Luís Campos, diretor-adjunto do *Diário de Coimbra*, entende que "entra 'em campo' uma espécie de espiral de concorrência em que todos tentam dar mais que o concorrente, muitas vezes exagerando-se nos meios e nos conteúdos". Para Mário Crespo, jornalista da SIC, "o espetáculo e o direto são os meios mais económicos (financeiramente falando) de transmitir um tópico tabloide, e é só nesse registo (tabloide) que a imprensa e a televisão estão a funcionar na nossa contemporaneidade". Tal como percebe Paulo Baldaia, diretor da TSF, "a informação evolui, de uma forma geral, para um contexto em que o espetáculo dá garantias de sucesso. Os escândalos políticos valem, por isso, muitas vezes, mais pelas imagens que proporcionam os seus protagonistas do que pelo conteúdo da peça informativa".

O sensacionalismo tem-se tornado mais notório com o avanço dos meios tecnológicos e a correspondente oferta informativa, onde estão incluídos os canais noticiosos que

transmitem 24 horas por dia, "com incessantes informações de última hora para saciar o apetite de sensacionalismo, ávido de novidades" (Castells, 2013: 333-334), mas também pelo facto de a Internet permitir uma imediata difusão viral, com milhões de partilhas instantâneas de factos controversos.

A importância estratégica que o jornalismo avoca na atualidade reside, de acordo com alguns autores, não só no facto de dar visibilidade aos acontecimentos mas também na capacidade de determinar que acontecimentos se transformarão em notícia, construindo e reconstruindo significados que atuam sobre a perceção social (Tuchman, 1983; Cabrera, 2001). Nessa perspectiva, os escândalos políticos são frequentemente contados como uma encenação teatral onde o palco pertence a um vilão, havendo como cenário uma prevaricação reprovável. As ações vão sendo descritas durante o ato, com pormenores aliciantes para o público. Como notam os nórdicos Sigurd Allern e Ester Pollack, "os escândalos captam a atenção dos *sites*, ajudam a vender jornais e aumentam as audiências dos canais televisivos. Nesse contexto, os jornalistas não exercem apenas o papel de repórteres, eles também interpretam e, em diferentes graus, direcionam o curso do escândalo" (Allern e Pollack, 2012: 9). De acordo com Bell (1998: 64), "os jornalistas não constroem apenas artigos, mas também histórias, com estrutura, ordem, pontos de vista e valores". Os jornalistas têm assim uma ação crucial nos escândalos, por serem eles a definir os ângulos do caso, a escolha das vozes ou as fontes da notícia. Uma peça que mostra as falhas da investigação, ainda que irrelevantes, irá por certo condicionar a perceção pública face à justiça. Da mesma forma que, ao ignorar essas falhas e ao expor as dúvidas que pairam sobre o papel dos atores políticos envolvidos, é promovida uma condenação popular antecipada. Enquanto o enredo se revelar estimulante e promissor, a peça não sai de cena e o cartaz mantém-se nos escaparates mediáticos. Dessa forma, "um escândalo não é apenas algo que é revelado, mas também algo que é mostrado, relatado, encenado e mantido vivo dia após dia" (Ekstrom e Johansson, 2008: 72).

Várias metáforas têm sido usadas para descrever o frenesi que os escândalos geram entre os jornalistas, que por sua vez são retratados como predadores, referidos como um grupo de caçadores, uma matilha de lobos, ou até como tubarões excitados por uma gota de sangue¹⁰³. Como abordam Anders Jenssen e Audun Fladmoe, os jornalistas são acicatados pela crítica populista que ataca os políticos e, juntamente com necessidades e imperativos comerciais de venda de jornais, deixam que essa perseguição se converta numa forma de ser da sua profissão (Jenssen e Fladmoe, 2012: 60). Se em alguns casos podemos consentir que existe justeza na

¹⁰³ Expressão utilizada por Jean-Claude Bertrand (2002: 75), "*feeding frenzy*", no original.

apreciação, não podemos deixar também de contestar a sua generalização, pois há um número considerável de exemplos em que estas metáforas se afiguram inadequadas. Se assim não fosse, estaríamos a admitir que o escândalo não passa de um mero *fait divers*, que unicamente serve para entreter e divertir o público. O que, pela sua forma redutora, é inverosímil.

A maioria dos autores vê uma afinidade clara entre o escândalo e os *media*: "o escândalo vende", sintetiza Thompson (2002: 59). Embora nenhum estudo de análise dos *media* tenha concretamente demonstrado esta conceção, curiosamente estabeleceu-se uma certa unanimidade em torno dela. Com alguma contundência, Thompson nota que aqueles que mais têm a ganhar em alimentar o espaço público com escândalos "têm poucas razões para se abster de lucrar com isso, quando a oportunidade se apresenta" (Thompson, 2002: 21). Como também já havia mais cautelosamente concluído Paixão (2010: 181), o escândalo pode manter "estimulante e atrativa uma edição de jornal" e, em tempo de quebras nas tiragens, pode inclusive ajudar a segurar as audiências. De acordo ainda com Thompson, os órgãos de comunicação têm interesse financeiro na venda de temas como os escândalos, pois estes "fornecem histórias vivas, picantes, que podem ajudar esplendidamente a conduzir esse objetivo" (Thompson, 2002: 59). Tal como refere Mar de Fontcuberta, "os índices de audiência e as tiragens converteram-se nos verdadeiros motores da criação, permanência ou desaparecimento de certos conteúdos" (Fontcuberta, 1999: 35). Esta análise é corroborada por Baum (2002), ao notar que grande parte dos *media* americanos são empresas comerciais que têm de se preocupar em atrair os tipos de clientelas e anunciantes que lhes permitam obter lucros substanciais. Baum justifica ainda o uso persistente do *infotainment* com os dados sobre audiência, advogando que estes revelam a propensão do público para o entretenimento ao mesmo tempo que evitam notícias de certa complexidade, o que legitima a apresentação das notícias com esse enfoque.

Este diagnóstico não isenta a determinação económica que emana do capitalismo globalizado, uma vez que este fez sucumbir princípios de cidadania face à prevalência de princípios de consumo, trazendo como consequência uma subordinação dos *media* e do jornalismo, nos planos tanto económico como profissional, ao financiamento exterior, aos *sponsors* e aos anúncios publicitários. O que, como nota Isabel Ferin Cunha, só acontece se houver "boa imprensa", "opinião favorável" ou "omissões convenientes", determinando esse apoio dos grandes grupos económicos e financeiros a "continuidade, o lucro e os postos de trabalho num determinado órgão de comunicação" (Cunha, 2015a e 2015b). A investigadora e professora da Universidade de Coimbra considera que:

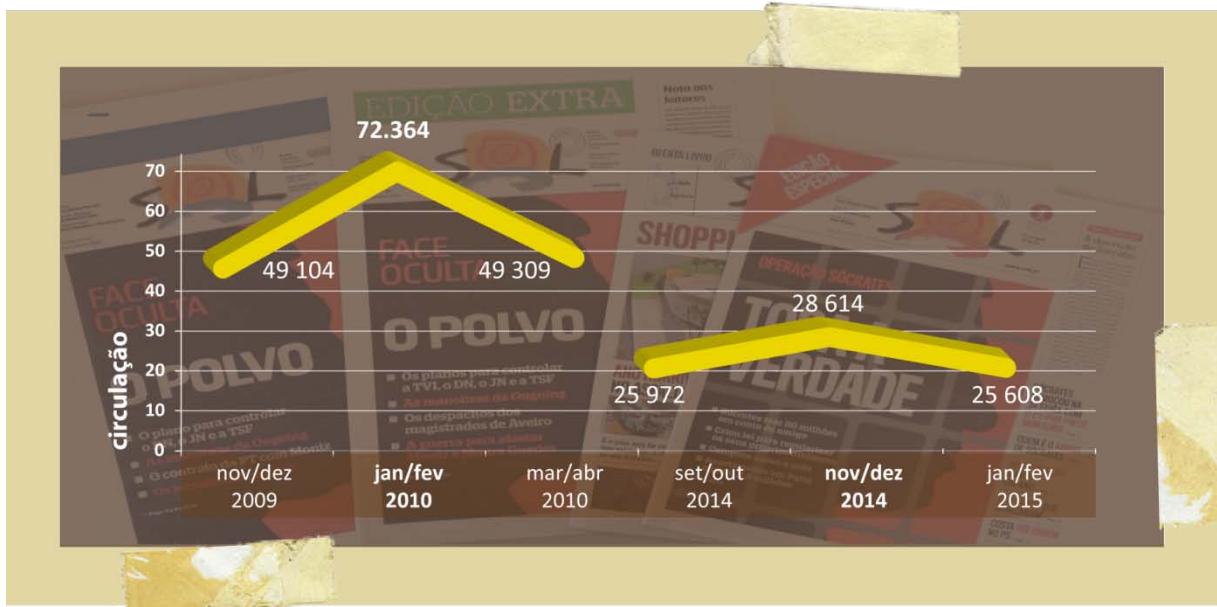
"A assunção que a informação e o jornalismo, tanto nos media públicos como privados, constituem áreas que devem ser geridas como um qualquer negócio traz como consequência a fragilização dos profissionais, atormentados por ameaças de redução de custos — isto é, ameaçados constantemente de despedimentos e de precarização de funções — tornando-os vulneráveis perante as pressões de governantes e de empresas com interesses nos grupos mediáticos" (Cunha, 2015a).

Não será linear a análise que conjuga a publicação de escândalos com o volume de vendas, sobretudo no presente contexto, em que é patente o declínio generalizado na receita das empresas de *media*, levando a fortes restrições e mesmo ao encerramento de diversas publicações, verificando-se em paralelo o acesso massivo à informação gratuita, a que não são alheias as modificações introduzidas pela era digital (Fenton, 2010). Essa lógica de mercado, sustenta o sociólogo francês Rémy Rieffel (2003:148), repercute-se no produto jornalístico, ele próprio cada vez mais direcionado para o entretenimento e para a informação-espetáculo, ou seja, o *infotainment*. Essa "tabloidização", segundo Kees Brants (2005: 47), caracteriza-se pelo crescimento da importância do sensacionalismo e das notícias que suscitam um certo "voyeurismo", ou seja, "o *infotainment* situa-se entre dois polos e mistura elementos de informação política em programas de entretenimento, ou características de entretenimento em programas tradicionalmente informativos" (Brants, 2005: 50). Esta posição é também realçada por Figueiras (2012: 7), ao considerar que "a cobertura jornalística se estruturou na política-espetáculo: na personalização, na imagem, na dramaticidade e em pseudocrises".

Não podemos também deixar de ter em conta que a oferta através de canais gratuitos ao público, possibilitados pela diversidade e pelos avanços tecnológicos, veio condicionar o panorama dos *media*, sobretudo nas duas últimas décadas. Daí que, embora os esforços no sentido de relacionar os escândalos com o volume de vendas de jornais possam trazer alguma luz sobre o assunto e revelar-se até profícuos, eles terão sempre de ser relativizados.

Ainda neste âmbito, não será despiciendo recordar que a cache excepcional sobre um escândalo pode conduzir a uma procura anormal do jornal que a publica, como aconteceu ainda recentemente com as revelações feitas pelo semanário *Sol* a propósito dos casos Face Oculta e Operação Marquês, ambas envolvendo José Sócrates. De acordo com o quadro 20, no primeiro caso, o jornal lançou duas edições no mesmo dia, em 12 de fevereiro de 2010. A sua circulação média subiu dos 49 104 exemplares vendidos no bimestre anterior para os 72 364 exemplares. No segundo caso, o jornal publicou uma edição especial em 23 de novembro de 2014, quando a última edição tinha saído para as bancas apenas dois dias antes. No bimestre anterior o *Sol*

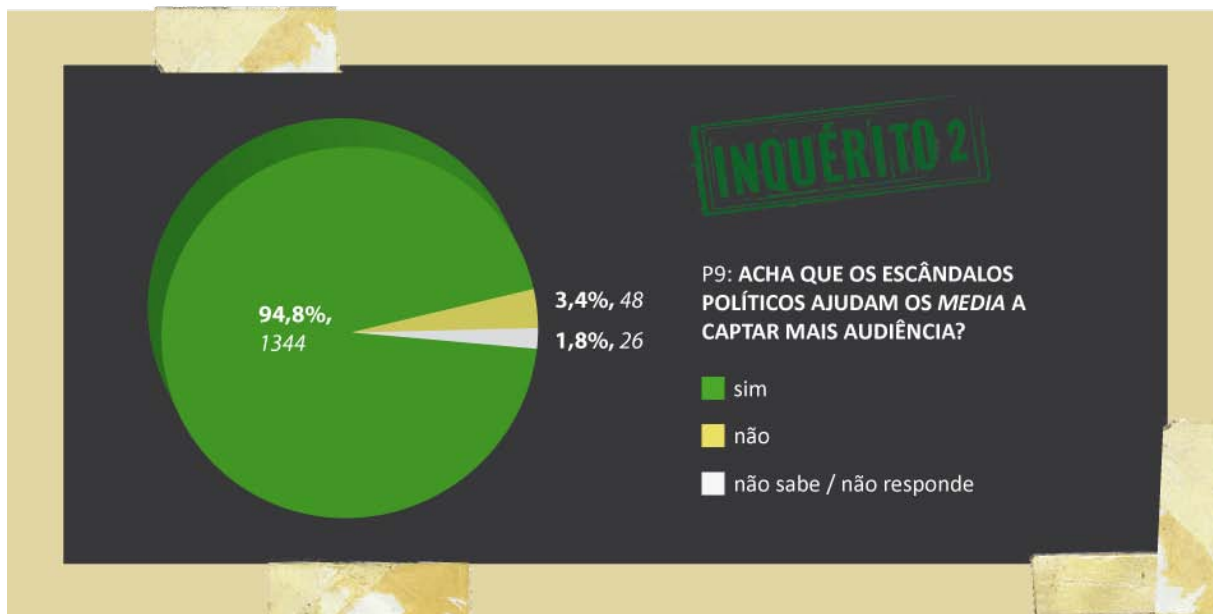
registara uma circulação média de 25 972, subindo para os 28 614 no bimestre referente à edição especial, o que constituiu o maior valor de 2014, verificando-se no mesmo período uma quebra proporcional pelo seu rival *Expresso*.



QUADRO 20. Edições especiais do *Sol* alusivas a escândalos políticos e valores de circulação (FONTE: APCT).

Thomas Patterson, que tem dedicado parte das suas pesquisas à relação entre o conteúdo das notícias e as audiências, chegou à conclusão de que as notícias ditas "leves", ou seja, aquelas que não são "sérias", estão a crescer, e que as notícias com uma tónica de entretenimento podem ajudar a atrair e a reter audiências (Patterson, 2003: 26-27). Como indica o inquérito 2, que realizámos entre 3 e 29 de dezembro de 2014 (ver anexo 3.3.), procurando aferir a intelecção do público sobre se os escândalos políticos ajudam os *media* a captar mais audiência, 94% do painel de inquiridos respondeu que sim.

Neste segundo inquérito relativo à perceção do escândalo político em Portugal, a que responderam 1436 pessoas, fica claro, como demonstra o quadro seguinte, que o público entende que o escândalo é uma *commodity* apetecível que atrai o consumidor da informação, dando razão a Canel e Sanders (2005) quando observam que "os escândalos são boas histórias não apenas para quem as conta mas também para quem as lê". Se os escândalos não fossem uma mercadoria tão interessante para os *media*, certamente a sua cobertura teria ao longo dos anos refreado, o que não acontece, quer no que concerne ao volume de peças jornalísticas sobre o assunto, quer no que diz respeito ao número de casos publicados.



QUADRO 21. Questão formulada no inquérito 2 sobre se os escândalos ajudam os *media* a captar mais audiência.

Em lados opostos, encontram-se críticos e defensores das notícias "leves". Os primeiros reprovam o facto de as notícias estarem cada vez mais "orientadas para o que interessa à audiência", em vez de se centrarem naquilo que para a audiência supostamente seria mais útil saber. Os segundos, defensores das notícias "leves", colocam a tónica na satisfação das audiências, justificando que sem segurança económica a imprensa livre existiria apenas teoricamente, pretendendo com isso dizer que as notícias, se não forem vistas ou lidas, ficam desprovidas de valor. Segundo estes, "leve não é, por definição, desprezível, dado fornecer informação que pode guiar a atitudes das pessoas enquanto cidadãs" (Patterson, 2003: 21).

Em coerência com o que foi já referido, há uma certa pertinência no velho axioma que diz que "notícias más são boas notícias". Contudo, esta ideia é rejeitada por muitos jornalistas. Segundo Patterson (2003: 40-41), estes defendem-se argumentando que apenas desempenham o seu trabalho com a missão de conduzir a informação ao público, independentemente da natureza que esta possa ter. Na sua perspetiva, o jornalismo crítico, ou de vigilância, tem inclusive contribuído para uma governação mais correta, expondo as falhas dos protagonistas políticos. Patterson identifica a existência de uma tendência dos *media* para relatar aquilo que está mal em detrimento do que está bem.

2.4. O AVESSE DA VISIBILIDADE

Fala-se com frequência na visibilidade mediática dos atores políticos, mas quase nunca nas estratégias dos que empreendem esforços para passar à opacidade, ao lado avesso dessa cortina. Sobretudo em culturas onde a democracia centrada nos *media* está efetivamente amplificada, os protagonistas políticos procuram tirar proveito das possibilidades de uma judiciosa manipulação desses mesmos *media* (Swanson, 1995; Donsbach, 1995).



FIGURA 09. Artigo do semanário *O Independente*, de 3 de fevereiro de 1995, p. 8, atribuindo conotação negativa a políticos com processos judiciais que foram noticiados pelos *media*.

Exemplo disso é o fenómeno do escândalo político, entendido como um ato intencional que visa passar da esfera privada para a esfera pública uma alegada transgressão cometida por um agente político, trazida à luz pela ação dos órgãos de informação (Thompson, 2002) e que leva a que o visado deseje reduzir ou mesmo anular a sua exposição ao caso. Antes de mais, por se nos afigurar evidente, isto deve-se ao facto de o envolvimento num escândalo poder destruir a reputação e enfraquecer a confiança no agente político. E, como referem Canel e Sanders (2005: 165), sem boa fama, os políticos estão perdidos, pois é graças a esta que podem gozar da confiança dos cidadãos. No fundo, esta tese é firmada pela “teoria social do escândalo”, de Thompson (2002: 296), cuja formulação pode ser sintetizada da seguinte forma: “escândalos são lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo”. Em suma, como também tem sustentado Thompson,

“aqueles que exercem ou aspiram a posições de poder político sabem muito bem que o escândalo é perigoso, que pode frustrar os seus planos e levar as suas carreiras a um final abrupto. Mas o escândalo pode também minar a sua capacidade de exigir o respeito e o apoio de outros” (Thompson, 2002: 32).

2.4.1. A disputa pela opacidade mediática na era da visibilidade

Poderá um escândalo político ocupar a atenção mediática que até então era dedicada a outro? Ou seja, o "lançamento" de um escândalo pode servir para diminuir a preponderância mediática de outro? Para uma resposta a esta questão, propomo-nos explorar aqui a frequência da cobertura jornalística em dois períodos distintos, comportando cada um deles dois escândalos que em dado momento se sobrepõem, procurando aferir se à eclosão de um corresponde o definhamento do outro que se encontrava já a decorrer. Antes, faremos algumas considerações sobre o tema em título.

Segundo Pierre Bourdieu, visível é aquilo que pode ser visto, o que é perceptível pelo sentido da visão; invisível é o que não pode ser visto, o que é ténue ou oculto à visão. A visibilidade, todavia, pode ser considerada pelas suas duas facetas: positiva, quando conquista proveitos para o agente político; mas negativa quando ameaça corroer os seus capitais simbólicos (Bourdieu, 1989). O escândalo político é um fenómeno que, pelas suas características, pode ajudar a compreender melhor os contornos da nova visibilidade mediática. Em parte por ser um tipo de teste de credibilidade para os políticos contemporâneos. O facto de a vida política ser orientada para as questões do carácter e da confiança leva a que se atribua maior relevância aos casos em que a confiabilidade dos líderes políticos está em causa (Thompson, 2005).

Thompson centra o tema da visibilidade no contexto da sua “teoria social dos *media*”, onde estabelece uma visão sobre o impacto social dos meios de comunicação na comunidade. Aliás, situamos o seu ensaio *The New Visibility* (Thompson, 2005) como uma derivação dessa teoria, abordada, por exemplo, nos seus livros *The Media and Modernity* e *Political Scandal*. A sua perspectiva pode ser entendida, tal como o próprio sustenta, como uma “teoria inter-racional” dos *media*, dado que são analisados os meios de comunicação na sua relação com as formas de interação que eles tornam possíveis e das quais eles são parte. Com os *media*, são criadas “novas” formas de agir e de interagir.

De acordo com o que expusemos, a visibilidade está ligada ao que é fisicamente perceptível, ao que a visão nos possibilita observar. Podemos, todavia, associar a esta noção características espaciais e temporais: não se vê a partir de determinada distância e não se vê nem o passado nem o futuro. Estamos limitados pelo “aqui” e pelo “agora”. Por outro lado, deduz-se que sem situações de ocultação, partilhando o espaço e o tempo, podemos ver quem nos vê também a nós. A isto Thompson (2005) chama “visibilidade partilhada da copresença”. Noutra patamar encontramos a comunicação mediatizada, cuja visibilidade está afastada dos constrangimentos espacial e temporal e pode ocorrer de três formas distintas: (1) através da gravação e da

transmissão, um acontecimento pode ser visto por quem não esteve naquele momento no local da ação; (2) eventos ocorridos em lugares distantes podem ser vistos em direto; e (3) no presente podemos assistir a ações que tiveram lugar no passado, com recurso a meios tecnológicos que a comunicação usa. Esta nova forma de visibilidade mediada não é recíproca, como a visibilidade convencional. Na maioria dos casos, como numa alusão de Foucault ao Panóptico, uma pessoa pode ser contemplada, vigiada e controlada por outras. Embora com uma nuance deveras inquietante, como adverte o professor da Universidade de Toronto Derrick de Kerckhove: se com o Panóptico sabemos que somos observados e quem nos pode observar, a nova realidade imposta pelo *Big Data*, que converte o Panóptico em 'Nanóptico'¹⁰⁴, leva a que não saibamos hoje quem nos observa, nem sequer onde, nem quando¹⁰⁵.

Um novo tipo de intimidade apareceu na esfera pública. Com a riqueza das imagens, a forma pessoal e estreita como os líderes se dirigem aos telespetadores mudou. Os grandes planos permitem detetar as expressões faciais, a linguagem corporal... Esta nova visibilidade, livre das amarras da copresença, facilitou o nascimento da designada “sociedade da autopromoção”, como refere Thompson (2005). Contudo, como temos vindo a enfatizar, esta nova forma de visibilidade também comporta novos riscos. As formas mediadas de comunicação podem ser usadas não só para promover figuras públicas como para as atacar e denunciar, como previne Thompson:

“Quer gostem quer não, os líderes políticos de hoje são mais visíveis para mais pessoas e são observados com mais proximidade do que o foram no passado; e, ao mesmo tempo, eles estão mais expostos ao risco de que as suas ações e declarações, bem como as ações e declarações de outros, sejam deslocadas de modo a entrar em conflito com as imagens que pretendem projetar” (Thompson: 2005).

De acordo com Thompson (2002: 142-150), entre as modificações mais significativas a considerar no escândalo político, encontra-se precisamente a crescente visibilidade dos líderes políticos. Estrela Serrano (2006a: 97) chega a uma conclusão coincidente, aludindo a diversos estudos, sobretudo nos EUA, que apontam no sentido de uma maior personalização das campanhas, centradas nos políticos. Esta é, aliás, uma ideia presente em vários autores. A imagem pública dos líderes, de acordo com Wilson Gomes, nunca é uma representação fiel dos seus aspetos individuais em foco. Senão, vejamos: uma característica basta para que se

¹⁰⁴ O 'Nanóptico' junta a ideia do Panóptico – um modelo arquitetónico de uma penitenciária em que é colocada uma torre de vigilância no meio de uma área disposta em círculo, idealizada pelo filósofo utilitarista Jeremy Bentham em finais do século XVIII e estudada pelo filósofo francês Michel Foucault nos anos 70 do século passado – com a Nanotecnologia – que procede à manipulação da matéria numa escala atómica e molecular.

¹⁰⁵ Conferência inaugural do IBERCOM2015, que teve lugar na Universidade de São Paulo, em 31 de março de 2015.

forme uma imagem pública e, geralmente, essa característica é relacionada com o *parecer ser*. Ou seja, não basta “ser ético”; é preciso “ser reconhecido” como tal (Gomes, 2004: 258). A maior visibilidade veio ampliar o volume de informações. E isso pode ter consequências funestas. Entre elas, consideramos, encontra-se o efeito multiplicador do escândalo político, que tem ameaçado corroer a confiança dos cidadãos na democracia. O facto de um escândalo poder deixar de ter visibilidade, caso ocorra a introdução de outro caso de igual ou maior dimensão, afigura-se uma hipótese plausível que suscita o nosso interesse e intercede para que nos detenhamos sobre ele.

O tema da análise que iremos empreender já havia desencadeado anteriormente o nosso interesse (Paixão, 2010), suscitando a comparação da frequência da cobertura jornalística dos casos Universidade Moderna e Casa Pia num trecho da sua ocorrência. Observaremos de seguida, para além destes – embora agora na totalidade do seu decurso –, mais dois casos distintos que colocaremos igualmente em confronto.

O caso da Universidade Moderna remete-nos a fevereiro de 1999, quando Paulo Portas, líder do CDS-PP, começa a ser visado pelos jornais. Como noticiou o *Expresso*, “a Moderna terá sido lesada no seu património em cerca de dois milhões de contos [dez milhões de euros], verificando-se que muito desse dinheiro foi para a esfera pessoal dos seus dirigentes e de outros indivíduos seus cúmplices”¹⁰⁶. Embora Portas nunca tenha sido acusado, o caso assumiu maiores proporções já quando este se encontrava em funções ministeriais no governo de coligação PSD/CDS-PP, a partir de 2003. O assunto politizou-se e os ataques do PS tornaram-se cada vez mais cerrados. Mas eis que o PS se vê condicionado na sua oposição, dada a revelação do envolvimento de um dos seus mais influentes dirigentes, Paulo Pedroso, no caso de pedofilia Casa Pia. Em 21 de Maio de 2003, o juiz Rui Teixeira entra na Assembleia da República com o intuito de levar detido o ex-ministro e deputado Paulo Pedroso. Houve quem no PS se afirmasse convicto de que a inclusão de socialistas neste caso ocorrera com o propósito de deslocar o foco mediático do caso Moderna. Pedroso acabou ilibado.

No quadro 22 podemos observar que o escândalo Universidade Moderna finda quando surge o caso Casa Pia, havendo um declínio da sua frequência, dizendo esta respeito ao número de peças jornalísticas produzidas sobre o caso nos semanários analisados (*Expresso*, *O Independente* e *Sol*). O *corpus* selecionado para esta análise concerne às peças informativas onde Paulo Portas e Paulo Pedroso, os protagonistas políticos principais afetos a cada um dos casos, são visados.

¹⁰⁶ *Expresso*, 7 de setembro de 2002.

Como aparece evidente, o surto noticioso do processo Casa Pia dita a descontinuidade da cobertura do caso Universidade Moderna. A novidade de um caso sexual ocorrido em Portugal – onde não há tradição de cobertura jornalística de escândalos desta natureza – já não acontecia desde o caso Ballet Rose, que foi espoletado em 1967, atingindo homens ligados às cúpulas do Estado Novo, pelo seu envolvimento sexual com crianças.

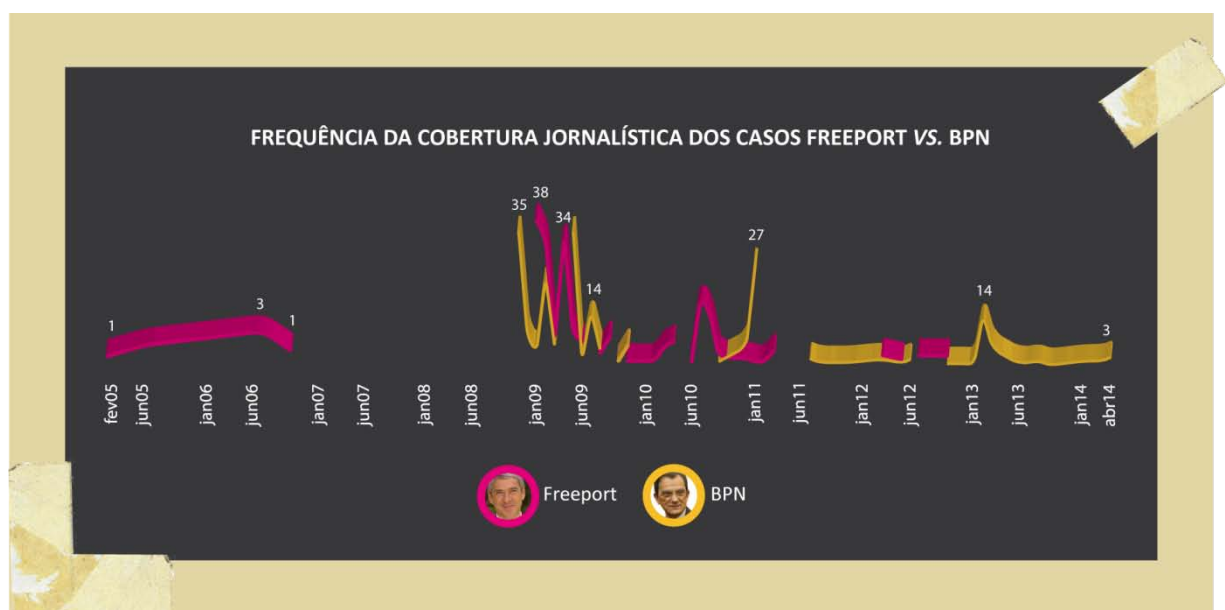


QUADRO 22. Comparação da frequência da cobertura jornalística dos casos Universidade Moderna vs Casa Pia.

A questão moral que se levantou em torno do acontecimento Casa Pia levou a que os holofotes mediáticos fossem virados exclusivamente para este processo, que envolvia não apenas políticos mas também outras figuras proeminentes da sociedade. Os *media* canalizaram assim os seus recursos de investigação unicamente para este caso que, dado o seu carácter, se afigurava complexo, envolvia instituições diversas, exigia estudo, compreensão e interpretação de um acontecimento inigualável na democracia e tornava necessária uma maior sagacidade na competição pelas cachas. Com efeito, a sua natureza hedionda colocou-o num patamar sem precedentes. E condenou à subtração o escândalo da Universidade Moderna, que vinha obtendo até ao momento avultados níveis de cobertura. Se não podemos aqui aferir as motivações que alegadamente poderão ter estado por detrás de cada um destes casos, conforme andou sugestionado nos bastidores da política, podemos pelo menos nesta exposição confirmar que, neste exemplo concreto, um escândalo tirou o outro de cena.

No quadro seguinte analisaremos a frequência e respetiva sobreposição da cobertura jornalística do caso Freeport e do caso BPN, com os mesmos critérios de análise que usámos para os casos anteriores. O escândalo Freeport remonta em 11 de fevereiro de 2005, dia em que *O Independente* coloca na capa uma foto do candidato socialista referindo que a "PJ investiga de decisão de Sócrates". A manchete surge justamente a nove dias antes das eleições legislativas que opunham José Sócrates a Santana Lopes. Contudo, como ficou mais tarde registado, o momento e a forma de denúncia foram combinados entre várias pessoas, em que se incluíam jornalistas, políticos e até elementos da Polícia Judiciária.

Após a vitória de Sócrates, pouco mais se falou no caso, que hibernou até às eleições seguintes, pois em 24 de janeiro de 2009, oito meses antes das eleições de setembro, o escândalo voltou a aparecer. Não faltou quem no PS visse o reacendimento do caso como uma tentativa de reanimar os ataques gorados nas eleições anteriores contra o líder socialista. O diretor do *Expresso* justifica em artigo de opinião que o caso surge "mais uma vez num ano eleitoral", considerando que "há uma gestão política do processo"¹⁰⁷. Dois meses antes eclodira outro dos mais mediáticos escândalos financeiros ocorridos em Portugal, a falência fraudulenta do BPN, envolvendo membros destacados do PSD e pessoas próximas do Presidente da República Cavaco Silva. Uma vez mais foi suscitada a questão por ambos os lados: um escândalo foi propositadamente plantado no palco mediático para que o outro ficasse na sua sombra.



QUADRO 23. Comparação da frequência da cobertura jornalística dos casos Freeport vs BPN.

¹⁰⁷ *Expresso*, 24 de janeiro de 2009, p. 3.

O momento da revelação do BPN, em novembro de 2008, absorveu os *media*, não se verificando cobertura jornalística do caso Freeport. Mas, ao contrário do gráfico que opunha os casos Universidade Moderna e Casa Pia, este demonstra que, no período entre 2009 e 2011, houve partilha do palco mediático pelos dois casos, registando-se inclusivamente no primeiro semestre de 2009 alguma simultaneidade dos picos de cobertura de ambos os escândalos. Apesar do antagonismo das conclusões extraídas a partir de cada um dos quadros anteriores, seria incauto não considerar a possibilidade de um escândalo de grande dimensão desviar o foco mediático de outro que esteja já a decorrer, sendo esta uma das hipóteses de trabalho que nos propusemos aferir na presente dissertação, conforme consta da Metodologia apresentada.

Em ambas as circunstâncias em que colocámos a cobertura dos escândalos sob confronto, fizemo-lo partindo de ocorrências em que se verifica a existência de membros de partidos opositores a protagonizar cada caso. A análise comparativa suscitou o nosso interesse desde que alguns membros do PS aludiram à “tese da cabala”, sugerindo que a inclusão de Paulo Pedroso no escândalo Casa Pia havia sido uma manipulação dos seus rivais para colherem daí um aproveitamento político.

Partindo das análises comparativas expostas neste ponto, iremos a seguir debruçar-nos sobre o argumento da “cabala”, mesmo sabendo que dessa forma estamos não só a tolerar, como a enfatizar, a hipótese de que um escândalo pode efetivamente apagar outro que esteja já a decorrer. E a dar guarida à enunciação de Boaventura Sousa Santos quando afirma que “é da natureza destes casos não partilhar a ribalta. Foi, por isso, que o caso da Universidade Moderna desapareceu dos *media* no momento em que surgiu o caso Casa Pia”¹⁰⁸.

Tem sido frequente a alusão à hipótese da cabala, usada por políticos em sua defesa, quer para fundamentar o argumento de que estarão a ser alvo de um conluio, quer na alusão concreta de que o seu caso serve o propósito de retirar de cena outro que esteja a incomodar um partido ou um político adversário. No ponto seguinte iremos perscrutar se a “tese da cabala” pode converter-se numa estratégia de passagem da visibilidade mediática à opacidade.

2.4.2. A tese da cabala faz sentido?

Em 3 de dezembro de 2011 uma notícia do *Expresso* referia a existência de um vídeo em que duas pessoas, uma delas supostamente agente dos serviços secretos franceses, eram vistas a comemorar pouco antes de o diretor do FMI, Dominique Strauss-Kahn, ser detido pelas

¹⁰⁸ *Visão*, 15 de janeiro de 2004, p. 50.

autoridades em Nova Iorque. O jornal fala em “armadilha” e em “cilada”. Na altura, DSK era também um putativo candidato socialista às presidenciais francesas, que a esquerda disputaria ao presidente Sarkozy. Quatro meses depois, o próprio Strauss-Kahn, numa entrevista ao jornal *The Guardian*, publicada em abril de 2012, consentiu ter-se envolvido sexualmente com a empregada do hotel Sofitel, mas disse “acreditar que a acusação de violação foi organizada pelos inimigos políticos, ligados a Sarkozy”, reagindo à forma como “o caso acabou por se tornar público”, culpando os seus inimigos políticos por “orquestrarem o escândalo sexual em Nova Iorque”, para o afastarem da corrida às eleições presidenciais.

É de certa forma recorrente entre as explicações dadas pelos políticos visados em escândalos de que foram vítimas de uma intenção política para os prejudicar. Todavia como, por definição, o escândalo é um fenómeno que se forma no momento em que uma alegada transgressão transita da esfera privada para a esfera pública através da ação dos *media*, significa isto que os supostos promotores do escândalo necessitam de angariar a colaboração dos jornalistas para cumprir os seus intentos. A relação entre políticos e jornalistas será de uma certa cumplicidade, já que estes podem vincular-se de modo a ter dependência recíproca – os políticos precisam dos *media* para apresentar imagens favoráveis de si mesmos e os jornalistas baseiam-se em políticos e outras fontes oficiais para manter um fluxo contínuo de notícias –, como refere Thompson (2005).

De acordo com Paixão (2010), na batalha pela agenda dos *media*, há quem procure suscitar temas e enfoques vantajosos para si e prejudiciais para os seus adversários, convicto de que a massificação dessa informação que foi por si espoletada terá influência sobre o público. O mesmo é dizer que, sendo partidos a competir pela agenda mediática, o objetivo se centra na influência sobre os eleitores e sobre o seu sentido de voto (Calado, 2007). Ora, isso adquire especial interesse tratando-se da cobertura de um escândalo. Num capítulo intitulado *Montagens e Chantagens*, os autores do livro *Sexus Politicus* asseguram que, “para atingir os adversários ou os aliados do mesmo campo, basta um pouco de imaginação e muito descaramento” (Deloire e Dubois, 2008: 227). Falam de montagens e cabalas preparadas pelos políticos para atingir os seus fins.

Os casos em que o argumento da cabala é utilizado em defesa do político visado proliferam em Portugal, e a sua exposição nos *media* é pelo menos tão antiga como a própria democracia. Marcelo Rebelo de Sousa, na sua rubrica de opinião *Análise Política*, publicada no *Expresso*, decide-se pelo título *A “cabala” de direita contra o PS*¹⁰⁹, referindo o “caráter insólito” da

¹⁰⁹ *Expresso*, 23 de setembro de 1978.

acusação dos socialistas, admitindo, todavia, existir “uma ofensiva de direita contra o PS”, tendo estes apelidado de “atitude pidesca” a ação de alguns jornais que orquestravam investidas contra membros do partido. Estávamos em 1978 e esta era a primeira vez que o semanário mais proeminente da sociedade portuguesa colocava um título tão taxativo com referência à “cabala”.



FIGURA 10. Opinião de Marcelo Rebelo de Sousa no *Expresso*, de 23 de setembro de 1978, referente à cabala política.

Pontificam exemplos na imprensa portuguesa em que esta narra o uso do argumento da cabala. Um dos mais antigos é o de Adelaide Paiva, deputada do PSD, que foi acusada em 1982 de consumo e tráfico de droga. Os rumores foram alegadamente alimentados no seio do seu próprio partido. O caso saltou para os jornais, e ela, defendendo-se, foi perentória: “Isto é uma cabala para me aniquilar.”¹¹⁰

Vários anos depois, em 1992, foi proferida a primeira sentença que condenou Mário Pedra pelos crimes de falsificação, corrupção passiva e denegação da justiça, cometidos nos seus dois últimos mandatos à frente do município de Valença. Mário Pedra ouviu o juiz decretar dois anos e meio de prisão, reduzidos a ano e meio, e a devolução de três mil contos (15 mil euros) à autarquia. Pedra recorreu sempre das decisões dos tribunais, chegando o caso ao Tribunal Constitucional, alegando estar a ser “vítima de uma cabala política”¹¹¹ orquestrada dentro do seu próprio partido¹¹², o PSD, mantendo a afirmação da sua inocência.

¹¹⁰ *O Jornal*, 30 de abril de 1982, p. 4.

¹¹¹ *Expresso*, 27 de maio de 1995, p. 13.

¹¹² *Expresso*, 24 de novembro de 1990, p. 13.

Em 2 de fevereiro de 1996, o diretor do jornal *O Independente*, Isaías Gomes Teixeira, acusava o governo de António Guterres de, sempre que lhe eram apontados comportamentos “menos claros”, contra-atacar os jornalistas respondendo que “ora são maquinações, ora são cabalas”¹¹³.

Outro conhecido caso diz respeito a José Luís Judas, quando este era presidente do município de Cascais e, em 1997, foi confrontado com irregularidades fiscais. Responsabilizou a sua mulher e depois o contabilista. Ao criticar o edil, Domingos Amaral, colunista d’*O Independente*, escreveu uma crónica com o título *A cabala que embala Judas*¹¹⁴, onde recorda que o autarca terá dito mais tarde que “tudo isto é uma cabala montada por Marcelo Rebelo de Sousa”, percebendo-se nessa frase o mesmo sentido que teria a palavra “trama”, ou “maquinação”.

Quando o processo Face Oculta foi desencadeado, incidindo sobre políticos poderosos ligados ao Partido Socialista, um dos arguidos, empresário próximo desta ala política, considerou que o processo “é uma cabala contra o primeiro-ministro [José Sócrates] e contra o [Armando] Vara”¹¹⁵. Uma vez mais, a poeira foi lançada ao ar, desvanecendo-se em seguida e não deixando rasto. Ainda assim, o argumento tem continuado em uso.

Na sua edição de 6 de fevereiro de 2013, o *Público on-line* refere que “o ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, alegou que Franquelim Alves foi o primeiro a chamar a atenção para irregularidades no BPN e está a ser vítima de uma cabala política”. Tudo porque Franquelim Alves, ex-administrador da SLN, sociedade detentora do BPN, fora nomeado secretário de Estado. Relvas, por sua vez, também fora já vítima de uma alegada cabala. Em 20 de julho de 2012, o *Sol* dava conta do seguinte: “A direção do PSD está consciente de que [o ministro] Miguel Relvas, neste momento, é um alvo permanente e muitos insistem na tese da ‘cabala’, com vários dossiês de privatizações em mãos”¹¹⁶. As contínuas investidas contra o membro do governo e principal aliado político do primeiro-ministro Passos Coelho faziam de Relvas o alvo mais visado.

No ano seguinte, durante a campanha autárquica de 2013, o candidato social-democrata à Câmara do Porto, Luís Filipe Menezes, foi visado pelo jornal *Público* por alegadamente ter pago rendas de casa em troca de votos. Este apressou-se a desmentir e afiançou aos jornalistas estar a ser vítima de uma cabala¹¹⁷.

¹¹³ *O Independente*, 2 de fevereiro de 1996, p. 68.

¹¹⁴ *O Independente*, 7 de novembro de 1997, p. 23.

¹¹⁵ *Sol*, 26 de maio de 2010, p. 8.

¹¹⁶ *Sol*, 20 de julho de 2012, p. 14.

¹¹⁷ *Jornal de Notícias*, 25 de agosto de 2013, p. 31.

Voltou a falar-se em "cabala" quando o primeiro-ministro Passos Coelho se viu envolvido no caso Tecnoforma. Como relatou o jornal *Público*, "o PSD faz passar a ideia de que Passos está a ser atacado por interesses poderosos"¹¹⁸.

Mas por que razão é este motivo tão invocado? Num artigo de opinião de José Júdice¹¹⁹, este entende que "os portugueses adoram cabalas. As cabalas são simples, baratas, e (...) rendem pelo menos uma boa desculpa para os fracassos próprios e as incapacidades pessoais. A culpa é sempre dos outros". De certa forma, a vulgarização do argumento acaba por ofuscar os casos em que eventualmente este possa ser adequadamente utilizado com propriedade e consistência. Nessa ótica, veremos mais à frente, no ponto 2.5., o lançamento de escândalos como arma de combate entre adversários.

A "tese da cabala" tem sido invocada nos *media*. Mas o que significa o termo "cabala" para a comunicação política? Vejamos primeiro a sua semântica original e depois o sentido conotativo hoje utilizado. O vocábulo resulta do hebreu "*qabbalah*", que tem origem, por seu lado, na raiz semítica "*qbl*", que significa "receber". Segundo Deonísio da Silva (2002), a cabala representa o conjunto de ensinamentos filosóficos e religiosos cultivados na tradição judaica, segundo os quais há uma ordem oculta dirigindo o mundo, cuja decifração pode ser obtida com a leitura da Bíblia, já que suas letras e números têm um simbolismo próprio. O termo que dá origem à palavra aparece apenas no Pentateuco (os cinco primeiros livros da Bíblia) e em alguns escritos dos profetas do Antigo Testamento. Aparece também em escritos rabínicos não canónicos. Na atualidade, com a conversão no seu sentido figurado, o termo adquiriu de forma generalizada uma conotação estilística, aplicando-se a "intriga" e a "conluio" (Costa, 1981). O mesmo pode concluir-se a partir do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, aludindo este ao "pacto secreto entre pessoas que visam o mesmo fim, normalmente para prejudicar alguém ou provocar o fracasso de alguma coisa" (2001: 603). Segundo a mesma fonte, são hoje admitidos os seguintes sinónimos: "conluio, conspiração, intriga, maquinação e trama". É essa a conotação que atribuímos à referência feita por dirigentes do Partido Socialista à "cabala", sustentando estes a hipótese de que membros da cúpula do partido (principalmente Ferro Rodrigues e Paulo Pedrosa, o líder e o seu braço-direito, respetivamente) estavam a ser envolvidos no escândalo sexual Casa Pia com vista a desviar a atenção dos *media* do caso Universidade Moderna¹²⁰, que envolvia o líder do CDS-PP e então ministro de Estado e da Defesa, Paulo Portas, sendo imprevisível de que forma isso poderia desgastar o ministro e enfraquecer o governo (Paixão, 2010).

¹¹⁸ *Público*, 3 de outubro de 2014, p. 12.

¹¹⁹ *O Independente*, 19 de maio de 2006, p. 19.

¹²⁰ Entre as várias alusões de socialistas à "tese da cabala", encontra-se a do ex-Presidente da República Mário Soares, num artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 9 de setembro de 2008.

Podemos admitir genericamente que um escândalo pode apagar outro. Neste contexto, a luta pela visibilidade cede lugar à disputa pela opacidade. O tema funesto que provoca descrédito nos capitais simbólicos do agente político convoca-o para uma diferente estratégia mediática que recomenda a deslocação do interesse dos *media* para outro acontecimento de grande relevância noticiosa.

Essa relevância, mesmo que consentida pelos jornalistas, por via da participação recíproca entre estes profissionais e as suas fontes, terá de cumprir as prerrogativas de noticiabilidade inerentes, ou seja, “o conjunto de fatores genéricos que fazem com que certo acontecimento seja notícia” (Fidalgo, 2009: 95). Entre essas prerrogativas encontra-se o efeito de novidade. Aliás, os jornalistas que responderam ao questionário apresentado na presente dissertação (anexo 3.1.), quanto à pergunta sobre se os *media* tendem a privilegiar o caso novo em detrimento do mais antigo, reconheceram todos que isso acontece, ironizando Mário Crespo (SIC) que “*It’s the nature of the beast*”. É inerente à natureza dos *media* contemporâneos o privilégio do imediato em prejuízo do aprofundamento. O desenvolvimento mais recente passa a ser “o desenvolvimento”, e tudo o mais passa para um plano distante. Também Martim Silva (*Expresso*) refere que “os jornalistas têm uma preocupação de concorrência, de venda do seu produto, de busca pelo que é novo e fresco. Daí a necessidade de serem procurados ângulos novos, estórias novas, protagonistas novos”.

Uma outra condição de noticiabilidade nos *media* contemporâneos é a produção de enfoques de *infotainment* (Blumler e Gurevitch, 1995; Capella e Jamieson, 1997; Patterson, 2003a; Brants 2005). Outra prerrogativa ainda é a presença de membros da elite política no enredo e a sua consequente descredibilização junto do público, que, por sua vez, terá de encontrar motivos para expressar a sua indignação e dispor-se a seguir a história com durabilidade (Thompson, 2002).

Podemos enquadrar metaforicamente estes critérios a partir do filme *Manobras na Casa Branca*¹²¹, em que o presidente norte-americano, a 11 dias das eleições a que se recandidata, é acusado de assédio sexual. O presidente contrata um *spin doctor* para o ajudar a abafar o escândalo e a proteger a sua imagem. Como ele considera necessário distrair os *media* até às eleições, engendra uma guerra fantasiada entre os EUA e a Albânia, recorrendo a um produtor de Hollywood, que monta cenas falsas com o intuito de estas serem postas a circular nas televisões, tornando a guerra no centro da atenção mediática, atirando o caso de assédio sexual para espaços mais irrelevantes no interior dos jornais. O *spin doctor* contratado, Conrad Brean, quando confrontado com a acusação de assédio, responde: “Não interessa se é verdade!” O que aqui relatámos são apenas cenas de uma comédia posta em filme; mas, se as evocamos, é justamente para lembrar que a imagem da manipulação não é um assunto novo.

¹²¹ *Wag the Dog*, no original.

Na tentativa de manipulação da agenda dos *media*, há sempre os que procuram atear assuntos e enfoques proveitosos para si e nocivos para os seus rivais, seguros de que a massificação dessa informação terá influência sobre o público. É também o que consideram os jornalistas que responderam ao nosso questionário (anexo 3.1.), aduzindo Paulo Magalhães (TVI 24) que “entre os políticos e os *media* há uma relação de interdependência, quase de simbiose: eles precisam de nós para informar os eleitores, nós precisamos de notícias... salvaguardadas as distâncias e o bom senso, a relação deve correr a contento de ambas as partes”. Leonete Botelho (*Público*) acrescenta que, “quanto a colocar temas na agenda, [os políticos] fazem-no clara e assumidamente, pelo menos quando os assuntos são ‘limpos’. Já quando se trata de ‘plantar casos’ contra adversários nos jornais, recorrem a intermediários menos suspeitos e normalmente com recurso a *offs*”. Essa posição é corroborada por Miguel Gaspar (*Público*), resumindo que “os políticos procuram sempre criar estratégias para ofuscar os temas incómodos e para chamar a atenção para os outros que lhes são favoráveis”.

José Pedro Castanheira, jornalista do *Expresso*, é citado no trabalho de Estrela Serrano (2006a: 229) a propósito dos “escândalos postos no colo da imprensa”, “vazados” diretamente dos gabinetes do poder, durante as maiorias absolutas de Cavaco Silva (de 1989 a 1995). Como conta a investigadora, este jornalista reconhece a existência de uma “aliança entre alguns centros de poder e alguns jornais”, com várias motivações, entre elas “rivalidades e ódios pessoais, até mesquinhos ajustes de contas dentro de um partido com maioria absoluta”. José Pedro Castanheira assegura que “aos jornais começaram a chegar dicas, denúncias, histórias, relatórios e dossiês – polémicos, quentes e explosivos”, oriundos de várias procedências.

Mas por que recorrem os políticos aos *media* para passarem à opacidade e não se limitam apenas a sair de cena? A pergunta promove não uma mas várias respostas. Antes de mais, entendemos que isso acontece porque os políticos se relacionam de perto com os jornalistas mas não controlam o que é publicado, como confirmam alguns estudos (Swanson, 1995; Thompson, 2002). Depois, porque a nova visibilidade na era contemporânea é desencadeada mesmo sem a presença do político (Thompson, 2005), o que resulta na insuficiência e imprestabilidade da estratégia de abandonar o palco. Mas ainda porque o efeito mimético dos *media* alimentaria a continuidade de publicação, caso apenas um ou outro órgão de informação deixasse de seguir um tópico e se todos os restantes mantivessem o seu interesse. Há, todavia, uma outra razão lógica, que consiste na oportunidade de um político poder introduzir na agenda mediática um assunto de igual ou maior magnitude, permitindo o esmorecimento do escândalo que pairava sobre si. Para isso acontecer, não basta sair de cena, é preciso uma ação ativa que necessita de contar com a participação dos próprios *media*, até porque, como sustentam Molotch e Lester, “o efeito multiplicador social do trabalho daqueles que criam

notícias para públicos é muito maior do que o efeito das pessoas que criam notícias para elas próprias e os seus homólogos mais chegados” (Molotch e Lester, 1999: 37).

Não discutimos a intenção, em casos concretos, de manipulação dos *media* por parte dos agentes políticos. Tão-só pretendemos apurar, a partir de alguns escândalos que se sobrepuseram, se um apaga outro e se assim a “tese da cabala” deve ser tomada em consideração. Não o fazer seria deixar no vazio a apreciação de comentários como o que fez Pedro Santos Guerreiro, em 21 de Março de 2012, quando era diretor do *Jornal de Negócios*, sobre a demora numa solução do Estado português para o BPN, considerando que “o pecado é político: tanto tempo para quê? Para manter uma arma política do PS contra o escândalo do Freeport?”

Dos 14 jornalistas que questionámos, 12 entendem que um escândalo político pode ser lançado para subtrair a atenção dada a outro. Aliás, como refere Paulo Baldaia (TSF), isso “já aconteceu em Portugal várias vezes”. E José António Saraiva (*Sol*) dá mesmo um exemplo: “O escândalo do BPN foi aproveitado para combater o Freeport”, acrescentando que “o caso tem de existir, pode é ser mais ou menos explorado politicamente”. Miguel Gaspar (*Público*), concordando com a possibilidade de um escândalo poder retirar outro do pódio, adverte, todavia, que “muitas vezes há ‘acontecimentos’ que são produzidos artificialmente como manobras de diversão”. Leonete Botelho (*Público*) deixa um contributo à apreciação do fenómeno: “é fácil detetar a alternância de ‘casos’ políticos: a um caso envolvendo políticos do PS, sucede com frequência outro, visando figuras do PSD, e vice-versa”.

2.4.3. Estratégias utilizadas para minorar o efeito do escândalo

*"Se não aguentas o calor, sai da cozinha."
Hillary Clinton*

Saber gerir o potencial dano de um escândalo tornou-se uma parte importante das estratégias usadas para competir no exercício do poder. De acordo com Thompson, "partidos, governos e líderes sabem que os escândalos podem ser prejudiciais", não apenas para os implicados, como também para as organizações a que estão ligados. Dessa forma, entende Thompson, há que tomar providências para evitá-lo, ou minimizar o malefício caso ele venha a suceder, uma vez que o seu desfecho é imprevisível e cada escândalo apresenta especificidades e características próprias (Thompson, 2002: 151-152). Todavia, ele é desencadeado invariavelmente nos *media*, porquanto na contemporaneidade é assumida a imprescindível presença dos órgãos de

informação para desocultar os casos e converter uma alegada transgressão numa ocorrência que só por essa via pode ser transmitida massivamente à opinião pública.

Isabel Ferin Cunha tem constatado e demonstrado, ao longo da sua vasta obra, a centralidade dos *media* nas sociedades democráticas ocidentais, relacionando-a com diversas áreas da comunicação. De acordo com a autora, essa centralidade

"teve como consequência direta a adaptação dos sistemas políticos a novas estratégias de comunicação política no sentido de redefinir o espaço público. Entre estas salienta-se o recurso a profissionais de assessoria e marketing político capazes de criar campanhas e gerir períodos de governação, com base na análise de tendências de mercado e nas expectativas políticas e económicas dos cidadãos" (Cunha, 2014: 373).

Este enfoque incumbe-nos, ao tratarmos a temática do escândalo político, de arrolar algumas estratégias que amiúde são utilizadas quando um escândalo se propõe colocar em risco a carreira de um político ou macular a imagem de uma organização. Gergana Yankova (2005), investigadora em Estudos Políticos, reconhece a importância de cotejar os planos levados a efeito pelos políticos envolvidos em escândalos, mesmo admitindo que estes podem variar de acordo com a discrepância dos casos ou com o seu carácter inopinável.

Uma presença perseverante nos *media* transporta o político, como uma torrente, para um remoinho de visibilidade, que ora pode ser benéfico, quando as águas correm brandas, ora prejudicial, perante a impetuosidade de uma revelação constrangedora. Como bem nota Serrano, "a mediatização da vida política obriga os políticos a tornar a sua ação tão espetacular quanto possível, a fim de interessar aos *media*, sobretudo à televisão. A política tornou-se, assim, lugar privilegiado do espetáculo" (Serrano, 1999). Todavia, uma vez envolto nessa visibilidade, torna-se depois difícil ao político sair dela. No mesmo sentido, de acordo com Ekstrom e Johansson (2008), uma das implicações centrais do escândalo é que ele "coloca o homem público em foco". Estes autores consideram que a sua ocorrência submete o político a uma elevada tensão e exige que este se desdobre em declarações e entrevistas aos jornalistas, numa tentativa de aliviar a pressão, mesmo que isso acabe por revelar-se prejudicial. Desta forma, reações, comentários e tentativas de explicação pelo visado constituem um elemento insuperável na dramatização do escândalo.

A peleja que opõe políticos a jornalistas é travada num campo com interesses antagónicos. Por um lado, o político procura ocultar factos ou dar uma versão que o inocente ou desculpabilize. Por

outro, é esperado que o jornalista não cesse de "escavar" até encontrar a matéria que lhe assegure uma boa catcha. É nessa luta que se opera uma estratégia de gestão de reputação por parte do político, apoiado por uma equipa especializada, que habitualmente envolve correligionários, *spin doctors*, assessores de imprensa e de comunicação, conselheiros políticos e advogados. Assim, com base na observação dos casos coligidos neste trabalho, podemos perspetivar dez formas de atuação dos políticos face à iminência do escândalo que prenuncia uma ameaça aos seus capitais simbólicos, imprescindíveis a que estes augurem a ascensão ou a manutenção do poder.

1. Assumir. Há circunstâncias em que o reconhecimento da verdade pelo transgressor diminui o desejo de punição popular. A demonstração de consciência do ato cometido, acompanhada por uma justificação plausível e aceite pelos outros, pode permitir ao político minorar o efeito nefasto do escândalo. Todavia, a escolha do momento para o fazer assume, neste âmbito, uma tónica essencial. De acordo com os professores da Universidade de Estocolmo, Sigurd Allern e Ester Pollack, o conselho mais enfatizado pelos *spin doctors* converge para que os políticos em crise ajam rapidamente tendo em vista uma melhor superação do assunto, admitindo a verdade dos factos e apresentando uma explicação cabal para o sucedido (Allern e Pollack, 2012: 13).

Observemos um caso ocorrido em Portugal. A escassos sete meses da campanha eleitoral de 2015, apenas numa semana, o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho viu expostas pelos *media* as suas dívidas à Segurança Social, entretanto prescritas, e as várias dívidas amontoadas ao fisco, que foram sendo pagas com atrasos. Este facto, protagonizado pela pessoa que exige aos cidadãos a probidade contributiva face ao Estado, foi agravado pelo aumento da carga fiscal em momento de austeridade e pela veemência com que a Segurança Social passou a exigir o inexorável suprimento das obrigações contributivas e o fisco se manifestou implacável face aos incumpridores. Passos admitiu as falhas e lamentou não ser "um cidadão perfeito". Embora censurado e com um declínio nos índices de popularidade, manteve-se no cargo, resistindo à demissão. De salientar que os noruegueses Anders Todal Jenssen e Audun Fladmoe creem que a utilização pelo político do argumento de que "ninguém é perfeito", recusando-se contudo a deixar o cargo, acabará por suscitar a condenação pelos jornalistas (Jenssen e Fladmoe, 2012: 55).

2. Insurgir. Nos antípodas da assunção de culpa está a sua negação. Como acredita Yankova (2005), as estratégias agressivas utilizadas pelo político em sua defesa, quando confrontado com acusações de má conduta, geralmente vêm em socorro da sua reputação. Nesse sentido, uma certa vitimização surge como apelo à compaixão do público, levando a que se estabeleça no enredo a definição de três agentes: a vítima, a entidade e o agressor. Mas, sendo difícil ao

público encontrar forma de verificar a veracidade dos factos, a inversão ou a negação é uma possibilidade usual (Volkoff, 2000: 137-138).

3. Deslocar. Se um caso ameaça derrubar a posição de poder detida pelo político, uma forma de agir consiste em procurar desviar os holofotes mediáticos para outro caso mais importante, ou colocar na agenda uma medida que suscite maior interesse jornalístico. Tratando-se de tentar substituir um escândalo por outro, é habitualmente necessário que haja por vezes uma articulação extraordinária com outros organismos, como a polícia de investigação criminal, por exemplo, ou o Ministério Público, bem como com os *media*, para poder desencadear-se a revelação de um caso que estava ainda a fermentar nos bastidores da justiça.

4. Demitir. Os *media* tendem a abrandar a cobertura noticiosa quando o protagonista político apresenta a demissão. Com efeito, vários políticos recorrem à demissão imediata, alegando não terem condições para exercer um cargo na sua plenitude pendendo sobre eles uma qualquer suspeita de transgressão. Foi o que declarou António Vitorino ao justificar o pedido de demissão do cargo de ministro¹²². Dessa forma, com o político afastado do poder, o interesse mediático pelo caso esmoreceu. O regresso de Vitorino à vida política, já depois de provada a sua inocência no caso do Monte dos Vendavais (anexo 4.3.39.), revestiu-se de um certo ascendente moral.

5. Descrédibilizar. Recorrendo aos *media*, os visados numa investigação judicial podem articular com os jornalistas a publicação de informação que se encontra sob reserva, ou em segredo de justiça, dando a entender que a fuga partiu do lado da investigação. O político fá-lo, ainda que isso possa afigurar-se prejudicial para a sua imagem, com a finalidade de transmitir a ideia de que a acusação tem o intuito de denegrir o acusado, procurando descrédibilizá-la aos olhos da opinião pública, diminuindo a investigação e pondo a justiça sob suspeita pública. Independente do resultado da justiça, o político vê como preponderante uma ilibação pelo "tribunal mediático".

6. Alegar (a cabala). A teoria da cabala é frequente. Repetidamente é desferida a acusação de que um caso foi inventado pelos opositores, com a cumplicidade da justiça e dos *media*, não passando de uma urdidura e de contrapolítica com vista a prejudicar o visado e a enfraquecer a organização a que este pertence. A sua frequência poderia sugerir o sucesso da estratégia, todavia, sempre ou quase sempre, ela é fracassada, não havendo sequer a evidência plausível de que o argumento possa ser facilmente aceite pelo público.

¹²² *O Independente*, 21 de novembro de 1997, capa.

7. Silenciar. Não falar sobre o assunto, quando o tema sugere uma fraca dimensão, é um caminho também suscetível de ser utilizado, enviando uma sintética nota de esclarecimento às redações, remetendo qualquer explicação para essa mesma nota tornada pública. Esta estratégia é habitualmente seguida quando a justiça prossegue diligências relativas a um caso, cabendo ao político apenas assegurar estar "de consciência tranquila". A vantagem é que, não falando, o político não entra em contradição, não alimentando assim que os *media* prolonguem as investigações à procura de incoerências entre a ação e o discurso.

8. Ativar o para-raios. Há quem entenda, como Richard Ellis (1994), que a técnica de desviar a culpa para os subordinados, conhecida como "ativar o para-raios", é eficaz na preservação da imagem pública do político, deixando que alguém da sua equipa assuma a culpa em benefício de quem está acima na hierarquia, evitando assim uma fragilização na cúpula, o que afetaria toda a cadeia de poder.

9. Prolongar. Estender um caso até ao adormecimento é uma pretensão de alguns políticos visados em escândalos. Yankova (2005) sugere que se o espetáculo for prolongado visando a lassidão e se este se mantiver inconclusivo, acaba por entorpecer a questão central num limbo de esquecimento. Com efeito, como havemos de verificar na Parte III, os *media* não seguiram o caso até ao desfecho em 11,1% dos escândalos que analisámos.

10. Pressionar. Pressionar jornalistas e diretores de órgãos de informação é apelidado de "bullying" por Vasco Ribeiro, professor da Universidade do Porto e especialista em *spin doctoring*, referindo-se às "manobras de intimidação sobre jornalistas" (Ribeiro, 2015: 102-103). Esta atuação não é tão rara quanto possa pensar-se à primeira vista. O ex-primeiro-ministro José Sócrates fê-lo com frequência, sendo conhecida a sua propensão para contender com os *media*. Entre 2007 e 2009, durante o primeiro mandato, foi acusado de tentar controlar os meios de comunicação social através de atos de censura e perseguição. As denúncias chegaram à Comissão Parlamentar de Ética. Sócrates processou vários jornalistas. A ERC analisou alguns processos relativos ao político, tendo-o ilibado, em agosto de 2007, de alegada pressão sobre jornalistas do *Público* e da Rádio Renascença a propósito de investigações jornalísticas à sua licenciatura na Universidade Independente, com quatro votos a favor e um voto contra. Mas pelo caminho ficaram altercações mediáticas com Manuela Moura Guedes (TVI), Mário Crespo (SIC Notícias), Judite Sousa (RTP) ou mesmo o caso em que foi acusado de envolvimento na tentativa de compra da TVI pela Portugal Telecom (anexo 4.4.).

e *media*: "Como parece demonstrar bem este caso, em que quer jornalistas quer políticos se sentem pressionados – uns pelos tempos, outros pelas ameaças –, todos os processos de comunicação, mesmo os mais insuspeitos, podem configurar um qualquer tipo de pressão."¹²⁴ A jornalista Maria José Oliveira despediu-se em 4 de junho de 2012, alegando ter perdido a confiança na direção do jornal e a vontade de lá trabalhar. Miguel Relvas, que curiosamente tutelava no governo a pasta da Comunicação Social, não ficou favorecido perante os jornalistas depois deste incidente. Pouco antes, em janeiro de 2012, Relvas viu o seu nome associado ao fim das crónicas incómodas do jornalista Pedro Rosa Mendes, que criticara a RTP e o regime angolano num momento em que este canal público português emitiu um programa a partir de Angola (anexo 4.4.91), em que o ministro Relvas participou. E na mesma altura surgiram referências à sua ligação ao caso das Secretas, em que um diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, próximo de Miguel Relvas, foi acusado de aceder a dados telefónicos do jornalista Nuno Simas (anexo 4.4.89).

A vida política está muito centrada nas ações que visam o convencimento do público, recorrendo-se para isso aos canais mediáticos, de forma a garantir a massificação das mensagens. No entanto, a visibilidade mediática presta consentimento a que os *media* façam um maior escrutínio da vida das figuras públicas. Conhecedores desta realidade, os políticos contendem na arena mediática, lançando informações sobre os adversários que possam trazer algum benefício ao seu veiculador.

Respondendo aos ataques nefastos sofridos durante a campanha das primárias para as presidenciais norte-americanas, em 2008, Hillary Clinton repetiu diversas vezes que "se não aguentas o calor, sai da cozinha". Quando uma transgressão chega ao conhecimento dos *media* e entra no alinhamento informativo, o político alvo do escândalo perde o controlo da situação e pouco pode fazer para defender a sua reputação. O desenrolar dos casos pode mesmo conduzir a uma profunda sensação de embaraço, vergonha e humilhação para o político, na medida em que as facetas da sua vida serão expostas e transformadas em acontecimentos públicos (Thompson, 2002: 117). E, como notam Jenssen e Fladmoe (2012: 55), os políticos raramente chegam para operações de resgate quando um colega está envolvido num escândalo. Dada a imprevisibilidade dos casos, qualquer plano pode ser profícuo ou qualquer estratégia pode ser estéril. O desfecho é quase sempre fortuito.

¹²⁴ *Público*, 21 de junho de 2012, pp. 10-11.

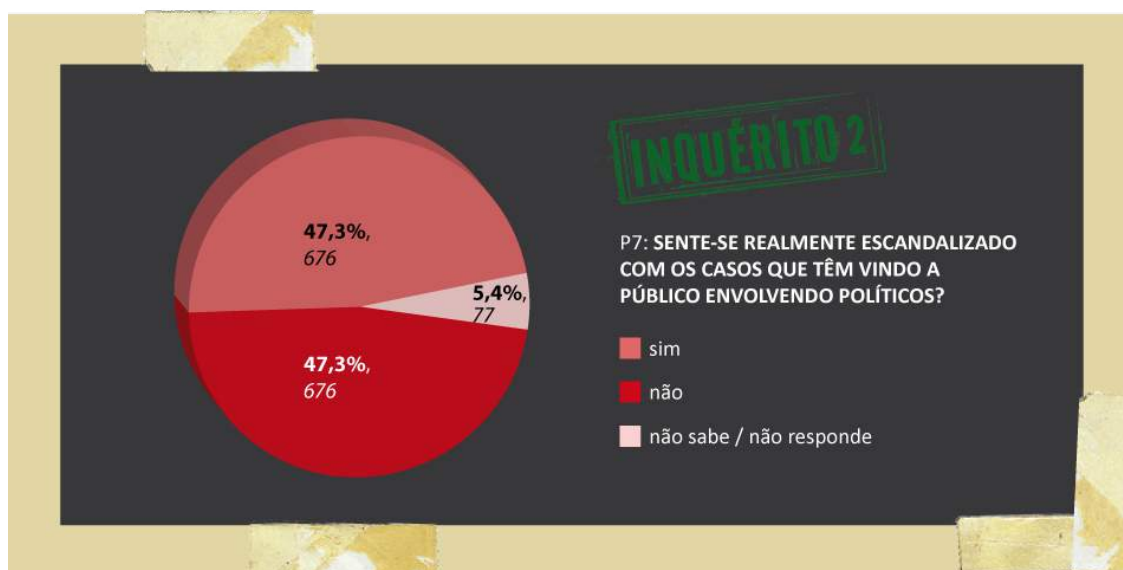
2.4.4. O escândalo que não escandaliza

“O mais escandaloso nos escândalos é que nos habituamos a eles.”

Simone de Beauvoir

Porque não se incomodam as pessoas com a generalidade dos escândalos? Thompson habilita uma resposta a esta questão recorrendo à "teoria da não-consequência", referindo a este propósito que as pessoas consideram o escândalo como um acontecimento efêmero, construído pelos *media*, sem que se anteveja qualquer influência sobre a vida social e política. Nessa ótica, os escândalos divertem o público e, quando muito, causam constrangimentos à carreira política e à vida privada dos seus protagonistas (Thompson, 2002: 283-284). Contudo, este autor deixa claro que não perfilha das razões desta teoria, por considerá-la, de certa forma, “reduzora”.

Os políticos podem ser alvo de escárnio e menosprezo por causa de uma prevaricação, contudo, os sentimentos de indignação e repulsa por parte do público nem sempre se verificam, o que ameaça desmoronar o conceito de escândalo político, tal como o aceitamos comumente e como o caracteriza Thompson, assente na necessidade de uma alegada desviância ter de provocar uma “resposta pública” e de a comunidade ter de sentir-se lesada, desaprovando a prevaricação, pela ofensa aos valores e normas. Embora sem demonstração, Thompson (2002: 36-37) admite que isso nem sempre acontece, o que vem dar maior relevo às conclusões extraídas a partir das respostas ao estudo de opinião que realizámos em dezembro de 2014 (anexo 3.3.), designado inquérito 2. Como podemos verificar através do quadro seguinte, 47,3% dos inquiridos admitem sentir-se escandalizados com os casos que têm vindo a público envolvendo políticos, havendo uma percentagem igual que refere não se sentir escandalizada.



QUADRO 24. Questão formulada: Sente-se realmente escandalizado com os casos que têm vindo a público?

Os dados apresentados neste quadro oferecem consistência à conjectura de que os *media* têm vindo, em detrimento do público, a monopolizar a definição do que é ou não escândalo, reforçando um papel que os posiciona como *gatekeepers* da moralização e, ao mesmo tempo, zeladores e construtores dos valores e dos códigos morais, pois a mediatização de um caso não passa tanto pela reação do público mas, sim, pelo arbítrio dos *media*, tendo em vista as percepções induzidas aos cidadãos. Assim, um escândalo pode captar a atenção do público, mesmo sem o indignar. Procuraremos de seguida elencar algumas hipóteses que ajudam a sustentar as razões pelas quais o público não se sente escandalizado com este fenómeno.

As nove hipóteses que aduziremos neste ponto foram aferidas no estudo que realizámos em dezembro de 2014, tendo para esta questão sido admitido que os inquiridos escolhessem mais do que uma opção, tendo-se registado um total de 1568 respostas, preenchidas pelas 676 pessoas que indicaram na questão anterior não se sentirem escandalizadas com os casos que vêm a público envolvendo políticos.

No quadro que se segue podemos observar a percentagem de respostas referentes às hipóteses que a partir daqui apresentaremos, expostas por ordem decrescente, à exceção da opção "Outra", que agrega respostas abertas, por vezes inapropriadas ou descontextualizadas.



QUADRO 25. As hipóteses apresentadas aos inquiridos, sobre as razões por que não se sentem escandalizados.

Hipótese 1. EFEITO DE MITRÍDATES

Como relata a lenda, o rei Mitrídates VI do Ponto (123 a. C. a 63 a. C.), procurando precaver-se contra eventuais tentativas de envenenamento, foi tomando gradualmente doses crescentes mas nunca letais de vários tipos de venenos, até que ficasse imune (Houaiss, 2005: 5546). Após ser derrotado por Pompeu, tentou o suicídio ingerindo ervas tóxicas, mas não conseguiu, devido à imunidade alcançada¹²⁵. A hipótese que aqui enunciamos, assinalada por 366 inquiridos (23,3%), sugere que um dos motivos para as pessoas não se sentirem escandalizadas é justamente o facto de a dose sucessiva de casos espoletados provocar uma certa imunidade, uma anestesia que adormece a capacidade de indignação dos cidadãos. A investigadora Gergana Yankova (2005) acredita que quanto maior for a ocorrência de escândalos, menos dececionadas ficam as pessoas quando eles irrompem na vida pública. Como resultado de uma menor expectativa, o público acaba por tornar-se mais flexível na exigência de sanções aos governos e políticos pelas suas más condutas. A autora sublinha que o tipo e a frequência dos casos fomentam uma determinada percepção pública do escândalo (Yankova, 2005). Com efeito, em razão quer da sua efetiva ocorrência quer da exaustiva e até incessante cobertura mediática, os cidadãos podem acabar por ficar imunes às transgressões, dada a sua banalização, automatizando um certo entorpecimento face aos escândalos e não reagindo com indignação quando estes vêm a público.

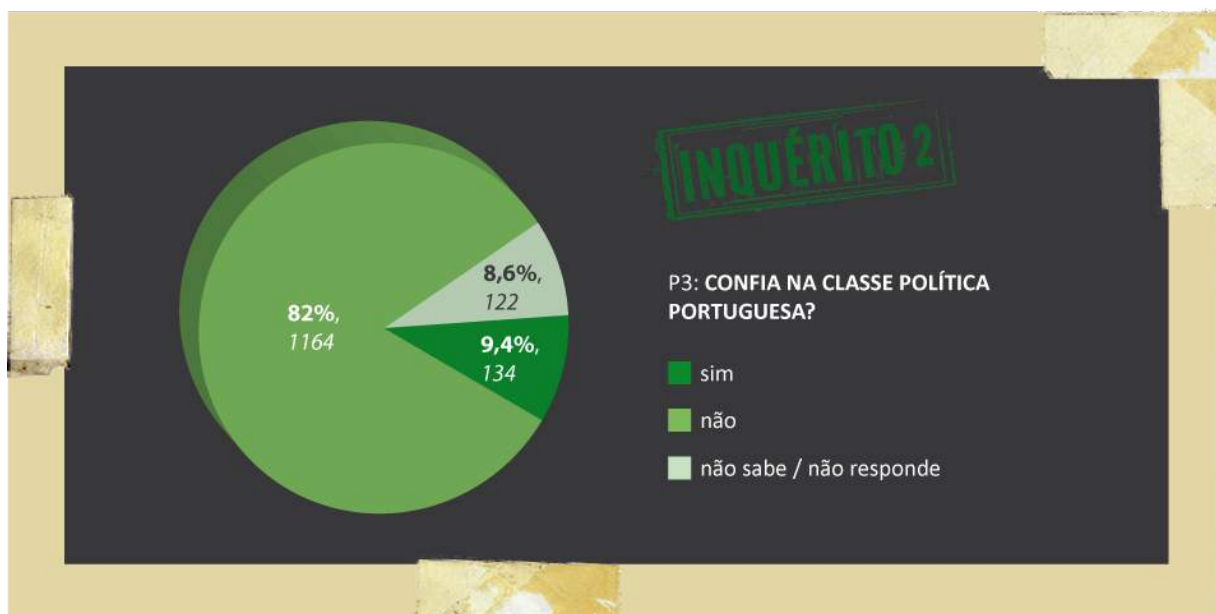
Hipótese 2. EFEITO DE IMPOTÊNCIA

A segunda hipótese que mais preferências colheu, com 228 inquiridos (14,5%) a apontarem esta opção, concerne a um sentimento de impotência face ao regime, uma vez que a democracia é constituída por um poder difuso onde pululam vários rostos e, ainda que porventura um deles seja condenado pelas suas prevaricações, outros há que pugnarão pela manutenção do sistema, podendo prosseguir com o mesmo *modus operandi*.

Hipótese 3. EFEITO DE ENFRAQUECIMENTO DOS VALORES E NORMAS

A importância crescente do escândalo político em décadas recentes, concedida por Thompson, parece relacionar-se proporcionalmente com um sintoma de declínio dos padrões morais dos políticos (Thompson, 2005). Esta afinidade, encontrada pelo professor de Cambridge, abre caminho a uma reflexão que inclui, desde logo, a questão dos baixos níveis de confiança nos protagonistas políticos.

¹²⁵ Esta história é contada na peça *Mitrídates* (1673), de Racine, e na ópera *Mitridate, Re di Ponto* (1770), de Mozart.



QUADRO 26. Questão apresentada no nosso inquérito 2: Confia na classe política?

O quadro 26, relativo ao inquérito que realizámos em dezembro de 2014, revela que só 9,4% do painel consultado refere confiar nos políticos portugueses, sendo que 8,6% não sabe ou não responde, e uma larga superioridade, 82%, assume a sua desconfiança na classe política. De acordo com Castells, "como a maioria das pessoas acredita que não se pode confiar nos políticos, o cidadão desiludido acaba por eleger a pessoa pouco fiável que mais perto está dos seus valores e interesses" (Castells, 2013: 342).

Procurando aclarar as razões para o descrédito dos políticos, a teoria da Espiral do Cinismo, de Cappella e Jamieson (1997), coloca a tónica na sociedade contemporânea, incapaz de observar as virtudes e sempre ávida em apontar as falhas dos políticos, em grande parte devido aos enfoques dados pelos *media*. A Espiral do Cinismo, tal como a Espiral do Silêncio de Elisabeth Noelle-Newman, assenta numa explicação em que é plausível o contágio de determinado efeito a outros cidadãos, como forma de evitar o isolamento social. Mas se num caso os cidadãos se remetem ao silêncio quando se encontram em minoria, já na Espiral do Cinismo, uns reforçam as posições de outros, num processo cíclico em que vão ficando alinhadas as perceções dos políticos, dos *media* e do público.

A *civic malaise* (Norris, 2000) centra-se, por um lado, numa perspectiva de declínio da política ideológica, ou de "desideologização da sociedade contemporânea" (Figueiras, 2012: 11), e por outro lado, na ascensão de uma nova era em que a política surge focalizada nas lideranças

carismáticas, nos políticos-estrela, na personalização das campanhas (Patterson, 2002), como fator de dominação das escolhas dos cidadãos. Nesse sentido, as mudanças operadas têm como consequência uma certa "humanização" dos líderes e a uma fulanização da política, que acaba por ser mais "pragmática do que programática" (Figueiras, 2012: 11).

A opinião dos jornalistas que questionámos tende a convergir para esta posição, sustentando que essa tendência é espoletada pelos próprios cidadãos (anexo 3.1.). De acordo com Eunice Lourenço, jornalista da Rádio Renascença, "é mais fácil discutir pessoas e atos do que ideias". A diretora desta estação de rádio, Graça Franco, sublinha igualmente que, "para o cidadão médio, o abstrato é sempre "menos interessante" do que o concreto". De acordo com o diretor-adjunto do *Diário de Coimbra*, João Luís Campos, "o cidadão já percebeu que a ideologia está muito (e há muito) afastada da política. Tem-se percebido ao longo das últimas décadas que a política serve interesses instalados preocupando-se muito pouco com o bem comum". Para Martim Silva, jornalista do *Expresso*, "a sociedade contemporânea e a forma de fazer política são cada vez mais centradas no líder, na personagem, na pessoa, do que em programas ou ideologias mais ou menos complexos". De acordo com este jornalista, "queremos saber se o candidato a primeiro-ministro é decidido, se é dialogante, se é dinâmico, se é determinado, se é resistente, mais do que saber o que pensa sobre questões políticas muito profundas". Na mesma linha, Paulo Baldaia, diretor da TSF, entende que "o aspeto é, num relacionamento necessariamente superficial entre o cidadão e o político, mais importante do que a razão. Pela experiência os eleitores habituaram-se a valorizar mais a confiança que desperta um determinado político do que a ideologia que ele representa. Vale mais um demagogo eficaz que um homem sério que ninguém percebe". Com ironia, Mário Crespo, da SIC, refere que "um manifesto político ideologicamente consistente é anulado por um boné de campanha ou pela proximidade de um agente político atraente. Se a imagem mediática conseguir dar continuidade ao eventual magnetismo natural do agente político... está feito. Ganha-se". Procurando justificar a "fulanização" da política, José António Saraiva, diretor do *Sol*, considera que "um político pode ter grandes ideias, mas, se não tiver capacidade pessoal para as levar por diante, não faz nada".

Por outro lado, a perceção de moralidade pública, sobretudo a resultante da imagem que é difundida pelos *media*, como vimos, constrói uma certa "normalização" do escândalo, em muitos casos. Como observa Thompson, nas sociedades ocidentais são cada vez mais raras as situações em que as pessoas se sentem chocadas ou ofendidas com os escândalos. Isso sucede devido ao enfraquecimento das normas tradicionais, tendo-se estas convertido em meras formalidades rotineiras da vida social (Thompson, 2002: 46-47).

Reportando-se à centralidade dos *media*, Manuel Castells observa que a característica fundamental da política mediática é a personalização. Para o autor, entre as causas que estão na origem do empolamento da figura do candidato, encontra-se "o declínio da influência direta dos partidos políticos no conjunto da sociedade" (Castells, 2013: 319-320), havendo similitude com a perspectiva de Thompson (2002) ao notar que as modificações importantes no fenómeno do escândalo político, como a crescente visibilidade dos líderes, estão relacionadas com o esvaziamento da ideologia e a ausência de valores. Já no seu estudo sobre o fraco envolvimento dos cidadãos nas campanhas eleitorais, Thomas E. Patterson havia concluído que o enfraquecimento dos partidos políticos como objetos de pensamento e de lealdade reduziu o incentivo de participação dos cidadãos, especialmente entre os americanos de baixos rendimentos (Patterson, 2002).

Há, porém, outra forma de analisar este declínio, sendo nesse caso os jornalistas políticos acusados de hiperpolitizar os acontecimentos e de cingir as suas interpretações ao impacto da disputa política (Miguel, 2008: 255). Esta justificação relaciona o declínio com critérios de noticiabilidade, que privilegiam fenómenos como escândalos, em detrimento de ações e medidas positivas, bem como exposições abonatórias para a classe política. Secundarizando o objetivo de esclarecimento e enaltecendo um estilo comercial mais atrativo e de entretenimento, resulta um assomo jornalístico orientado para o conflito em que "o contexto e o conteúdo dos assuntos públicos perdem relevância em benefício da negatividade, do interesse humano e de estórias sensacionalistas" (Figueiras, 2012: 13).

Hipótese 4. EFEITO DE INEFICÁCIA DA JUSTIÇA

Como vimos no ponto 1.8.4., mais de metade dos inquiridos diz não confiar na justiça. Quando confrontados com as razões pelas quais não se sentem escandalizados, nesse mesmo inquérito, 11,5%, ou seja, 180 respondentes, apontam o dedo à justiça, dizendo que não se revêem no seu funcionamento, ficando as pessoas sem algo em que acreditar. Sendo a justiça entendida como um pilar da democracia, que visa assegurar e regular a vida em comunidade, por via da sua autoridade, é criada pelos cidadãos uma espécie de cortina de afastamento, pelo vazio de confiança. Para a sociedade, muitas vezes o desfecho judicial de um caso é o resultado da verdade criada no processo, colocando em confronto uma perceção coletiva da realidade.

Morgado e Vegar alertam para a dicotomia perniciosa que pode ser originada da relação entre os *media* e a justiça, designando o tempo da comunicação social como "o tempo instantâneo, o tempo espetáculo", ao passo que "o tempo da justiça é o tempo da reflexão, o tempo justo". Este antagonismo tem gerado "uma confusão permanente de papéis, com jornalistas a quererem ser juízes e vice-versa. Neste ponto, tudo seria mais simples, se cada um se limitasse ao seu papel" (Morgado e Vegar, 2003: 132).

Encontramos na política nacional um exemplo extraído dos *media* que vem ilustrar esta contenda. Num editorial do *Expresso*, de 29 de setembro de 1990, assinado pelo seu diretor, José António Saraiva, ao referir-se ao caso que envolvia o ex-governador de Macau, aquele reconhecia que, "no caso do Fax de Macau – como, de resto, noutros –, o poder judicial foi completamente ultrapassado, assistindo-se ao julgamento público do ex-governador antes de a justiça ter tomado, sequer, conhecimento do assunto"¹²⁶. E acrescenta que "houve pessoas positivamente executadas na praça pública – de tal modo que, se o poder judicial vier posteriormente a declarar a sua inocência, já não haverá nada que as possa ressuscitar".

Hipótese 5. EFEITO DE AMNÉSIA

Este efeito é baseado no excesso de informação, como sustenta Umberto Eco, referindo que "a imensa quantidade de coisas que circula é pior do que a falta de informação". E que "o excesso de informação provoca a amnésia"¹²⁷. De forma análoga ao Efeito de Mitrídates, a enorme quantidade de casos que acontecem e que são expostos pelos órgãos de informação conduz a uma consequência de não indignação. Todavia, ao passo que o Efeito de Mitrídates produz um resultado de imunidade, aquele que invoca o italiano Umberto Eco leva ao esquecimento, à amnésia, ou seja, ao varrimento dos assuntos concretos que constroem o campo do escândalo na sua plena dimensão.

Hipótese 6. EFEITO DE DESCONFIANÇA FACE AOS *MEDIA*

Como podemos observar a partir do quadro anterior, 7% dos inquiridos, ou seja, 110 pessoas, afirmam que uma das razões para não se sentirem escandalizados reside na sua falta de confiança nos *media*, colocando em causa aquilo que é publicado. Doris Graber já alertara

¹²⁶ *Expresso*, 29 de setembro de 1990, p. 8.

¹²⁷ <http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2011/12/umberto-eco-o-excesso-de-informacao-provoca-amnesia.html>, acessado em 30 de abril de 2015.

para as condutas negativas do público quando confrontado com notícias geradoras de descrédito (2004), levando a comportamentos abstencionistas e ao afastamento. Os franceses Jean Paul Fitoussi e Pierre Rosanvallon, observando quer a ligeireza de alguns *media*, quer as deficiências da democracia, concluem que o problema não está apenas na atuação do sistema mediático, "mas antes em ter em conta o facto de os defeitos ou as patologias dos meios de comunicação resultarem também das insuficiências da democracia" (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 131). Deixando de acreditar nos órgãos de informação, os cidadãos passam a níveis de descrença em relação ao que é veiculado, o que concorre para a falta de indignação no que concerne aos escândalos políticos que são apresentados.

Hipótese 7. EFEITO DE CONFORMISMO

Numa outra perspetiva sobre o papel dos *media*, o mesmo quadro 25 expõe que 6,8%, ou seja, 106 inquiridos, atribuem à ação da comunicação social uma função de vigilância e denúncia relativamente a transgressões cometidas pelos políticos, o que gera como efeito uma conformação do público, que fica assim inativo, embora conciliado com o desempenho dos *media*. Esta utilidade dos jornalistas é por Fitoussi e Rosanvallon apelidada de "utopia positiva dos meios de comunicação", na perspetiva de uma crença da sociedade de que eles "serão capazes de resolver as questões que a democracia não consegue solucionar no terreno das instituições políticas". Mas, como advertem os autores, esta crença pode conduzir a "uma espécie de utopia perigosa", dado que os meios de comunicação podem pensar ser "os verdadeiros representantes do povo (...). No limite, sonham inclusivamente ser produtores de decisão política ou judicial" (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 131).

Hipótese 8. EFEITO "ROUBA MAS FAZ"

Mesmo sabendo que o ex-diretor do FMI Dominique Strauss-Kahn enfrentava uma condenação que podia ir aos dez anos de prisão e uma multa de 1,5 milhões de euros, no caso de ser considerado culpado de proxenetismo agravado – o que não veio a acontecer –, 79% dos franceses consideraram que este político seria melhor presidente do que o ocupante do Eliseu, François Hollande. Um sentimento partilhado por 67% dos simpatizantes de esquerda (o hemisfério político de Strauss-Kahn) e 86% dos de direita. A pesquisa feita pelo jornal *Le*

*Parisien*¹²⁸ revelou ainda que 59% dos franceses assumiram acreditar que a situação económica e social do seu país estaria melhor com Strauss-Kahn. De acordo com o estudo de opinião, as palavras mais referidas pelos franceses para o descrever foram "inteligente, competente, carismático, corajoso, simpático, com autoridade, de convicções profundas", embora também tenham surgido outras menos favoráveis como "imoral, arrogante e desonesto", apontando para os sucessivos escândalos sexuais em que se viu envolvido nos últimos anos.

O que leva os cidadãos ainda a confiar em alguém acorrentado a escândalos sexuais e imagens decrépitas e humilhantes, dentro e fora do seu país, debaixo de fortes acusações de várias mulheres com quem se relacionou? Isto para além de se saber, inclusivamente, que foi detido em direto em Nova Iorque por alegada violação a uma empregada de hotel, a quem teve de pagar um milhão de euros para se ver livre das queixas, tendo a detenção sido vista em todo o mundo.

O caso a que aludimos não é único. Muitos outros, de vários tipos, surgem a confiar-lhe mais o estatuto de regra do que de exceção. Apenas para citar alguns exemplos recentes mais conhecidos, podemos mencionar o *affair* de Bill Clinton com Monica Lewinski; as manchetes envolvendo Silvio Berlusconi no caso Rubygate, com orgias e festins que ficaram conhecidos por “bunga-bunga”, contendo prostitutas e menores de idade, à semelhança das festas da Roma antiga; as acusações ao presidente sul-africano Jacob Zuma de ter violado uma jovem seropositiva quando era deputado do ANC; as descobertas de paternidade do presidente paraguaio Fernando Lugo, fruto de relações que manteve quando era ainda bispo católico; as práticas de financiamento ilegal do partido francês UMP angariado por Jacques Chirac, ou a denúncia de pagamentos ilegais a altos dirigentes do PP espanhol de Mariano Rajoy; o caso de Hashim Thaçi, que venceu as eleições legislativas do Kosovo, mesmo constando de um relatório do Conselho da Europa apontando-o como líder de uma rede de tráfico de droga e de órgãos humanos; o caso Mensalão, que atingiu políticos ligados à governação de Lula da Silva, e a operação Lava Jato, que veio juntar ao Mensalão o caso Petrolão, surgindo durante a pré-campanha eleitoral que reconduziu Dilma Rousseff à presidência; ou a reeleição em 2012 de Toninho Lins no cargo de prefeito da cidade brasileira de Rio Largo, depois de ter sido preso por ter participado na venda ilegal de um terreno por um valor 30 vezes menor do que o avaliado no mercado. O que têm estes casos em comum? Todos se reportam a políticos que, apesar das máculas que a justiça e os *media* deixaram a descoberto, continuaram a contar com o apoio popular.

¹²⁸ <http://www.leparisien.fr/politique/pour-79-des-francais-dsk-aurait-fait-un-meilleur-president-que-hollande-31-01-2015-4495605.php#xtref=https%3A%2F%2Fwww.google.pt%2F>, acedido em 2 de fevereiro de 2015.



FIGURA 12. Capas de imprensa aludindo a escândalos políticos internacionais.

Como vimos no ponto 1.9.3., relativamente ao contexto português, os autarcas Isaltino Morais, Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres e Valentim Loureiro são amiúde mencionados pelos seus resultados eleitorais, mesmo apesar de se encontrarem nessa altura a braços com processos judiciais. Ao tratarmos o tema da reputação, tivemos ocasião de referir que esta assenta não apenas no carácter mas também na competência e na capacidade de realizar obra e de resolver melhor do que qualquer outro os problemas que afetam a comunidade. Tornou-se um exemplo célebre aquele que ocorreu no Brasil, quando Adhemar de Barros concorreu para prefeito de São Paulo, em 1957, pendendo sobre si várias acusações de corrupção. O *slogan* não assumido formalmente, mas repetido pelos seus apoiantes, era "Ademar rouba mas faz".

Poucos gostam de assumir que aprovam o "roubo", mesmo que a expressão configure uma metáfora para outras prevaricações. Foram 67 os inquiridos que assumiram esta opção, ou seja, 4,3% do total, um número baixo, face ao que empiricamente poderíamos perspetivar. Ainda assim, esta é uma hipótese considerada pelos respondentes quando os auscultámos sobre as razões pelas quais as pessoas não se indignam com os escândalos.

Hipótese 9. EFEITO DE ESPELHO

A hipótese menos votada no nosso inquérito exposto no quadro 25, com 2,2%, é a que diz respeito à opção "no lugar dele, talvez eu fizesse o mesmo". Acreditamos que a este tipo de

questões, tal como elas são formuladas, corresponde habitualmente uma baixa percentagem de votações, dado que as pessoas não se revêm numa ação censurável, ou não admitem fazê-lo.

Embora tenha recaído sobre esta questão uma diminuta percentagem de respostas, ela não é despicienda. Senão, vejamos. Há delitos que são absorvidos pela sociedade sem que resulte daí um prejuízo eleitoral evidente para o político transgressor. O professor da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto Patrício Costa lembra a tolerância à pequena corrupção em Portugal, referindo que "ao votar num autarca que foi acusado pela justiça, no fundo, estamos a admitir que no lugar deles fazíamos a mesma coisa", significando um aval ou um perdão a estes políticos"¹²⁹.

Tendo cerca de metade dos inquiridos assumido não se sentir escandalizada com os casos de prevaricações políticas, avançámos com nove hipóteses, que aqui expusemos, tendo-se dispersado as razões que as pessoas indicaram para não existir indignação face aos escândalos. Sublinhamos o reconhecimento por parte dos inquiridos de que há muitos escândalos na política portuguesa, sendo essa a principal razão apontada, tendo como efeito o entorpecimento da sociedade, que a leva a não reagir. Justiça, políticos e *media* não ficam isentos de responsabilidade, pelo que veremos de seguida uma faceta da relação entre estes dois últimos.

2.5 OS MEDIA COMO GATILHO DA "CONTRAPOLÍTICA"

Se há algo a que o campo político é sensível, é ao efeito levado a cabo pelos *media*, pois estes possibilitam o acesso facilitado às massas. Esta agilidade dos órgãos de informação torna-se preponderante para os políticos, na medida em que, como sublinha Serrano (1999)¹³⁰, "as notícias sobre política são, sobretudo, sobre a luta pelo poder e só secundariamente sobre a governação, os imperativos de comunicação sobrepõem-se aos imperativos de gestão". O que vem, de certa forma, acrescentar razão ao filósofo Régis Debray (1993), que afirmou que "a arte de governar é a arte de fazer crer". Facto que propicia a criação de relações de cumplicidades entre políticos e jornalistas, de acordo com Gregory Derville (1997: 107), que considera que é à mediatização da política que se devem as transformações na sua atividade, tendo levado ao ocaso de alguns atores políticos e à conseqüente emergência de outros.

¹²⁹ *Jornal de Negócios*, 5 de Agosto de 2009, p. 4.

¹³⁰ Serrano, Estrela (1999). *Jornalismo e Elites do poder*. In <http://bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.html>, accedido em 20 de janeiro de 2015.

Com o desenvolvimento dos *media*, estes converteram-se num veículo decisivo na relação entre políticos e eleitorado, sobretudo quando se trata de atingir um elevado número de pessoas. É um facto avassaladoramente importante que, desde há algumas décadas, o meio preferencial para aceder ao espaço público seja através da mediação do jornalismo, seja por via dos canais ditos convencionais, seja por via do *on-line*. Daí que seja impreterível ao político, para além da presença nas redes sociais, continuar a aparecer nos órgãos de informação.

É curioso verificar que a reciprocidade gerada por uns e por outros – pelos *media* e pelos políticos – leva a que estes primeiros necessitem dos segundos para garantir um fluxo regular de notícias; e leva ainda a que os políticos utilizem os jornalistas para projetar imagens positivas de si mesmos ou negativas dos adversários (Thompson, 2002: 134-135). Podemos com isto inferir que a visibilidade que os *media* proporcionam pode tornar-se simultaneamente apetecível e indesejável. Por um lado, os jornalistas necessitam das suas fontes para a obtenção de notícias, usando para isso os políticos. Já estes recorrem aos jornalistas quer como forma de autopromoção e protagonismo, quer para fazer passar informação que lhes é útil no combate político. As relações de poder que se estabelecem entre eles são reciprocamente instrumentais, oscilando entre a colaboração e o conflito (Pujas, 1999: 41-45). É, nesse sentido, curioso o entendimento de José António Saraiva, que liderou o *Expresso* e o *Sol*: “Alguns políticos ‘sopram’ notícias a jornalistas em quem confiam, atraíndo companheiros de partido; alguns jornalistas fazem ‘fretes’ a políticos, colocando nos jornais notícias que os beneficiam. Evidentemente que não é esta a regra: Mas os casos que existem são suficientes para que o fenómeno tenha alguma expressão” (Saraiva, 2007: 191).

Por vezes, a cobertura toma uma direção que sugere que os escândalos possam ter sido espoletados, ou pelo menos reforçados, por políticos rivais. Como notam Allern e Pollack (2012: 9) "os atores políticos procuram plantar informação ou desinformação, a fim de prejudicar rivais e concorrentes". Por vezes, essa informação, convexa e maliciosa, ainda que porventura factual, consiste em semear escândalos contra adversários, sejam eles do seu ou de outro partido, procurando expor negativamente os opositores. Os nórdicos Jenssen e Fladmoe (2012: 57), reportando-se a exemplos ocorridos na Noruega, resumizam: "verifica-se que os atores políticos montam armadilhas a outros atores políticos", considerando que, se um ator político se apercebe de que um outro está a bloquear as suas ambições pessoais e objetivos políticos, o escândalo afigura-se uma possibilidade a colocar em marcha. Indo ao encontro da teoria de Elias Canetti, poderíamos inferir que o escândalo é, para quem o arremessa contra um

adversário, um momento de poder e um ato de sobrevivência, mas uma forma baixa de sobrevivência, dado que visa "matar" o outro, "tal como alguém matou o animal, do qual se alimenta" (Canetti, 2014: 275).

De acordo com Stephen Marks, assessor do Partido Republicano dos EUA entre 1993 e 2006, especialista em pesquisas de oposição, no seu livro *Confessions of a Political Hitman: my secret life of scandal, corruption, hypocrisy and dirty attacks that decide who gets elected*, há um processo de assassinio político, que ele conta baseado na sua experiência profissional passada "no meio do lixo" para destruir as possibilidades eleitorais dos rivais dos seus clientes, e que veremos de seguida:

***Passo I:** o assassino político desenterra o lixo.*

***Passo II:** o lixo entrega-se aos investigadores, que, através de sofisticadas sondagens, podem determinar que partes são as mais daninhas na opinião dos eleitores.*

***Passo III:** os investigadores dão os seus resultados aos encarregados de publicidade dos media, que colocam os dois ou três assuntos negativos mais prejudiciais na televisão, rádio e Internet para destroçar o adversário político. O terceiro passo é realmente impressionante. Maravilha-me o incrível talento dos estrategas das campanhas... Quando tudo termina, a verdade saiu à luz e, amiúde, o oponente sofreu um sério descalabro na campanha, do qual muitas vezes não se recupera" (Marks, apud Castells, 2013: 271).*

A personalização da política (como abordámos no ponto 2.4.4.) tem consequências extraordinárias nas estratégias eleitorais, realçando virtudes sobre uns e desferindo um manto de sombras sobre outros. Tendo em vista o que dissemos atrás, consideramos estar a operar-se pela ação do sujeito político aquilo a que aqui passaremos a chamar "contrapolítica" e que podemos definir como uma ação ocorrida no campo político, onde a digladição entre oponentes consiste no ataque velado aos capitais simbólicos, esparzindo sobre o adversário alegados factos que antes permaneciam numa esfera restrita, fazendo-os transitar para o domínio público através dos jornalistas, procurando o seu delator permanecer, na maioria das vezes, incógnito.

Como notam Jenssen e Fladmoe (2012: 52) a respeito da ação oculta dos políticos, estes "desempenham um papel mais importante nos escândalos do que a maioria dos observadores consegue aperceber-se", justificando que os escândalos podem ser até armas

mais eficazes quando o papel desempenhado pelos outros políticos que deles beneficiam se torna menos óbvio do que o público perspectiva.

Segundo Fernando Jiménez Sánchez, professor espanhol de Ciência Política que se tem dedicado ao estudo da corrupção e do escândalo, ao "transgressor" é conferido um rótulo que o liga ao escândalo, como se lhe fosse colocada uma marca, um selo. O protagonista de um escândalo político, Duarte Lima, em declarações à agência Lusa durante o julgamento do caso BPN, profere declarações que acabam por corroborar esta ideia, ao referir: "nesta acusação deixei de ser um homem, para passar a ser uma etiqueta, um selo, um carimbo, um símbolo que representava a encarnação do mal"¹³¹. Conforme afirma Sánchez (1997: 13), os cidadãos aguardam que o sujeito político justifique os seus atos. E poderá até haver uma reposição da confiança. Mas se isso não acontecer de forma satisfatória, os cidadãos esperam que sejam as instituições (como o parlamento, ou os tribunais, por exemplo) a corrigir as situações anómalas. Caso a justiça não funcione, a desconfiança dos cidadãos pode virar-se contra as instituições e até contra o regime, por não se sentirem representados.

A forma como o público assimila a mensagem pode conferir maiores ou menores consequências para os políticos, caso este seja confrontado com escolhas eleitorais que tem de fazer. Todavia, o que está em causa, essencialmente, são os capitais de reputação e de confiança dos políticos, que os dotam de capacidades para almejar o voto das massas. Sem estes capitais simbólicos, os políticos ficam mais desarmados para enfrentar as batalhas eleitorais e podem ser prejudicados pela escolha dos eleitores. Como referem Canel e Sanders, "os políticos, sem boa fama, estão perdidos, e é apenas graças a ela que almejam gozar da confiança dos cidadãos" (Canel e Sanders, 2005: 165).

Com o que temos vindo a explanar não pretendemos sustentar que a política se mantém numa impoluta candura e que a "contrapolítica" corresponde à degeneração dessa virtuosidade. Pretendemos, isso sim, realçar o princípio aristotélico de que o bem, em política, é a justiça fundada no interesse comum (Aristóteles, 1998: 231) e que o exercício da disputa de poder baseada no axioma "amigo-inimigo" é um cambiante que toma como objetivo eliminar os ditos inimigos para sobreviver no campo político ou, como refere Bobbio (1998: 960), corporizar a expressão *mors tua vita mea*, ou seja, "é necessária a tua morte para que eu viva". No fundo, caindo no senso comum, podemos consentir que a "contrapolítica" é, ela própria, uma forma (distorcida) de fazer política.

¹³¹ *Sol*, 1 de agosto de 2014, p. 29.

A proposição atrás enunciada releva de uma das mais clássicas definições de política, apresentada em 1927 pelo jurista e filósofo alemão Carl Schmitt e posteriormente desenvolvida pelo também filósofo e sociólogo francês Julien Freund, consistindo esta na dicotomia do "amigo-inimigo", em que o ponto medular se encontra no combate e na desagregação dos adversários. Segundo Freund, a rivalidade e o conflito são precedidos pela divergência de interesses, e tal conflito, desde o momento em que se configure como uma prova de força entre aqueles que representam esses interesses, ou seja, desde o momento em que se afirme como uma luta de poder, tornar-se-á político (Freund, 1965: 479).

Na arena política, o combate de ideias é subordinado à lógica "amigo-inimigo", descurando-se na maioria das vezes o foro ideológico em detrimento do objetivo de atingir a qualquer preço o opositor. Ainda que se concorde com ele no essencial, salienta-se a discordância quanto ao acessório. Na sua coluna de opinião, o diretor do semanário *Sol*, José António Saraiva, considerava a propósito do inquérito ao caso BES que "as chamadas da ministra das Finanças ao parlamento (...) não tinham por objetivo esclarecer dúvidas e acalmar os espíritos – antes pretendiam envolver no caso as autoridades e ampliar o escândalo"¹³².

Como realçámos anteriormente, os jornalistas beneficiam com a lógica da "contrapolítica", pois ela serve também os seus intuítos ao promover a denúncia de factos supostamente escandalosos, por saber que eles são uma *commodity* que suscita o interesse do público. Os *media* não se coíbem de colher dividendos com as lutas de poder político que se configuram nas relações de "amigo-inimigo", pois, quando expostas mediaticamente, elas são promissoras na captação das audiências. Hoje em dia a política vive centrada nas disputas entre rivais que coabitam no mesmo círculo, assumindo este facto uma tónica acentuada no campo político, instrumentalizando os jornalistas para lavrar o seu propósito. Os políticos têm a faculdade de usar o escândalo como um instrumento a aplicar no palco mediático. Como enfatizam os noruegueses Jenssen e Fladmoe (2012: 68), "o escândalo é uma opção para o ator político moderno".

Mas por que razão entendemos que o escândalo pode ser perigoso para o sujeito político? Importa referir que um dos pontos de partida no estudo do escândalo político é a assunção de que um político terá cometido uma alegada transgressão de valores, normas ou códigos morais. Essa suposta desviância atinge a proporção de escândalo apenas quando sai da esfera restrita e vai parar às "bocas do mundo", estendendo-se ao conhecimento público através do processo mediático.

¹³² *Sol*, 22 de agosto de 2014, p. 2.

Vários autores que se têm debruçado sobre o escândalo político (Lull e Hinerman, 1997; Markovits e Silverstein, 1988; Thompson, 1995; Jiménez Sánchez, 1997; Canel e Sanders, 2005; Paixão, 2010; Allern e Pollack, 2012; Castells, 2013) deixam-nos inequivocamente como interseções comuns do fenómeno o seu carácter de representação simbólica, onde a comunicação tem uma importância decisiva. Podemos assim compreender que a sua relevância assenta nos potenciais danos que as acusações sobre a alegada transgressão podem causar ao político. O escândalo pode ser crítico desde logo porque os *media* influem de forma decisiva na imagem dos políticos, podendo a sua atuação aumentar ou diminuir capitais simbólicos como a reputação, a confiança, a honra, a integridade e a credibilidade, como já vimos anteriormente. Dado que a política mediática é a política da Era da Informação, de acordo com Castells (2013: 337), "a política de escândalo é o instrumento eleito para resolver as batalhas políticas do nosso tempo".

2.6. O ENFRAQUECIMENTO DA OBJETIVIDADE: O MONSTRO PRECISA DE AMIGOS

Conta-se com eufemismo que dois homens foram condenados a uma pena igual. Sendo ambos jornalistas, a sentença apontou-lhes o caminho cavo da mesma cela isolada, para que cumprissem penitência juntos. Esta estória parece deixar-nos diante de um caminho vazio. Mas dois sujeitos exprimem a condição da comunicação, de onde brotam algumas das questões emergentes que nos propomos tratar neste ponto.

"Sem liberdade, não podemos informar", declararam os jornalistas ao guarda do portão. Encarando isso como uma alegoria, o guarda retorquiu, mandando construir uma pequena janela para os seus dois prisioneiros, dizendo-lhes que através daquela abertura poderiam ver a realidade, mas não tocá-la, nem fazer parte dela ou modificá-la.

Sem implicação com a realidade que observam, poderão os jornalistas cumprir o seu papel informativo? Como sustenta Cornu (1994: 362-363), os jornalistas não são meros observadores, mas intérpretes e também narradores. Captam os factos, "põem inteligência e convicções ao serviço da sua compreensão". Para os expressarem, "envolvem a sua sensibilidade" e comunicam por meio da sua linguagem. Isto conduz-nos a uma dúvida que se encontra no cerne deste tema e cuja aproximação iniciámos aquando da abordagem às questões da perceção: de que realidade, ou verdade, podemos então comumente falar?

O filósofo José Manuel Chillón (2010) sistematiza-a, identificando a “realidade matéria-prima da informação”, ou numérica (no sentido de ser real e absoluta, independente da compreensão do indivíduo); a “realidade fenoménica”, enquanto conjunto de factos jornalísticos noticiáveis cuja captação depende tanto dos meios tecnológicos como dos critérios profissionais; e a “realidade informativa”, que, enquanto existência construída, corresponde à realidade difundida pelos *media* e captada pelo recetor.

Daqui se infere, como González Bedoya (1987), que na sua base a realidade não pode ser modificada, mas pode ser distorcida ao ser conhecida. Esta proposição assume a maior importância, sabendo-se que é em grande parte através dos *media* que o público toma conhecimento da realidade. Na sua investigação sobre a corrupção política, Rose-Ackerman (1999) conclui que a perceção do público está intrinsecamente relacionada com as características da cobertura jornalística, dado seguramente corroborado por Doris Graber (2004) nos seus estudos sobre a política e os órgãos de informação. Esta sugere ainda que as discrepâncias de orientação política entre os jornalistas e o público podem explicar porque é que quase metade deste expressa uma tão limitada confiança na exatidão dos *media*. Estando em causa a confiança e a credibilidade dos jornalistas, como relançar as bases de uma reposição destes capitais simbólicos perante o público? Chillón (2010) considera que “a credibilidade do jornalismo é tanto maior quanto menor for a marca do profissional”. Posição que parece convencer mais teóricos do que jornalistas, por pretender despojar a notícia de subjetividades "supérfluas" dificilmente descartáveis.

Em geral, os jornalistas, tal como alguns académicos, procuram legitimar a sua posição invocando sobretudo três razões em defesa da subjetividade. A primeira, de razão kantiana, que se escora no facto de a realidade não poder ser captada sem a implicação experiencial do sujeito, usando este o seu quadro de perceção individual. A segunda refere que a transmissão da informação é parte de um processo comunicativo que depende, logo à partida, das competências linguísticas do jornalista. Por último, quer no processo de captação da informação, quer no de expressão, “o jornalista sofre sempre a influência do seu sistema de valores e da sua particular relação com o mundo” (Santos, 2002: 57).

Estas razões são invocadas sobretudo quando se trata de rejeitar a objetividade. Trata-se de um erro persistente, pois os dois conceitos, objetividade e subjetividade, não se encontram em campos opostos. Aliás, desde a *Crítica da Razão Pura*, publicada por Kant em 1781, as barreiras entre ambos desmoronaram-se. Tornou-se claro que a objetividade do conhecimento

necessita da subjetividade para se constituir, da mesma forma que a objetividade jornalística precisa da atividade profissional (subjetividade) na sua formação.

Se a objetividade não implica a renúncia a atos inalienáveis de subjetividade individual, recusar a objetividade é, segundo Américo Sousa (2006), abrir a porta a que “deixem de imperar os valores de imparcialidade, de isenção e de rigor próprios do chamado jornalismo de referência”. O mesmo autor ironiza: “O jornalista pode passar a dizer o que lhe vier à cabeça, escrever sobre assuntos da sua exclusiva preferência ou interesse pessoal, cingir-se à realidade ou misturar ficção. É indiferente...” No fundo, a rejeição da objetividade baseada no único argumento de que o jornalismo é feito por pessoas que são condicionadas pelas suas próprias suscetibilidades e idiossincrasias acarreta consequências paradoxais, entre elas a de que o jornalista, no limite, deixaria de se responsabilizar pelo que produz.

O pretexto de que no discurso jornalístico a objetividade não é possível, defendido por alguns autores como Glasser (1984: 123), Entman (1989: 30-43), Carey (1994: 132), Blumler (1995: 129-132), Canel (1996) e expresso em parte por Hubert Beuve-Méry, fundador do *Le Monde* (“a objetividade não existe; a honestidade, sim”), ou mesmo no livro de estilo do *Washington Post* (“a objetividade é impossível, mas a imparcialidade é algo a que podemos chegar”), deixa a via livre, como crê Cornu (1994: 393), ao “vale-tudo” e “a um jornalismo de preguiça, a uma trituração dos factos destinada a obrigá-los a falar”. Pelo contrário, o profissional que opta por uma conduta de objetividade coloca-se ao serviço da verdade, “com a máxima isenção e rigor possíveis”, refere Sousa (2006), questionando: “Que melhor prova poderia dar do seu sentido de responsabilidade?” Esta é, naturalmente, uma interpelação de retórica, que põe em evidência a postura, a intenção e a conduta de objetividade, por parte de cada jornalista.

Visto de outra maneira, confinar o exercício jornalístico à subjetividade das vivências particulares e do conhecimento individual deixa à deriva a própria profissão. É aceitável, e reconhecido, que cada jornalista é detentor da sua própria subjetividade. Todavia, no limite, se nada pudéssemos acrescentar a isto, um órgão de informação mais não seria do que uma mera e equívoca profusão de subjetividades, sem identidade sequer. O denominador comum a que uma redação pode aspirar é, pois, a objetividade enquanto procedimento coletivo, fazendo dissipar alguns sinais individuais que maculam o processo de elaboração da notícia. Nesta sequência, são precisamente essas diferentes subjetividades que tornam imprescindível aclamar a objetividade como preceito irrefutável da qualidade jornalística. Como expõe Mário Mesquita (2000), num dos mais deferentes ensaios sobre a matéria, “no jornalismo, tal como no

conhecimento científico, os factos não existem independentemente de quem os apreende. Mas isso não invalida, antes pressupõe, uma conduta de objetividade”. Pensamos que é precisamente aqui que deve ser recentrada a questão.

2.6.1. O procedimento de objetividade

Voltemos à prisão onde os dois jornalistas estão detidos. Tivessem eles em mãos a elaboração de uma notícia, até que ponto a objetividade, para se cumprir, careceria do seu envolvimento intrínseco e subjetivo? A resposta surge evidente. A objetividade, sem o jornalista e as suas rotinas profissionais, não é mais do que uma objetividade sem valor informativo. Da mesma forma que o sujeito profissional, sem uma realidade para informar, leva o jornalismo a renunciar à verdade. As três realidades desenhadas por Chillón pressupõem que o sujeito vá progressivamente construindo a notícia que será veiculada. Mas, de uma maneira ou de outra, “a legitimidade da profissão só pode estar garantida se no final os recetores souberem algo sobre a realidade de que são informados”, refere Chillón (2007: 27). Uma realidade tolhida pela subjetividade mas com dever de verdade, como veremos de seguida.

Ao abrir uma janela na cela dos jornalistas, o guarda exprimiu a metáfora da sinecura que reflete apenas um fragmento da realidade. Não considerou, porém, que a informação jornalística põe em cena “acontecimentos, que constituem o seu material específico, sentido e estilo”, aproveitando as palavras de Cornu (1994: 329). Nessas condições, a discussão sobre a verdade e a objetividade deve incidir sobre as três ordens da informação: a observação, a interpretação e a narração. A busca da verdade não pode ser encarada apenas como um requisito normativo do trabalho jornalístico. Deve “iluminá-lo” continuamente, fomentando que prossiga com critérios de objetividade, indo mais ao fundo da verdade, varrendo dos meandros o pó que oculta contextos, motivações e interesses. A busca da verdade não pode assim admitir que fiquem caminhos por investigar, nem fontes por verificar.

Retomando a nossa estória, na perspetiva a partir da cela, a luz que incide sobre os objetos pode fazer também aumentar as sombras que neles se deformam. Esta visão parcial e sem rebatimento, valendo-se da crueza solitária da subjetividade, afasta a precisão. E, logo, a verdade. Sobre qualquer jornalista deve recair continuamente a exigência ética de respeitar a verdade, quer seja quando observa, interpreta ou relata um facto, quer mesmo quando o comenta. Daí que o processo noticioso deva representar uma permanente tentativa de passar da

subjetividade à objetividade. A objetividade como método de orientação para a verdade, que não seja apenas uma cosmética que ajuda a maquilhar o jornalismo para o fazer parecer mais responsável e credível. Mas que o faça ser efetivamente. Eis um motivo que justifica a necessidade de reabilitar o procedimento de objetividade.

Chegados aqui, importa aclarar o que significa, em suma, o “primado da objetividade”. Chillón (2010) sublinha reiteradamente a ideia de que a escassez de reflexões teóricas aprofundadas sobre o jornalismo tem provocado equívocos na terminologia que os profissionais utilizam para compreender a sua orientação. Se perguntarmos aos jornalistas o que lhes sugere a objetividade informativa, teremos respostas díspares e imprecisas. Como constata Bedoya (1987), “para uns, a objetividade é igual à informação assética, livre de quaisquer comentários. Para outros, a objetividade é definida pela confrontação das várias fontes. Para outros, finalmente, a objetividade é uma abstração extraordinária”. Através desta diversidade de definições, facilmente constatamos que entre os jornalistas não existe o mesmo entendimento em relação ao conceito, o que, malgrado, desde logo inviabiliza que a objetividade possa ser reivindicada aos profissionais.

O desafio da objetividade tem sido uma questão recorrente que não encontra consenso. Mesmo a alternância de abordagem (objetividade como método, como processo, como ritual, como ideologia) tem trazido pouca luz ao problema, como considera Fidalgo (2006: 146-154). Segundo McDonald (1971: 82), “o conceito de objetividade [que não deve confundir-se com o objetivismo, que é uma teoria filosófica do conhecimento, especializada e técnica] emprega-se para significar simplesmente uma correspondência essencial entre o conhecimento de uma coisa e essa mesma coisa”. Já Cornu (1994: 391) refere que

“se tivéssemos de exprimir a exigência da objetividade por meio de um só critério prático, esse seria o do rigor no método. O rigor é ir ao fundo nas investigações materialmente realizáveis, no tempo dado para essas pesquisas. É a recolha de todos os factos confirmados disponíveis. É tudo o que se opõe à falsificação, à deformação, à mentira”.

Nesta perspetiva, Bedoya (1987) compendia aquilo que designa por “regras facilitadoras da objetividade”, como a não ocultação das fontes de onde provém a informação, a inclusão das várias opiniões, ou a apresentação de argumentos a favor e contra uma ocorrência. Chillón (2010: 188) alude à “expressão correta e à palavra adequada, à seleção e ordenação das informações ou das imagens, à exigência de uma documentação o mais ampla possível”.

Hackett (1984: 102), por seu lado, põe a tónica na imparcialidade, como uma aproximação à objetividade. E, como havemos de verificar na parte operativa, através das respostas ao questionário que dirigimos aos jornalistas, a profusão de definições varia ainda mais.

Como podemos constatar através destes exemplos, não são só os jornalistas que não se entendem quanto à definição do conceito, também os teóricos revelam ter diferentes perspetivas, embora no fim concordantes. O que fazer de uma conceção que, em vez de unir e resolver o problema do trilha do jornalismo contemporâneo, e da sua falta de credibilidade, tem dividido e fragmentado as partes envolvidas? Mais concretamente, porque continuamos então a discutir a questão da objetividade? À partida, a objetividade parece não ser alcançável, mas, como vimos, a sua orientação é funcional.

Há muito que o jornalismo deixou de ser, e bem, uma mera vocação. Reclama competências concretas. Não basta ter propensão, curiosidade ou tendência para a “bisbilhotice”, como ironiza Gaye Tuchman (1972). A falibilidade do profissional é considerada natural, dada a sua condição humana. Some-se a isto a tecnologia e a necessidade voraz de dar informação em tempo útil, ou seja, quanto antes, melhor. Estas condições acabam por afastar os profissionais de uma cabal investigação. Todavia, por definição, o jornalismo carece de investigação. Sem ela, o erro aumenta. Não é despreciando procurarmos perceber a que distância da realidade se situam o erro, a mentira, a exatidão e a verdade.

Como vaticinava Mário Mesquita (2000), os jornalistas podem até abolir da deontologia a palavra objetividade, “mas isso não lhes evitará o confronto com a problemática em causa”. Por mais que os jornalistas procurem anular a sua operatividade,

“os destinatários da informação continuarão a estabelecer unilateralmente que as notícias devem relatar os factos tal como eles se verificam, ou seja, que a tal objetividade – inatingível, por definição – deve constituir-se em critério de avaliação da prática jornalística” (Mesquita, 2000).

Na tentativa de sistematização de regras que são comportadas pela objetividade, caímos na redundância daquilo que já nos é transmitido pelos códigos deontológicos, de forma mais ou menos aproximada. Se, como sugere Mário Mesquita (2000), atentarmos na redação dos códigos deontológicos, verificamos que, afinal, “a objetividade se reconduz a um conjunto de procedimentos”. Isso reflete-se com grande evidência no código da associação de jornalistas

norte-americanos, que descreve “os requisitos postulados pela doutrina da objetividade no plano das formas de expressão jornalísticas”.

Também a declaração da UNESCO, no seu primeiro princípio, refere que “os indivíduos têm o direito de receber uma imagem objetiva da realidade”, dizendo no segundo princípio que

“a tarefa primordial do jornalista é servir o direito do povo a uma informação verídica e autêntica, respeitando com honestidade a realidade objetiva, colocando conscientemente os factos no seu contexto adequado, salientando os seus elos essenciais, sem provocar distorções, desenvolvendo toda a capacidade criativa do jornalista, para que o público receba um material apropriado que lhe permita formar uma imagem precisa e coerente do mundo, na qual a origem, a natureza e a essência dos acontecimentos, processos e situações sejam compreendidas de uma forma tão objetiva quanto possível”.

Tudo pareceria mais simples, não fossem alguns constrangimentos à ação jornalística, como havemos de ver em seguida, no próximo ponto.

2.6.2. A conjuntura dos media como ameaça à objetividade

A objetividade não era um problema para a imprensa do século XVIII ou da primeira metade do século XIX, “inteiramente votada à expressão de opiniões, ao debate de ideias constitutivo do espaço público” (Cornu, 1994: 182). É sobretudo a partir do século XIX, na fase industrial da imprensa, que a objetividade, no caso específico do jornalismo, adquire pertinência. Todavia, só no século XX se impõe como valor jornalístico, nos EUA, como forma de reação ao novo *ethos* jornalístico, estando este orientado para a caça de escândalos (*muckraking*), alimentando vorazmente o negócio dos jornais com uma nova fórmula de sensacionalismo, intemporal, que tem sido contestada sobretudo pelos políticos, tendo inclusivamente levado já um primeiro-ministro, José Sócrates, em 2010, a apelidá-la de “jornalismo de buraco de fechadura”, opondo-se à reiterada exposição pública das suas escutas telefónicas, no âmbito da investigação ao escândalo Face Oculta.

Razões sociais foram determinantes para a eclosão deste novo conceito. Sobretudo com a Segunda Guerra Mundial, a relutância que resulta da propaganda conduz o público a uma certa desconfiança em relação aos *media*, proclamando o fim da “inocência”. Isto levou também a que o público suspeitasse de ardilosos métodos que, ao abrigo de uma falsa

objetividade, acabavam por manipular a realidade. O público mostrava ser seletivo e criterioso. Isso desencadeou a preocupação dos proprietários dos *media* e levou-os a encarar o estabelecimento de um compromisso de verdade e, de certa forma, de objetividade, entre os seus órgãos de informação e o público. Agradar a uma audiência estreita e elitista deixara de ser uma vantagem, como ocorrera em finais do século XIX. O requisito da objetividade na informação, como alude Mário Mesquita (2000), “aparece ligado à necessidade de construir o denominador comum entre um conjunto de leitores que se deseja cada vez mais vasto e diversificado, de modo a poder credenciar o periódico perante os anunciantes”. Por outro lado, a generalização da recorrência às agências noticiosas, que tinham por clientes todo o universo de órgãos de informação a quem enviavam a cobertura dos assuntos da atualidade, teve um papel capital na “exigência de objetividade”.

Um órgão de informação tem como missão informar o público. Ou, pelo menos, esta é a posição genericamente assumida pelos jornalistas. Já a direção e os proprietários vêem-no como uma empresa, que só pode prosseguir a sua missão “pública” se atingir níveis financeiros que estes considerem razoáveis e que promovam a manutenção da empresa, obtendo receitas por via quer da angariação de publicidade quer das vendas em banca e assinaturas (no caso da imprensa escrita).

Atualmente, o panorama empresarial dos *media*, padecendo de insuficiente rendibilidade em virtude do crescimento e aumento da diversidade da oferta dos meios e dos suportes de comunicação publicitária, com a concentração do investimento publicitário (já escasso) nos maiores grupos, com as potencialidades das novas tecnologias e das suas redes, com o crescimento da circulação de publicações gratuitas e o aumento do peso da dependência da publicidade, a pressão sobre o produto jornalístico é, naturalmente, forte. Para o tornar mais apetecível, a empresa procura fórmulas que apoiem o seu objetivo. Mário Mesquita considera que os *media* têm interesse em promover o escândalo e mantê-lo continuamente. Sob a invocação da liberdade de imprensa e do interesse público, afirma o autor, os *media* têm alimentado prósperos negócios na área da informação (Mesquita, 1998: 71).

É neste contexto que Sobrinho (2010) alcança que “a notícia possui dupla face”: por um lado, é um bem público; por outro, um bem económico. Encontrar o equilíbrio entre ambas é ter de procurar temas que satisfaçam as duas partes. Nesse sentido, entende Sobrinho, “o escândalo político seria o tipo de notícia que preencheria essas exigências”, uma vez que o escândalo político permite que os jornalistas cumpram as suas “autoconceções profissionais”, dado

contribuir para que os jornalistas de investigação tenham passado “a considerar-se não apenas repórteres que deveriam esquadrihar por debaixo da superfície das coisas a fim de conseguir a verdade, mas também reformadores sociais” (Thompson, 2002).

Há ainda um outro aspeto pertinente, enunciado por Thompson, relativo às “rivalidades competitivas”. Na corrida entre órgãos de comunicação, ganha quem der a cache. O prémio, para além do eventual prestígio, é, como defende Thompson, manter o público mais assíduo. Por outro lado, o polo económico “seria satisfeito por uma notícia com suficiente potencial para atrair a curiosidade pública” (Bourdieu, 1997:106). Ignacio Ramonet concorda que “os *media* se encontram sujeitos a uma concorrência cada vez mais feroz”, lembrando que os quadros dirigentes dos *media* têm uma orientação empresarial, o que os torna menos sensíveis à veracidade da informação. Aos seus olhos, remata Ramonet (1999: 15), o *news business* é, acima de tudo, um meio de obter lucro.

A conjuntura económica nefasta que afeta o setor empresarial dos *media* caracteriza-se, como denunciou Mário Mesquita, pela “abdicação da atitude de objetividade e pela ‘contaminação’ do jornalismo por outras formas comunicacionais, onde a emoção e a afetividade prevalecem sobre a informação. A ficcionalização, o sensacionalismo e a hiperpersonalização destroem o sentido de aproximação à realidade objetiva” (Mesquita, 2000).

Curiosamente, quem não espera encontrar neste cenário jornalistas que, num *volte-face*, levantem a bandeira da objetividade ficará surpreso. São precisamente os constrangimentos das redações, como os prazos de entrega do material, a maior exposição a processos difamatórios, a mediação entre as fontes e os recetores, entre outros, que levam os jornalistas a resguardar-se nos “procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas e para seguirem rotinas confinadas pelos limites cognitivos da racionalidade”, como justifica também Tuchman, referindo ainda que “o processamento das notícias não deixa tempo disponível para a análise epistemológica reflexiva. Todavia, os jornalistas necessitam de uma noção operativa de objetividade para minimizar os riscos”. De forma mais pragmática, Tuchman encara um órgão de informação como uma “compilação de muitas estórias. Se muitas tivessem de ser reescritas, ele não conseguiria cumprir os seus prazos, e os lucros seriam afetados”.

Os jornalistas que responderam ao questionário que realizámos no âmbito da presente dissertação (anexo 3.1.) foram confrontados com várias perguntas, entre as quais se os

órgãos de informação tendem a focar-se no contexto de espetáculo que envolve um protagonista político; se a objetividade jornalística é inadequada ou, pelo contrário, deve cada vez mais ser reforçada nos rituais jornalísticos contemporâneos; e se os *media* têm consciência de que se converteram no tribunal que diariamente vai determinando o veredito de inocente ou culpado.

Quanto à primeira questão, os jornalistas auscultados consentiram que o espetáculo é uma realidade presente nas redações, muito particularmente na televisão. As respostas permitem-nos extrair algumas razões. Entre elas porque é economicamente mais vantajoso, porque o espetáculo garante sucesso e audiências, é mais cativante e original, porque se cria a sensação de que os mais poderosos estão a ser punidos e, como aventa Graça Franco, porque há um efeito mimético nos *media* concorrenciais.

No que concerne à segunda questão apresentada, as ideias divergem – em linha com o que havíamos preconizado. Três dos inquiridos sustentam que a objetividade é um mito. Mário Crespo refere que a precariedade não permite que a objetividade resista. Tânia Laranjo e Eunice Lourenço entendem que a objetividade é adequada, Henrique Monteiro advoga que esta deve mesmo ser reforçada e que o bom senso é o melhor caminho, e Miguel Gaspar considera que a objetividade é a nossa capacidade de relatarmos aquilo que sabemos ser verdadeiro e o conhecimento de que não sabemos tudo o que é verdadeiro.

Relativamente à terceira questão, sobre se os *media* têm consciência de que se converteram no tribunal que publicamente condena e absolve, as opiniões dividem-se. Alguns inquiridos atribuem anuência, entendendo que essa condição dos *media* é irreversível, ao passo que outros consideram taxativamente que não. Vítor Matos esclarece que “o papel dos *media* é pôr em evidência, questionar, procurar respostas”. Graça Franco entende que os órgãos de informação têm essa consciência, todavia, observa que, “quando a justiça se demite de julgar, os *media* tendem, por razões de interesse público, a preencher essa falha”. Leonete Botelho considera que o descrédito da justiça e dos políticos favorece a perceção dos cidadãos de que os jornalistas têm o papel de julgar e faculta que o público veja em cada notícia uma sentença. Martim Silva corrobora que o mal está no sistema judicial, que está longe de ser eficaz. De forma mais direta, Miguel Gaspar refere que, em muitos casos, os *media* se assumem como justiceiros, opinião validada por José Leite Pereira, que atribui os “julgamentos sumários” a um “jornalismo de sarjeta”.

2.6.3. *Um poder em risco*

Não constitui novidade a afirmação de que os *media* privilegiam o espetáculo na cobertura dos eventos, em detrimento das declarações. Aliás, um estudo empírico realizado a propósito do escândalo do Saco Azul de Felgueiras comprova esse facto (Paixão: 2014). Os eventos são convertidos em palco não só de informação mas também de entretenimento. No estudo a que aludimos, sobre a conferência de imprensa de Fátima Felgueiras, transmitida em direto pelas televisões, houve alusão à preparação da conferência, ao carácter emotivo, à roupa, aos adereços e ao penteado, às observações do advogado, entre outras.

No questionário dirigido aos jornalistas (anexo 3.1.) procurámos perscrutar se os órgãos de informação tendem a focar-se no contexto de espetáculo que envolve o seu protagonista político. Paulo Baldaia, diretor da TSF, entende que “o espetáculo dá garantias de sucesso” e que “os escândalos políticos valem, muitas vezes, mais pelas imagens que proporcionam os seus protagonistas do que pelo conteúdo da peça informativa”. Mário Crespo, da SIC Notícias, alude à questão financeira para explicar que “o espetáculo e o direto são os meios mais económicos de transmitir um tópico tabloide”. Graça Franco, diretora da Rádio Renascença, advoga que o espetáculo é um meio para conseguir mais audiência, sendo corroborada por Eunice Lourenço, da mesma rádio. Henrique Monteiro, ex-diretor do *Expresso*, entende que a humilhação de outrem cria uma sensação de justiça ao público. Vítor Matos, repórter da *Sábado*, e Paulo Magalhães, pivô da TVI 24, em sintonia, aludem à originalidade e ao escândalo enquanto fuga à normalidade para uma emissão mais apelativa.

O contexto cultural tem influência na perceção do objeto. Markovits e Silverstein (1988), tal como Thompson (1998 e 2002), já haviam chamado a atenção para esse facto, relativamente ao escândalo político. De forma mais genérica, também do ponto de vista mediático, como refere *Mar de Fontcuberta* (1999:17), “cada sociedade tem conceitos diferentes sobre o *happening*, por isso o conteúdo dos meios de comunicação refletirá o conceito dominante de notícia nessa sociedade”. Isso notou-se, no âmbito da nossa investigação, na análise ao tom das peças apresentadas pelos jornais, onde foi notório que os correspondentes brasileiros, presentes na conferência convocada por Fátima Felgueiras, foram mais descritivos, tendo-se estes debruçado mais sobre os detalhes da constituição do cenário preparado para o processo de mediatização, usando sobretudo a exposição do *infotainment* e do sensacionalismo.

O sociólogo Philo Wasburn (2002) comparou enquadramentos em que vários jornalistas oriundos de diversos países fizeram a cobertura do mesmo acontecimento. Concluiu que existem, de certa forma, padrões característicos segundo a cultura representada pelo narrador da história. Tal como dá conta também Chillón no seu estudo (2010:66-67), o trabalho de informação jornalística começa quando o jornalista entra em ação, intervindo na realidade fenoménica através dos seus critérios seletivos. E fá-lo usando a sua subjetividade, ao escolher a frase que vai citar, por exemplo. Todavia, essa frase tem um carácter objetivante, pois ela foi de facto proferida. Chillón defende então o uso da veracidade, enquanto garantia de que a realidade mostrada aos públicos é uma realidade informativa e que a verdade correspondente é uma verdade informativa. Sob este prisma, Chillón sugere uma nova compreensão da veracidade para uma nova Teoria da Informação Jornalística, que por sua vez emana da conceção de subjetividade objetivante. Ou seja, pode substituir-se o conceito tradicional de um jornalismo objetivo por uma renovada noção de “subjetividade objetivante”. O que implica assumir que o jornalismo informativo constrói, afinal, a realidade. E assim, como sublinha Traquina (2004), os jornalistas substituem a fé nos factos pela fé nas regras. Por silogismo, é o método que deve ser objetivo, e não os jornalistas.

Na altura em que Bedoya (1987) mencionou que, no âmbito dos meios de comunicação, podemos distinguir entre meios de informação e meios de opinião, o alcance da sua afirmação não tinha ainda atingido a amplitude com que hoje nos confrontamos. As novas tecnologias que nos põem em rede com o mundo através dos mais variados dispositivos, sem dificuldade e com muito fácil acesso, vão agilmente ganhando terreno aos meios convencionais. E fazem reposicionar o papel de cada um dos intervenientes no processo informativo. As redes sociais instalam-se num espaço ilimitado e convocam-nos a representar o papel que quisermos. Sem regras, um jornalista cairá no paradoxo de assemelhar-se a um mero *blogger*. Como observa o professor da Universidade de Coimbra Carlos Camponez,

“o jornalista passou a confrontar-se não apenas com a concorrência proveniente das áreas comunicativas que lhe são mais próximas, como também do próprio público que é suposto servir. O jornalismo praticado por todos não deixa de representar uma diluição do jornalismo profissional, relegando-o para um papel de provedor ou sinalizador de conteúdos disponíveis”(Camponez, 2011: 220).

E com acuidade Camponez nota que o “jornalismo do cidadão” representa um certo menosprezo das técnicas discursivas do jornalismo. Dados os constrangimentos financeiros do setor, que

origina uma certa “deslegitimação da função social do jornalista”, este vê-se “confrontado com um público mais crítico em relação ao seu papel de intermediário na esfera pública”.

Estes meios de opinião estão condenados à parcialidade. Mas será que os de informação seguirão, por rudeza de ouvido, o mesmo caminho? Consideramos que, mais do que a ameaça latente, esta pode ser uma oportunidade para que o jornalista faça eclodir um novo *ethos* profissional. O eixo da objetividade pode diferenciar o procedimento do jornalista daquele que é o espaço de comunicação usado pelos cidadãos que interagem por via das redes sociais e de outras esferas de intervenção digital, no espaço global. Numa crítica assaz incisiva, Américo de Sousa (2006) interroga: “que estranha razão poderia levar o leitor a passar um cheque em branco a um jornalista que não respeita o princípio da objetividade, quando, precisamente por isso, a maior vigilância crítica o deveria submeter?”

Mas, claro, uma objetividade fértil, para que não caia em campo estéril, deve rejeitar o realismo informativo, bem como o extremo positivista que tende a menosprezar o jornalista, potenciando o risco de transformar a profissão numa operação robotizada de transporte de factos, como adverte Chillón (2007:113). Uma subjetividade vigilante e autocrítica, acompanhada por uma objetividade como método e como intenção, da qual nos devemos ir aproximando, deve servir os propósitos de deixar falar os novos valores do jornalismo, fundando compromissos de credibilidade.

Voltemos de novo à cela onde se encontram os dois jornalistas condenados. Diante da sua nova janela, ambos correram ao mesmo tempo na sua direção. Constatou o guarda que um viu a lama. O outro, as estrelas. Na junção destas duas contemplações estaria o quadro mais próximo da realidade. E o que melhor serviria o jornalismo e o público.

2.7. CONTEXTO CULTURAL: O GATEKEEPER DO ESCÂNDALO

“Eles punham por assim dizer as mãos sobre o termómetro, consultando-o, e tomavam pela temperatura do ar o calor maior ou menor das suas mãos.”

Mona Ozouf, “Espírito público”, Dictionnaire Critique de la Révolution Française.

A comunicação é parte integrante da atividade política, e a expansão dos processos de comunicação política é fruto de um conjunto de atores que neles intervêm: por um lado, os

conselheiros de comunicação e os publicitários a quem os clientes confiam a preparação das suas prestações mediáticas e as suas campanhas eleitorais; colocando estes a sua criatividade ao serviço dos políticos, bem como a sua competência técnica e o seu saber, procurando, como escreveu Patrick Champagne, produzir nos meios políticos a necessidade do seu produto. Mas verifica-se também que os políticos reconhecem que a sua ação não deve frustrar a espetacularidade, se querem captar a atenção mediática. "A política tornou-se, assim, lugar privilegiado do espetáculo" (Serrano, 1999). Quando o ministro da Economia Pires de Lima, no início de novembro de 2014, no parlamento, falou de forma arrastada e muito entoada nas "taxas e taxinhas" do município de Lisboa, pretendendo visar o líder socialista António Costa, à data também edil na capital, ele sabia que o jeito anormal como quase solfejou o discurso acabaria por atrair a atenção das televisões, garantindo que aquilo que disse não seria esquecido. Com efeito, o discurso tornou-se viral nas redes sociais¹³³.

A espetacularidade remete-nos também, indubitavelmente, para a narrativa mediática do escândalo, dadas as suas características. Como observa Mark Fischle, "a reação do público em relação ao escândalo pode variar muito, estando implicados não só os atributos de quem o protagoniza como também a natureza do próprio escândalo" (Fischle, 2000). Este reparo traz à tona a importância dos traços culturais da sociedade. Fischle questiona se a reação à corrupção será a mesma em todas as democracias, e alude aos casos da vida íntima para interpelar qual a importância dos valores familiares na avaliação das infidelidades conjugais. Estas interrogações remetem-nos para uma dúvida que pode ser respondida a partir da referência ao contexto cultural das sociedades: por que razão os factos de natureza idêntica são nalguns casos escândalo e noutros não?

De acordo com Sahlins, um acontecimento não deve ser visto como algo fechado em si mesmo, dada a sua relação permanente com o sistema simbólico (Sahlins, 1985: 153). Um comportamento que é considerado escandaloso num país pode ser mais aceitável noutra (King, 1986: 174). Essa perspetiva é reforçada por autores como Blankenburg (2002) e Johnston (2005), que, debruçando-se sobre o fenómeno da corrupção política, notaram que este está ligado a sistemas culturais próprios de cada lugar. Também Manuel Castells sustenta que não há uma homogeneidade cultural, aludindo a demonstrações de prevalência de identidades nacionais e regionais em relação à identidade cosmopolita, embora reconheça os traços de multiculturalidade ou ainda a globalização cultural do consumismo, relacionado com a existência do mercado capitalista global (Castells, 2013: 172-173).

¹³³ <https://www.youtube.com/watch?v=SizXIoiOtZk>, acedido em 13 de janeiro de 2015.

O exemplo anglo-americano clássico prevê consequências caso um político perfilado como defensor dos valores da família cristã cometa traição conjugal. Já o padrão de escândalo político nos países nórdicos acentua a hipocrisia dos políticos que não cumprem aquilo que em campanha prometeram fazer. Em Portugal, não será excessivo presumir que prometer e não cumprir é um mero pretexto de arremesso político sem consequências na atuação dos incumpridores.

Assim, o tipo de violação de uma norma suscetível de causar escândalo pode variar de um país para outro, dependendo do ambiente histórico e cultural. Na Escandinávia, uma perversão com uma pequena despesa particular, por exemplo, é passível de causar um escândalo aparatoso. Foi o que aconteceu com Mona Sahlin, que foi vice-primeira-ministra do governo sueco. Ela viu-se acusada de má conduta por ter utilizado o cartão bancário em despesas não respeitantes à sua função, entre elas a compra de barras de chocolate Toblerone, que acabaram por dar o nome ao caso. Apesar de ter devolvido o dinheiro, não se livrou da humilhação pública (Allern e Pollack, 2012: 15-16).

As diferenças culturais estão vincadas em várias esferas da sociedade, diferenciando o modo de agir dos que a integram. Dos vários cantos do mundo islâmico surgiu a contestação à medida do presidente Sarkozy e do parlamento francês, que interditou, em 14 de Setembro de 2010, a dissimulação do rosto, pretendendo proibir o uso dos véus islâmicos integrais – burca e *niqab* – em espaços públicos. Mas a França não foi o único país europeu decidido a legislar sobre o véu islâmico integral. Bélgica, Holanda, Dinamarca, Itália, Espanha e Alemanha proíbem em diversos graus o uso destas vestimentas. Todavia, do lado dos contestatários, a divergência é apresentada com base no facto de a cultura islâmica ter enraizado este costume desde tempos remotos, vendo nele a normalidade da convivência social e o respeito pela sua religião. A nova lei, consentida em larga escala na Europa, escandalizou os conservadores islâmicos e provocou algumas reações mais extremistas. O canal Al Jazeera difundiu uma gravação áudio, cuja autoria foi atribuída a Bin Laden, então líder da Al-Qaeda, em que alegadamente este ameaça a França de sequestros e outras violências sobre os seus soldados estacionados no Afeganistão, como retaliação pela proibição das vestes islâmicas. Mas, mesmo no Ocidente, as posições não foram unânimes. Veja-se o antagonismo entre europeus e norte-americanos. Na edição de 26 de janeiro de 2010, o *New York Times*, sugeriu no seu editorial que o resto do mundo devia declarar repulsa pela medida adotada, entendendo que esta fere as liberdades individuais. Também no *Washington Post*, em 1 de maio de 2010, era clara a crítica àquilo que foi catalogado como uma “violação dos direitos fundamentais, da liberdade de expressão e de religião”.

A proibição do uso do véu islâmico é apenas um caso que convocámos no sentido de demonstrar a diferença de posições encontrada mediante a esfera cultural de uma comunidade. Isto é, um determinado facto não provoca a mesma reacção mediante o local onde ocorre. A diversidade e o contexto cultural onde um acontecimento sucede ditam a possibilidade de este provocar um escândalo. Markovits e Silverstein aludem à diversidade de culturas, referindo que aquilo que é escandaloso no Japão pode ser admitido num país europeu, dado que a moral e a consciência coletiva variam mediante o espaço e o tempo (Markovits e Silverstein, 1988:1-14). Estes dois investigadores sociais sublinham também que a perceção de um acontecimento pode ser bastante diferente, dada a diversidade do meio onde os factos acontecem, e mesmo tratando-se de homens, mulheres, jovens ou idosos.

O enfoque cultural que vem trazer pertinência à relativização do escândalo político, quebrando visões hegemónicas e globalizadas do fenómeno, pode também contender com os críticos filosóficos do relativismo pós-modernista, que acusam os que advogam a perspectiva relativista de legitimar atos censuráveis à luz da cultura ocidental generalizada. Ou seja, se todos os atos discursivos (narrativas) e consumados fossem compreendidos e com base em contextos históricos, culturais e linguísticos, de pouco valeriam fundamentos como os critérios de verdade e a racionalidade imparcial para ajuizar a normalidade desses mesmos atos. A perspectiva do relativismo pós-modernista, perfilhada por muitos antropólogos, põe em causa a validade universal da racionalidade, optando pela ótica da existência de racionalidades diversas em culturas diversas. O que, em termos redutores e mais abrangentes, poderá consentir que não existe uma única verdade e que esta depende do ponto de vista do sujeito e do seu contexto.

No que concerne ao escândalo, Thompson acredita que, mais do que uma cultura do fenómeno, há uma pluralidade política do escândalo político, com traços distintivos, tradições, procedimentos, memórias coletivas – muito graças aos *media* –, convenções e expectativas constantemente em mudança (Thompson, 2002: 150-151). Essa diversidade cultural tende a esbater-se, sobretudo devido à transformação que os novos *media* operam sobre o espaço e o tempo e, bem assim, sobre as dimensões fundamentais da vida humana. Nesse sentido, como enfatiza Manuel Castells, "as localidades são despojadas do seu sentido cultural, histórico e geográfico e reintegram-se em redes funcionais ou em conjuntos de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares" (Castells, 2011: 492).

PARTE 2

METODOLOGIA E *CORPUS* DE ANÁLISE

II. METODOLOGIA E *CORPUS* DE ANÁLISE

1. METODOLOGIA

*"Onde Sancho vê moinhos / D. Quixote vê gigantes
Vê moinhos? São moinhos! / Vê gigantes? São gigantes!"*

António Gedeão, *Impressão Digital*

Há no poema *Impressão Digital*, de António Gedeão, pseudónimo de Rómulo de Carvalho, a ilustração da subjetividade inerente ao investigador. Homem de ciências, este adverte-nos que a interpretação individual é a que prevalece em cada indivíduo que observa o objeto. Daí a necessidade, quando deparados com um trabalho desta natureza, de preceder qualquer tarefa com a assunção de que nos é exigido um esforço de atenuar ou eliminar as subjetividades possíveis, pois estas podem constituir-se num obstáculo a uma observação generalizável e não personalizada. Consideramos, por isso, como afirma Flick (2005a:3), que a influência do investigador deve, tanto quanto possível, ser secundária. Esta influência, enquanto fator subjetivo, diz respeito às características individuais e à sua visão do mundo.

A investigação em ciências sociais, ilustram Quivy e Campenhoudt (1998:15), segue um procedimento semelhante ao do pesquisador de petróleo: não é cavando ao acaso que este encontrará o que procura. O sucesso de uma pesquisa petrolífera depende muito dos seus procedimentos, tal como acontece com a pesquisa em ciências sociais. Convém recordar a oração de sapiência proferida por Boaventura de Sousa Santos aquando da abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra, em 1985, iniciando com uma alusão alegórica às ciências, cujo progresso se interpõe nos nossos costumes e hábitos que depressa ganham raízes:

“Vivemos num tempo atónito que ao debruçar-se sobre si próprio descobre que os seus pés são um cruzamento de sombras, sombras que vêm do passado que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de ser, sombras que vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser” (Santos, 1987).

No presente trabalho procuramos aferir qual a cobertura do fenómeno do escândalo político em Portugal no período democrático. Este é o nosso ponto de partida e constitui-se, por isso, na questão principal de pesquisa, tomando como desafio o contributo para a produção de conhecimento novo, habilitado a acrescentar valor à temática, conforme preconiza Deshaies

(1997). Fá-lo-emos tomando em consideração o referencial teórico que temos vindo a mencionar. Os temas suscitados neste trabalho, no seu conjunto, são parte fundamental para se refletir a importância do escândalo político na democracia portuguesa.

De referir que as ramificações que brotam da nossa questão principal vão-se constituindo em compromissos de esclarecimento entre o projeto de pesquisa e aquelas que são nossas próprias intenções de prossecução dos trabalhos. Mas, essencialmente, as questões a seguir enunciadas, as tais ramificações, visam compreender a temática na máxima extensão do seu foco e guarnecem a finalidade do conhecimento.

Interessa-nos perscrutar qual a cobertura jornalística do fenómeno do escândalo político nos semanários portugueses de referência, ao longo do período democrático. Interessa-nos também, enquanto objetivo central, cotejar se é possível identificar padrões de cobertura jornalística nos casos de escândalo político ocorridos em Portugal ao longo do mesmo período, bem como se podemos aferir a existência de tendências evolutivas. O primeiro de sete fins principais da investigação social examinados por Charles Ragin (1994) é alusivo à identificação de padrões. Este enfoque da investigação centra-se na oportunidade de reconhecer no objeto analisado os paradigmas comuns. No caso em apreço, saber o que têm de análogo os casos (mediatizados) de escândalo político, admitindo à partida a sua diversidade (Markovits e Silverstein, 1997; Sánchez, 1998; Thompson, 2002, Cunha, 2014 e 2015a).

Ragin (1994) sublinha que o conhecimento dos padrões e relações gerais é sobejamente importante, pois constitui-se como ponto de partida para compreender muitas situações específicas e conjeturar sobre o futuro. A exploração da diversidade, outro dos fins principais da investigação social, tem paralelismo com a identificação de padrões gerais, e complementa-o, até, dado que uma visão mais focada logrará encontrar casos particulares. E, dentro desses, encontrar mais minudências ainda. Daí que visemos, tendo em conta o mesmo objetivo, aferir as agendas que envolvem a publicitação do escândalo político; identificar as tendências do fenómeno; verificar se existe em Portugal alguma outra tipologia para além das três identificadas por John B. Thompson (2002) e observar se é possível corroborar as existentes a partir dos casos presentes no País. Este trabalho tem também como propósito identificar protagonistas políticos, cotejar as fontes de informação presentes na cobertura dos casos em apreço; observar os enquadramentos da cobertura jornalística; comparar a cobertura por períodos de análise e por órgão de informação; elaborar uma pesquisa comparativa entre vários jornais, tendo em consideração o seu alinhamento editorial; compreender de que forma o escândalo é usado pelos jornais e qual a sua relação com as tiragens e vendas, bem como

observar como os políticos, os *media* e o público interagem entre si e se condicionam mutuamente; bem como traçar uma escala de intensidade da cobertura mediática, em função da visibilidade atribuída pela imprensa à cobertura dos casos-tipo incluídos na análise.

O levantamento de dados levado a cabo responderá às seguintes questões: quais são as representações mais frequentes de escândalo político nos *media*; que características apresentam as tipologias; que agentes e atores se encontram envolvidos; quais os enquadramentos mais frequentes utilizados pela cobertura jornalística e quais são os *timings* de permanência dos casos de escândalo político nos *media*. As questões atrás enunciadas foram levadas em consideração no mapeamento do trabalho de pesquisa e análise através de procedimentos metodológicos a que aludiremos de seguida.

1.1. UNIDADE E OBJETO DE ANÁLISE/CORPUS

Ao estabelecermos o objetivo de extrair da história recente os escândalos políticos que eclodiram durante a democracia, para assim analisarmos a cobertura de que foram alvo, optámos por, ao invés de um *corpus* constituído por uma amostra de conveniência, estabelecer como objeto potencial de estudo a totalidade das edições de quatro semanários, *Expresso*, *O Jornal*, *O Independente* e *Sol*. De acordo com Ana Cabrera, "os jornais são fontes de grande valor e ponto de partida para a realização de múltiplos estudos em diversas áreas". Como reconhece a investigadora, "a investigação nos jornais é complexa e exige organização, diversificação de suportes metodológicos e precisão na definição dos enfoques e ângulos" (Cabrera, 2011: 7).

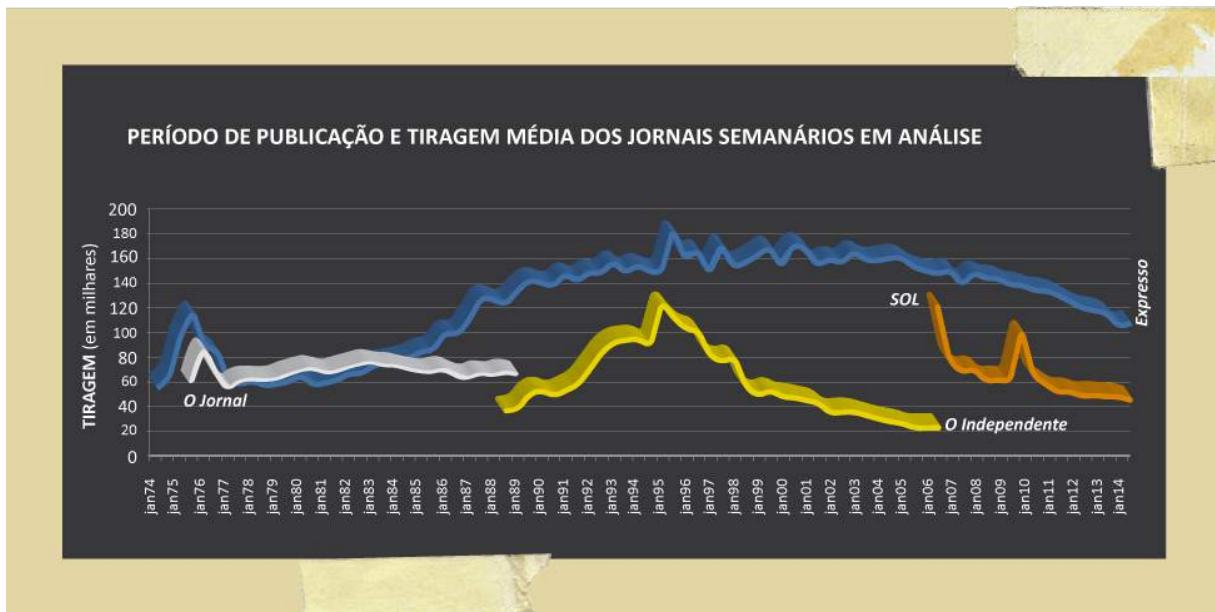
O universo do *corpus* deste trabalho é composto pelas unidades de análise (peças jornalísticas) relativas a escândalos políticos portugueses, em que são visados protagonistas políticos. As peças em foco estão presentes no caderno principal das edições dos jornais semanários *Expresso*, *O Jornal*, *O Independente* e *Sol*, no período 1974-2014. Estes órgãos de informação escrita têm uma abrangência generalista com forte propensão para a cobertura política. Optámos por excluir do *corpus* as rubricas alusivas à vida social, reconhecidas como *fait divers* e outras de natureza "cor-de-rosa", bem como as cartas de cidadãos comuns publicadas pelos jornais. Registamos como início de cada escândalo o momento em que um protagonista político toma parte dele. Conforme podemos verificar no quadro 27, analisámos 4141 edições, tendo sido apuradas 2101 edições com escândalos políticos, das quais extraímos 4739 peças noticiosas.

	Edições analisadas	Edições c/ escândalos	%	Período sob análise
EXPRESSO	2097	1004	47,9	25abr1974 - 25abr2014
O JORNAL	723	294	40,7	02mai1975 - 30dez1988
O INDEPENDENTE	922	490	53,2	06jan1989 - 01set2006
SOL	399	313	78,5	16set2006 - 25abr2014
TOTAL	4141	2101	50,7	25abr1974 - 25abr2014

QUADRO 27. Apresentação das edições analisadas e das edições onde é feita a cobertura de escândalos políticos.

Em termos cronológicos definimos o *corpus* tendo em conta o início da democracia em Portugal, estendendo-se por 40 anos, até 2014. A opção pela análise de semanários em detrimento de diários foi tomada para que a observação e a extensa recolha de material fosse comportável no âmbito da presente pesquisa. O número de periódicos que apresentamos afigura-se-nos suficiente para o cumprimento dos objetivos deste trabalho, dada a perspetiva mimética da comunicação social. Por outro lado, estes quatro jornais que compõem o *corpus* dão-nos a garantia de que, no decorrer do período estudado, coexistem dois jornais ao longo dos 40 anos, possibilitando-nos uma comparação permanente, como podemos constatar através do quadro 28, em que apresentamos também o volume de tiragem média dos quatro títulos em apreço.

O período que em Portugal vigora desde 25 de Abril de 1974 permite-nos uma abrangência temporal da representação do fenómeno do escândalo político no período democrático. Como enfatizámos na parte teórica da presente dissertação, a escolha pela contemporaneidade – 1974 a 2014 –, em vez dos tempos anteriores à Revolução dos Cravos, surge por haver características nas democracias, sobretudo nas liberais, que as tornam mais vulneráveis ao escândalo. Nomeadamente por haver partidos e grupos de interesses que se confrontam, procurando expor os pontos fracos dos adversários. Haverá, como é expectável, transgressões tanto nos regimes democráticos liberais como nos autoritários. Contudo, as transgressões dos regimes autoritários mantêm-se habitualmente numa esfera localizada do subcampo político e, caso transitem para fora dele, o próprio regime tende a controlar os canais mediáticos (vingando apenas os canais clandestinos).



QUADRO 28. Período de publicação dos jornais que compõem o *corpus* de análise e respetiva tiragem média.
Fontes: dados extraídos a partir das edições dos próprios jornais (até 1985) e APCT (a partir de 1985).

Podemos por isso compreender porque é o escândalo político “mais comum nas democracias liberais do que nos regimes autoritários”, como refere Thompson (2002:140). Markovits e Silverstein (1988:1-14) sublinham também que os regimes liberais são mais propícios ao escândalo devido à forma como se encontram organizados: com partidos, tensões, conflitos, confrontações e ataques entre opositores (internos e externos), onde o escândalo pode ser uma arma poderosa.

Como foi já referido, consideramos escândalos políticos os casos que envolvem políticos e que podem ser catalogados numa das esferas sexual, financeira, de poder e de conduta. Mas o escândalo, sendo um fenómeno que é revelado apenas quando sai da esfera privada, transferindo-se para a esfera pública por via da ação dos *media*, tem necessariamente de aparecer em mais do que uma edição do mesmo jornal, para que seja considerado escândalo. No caso dos jornais semanários terá, imprescindivelmente de aparecer em duas semanas distintas. Isto porque, no que concerne à duração do escândalo, Thompson (2002:12) defende que este terá de ser superior a um dia, dado que o primeiro restringe-se à revelação: “os escândalos mediáticos normalmente estendem-se por um intervalo de tempo que é sempre mais do que um dia e pode durar semanas, meses, ou até mesmo anos (...)” Tratando-se de jornais semanários, pelas suas características, os factos ocorridos no início da semana poderão perder potencial de noticiabilidade face a outros que tenham ocorrido no final da semana. Aliás, pelo

facto de estarmos a debruçar-nos sobre jornais com tiragem semanal, implica que tenhamos em conta, tal como sugere Fontcuberta, que

“a periodicidade determina o ritmo de trabalho em todos os meios de comunicação social. Impõe urgências e fixa prazos improrrogáveis. O jornalista trabalha sempre condicionado pelo tempo: as mensagens têm de ser atuais e interessantes para o público até serem substituídas por outras” (Fontcuberta, 1999:19).

Neste aspeto, torna-se pertinente referir que o *Expresso* é o único jornal que acompanha toda a nossa análise temporal, como é perceptível a partir do quadro 28. Os semanários *O Jornal* e *O Independente* foram criados depois do *Expresso* e tiveram vida mais curta, 17 e 18 anos, respetivamente. O *Sol*, lançado em 2006, é o mais recente. Inicialmente colocado nas bancas ao sábado, tal como o *Expresso*, o *Sol* depressa adotou a estratégia de antecipação ao concorrente *Expresso*, passando a sair à sexta-feira, tal como faziam *O Jornal* e *O Independente*. Estipulámos ter sempre presente na análise dois jornais. Nesse sentido, cessámos a análise de *O Jornal* logo no início do ano civil seguinte ao aparecimento de *O Independente*. Esta opção prende-se com a descontinuidade de *O Jornal* e também com a proeminência investigativa do novo semanário, que veio colocar um marco determinante no panorama mediático português.

Cabe igualmente salientar que as peças recolhidas, por vezes, aludem a mais do que um protagonista envolvido no escândalo. Há, inclusivamente, peças genéricas que abordam no mesmo texto vários casos alvo do nosso estudo mas que não se relacionam entre si. Daí que o número de peças não tenha exata correspondência com o somatório de alusões aos atores visados.

1.2. MODELO DE ANÁLISE

Como refere Silverman (2006: 52), o modelo de análise articula as proposições-hipóteses que se pretende testar, estando este assente em enquadramentos e conceitos. Estas hipóteses, para Deshaies (1997:246), estabelecem as relações lógicas entre conceitos, encadeando critérios de lógica a partir de informação tanto conceptual como a extraída da observação. O modelo interativo de análise que seguiremos, adaptado de Maxwell (2005) – uma versão se não decorrente pelo menos mais recente do que a proposta por Quivy e Campenhoudt (1998) –, inter-relaciona

objetivos, enquadramento teórico, métodos e validação, tendo no seu centro a questão de partida enquanto elemento norteador do trabalho, interagindo com todas as fases do mesmo.

A questão central de pesquisa que estabelecemos à partida, no início deste trabalho, pode ser assim colocada: qual a cobertura jornalística do escândalo político em Portugal feita pela imprensa ao longo do período democrático? A formulação de hipóteses de trabalho, relacionadas com esta pergunta de partida, surge em articulação também com as teorias expostas sobre o fenómeno do escândalo político. Como concebem Quivy e Campenhoudt (1998: 121), cada hipótese deve ser encarada como uma resposta provisória a determinada pergunta. Posição corroborada por Bardin, ao referir que “uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise” (Bardin, 2011: 124). No decorrer do presente trabalho, foram emergindo as seguintes hipóteses:

HIPÓTESE 1: A cobertura jornalística do escândalo tem vindo a aumentar em Portugal.

HIPÓTESE 2: Há casos de escândalos políticos ocorridos em Portugal que não encontram enquadramento nas tipologias definidas por John B. Thompson (2002).

HIPÓTESE 3: Um escândalo de grande dimensão faz desviar o foco mediático de outro que esteja já a decorrer.

HIPÓTESE 4: O contexto cultural em que uma ação ocorre ajuda a definir se o caso é escandaloso.

HIPÓTESE 5: A cobertura da corrupção tem um peso importante no escândalo político.

HIPÓTESE 6: O escândalo é uma *commodity* que interessa aos *media* e ajuda a alcançar audiências.

HIPÓTESE 7: Há maior incidência mediática nos períodos eleitorais.

HIPÓTESE 8: Os *media* tendem a focar-se no contexto de espetáculo que envolve o caso.

HIPÓTESE 9: O auge de um escândalo poderá ocorrer em qualquer etapa do seu decurso em vez de constituir-se como uma fase autónoma, como tem sido defendido.

HIPÓTESE 10: É possível (e desejável) aferir numa escala mensurável a intensidade dos escândalos políticos, para melhor os distinguirmos.

1.3. A AFERIÇÃO DA INTENSIDADE MEDIÁTICA DOS CASOS

“Mede o que é mensurável, torna mensurável o que não o é.”

Galileu Galilei

1.3.1. A medição dos assuntos nos media

Desde os tempos remotos, mais do que uma aspiração, a medição converteu-se numa ocorrência da vida quotidiana do ser humano. Quer se trate da contagem do tempo, do espaço, do peso, ou do preço dos bens de consumo, apenas para mencionar algumas das medições mais elementares usadas no dia a dia. De acordo com J. B. Tomé (1991: 9), "noções de grande ou pequeno, estreito ou largo, pesado ou leve, branco ou preto, encerram a noção de comparação com um padrão ou com uma referência: medição, afinal". Assim, a medição – ou, por silogismo, a comparação – representa uma componente essencial da dinâmica do desenvolvimento económico, embora não se confine, porém, à dimensão económica; extravasando-a amplamente (Jorge, 1993: 9). De acordo com José Manuel Chillón (2010),

“Método agora, na Revolução Científica, é combinar experiências com dedução matemática (...). Não basta observar, há que experimentar, ou seja, controlar as condições de produção dos fenómenos e simplificá-los, reduzindo-os a funções quantitativas. A objetividade da ciência realiza-se através de um procedimento, mas um procedimento de medida. O mesmo é dizer que a medida é molde com que o cientista categoriza, classifica e conceptualiza a realidade. É esta finalidade que orienta a produção de instrumentos de experimentação e de medida”.

Para ilustrar como os conteúdos mediáticos são suscetíveis de originar interesse na sua medição, expomos de seguida quatro casos meramente hipotéticos.

A. Imaginemos que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) pretende elaborar um relatório sobre o pluralismo político-partidário presente nas três televisões generalistas de canal aberto e, simultaneamente, nos três jornais generalistas de expressão nacional com maior circulação, durante os seis meses anteriores à data das eleições legislativas. Nesse avassalador trabalho assinalar-se-á a presença de atores políticos afetos a cada força partidária e far-se-á o registo, no que concerne à televisão, dos dados referentes a variáveis como a duração das peças, a quantidade de exibições e reexibições e ainda os índices de audiência monitorizados e, neles, a extrapolação da audiência média. Já para a imprensa, serão

trabalhados os dados que concernem à mancha gráfica ocupada pela peça; e a audiência será substituída pela circulação diária do jornal. Se analisados em separado, os resultados podem até ser profícuos para a avaliação do pluralismo, apesar de discutível a sua suficiência. Mas se os pretendermos agregar, no sentido de lhes atribuir um valor numa escala de intensidade da cobertura jornalística, a não correspondência de variáveis em ambos os meios de comunicação constituir-se-á num obstáculo a este desiderato. Ou seja, a mensuração acaba nesse caso por perder valor de qualidade, ficando assim comprometida. O que conduz a uma primeira questão: será possível agrupar numa mesma escala de mensuração diferentes meios de comunicação?

B. Cogitemos agora que uma entidade afeta à justiça encontra necessidade de se debruçar sobre as peças presentes em quatro jornais que, trazendo informações passíveis de violar o segredo de justiça, são concomitantemente negativas para um protagonista político indiciado por corrupção e positivas ou neutras para quem produz a acusação, pretendendo assim mensurar o valor da reputação veiculada pelos jornais relativamente a ambas as partes. Basta-lhe somar o número de peças afetas a um e as que concernem a outro para assim produzir uma conclusão credível? Não seria proficiente analisar também o tipo de página onde a peça é publicada, o destaque atribuído, em que posição da página é a peça colocada, que espaço ocupa, se contém ou não elementos iconográficos, e ainda o tom atribuído a cada um dos protagonistas em apreço? Este conjunto de dúvidas leva-nos a uma nova interrogação: será possível relacionar variáveis, introduzindo-as num procedimento matemático que tenha como resultado um valor numérico, com a menor perda possível de informação?

C. Pensando ser subestimado pelos *media*, um candidato partidário reclama que o seu adversário apareceu em 30 noticiários, ao passo que ele surgiu apenas em 25? Será a frequência, ou seja, o número de vezes que aparece, o único fator para uma apreciação fundamentada e que conduza a uma conclusão sensata? Não estará este candidato a incorrer no mesmo erro que imputamos a Gergana Yankova (2005), usando para mensurar os escândalos o número de dias que os casos permanecem nos meios de comunicação ou o número de artigos publicados? Nesse caso, em contrapartida, que variáveis deviam ser aferidas?

D. Sabendo não ser possível aferir o desfecho de um escândalo político, um gabinete de assessoria ao primeiro-ministro pretende, pelo menos, deter informação sólida sobre um caso que acabou de eclodir e que pode, se não for devidamente tratado, ditar a queda do governo. Para tal considera imprescindível proceder ao acompanhamento do caso em todos os órgãos que o desencadeiam e assim condicionam a perceção da sociedade em geral.

Resolve monitorizar tudo aquilo que é publicado nas diversas fases do escândalo, desde logo a partir da sua revelação, no sentido de mensurar a sua intensidade, compará-la com outros casos ocorridos e tentar antecipar linhas de atuação para minorar o efeito nefasto. A que instrumento deve recorrer?

Como procurámos ilustrar através dos exemplos anteriores, os casos suscitam questões de exiguidade na medição e na aferição de um valor concreto. Para o suprimento desses constrangimentos afigura-se necessária a obtenção de um padrão de referência aplicável ao conjunto de todos eles, de forma a garantir uma uniformização no procedimento de aferição, proporcionando assim uma avaliação mais normalizada.

A expansão global do conhecimento veio proporcionar que diferentes intervenientes, de vários pontos geográficos, com as mais díspares motivações e interesses temáticos diversos, possam debruçar-se sobre um mesmo objeto. Daí que se afigure cada vez mais importante uma resposta metodológica que crie um sistema de referência comum e sem levantar constrangimentos de aferição, pois as conclusões não podem depender da personalidade do observador.

Embora se saiba que os procedimentos de análise dos *media* têm como finalidade produzir conhecimento sobre os *media* e a sociedade (Cunha, 2012a: 14), alguns teóricos têm resistido a aceitar a sua inclusão no âmbito das ciências sociais, considerando-os intrusos, negando-lhes o carácter racional de outras formas precedentes de conhecimento científico com epistemologia mais consensual. Essa tentativa de recusa, porventura totalitária, é fundada numa pretensa impossibilidade de existência de outras formas de conhecimento, apenas presumindo que a verdade vive estancada na “sua” teoria.

Por outro lado, há ainda por parte dos que se dedicam ao estudo dos *media* quem considere que as formas de extração de conhecimento já estão esgotadas e que novos formatos, pasme-se, são supérfluos. Não deixa, pois, de ser irónico que o setor dos *media*, incluindo os chamados novos *media*, seja um dos mais promissores mercados mundiais, em constante mutação, não apenas pela sua permanente inovação e transformações provocadas na sociedade, mas também, e sobretudo, pelo potencial que augura trazer.

É hoje indiscutível que os cidadãos sorvem dos *media* a maior parte da informação e conhecimento de que dispõem. Estudos diversos têm vindo a demonstrar que os comportamentos resultantes do impacto da comunicação de massas, nomeadamente na formação da opinião pública (Jeffres, 1997; Norris, 2000; Graber, 2004; Lakoff, 2007;

Lavine, 2010; Mazzoleni, 2010), decorrem, em boa parte, daquilo que os *media* colocam na ordem do dia e também na forma como a abordam.

Num dos seus trabalhos sobre a cobertura jornalística da corrupção, Isabel Ferin Cunha realça que os *issues* são apreendidos pelos cidadãos em função da visibilidade que lhes é concedida pelos *media*. De acordo com essa premissa, a investigadora e professora da Universidade de Coimbra entende que "a maior ou menor saliência concedida pelos órgãos de informação a casos de corrupção teria como consequência uma maior ou menor perceção na opinião pública sobre este fenómeno" (Cunha, 2014: 380). Isto concorre para a ideia de que os *media* continuam a ser o canal privilegiado e mais amplamente usado pelos cidadãos, o que, por dedução, os torna no meio mais influente no que concerne à aquisição do conhecimento, bem como nos principais constituintes na formação da opinião pública. Isso vem reforçar de pertinência o estabelecimento de formas de mensuração normalizada e credível, que correspondam a um amplo conjunto de necessidades que na contemporaneidade são colocadas.

Não é que avulso não haja formatos elaborados para dar resposta a casos específicos, bem como variáveis individuais que correspondam a um objetivo concreto de análise. Porque, efetivamente, há. Vejamos em abstrato alguns exemplos: o tamanho das peças informativas, ou as secções e o local onde estas são inseridas, a persistência ou a extensão temporal dada pelos *media* a um assunto, permitem-nos um vislumbre, ainda que superficial, do impacto e da intensidade que o caso propaga. Mas embora as variáveis habitualmente analisadas se revistam de particular interesse e estejam relativamente ajustadas com as pesquisas, entendemos que elas acabam por condicionar o seu alcance por não ser fomentada uma interação conjunta, que agregue essas mesmas variáveis tendo em vista um resultado originado por um padrão metrológico.

Daí a necessidade de conceber uma ferramenta, tendo em consideração os indicadores mais pertinentes, tendente à criação de uma Escala de Intensidade Mediática, capaz de aferir qual o grau de intensidade mediática que tem um caso, ou cada um dos seus protagonistas, chegando a um valor numérico concreto, possibilitando a análise de um ou mais casos e, inclusive, a comparação do tratamento do assunto pelos *media*, podendo integrar os diferentes meios de comunicação – imprensa, televisão, rádio e meios na *web* – no mesmo instrumento de análise e assim obter um valor que represente a intensidade.

Chegados aqui, importa agora definir aquilo que entendemos por "intensidade mediática". Esta refere-se à persistência ou relevo dado pelos *media* a um assunto, aferido através da observação de opções editoriais, num determinado intervalo de tempo. O assunto tem maior ou menor intensidade consoante os *media* lhe atribuam editorialmente mais ou menos destaque, podendo isso ser cotejado através da conjugação de diversas variáveis presentes num dado conjunto de peças noticiosas.

Já a Escala de Intensidade Mediática (*Media Intensity Scale*), que criámos e aqui aplicamos, consiste num padrão de medição caracterizado por uma sequência de valores e de classes, aferidos através de um algoritmo construído com base num conjunto de operações numéricas, visando mensurar e classificar ocorrências mediáticas. Com a aplicação desta escala torna-se exequível o estabelecimento de um *ranking* tendo em vista graduar a intensidade que um tema tem nos *media*, permitindo não só atribuir-lhe um valor numérico concreto na escala, como também enquadrá-lo quantitativamente numa classificação segmentada em dez níveis. Em síntese, a Escala de Intensidade Mediática consiste num método matemático baseado em variáveis integradas para aferir o relevo que um caso propaga num determinado número de órgãos de informação, num dado período.

Na origem deste instrumento encontram-se três preceitos de base, com natureza distinta: um de carácter teórico, outro de âmbito normativo e um último com cunho pragmático. No que concerne ao primeiro, de natureza teórica, realça-se o conceito de *agenda-setting*, reconhecendo que esta sustenta que o público consolida no seu conhecimento aquilo que os órgãos de informação incluem ou excluem do conteúdo difundido, sendo a apreensão influenciada pela relevância que os *media* atribuem aos acontecimentos. O princípio deste condicionamento assenta na possibilidade de o público absorver uma realidade que é, em primeira instância, proveniente das escolhas dos próprios *media* e das suas perspetivas intrínsecas. O que justifica a necessidade de se proceder ao estudo e à análise dos *media* com base em padrões e normas genericamente validados, consolidados e aceites, tornando impessoal o método, sendo este o segundo preceito. De acordo com esta aceção, mais facilmente se chega ao terceiro critério, de natureza pragmática, pois ele assenta na possibilidade de dar uso à análise com a segurança da sua qualidade metrológica, permitindo uma mensuração asseverada e abrangente o suficiente para poder ser replicada em diversos contextos, gerando nessa ótica valor acrescido. Veremos mais adiante a aplicação destes princípios, empreendida no estudo da cobertura mediática de escândalos políticos.

1.3.2. Escala de Intensidade Mediática

Neste ponto procuraremos perscrutar que critérios se afiguram mais adequados para mensurar e ordenar os casos de escândalo político ocorridos em Portugal, tendo em conta a sua presença nas peças informativas.

Para tal, considerámos integrar, analisar, categorizar e medir um conjunto de variáveis frequentes na análise dos *media*, como o tipo de página, a localização da peça, o espaço ocupado ou a valorização gráfica. Neste processo é tida também em conta a data de publicação das peças noticiosas, no sentido de apurar o início e o desfecho dos temas e assim a totalidade do período em cena. Para uma mensuração da proeminência dos órgãos de informação a integrar na análise, são considerados os valores de circulação e audiência. Tratando-se de valor informativo, definimos que a unidade de análise é a peça noticiosa. Aduzimos agora como exemplo a descrição sintética das variáveis utilizadas em referência à imprensa:

- a) **IDENTIFICADOR:** Esta variável refere-se ao número de identificação de cada peça noticiosa e reflete a sua posição sequencial na base de dados.
- b) **ISSUE:** Esta variável possibilita a referência ao tema a que se reporta cada peça.
- c) **TÍTULO:** Afere a referência do objeto de análise no título da peça.
- d) **MEIO:** Distingue o órgão de informação a que corresponde cada unidade de análise.
- e) **DATA:** Identifica a data completa de publicação da peça.
- f) **TIPO DE PÁGINA:** Esta variável indica-nos em que página se encontra localizada a peça: capa; última; ímpar; par.
- g) **LOCALIZAÇÃO:** Esta variável identifica a posição da peça na página, recorrendo a quatro indicadores: peça única na página; peça principal na página; na zona superior; na zona inferior.
- h) **ESPAÇO:** Esta variável identifica a proeminência da peça na página através da mancha que ocupa, usando as classes referenciais: ≥ 2 ; ≥ 1 ; $2/3$; $1/2$; $1/3$; $1/4$; $1/5$; $1/6$; $1/8$; $< 1/8$.
- i) **VALORIZAÇÃO GRÁFICA:** O objetivo desta variável é identificar se a peça tem representação gráfica, através de fotografia, símbolos ou outro tipo de imagem.
- j) **DADOS DE AUDIÊNCIA:** Externamente à aferição direta a partir da unidade de análise, este ponto visa a obtenção de dados referentes à medição de audiência no momento em que a peça é publicada.

Vista a descrição das variáveis convocadas para utilização da análise primária do *corpus* de trabalho, importa referir o interesse de serem associados os dados de audiência. No caso da imprensa escrita, reconhecemos o proveito de trabalhar com valores de circulação, em vez de tiragem, contudo, advertimos, isso deverá ser feito apenas se houver dados que cubram a totalidade do período de análise, o que, na extensão temporal aqui analisada, se revela inviável.

Após a análise primária, as variáveis atrás descritas serão conjugadas com recurso a um procedimento matemático. A este respeito, atente-se nas considerações de Boaventura de Sousa Santos (1987), num misto de assentimento e não isento de alguma ironia:

"A matemática fornece à ciência moderna, não só o instrumento privilegiado de análise, como também a lógica da investigação, como ainda o modelo de representação da própria estrutura da matéria. Para Galileu, o livro da natureza está inscrito em caracteres geométricos, e Einstein não pensa de modo diferente. Deste lugar central da matemática na ciência moderna derivam duas consequências principais. Em primeiro lugar, conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições. As qualidades intrínsecas do objeto são, por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante."

O procedimento criado (e implementado computacionalmente) visa associar a cada peça noticiosa um valor numérico referente ao destaque dado no órgão de comunicação social onde foi publicado. Posteriormente, combinando todas as respetivas peças que concernem a cada caso em análise, obtém-se um valor referente à Escala de Intensidade Mediática, numa gradação que convencionámos ter como valores extremos zero e dez.

Esses aspetos foram subdivididos em categorias principais, que constituem quatro das variáveis atrás descritas: "Tipo de Página", "Localização", "Espaço" e "Valorização Gráfica". A cada uma destas modalidades foi associado um peso conformado em função da importância da peça informativa quando vista no aspeto em questão. Naturalmente que associamos valores de peso mais elevados quanto maior for a relevância nas ditas categorias. Com base nesses valores, foi atribuído a cada peça noticiosa um índice prévio no que respeita às variáveis acima referidas.

De seguida, procede-se a uma combinação das classificações da peça noticiosa referentes às quatro categorias principais, com recurso a uma média ponderada¹³⁴, na qual são estabelecidos os pesos respetivos de cada uma das referidas categorias, atendendo ao grau de importância que lhe atribuímos. No final desta fase, cada peça recolhida apresenta um índice numérico, numa escala de zero a dez, produto de todos os aspetos analisados.

Tendo em conta que, em cada espaço temporal, são sempre observadas peças noticiosas publicadas em, pelo menos, dois órgãos de informação, consideramos relevante, nesse sentido, tomar em conta a audiência de cada publicação. Tendo em mente esse objetivo, é dividido, sem perda significativa de informação, o período de 40 anos de notícias analisadas em subdivisões de seis meses, tendo sido recolhidos dados respeitantes às tiragens médias dos diversos órgãos de informação convocados. Como já havíamos referido antes, a opção da tiragem em detrimento da circulação deveu-se apenas à impossibilidade de, neste extenso período, conseguirmos obter dados permanentes de circulação. Com base nesses valores, ponderámos, com pesos obtidos por afixação proporcional à tiragem de cada semanário, os índices relativos às notícias analisadas, obtendo, desta forma, um novo índice que engloba, para além de todos os aspetos colhidos a partir das variáveis principais, também já o peso relativo à visibilidade do órgão de informação perante o público. De realçar ainda que a escolha de seis meses é moldável nesta escala, podendo no presente instrumento optar-se por outra aferição desejada, como a circulação diária, semanal, quinzenal, mensal, etc. Ou mesmo, tratando-se do meio televisivo, por exemplo, inserir-se dados de audiência ao segundo, ao minuto, etc. Contudo, na presente análise, convencionámos utilizar a tiragem média semestral.

Na fase seguinte deste procedimento, para cada um dos escândalos políticos, foram adicionados os índices numéricos de todas as peças noticiosas publicadas, obtendo-se um índice total e, simultaneamente, calculado um índice médio (utilizando a simples média aritmética) relativo a cada caso (*issue*) da análise.

¹³⁴ Matematicamente, existem diversos tipos de médias, as quais, do ponto de vista estatístico, configuram medidas de tendência central e que permitem uma fácil leitura e interpretação dos valores mais representativos da distribuição de uma variável. Neste trabalho são utilizadas, conforme considerámos adequado, as médias aritmética e ponderada (ou pesada). A média aritmética é a média mais comum, onde entendemos que todas as observações são igualmente importantes, sendo dada por $m = \frac{a_1 + a_2 + \dots + a_n}{n}$, onde a_1, a_2, \dots, a_n representam as n observações. No que respeita à média ponderada, é tida em conta a existência de dados que, pela sua importância, deverão contribuir mais do que outras para a média final. A importância relativa das observações é estabelecida por meio de uma escala de pesos com valores diretamente proporcionais à importância atribuída. Assim, considerando um conjunto de n observações a_1, a_2, \dots, a_n com pesos respetivos p_1, p_2, \dots, p_n , a média ponderada do conjunto de valores é dada por $m = \frac{p_1 a_1 + p_2 a_2 + \dots + p_n a_n}{p_1 + p_2 + \dots + p_n}$.

Para que a Escala de Intensidade Mediática possa incorporar outros agentes que permitam distinguir adequadamente as intensidades dos diferentes temas analisados, são levados em conta fatores que, sem perda de generalidade e flexibilidade do índice criado, devem ser alvo de análise. Referimo-nos à *Frequência* (número de notícias publicadas em cada *issue*), *Duração* (hiato temporal entre a primeira e a última notícia referente ao término de um período convencionalizado como o desfecho do caso em análise) e *Densidade* (quociente entre o número de peças e a duração do escândalo). Para cada um destes três fatores, compilámos todos os valores observados referentes à totalidade de *issues* e, após necessária ordenação, determinámos os quatro quartis¹³⁵ das amostras correspondentes à Duração e Densidade e os percentis de 10% em 10% no que concerne à amostra da Frequência. Notamos que tal escolha de quatro percentis¹³⁶ em dois dos fatores e dez percentis no outro fator foi motivada pela maior heterogeneidade dos valores apresentados pelo fator Frequência, o que nos conduziu à consideração de mais classes.

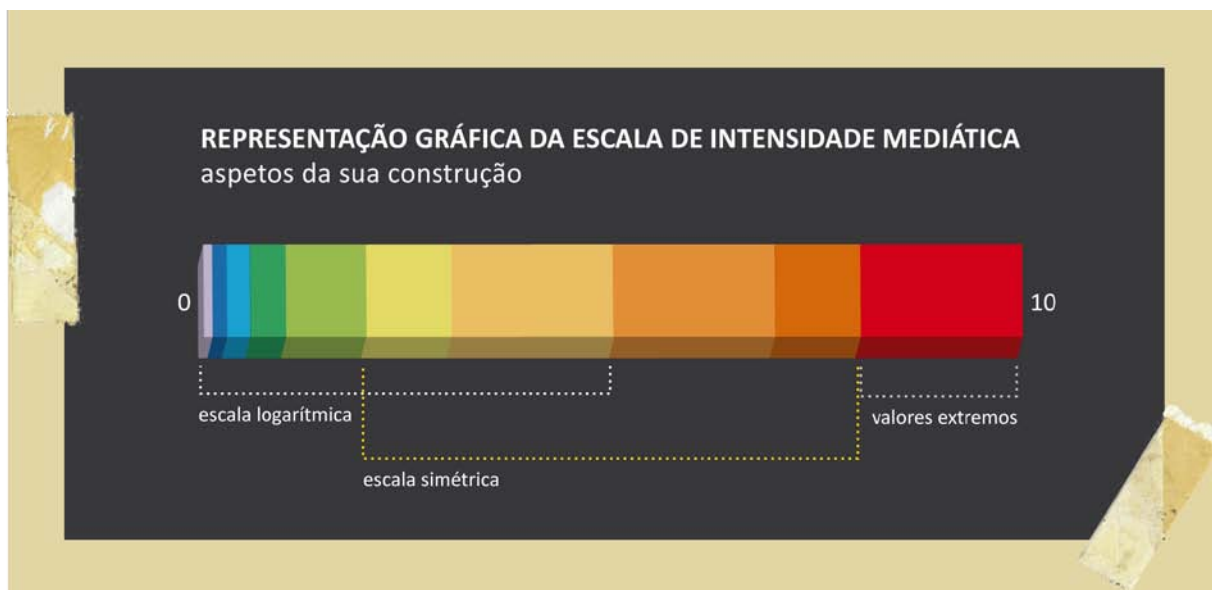
Com base nos valores dos percentis, não esquecendo que realizámos esse processo paralelamente para os três fatores, subdividimos as amostras em quatro (ou dez) classes de importância relativa a, como já referimos, *Frequência*, *Duração* e *Densidade*. Consoante os valores dos três fatores, identificamos a classe¹³⁷ à qual ele pertence. A cada uma das classes foi atribuído um peso ensaiado e testado, e multiplicámos o índice médio de cada *issue* (caso de escândalo) por esse conjunto de fatores. Obtivemos assim, após uma conveniente mudança (matemática) de escala, um índice final mediático de cada escândalo observado no estudo.

Finalmente, sem perda de generalidade e com vista a uma melhor análise da Escala, subdividimos em dez classes ou níveis de intensidade mediática o intervalo de valores que o índice pode tomar, criadas empiricamente com base na análise da aplicação da Escala ao conjunto dos escândalos. Intencionalmente, as suas subdivisões, ou a sua classificação, não têm todas a mesma amplitude mas, antes, optámos, com o objetivo de efetuar a distinção clara e objetiva dos casos analisados, por utilizar uma escala mista. No quadro seguinte, apresentamos uma representação gráfica desta Escala.

¹³⁵ Optámos, neste trabalho, pela utilização de percentis, dada a sua moderada sensibilidade a valores extremos.

¹³⁶ Designaremos, no que se segue, os quartis também como percentis.

¹³⁷ Entendemos por classe um conjunto de valores (possivelmente díspares) aos quais atribuímos o mesmo grau de importância, isto é, sem perda significativa de exatidão, consideramos todos os elementos de uma mesma classe como homogêneos no que respeita à variável em estudo.



QUADRO 29. Representação gráfica da Escala de Intensidade Mediática, atendendo aos seus intervalos.

Como podemos observar, no início da escala (para valores muito baixos do índice) consideramos uma escala do tipo logarítmico (tal opção prende-se com a necessidade de distinguir entre valores reduzidos, mas próximos). Na parte central da escala (sobrepondo-se com o final da escala logarítmica) levamos a efeito uma escala do tipo simétrico (dado o nosso entendimento de que as classes centrais devem ter maior amplitude do que as classes mais afastadas). No que concerne ao extremo superior da escala, consideramos uma classe única para valores de índice que designamos por extremos e que, pela sua natureza, ocorrem com reduzida frequência.

CLASSIFICAÇÃO	INTERVALO
Extremo	≥ 8
Muito Grande	7 - 7,99
Grande	5 - 6,99
Relevante	3 - 4,99
Moderado	2 - 2,99
Brando	1 - 1,99
Ligeiro	0,6 - 0,99
Pequeno	0,3 - 0,59
Muito Pequeno	0,1 - 0,29
Micro	0 - 0,09

GRADAÇÃO DA ESCALA DE INTENSIDADE MEDIÁTICA
versão de ensaio

QUADRO 30. Gradação da Escala de Intensidade Mediática atendendo à sua classificação e respetivos intervalos.

Como tínhamos preconizado, uma das maiores dificuldades na aferição da intensidade mediática coloca-se quando um tema surge em diversos meios, dificultando a sua análise conjunta com recurso a um único instrumento. A presente escala permite analisar e comparar a intensidade mediática, conjugando variáveis e meios. No que concerne aos meios, entendemos ser possível agrupar na mesma análise a imprensa, a televisão, a rádio e vários suportes na *web*, sendo para tal necessário o estabelecimento de uma correspondência valorativa que permita atribuir valores equitativos de medição. Sobre essa vertente não nos debruçaremos na presente dissertação, dado estarmos a operar unicamente com o meio imprensa escrita.

1.3.3. Índice de Reputação Mediática

A partir do procedimento matemático que nos concede chegar à Escala de Intensidade Mediática, é possível injetar uma nova variável, designada "Tom", apurada em cada unidade de análise, que fornece um valor ponderado visando distinguir em cada *issue* a percentagem de enfoques positivos, neutros e negativos respeitantes ao objeto da peça noticiosa, seja ele um indivíduo ou um assunto. Assim, o Índice de Reputação Mediática (*Media Reputation Index*) refere-se ao modo como o protagonista do escândalo é retratado na notícia. Note-se que o "Tom" reporta-se sempre aos visados, não se pretendendo com isto catalogar a peça, mas, sim, proceder a uma extrapolação do conteúdo face aos protagonistas ou tema em estudo.

É assinalado o tom dominante, levando em consideração as categorias “positivo” (favorável), “negativo” (desfavorável) e “equilibrado/neutro” (intermédio) para catalogar as peças em que o protagonista é visado. Classifica-se como “positivo” quando, no contexto em que surge, o protagonista é associado essencialmente a situações de sucesso, seriedade, credibilidade, absolvição, mérito, resolução de problemas, destaque de virtudes, valores de retidão, honestidade, probidade, lisura, etc. Classifica-se como “negativo” quando o protagonista é particularmente associado a situações de incumprimento, insucesso, condenações, suspeições, alvo de crítica, censura e reprovação, envolvimento em situações polémicas, quebra de compromissos, etc. Classifica-se como “equilibrado/neutro” quando o protagonista é associado a situações em que as valorações positivas e negativas se equilibram ou são inexistentes.

Ponderando cada peça noticiosa com o respectivo valor final na Escala de Intensidade Mediática, foi determinada, para cada escândalo (que consideramos com a súmula das peças que o compõem), a percentagem pesada final de cada uma das categorias (negativo, neutro ou positivo). Tais percentagens permitem-nos aferir a reputação final do protagonista após o escândalo, dando cumprimento ao objetivo de, com este índice, perscrutar a tendência geral relativamente à reputação do protagonista.

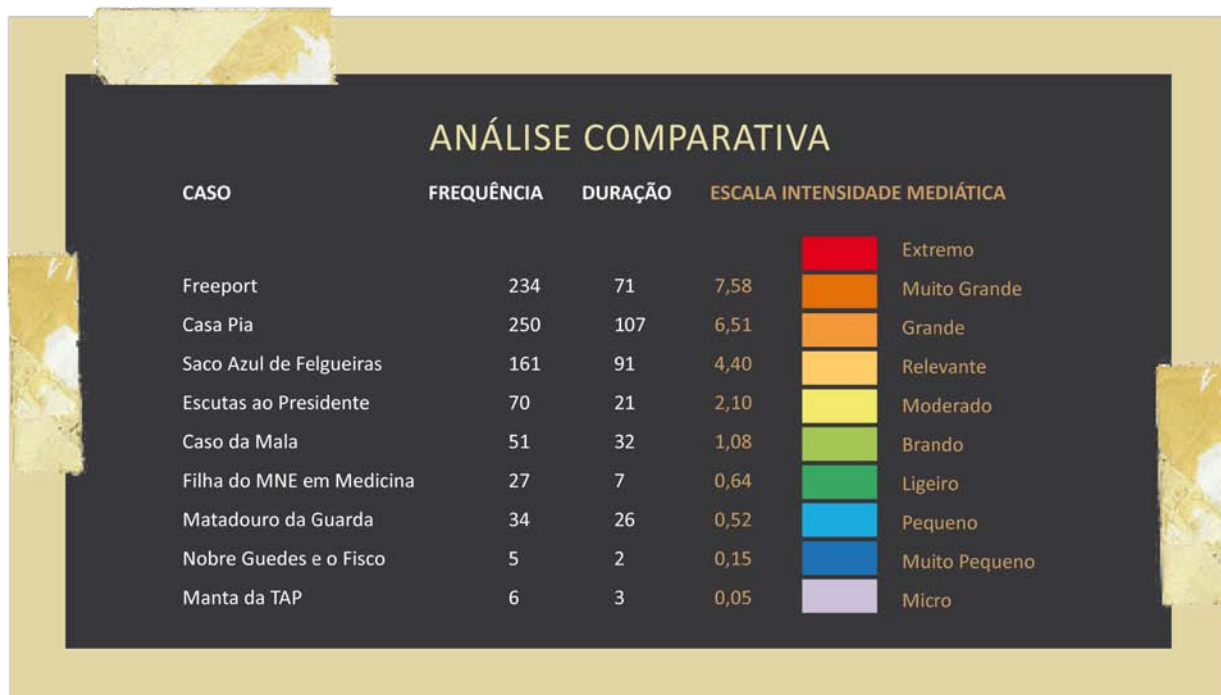
Adicionalmente, e no caso concreto do escândalo político, atendendo a que este é maioritariamente negativo para o protagonista, calculamos ainda um índice relativo ao quociente entre as percentagens ponderadas de peças negativas e de peças não negativas (soma das percentagens ponderadas de peças neutras ou positivas).

1.3.4. Ensaio operativo da Escala de Intensidade Mediática

A Escala de Intensidade Mediática funciona operativamente através de um instrumento de medição que realiza as operações conducentes à obtenção de um valor. Este instrumento de medida recebe as variáveis de entrada, ou seja, as variáveis observadas, e dá como resposta um valor numérico. A sequência de operações, designadas por Processo de Medição, diz respeito à "totalidade da informação, equipamento e operações relativas a uma dada medição" (Antunes, 1994: 27).

De acordo com o que temos vindo a referir, esta escala será aqui testada na análise da cobertura mediática dos escândalos políticos em Portugal no período democrático, uma vez que a extensão temporal e o volume de peças, bem como o número de casos, fornecem garantias prévias de abrangência para este ensaio.

Para podermos observar com maior minudência o comportamento da escala, em comparação com variáveis isoladas que estaríamos a usar em alternativa a este instrumento, o quadro seguinte mostra a análise de nove casos, que para aqui convocámos atendendo aos diferentes níveis de magnitude, de forma a preencherem cada patamar de classificação da escala.



QUADRO 31. Análise comparativa da medição de nove casos através das variáveis Frequência e Duração, e da Escala de Intensidade Mediática, selecionando um caso de cada uma das classificações da EIM, à exceção da categoria “Extremo”, dada a sua inexistência.

Assim, o quadro 31 mostra-nos que a segmentação da Escala de Intensidade Mediática, que estabelece uma ordenação linear decrescente (a partir da variável Frequência), do grau extremo para o micro, não teria correspondência se analisássemos isoladamente cada uma das variáveis postas em foco: se a Frequência (número de peças) mostra desordenação de casos, então a variável Duração enfatiza ainda mais essa conclusão. O que torna por demais evidente que uma análise isolada de cada Frequência não espelha a real intensidade que um caso propaga nos órgãos de informação, ao passo que a Escala de Intensidade Mediática proporciona uma avaliação substancialmente mais agregadora, integrando várias variáveis e possibilitando uma síntese depurada sem perda da informação contida em cada uma das variáveis estudadas.

O quadro seguinte permite-nos constatar a discrepância das linhas correspondentes a cada variável, tendo em conta os nove casos selecionados de entre os casos de escândalo político em Portugal. Assim, a Escala de Intensidade Mediática não se encontra em linha com a análise feita individualmente pelas restantes variáveis, uma vez que agrega um conjunto de procedimentos, de acordo com o que já foi anteriormente referido.



QUADRO 32. Comportamento dos gráficos mediante a variável de aferição Frequência e Duração vs. Escala de Intensidade Mediática.

Afigura-se irrefutável que a medição, em sentido lato, é "essencial ao desenvolvimento técnico exigido para a manutenção do padrão de vida alcançado nas sociedades mais desenvolvidas" (Jorge, 1993: 46). Com efeito, aquilo que procuramos demonstrar neste ponto, com a abordagem à Escala de Intensidade Mediática, é a proficuidade da utilização de um instrumento na análise dos *media* que possibilite a agregação de variáveis, através de um procedimento matemático, apoiado computacionalmente, associando a cada peça noticiosa um valor numérico, tendo em consideração fatores e variáveis extraídos das peças noticiosas, para assim chegarmos a conclusões mais contextualizadas sobre os *issues* em estudo, enfatizando novamente a impessoalização deste instrumento de medida.

Apesar de a aplicabilidade concreta aqui evidenciada assentar nos casos de escândalo político em Portugal, procurámos também deixar claro que este instrumento permite a generalização e a extrapolação para uma vasta amplitude de temas que são mediatizados.

Importa igualmente realçar que a comparação é uma das faculdades que esta escala possibilita, o que vai ao encontro das teorias da metrologia, cujo êxito se encontra plasmado sobretudo em três razões: baseia-se em termos inequívocos de comparação, é aferível através de métodos de medição com suporte tecnológico e, por último, faculta que o conceito possa ser universal e transversal a vários temas, independentemente da distância geográfica ou da disparidade institucional (Jorge, 1993: 56).

1.4. OUTROS INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE

Nesta investigação, optámos pelo recurso ao método hipotético-indutivo, partindo antes de mais da observação de fenómenos empíricos, visando a generalização do seu entendimento, tendo em perspetiva a enunciação de hipóteses a partir dos dados observados, estabelecendo padrões e discutindo teorias, conforme preconizam Webber (1995), Quivy e Campenhoudt (1998:144-145) e Cunha (2012a: 22). Utilizaremos na presente dissertação o estudo de caso, seguindo as aceções de Yin (2001) e Cunha (2007 e 2012a), reiterando a ambição de encontrar padrões na cobertura do escândalo político.

Empregaremos uma pesquisa descritiva, uma vez que é nosso intuito a observação dos factos, o seu registo, análise, classificação e interpretação, com o mínimo de interferência do pesquisador no âmbito dos dados empíricos. Todavia, o uso de um questionário de pergunta aberta, bem como de dois inquéritos que realizámos e que exporemos mais à frente, exige-nos que a pesquisa robusteça o seu objetivo exploratório.

1.4.1. A triangulação enquanto método utilizado

No decurso do método de investigação adotado, optámos pelo uso da triangulação, elaborando o contexto que incide sobre os *media*, procedendo à análise de conteúdo e apoiando-nos também em estudos de opinião realizados no âmbito deste trabalho. A triangulação é um termo amplamente utilizado na literatura, sendo percecionado como um conceito central na integração metodológica, visando essencialmente a articulação, na sua forma de abordagem, de métodos quantitativos e qualitativos, como referem Fielding e Schreier (2001) e Flick (2005a).

Tanto em Paul (1996) como em Cox e Hassard (2005) encontramos a apologia de que a triangulação permite um retrato mais completo e holístico do fenómeno em estudo. Do mesmo modo, também Patton (1990) afirma que uma forma de fazer um plano de investigação mais sólido consiste em recorrer à triangulação, ou seja, à combinação de metodologias no estudo dos mesmos fenómenos. Fielding e Schreier (2001) sintetizam que a mais-valia da “triangulação” consiste não em retirar conclusões fidedignas e precisas, mas permitir que os investigadores sejam mais críticos face aos dados recolhidos. Essa possibilidade analítica da triangulação concede-nos integrar diferentes perspetivas no

fenómeno em estudo (Kelle, 2001; Kelle e Erzberger, 2005; Flick, 2005a), podendo a partir das descobertas colher novos paradoxos ou mesmo contradições. A triangulação intermétodos (Denzin, 1989) ou, analogamente, a triangulação metodológica (Cox e Hassard, 2005) simplifica-se na combinação de métodos quantitativos e qualitativos (Fielding e Schreier, 2001; Flick, 2005a).

No que concerne aos métodos quantitativos, um dos seus objetivos assenta na generalização dos resultados, os instrumentos de recolha de dados são predefinidos e o pesquisador parte da teoria existente ou de resultados anteriores, pelo que a teoria antecede o objeto de investigação, ao passo que, nos métodos qualitativos, o investigador é considerado o principal elemento da pesquisa e da produção do conhecimento, assumindo-se a sua subjetividade (Flick, 2005a: 6).

1.4.2. Estudos de opinião

As teorias sociais provêm de um diálogo contínuo entre pesquisadores e outros elementos. Desse cruzamento de interesses emergem ideias, que podem combinar-se entre si para produzir novas conceções férteis e originais. Como refere Ragin (1994), a partir das formas existentes, pode seguir-se para uma nova perspetiva e uma nova fonte de hipóteses, ampliando o repertório de ideias, mediante a comprovação de dados concretos. E assim é possível inclusive melhorar a qualidade da reserva de ideias que utilizam os cientistas sociais. Neste âmbito, ao longo do presente trabalho, desenvolvemos três instrumentos de apoio visando auxiliar-nos nas respostas às hipóteses que foram sendo formuladas, dizendo estes respeito a:

a) um questionário composto por 15 questões, respondido por 14 jornalistas, entre junho e dezembro de 2012, procurando o seu posicionamento face aos escândalos políticos. Os profissionais (e respetivas funções à época) que responderam às questões solicitadas foram: Paulo Baldaia (diretor da TSF), José António Saraiva (diretor do *Sol*), Henrique Monteiro (ex-diretor do *Expresso* e diretor-coordenador editorial de multimédia e novas plataformas da Impresa), Graça Franco (diretora da Rádio Renascença), José Leite Pereira (ex-diretor do *Jornal de Notícias*), Leonete Botelho (editora de Política do *Público*), Mário Crespo (jornalista da SIC Notícias), Martim Silva (editor de Política do *Expresso*), Miguel Gaspar

(diretor-adjunto do *Público*, falecido em junho de 2014), Paulo Magalhães (pivô da TVI 24), João Luís Campos (diretor-adjunto do *Diário de Coimbra*), Eunice Lourenço (chefe de redação da Rádio Renascença), Tânia Laranjo (editora e grande repórter do *Correio da Manhã*), Vítor Matos (jornalista da *Sábado*) (anexo 3.1.);

b) um inquérito à população de quatro concelhos do País, designado “inquérito 1”, relativamente à forma como adquire conhecimento do que se passa no mundo, obtendo cinco mil respostas validadas (anexo 3.2.);

c) um segundo inquérito, designado “inquérito 2”, dirigido à comunidade em geral, pretendendo aferir a sua perceção face a particularidades da vida política, do funcionamento da justiça e dos *media* (anexo 3.3.).

1.4.3. A análise de conteúdo

Dada a extensão do *corpus* de análise, afigurou-se-nos mais profícua a utilização da análise de conteúdo, escorados em Quivy e Campenhoudt (1998: 227), para quem esta tem um importante lugar na investigação social, dado oferecer a possibilidade de “tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade”, acrescentando ainda que “permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva”. A análise de conteúdo aqui refletida inspira-se fortemente nos trabalhos que têm sido apresentados por Isabel Ferin Cunha, mormente no que se refere à cobertura mediática das eleições europeias, legislativas e autárquicas (2012b), bem como à cobertura da corrupção política (2014 e 2015a).

No âmbito da análise de conteúdo, recorreremos predominantemente à análise temática categorial, dado ser esta que mais diretamente “calcula e compara as frequências de certas características previamente agrupadas em categorias significativas” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 228). Os mesmos autores acrescentam que este tipo de análise se baseia na “hipótese segundo a qual uma característica é tanto mais frequentemente citada quanto mais importante é para o locutor”, sendo o seu procedimento essencialmente quantitativo.

O tratamento das peças recolhidas nos jornais semanários *Expresso*, *O Jornal*, *O Independente* e *Sol*, foi feito a partir de uma base de dados em SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), tendo integrado 24 variáveis associadas em função dos dados extraídos, referentes à Forma, ao Conteúdo e ao Discurso. Como refere Cunha (2007: 28), o primeiro grupo de variáveis “descreve as particularidades do meio de comunicação analisado”; as variáveis de Discurso “incidem sobre as características do tratamento das temáticas”; enquanto as variáveis de Conteúdo “visam codificar os temas – a substância da comunicação política – e são construídas tendo como suporte teórico a bibliografia de autores reconhecidos na área”. Em síntese, podemos observar o seguinte agrupamento de variáveis:

A análise referente à “FORMA” (anexo 2.1.) reporta-se às variáveis: Registo das Peças (**var1**), Identificação (**var2**), Órgão de Informação (**var3**), Dia (**var4**), Mês (**var5**), Ano (**var6**), Página (**var7**), Localização no Jornal (**var8**), Posição na Página (**var9**), Espaço/Extensão (**var10**), Género Jornalístico Dominante (**var11**), Assinatura/Autor (**var12**), Nome do Autor da Opinião (**var13**) e Valorização Gráfica (**var14**).

A análise referente ao “DISCURSO” (anexo 2.2.) refere-se às variáveis: Fontes (**var15**) e Tom (**var23**).

A análise referente ao “CONTEÚDO” (anexo 2.3.) diz respeito às variáveis: Tipologia Predominante (**var16**), Fase (**var17**), Caso (**var18**), Ator (**var19**), Ligação (**var20**), Relevância (**var21**) e Organização (**var22**).

Como havíamos já assumido, este trabalho tem o intuito de analisar a cobertura mediática do escândalo político em Portugal, a partir de quatro semanários nacionais de referência (*Expresso*, *O Jornal*, *O Independente* e *Sol*), cuja síntese histórica descreveremos no ponto seguinte.

2. OS JORNAIS QUE INTEGRAM O *CORPUS* DE ANÁLISE

2.1. SÍNTESE HISTÓRICA DO *EXPRESSO*



FIGURA 13. Vários aspetos da capa do *Expresso* ao longo da sua existência e a sua edição digital diária.

Primeira edição: 6/01/1973.

Diretores: Francisco Pinto Balsemão (1973-1979), Marcelo Rebelo de Sousa (1980-1981), Augusto de Carvalho (1981-1983), José António Saraiva (1983-2005), Henrique Monteiro (2006-2010), Ricardo Costa (2011-atual).

Género: Informação geral.

Localidade: Lisboa.

Periodicidade: Semanário, publicado aos sábados (com uma edição diária *on-line* desde 6 de maio de 2014).

Estatuto Editorial: (anexo 1.1.)

O semanário *Expresso* foi iniciado por Francisco Pinto Balsemão, uma das mais influentes personalidades da vida pública portuguesa, fundador do PPD/PSD, primeiro-ministro entre janeiro de 1981 e junho de 1983, empresário da comunicação social desde jovem, impulsionador da primeira estação televisiva privada em Portugal e membro do reservado e elitista clube Bilderberg. Com 35 anos, Balsemão quis escrever a sua própria história num ramo onde já estava a sua família, uma vez que o pai e o tio eram os proprietários do maior vespertino de Lisboa, o *Diário Popular*, onde este se estreara como jornalista profissional.

Balsemão era desde 1970 deputado independente à Assembleia Nacional, representando a chamada “ala liberal”, juntamente com nomes como Sá Carneiro e Magalhães Mota. Foi aí que apresentou e defendeu um projeto de lei favorável à liberdade de imprensa. E, embora a relação crispada com Brás Medeiros, sócio da família no *Diário Popular*, já viesse de trás, as suas posições políticas agravaram a situação e precipitaram a venda do jornal a um grupo ligado ao Banco Borges & Irmão (Cabrera, 2006: 86). Com o resultado da venda da sua quota de 16% da empresa detentora do diário, Balsemão decide investir no seu próprio jornal, assumindo 53% do capital social e convidando para sócios a família Ruella Ramos (Renascença Gráfica), Manuel Bullosa (distribuição), a Sociedade Nacional de Sabões (que detinha a agência de publicidade CIESA), a família Botelho Moniz (Rádio Clube Português) e outros amigos como Luís Vasconcelos, Luís Ferreira de Sá, António Patrício Gouveia e Ruben Andresen Leitão (Cabrera, 2006: 88-90). Inspirado pela qualidade de alguma imprensa inglesa, como *The Sunday Times* e *The Observer*, o *Expresso* apresenta-se em 6 de janeiro de 1973 com o formato *broadsheet*, fundindo no mesmo corpo um primeiro caderno de caráter mais noticioso e um segundo caderno designado *Revista*, com temas mais longos e algum entretenimento. Essa primeira edição, com 24 páginas, ultrapassou os 60 mil exemplares de tiragem, custando 5\$00.

As iniciais MRS – de Marcelo Rebelo de Sousa – aparecem em 3 de fevereiro de 1973, estreando-se na análise política. Mas Marcelo viria a incompatibilizar-se com Balsemão, e a sua permanência no *Expresso* é recordada como equívoca e desordeira. Tornou-se célebre o episódio em que Marcelo Rebelo de Sousa escreveu no meio de um texto do suplemento *Gente*, desprovido de contexto, a estranha frase “O Balsemão é lelé da cuca”. Marcelo tê-lo-á feito aparentemente para demonstrar a uma pessoa amiga até que ponto iria a sua ousadia e liberdade. Isso é corroborado pelo jornalista e biógrafo de Marcelo Rebelo de Sousa, Vítor Matos, ao referir que, durante uma pausa no restaurante Pabe, Marcelo discute com Margarida Salema e afiança que tem liberdade para fazer o que quiser, da análise política às puras notícias ou às bisbilhotices da *Gente*, a sua liberdade é total. Ela desafia-o: “Não és capaz!... Não és capaz de dar uma porrada ao Balsemão.” Ao voltar para o jornal, Marcelo pega nas provas do suplemento *Gente* e dá indicação na margem da página para que seja acrescentado o “lélé da cuca”. No dia 5 de agosto de 1978, aparece a frase desgarrada no meio do texto, sem qualquer nexos. Podia ter passado despercebida a muitos, mas não a Balsemão, leitor muito atento, que naquela altura se encontrava de férias no Algarve e não gostou de ser ridicularizado no seu jornal quando leu o artigo: “Divergências: O *Diário de Lisboa* da quarta-feira passada titulava, perentório, que Eanes, no seu discurso, não quisera ser o Sidónio Pais de Mateus. O Balsemão é lélé da cuca.” O episódio marcaria nefastamente as relações entre o diretor e aquele

subdiretor. Ainda assim, em janeiro de 1980, com a emergência da entrada de Balsemão no governo de Sá Carneiro, este nomeia Marcelo para diretor interino, mesmo apesar da desconfiança. Como refere a revista evocativa dos 40 anos do *Expresso*¹³⁸, Balsemão chega a convidar, sem sucesso, Fernando Ulrich para o seu lugar, dado que este era já colaborador do jornal e responsável, entre 1973 e 1974, pela secção de mercados financeiros, chegando a assinar textos com o pseudónimo Vicente Marques. Ulrich, próximo do PSD, viria mais tarde a trabalhar como chefe de gabinete de dois ministros das Finanças no governo liderado por Balsemão e chegou, em 2004, a presidente do BPI – Banco Português de Investimento.



FIGURA 14. *Expresso*, 5 de Agosto de 1978, p. 24, contendo a desgarrada frase “O Balsemão é lelé da cuca”.

Com uma redação constituída inicialmente por dez jornalistas, este semanário, como assinala o Observatório da Imprensa, “desempenhou um destacado papel histórico ao procurar desafiar a censura na fase final da ditadura do Estado Novo, indo muito mais longe do que a imprensa instalada, presa a uma rotina a que há muito o lápis azul a tinha amarrado”¹³⁹. Ainda assim, Balsemão não duvida: “Se o 25 de Abril não tivesse acontecido, o *Expresso* teria acabado.”¹⁴⁰

Após a queda da ditadura, ainda com a atmosfera revolucionária a envolver o País, o *Expresso* teve também um papel de destaque ao constituir-se como um contraponto das correntes de esquerda (sobretudo de extrema-esquerda) que na altura dominavam a imprensa nacional. Mário Mesquita (1996: 374) corrobora esta posição sublinhando que “a maior parte da

¹³⁸ *Expresso*, 5 de Janeiro de 2013 (suplemento *Revista*).

¹³⁹ <http://observatoriodaimpresa.pt/periodicos-portugueses/expresso/>, acedido em 14 de março de 2013.

¹⁴⁰ *Revista do Expresso*, 5 de Janeiro de 2013, p. 58.

imprensa portuguesa – com raras exceções, como o *Expresso* (...) – se encontrava controlada pelo PCP e aliados ou, pelo menos, neutralizada na sua perspetiva, o que significa que não se atrevia a criticar o governo de Vasco Gonçalves (...). Mesquita refere mesmo que havia um certo “controlo censório” que era exercido “pelos tipógrafos sobre o conteúdo dos jornais” e que este “continuava a ser estimulado pelo PCP e pela extrema-esquerda” (Mesquita, 1996: 379). Numa visita a Portugal, o filósofo existencialista francês Jean-Paul Sartre caracterizou este controlo referindo que “o monolitismo imposto aos órgãos de informação estatizados não tinha por vocação explicar ou persuadir, mas agitar e mobilizar (Mesquita, 1996: 364). Sartre considera ainda que se recorria, “de preferência, a processos como a prosa oratória e triunfalista, a repetição dos chavões doutrinários, o silenciamento de acontecimentos relevantes, a transformação de boatos em notícias...” (Mesquita, 1996: 364). Pela sua exceção, o *Expresso* adquiriu um capital junto dos leitores que lhe permitiu acompanhar a transição para a democracia e continuar a afirmar-se como um dos mais influentes jornais publicados em Portugal.

Conforme nota João Figueira (2007), acrescentando um importante contributo ao debate sobre a imprensa nacional do período pós-revolução, as instalações do *Expresso* serviram de sede provisória ao PPD (PSD), em cujas bases Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa trabalhavam, sendo simultaneamente deputados e jornalistas. Aliás, Balsemão, em entrevista a Figueira, concede que o jornal veiculou bastante a opinião de colunistas da ala liberal, o que resultou numa opção jornalística de cobertura mais enfática a este hemisfério político, apesar da composição com ramificações ao PPD, ao MRPP e ao PCP (Figueira, 2007: 203), ilustrando um panorama “pluralista, mas esquerdista” (Figueira, 2009: 151). Os temas centravam-se nas novas questões da democracia e na sua construção. “Revolução” era uma palavra frequente em títulos, bem como “MFA” (Movimento das Forças Armadas) ou “Crise”. O olhar estava centrado nos novos partidos, e o jornal investia em investigações que revelassem descobertas sobre a atuação da extinta PIDE. Com frequência relatava detenções de pessoas com ligação ao anterior regime. A evocação do assassinio do general Humberto Delgado, bem como a sua investigação, era tema recorrente. A atualidade internacional era igualmente destacada nas páginas do jornal. Nos primeiros anos, discutia-se sobretudo a criação da nova lei de imprensa, a nova lei eleitoral, a convulsão por que passavam internamente alguns órgãos de informação (como *O Século*, *o Tempo*, Rádio Renascença, RTP, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*,

entre outros), as nacionalizações, a independência das ex-colónias ultramarinas, etc. Com frequência, aludia aos seus informadores como “fonte digna de crédito”¹⁴¹.

Em 1 de Março de 1975, o *Expresso* passa a ser distribuído pela VASP – Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., fundada com esse propósito. Com esta mudança, a direção do jornal espera que ele chegue a mais leitores em todo o País. Parte do capital social da VASP é adquirida pela Sojornal (empresa de Balsemão), em 1981.

A tentativa fracassada do golpe militar de 11 de março de 1975 foi relatada pelo *Expresso*. Contudo, o assunto suscitou apenas uma pequena nota de primeira página, sendo o desenvolvimento informativo dado na página 3 e na última página, onde se expõe o tratamento noticioso dado pela imprensa francesa: a revista dessa edição aborda a derrota do general António Spínola (que havia exercido o cargo de Presidente da República de 15 de maio de 1974 a 30 de setembro do mesmo ano, altura em que renunciou, tendo-lhe sucedido o general Costa Gomes). Os meios ao alcance dos jornalistas eram, de forma geral, insipientes. Sobretudo quando comparados com os que hoje são proporcionados pelos avanços tecnológicos. As edições seguintes do *Expresso* foram trazendo mais informações sobre o golpe militar, dando eco das reações provenientes de diversos quadrantes, sobretudo político e militar.

Em 19 de julho de 1975, em pleno Verão Quente, o *Expresso* anunciava na primeira página que a edição desse dia tinha uma tiragem de 110 mil exemplares. Em 23 de agosto do mesmo ano, subiu para 130 mil. Nesta altura, o *Expresso* custava 7\$50. O jornal tinha apenas 20 páginas, incluindo a revista, que era impressa no mesmo tipo de papel e formato que o jornal. Com os acontecimentos ao rubro, nesse período, as notícias frívolas que habitualmente ocorrem durante os meses de *silly season* não tiveram lugar no *Expresso*. Entre 5 de novembro de 1975 e 7 de janeiro de 1976, o jornal, através da sua edição *Expresso Extra*, que saía à quarta-feira, passa a bissemanário, proporcionando, de acordo com Vicente Jorge Silva, "acompanhar mais a atualidade" (Figueira, 2009: 152).

Uma imagem de marca do *Expresso* tem sido, ao longo destas quatro décadas, o seu *cartoon*, a cargo de António Moreira Antunes, ou só António, como rabisca por cima dos desenhos. A sua ingressão no jornal dá-se em dezembro de 1974, depois de ter passado por outros jornais (*República*, *Diário de Notícias*, *A Capital* ou *O Jornal*). António assume-se como caricaturista político. Os seus trabalhos, por vezes, fazem moça na sensibilidade dos políticos.

¹⁴¹ P.e. *Expresso*, 18 de janeiro de 1975, p. 16.

A edição de 17 de janeiro de 1976 do *Expresso* revelava na primeira página que, no dia anterior, Balsemão e João Isidro depuseram na Judiciária a propósito de um processo instaurado contra o jornal, por injúria ao Presidente da República, general Costa Gomes, através de *Kafarnaum*, o *cartoon* de António. O *Expresso* responde nessa edição: “mal vai uma revolução que perdeu a capacidade de rir”. Todavia, Balsemão e João Isidro, embora considerados culpados pelo 4.º Juízo Correccional do Tribunal da Boa-Hora, beneficiaram da amnistia outorgada aquando da eleição de Ramalho Eanes para a Presidência da República.

Em 5 de dezembro de 1992, António publicou na revista do *Expresso* um dos seus mais controversos *cartoons*, ao retratar o papa João Paulo II com um preservativo pendurado no nariz. Esta imagem fez correr muita tinta. Mais tarde, na edição de 21 de março de 2009, António volta a assinar um *cartoon*, colocando o sucessor de João Paulo II, o papa Bento XVI, com um preservativo envolvendo toda a cabeça, na sequência das declarações do sumo pontífice em que este considerou que esses contraceptivos podem fazer “aumentar o problema” da sida em África, um dos continentes mais afetados pela pandemia. Esperando nova polémica, o *Expresso* publicou no seu *site*, na véspera da publicação em papel: “Porque julgamos que esta é a única forma de preservar a liberdade de expressão, voltamos a publicar um trabalho de António suscetível de gerar acesa polémica”.



FIGURA 15. Composição de *cartoons* de António.

Em 1983, este cartoonista recebe um dos muitos galardões por si conquistados, o Grande Prémio no XX Salão Internacional de *Cartoon*, em Montreal, pelo trabalho em que retrata a invasão israelita do Líbano. Os seus desenhos começam a ser divulgados pela agência internacional Cartoonists & Writers Syndicate. Um outro trabalho distinguido foi o relativo a uma capa sobre as legislativas de 2011, com um lobo mau em primeiro plano.

A revista do *Expresso* deixa, em 7 de maio de 1977, de ser impressa no formato do jornal e, embora com o mesmo tipo de papel, passa a ter metade do tamanho, distinguindo-se de forma mais evidente do caderno principal. A partir de 17 de setembro desse mesmo ano, Vasco Pulido Valente assina uma coluna de opinião regular na primeira página do *Expresso*, intitulada *O País das Maravilhas*. A capa da revista, embora em papel de jornal, aparece a cores, na edição de 3 de dezembro de 1977.

A primeira edição de 1980 trouxe a novidade da saída de Francisco Pinto Balsemão, ao fim de sete anos no cargo de diretor, figurando como diretor-interino Marcelo Rebelo de Sousa. A razão prendia-se com a sua entrada no governo de Sá Carneiro, como ministro-adjunto do primeiro-ministro. Balsemão escreveu na última página do caderno principal dessa edição, de 5 de janeiro de 1980: “Sai um diretor, entra outro, por agora com a precaução de ser um diretor-interino. E é tudo.” A palavra “precaução”, tendo como destinatário Marcelo Rebelo de Sousa, ressuscita a má digestão que Balsemão fizera do episódio “lelé da cuca” e também de um outro ocorrido antes, em maio de 1973, quando Marcelo, aproveitando uma deslocação de Balsemão a Espanha, decidiu desrespeitar três dezenas de cortes impostos pelo Exame Prévio/Censura à edição de 2 de junho, deixando “furioso” o diretor-geral de Informação, Geraldês Cardoso, que “retalia, impondo uma dupla censura: não apenas aos textos, mas às próprias provas de página”¹⁴².

Sob a batuta de Marcelo, o *Expresso* fica ligeiramente mais arejado e com um *layout* mais limpo, embora mantenha a matriz que vinha seguindo desde a sua fundação. A secção económica foi alargada e reapareceu a secção de desporto. O diretor-interino conserva a sua coluna de análise política na segunda página e passa a dar maior importância ao *cartoon* de António. Nessa altura, o *Expresso* custava 15\$00.

Após um ano de estar interinamente a comandar o jornal, Marcelo assume o cargo efetivo de diretor, em 7 de janeiro de 1981, por nomeação do conselho de administração da Sojornal, empresa proprietária do *Expresso*. Augusto de Carvalho foi reconduzido na função de subdiretor. Nessa altura, na sequência da morte de Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão

¹⁴² *Expresso*, 5 de Janeiro de 2013 (suplemento *Revista*).

assumiu o cargo de primeiro-ministro, após o curto período de um mês em que o ministro Freitas do Amaral assegurou provisoriamente a chefia do governo.

Com o apoio de Augusto de Carvalho, Vicente Jorge Silva e Maria João Avillez, a partir de 21 de fevereiro de 1981, a revista aparece remodelada, adotando um formato gráfico de magazine, embora mantendo ainda o mesmo tipo de papel usado pelo caderno principal. A marca do *fait divers* é assumida no conteúdo da revista. Por esta altura, o escritor Vergílio Ferreira passa a escrever uma crónica semanal na última página do caderno principal, mas por pouco tempo, pois em 1 de maio de 1981 dava conta do fim das suas crónicas, despedindo-se: “E até um dia. Se calhar.”

O nome de Marcelo Rebelo de Sousa apareceu pela última vez no cabeçalho como diretor do *Expresso* em 29 de agosto de 1981, deixando também de exercer o cargo de administrador da Sojornal, proprietária deste semanário. A razão: transitou para o governo de Balsemão, para o cargo de secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, passando mais tarde a ocupar o cargo de ministro dos Assuntos Parlamentares.

Augusto de Carvalho ocupa o cargo de diretor interino em 5 de setembro de 1981. Balsemão confiava nele e chegara mesmo a enviá-lo, antes da fundação do *Expresso*, acompanhado pelo diretor de publicidade e por Fernando Ulrich, para um estágio no Reino Unido, trabalhando nos londrinos *The Sunday Times* e *The Observer*, com o objetivo de trazer novo *know-how* para o *Expresso*, que ia começar a editar-se em breve. Com a sua ascensão, em 31 de outubro de 1981, passa a chefe de redação o então coordenador da revista, Vicente Jorge Silva, que estava no *Expresso* desde 1974, chegado do Funchal. Contudo, a sua passagem pelo cargo foi muito curta, deixando as funções no início de fevereiro de 1982, por alegadamente se ter oposto ao veto do conselho de administração da Sojornal a António Mega Ferreira para coordenador da revista. Vicente Jorge Silva regressa assim ao lugar de origem, na revista.

Em 19 de fevereiro de 1983, José António Saraiva, arquiteto e colaborador do *Expresso*, autor da coluna de opinião *Política à Portuguesa*, então com apenas 35 anos de idade, passa a ser subdiretor do jornal. Na edição anterior, era dito sobre ele, na primeira página, que “não só pela sua competência, personalidade cultural e já longa colaboração que mantém no jornal, tem um perfil que o credencia para reforçar a linha de independência do poder político e do poder económico, característica vincada deste jornal”. Nessa altura, o *Expresso* passou dos 25\$00 para os 30\$00. Com a saída de Augusto de Carvalho, que permanece no jornal como redator principal, José António Saraiva passa a ocupar o cargo de diretor. A partir de 7 de janeiro de 1984, o *Expresso* ganha cor na primeira página e muda um pouco a paginação, colocando mais assuntos na capa. Em 17 de novembro de 1984, junta-se a José António Saraiva o novo diretor adjunto, Vicente Jorge Silva, e o novo subdiretor, Jorge Wemans.

Em novembro de 1985, o *Expresso* anuncia uma venda inédita na imprensa: a assinatura do jornal em microfilme, por 6500\$00 anuais, acrescida de 200\$00 de portes de correio. Estas microfichas têm o tamanho de um postal (10 x 14,5). A partir de janeiro de 1986, o *Expresso* passa a ser vendido a 75\$00, justificando o aumento com o elevado custo do papel e a ausência de subsídio oficial. Um ano depois, o preço volta a subir, para os 100\$00. Em outubro de 1987, a Sojornal, empresa proprietária do *Expresso*, decide entrar na Bolsa de Valores, tornando-se no mês seguinte a primeira sociedade editorial portuguesa com ações cotadas. O facto é anunciado na primeira página do *Expresso* de 17 de outubro de 1987.

A primeira baixa massiva no *Expresso* dá-se em abril de 1989, quando alguns jornalistas como Vicente Jorge Silva, Jorge Wemans, José Manuel Fernandes, Joaquim Fidalgo, José Vítor Malheiros e Nuno Pacheco saem para fundar o *Público*, diário matutino de referência financiado pelo grupo Sonae, de Belmiro de Azevedo, que aparece nas bancas em 5 de março de 1990, com um investimento de cerca de dois milhões de contos [dez milhões de euros] e meios tecnológicos que conferem ao novo projeto “uma dimensão inédita em Portugal”¹⁴³.

Mais tarde, saem para o *Público* outros jornalistas. Com a sua redação a sofrer tantas baixas, o *Expresso* viu-se forçado a fazer uma renovação, indo buscar profissionais a outros órgãos de informação, entre eles Henrique Monteiro, vindo de *O Jornal*, e João Garcia, do *Diário de Notícias*. Ao todo, nesse período, ingressaram no *Expresso* 20 pessoas, passando a redação a contar com 45 jornalistas¹⁴⁴. Joaquim Vieira, que entrara para o *Expresso* vindo da RTP, em 1981, assume o cargo de diretor-adjunto.

Em 22 de abril de 1989, o *Expresso* ultrapassa a barreira dos 160 mil exemplares, o que é inédito entre a imprensa de semanários portugueses. Em 1994, o jornal é vendido nas bancas a 340\$00 e o nome de José António Saraiva é o único a aparecer na capa. É sob a sua direção que o *Expresso* passa a ser vendido dentro de um saco de plástico, em 18 de julho de 1992. A justificação? “Para facilitar o transporte e acomodação de todo o papel que constitui os diversos cadernos encartados”¹⁴⁵, mas também porque o saco é fonte de receitas de publicidade. O prestígio deste semanário atinge um nível tal, que não é necessário os leitores verem a primeira página ou as manchetes para o comprarem.

Os jornalistas José António Lima, Fernando Madrinha e Henrique Monteiro reforçam a direção do *Expresso* em 8 de abril de 1995, passando o primeiro a ocupar o lugar de diretor-adjunto, e os outros dois, de subdiretores.

¹⁴³ *Expresso*, 1 de abril de 1989, p. 7.

¹⁴⁴ *Expresso*, 8 de julho de 1989, p. 1.

¹⁴⁵ *Expresso*, 5 de Janeiro de 2013 (suplemento *Revista*).

Em outubro de 1997, o *Expresso* assiste a uma das histórias mais marcantes da sua vida interna. O colunista João Carreira Bom publica em 18 de outubro, no seu espaço habitual – a última página da revista – uma crónica em que dirige um veemente ataque a Francisco Pinto Balsemão. As frases são pontiagudas e não se furtam ao acometimento: “O presidente da SIC fornece aos telespetadores portugueses os produtos abjetos de que eles necessitam”; “transmite telelixo em português”; “o rei D. Carlos queixava-se da piolheira, o dr. Balsemão, entretendo-a, explora-a: ganha dinheiro com ela – e ainda temos de lhe agradecer”¹⁴⁶. A edição seguinte, no caderno principal, dava conta da decisão do jornal: os *Afectos*, de Carreira Bom, não veriam mais a luz do dia e seriam substituídos pelas *Cartas do Comendador Marques de Correia* (de Henrique Monteiro). Uma nota do jornal justificava que “a direção considera que, no artigo da última semana, o autor rompeu o elo de confiança com o *Expresso* ao abandonar o terreno da opinião livre para entrar no domínio da ofensa pessoal à figura do fundador e primeiro diretor deste jornal”¹⁴⁷. Mesmo Paulo Portas, diretor do rival *O Independente*, se mostra compreensivo com a posição do *Expresso*: “Parece-me evidente que o dono de um jornal não tem o dever de suportar ofensas impressas no papel em que ele próprio investiu.”¹⁴⁸

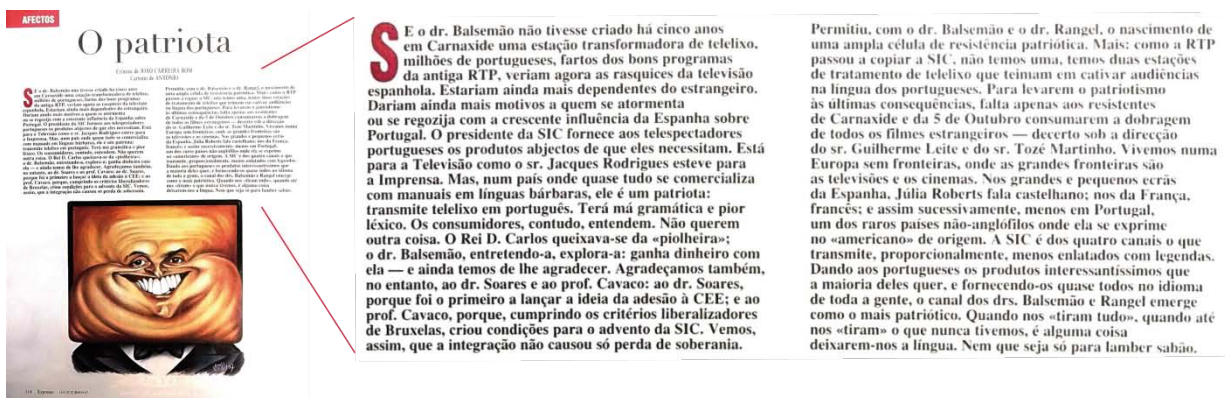


FIGURA 16. A crónica da polémica, assinada por João Carreira Bom, ridicularizando Balsemão.

O ano de 1997 fica também marcado pelo aparecimento do *Expresso on-line*. Em Janeiro de 1998, o *Expresso* comemora 25 anos de existência. O preço do jornal sobe para os 420\$00, isto numa altura em que a guerra de audiências está ao rubro – levando mesmo o *Diário de Notícias* a descer dos 120\$00 para os 100\$00 o seu preço de capa. É criada uma marca gráfica a assinalar ¼ de século de existência, concebida pelo cartoonista António. O jornal é alvo de algumas transformações, onde se torna patente a presença de mais imagem, um grafismo mais limpo e uma

¹⁴⁶ *Revista do Expresso*, 18 de outubro de 1997, p. 114.

¹⁴⁷ *Expresso*, 25 de outubro de 1997, p. 1.

¹⁴⁸ *O Independente*, 31 de outubro de 1997, p. 23.

nova secção designada *Europa*. Também o suplemento *Cartaz* passa a integrar roteiros culturais da zona norte e da zona sul do País. O *cartoon* de António regressa à primeira página do jornal.

Em 11 de setembro de 1999 o jornal vestiu-se de luto. Grande parte do *Expresso* foi dedicada à situação de Timor, ao genocídio que nos últimos dias havia sido executado e à ordem dada aos jornalistas para abandonarem aquele território ainda dominado pela Indonésia. O jornal foi impresso tendo como cor dominante o preto (do luto) e o vermelho (do sangue). A edição seguinte manteve o assunto como foco principal. A partir daí, o destaque a Timor foi constante.

As mudanças na direção do jornal, em finais de dezembro de 2005, afastam José António Saraiva para entrar para o seu lugar Henrique Monteiro. Saraiva permanece algumas semanas no grupo Impresa e depois sai para fundar o semanário *Sol*, apoiado pelo banco Millennium BCP, levando consigo cerca de 20 jornalistas. A história parecia repetir-se. O *Sol* arrancou em 19 de setembro de 2006, e o *Expresso* antecipou-se, saindo em 9 de setembro com o novo formato *berliner* e um grafismo novo. O brasileiro Marco Grieco tornou-se o primeiro diretor de arte do jornal. A redação voltou a renovar-se com a entrada de novos jornalistas, provenientes de outras publicações. Em 28 de outubro de 2006, o *Expresso* atinge o seu recorde absoluto de vendas em banca, com 202 108 exemplares.

Paulo Portas, um antigo rival nos tempos áureos d'*O Independente*, lembra: “Como o *Expresso* era o regime e nós corríamos pela pista fora, chegámos a estar muito perto de vender tanto quanto o *Expresso*, mas em boa verdade nunca conseguimos vender mais um exemplar do que o *Expresso*.¹⁴⁹”

Desde que adotou o formato *berliner*, o *Expresso* ganhou vários prémios internacionais pelo seu grafismo e infografias, chegando a ser considerado “o jornal com o melhor *design* do mundo”, como o próprio refere¹⁵⁰. Em novembro de 2013, o *Expresso* começa a preparar a sua edição diária na Internet, o *Expresso Diário*. Contrata para a direção do projeto Pedro Santos Guerreiro, que desde 2007 vinha dirigindo o *Jornal de Negócios*, passando então a diretor-executivo e “número dois” do *Expresso*. Em 6 de maio 2014 entra no mundo digital este novo jornal, de acesso exclusivo *on-line*, disponível de segunda a sexta-feira, às 18:00h, sendo assim um vespertino, acessível através de *tablets*, *smartphones* e computadores pessoais. Com esta nova oferta, o *Expresso* passa a custar 3,20 €. Mantém-se no topo de vendas entre os jornais de referência.

¹⁴⁹ *Expresso*, 6 de janeiro de 2013, p. 15.

¹⁵⁰ Revista do *Expresso*, 5 de janeiro de 2013, p. 66.

2.2. SÍNTESE HISTÓRICA DE *O JORNAL*



FIGURA 17. Aspeto da capa da primeira e da última edição de *O Jornal*.

Primeira e Última edição: 2/05/1975-27/11/1992.

Diretores: Joaquim Letria, José Carlos de Vasconcelos e José Silva Pinto.

Género: Informação geral (sobretudo política nacional).

Localidade: Lisboa.

Periodicidade: Semanário, publicado às sextas-feiras.

Estatuto Editorial: (anexo 1.2.)

Propriedade de uma sociedade de jornalistas, a Projornal, o semanário *O Jornal* nasceu em 2 de maio de 1975, na voragem da Revolução dos Cravos. Custava 7\$50, o mesmo que o rival *Expresso*, e começou a ser feito por uma redação composta por 14 jornalistas, vindos sobretudo do *Diário de Lisboa* e de *A Capital*. Os seus artigos, de narrativa inflamada, focavam as questões coloniais, os primeiros passos da democracia e as primeiras aragens de uma proclamada liberdade de imprensa, os ecos da política internacional, a efervescência das novas leis que germinavam e as ações sindicais. *O Jornal* assumia-se como sendo de esquerda e a publicidade feita na RTP afirmava o *slogan*: "Não guardamos notícias na gaveta."

Manuel Beça Múrias terá sido o pai da ideia da fundação deste jornal. Juntaram-se a ele alguns jornalistas, entre os quais Joaquim Letria, que já era popular pelos seus programas televisivos

na RTP. O grupo de fundadores passou a reunir-se na sala Kyoto do Hotel Altis, em Lisboa. “As reuniões eram tão longas e fumava-se tanto, que até os alarmes de incêndio disparavam”, contou-se num editorial¹⁵¹.

Como jornal detido por jornalistas, concedeu grande destaque às questões que assolavam os *media* da época, como o caso *República*, ou o caso Rádio Renascença. Durante os primeiros anos da sua existência, em que ainda estava bem quente a revolução que derrubou a ditadura, os holofotes mediáticos incidiam com acuidade sobre as tensões políticas do País e os governos provisórios que se sucediam em ritmo acelerado. Os protagonistas eram mais atacados por motivos políticos e partidários do que por eventuais circunstâncias da sua vida pessoal.



FIGURA 18. O nascimento de *O Jornal*, contado e retratado na sua última edição.

O Jornal teve como primeiro diretor Joaquim Letria, que viria mais tarde a ser porta-voz do Presidente da República Ramalho Eanes, “passando de caçador a caça (...). Após tantos anos a espreitar os bastidores do poder pelo buraco da fechadura, é uma tentação que se percebe facilmente sobretudo quando, como ele próprio o disse, a desilusão se instala pouco a pouco roendo energias e vocação para o jornalismo”¹⁵². Segundo o próprio Joaquim Letria referiu em entrevista a João Figueira, *O Jornal* “era sobretudo de pesquisa e de análise (...), de alguma forma nós intervínhamos na sociedade” (Figueira, 2009: 75). Era essencialmente na faixa etária entre os 25 e os 34 anos que este jornal generalista atingia os seus maiores índices de leitura¹⁵³. Este poder-

¹⁵¹ *O Jornal*, 27 de novembro de 1992, p. 5.

¹⁵² *Expresso*, 13 novembro de 1983, p. 4.

¹⁵³ *O Jornal*, 27 de novembro de 1992, p. 7.

se-ia ter chamado *A Tribuna*, dada a afinidade de Letria com o *Herald Tribune*. Aliás, o primeiro diretor zomba do nome: "As pessoas chegavam às bancas e diziam: 'dê-me *O Jornal*', 'Qual jornal?', 'O jornal *O Jornal*', era ridículo" (Figueira, 2009: 77). Mas em votação os fundadores declinaram a proposta de Letria. Independentemente do nome, Letria caracteriza este semanário como sendo de "centro-esquerda, civilizado e europeu" (Figueira, 2009: 79). De acordo com João Figueira, aludindo à posição ideológica, este jornal distingue-se de outras publicações partidariamente empenhadas, mostrando, contudo, "como uma empresa privada e, em especial, dirigida por jornalistas, navegava bem nas águas do socialismo, praticando uma informação plural, embora escrita e lida com lentes ideológicas de esquerda" (Figueira, 2012: 27). Com a saída de Letria, dois anos depois do começo, sucede-lhe à frente da direção José Carlos de Vasconcelos.

Em 1979, jornalistas de *O Jornal* encabeçam uma lista sindical que vence as eleições, tendo ficado José Carlos de Vasconcelos a presidir à assembleia-geral e Cáceres Monteiro a liderar a direção. No ano seguinte, decorre a primeira greve da imprensa portuguesa, sendo editado o *Jornal da Greve*, feito a partir da redação de *O Jornal*.

As coisas pareciam correr bem. Como a própria publicação veicula, em outubro de 1980 "*O Jornal* era o mais vendido de todos os diários e semanários"¹⁵⁴, com vendas superiores às do *Expresso*". Em julho de 1982, *O Jornal* entra em polémica com o periódico de Balsemão ao publicar uma entrevista a Marcelo Rebelo de Sousa quando o *Expresso* já havia anunciado que Marcelo seria o seu convidado da semana. O que levou a que o *Expresso* prescindisse da publicação da entrevista já feita e publicasse uma nota aos leitores, na edição de 17 de julho de 1982, acusando: "O *Expresso* preza-se de ter usado sempre de uma grande transparência nas suas relações com os leitores e com os jornais diretamente seus concorrentes. Mas constata que a essa transparência não tem correspondido o nosso concorrente mais direto." No ataque ao rival, o *Expresso* acusa-o de ter enviado na semana anterior dois dos seus jornalistas para esperar, no Pabe¹⁵⁵, o seu convidado do almoço de terça-feira, Luís Fontoura, "para lhe obterem declarações"¹⁵⁶. A nota do *Expresso* vai mais longe: "Leva-nos a pensar, com razões objetivas, que o nosso colega *O Jornal* deverá estar a atravessar uma crise de imaginação e lealdade deontológica para se colar de forma tão óbvia às iniciativas do *Expresso*, aproveitando-se provincianamente de ser publicado um dia antes."

A resposta não tarda. Na edição seguinte, de 23 de julho de 1982¹⁵⁷, sob o título "Os maus fígados do *Expresso*", o contra-ataque de *O Jornal* acusa o rival de citar matérias deste jornal

¹⁵⁴ *O Jornal*, 27 de novembro de 1992, p. 7.

¹⁵⁵ O Pabe é um conhecido restaurante lisboeta onde frequentemente o *Expresso* almoça com convidados que entrevista.

¹⁵⁶ *Expresso*, 17 de julho de 1982, p. 2.

¹⁵⁷ *O Jornal*, 23 de julho de 1982, p. 7.

sem a devida referência à sua proveniência e fornece explicação para a coincidência de ambos pretenderem dar ênfase informativo a Marcelo Rebelo de Sousa, dizendo que a entrevista ao político estava agendada há mais tempo. O articulista de *O Jornal*, com aparente escárnio, remata ainda: “Quanto ao mais, resta-nos desejar aos nossos prezados colegas do *Expresso* bom apetite para o próximo almoço. E, já agora, melhor fígado e melhor desportivismo.”

Um inquérito nacional encomendado pelo programa *Grande Reportagem*, da RTP, e realizado pela empresa Cemase, colocava *O Jornal* como o segundo órgão de informação com melhor imagem, entre os generalistas com a mesma periodicidade, logo após o *Expresso*, que assegurava o primeiro lugar. Ainda assim, 16,8% dos inquiridos consideravam que *O Jornal* era Muito Bom/Bom, e apenas 2,6% o achavam Mau/Muito mau. Os outros periódicos referidos no inquérito foram: *Semanário*, *Tempo* e *O Diabo*, tendo estes dois últimos obtido uma classificação negativa quanto à sua imagem.

Em 9 março de 1985 era noticiado pelo *Expresso* que Marcelo Rebelo de Sousa, então presidente do conselho de administração da empresa proprietária do *Semanário* iria adquirir uma quota de 5% de *O Jornal*, quota essa pertencente a Joaquim Letria. No início desse mês, José Carlos de Vasconcelos havia sido substituído pelo adjunto, José Silva Pinto, à frente da direção deste semanário, dado ter assumido o cargo de deputado à Assembleia da República e de dirigente partidário, no PRD. Henrique Monteiro e João Garcia, que mais tarde haviam de ir para o *Expresso*, passam nessa altura a integrar a redação de *O Jornal*.

Em julho de 1985, o cronista José Saramago, que assinava a coluna de opinião intitulada *A bagagem do viajante*, suspende a sua colaboração com este semanário. Em carta ao diretor, aquele que viria 13 anos depois a ser laureado com o Prémio Nobel da Literatura refere: “Desde a primeira hora tive a consciência da inutilidade do trabalho: hoje ninguém toma os cronistas a sério. A política foi banalizada pelas análises, a democracia tornou-se plataforma de convivência de muitos vícios e poucas virtudes.”¹⁵⁸

Em fevereiro de 1986, a revista *O Jornal Ilustrado* passa a estar incluída na edição de *O Jornal*. Por essa altura, estavam a ser encetadas diligências tendo em vista a participação da Projornal em outros projetos, como a SIC e a TSF. Os contactos com Emídio Rangel surtiram acordo, e a Projornal ficou com 34% do capital social da empresa de rádio, que primeiro começou a emitir sem licença, ganhando mais tarde uma frequência em Lisboa e estendendo o seu raio de ação progressivamente a outros pontos do País, através de estações adquiridas ou associadas. Nesse momento a TSF é detentora de uma importante parte da Rádio Energia e ambas se destacam no

¹⁵⁸ *O Jornal*, 5 de julho de 1985, p. 11.

topo do *ranking* de audiências. Quanto à SIC, com a entrada de outros grupos e o consequente aumento de capital, a posição da Projornal fica bastante diminuída. Nessa altura, a concorrência no setor dos *media* começa a ser cada vez mais agressiva, com o aparecimento de novos títulos e com estratégias contundentes pela manutenção e conquista de mercado.

Notícias de outubro de 1989¹⁵⁹ davam conta de que o presidente da Fundação Oriente, Carlos Monjardino, a título pessoal, estava a negociar com a administração da Projornal a possibilidade de investir no grupo proprietário do semanário, tentando angariar outros potenciais acionistas e procurando captar capitais franceses. Estas notícias foram confirmadas pelo diretor d'*O Jornal*. As dificuldades deste semanário, desde há 14 anos mantendo a fórmula de sociedade de jornalistas, tornavam-se evidentes. Todavia, as negociações com Monjardino saíram goradas.

Em janeiro de 1990, um representante do grupo italiano Benedetti veio a Lisboa negociar a entrada no capital da Projornal, que, para além de *O Jornal*, era também proprietária dos semanários *Sete*, *Jornal de Letras* e revista *História*. Semanas antes, o grupo francês Hachette havia encetado contactos com o mesmo fim. Em março de 1990, a Projornal deixa de ser uma sociedade por quotas e altera a configuração para sociedade anónima, aumentando o capital social de 125 mil contos para 200 mil contos. Em junho do mesmo ano opera-se uma mudança gráfica n'*O Jornal*, contribuindo para que, no final de 1990 e inícios de 1991, as edições esgotem. Nessa altura, o conselho de administração é presidido por José Carlos Vasconcelos.

Após a aquisição de 68% das ações da Projornal pelo grupo suíço Edipresse, anunciada em 13 de março de 1992, *O Jornal* publicou o seu último número em 27 de novembro desse mesmo ano, reestruturando-se e dando lugar, em 1993, à *newsmagazine Visão*, hoje propriedade da Impresa, grupo dono do *Expresso*. Naquela altura, dos 14 jornalistas fundadores, oito ainda permaneciam no jornal: Afonso Praça, Cáceres Monteiro, João Segurado, Joaquim Lobo, José Carlos de Vasconcelos, José Silva Pinto, Luís Almeida Martins e Pedro Rafael dos Santos. No último número de *O Jornal*, com uma tiragem de 41 770 exemplares, por baixo do título *Ponto Final!* um texto refere que “os laços que *O Jornal* estabeleceu entre centenas de milhares de portugueses contêm uma promessa e uma ‘Visão’ de futuro”¹⁶⁰. Nessa última edição, o diretor José Silva Pinto despede-se com um artigo em que diz que “se um jornal é a história do instante em que se procura captar a quente o que vai ser lido a frio, muitos foram os instantes, entre 1975 e 1992, que procurámos relatar com a objetividade possível”¹⁶¹.

¹⁵⁹ *Expresso*, 7 de outubro de 1989, pp. 8 e 16.

¹⁶⁰ *O Jornal*, 27 de novembro de 1992, capa.

¹⁶¹ *O Jornal*, 27 de novembro de 1992, p. 3.

2.3. SÍNTESE HISTÓRICA DE *O INDEPENDENTE*



FIGURA 19. Aspectos de diversas capas de *O Independente* ao longo da sua existência.

Primeira e Última edição: 20/05/1988-1/09/2006.

Diretores: Miguel Esteves Cardoso (1988-90), Paulo Portas (1990-95), Isaiás Gomes Teixeira (1995-1996), Constança Cunha e Sá (1996-1998), Inês Serra Lopes (1998-2000), Miguel Esteves Cardoso (2000-2001) e Inês Serra Lopes (2001-2006).

Género: Informação geral (sobretudo política nacional).

Localidade: Lisboa.

Periodicidade: Semanário, publicado às sextas-feiras.

Estatuto Editorial: (anexo 1.3.)

Muito focado nos casos políticos, fundado, dirigido e influenciado por Paulo Portas e por Miguel Esteves Cardoso, o semanário *O Independente* anunciou sempre pretender ser uma alternativa ao *Expresso*, tendo como objetivo abalar o poder e condicionar a agenda política. O facto de sair à sexta-feira tem como motivo antecipar-se ao seu rival. Confirma Paulo Portas, político e ex-diretor do jornal, num depoimento aquando da edição dos 40 anos do *Expresso*: “Algo nos movia para que uma história saísse à sexta-feira e não esperasse pelo dia seguinte. As nossas vendas eram semanalmente comparadas. Competimos, anos a fio, em colunas e colunistas. Fazíamos gala em recomendar filmes a que a crítica do *Expresso* atribuía uma bola preta. Éramos libertários na estética e conservadores na substância.”¹⁶²

¹⁶² Revista, do *Expresso*, 5 de janeiro de 2013, p. 15.

Com o aparecimento deste jornal, a capacidade de investigação no jornalismo português, que era reduzida e ténue, vê-se bastante fortalecida, obrigando os outros jornais a uma maior atenção a este tipo de jornalismo (Reis, 1996: 397). Como corrobora Mário Mesquita, *O Independente* “agitou fortemente o jornalismo. O seu aparecimento assinalou uma nova era na imprensa portuguesa, cultivando o tipo de investigação jornalística a que os norte-americanos no início do século XX chamavam *muckracking*, o que se poderia traduzir por varrer o lixo”¹⁶³. Por seu lado, Mário Bettencourt Resendes considerou que esse estilo influenciou uma geração de jornalistas cuja obsessão era “eu tenho de derrubar um ministro” (Serrano, 2006a: 208).

O ex-diretor do *Expresso* Henrique Monteiro, por seu lado, foi crítico ao escrever, em 10 de outubro de 2012, no *site* do seu jornal, “o mal que Portas fez ao jornalismo político, ao introduzir-lhe um estilo ligeiro, superficial e militante”¹⁶⁴. Esta posição contrasta com a que o fundador Miguel Esteves Cardoso (MEC) escreveu anos antes, em 16 de fevereiro de 1996, fazendo o retrato do semanário: “Neste jornal, cada um diz e publica o que entende. Ninguém concorda com ninguém. (...) Se há outros jornais que cerceiam a liberdade em nome de uma conceção limitada e sacrossanta do jornalismo – pois que passem muito bem.” E continua, justificando a atuação do jornal: “Não temos medo de fazer asneiras. Muitas delas acabam por ser muitíssimo bem feitas. Publicamos tudo o que sabemos. *O Independente* não tem segredos. Desabafa, vai para a frente. Não tem inconsciente.”



FIGURA 20. Pormenor da capa de *O Independente* de 16 de dezembro de 1994, fazendo referência a escândalos.

As capas cáusticas de *O Independente*, segundo Inês Serra Lopes, são a causa da “conhecida síndrome da quinta-feira à noite”. E explica a razão: “Com o toque insistente dos telefones na redação (ainda não havia telemóveis e o jornal não fechava antes das duas ou três da manhã),

¹⁶³ *Público*, 22 de setembro de 2002, p. 11.

¹⁶⁴ <http://expresso.sapo.pt/paulo-portas-o-malandro-de-servico=f759065#ixzz28u1G6Qk9>, acedido em 15 de julho de 2015.

todos queriam saber qual a próxima manchete de *O Independente*. Melhor: quem iria ser a manchete de *O Independente*.”¹⁶⁵ Os seus títulos humorísticos, inteligentes, profundamente apelativos, com trocadilhos, passaram a ser uma das imagens de marca do jornal, irreverente e destemido. Exemplo disso é o escândalo financeiro que envolveu Torres Couto: “Soube-me a Couto”; relativamente ao SIS: “Um, SIS, Dois”; quanto ao caso do Fax de Macau: “Então isto Fax!”, “Cá se fax, cá se paga” ou “Faxistas já são suspeitos”; a propósito da Sisa não regularizada por Murteira Nabo: “Nabo ao léu”; sobre Fátima Felgueiras: “O segredo de Fátima”; relativamente ao caso de Abílio Curto: “Curto-circuito”; sobre o Pacto da Segurança Social: “O Pactinho Feio”; quanto à alegada fraude de José Luís Judas: “Judas de custo”; ou parodiando a crise de liderança do PSD, numa analogia a *Where's Wally?*¹⁶⁶: “Onde está o líder?”. Já cinco anos após a última edição ter saído para as bancas, numa entrevista a José Fialho Gouveia, para o semanário *Sol*, Inês Serra Lopes, última diretora, recorda que “muitas vezes, os títulos surgiam porque as pessoas desatavam a dizer coisas para o ar. Saíam vinte disparates e às tantas lá saía uma coisa genial”¹⁶⁷.

Inês Serra Lopes conta que dois anos depois do lançamento, *O Independente* já respirava política por todos os poros. MEC e Portas trocam de posição na direção. “Nessa altura, já a Helena Sanches Osório, com o seu invulgar faro e intuição, ajudava o jornal a fazer estragos no regime. E já as noites de quinta-feira de centenas de políticos estavam irremediavelmente marcadas pela incerteza e pelo receio. Ser capa de *O Independente* era tudo o que não queriam.”¹⁶⁸

Na edição 338, de 4 de novembro de 1994, seis anos e meio depois do seu nascimento, a tiragem de *O Independente* passa dos 94 mil para os 150 mil exemplares. Associado a este aumento está o facto de o jornal ter procedido a um *lifting* e de ter fortalecido a sua estratégia de diferenciação: a primeira página ganha mais cor. O suplemento de economia continua a editar-se com o mesmo formato, mantendo a designação *Dinheiro*, e a revista *Vida* continua a ser impressa em papel *couché*. No miolo, a paginação ganha também um *layout* mais arrojado. A última página abandona a designação *Últimas* e passa a chamar-se *Ponto Final*. O jornal ganha mais um *cartoon* de Augusto Cid, que, para além do *cartoon* que mantém no interior do jornal, de página inteira, assina um outro na última página (até 11 de agosto de 1995), parodiando numa longa série a vida do casal presidencial Eanes.

¹⁶⁵ *O Independente*, 1 de setembro de 2006, p. 4.

¹⁶⁶ Na versão original, *Where's Waldo?*

¹⁶⁷ *Sol*, 26 de agosto de 2011, pp. 2-3.

¹⁶⁸ *O Independente*, 1 de setembro de 2006, p. 3.

O ingresso de Paulo Portas na política, tornando-se parlamentar e depois líder do CDS-PP e ministro nos governos de coligação PSD/CDS-PP (XV, XVI e XIX governos constitucionais), levou-o a deixar a direção do jornal. Aliás, quebrando a conhecida promessa que assumira publicamente de que só deixaria a direção do jornal quando vendesse mais um exemplar do que o *Expresso*, coisa que nunca chegou a acontecer. A última edição em que o nome de Paulo Portas figura na capa enquanto diretor foi a de 28 de julho de 1995. Miguel Esteves Cardoso também saiu da direção, embora nunca tivesse enveredado por uma carreira política. O posicionamento político foi, sobretudo nessa época, uma matriz do jornal, assumido desde a primeira hora, no seu estatuto editorial (anexo 1.3.). O artigo 3.º refere mesmo que “*O Independente* não acredita na neutralidade. Politicamente é democrata e conservador. Tomará partido por quem tiver razão”. Anos depois, em 7 de janeiro de 2005, Pedro Mexia observa em artigo de opinião que “com *O Independente* nasceu a primeira geração política de direita em democracia”.

A saída de Portas ficou marcada pela indignação, a seu pedido, de Isaías Gomes Teixeira para o cargo de diretor. Solução que terá desagradado a “parte significativa da redação, encabeçada por Helena Sanches Osório [subdiretora]”, como referiu o rival *Expresso*, aduzindo que um número considerável de jornalistas apoia a atual subdiretora, na oposição à nomeação de Isaías Gomes Teixeira para a direção, por temer que o jornal se transforme num veículo partidário. “Na base destes receios está, por um lado, a proximidade de Isaías a Paulo Portas – agora candidato pelo PP – e, por outro, o facto de, recentemente, o jornalista ter sido dado como candidato a deputado pelo PSD”¹⁶⁹. Todavia, Isaías Gomes Teixeira passa mesmo a dirigir o jornal, ainda que por pouco tempo.

Sucedeu-lhe Constança Cunha e Sá em 1996. Em 7 março de 1997, a capa do jornal exhibe como diretor-adjunto Vasco Pulido Valente, o pontiagudo, brilhante e muitas vezes polémico escritor, ensaísta e colunista do jornal. Com a particularidade de a diretora e o diretor-adjunto serem um casal. Mas logo em 26 de setembro desse mesmo ano, o nome de Vasco Pulido Valente desaparece da capa. A diretora fica sozinha.

No início de janeiro de 1997, o cartoonista Cid – uma referência em traço, crítica social e política, humor, subtileza e sagacidade – regressa à última página d’*O Independente*, com um *cartoon* a cores, mantendo, todavia, a sua rubrica *CãoTraste*, com destaque de página inteira no miolo do jornal.

¹⁶⁹ *Expresso*, 29 de julho de 1995, capa e última página.



FIGURA 21. Composição de *cartoons* de Cid.

Em 24 de outubro de 1997, o jornal sai para as bancas noutra formato, aproximando-se da configuração do *Expresso*, maior, mais encorpado, com vários suplementos e muito papel. A mudança não altera o preço de capa, que, nessa altura, é de 400\$00. O *cartoon* de Cid passa para o miolo, os títulos apelativos afastam-se d’*O Independente*. Em 5 de dezembro de 1997, Domingos Amaral, passa a figurar como diretor-adjunto, embora pouco depois surja como subdiretor.

Em 3 de julho de 1998, Inês Serra Lopes assume a direção do jornal, convidando para diretora-adjunta Mónica Belo. Uma nota na primeira página refere que “Vasco Pulido Valente e Constança Cunha e Sá estão de férias a partir desta semana. Regressam no mês de agosto”. O chefe de redação também mudou, passando o lugar a ser desempenhado por Octávio Ribeiro. Nessa altura, a tiragem do jornal estava em níveis abaixo dos 60 mil exemplares. Com Inês Serra Lopes a publicação reconquista algum do arrojo gráfico que o caracterizava. Na edição de 14 de agosto de 1998, a primeira página é ocupada quase na totalidade pela imagem de um enorme polvo, numa alusão aos negócios da Expo 98.

No seu estatuto editorial, *O Independente* arroga-se de “tomar partido por quem tiver razão”. Exerce essa prerrogativa, assumindo na primeira página da edição de 16 de outubro de 1998 a sua orientação quanto à regionalização, classificando-a como “um erro” e reclamando o “direito a tomar uma posição clara: Não à regionalização”. Quando o “Não” venceu o

referendo da regionalização, toda a capa foi um *cartoon* de Cid a ridicularizar o primeiro-ministro, António Guterres, defensor do “Sim”..

Cid retoma na última página o seu *cartoon* a cores, sendo este publicado ininterruptamente, com exceção da edição de 31 de dezembro de 1998, por ter sido roubado o original a um estafeta, numa rua de Lisboa. Nessa edição, *O Independente* pede com ironia ao “larápio o favor de o devolver. E já agora a motorizada ao estafeta também”.

Na edição de 12 de março de 1999, *O Independente* volta a ser portátil. Abandona o formato grande e sai para as bancas como tabloide. Em 4 de agosto de 2000, aparece como diretor-interino o quase anárquico e refulgente Miguel Esteves Cardoso (MEC). Contudo, na edição seguinte, deixa de ser interino e passa a diretor de facto. Escreve: “Hoje, dia 11, sou diretor do meu jornal.” Explica que acabaram os cadernos e nasceu uma revista nova, a *Preguiça*. Nunca teve diretor-adjunto. As capas artísticas foram levadas à extravagância, fotos tão arrojadas como por vezes descontextualizadas. Tão cultural como alternativo. Uma das suas marcas, na altura pouco valorizada, foi que as peças passaram a ser todas assinadas. Mesmo as breves. *O Independente* de MEC é mais artístico, mais criativo, mais imagético, mais fotogénico.



FIGURA 22. Algumas capas de *O Independente* sob a direção de Miguel Esteves Cardoso.

Nesta altura o jornal inova com um novo conceito de fotos que acompanham os artigos, colocando algumas vezes imagens não relacionadas com os casos mas, de todo o modo,

chocantes. É disso exemplo uma peça sobre a corrupção em Portugal, publicando uma fotografia de crianças africanas descalças¹⁷⁰.

Em 16 de março de 2001, Miguel Esteves Cardoso deixa registado que “este jornal nunca teve uma editora tão leal, íntegra, apaixonante e independente como foi a Inês Serra Lopes”, anunciando que esta “comprou o jornal”, juntamente com o também jornalista Vítor Cunha. Ao deixar o cargo de diretor, Esteves Cardoso despede-se escrevendo à nova diretora: “Com o maior carinho te entrego este navio torto mas lindo, meio-desgovernado mas impressionante, feito mais pelas ondas do mar do que pelos estaleiros da terra-mãe, andando sem serenidade – mas com o máximo brio – pelas águas fabulosamente salgadas deste nosso país.” Na edição seguinte, de 23 de março de 2001, o nome de Inês Serra Lopes voltava a figurar enquanto diretora, e o de Vítor Cunha, como diretor-adjunto. O editorial dessa edição anuncia uma alteração gráfica para breve. Em 1 de junho de 2001 finalmente surge o novo grafismo, “que permite uma leitura mais fácil e uma melhor arrumação das matérias e que dá ao jornal uma imagem mais moderna”, como assume a diretora¹⁷¹, ao mesmo tempo que reitera os valores políticos plasmados no estatuto editorial. Ensaia dar voz aos leitores, nas páginas 2 e 3 – duas das mais importantes páginas do jornal – todavia, esta experiência, revela-se uma tentativa falhada, cuja preponderância é mais tarde corrigida. Com o novo grafismo é também remodelado o *site*, mais atrativo e interativo. Por baixo do nome *O Independente*, passa a figurar, na primeira página, o epíteto “O 4.º poder”.

Em 9 de novembro de 2001, na última página, é anunciada a suspensão da publicação da revista. Na origem desta decisão estão “critérios económicos”. São os primeiros indícios explícitos de instabilidade financeira, que vieram para ficar. Os próximos anos são de definhamento das tiragens. No último bimestre de 2001 a circulação d’*O Independente* regista 29 129 exemplares, contra 133 857 do *Expresso*. E, já em 2006, no terceiro bimestre, o último de que há registos na Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), *O Independente* regista 9999 exemplares de circulação, face a 117 521 do *Expresso*.

Em 26 de Maio de 2006, a cerca de três meses do encerramento definitivo do jornal, procede-se a uma nova remodelação gráfica e editorial, com secções novas e colunistas diferentes. Esta é a derradeira tentativa de virar o rumo de um jornal em queda livre. Justamente após a publicação ter feito 18 anos. Mas a mudança não é celebrada. Na véspera, Inês Serra Lopes escreve um artigo com referências à sobrevivência d’*O Independente*, aludindo à concentração dos *media* e à

¹⁷⁰ *O Independente*, 24 de julho de 2000, p. 15.

¹⁷¹ Suplemento de *O Independente*, na edição de 26 de maio de 2011, p. 8.

sua caminhada solitária, dado não estar integrado em qualquer grupo económico. “A notícia da nossa morte, tantas vezes anunciada, continua a ser manifestamente exagerada”, diz a diretora.

A história de *O Independente* está muito ligada aos ataques a Cavaco Silva e aos seus governos. As capas com o então primeiro-ministro eram um emblema. “Foram 74 primeiras páginas contra mim”, lamentou-se um dia Cavaco a António Guterres¹⁷². De acordo com João Figueira, “a principal missão de *O Independente* era ser uma oposição forte e sem tréguas ao poder social-democrata” (Figueira, 2012: 60). Contudo, com o fim do cavaquismo, a época de ouro do jornal dava mostras de estar definitivamente a definhar.



FIGURA 23. Algumas capas de *O Independente* sobre Cavaco Silva.

A quebra acentuada nas vendas, o aparecimento de novos títulos e a agressividade comercial do *Expresso* talham o declínio de *O Independente*, que cai de vez em 1 de setembro de 2006, 18 anos depois de ter começado. Na entrevista concedida ao semanário *Sol*, em 26 de agosto de 2011, Inês Serra Lopes aponta outra razão: “*O Independente* foi estrangulado comercialmente pelo governo. Não tenho o menor problema em afirmá-lo.” O jornalista pergunta-lhe se se refere ao governo de José Sócrates. Ela diz-lhe que “sim”. De uma forma ou de outra, o fim surge fatalmente. Como escreveu em 19 de maio de 2001 Inês Serra Lopes, na sua coluna na última página, “*O Independente* foi provavelmente o jornal que mais contribuiu para mudar o jornalismo português”.

¹⁷² *O Independente*, 17 abril 1998, p. 4.

2.4. SÍNTESE HISTÓRICA DO SOL



FIGURA 24. A primeira capa do *Sol*, de 16 de setembro de 2006, e a de 20 de abril de 2012, que marca a mudança de formato.

Primeira edição: 16/09/2006.

Diretores: José António Saraiva.

Género: Informação geral

Localidade: Lisboa.

Periodicidade: Semanário, publicado às sextas-feiras.

Estatuto Editorial: (anexo 1.4.)

Hoje o *Sol* sai às sextas-feiras. Mas começou por sair aos sábados, e o seu principal *slogan* era: "Não há sábado sem *Sol*.." O seu fundador e diretor, José António Saraiva, deixou a direção do *Expresso*, tal como o seu diretor-adjunto, José António Lima. Os subdiretores Mário Ramires e Vítor Rainho seguiram o mesmo trajeto para construir este semanário, que sai para as bancas em 16 de setembro de 2006, apostando em temas de política nacional e na investigação.

O seu aparecimento é conturbado, como conta o editorial comemorativo do primeiro ano de existência do jornal: "Houve quem fizesse tudo para que não nascesse. Houve ameaças sobre um dos fornecedores do sistema editorial; houve chantagens sobre o previsto fornecedor de

papel; houve pressões sobre anunciantes (...) configurando situações de concorrência desleal.”¹⁷³ Ainda segundo o mesmo editorial, “tornou-se logo claro que trazíamos à imprensa portuguesa uma respiração nova, um novo fôlego, uma aragem fresca”. Na autoavaliação do jornal, este veio esbater as fronteiras entre a imprensa de referência e a tabloide, fazendo um “jornalismo global”¹⁷⁴.

O *Sol* prometeu que nunca havia de dar brindes, recusando proceder como a generalidade da imprensa nacional e, sobretudo, como o rival *Expresso*. Mas essa foi uma promessa que não conseguiu cumprir: em 20 de setembro de 2008 anuncia a oferta de filmes e justifica que o facto de antes os outros oferecerem, e o *Sol* não, tem gerado uma “chocante desvantagem concorrencial”¹⁷⁵. Em outubro de 2010 passa a sortear iPhones e iPads.

Da mesma forma que no semanário *O Independente* sobressaíam os acometimentos a Cavaco Silva, já o *Sol* fica marcado pelas investidas a José Sócrates e aos seus governos, sendo acentuado o número de peças, de *cartoons* e de capas, onde os seus casos proliferam.

O *Sol* assume desde cedo que pretende ser alternativa ao líder dos semanários, o *Expresso*, investindo numa linha editorial mais diversificada e abrangente, misturando temas mais leves nas páginas do jornal. É o caso das “entrevistas imprevistas”, inseridas na secção de Política & Sociedade, em que uma personalidade é convidada a falar sobre temas fora da sua área de reconhecimento. Aposta inicialmente no caderno *Confidencial*, suplemento de economia e negócios, em papel cor salmão, característico dos clássicos jornais financeiros. Marcelo Rebelo de Sousa tem, desde a primeira edição, um espaço de opinião, intitulado *Blogue*, onde escreve notas pessoais, percorrendo os dias da semana, ocupando duas páginas na segunda metade do jornal. O *Sol* conta com rubricas diferenciadas, como o *Consultório de Etiqueta*, assinada por Assunção Cabral. A escritora Margarida Rebelo Pinto escreve uma rubrica de opinião, intitulada *Com muito prazer*. A jornalista Margarida Marante entrevista uma figura no *Frente-a-Frente* e Miguel Portas assina *Sol de Esquerda*, uma coluna política. José Fialho Gouveia é responsável pela crítica de *media*. Fica a cargo de António Pedro Vasconcelos um artigo sobre cultura, *Das duas uma*, e Carlos Fiolhais escreve *Heliosfera*, sobre ciência. Catalina Pestana assina o artigo semanal *Quem não tem cão...*, e *Equinócios e Solstícios* é um espaço da autoria de Pedro Santana Lopes. Muitos outros colunistas compõem o jornal. O seu corpo editorial conta ainda com a jornalista Felícia Cabrita, conhecida do público pelas suas reportagens sobre

¹⁷³ *Sol*, 22 de setembro de 2007, capa.

¹⁷⁴ *Sol*, 22 de setembro de 2007, p. 30.

¹⁷⁵ *Sol*, 20 de setembro de 2008, p. 3.

o caso Casa Pia, pela pretensa descoberta do “estripador de Lisboa” e, mais recentemente, pelas cachas sobre a Operação Marquês, envolvendo José Sócrates. Luís Afonso assina o *cartoon Sol aos quadradinhos*. O cartoonista Augusto Cid é nessa altura o autor do *CãoTraste* e do *Cartoon*, ambos sarcásticos e muito irónicos.

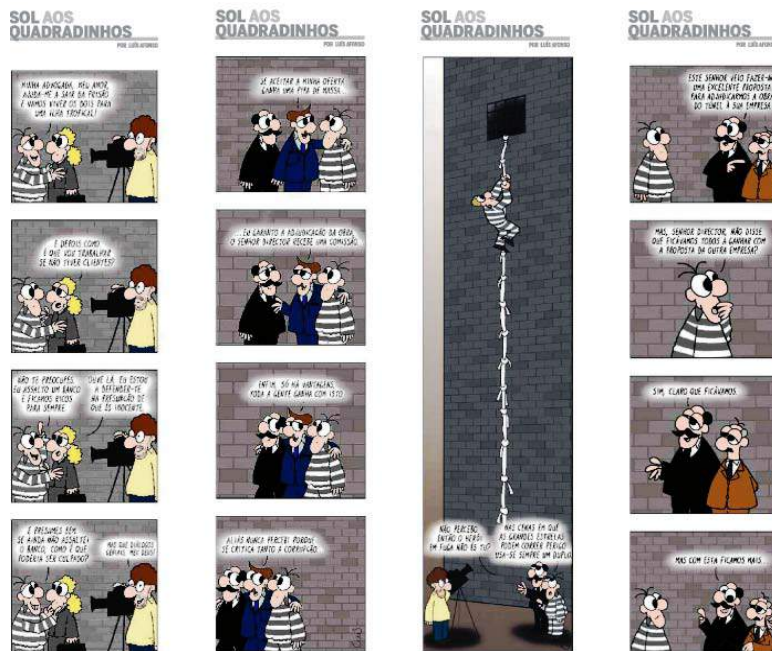


FIGURA 25. Composição de *cartoons* de Luís Afonso.

Em maio de 2007, Vicente Jorge Silva começa a colaborar com o *Sol*. Este facto marca o reencontro de dois jornalistas que durante vários anos dirigiram o *Expresso*: Vicente Jorge Silva e José António Saraiva. Nesse mesmo ano, o *Sol* é considerado pela revista *Exame* como um dos melhores locais para trabalhar em Portugal. Entre uma lista de 250 empresas (de entre públicas e privadas, nacionais e multinacionais), o jornal alcança a 17.^a posição, sendo o único órgão de informação a figurar com um nível de satisfação dos funcionários superior a 60%.

Na edição de 9 de junho de 2007, surge na capa do *Sol* a explicação para a ausência de editoriais, destoando da generalidade da sua concorrência. Extrai-se da justificação que um editorial é sinónimo de “tomar posição” e que o jornal “só deve tomar posição em momentos cuja importância o justifique”. O assunto surge a propósito da localização do novo aeroporto, entendendo o jornal fundamentar por que, neste caso, publicou um editorial sobre o tema.

O corpo acionista da empresa *O Sol é Essencial S.A.*, detentora do jornal, foi durante muito tempo alvo de curiosidade, dado haver dúvidas latentes quanto à proveniência de uma parte do capital social. É tornado público que entre os sócios fundadores constam o BCP Capital e a JVC Holding. Com a saída da Cofina da estrutura acionista do *Sol*, o conselho de administração foi reestruturado em finais de fevereiro de 2009, embora o jornal assegure, na sua edição de 28 de fevereiro de 2009, que a linha editorial se mantém “inalterável” e que o novo projeto prevê “o lançamento de edições específicas para os países onde se fala português, designadamente Angola, Moçambique, Cabo Verde, Brasil e Timor”, esperando que o *Sol* se torne “o primeiro grande jornal da lusofonia”.

Com efeito, em 28 de março de 2009, o *Sol* passa a ser vendido em Luanda, embora não tenha naquele território, nessa altura, qualquer estrutura de redação. Nesse mês, a Newshold, *holding* de capitais angolanos, converte-se na maior acionista da empresa proprietária do jornal, ao adquirir as participações que o banco BCP e a Imosider possuíam. Permanecem como acionistas o grupo de jornalistas fundador do jornal (José António Saraiva, José António Lima, Mário Ramires e Vítor Rainho), bem como o empresário Joaquim Coimbra. No início de abril de 2009, Ana Bruno, advogada próxima da Newshold, é anunciada para a presidência do conselho de administração. Entretanto, a sociedade proprietária do *Sol* injeta no jornal dez milhões de euros por via de um aumento de capital. As especulações sobre a proveniência e a constituição da Newshold permanecem, havendo inclusivamente insinuações de este ser um grupo “misterioso” e de “interesses obscuros”, o que leva a que esta sociedade sinta necessidade de fazer um esclarecimento nas páginas do *Sol*, em 14 de dezembro de 2012¹⁷⁶, lamentando as investidas de outros órgãos de informação e advogando a idoneidade do grupo.

O jornal deixa de ir para as bancas ao sábado, passando a partir de 22 de maio de 2009 a ser publicado à sexta-feira. Filipe Coelho, administrador-delegado, explica nas páginas do *Sol* que esta opção “faz com que seja possível estar à venda ao sábado de manhã em Angola, ao mesmo tempo que permite, em Portugal, uma antecipação do fim-de-semana e aumentar o espaço de contacto com o público”. Em 11 de dezembro de 2009, o *Sol* passa também a ser vendido em todas as ilhas de Cabo Verde. Mas é sol de pouca dura...

Numa entrevista ao semanário *O Independente*, em vésperas do arranque do *Sol*, José António Saraiva refere que seria um “fracasso pessoal e profissional” não destronar o rival *Expresso* em três anos, garantindo que se demitiria se tal não acontecesse¹⁷⁷. Dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem relativos ao bimestre de setembro e outubro de 2009 –

¹⁷⁶ *Sol*, 14 de dezembro de 2012, p. 71.

¹⁷⁷ *O Independente*, 19 de maio de 2006, p. 33.

três anos após o nascimento do *Sol* –, permitem observar que o *Expresso* apresenta uma circulação de 113 827 jornais e o *Sol* fica-se pelos 48 530. O diretor mantém-se no cargo.

Em finais de 2009, José António Saraiva denuncia perante a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) tentativas de “chantagem” sobre a sua direção editorial e a tentativa de “estrangulamento” económico-financeiro, com o objetivo de condicionar a sua linha editorial ou, no limite, conduzir à extinção do jornal. Em 29 de abril de 2010, o Conselho Regulador da ERC considera não haver provas das alegadas pressões políticas e económico-financeiras denunciadas pelo diretor do *Sol*.

Em 8 de janeiro de 2010, o jornal passa a custar 3,00 €, mais 0,50 € do que até então. O editorial desse número diz: “com alguma imodéstia, julgamos que o *Sol* vale os 3,00 € (...). Quer pela excelência editorial, quer pelo que oferece todas as semanas: *Caderno Principal*, *Confidencial* (economia), *Tabu* (revista), *Essencial* (guia da semana) e DVD para crianças”.

Em 29 de janeiro de 2010, o *Sol* passa a ser distribuído em Moçambique, custando cem meticais. Na edição de arranque neste país, o ex-futebolista Eusébio, de origem moçambicana, concede uma entrevista exclusiva.

Em 12 de fevereiro de 2010, o *Sol* lança a edição normal e uma outra edição extra, onde cerca de um terço do jornal é dedicado ao caso Face Oculta, colocando em ambas a silhueta do primeiro-ministro José Sócrates, sobre um fundo vermelho vivo, e o título *O Polvo*. Como refere posteriormente, “as pessoas faziam bicha nas bancas e foi necessária uma segunda edição, que se esgotou rapidamente”¹⁷⁸. As edições seguintes mantêm o destaque à teia de casos que envolvem José Sócrates. Todavia, é esta edição que está na origem do caso mais marcante da vida do jornal. Em 8 de fevereiro de 2010, a 8.ª Vara Cível de Lisboa recebe uma providência cautelar intentada por Rui Pedro Soares, administrador da PT e amigo do primeiro-ministro José Sócrates, impedindo o *Sol* de publicar escutas telefónicas em que Rui Pedro Soares seja interveniente. O *Sol* contesta, mas o tribunal não lhe dá razão. Todavia, a direção do jornal decide não respeitar a decisão do tribunal, considerando a providência cautelar uma “censura prévia” e assim continua a publicar escutas sobre o caso de alegada tentativa de controlo de órgãos de informação e nomeadamente a compra da TVI pela PT, levadas a cabo com o conhecimento do primeiro-ministro. A edição em que José Sócrates aparece na capa do jornal sob o título *O Polvo* esgota, e é feita uma edição extra. Afirma o *Sol* que, se “tivesse acatado a providência cautelar, este caso gravíssimo podia ter sido camuflado, esquecido na

¹⁷⁸ *Sol*, 14 de setembro de 2012, p. 33.

gaveta das verdades inconvenientes”¹⁷⁹. O tribunal condena o diretor e as jornalistas autoras das peças a um pagamento de sanções pecuniárias compensatórias no valor de 50 mil euros e 25 mil euros, respetivamente, por cada violação.

Em 14 de fevereiro de 2012, o Tribunal da Relação de Lisboa absolve os jornalistas do *Sol* no processo em que eram acusados de violar o segredo de justiça, relativamente a peças publicadas sobre o caso Face Oculta. Vítor Rainho, Felícia Cabrita, Ana Paula Azevedo, Luís Rosa e Graça Rosendo foram assim ilibados do processo instaurado pelo procurador-geral da República. A juíza desembargadora do processo, Margarida Blasco, considera não se dar como provado que, “com a publicação das notícias, [os jornalistas] estavam a perturbar uma investigação criminal e que tenham agido ilegitimamente”¹⁸⁰.



FIGURA 26. Algumas capas sobre o escândalo Face Oculta, envolvendo José Sócrates.

José António Saraiva explica mais tarde, em artigo da revista *Tabu*, em 11 de março de 2011, que na sequência de o *Sol* não respeitar a providência cautelar decretada pelo tribunal, havia sido penhorada a sua casa e parte do seu ordenado, “por notícias que se limitaram a dizer a verdade, que denunciaram um golpe de contornos obscuros”. José António Saraiva lamenta: “Em 25 anos à frente de jornais não fui condenado uma única vez: E agora colocam-me entre a espada e a parede – pelo facto de o meu jornal ter ousado denunciar a verdade.” E termina com a consideração de que “hoje, em Portugal, a verdade tem um preço muito alto”.

¹⁷⁹ *Sol*, 4 de junho de 2010, p. 6.

¹⁸⁰ *Sol*, 17 de fevereiro de 2012, p. 44.

Na edição que assinalou os quatro anos do jornal, em 17 de setembro de 2010, o *Sol* coloca na primeira página a imagem de cinco capas alusivas a temas a que este semanário deu particular destaque, dando-lhes o seguinte título: “O *Sol* torna tudo mais claro”. Quatro dessas cinco capas dizem respeito a escândalos políticos: Casa Pia, Submarinos, Freeport e Face Oculta. No editorial dessa edição pode ler-se o autoelogio: “Do ponto de vista jornalístico, o *Sol* teve em 2010 um ano luminoso – divulgando entre outras notícias com impacto nacional o ‘escândalo face oculta’, que visava o controlo de alguns meios de comunicação social por parte do governo. Assim, o *Sol* fez jus à sua marca de grande jornal de investigação (...).” E continua, afirmando: “Nunca guardámos uma notícia na gaveta, não cedemos a pressões partidárias ou de grupo, não tivemos uma única manchete desmentida. Mesmo aquelas que foram na ocasião alvo de desmentidos acabaram por ser mais tarde confirmadas pelos factos. E isto não é fácil, tendo em conta que fazemos um jornalismo agressivo e que não se refugia nas meias-tintas.”



FIGURA 27. Recorte de Capa do *Sol* de 17 de setembro de 2010, nos quatro anos de existência.

O quarto aniversário do *Sol* ficou também marcado pela renovação da imagem do seu *site*, trazendo algumas novidades, como aplicações para iPad e iPhone e uma nova funcionalidade de geolocalização através do Facebook. Já no final de 2010, o *Sol* anuncia o seu projeto de conteúdos audiovisuais, a *Sol TV*, em parceria com a agência Orange Popcorn, de forma a disponibilizar estes conteúdos na Internet e nos telemóveis, projeto que vai para o ar em março de 2011, sem que consiga o impacto desejado. A partir de 18 de fevereiro de 2011, deixa de publicar o guia *Essencial* e passa a ter uma revista com duas faces: de um lado é a *Trabalho & Lazer*, dedicada às profissões, ao emprego e aos tempos livres. Na contracapa, é a *Casas & Ideias*. Também o caderno de economia *Confidencial* passa a ser editado em papel branco, abandonando a tradicional cor salmão da imprensa económica, e mais tarde fica incluso no caderno principal.

Marcelo Rebelo de Sousa cessa as "impressões semanais". Também Mário Ramires, subdiretor do *Sol*, deixa em novembro de 2011 o jornal e passa a assumir funções na administração da *holding* proprietária do jornal, a Newshold, mantendo, todavia, a sua crónica semanal.

A partir da edição de 20 de abril de 2012, o *Sol* aparece nas bancas com um novo formato, mais pequeno, agrafado e aparado, e apresentando um novo grafismo. O preço de capa desce, passando de 3,00 € para 2,00 €. O *cartoon* de Augusto Cid passa para a última página. Todavia, divergências com o *Sol* fazem com que este publique pela última vez neste semanário em 28 de setembro de 2012. Como o próprio explica quinze dias depois ao *Correio da Manhã*: “Já tinha havido um desconto substancial no meu ordenado, mas, como gosto de lutar pelas causas em que acredito, continuei no *Sol*. Quando me tiraram outra fatia grande, vi-me impossibilitado de o continuar a fazer. Um *cartoon* tanto pode demorar uma hora como cinco a ser feito, e as pessoas pensam que é bem pago. Esquecem-se de todo o material que precisei de armazenar na cabeça, as revistas e jornais que tive de comprar, os programas que tive de ver.”¹⁸¹ O *Sol* perdia assim um dos mais geniais e prodigiosos cartoonistas contemporâneos.



FIGURA 28. Composição de *cartoons* de Cid.

¹⁸¹ *Correio da Manhã*, 14 de outubro de 2012, in: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/outros/domingo/augusto-cid-pedi-a-eanes-para-nao-levarem-um-cao-com-problemas-de-barriga-com-video>; acedido em 9 de fevereiro de 2013.

A revista *Tabu* também sofre alterações gráficas e de conteúdo. Como é referido mais tarde, “a *Tabu* não assumiu o perfil de revista ligeira, antes procurou associar os temas leves e os temas mais duros, numa mescla equilibrada”. A revista tem uma abordagem heterogénea, “dos temas de leitura rápida às reportagens, dos portefólios fotográficos aos trabalhos de investigação, a *Tabu* impôs-se no mercado como uma revista de tipo novo, com uma energia transbordante e uma leitura simultaneamente leve e densa”¹⁸². A publicação faz-se, nesta altura, simultaneamente em Portugal, Angola e Moçambique. A revista *Tabu* é a *Caju* em Angola e a *Lua* em Moçambique. A ligação do *Sol* aos países africanos de língua portuguesa, que augurava prosperidade, acaba mais tarde por desaparecer, cingindo-se unicamente a Angola.

Em 25 de outubro de 2013 – por ocasião do diferendo entre Portugal e Angola, que levou o presidente José Eduardo dos Santos a sentenciar no seu parlamento o fim dos projetos estratégicos com Portugal, denunciando o seu descontentamento pelo facto de a Procuradoria-Geral da República portuguesa manter sob investigação altas individualidades angolanas – o diretor do *Sol* publica um editorial de página inteira sobre as relações entre os dois países, defendendo uma boa relação mútua.

Com o *Expresso* a lançar o projeto do jornal digital diário, em 6 de maio de 2014, de acesso exclusivo *on-line*, o *Sol* responde, anunciando a remodelação do seu *site* para 12 de maio de 2014, apenas seis dias depois do lançamento do projeto diário do seu principal concorrente. O novo *site*, com navegação na horizontal, é mais visual, dando maior protagonismo à imagem, mas também com mais notícias e opinião. A nova ferramenta do *Sol* permite resumir as notícias mais destacadas. Nesta altura, o *Sol* vende 22 345 exemplares e continua a custar 2,00 € adicionando em 2015 mais 0,20 €. O público parece não ter aderido à inovação e o *site* readaptou-se para o formato vertical. A vida do jornal faz-se sentir na substituição de colunistas. O *Sol* ganha novos nomes, como Luís Osório (novo diretor-executivo), Ana Rosado, Jaime Nogueira Pinto, Francisco Sarsfield Cabral, José Ferreira Machado, Luís Lima, entre outros.

O alvo principal do jornal, José Sócrates, permitiu em finais de novembro de 2014 que o *Sol* voltasse a brilhar, chegando a ofuscar a concorrência pelas cachas sobre o mediático caso Operação Marquês. O diretor do semanário afirma a sua convicção quanto à culpabilidade do ex-primeiro-ministro, e o jornal reassume-se como uma publicação de opinião e convicções, que toma partido.

¹⁸² *Sol*, 14 de setembro de 2012, p. 34.

PARTE 3

ENQUADRAMENTO DOS CASOS

E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

III. ENQUADRAMENTO DOS CASOS E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A necessidade de situar adequadamente os casos de escândalo político que vão deflagrando ao longo do período democrático em Portugal sugere uma contextualização histórica que permita, por um lado, não perder de vista os cenários e as circunstâncias sociopolíticas que em cada momento envolvem a sociedade, inserindo os próprios casos num quadro que conceda uma inteção verosímil e mais ampla dos acontecimentos. E, por outro lado, que sistematize os períodos comportados pela democracia, desde o seu aparecimento até ao momento atual, tornando mais perceptíveis os enquadramentos de cada escândalo político que iremos tratar.



QUADRO 33. As fases da democracia portuguesa adotadas neste trabalho.

Podemos, com Kenneth Maxwell, admitir que, nos anos que se seguiram à revolução de 25 de abril de 1974, houve ocorrências agregadoras de um conjunto de factos e correntes que vinham surgindo na vida pública e marcaram especialmente o País: a aprovação da Constituição da República e a integração na então Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União

Europeia, assumem especial destaque (Maxwell, 1999: 178-181 e 198). Esta primeira fase, que sobretudo na ciência política se tem distinguido como "**transição democrática**" (Maxwell, 1999; Schmitter, 1999; Freire, 2001; Costa Pinto, 2008), embora não sendo consensual (Varela, 2002: 191), é delimitada no intervalo que vai de 1974 a 1976, culminando com a aprovação da Constituição da República como uma conquista da revolução (Maxwell, 1999). Ocorre também no fecho deste período, em 25 de abril 1976, a primeira votação para a Assembleia da República, bem como, em 23 de julho de 1976, a tomada de posse do I governo constitucional e, cerca de um mês depois, em 27 de julho de 1976, a primeira eleição democrática para a Presidência da República após a revolução de 1974, da qual saiu eleito o general Ramalho Eanes.

A segunda fase que aqui delimitamos percorre o período entre 1976 e 1986, culminando com a adesão plena de Portugal à então CEE, sendo designada frequentemente por "**consolidação democrática**". Como refere Larry Diamond, "a consolidação democrática é entendida como um processo perceptível no qual as regras, instituições e restrições da democracia se constituem no único jogo dessa sociedade" (Diamond, 2000: xvii). A partir de 1976, uma série de renhidos acordos – e por vezes não logrados (Graham, 1992: 282) – entre as elites, após a ratificação da Constituição, possibilitou uma convergência progressiva que prevaleceu sobre as dissonâncias militares, e sobre a iminência de uma guerra civil, não se rendendo às dificuldades económicas que levaram nesse período a duas intervenções de auxílio financeiro pelo FMI, nem tão-pouco à conflitualidade social que vinha ainda do processo de transição. A aprovação da Constituição possibilitou, pelo menos, colocar as elites divergentes de acordo em relação aos princípios fundamentais, dando início a uma nova fase, tendo em vista as reformas estruturais. O termo da III legislatura, em finais de 1985, e a assinatura da adesão plena à CEE, em 12 de junho do mesmo ano, para entrar em vigor em 1 de janeiro de 1986, marcaram o fim de uma fase e o começo de outra.

O crescimento económico proporcionou a Portugal novas opções estratégicas de investimento, acompanhadas de uma explosão social e de uma aparente prosperidade, espoletada pelos fundos europeus e pela expansão do crédito. O padrão de vida dos portugueses e o das suas instituições dançavam exuberantes ao som da nova abundância. Portugal converteu-se no "País Botox", como lhe chamou o jornalista Fernando Sobral (2009: 142). Esta "**transformação estrutural**"¹⁸³, que tem início em 1986 e culmina com a grave crise que deflagrou em Portugal em 2008, embora com indícios contundentes já a partir de 2005, levou à aplicação de três Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) para combater o sobre-endividamento do

¹⁸³ Expressão utilizada por Rui Bebbiano, historiador e presidente do Centro de Documentação 25 de Abril, em *e-mails* trocados entre 30 de agosto de 2014 e 8 de setembro de 2014.

Estado e, finalmente, ao pedido de ajuda financeira e respetivo resgate pela *troika*, que apresentou um programa de assistência de 78 mil milhões de euros a conceder entre maio de 2011 e maio de 2014, altura em que foi finalizado o programa, tendo ficado Portugal rotulado como um dos PIGS¹⁸⁴.

Creemos, portanto, em que o ano de 2008 assinala o princípio daquilo que podemos adotar como uma "**mudança de ciclo**"¹⁸⁵, tido formalmente como o começo declarado da crise que Portugal ainda atravessa, marcado pela austeridade, aumento de impostos, desagregação da sociedade, destruição de postos de trabalho, falência do tecido empresarial, desmoronamento de bancos, desemprego acentuado, aumento da emigração, falhas no acesso à saúde, diminuição dos apoios sociais e deflagração da pobreza.

2. CATÁLOGO DE CASOS

O tema do escândalo político, vasto e enraizado em preceitos sociais, ergue-se espinhoso através do discurso mediático, causando impacto nas democracias contemporâneas e condicionando a relação entre os políticos, os *media* e o público. É nossa pretensão que este trabalho possa contribuir para um desvendamento proficiente da atmosfera política e mediática, pois muito de si permanece oculto. Daí acharmos profícua a exposição, ainda que necessariamente sucinta, dos 99 casos apurados a partir do *corpus* estabelecido (anexo 4), dispondo-os de acordo com as fases históricas da democracia portuguesa constantes no quadro 33 e graduados através da Escala de Intensidade Mediática (EIM). Sublinhamos que estes casos são referenciados estritamente enquanto matéria de estudo académico, valendo para a sua inclusão o tratamento conferido pelos *media*, sendo a denominação atribuída apenas em função de um reconhecimento do caso, não nos motivando o apuramento dos factos nem tão-pouco uma abordagem condenatória.

2.1. CASOS INICIADOS NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1974-1976)

1 EIM **0,84** Spínola / Wallraff poder

2.2. CASOS INICIADOS NO PERÍODO DE CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA (1976-1986)

¹⁸⁴ Sigla dos países resgatados pelo apoio financeiro da *troika*, *Portugal, Ireland, Greece e Spain*.

¹⁸⁵ Expressão utilizada por Rui Bebiano, historiador e presidente do Centro de Documentação 25 de Abril, em *e-mails* trocados entre 30 de agosto de 2014 e 8 de setembro de 2014.

2	EIM 0,30	Processo das Armas	financeiro
3	EIM 0,43	Soares Carneiro e os internamentos em Angola	poder
4	EIM 0,62	A dívida de Sá Carneiro	financeiro
5	EIM 0,41	Cafés Delta	financeiro
6	EIM 0,16	Adelaide Paiva e os rumores de tráfico de droga	financeiro
7	EIM 0,23	Dossiê Mesquita Machado	poder
8	EIM 0,21	Custódio Simões acusado de fraude	poder
9	EIM 1,49	Subsídios de Rui Amaral sob suspeita	poder
10	EIM 0,44	DOPA e o tráfico de divisas	financeiro

2.3. CASOS INICIADOS NO PERÍODO DE TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL (1986-2008)

11	EIM 1,80	Viagens-Fantasma	poder
12	EIM 0,18	CEEETA	poder
13	EIM 0,21	Irregularidades de Monterroso na Câmara da Nazaré	poder
14	EIM 7,85	Processo da Saúde	poder
15	EIM 1,41	TDM/Emaudio	poder
16	EIM 1,31	A Sisa de Cadilhe	poder
17	EIM 6,32	Fax de Macau	poder
18	EIM 0,51	Oliveira e Costa perdoa dívidas a empresas	poder
19	EIM 0,09	Irregularidades de Mário Pedra em Valença	poder
20	EIM 0,36	Partex	financeiro
21	EIM 0,05	A manta da TAP	conduta
22	EIM 1,02	Fraude na UGT	poder
23	EIM 1,00	Monte dos Frades	financeiro
24	EIM 0,29	A casa de Couto dos Santos	poder
25	EIM 0,27	Xavier Xufre	poder
26	EIM 0,15	Nobre Guedes suspeito de fuga ao fisco	financeiro
27	EIM 0,95	Lista Negra da Guarda	conduta
28	EIM 1,23	O enriquecimento de Duarte Lima	financeiro
29	EIM 1,45	Processo dos Hemofílicos	poder
30	EIM 0,45	As obras particulares de Cavaco	financeiro
31	EIM 0,52	O matadouro da Guarda	poder
32	EIM 0,32	INDESP	poder
33	EIM 0,08	Fichas falsas na JSD	poder
34	EIM 0,14	A Sisa de Murteira Nabo	financeiro
35	EIM 0,09	Câmara de Celorico da Beira	poder
36	EIM 0,39	O lobby de Gomes da Silva	poder
37	EIM 0,14	Os impostos de Judas	financeiro
38	EIM 0,11	Caso Saleiro	financeiro
39	EIM 0,16	Monte dos Vendavais	financeiro
40	EIM 0,22	O património de Narciso Miranda	poder
41	EIM 0,19	JAE	poder
42	EIM 0,04	José Raul dos Santos acusado de fraude	poder
43	EIM 4,96	Universidade Moderna	financeiro
44	EIM 0,03	José Mota e os subsídios	poder
45	EIM 0,20	As inconfiências de Sousa Franco	conduta
46	EIM 0,36	A família Soares e os diamantes angolanos	financeiro
47	EIM 4,40	Saco Azul de Felgueiras	poder
48	EIM 0,43	Avelino Ferreira Torres	poder
49	EIM 0,89	Fundação para a Prevenção e Segurança	poder
50	EIM 0,29	Catarina Vaz Pinto em empresa que subsidiou	poder

51	EIM 0,23	Saco Azul de Águeda	poder
52	EIM 6,57	Isaltino Morais	poder
53	EIM 6,51	Casa Pia	sexual
54	EIM 1,08	Caso da Mala	financeiro
55	EIM 0,64	Filha do MNE com entrada facilitada em Medicina	poder
56	EIM 3,94	Apito Dourado	poder
57	EIM 0,23	Amadora Connection	poder
58	EIM 0,04	O licenciamento da casa da Arrábida	poder
59	EIM 0,08	Favorecimentos na Câmara do Porto	poder
60	EIM 7,58	Freeport	poder
61	EIM 0,09	Negócios imobiliários de Judas	poder
62	EIM 1,30	Portucale	poder
63	EIM 0,24	Negócio dos CTT	poder
64	EIM 0,63	Bragaparques	poder
65	EIM 1,32	Irregularidades na Câmara de Lisboa	poder
66	EIM 0,21	Suspeitas nas SCUT	poder
67	EIM 0,10	Caso de Salvaterra	poder
68	EIM 2,79	A licenciatura de Sócrates	conduta
69	EIM 0,99	Submarinos	poder
70	EIM 0,13	Delitos na Câmara do Funchal	poder

2.4. CASOS INICIADOS NO PERÍODO DE MUDANÇA DE CICLO (2008-ATUALIDADE)

71	EIM 6,85	BPN	financeiro
72	EIM 0,76	<i>Jackpot</i> para o Casino de Lisboa	poder
73	EIM 0,10	Projetos da Guarda	financeiro
74	EIM 0,11	O empreendimento da Ponte Galante	poder
75	EIM 0,27	Câmara de Lisboa atribui casas	poder
76	EIM 0,31	Coelho e os negócios da Mota-Engil	poder
77	EIM 0,06	Quinta do Ambrósio	poder
78	EIM 5,98	Negócio PT/TVI	poder
79	EIM 0,77	Encerramento do jornal de sexta da TVI	poder
80	EIM 0,57	Os “cornichos” de Pinho	conduta
81	EIM 0,27	Enriquecimento de Mesquita Machado	poder
82	EIM 2,10	Escutas ao Presidente	poder
83	EIM 6,51	Face Oculta	poder
84	EIM 0,45	Caso Mário Crespo	conduta
85	EIM 1,54	Taguspark	poder
86	EIM 0,49	O furto dos gravadores	conduta
87	EIM 0,04	As eleições no PS de Coimbra	poder
88	EIM 3,00	O homicídio de Rosalina	conduta
89	EIM 1,65	Caso das Secretas	poder
90	EIM 0,47	PPP nas rodoviárias	poder
91	EIM 0,11	Censura a programa da Antena 1	poder
92	EIM 0,75	Homeland	financeiro
93	EIM 2,35	A licenciatura de Relvas	conduta
94	EIM 0,15	Macário Correia perde o mandato	poder
95	EIM 0,02	Paulo Júlio faz concurso à medida	poder
96	EIM 1,25	Swaps	poder
97	EIM 0,64	Machete mente ao parlamento	conduta
98	EIM 0,34	Machete pede desculpa a Angola	poder
99	EIM 0,02	Narciso Miranda suspeito de desvio de fundos	financeiro

3. ANÁLISE DE DADOS

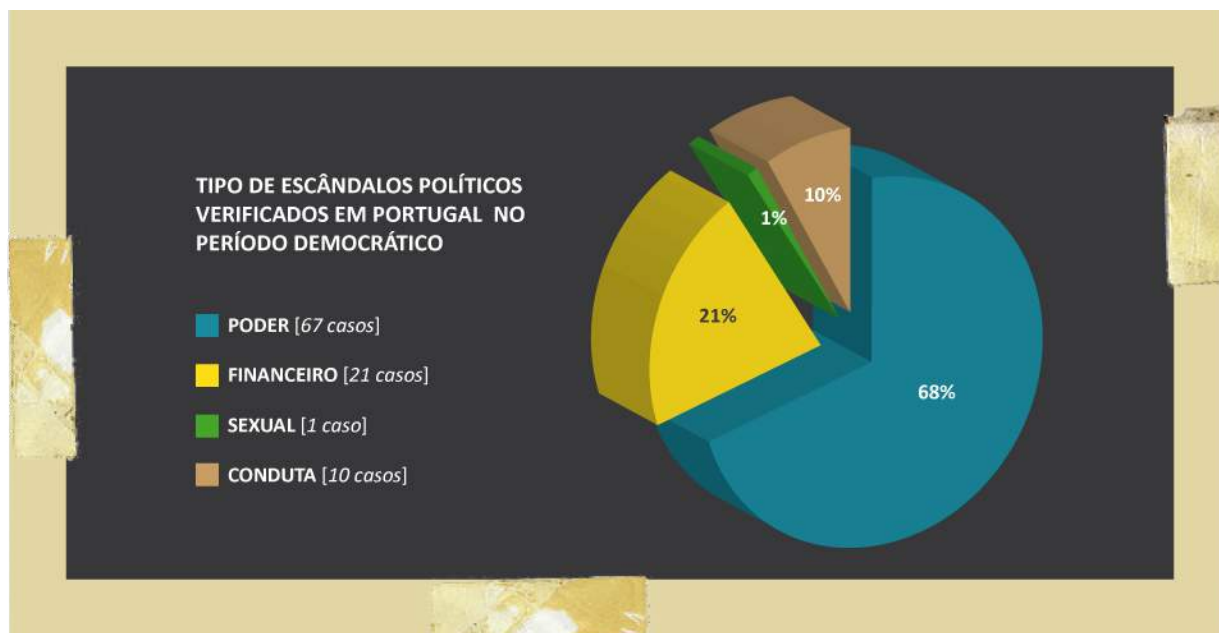
A análise que aqui iniciamos reporta-se ao *corpus* da presente dissertação, constituído por 4739 peças jornalísticas referentes a escândalos políticos extraídos a partir da pesquisa em quatro semanários generalistas de expressão nacional com acentuado pendor político – *Expresso*, *O Jornal*, *O Independente* e *Sol* – desde 25 de abril de 1974 a 25 de abril de 2014, tendo sido apurados 99 casos. Cada um dos pontos seguintes visa expor mais detalhadamente alguns aspetos tendentes a aferir, no seu conjunto, a existência de padrões na cobertura jornalística do fenómeno, bem como a traçar um retrato do escândalo político em Portugal.

3.1. TIPOLOGIAS DO ESCÂNDALO POLÍTICO

O escândalo político, conforme advoga John B. Thompson (2002), pode ser acomodado em três tipologias frequentes, visando a sua segmentação. Estas reportam-se ao escândalo político de poder (a forma mais genuína, por assentar em alegadas prevaricações que sucedem a partir do exercício do poder político), ao escândalo político financeiro (quando as incidências dizem respeito ao abuso ou mau uso de recursos financeiros) e ao escândalo político sexual (quando estão em causa contravenções que ferem normas sociais vigentes do foro sexual ou conjugal). Embora só a primeira apresente consenso entre os vários autores, Thompson alega que, mesmo não decorrentes da atividade política do visado, seria inadequada a exclusão de outros factos constitutivos de escândalo, uma vez que estes podem determinar danos nos capitais simbólicos, o que poderia refletir-se nefastamente nas pretensões de acesso e manutenção do poder político.

Baseando-nos nas tipologias sugeridas por Thompson, verificámos a existência de casos sem amparo nesse enquadramento, tendo constituído por essa razão uma nova tipologia, que designámos “escândalo político de conduta”, corroborando assim uma das hipóteses de trabalho aqui suscitadas, de que há escândalos políticos ocorridos em Portugal que necessitam de nova classificação, como decorre do quadro 34, representando esta nova tipologia 10% dos casos registados. Estes dizem respeito aos seguintes escândalos: Manta da TAP; Lista negra da Guarda; Inconfidências de Sousa Franco; Licenciatura de Sócrates; Os “cornichos” de Pinho; Caso Mário Crespo; Furto dos gravadores; Homicídio de Rosalina Ribeiro; Licenciatura de Relvas e Machete mente ao parlamento¹⁸⁶. Consideramos que estes casos não se ajustam às tipologias de poder, sexual ou financeira, dado que a natureza da prevaricação afasta-se dos respetivos conceitos. Daí a opção de agrupá-los numa nova tipologia, denominada “escândalo político de conduta”.

¹⁸⁶ A síntese dos casos aqui enunciados pode ser consultada no anexo 4.



QUADRO 34. Percentagem e número de casos segundo as tipologias do Escândalo Político.

O mesmo quadro permite-nos aferir que o escândalo político mais comum em Portugal é o de poder, com 67 casos, havendo apenas um único caso (Casa Pia) de natureza sexual, 21 do foro financeiro e, como já mencionámos, dez de conduta. Na esteira de Thompson (2002: 155), o escândalo de poder admite envolver cumulativamente prevaricações ligadas a outras tipologias mas, se tal suceder às custas do exercício do poder político do seu protagonista, deve prevalecer a de poder, dada a sua precedência no campo político, o que realça a proeminência desta tipologia.

No quadro 35 podemos observar a saliência do escândalo de poder ao longo dos 40 anos do período pós-ditadura portuguesa, notando-se, todavia, que no período de consolidação democrática foram tantos os casos de poder como os financeiros (estes últimos não contaram com a contribuição do exercício do poder político). Nessa altura, a efervescência da revolução ainda se fazia sentir, com instabilidade e grande rotatividade do poder político (o lugar de primeiro-ministro foi ocupado por sete pessoas, tendo inclusivamente uma delas, Mário Soares, assumido a função por duas vezes). Nessa altura, o quadro das instituições era volúvel, com mutações que ora levaram à criação de novas entidades, ora fomentaram o encerramento de outras. A agenda dos *media* estava muito ligada às tendências ideológicas dos seus profissionais e esta atmosfera não aplanou uma cobertura independentemente organizada nem o habitual efeito mimético que é comum hoje observar-se.



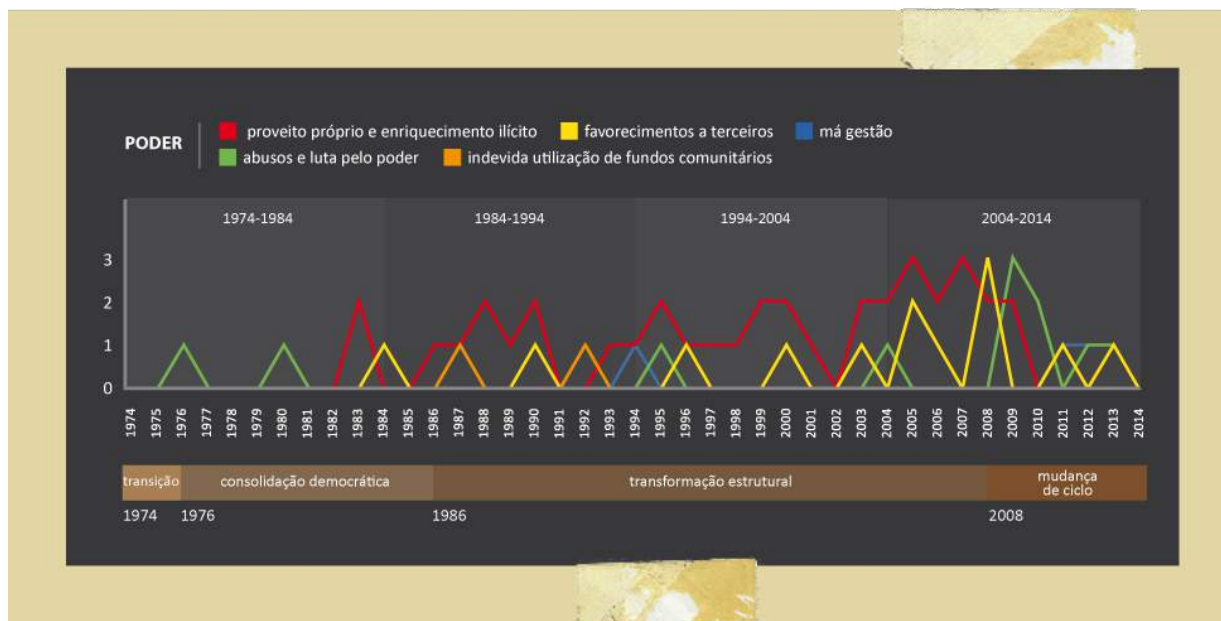
QUADRO 35. Número de casos por ano, década e período histórico, segundo a tipologia de escândalo político.

A voragem investigativa dos *media* portugueses, que conheceu um aprofundamento no período de transformação estrutural, surge na bruma de uma conjuntura propícia à ocorrência de maior estabilidade política (com governantes a permanecerem por períodos mais longos em funções e partidos mais robustos e organizados em torno da luta pelo poder). Nesse período estavam já ultrapassados os picos mais acentuados das crises económico-financeiras das décadas anteriores, verificando-se a entrada de fundos provenientes da então CEE, associada a um aumento de literacia da população e a um acréscimo de procura e de consumo de informação. Esse enquadramento conduziu, de certa forma, à emergência do escândalo político enquanto produto mediático e a uma certa afirmação da comunicação social enquanto "4.º poder". O período que convencionámos designar por "mudança de ciclo" apanha um traçado mediático muito assente em rivalidades competitivas no setor, na expansão de meios tecnológicos avançados que ditaram o acesso gratuito a conteúdos, a uma crise que atingiu a disponibilidade publicitária e a uma estratégia de *infotainment* como saída aparente para os problemas profundos dos *media*.

3.1.1. Ramificações do escândalo político de poder

Como temos vindo a sustentar, o escândalo de poder é unanimemente considerado a mais genuína forma de escândalo político. A razão deve-se ao facto de ele estar diretamente relacionado com a ação do protagonista no desempenho da atividade política. Por isso, Thompson qualifica-o como um escândalo em que "está em causa o mau uso ou abuso do poder político" (Thompson, 2002: 239), variando as formas de prevaricação que a ele

conduzem. Nesse sentido, podemos distinguir ramificações do escândalo de poder, que detalhamos no quadro 36 e que sintetizamos de acordo com a seguinte subdivisão: (1) Proveito próprio e enriquecimento ilícito; (2) Favorecimentos a terceiros proporcionados por políticos; (3) Abusos e luta pelo poder; (4) Má gestão; e (5) Indevida utilização de fundos comunitários.



QUADRO 36. Número de casos por ano, década e período histórico, segundo as ramificações de escândalos de poder.

As alegadas contravenções que incidem sobre atos praticados por políticos que visam o seu próprio proveito, incluindo o enriquecimento ilícito e outras ações que possibilitem prevaricações fiscais e contributivas, constituem a mais numerosa ramificação do escândalo político de poder (com 55,2%, correspondente a 37 casos), tendo essas transgressões eclodido a partir do final da primeira década democrática, proliferando a sua intensidade a partir da época de transformação estrutural e atingindo dois picos: um em 2005, com o espoletamento de três casos (Freeport, Negócios imobiliários de Judas e Negócio dos CTT) e outro em 2007, com o início de outros três escândalos (Caso de Salvaterra de Magos, Submarinos e Delitos na Câmara do Funchal).

A segunda ramificação mais volumosa que verificamos (com 19,4%, relativa a 13 casos), diz respeito a favorecimentos a terceiros proporcionados por políticos, o que inclui benefícios a pessoas ligadas a partidos, empresas e gente das suas relações, encontrando-se o maior pico em 2008, com três casos desencadeados no mesmo ano (*Jackpot* para o Casino de Lisboa, Câmara de Lisboa atribui casas, e Coelho e os negócios da Mota-Engil).

A terceira maior ramificação do escândalo político de Poder concerne a abusos e lutas pelo poder, onde se encontram os meios ilegítimos de disputa nos partidos ou a angariação paralela e ilegal de recursos financeiros (com 16,4%, correspondente a 11 casos), verificando-se uma significativa expressão na primeira década democrática, com a ocorrência de dois casos (um que envolveu o ex-Presidente Spínola e outro que eclodiu durante a campanha presidencial, atingindo o candidato Soares Carneiro a propósito da sua ação em Angola, considerada por alguns críticos como sendo contrária às práticas democráticas). Ambos tiveram como pano de fundo temas caros aos ideais da Revolução dos Cravos. O pico mais significativo desta ramificação surge em 2009, no termo do primeiro mandato de governação do socialista José Sócrates, com casos como a tentativa de compra da TVI pela PT, o encerramento do "jornal de sexta da TVI" e ainda o caso das alegadas Escutas ao Presidente, todos eles envolvendo os *media* como ativos protagonistas na peleja política. Um outro incidente semelhante, já durante a governação de Passos Coelho, foi o que ligou o ministro Miguel Relvas ao encerramento de um programa de opinião da Antena 1. Casos de ingerência política e de pressão junto dos *media* que, de forma generalizada, têm acontecido em Portugal assumiram uma expressão pública mais pontiaguda, sobretudo desde 2009, verificando-se uma tentativa de intervenção na sua propriedade, não apenas no que concerne à TVI como também à Antena 1, e interferências ao nível dos conteúdos.

A quarta ramificação é a que sintetizámos com o epíteto de má gestão, tendo ocorrido por quatro vezes (6% do total de casos de poder). Uma primeira, episódica, ligada ao caso dos Hemofílicos, que deflagrou em 1994 envolvendo a ministra Leonor Beza, e três em anos mais recentes, em pleno período de mudança de ciclo, denunciando atos de gestão decorridos, na sua maioria, na fase final do período anterior: um relativo a atos do autarca Macário Correia incidindo sobre o ordenamento do território e dois relativos a contratos que suscitaram dúvidas sobre se seriam lesivos para o Estado (PPP nas rodoviárias e Contratos Swaps) em montantes avultados, sobressaindo que a eclosão destes casos nos *media* ocorreu com o País em clima de austeridade e sob “tutela” financeira da *troika*.

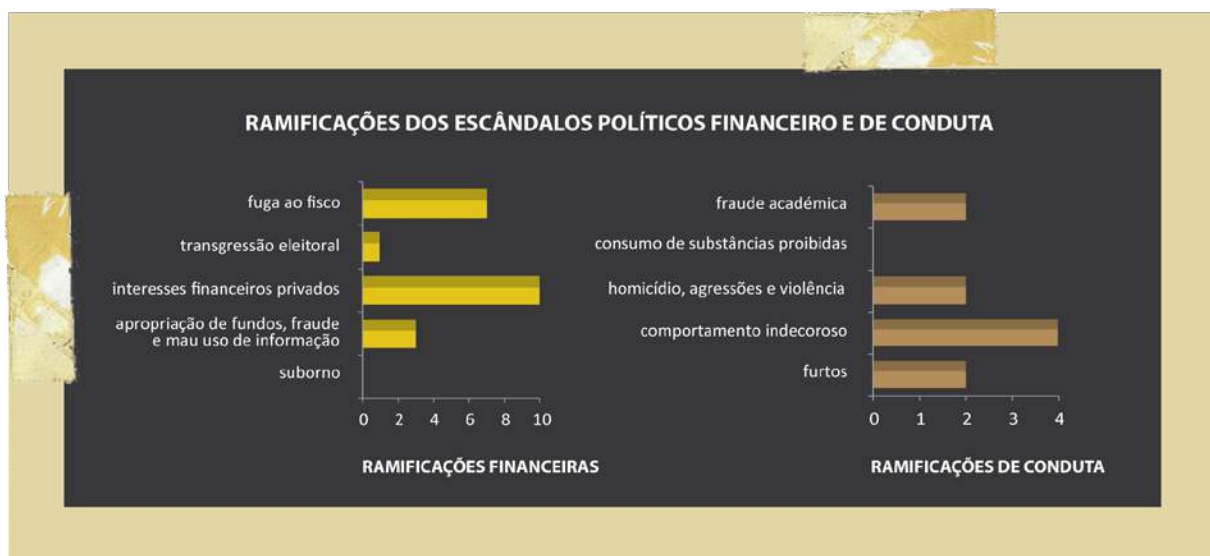
Por último, a quinta ramificação do escândalo político de poder (correspondente a 3% dos casos) assenta na indevida utilização de fundos comunitários. De acordo com o estudo "25 Anos de Portugal Europeu: a economia, a sociedade e os fundos estruturais"¹⁸⁷, realizado pela consultora Augusto Mateus & Associados para a Fundação Francisco Manuel dos Santos, entre 1986 e 2011, Portugal recebeu 80,9 mil milhões de euros em fundos estruturais e de coesão, o que corresponde a nove milhões de euros por dia injetados por Bruxelas no País, tendo em vista desenvolver Portugal e aproximá-lo da média europeia. Os dois escândalos registados nesta tipologia circunscrevem-se ao período de transformação estrutural, concentrando-se na segunda década democrática, tendo ocorrido em 1987 e 1992, concernindo respetivamente aos

¹⁸⁷ <https://www.ffms.pt/upload/docs/23b69163-ee6d-4327-a324-03a0dfc0cfc5.pdf>, acedido em 13 de maio de 2015.

casos CEEETA e Fraude na UGT. A primeira é uma associação privada sem fins lucrativos vinculada ao Instituto Superior de Economia de Lisboa, a que se encontravam ligados vários membros do governo de Cavaco Silva, sendo levantadas suspeitas de que Carlos Pimenta, no tempo em que tutelou no governo a pasta do Ambiente, havia atribuído ao CEEETA um conjunto de estudos com pagamentos na ordem das centenas de milhares de contos, a serem cobertos por dinheiros europeus. Já quanto ao escândalo da Fraude na UGT, foi propalado que este envolveu um ardiloso esquema de desvio de fundos, com a entidade a candidatar projetos e recebendo quantias que não eram ali estritamente aplicadas. Nestes, como em todos os outros casos, não averiguamos a autenticidade dos factos, apenas tomamos o fenómeno a partir do que é veiculado pelos *media*, interessando-nos o seu conteúdo e a perceção gerada a partir da cobertura noticiosa. Estes não foram os únicos casos de escândalo político relacionados com os fundos europeus, todavia, o móbil dos que aqui não mencionamos não é enquadrável na tipologia de poder, dado não ter sido colocado em foco a prevaricação a partir do exercício do poder político dos seus protagonistas.

3.1.2. Ramificações dos escândalos políticos financeiro e de conduta

A tipologia financeira corresponde a 21% do total de casos de escândalo político e a de conduta, a 10%. A sexual cifra-se em 1%, havendo um único caso registado, o da Casa Pia, pelo que não nos debruçaremos sobre as suas imagináveis ramificações. O quadro seguinte ilustra a subdivisão que adotámos para os escândalos financeiro e de conduta tratados neste ponto, tendo em vista a exposição dos seus principais desdobramentos e o peso que assumem no contexto do escândalo político em Portugal no período democrático.



QUADRO 37. Número de casos ocorridos segundo as ramificações dos escândalos financeiro e de conduta.

De acordo com o definido por Thompson, os escândalos financeiros na esfera política "baseiam-se em alegações sobre abuso de dinheiro e outras irregularidades financeiras" (Thompson, 2002: 102). Embora 75% dos escândalos políticos ocorridos na democracia portuguesa se reportem a contravenções que, de alguma forma, envolvem recursos financeiros, apenas 21% podem ser qualificados como escândalos financeiros (Paixão, 2015), devendo-se isso sobretudo à prevalência do escândalo de poder. Os 21 casos catalogados como escândalos políticos financeiros, dependendo da infração envolvida, podem desdobrar-se em cinco subdivisões. A partir dos escândalos observados, a ramificação que regista maior expressão é a relativa à existência de interesses financeiros privados não declarados que transgridem as normais obrigações e responsabilidades de um político, com dez casos (47,6%). A fuga ao fisco, ou a sua suspeita, é, em Portugal, a segunda principal fonte de escândalo financeiro, com 33,3% dos casos, tendo inclusivamente levado à queda de políticos membros do governo, como Francisco Sousa Tavares (caso DOPA e o tráfico de divisas, surgido em 1985), Murteira Nabo (caso de não pagamento de Sisa, revelado em 1996) e António Vitorino (Monte dos Vendavais, desencadeado em 1997). Os casos Cafés Delta (1982), Nobre Guedes suspeito de fuga ao fisco (1994), os impostos de Judas (1997) e Homeland (2012) não levaram à queda de funções políticas, embora, neste último, envolvendo o ex-líder parlamentar do PSD Duarte Lima, já arreado de funções políticas, este tenha sido alvo de decisão condenatória de dez anos de prisão.

A subcategoria que designámos por apropriação indevida de fundos públicos, fraude e mau uso de informações privilegiadas representa 14,3% dos casos de escândalos financeiros, dizendo respeito a três casos: Partex (1990), Monte dos Frades (1992) e Narciso Miranda suspeito de desvio de fundos (2013). A transgressão em aspetos eleitorais engloba prevaricações como a apropriação indevida de fundos de campanha ou coleta ilícita de dinheiro para partidos, cifrando-se nos 4,8% da totalidade dos escândalos financeiros. Já os subornos, a última subdivisão adotada, reporta-se à troca irregular de recursos económicos com o objetivo de influenciar decisões e resultados políticos, como a estabelece Thompson. Esta subdivisão não apresenta qualquer registo nos casos estudados, estando diluída noutros casos, sobretudo nos de poder.

No que diz respeito ao escândalo político de conduta, este vem agrupar várias ocorrências que não se ajustam nas três tipologias estabelecidas por Thompson, dizendo respeito a contravenções de comportamentos que são moral e culturalmente reprováveis e que ramificámos segundo cinco subcategorias. A mais expressiva concerne a comportamentos indecorosos, como o gesto de "cornichos" que o ministro Manuel Pinho dirigiu a um deputado do PCP, a mentira do ministro

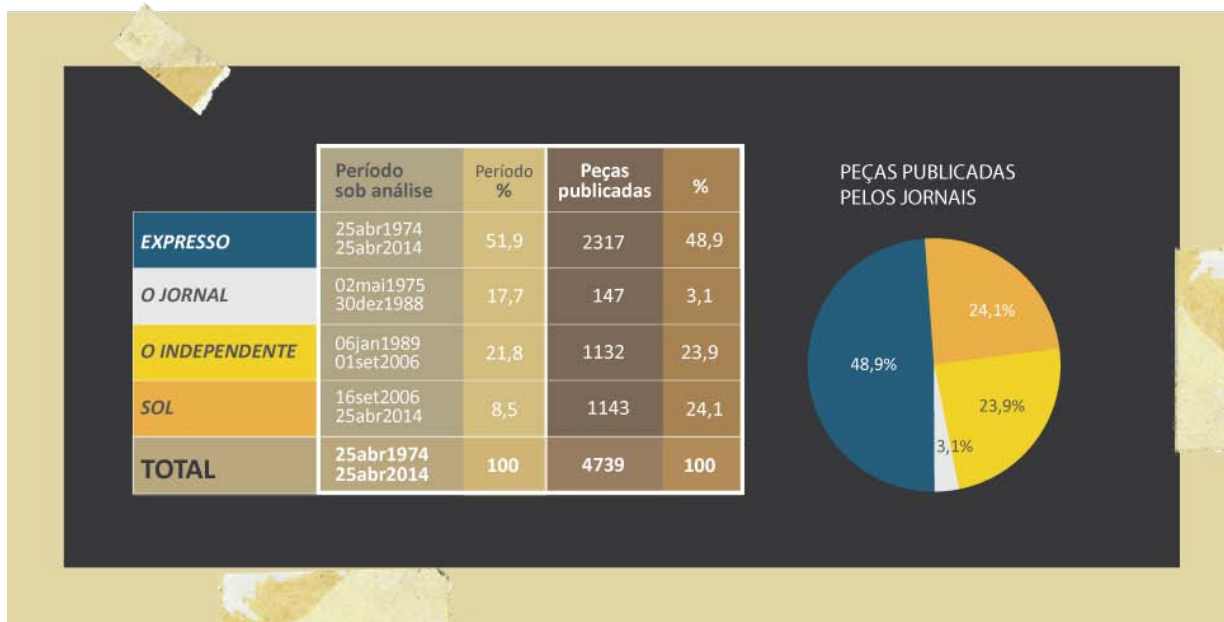
Rui Machete ao parlamento quanto às suas ações no BPN, as inconfidências do ex-ministro das Finanças Sousa Franco tecidas sobre ex-colegas de governo ou as palavras pouco elogiosas que o então primeiro-ministro José Sócrates proferiu num restaurante sobre o jornalista da SIC Mário Crespo. Esta ramificação representa 40% dos casos desta tipologia. Os furtos representam 20% dos casos e estão associados a episódios como o da Manta da TAP (que mereceu por parte de *O Independente* um pedido de desculpas ao ministro João de Deus Pinheiro) e o furto de gravadores a dois jornalistas da *Sábado* pelo deputado socialista Ricardo Rodrigues, enquanto lhes concedia uma entrevista na Assembleia da República. A subcategoria denominada homicídios, agressões e violência na forma consumada ou tentada regista dois casos (Lista negra da Guarda e Homicídio de Rosalina Ribeiro), o mesmo número de casos que o desdobramento relativo a fraudes académicas, em que alegadas acusações recaíram sobre a forma como José Sócrates e Miguel Relvas obtiveram as respetivas licenciaturas em universidades privadas.

O desdobramento das tipologias permite-nos um vislumbre mais seletivo das prevaricações em causa quando estas são enquadradas em determinado grupo, recortando o foco principal que caracteriza o caso e que leva a tipificá-lo de uma maneira em detrimento de outra, auxiliando-nos na delicada tarefa de catalogação do escândalo político.

3.2. OS JORNAIS EM FOCO

O intuito de termos presente em quase todo o período de análise dois jornais semanários generalistas com forte pendor na cobertura de temas políticos, de forma a podermos registar pontos comparativos, foi concretizado devido à escolha dos quatro periódicos que compõem o *corpus* (*Expresso*, *O Jornal*, *O Independente* e *Sol*). Todavia, *O Jornal* surge só em 2 de maio de 1975, prevalecendo apenas um único periódico, o *Expresso*, no período que antecede esta data. Também em 2006, entre o encerramento de *O Independente* e a publicação do primeiro número do *Sol*, há uma semana em que contabilizamos a publicação de apenas um jornal, o *Expresso*. Por isso, este semanário, apesar de permanecer nas bancas durante todo o período democrático, ocupa um valor que ascende a 51,9% (e não metade, como seria de esperar, ao repartirmos o valor temporal por dois jornais presentes em simultâneo) das publicações. Os restantes três ocupam 48,1%¹⁸⁸.

¹⁸⁸ Para o apuramento da percentagem do período que cada jornal representa, é tida em conta a presença de dois semanários em simultâneo, ou seja: a um periódico que integre a totalidade dos 40 anos do *corpus*, como é o caso do *Expresso*, cabe-



QUADRO 38. Número de peças sobre escândalos políticos publicadas por cada um dos quatro semanários.

Comparando estes valores com a percentagem de peças publicadas por cada um dos quatro semanários, de acordo com o quadro 38, verificamos que há uma maior propensão de alguns periódicos para a produção de peças noticiosas sobre o escândalo político. Esta disposição observa-se com maior ênfase no *Sol* que, embora tenha uma representação temporal de 8,5% do período em análise, apresenta 24,1% do total de peças recolhidas sobre o escândalo político, na totalidade dos quatro jornais. O semanário *O Jornal* é aquele em que se verifica menor apetência para a publicação de peças sobre este assunto. Tanto no *Expresso* como em *O Independente*, a oscilação não é significativa, estando praticamente em linha a percentagem do período de cobertura e do número de peças publicadas.

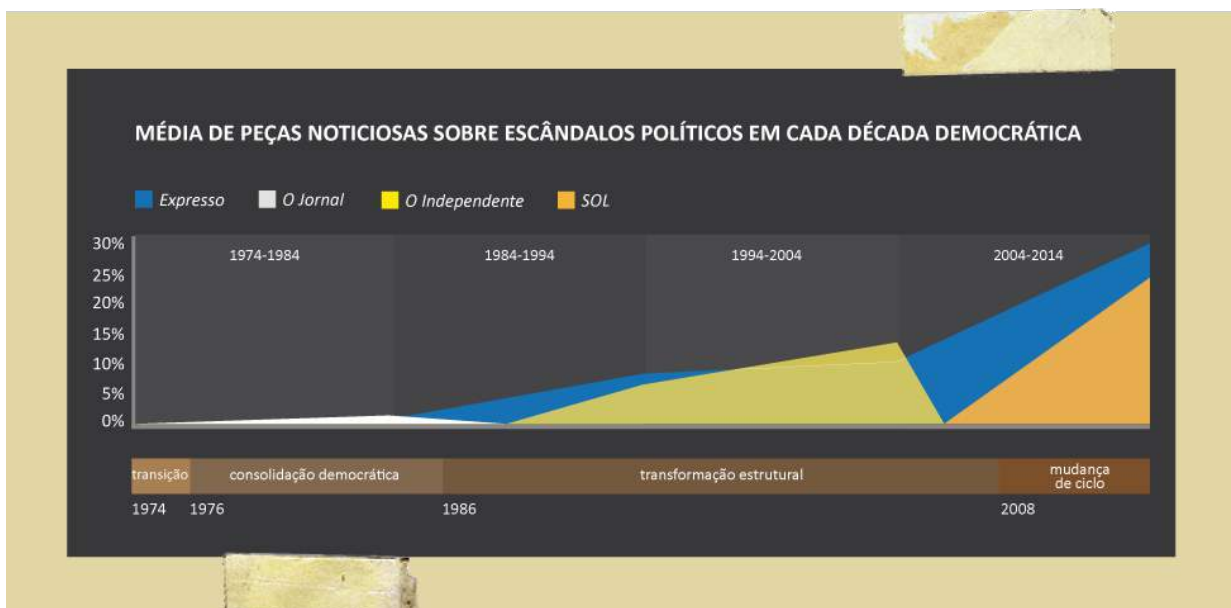
Observando o quadro 39, verificamos que o período histórico em que um escândalo ocorre está diretamente relacionado com o volume de cobertura jornalística. O que conduz à indução de que o contexto condiciona a perceção e a significação do escândalo. Este argumento vem corroborar uma das hipóteses de trabalho a que já aludimos, relativa à conjectura de que o contexto cultural em que uma ação sucede ajuda a definir se um caso é ou não escandaloso.

Se a "transição democrática", referente ao período pós-revolução, avocou para a atenção mediática temas que pontificaram como marcos fundadores da democracia – tais como a discussão e aprovação da Constituição da República, a fundação de novos partidos ou a emergência de protagonistas políticos –, a fase de "consolidação democrática" surgiu como

lhe 50% do espaço inerente a esse período, de forma a que a totalidade dos 40 anos, somando o outro jornal, corresponda a um valor de 100%.

uma sequência natural, prosseguindo com temas como a integração na então Comunidade Económica Europeia, a legislação referente à imprensa, a construção do ideal democrático, a conflitualidade social, ou a convulsão política que levou à formação de sucessivos governos.

É sobretudo a partir da segunda década democrática, mormente no período que concerne à "transformação estrutural", marcado pelo crescimento económico e por uma aparente prosperidade e melhoria das condições de vida dos portugueses, que o fenómeno do escândalo político aumenta. *O Independente* mais do que duplica o número de peças entre a segunda e a terceira década democrática, passando de 305 peças para 634. No mesmo período, *o Expresso* passa de 390 peças na segunda década para 484 na terceira, protagonizando depois, na quarta década, a grande discrepância, com 1407 peças publicadas, o que representa cerca de 30% do total de peças difundidas pelos quatro jornais ao longo dos 40 anos em análise. Na quarta década, que diz respeito ao período entre 2004 e 2014, foram publicadas 2743 peças (57,9%) sobre casos de escândalo político. Este aumento deve-se também ao surgimento do *Sol*, em 2006 (que contribui com 1143 peças), e à escalpelização de escândalos políticos que tem marcado a sua orientação editorial, nomeadamente no que concerne a casos que visam o socialista José Sócrates. Esta última década corresponde ao período em que termina a "transformação estrutural", abrindo-se caminho à grave crise económica e financeira surgida em Portugal a partir de 2005 e que assumiu reconhecimento oficial sobretudo a partir de 2008. Vamos deixar para um capítulo posterior a observação mais detalhada da relação entre o aumento do número de escândalos e notícias com os momentos de crise económico-financeira vividos em Portugal.



QUADRO 39. Média de peças noticiosas sobre escândalos políticos em cada década democrática.

A partir dos quadros anteriores não podemos taxativamente inferir que, apenas por publicar uma menor quantidade de peças, um jornal apresenta uma menor propensão para a cobertura do escândalo político. Esta ilação pode ser validada apenas se associados vários atributos, como a frequência (número de peças publicadas), a duração dos casos, a extensão (espaço concedido às peças noticiosas), a iconografia (valorização gráfica), o tipo de página e a localização das peças publicadas em cada edição. Conjuntamente, estas variáveis possibilitar-nos-ão cotejar melhor as opções editoriais assumidas pelos *media*. É essa a análise que a seguir prosseguiremos.

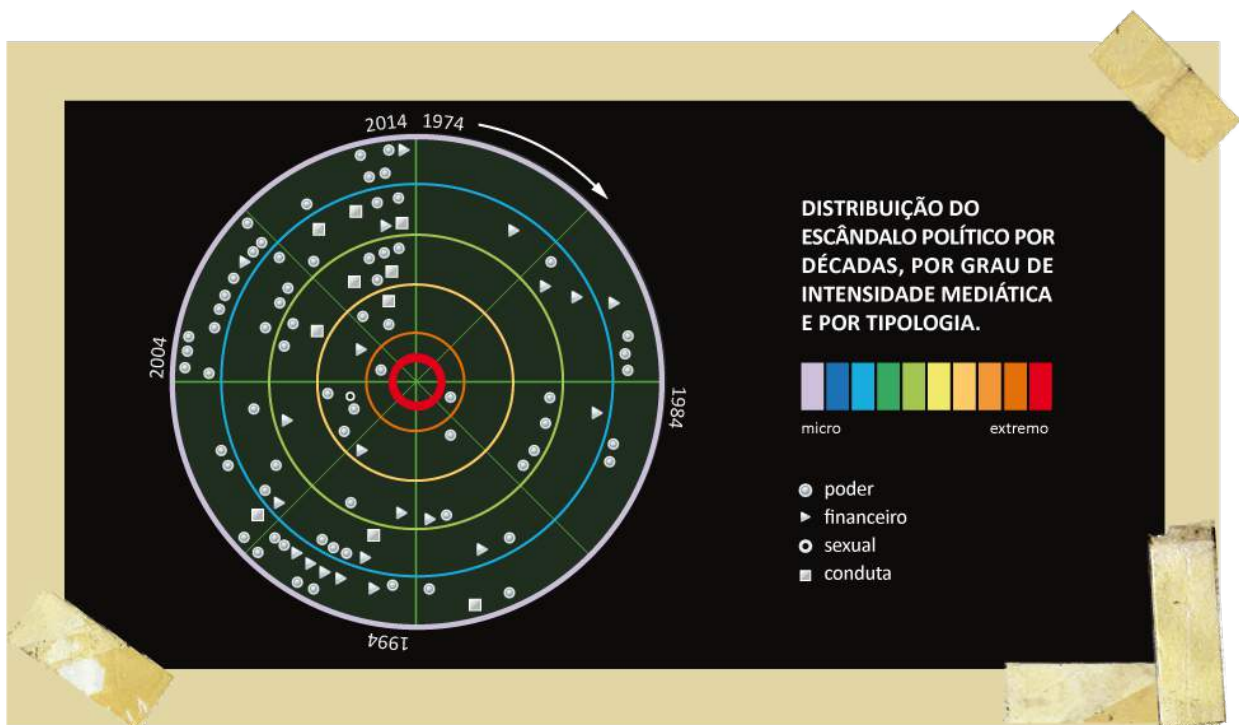
3.3. A INTENSIDADE DA COBERTURA

A intensidade mediática refere-se, de acordo com o que definimos no ponto 1.3. da parte metodológica desta dissertação, à persistência ou relevo atribuído pelos *media* a um assunto, aferido através da conjugação de variáveis de forma, tendo em vista a observação de opções editoriais, num determinado intervalo de tempo. O que equivale a dizer que podemos considerar que um assunto pode ter maior ou menor intensidade conforme os *media* lhe atribuem editorialmente maior ou menor destaque. A construção da "Escala de Intensidade Mediática" (*Media Intensity Scale*) no âmbito da presente dissertação surge da necessidade de distinguir a cobertura mediática dos escândalos políticos, reconhecendo que estes não são todos iguais nem são tratados da mesma forma pelos *media*, o que pode permitir ao observador entendimentos diferenciados sobre o mesmo objeto de estudo. Estes entendimentos divergentes são, digamos, normais neste tipo de observação. Todavia, requerem da análise de conteúdos um esforço de impessoalização dos dados em confronto, de modo a possibilitar comparações mais avalizadas.

Uma das hipóteses suscitadas na presente dissertação argumenta que é possível (e desejável) aferir numa escala mensurável a intensidade dos escândalos políticos, para melhor os distinguirmos. O que se afigura exequível de confirmar, como procuraremos demonstrar neste ponto.

A utilização desta escala implica que o algoritmo que a sustenta seja aplicado na base de dados que constitui o *corpus* de análise, de forma a mensurar e classificar cada peça noticiosa, agrupando-as depois em cada um dos 99 casos de escândalo, graduando a intensidade de cada um através de um valor numérico concreto e enquadrando-o quantitativamente numa classificação que considerámos segmentar em dez níveis.

Como podemos aferir a partir do quadro 40, através da distribuição esquemática dos escândalos políticos ocorridos em Portugal nas quatro décadas que o País leva de democracia, há casos que não passam de ténues sinais no radar do escândalo, ao passo que outros atingem maior visibilidade fruto de uma cobertura mediática mais intensa.



QUADRO 40. Radar de distribuição de escândalos políticos por década, por tipologia e de acordo com o seu valor na Escala de Intensidade Mediática.

Na primeira década da democracia portuguesa (1974-1984) houve um número reduzido de casos, notando-se um maior relevo quanto a escândalos políticos financeiros de baixa magnitude, ficando entre as classificações "muito pequeno" e "ligeiro". A segunda década, embora com um baixo número de ocorrências face às duas décadas mais recentes, é marcada pela aproximação de escândalos a valores de maior intensidade, salientando-se o caso com mais alto valor de intensidade mediática em toda a democracia, o Processo da Saúde, com intensidade de 7,85, situando-se por isso na classe de escândalo "muito grande". Este caso surge em 1988, ano em que *O Independente* começa a ser publicado, iniciando um enfoque permanente à governação "cavaquista". Na terceira década, como na quarta, é desvelada uma enorme profusão de casos, colocando em evidência o aumento de escândalos em tempos contemporâneos, embora predominem os casos de baixa intensidade, aglomerando-se em círculos mais afastados do centro, que aqui representa intensidade extrema. Todavia, a quarta década comporta 43,4% das incidências desencadeadas no período democrático, trazendo ao fenómeno do escândalo político um relevo sem precedentes, quer em termos de ocorrências quer também de intensidade. Na última década volta a existir um pico semelhante ao de 1988, desta feita relativo ao Freeport, que eclodiu em 2005, pouco antes das eleições legislativas, atingindo o candidato socialista que veio a vencer essas eleições, José Sócrates, adquirindo o caso uma intensidade de 7,58, situando-se por isso na classe de escândalo "muito grande".

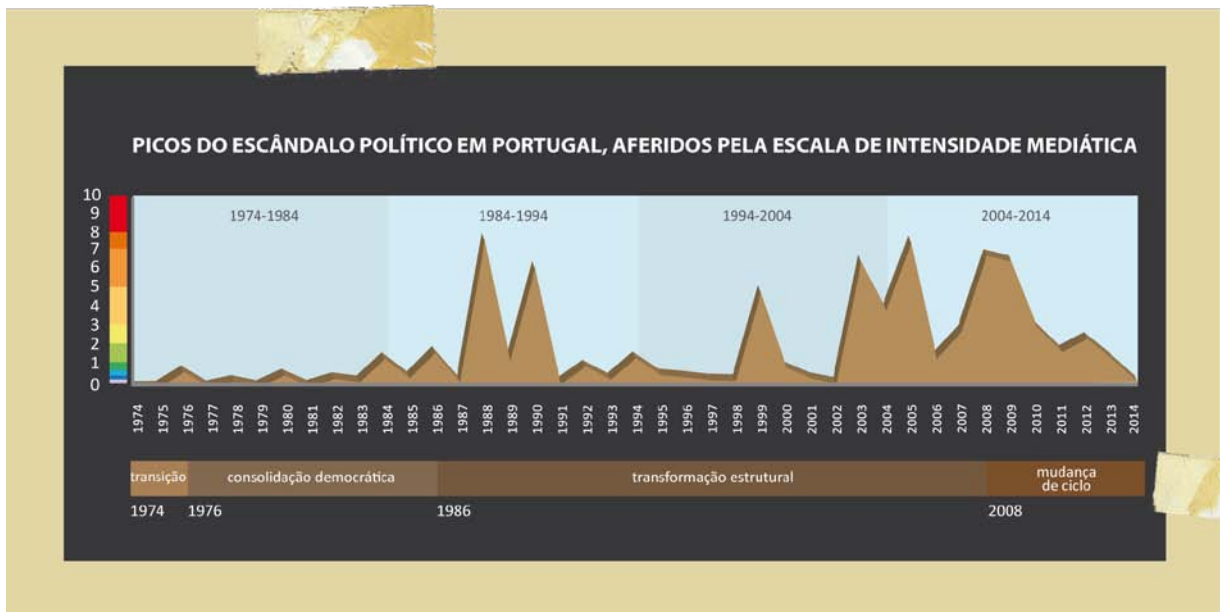
A Escala de Intensidade Mediática possibilita-nos caracterizar o escândalo político em Portugal como sendo maioritariamente de baixa magnitude, havendo 59,6% de casos com as classificações mais baixas (micro, muito pequeno e pequeno), 28,3% nas classificações intermédias (ligeiro, brando e moderado) e só 12,1% nos valores mais elevados (relevante, grande e muito grande), sendo que não foi detetado no período de análise, até 25 de abril de 2014, qualquer caso na classificação "extrema".



QUADRO 41. Top 10 dos casos de escândalo político em Portugal no período democrático, por EIM.

Observando os dez casos de maior intensidade mediática, no que concerne às suas tipologias, estes são maioritariamente escândalos de poder (70%), havendo 20% de financeiros, surgindo também aqui o único caso de natureza Sexual (Casa Pia), considerado um "grande" escândalo, com uma intensidade de 6,51 na Escala de Intensidade Mediática. De registar ainda que nenhum dos dez casos de maior intensidade ocorreu na primeira década democrática, apenas dois ocorreram na segunda, três na terceira e quatro na quarta década, o que revela uma representação crescente ao longo dos 40 anos de democracia, relativa à intensidade dos casos de escândalo político.

Num âmbito global dos 99 casos da nossa análise, os casos que configuram transgressões de poder encontram-se disseminados em todas as classificações, o mesmo acontecendo com os financeiros. Já os casos que representam violações de conduta tendem a ser escândalos intermédios.



QUADRO 42. Os valores mais elevados do escândalo político, cotejados pela Escala de Intensidade Mediática.

O quadro 42 permite-nos constatar que os picos de classificação do escândalo, aqui reproduzidos através dos valores mais elevados em cada ano em que cada caso eclodiu, ocorrem com maior saliência no início do período de transformação estrutural, com deflação apenas no início do período de mudança de ciclo, quando deflagrou mais enfaticamente a crise económica e financeira, não podendo nós aferir, a partir dos dados apresentados, se essa diminuição representa uma orientação de abrandamento da ocorrência dos casos. Todavia, o panorama geral sugere-nos que a tendência não seja de mitigação. Por um lado, porque a capacidade investigativa da justiça vai encontrando caminhos que aparentam maior eficiência e a relação entre *media* e justiça indicia um benefício recíproco na exposição dos casos, levando ao sucessivo surgimento de escândalos políticos. Por outro lado, porque os políticos são mais escrutinados e as suas ações surgem com maior visibilidade.

Iremos a seguir dispor os 99 casos de escândalo político por classificação decrescente da Escala de Intensidade Mediática (Extremo, Muito Grande, Grande, Relevante, Moderado, Brando, Ligeiro, Pequeno, Muito Pequeno e Micro) para depois iniciarmos uma abordagem a algumas variáveis implicadas no apuramento da intensidade mediática dos casos, tendo em vista uma análise mais detalhada deste ponto.

EIM	Classificação	CASO	Frequência	Duração/dias
7,85	Muito Grande	Processo da Saúde	260	5661
7,58	Muito Grande	Freeport	234	2816
6,85	Grande	BPN	228	2262
6,57	Grande	Isaltino Moraes	260	3838
6,51	Grande	Face Oculta	230	1624
6,51	Grande	Casa Pia	250	2920
6,32	Grande	Fax de Macau	202	4624
5,98	Grande	Negócio PT/TVI	204	883
4,96	Relevante	Universidade Moderna	172	1580
4,40	Relevante	Saco Azul de Felgueiras	161	4384
3,94	Relevante	Apito Dourado	139	3146
3,00	Relevante	O homicídio de Rosalina	101	1352
2,79	Moderado	A licenciatura de Sócrates	90	2303
2,35	Moderado	A licenciatura de Relvas	84	604
2,10	Moderado	Escutas ao Presidente	70	932
1,80	Brando	Viagens-Fantasma	103	5579
1,65	Brando	Caso das Secretas	53	238
1,54	Brando	Taguspark	48	1206
1,49	Brando	Subsídios de Rui Amaral sob suspeita	55	1071
1,45	Brando	Processo dos Hemofílicos	72	4839
1,41	Brando	TDM/Emaudio	56	2122
1,32	Brando	Irregularidades na Câmara de Lisboa	61	2045
1,31	Brando	A Sisa de Cadilhe	58	185
1,30	Brando	Portucale	64	2535
1,25	Brando	Swaps	51	239
1,23	Brando	O enriquecimento de Duarte Lima	38	825
1,08	Brando	Caso da Mala	51	2555
1,02	Brando	Fraude na UGT	64	5930
1,00	Brando	Monte dos Frades	33	2759
0,99	Ligeiro	Submarinos	50	2479
0,95	Ligeiro	Lista Negra da Guarda	26	386
0,89	Ligeiro	Fundação para a Prevenção e Segurança	49	1597
0,84	Ligeiro	Spínola/Wallraff	27	153
0,77	Ligeiro	Encerramento do jornal de sexta da TVI	28	396
0,76	Ligeiro	Jackpot para o Casino de Lisboa	23	133
0,75	Ligeiro	Homeland	28	561
0,64	Ligeiro	Filha do MNE com entrada facilitada em Medicina	27	37
0,64	Ligeiro	Machete mente ao parlamento	23	218
0,63	Ligeiro	Bragaparques	35	2865
0,62	Ligeiro	A dívida de Sá Carneiro	29	1064
0,57	Pequeno	Os “cornichos” de Pinho	20	8
0,52	Pequeno	O matadouro da Guarda	34	3844
0,51	Pequeno	Oliveira e Costa perdoa dívidas a empresas	22	133
0,49	Pequeno	O furto dos gravadores	26	1277
0,47	Pequeno	PPP nas rodoviárias	19	8
0,45	Pequeno	As obras particulares de Cavaco	14	93
0,45	Pequeno	Caso Mário Crespo	15	8
0,44	Pequeno	DOPA e o tráfico de divisas	20	1610
0,43	Pequeno	Soares Carneiro e os internamentos em Angola	16	17

0,43	Pequeno	Avelino Ferreira Torres	32	3164
0,41	Pequeno	Cafés Delta	29	3144
0,39	Pequeno	O lobby de Gomes da Silva	18	1149
0,36	Pequeno	Partex	22	3697
0,36	Pequeno	A família Soares e os diamantes angolanos	26	526
0,34	Pequeno	Machete pede desculpa a Angola	15	58
0,32	Pequeno	INDESP	31	3962
0,31	Pequeno	Coelho e os negócios da Mota-Engil	9	8
0,30	Pequeno	Processo das Armas	8	155
0,29	Muito Pequeno	Catarina Vaz Pinto em empresa que subsidiou	12	112
0,29	Muito Pequeno	A casa de Couto dos Santos	11	673
0,27	Muito Pequeno	Enriquecimento de Mesquita Machado	15	231
0,27	Muito Pequeno	Câmara de Lisboa atribui casas	15	700
0,27	Muito Pequeno	Xavier Xufre	10	463
0,24	Muito Pequeno	Negócio dos CTT	20	2948
0,23	Muito Pequeno	Amadora Connection	19	989
0,23	Muito Pequeno	Saco Azul de Águeda	12	946
0,23	Muito Pequeno	Dossiê Mesquita Machado	13	2395
0,22	Muito Pequeno	O património de Narciso Miranda	12	199
0,21	Muito Pequeno	Suspeitas nas SCUT	13	2066
0,21	Muito Pequeno	Irregularidades de Monterroso na Câmara da Nazaré	14	7016
0,21	Muito Pequeno	Custódio Simões acusado de fraude	12	3732
0,20	Muito Pequeno	As inconfidências de Sousa Franco	12	8
0,19	Muito Pequeno	JAÉ	16	946
0,18	Muito Pequeno	CEEETA	6	106
0,16	Muito Pequeno	Monte dos Vendavais	10	148
0,16	Muito Pequeno	Adelaide Paiva e os rumores de tráfico de droga	4	9
0,15	Muito Pequeno	Nobre Guedes suspeito de fuga ao fisco	5	8
0,15	Muito Pequeno	Macário Correia perde o mandato	9	344
0,14	Muito Pequeno	Os impostos de Judas	21	3151
0,14	Muito Pequeno	A Sisa de Murteira Nabo	4	43
0,13	Muito Pequeno	Delitos na Câmara do Funchal	6	400
0,11	Muito Pequeno	O empreendimento da Ponte Galante	8	672
0,11	Muito Pequeno	Censura a programa da Antena 1	5	22
0,11	Muito Pequeno	Caso Saleiro	10	1160
0,10	Muito Pequeno	Projetos da Guarda	6	1149
0,10	Muito Pequeno	Caso de Salvaterra	4	16
0,09	Micro	Irregularidades de Mário Pedra em Valença	6	1653
0,09	Micro	Negócios imobiliários de Judas	7	1303
0,09	Micro	Câmara de Celorico da Beira	6	5574
0,08	Micro	Favorecimentos na Câmara do Porto	6	2128
0,08	Micro	Fichas falsas na JSD	3	8
0,06	Micro	Quinta do Ambrósio	5	273
0,05	Micro	A manta da TAP	6	911
0,04	Micro	José Raul dos Santos acusado de fraude	3	2716
0,04	Micro	As eleições no PS de Coimbra	4	1330
0,04	Micro	O licenciamento da casa da Arrábida	3	1821
0,03	Micro	José Mota e os subsídios	7	778
0,02	Micro	Narciso Miranda suspeito de desvio de fundos	3	396
0,02	Micro	Paulo Júlio faz concurso à medida	2	701

3.3.1. Frequência

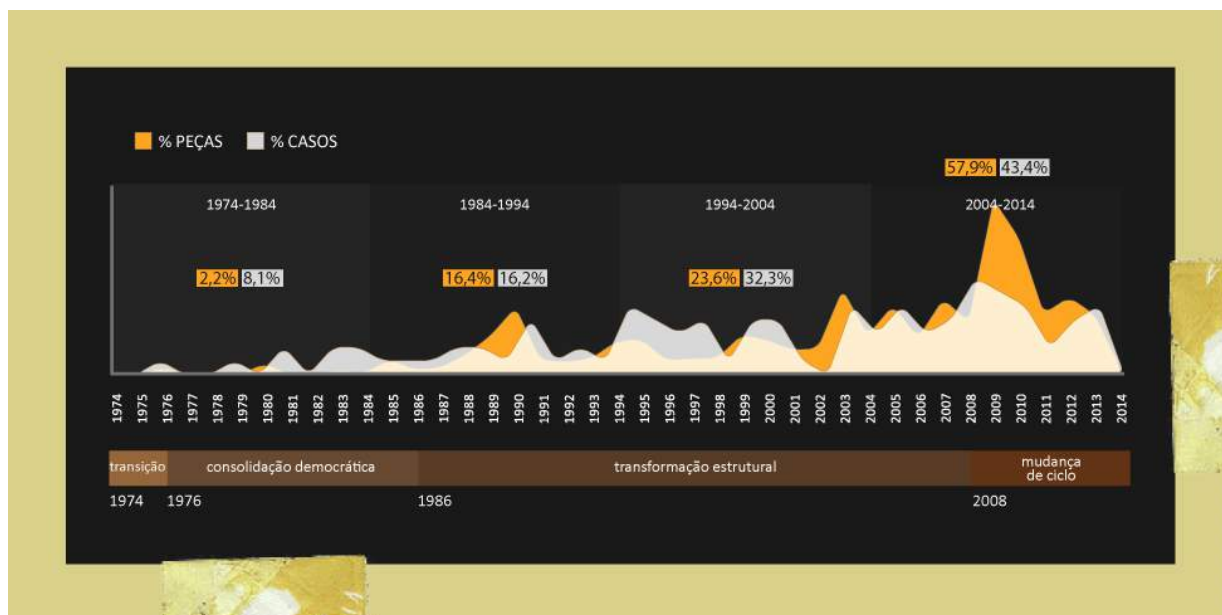
Ao longo de 40 anos, de acordo com o apurado neste trabalho, foram publicadas 4739 peças informativas sobre escândalos políticos. Contudo, a produção noticiosa foi diferente em cada década da democracia, como atesta o quadro 43. Entre 1974 e 1984, a frequência média¹⁸⁹ é de 13 peças por escândalo, verificando-se que a publicação neste período totaliza 2,2% dos casos de escândalo político. Na segunda década democrática, a frequência média aumenta para 48,5 peças por caso, registando-se percentagens idênticas quer de casos ocorridos, quer de peças publicadas. Já na terceira década, a proporção diminui para 35 peças por caso, sobretudo motivada pelo aumento substancial do número de escândalos, configurando estes o dobro dos ocorridos no período anterior. Embora verifiquemos um expressivo aumento da cobertura jornalística, com o valor a ascender aos 23,6% (1119 peças), a percentagem de casos foi, ainda assim, superior. A quarta década democrática é aquela em que, efetivamente, a percentagem de peças (57,9%) supera o valor dos casos (43,4%). A frequência média é de 64 peças por caso, e esta década reflete uma produção jornalística que representa mais de metade das peças publicadas durante os 40 anos, com 2742 peças publicadas, face a 43 casos espoletados. Como é visível a partir deste quadro, há uma tendência permanente de aumento de ambas as variáveis em análise, tendo em conta o somatório de casos ocorridos e de peças publicadas, o que vem responder a uma hipótese suscitada no âmbito da presente dissertação, que visa verificar se a cobertura jornalística do escândalo tem vindo a aumentar em Portugal, o que se confirma.



QUADRO 43. Somatório de casos ocorridos e de peças publicadas, por períodos de dez anos.

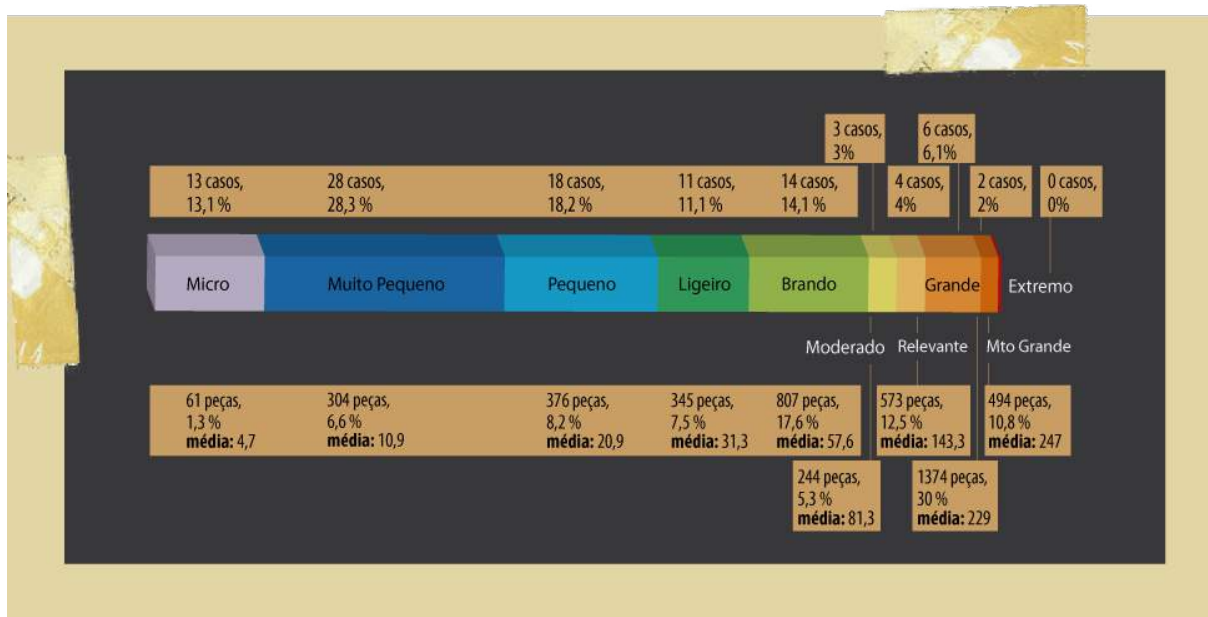
¹⁸⁹ Divisão do número de peças pelo número de casos.

Dado que o quadro anterior se reporta à exposição de casos e peças agrupadas em períodos de dez anos, para uma análise mais particularizada propomos debruçar-nos sobre o quadro 44, respeitante a cada ano do nosso estudo, permitindo-nos corroborar, através da observação de picos mais elevados verificada a partir de meados da segunda década e se vai enfatizando progressivamente até ao momento atual, uma tendência mais descomedida de ocorrência de escândalos políticos.



QUADRO 44. Percentagem de casos ocorridos e de peças publicadas sobre escândalos ao longo da democracia.

Tratando neste ponto a quantidade de peças publicadas sobre o escândalo político, relacionando a cobertura e os casos ocorridos, de forma a podermos mensurar o volume de atenção noticiosa dada a cada caso, agrupámos os 99 escândalos nas dez classes da Escala de Intensidade Mediática. Como mostra o quadro 45, a classe mais baixa da escala, que agrega os "Microcasos", reúne 13 escândalos políticos (13,1%). A classe seguinte, "Muito Pequena", é a que apresenta maior número de registos, com 28 casos (28,3%). A classe "Pequena" acumula 18 casos (18,2%), a "Ligeira" tem 11 casos (11,1%), e a "Branda" soma 14 casos (14,1%). Esta primeira metade da escala representa 84,8% dos casos, o que vem confirmar o que noutra ponto já havíamos concluído: o escândalo político em Portugal pode ser caracterizado como sendo maioritariamente de baixa magnitude. Nas cinco classes seguintes encontramos 15,2% dos casos. Contudo, isto não significa que a frequência noticiosa, *i.e.*, o número de peças publicadas sobre um tema, tem nesta escala uma correspondência extrapolável ao número de casos registados. Aliás, a Escala de Intensidade Mediática proporciona-nos também, neste campo concreto, uma segmentação para melhor analisarmos o fenómeno em estudo.



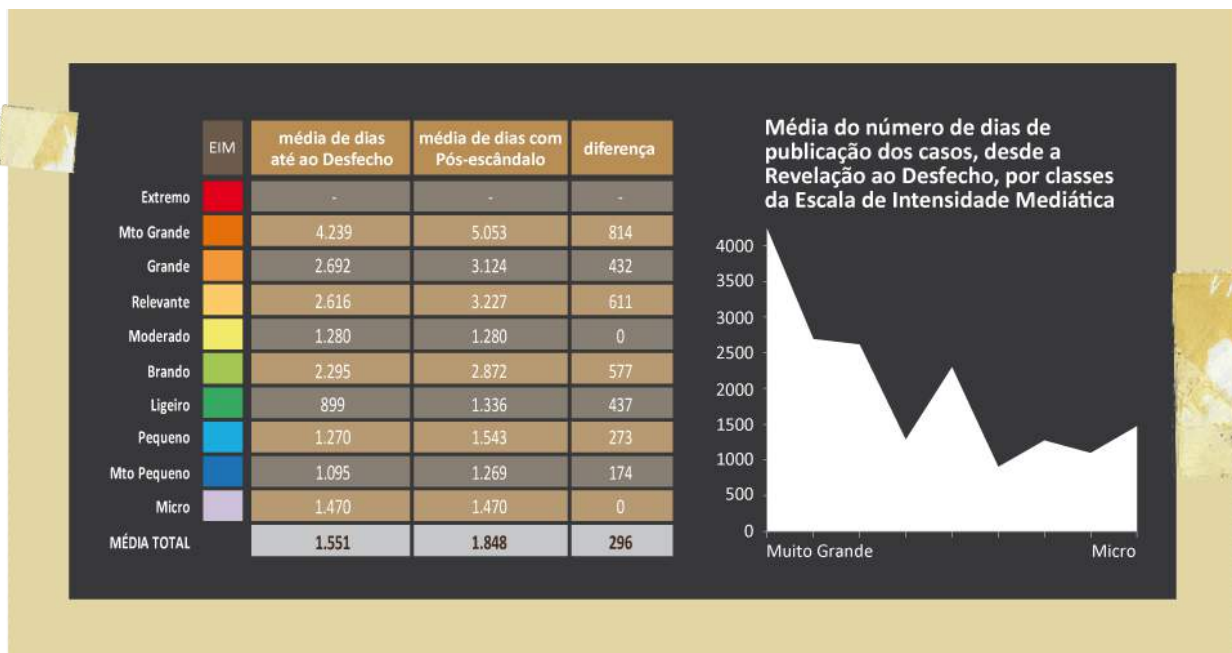
QUADRO 45. Casos e peças por classes da Escala de Intensidade Mediática.

Com efeito, no escalão de menor intensidade (Micro), os casos apresentam uma média de 4,7 notícias, aumentando gradualmente até à classe mais elevada onde estão registados dois escândalos (Muito Grande), com uma média de 247 notícias publicadas. Verifica-se, deste modo, que a Escala de Intensidade Mediática impõe-se a uma análise mais vulgar, proporcionando uma observação detalhada, em detrimento daquela que numa aferição simples nos indicaria apenas que cada caso tem, em média, 48 peças (4739 notícias/99 casos). A segmentação permite-nos ainda verificar que o escalão que regista mais peças publicadas é o referente aos escândalos "Grandes", em que apenas seis casos (BPN, Isaltino Morais, Face Oculta, Casa Pia, Fax de Macau e Negócio PT/TVI) absorvem 30% da produção noticiosa.

3.3.2. A anatomia do escândalo: estrutura sequencial e duração

Quatro anos, dois meses e vinte e oito dias. É o tempo que, em média, dura um escândalo político em Portugal. Ou seja, 1551 dias desde a revelação até à fase de desfecho mediático do caso. Pretendendo-se analisar a intensidade mediática, importa aqui cotejar de que forma pode a sua duração interagir com essa mesma intensidade. Para tal, afigura-se necessário tomar como premissa que um caso longo não tem necessariamente de ter uma intensidade alta, dado que os eventos mediáticos padecem de hiatos temporais sem que os *media* lhes façam qualquer alusão, colocando-os em “hibernação”. No que concerne ao escândalo político, em parte tal

situação prende-se com o facto de a cobertura jornalística seguir a agenda da justiça. Com efeito, ocorrendo um qualquer evento judicial relevante (constituição de arguidos, sessões de julgamento, sentenças, recursos, prescrições, novos factos, etc.), os órgãos de informação recuperam o caso, trazendo-o de novo à superfície mediática e voltam a abordá-lo após um interregno sem cobertura.



QUADRO 46. Média do número de dias de publicação dos casos, desde a Revelação até ao Desfecho, por EIM.

O quadro 46, no que respeita quer à tabela quer ao gráfico, permite-nos verificar, atendendo à média dos casos (agrupados pela sua classificação na Escala de Intensidade Mediática), que às classes mais elevadas correspondem escândalos mais longos, tendo em consideração o período mediado entre a Revelação e o Desfecho do caso.

Há casos que não configuram ilegalidades e, por isso, não suscitam diligências judiciais. De acordo com o que temos vindo a sustentar, o escândalo político é um fenómeno mediático que expõe alegadas transgressões de normas ou valores morais. Há, contudo, uma maioria de casos que envolvem o zelo da justiça, espoletando o acompanhamento mediático com base na "agenda judicial". O desfecho conferido pelos *media* verifica-se muitas vezes quando um caso conhece a sentença final, com a declaração de inocência ou de culpabilidade. É nessa altura que os jornalistas fazem o "fecho" do caso. Observando os cinco casos mais longos de

escândalo político ocorridos em Portugal, podemos constatar que estes resultaram de diligências judiciais e tiveram início entre 1987 e 1996, período em que foi desencadeada uma maior preponderância da cobertura jornalística, acompanhando o início e o meio do período de transformação estrutural. Estes casos são os seguintes: Irregularidades de Monterroso na Câmara da Nazaré (7016 dias), Fraude na UGT (5.930 dias), Processo da Saúde (5661 dias), Viagens-Fantasma (5579 dias) e Câmara de Celorico da Beira (5574 dias).



FIGURA 29. Os cinco escândalos políticos de maior longevidade.

O escândalo de maior longevidade mediática é o de Luís Monterroso na Câmara da Nazaré (7016 dias). Foram várias as acusações ao edil socialista. Desde a alegada contratação de pessoal sem concursos, a suspeitas na construção de habitação social, passando pelas dúvidas quanto à obtenção ilícita de fundos do FEDER, e interrogações quanto à troca direta de materiais de construção por adjudicação de obras sem concurso público, ou a aceitação de ofertas de empreiteiros¹⁹⁰, tendo inclusivamente sido condenado a três anos de prisão e 20 dias de multa, com pena suspensa por quatro anos, pelo Tribunal de Círculo de Alcobaça, pelos crimes de falsificação de documentos e burla. Em janeiro de 2007, Monterroso volta a ser condenado, desta feita a um ano de cadeia com pena suspensa por três anos, por alegada participação económica em negócios no processo de adjudicação do Plano Diretor Municipal

¹⁹⁰ *Expresso*, 18 de fevereiro de 1989, p. 5.

local, após ter sido absolvido em 2001 pelo Tribunal da Nazaré, tendo visto depois o Tribunal da Relação de Coimbra anular a decisão, fazendo com que a acusação voltasse ao princípio.

O segundo caso mais extenso é o da Fraude na UGT (5930 dias). Os factos que levaram à suspeita de desvios de fundos comunitários canalizados para formação profissional remontam a 1990, tendo as primeiras notícias sido publicadas em março de 1992, embora o julgamento só em 1995 tivesse começado. Foram absolvidos 35 arguidos e um foi considerado culpado, mas, ao fim de 15 anos, o crime prescreveu.

O terceiro escândalo de maior longevidade, o Processo da Saúde (5661 dias), é também o de maior índice na Escala de Intensidade Mediática. Os factos remontam a 1987, e as primeiras notícias de suspeita de burla agravada por ter lesado o Ministério da Saúde, imputadas ao ex-secretário de Estado Costa Freire, bem como a um irmão da então ministra Leonor Beza, são de janeiro de 1988. O Tribunal da Boa-Hora chegou a proferir condenações, e o governante ainda esteve detido, na fase inicial do processo. Após recursos e dúvidas de constitucionalidade, o caso acabou por prescrever, já em 2003.

O quarto caso que mais tempo percorreu os *media* é relativo às Viagens-Fantasma (5579 dias). O esquema encontrado por alguns parlamentares consistia na troca de bilhetes de avião em primeira classe, a que tinham direito, por outras viagens em classe inferior, arrecadando a diferença. Alguns regularizaram o que lhes foi solicitado pelo parlamento quando o assunto começou a ser noticiado, em 1986, embora outros se tenham recusado a fazê-lo. Quando a Assembleia da República voltou a escrever a 30 ex-deputados solicitando a devolução do dinheiro em falta, em julho de 2002, e ouviu a recusa, já era conhecido que a Procuradoria-Geral da República (PGR) decidira no mês anterior arquivar o processo, alegando a prescrição dos prazos para a acusação. Segundo as contas divulgadas pelo conselho de administração da Assembleia da República, o arquivamento do caso custou a São Bento 230 mil euros.

O quinto caso que mais tempo perdurou nas páginas dos jornais é o referente a Júlio Santos, respeitante ao período em que foi presidente da autarquia de Celorico da Beira eleito pelo Partido Socialista, entre 1994 e 2001. Embora o seu nome andasse nas páginas dos jornais já desde o início de 1996, foi em 18 de junho de 2007 condenado, pelo tribunal local, a uma pena de cinco anos e dez meses, tendo em 2009 o Tribunal da Relação de Coimbra agravado a pena para seis anos e seis meses, pelos crimes de corrupção passiva para ato ilícito, peculato,

branqueamento de capitais e abuso de poder. Foi detido pela Polícia Judiciária em 10 de março de 2011 para cumprimento da pena, depois de sucessivos recursos.

No que concerne à verificação do tempo total que os casos permanecem nos *media*, desde a primeira peça até ao período do pós-escândalo, o quadro anterior permite-nos aferir que a tendência reflete a existência de um ciclo mais longo nos casos de maior classificação da Escala de Intensidade Mediática e, nestes, são naturalmente os mais antigos que ocupam maior espaço temporal, observando-se que podem ocorrer em qualquer das quatro tipologias. É habitual os órgãos de informação contextualizarem os casos, comparando-os com outros já ocorridos, quer pela proximidade das prevaricações, como apresentamos em baixo no exemplo do jornal *i*¹⁹¹ (imagem da direita), quer pelas afinidades partidárias, quer mesmo pela similitude dos cargos, como podemos verificar na mesma figura, no exemplo do *Diário de Notícias*¹⁹² (à esquerda).



FIGURA 30. Dois exemplos: casos reacesos pelo *Diário de Notícias* e pelo jornal *i*.

A sucessão de fases em que o escândalo se desenvolve designa-se "escandalização" (Allern e Pollack, 2012). A observação da evolução dos casos a partir dos *media*, de acordo com o que temos vindo a sustentar, sugere a existência de cinco fases. A primeira diz respeito ao "Pré-Escândalo", sendo a sua ocorrência muito reduzida, encontrando-se em apenas 4% dos casos, verificando-se uma duração muito curta e ocorrendo este apenas nos casos de classificação mais baixa da Escala de Intensidade Mediática, como a Branda, a Ligeira e a Muito Pequena, conforme podemos observar a partir do quadro 47, dizendo esta fase respeito a peças informativas em que se deteta uma alusão ténue e pouco taxativa a algo

¹⁹¹ *Jornal i*, 3 de julho de 2009, p. 20.

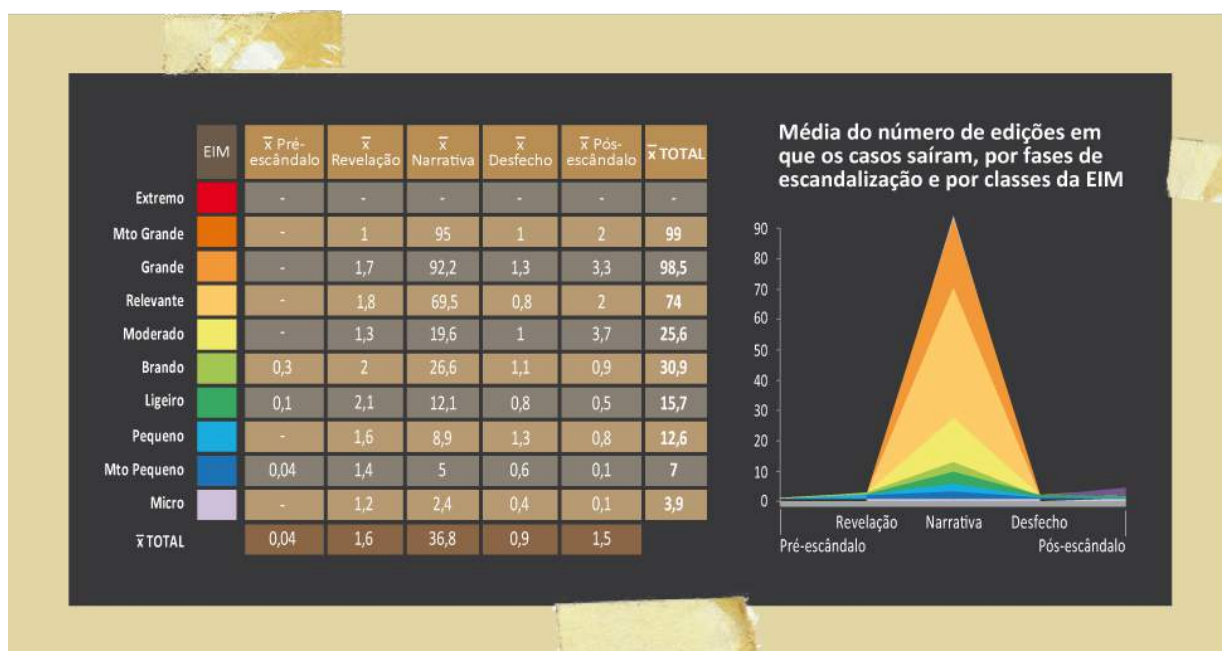
¹⁹² *Diário de Notícias*, 16 de setembro de 2013, pp. 8-9.

que há-de posteriormente degenerar em escândalo. Este é constituído só a partir da segunda fase, a “Revelação”, quando são focados os atores políticos participantes e se abre o mote para a cobertura mediática do caso. A Revelação tem uma média de ocorrência de 1,6 edições, constituindo-se também como uma fase célere, embora necessária para fazer espoletar um caso rumo à ribalta mediática, inscrevendo-o na vida pública e massificando-o. A terceira fase, e a mais longa, é a “Narrativa”, acontecendo aqui a exploração do caso, onde vão sendo adicionados os detalhes, as novas descobertas jornalísticas, postas em relevo as fontes e as vozes. Com um número médio de 36,8 edições nos semanários nacionais que integram o nosso *corpus* de análise, regista-se a maior diferença entre casos classificados pela Escala de Intensidade Mediática, com os escândalos Muito Grandes a apresentarem, em média, 95 edições sobre o caso, verificando-se uma proeminência de publicação em termos de longevidade. O número decresce gradualmente até à classe mais baixa, que tem uma média de 2,4 edições. Por fim, o “Desfecho” surge como um epílogo, proporcionando aos *media* concluírem o encerramento do escândalo, uma espécie de formalidade em que se gera o veredito, como uma demissão, uma assunção de culpa ou um eco da sentença proferida pela justiça que absolva ou condene o visado. O Desfecho do caso, ao apresentar uma média inferior a uma edição, vem demonstrar que há casos sem registo nesta fase.

No que se refere à cobertura do escândalo político, no campo formal, duas circunstâncias explicam o facto de haver casos sem Desfecho. A primeira é, dedutivelmente, porque estes estão ainda a decorrer no momento em que convencionámos terminar a observação, ao completar 40 anos de democracia em Portugal, em 25 de abril de 2014. Referimo-nos aos casos BPN, Face Oculta, Homicídio de Rosalina, Irregularidades na Câmara de Lisboa, Licenciatura de Miguel Relvas, Caso da Mala, Homeland, Bragaparques, Câmara de Lisboa atribui casas, Suspeitas nas SCUT, Eleições no PS de Coimbra, Narciso Miranda suspeito de desvio de fundos, e Paulo Júlio faz concurso à medida. Estes constituem 13,1% do total de casos.

A segunda razão para a inexistência de Desfecho, verificada em 15,2% dos casos, prende-se com o facto de os *media* terem cessado a cobertura, devendo-se isso à ausência de diligências judiciais, por um lado; e, por outro, a desfechos judiciais que não atingem negativamente os políticos visados. Estas situações podem ser encontradas em casos como: Swaps, Submarinos, Jornal de sexta da TVI, A casa de Couto dos Santos, Catarina Vaz Pinto em empresa que subsidiou, Dossiê Mesquita Machado, Adelaide Paiva e os rumores de tráfico de droga, Censura a programa da Antena 1, Projetos da Guarda, Caso de Salvaterra, Fichas falsas da JSD, Quinta do Ambrósio, e José Raul dos Santos acusado de fraude.

O Pós-Escândalo, que é a última fase da escandalização, refere-se à alusão do caso no período posterior ao Desfecho. Observa-se que os casos sem Desfecho não são suscetíveis de qualquer registo no Pós-Escândalo. Esta fase não deve ser subestimada, pois ela tem uma média de representação superior à verificada no Desfecho, com 1,5 edições por caso, sendo que os casos situados nas classes mais elevadas são os que apresentam maior probabilidade de serem evocados, mesmo depois dos casos encerrados.



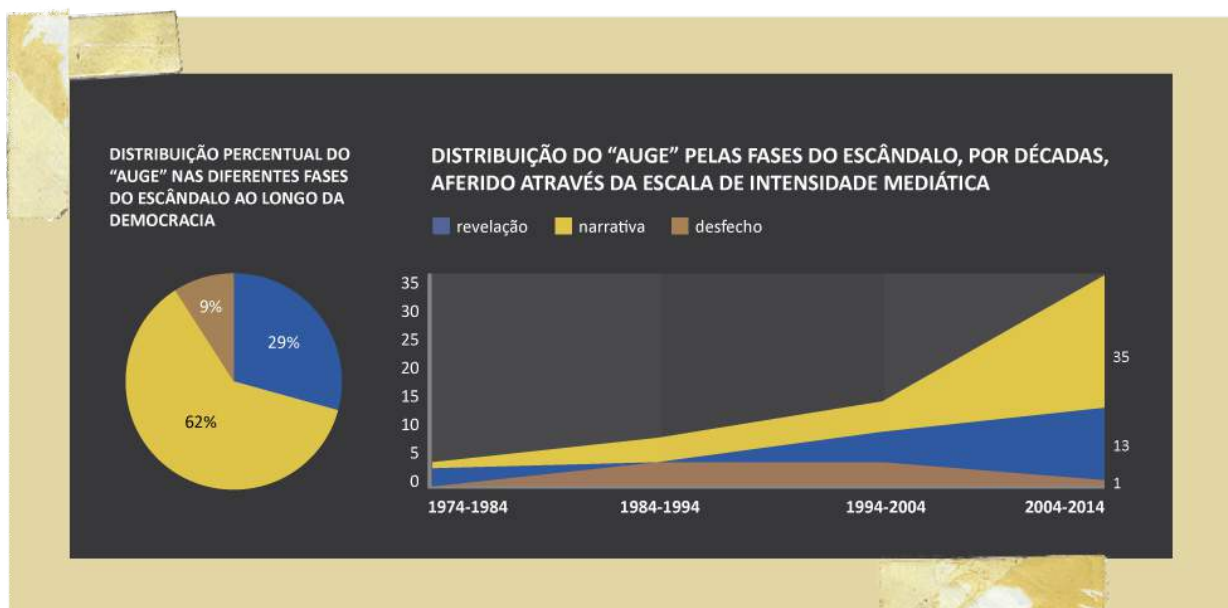
QUADRO 47. Média do número de dias efetivos de publicação dos casos, por fases de escandalização e por classes da Escala de Intensidade Mediática.

A interpretação relativa ao número de dias em que, em cada fase, o escândalo é publicado requer que tomemos em consideração a possibilidade de termos tantas ou mais edições na fase de Revelação quantos os jornais analisados. Contudo, verificamos que a Revelação ocorre num único jornal, em 61,6% dos casos (61 escândalos políticos). Nas restantes situações em que os dois jornais estão a ser analisados, num determinado período, a Revelação pode ter lugar em dias distintos, uma vez que os semanários não saem para as bancas no mesmo dia. Mas também pode dar-se a circunstância de se prolongar a Revelação do caso em mais do que numa edição do mesmo jornal, ou mesmo de se fazer um número especial com edições extra, ampliando assim esta fase e o seu efeito de revelar factos sobre um escândalo que é dado a conhecer.

Na primeira parte da presente dissertação procurámos sustentar que uma análise dos *media* poderia porventura proporcionar ao enfoque sociológico uma nova perspetiva no que concerne

às fases do escândalo político, tendo nós refutado que o “auge” devesse estar englobado nas etapas de escandalização, mas admitindo a importância atribuída por Thompson (2002: 102-107) e, no fundo, adotada pela comunidade acadêmica internacional. O auge, tal como o nome indica, é onde se verifica o apogeu da cobertura. Logo, consideramos ser passível de sobrevir em qualquer etapa do novelo do escândalo, não devendo constituir-se por isso como uma fase autónoma. Com efeito, tal como pode ser observado a partir do quadro 48, o auge de cada escândalo, selecionado tendo em conta o pico de cobertura aferido através da Escala de Intensidade Mediática, usando o mesmo procedimento para cada caso, encontra-se distribuído em três das cinco fases da escandalização: Revelação, Narrativa e Desfecho.

Pode dizer-se que, após a Revelação de um caso, “o pior está ainda para vir”. É que a fase onde se encontra o expoente máximo de intensidade da cobertura é a da Narrativa, com 62%. A fase de Revelação comporta 29% dos casos, e a do Desfecho representa um total de 9% ao longo do período democrático. Embora na primeira década democrática a cobertura mediática confira níveis mais altos de intensidade de forma semelhante quer na fase de Revelação quer na da Narrativa, ao longo dos 40 anos esta relação veio a transformar-se, havendo atualmente um valor ínfimo de picos dos casos na fase de Desfecho, sendo a Narrativa a mais utilizada pelos *media* no que concerne ao cume de intensidade dos casos. Anotamos que, embora haja, como anteriormente referimos, casos sem Desfecho, estes foram incluídos na análise deste ponto, dado estar em foco a aferição do pico de cobertura, observando a média de intensidade de peças em cada edição dos jornais que integram o *corpus* de análise.



QUADRO 48. Distribuição do “auge” dos escândalos pelas fases sequenciais, aferido através do cálculo da EIM.

Observando os dez casos de escândalo político onde se encontram os picos de maior e de menor intensidade mediática, podemos aferir que os valores mais elevados de auge se situam nas classificações maiores da Escala de Intensidade Mediática, ocorrendo estes na fase da Narrativa e registando-se o cume do caso em datas próximas da atual. De igual modo, no extremo oposto, onde se verificam valores mínimos do auge, situam-se os casos que se encontram na classificação mais baixa da Escala de Intensidade Mediática, ocorrendo esses picos maioritariamente na fase da Revelação, tendo os respetivos casos uma frequência (número de peças publicadas) diminuta.

CASOS COM AUGUE DE MAIOR E MENOR INTENSIDADE

	EIM	classificação	AUGE	Fase	Data	Freq.	Duração	
TOP 5 DOS CASOS COM AUGUE DE MAIOR INTENSIDADE	Freeport	7,58	Muito Grande	121,06	Narrativa	31-01-2009	234	2.816
	A licenciatura de Sócrates	2,79	Moderado	97,59	Narrativa	14-07-2007	90	2.303
	Escutas ao Presidente	2,10	Moderado	95,88	Narrativa	25-09-2009	70	932
	BPN	6,85	Grande	76,20	Narrativa	30-05-2009	228	2.262
	Negócio PT / TVI	5,98	Grande	75,78	Narrativa	13-02-2010	204	883
TOP 5 DOS CASOS COM AUGUE DE menor INTENSIDADE	Narciso M. suspeito de desvio de fundos	0,02	Micro	4,73	Revelação	15-11-2013	3	162
	Quinta do Ambrósio	0,06	Micro	4,63	Revelação	27-09-2008	5	273
	As eleições no PS de Coimbra	0,04	Micro	3,98	Narrativa	11-04-2014	4	1.330
	Paulo Júlio faz concurso à medida	0,02	Micro	3,36	Revelação	26-01-2013	2	455
	José Mota e os subsídios	0,03	Micro	2,36	Revelação	28-08-1999	7	778

QUADRO 49. Casos com “auge” de maior e menor intensidade.

De forma a cotejarmos mais amplamente a correlação entre algumas das principais variáveis implicadas na aferição do “auge”, recorreremos ao coeficiente de correlação ρ de Spearman¹⁹³. Observando o quadro 50, verifica-se que é nas classes mais elevadas de intensidade mediática que, tendencialmente, surgem os casos de maior duração e de maior frequência, bem como onde o pico do auge atinge valores mais altos.

Efetuada a contagem de ocorrência dos picos (auge) em cada uma das fases do escândalo (Pré-escândalo, Revelação, Narrativa, Desfecho e Pós-escândalo), para todas as classes da

¹⁹³ O coeficiente de correlação ρ de Spearman mede o grau de associação entre variáveis, oscilando entre -1 e 1. O que, genericamente, nos permite uma leitura de que quanto mais próxima, em valor absoluto, de 1, mais forte é a correlação entre as variáveis. Assim, quando a correlação é positiva, as variáveis evoluem de forma análoga (*i.e.*, quando uma aumenta, a outra também aumenta; e quando uma diminui, a outra também diminui). Se a correlação for negativa, as variáveis evoluem em sentido contrário.

EIM, construímos uma medida conjunta de fase após a atribuição de valores numéricos crescentes de acordo com a estrutura sequencial cronológica de cada fase. Assim, atribuímos o valor 1 à Revelação, o valor 2 à Narrativa e o valor 3 ao Desfecho (as outras duas fases extremas registaram frequência nula). Essa medida conjunta a que aludimos consiste numa média ponderada dos valores numéricos atribuídos às três fases, pesados pelas respectivas frequências (*i.e.*, o número de vezes que o pico ocorre em cada uma das fases). Denominámos essa medida por média de fase.

De acordo com o mesmo quadro observa-se uma moderada correlação positiva entre a variável intensidade e a média de fase. Isto permite confirmar que quanto mais baixa é a classificação do caso na Escala de Intensidade Mediática, maior propensão existe para que o cume de intensidade do caso ocorra mais cedo; ao invés, para casos de maior intensidade, verifica-se a ocorrência do auge mais tardiamente. Nesse sentido, é nas classificações mais baixas da intensidade que surgem mais picos do caso na fase da Revelação.

PONTOS MÉDIOS					CORRELAÇÃO COEFICIENTE ρ DE SPEARMAN						
	EIM	DURAÇÃO	FREQ.	média AUGE	média FASE	Ptos médios classes de Intensidade	média Duração	média Freq.	média AUGE	média FASE	
Extremo	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mto Grande	7,495	4.239	247	78,41	2	-	0,750	1	0,900	0,593	
Grande	5,995	2.692	229	55,81	1,67	Duração média	0,750	-	0,550	0,170	
Relevante	3,995	2.616	143	39,51	2	Frequência média	1	0,750	-	0,900	0,593
Moderado	2,495	1.280	81	85,36	2	média AUGE	0,900	0,550	0,900	-	0,695
Brando	1,495	2.295	58	27,89	1,86	média FASE	0,593	0,170	0,593	0,695	-
Ligeiro	0,795	899	31	25,62	1,91						
Pequeno	0,445	1.270	21	21,56	1,83						
Mto Pequeno	0,195	1.095	11	12,21	1,79						
Micro	0,045	1.470	5	6,19	1,54						

QUADRO 50. Correlação de variáveis centradas nos picos de intensidade (“auge”) e nas fases de escandalização, utilizando o “coeficiente ρ de Spearman”.

Como tivemos ocasião de sublinhar, o auge é apontado pela perspectiva sociológica (Thompson, 2002:102-107) como a ocorrência que se encontra entre a fase do “Escândalo Propriamente Dito” e a “Consequência”, ou, na nossa terminologia, entre a Narrativa e o Desfecho. Todavia, a cooperação da análise dos *media* que aqui procurámos avocar

permite-nos confirmar a hipótese suscitada na presente dissertação de que o auge de um escândalo poderá ocorrer em qualquer etapa do seu decurso e não constituir-se como uma fase autónoma, como tem sido defendido.

3.3.3. Densidade

O fator de Densidade é utilizado neste trabalho tendo em vista relacionar a Frequência (número de peças publicadas em cada caso) com a Duração (período desde a revelação do caso até ao seu desfecho mediático), sendo definido como o quociente entre a primeira e a segunda variável, para obter um valor numérico adequado ao objetivo em foco. A composição desta nova variável visa dar um contributo ao apuramento da Intensidade Mediática, implicando estes dois fatores na avaliação do impacto conferido pelos *media*.

CASOS DE DENSIDADE MÁXIMA E MÍNIMA					
	EIM	classificação	Duração (Revelação-Desfecho)	Frequência	DENSIDADE
TOP 5 DOS CASOS DE MAIOR DENSIDADE	0,57	Pequeno	8	20	2,5
	0,47	Pequeno	8	19	2,38
	0,45	Pequeno	8	15	1,88
	0,20	Muito Pequeno	8	12	1,5
	0,31	Pequeno	8	9	1,13
TOP 5 DOS CASOS DE menor DENSIDADE	0,08	Micro	2.128	6	0,003
	0,21	Micro	7.016	14	0,002
	0,04	Micro	1.821	3	0,002
	0,04	Micro	2.716	3	0,001
	0,09	Micro	5.574	6	0,001

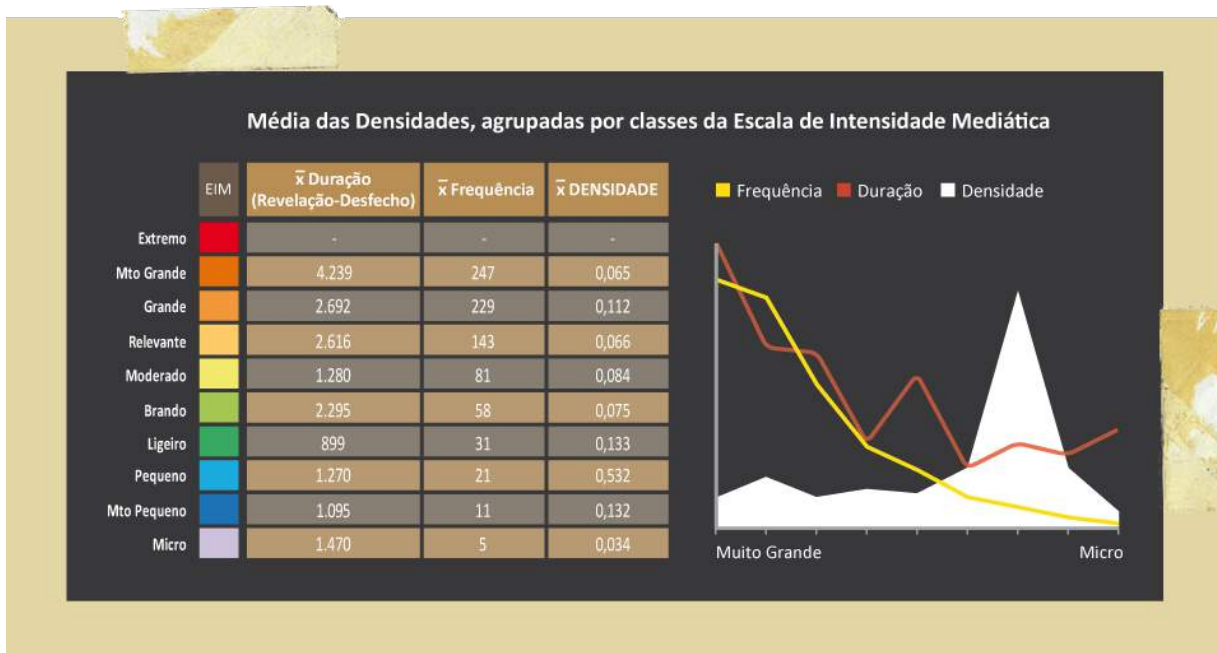
QUADRO 51. Os casos de escândalos políticos com Densidade máxima e mínima.

Conforme o quadro 51, os casos em que se observa uma cobertura de curta duração e, proporcionalmente, alta frequência (muitas peças publicadas), são os que apresentam maior Densidade. Temos como exemplo de escândalos de alta Densidade os seguintes: Os “cornichos” de Manuel Pinho, PPP nas rodoviárias, Caso Mário Crespo, As inconfidências de Sousa Franco, e Filha do MNE com entrada facilitada em Medicina. Veja-se a título de exemplo o primeiro caso citado. O gesto que popularizou o então ministro da Economia no governo de José Sócrates,

Manuel Pinho, dirigindo com os dedos “cornichos” a um deputado do PCP, e que sentenciou a sua demissão do cargo, esteve presente em apenas duas edições (oito dias) nos semanários analisados, tendo registado um total de 20 peças. Relacionando as variáveis Duração (8 dias) e Frequência (20 peças), de forma a obtermos um valor de Densidade, constatamos que este se cifra em 2,5 (o mais alto dos 99 escândalos políticos aqui tratados).

Ao invés, os casos em que se verifica uma cobertura de longa duração mas que, em contrapartida, têm poucas peças publicadas apresentam uma baixa Densidade. Encontram-se nestas condições os casos Câmara de Celorico da Beira, José Raul dos Santos acusado de fraude, o Licenciamento da casa da Arrábida, Ilegalidades de Monterroso na Câmara da Nazaré, e Favorecimentos na Câmara do Porto.

Observando mais cuidadosamente o primeiro caso, referente a Julio Santos, ao tempo em que presidiu ao município de Celorico da Beira, entre 1993 e 2002, as primeiras notícias remontam a 1996, dando conta de suspeitas relacionadas com irregularidades em obras municipais. Condenado em 2007 por dois crimes de corrupção passiva para ato lícito, foi detido em 10 de março de 2011 pela Polícia Judiciária para cumprimento de uma pena de prisão de seis anos e seis meses. Os 5574 dias que mediaram a primeira notícia até ao desfecho do caso, em 2011, suscitaram apenas seis peças noticiosas por parte dos semanários analisados, resultando numa Densidade de 0,001, a mais baixa dos 99 escândalos políticos.



QUADRO 52. Média das Densidades, agrupadas por classes da escala de Intensidade Mediática.

O quadro 52, referente ao cálculo das médias das intensidades permite-nos extrair que os casos situados nas classes mais baixas da Escala de Intensidade Mediática apresentam na sua globalidade maior média de Densidade, o que se explica pela existência de notícias restringidas a um curto espaço de tempo, havendo como consequência uma maior concentração de peças publicadas nesse período. A partir deste quadro torna-se menos decifrável aferir a existência de correlações entre a intensidade organizada pela escala e a Densidade apurada, sendo previdente a alusão a que, em termos objetivos, os casos de maior intensidade não são os que detêm maior Densidade, uma vez que a sua extensa duração tem um efeito atenuador da Densidade. Todavia, dado que estabelecemos como propósito desta análise a aferição de padrões a partir da cobertura jornalística, iremos de seguida correlacionar as variáveis atinentes à Densidade com recurso ao “coeficiente ρ de Spearman”, dada a constatação anterior de que há assimetrias na distribuição dos valores face à ordem estabelecida pela EIM.

PONTOS MÉDIOS					CORRELAÇÃO COEFICIENTE ρ DE SPEARMAN			
	EIM	DURAÇÃO	FREQUÊNCIA	DENSIDADE	Pontos médios das classes de Intensidade	Densidade média	Duração média	Frequência média
Extremo	9	-	-	-	-	-0,233	0,750	1
Mto Grande	7,495	4.239	247		Densidade média	-0,233	-	-0,233
Grande	5,995	2.692	229	0,112	Duração média	0,750	-0,667	0,750
Relevante	3,995	2.616	143	0,066	Frequência média	1	-0,233	0,750
Moderado	2,495	1.280	81	0,084				
Brando	1,495	2.295	58	0,075				
Ligeiro	0,795	899	31	0,133				
Pequeno	0,445	1.270	21	0,532				
Mto Pequeno	0,195	1.095	11	0,132				
Micro	0,045	1.470	5	0,034				

QUADRO 53. Correlação de variáveis centradas na Densidade, utilizando o “coeficiente ρ de Spearman”.

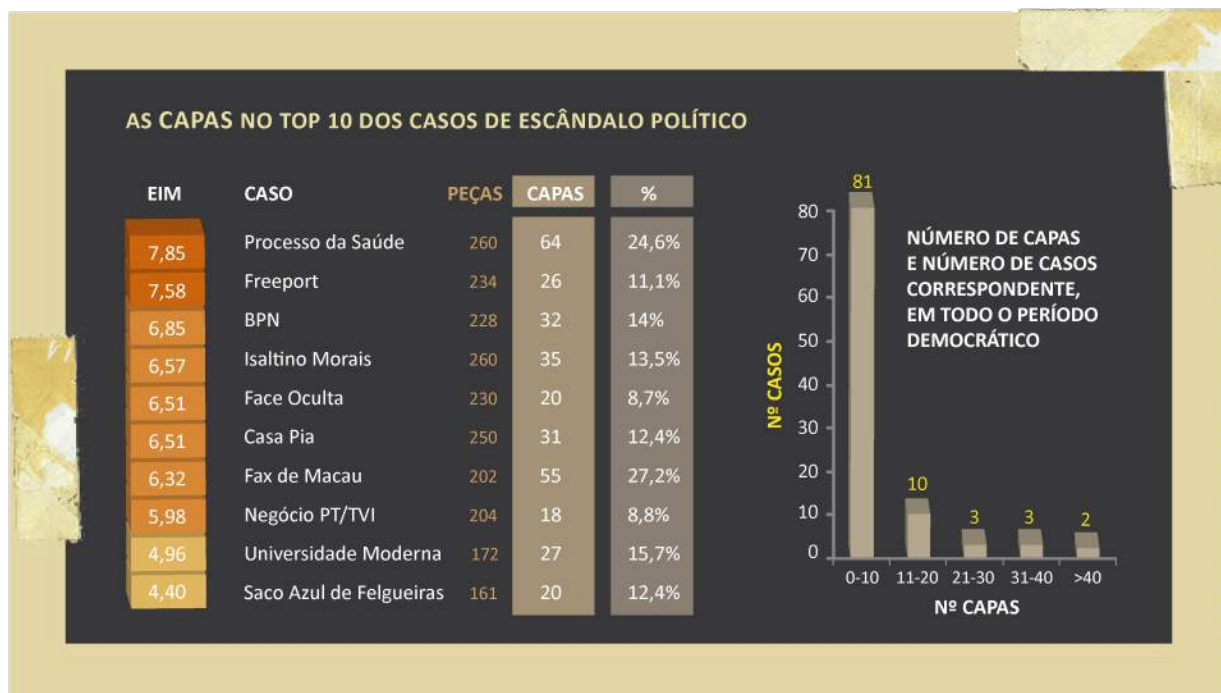
Pretendendo medir o grau de associação entre as variáveis Intensidade, Densidade média, Duração média e Frequência média, calculámos os coeficientes de “correlação ρ de Spearman”, conforme o exposto no quadro 53. Notamos que este coeficiente projeta o valor -0,233 para a afinidade entre as variáveis Intensidade e Densidade, o que nos permite afirmar que a correlação existente entre estas variáveis é exígua e negativa. Realçamos que o facto de a correlação ser negativa significa que ao aumento da Intensidade corresponde uma diminuição da Densidade média.

Quanto à relação entre a Intensidade e a Duração média, bem como à relação entre a Intensidade e a Frequência média, os valores registados são de 0,750 e 1, respetivamente, o que revela a existência de uma correlação positiva forte e muito forte entre os referidos pares de variáveis. Significa isto que estes pares de variáveis evoluem no mesmo sentido, ou seja, quanto mais elevados os valores de Intensidade, maiores são os valores da Duração média (*i.e.*, os escândalos políticos apresentam uma longevidade maior nas classes mais elevadas da Escala de Intensidade Mediática) e da Frequência média (ou seja, os casos de escândalo político apresentam um maior número de publicação de peças noticiosas quanto mais elevada for a classe da Escala de Intensidade Mediática em que o caso se insere).

3.3.4. Tipo de página/Localização no jornal

Como é comumente reconhecido, e como enfatiza Doris Graber (2004), as audiências prestam mais atenção a histórias que aparecem nas primeiras páginas dos jornais ou nas aberturas dos noticiários, reconhecendo a colocação da notícia em local proeminente como um sinal da sua importância. É porventura por esse motivo que Estrela Serrano nota também que "a primeira página é o rosto do jornal, o local onde se anuncia o essencial da informação de cada dia" (Serrano, 2006: 310). Nesse sentido, por ordem decrescente de visibilidade concedida pelo leitor, temos a capa, a última, a página ímpar e, por fim, a página par.

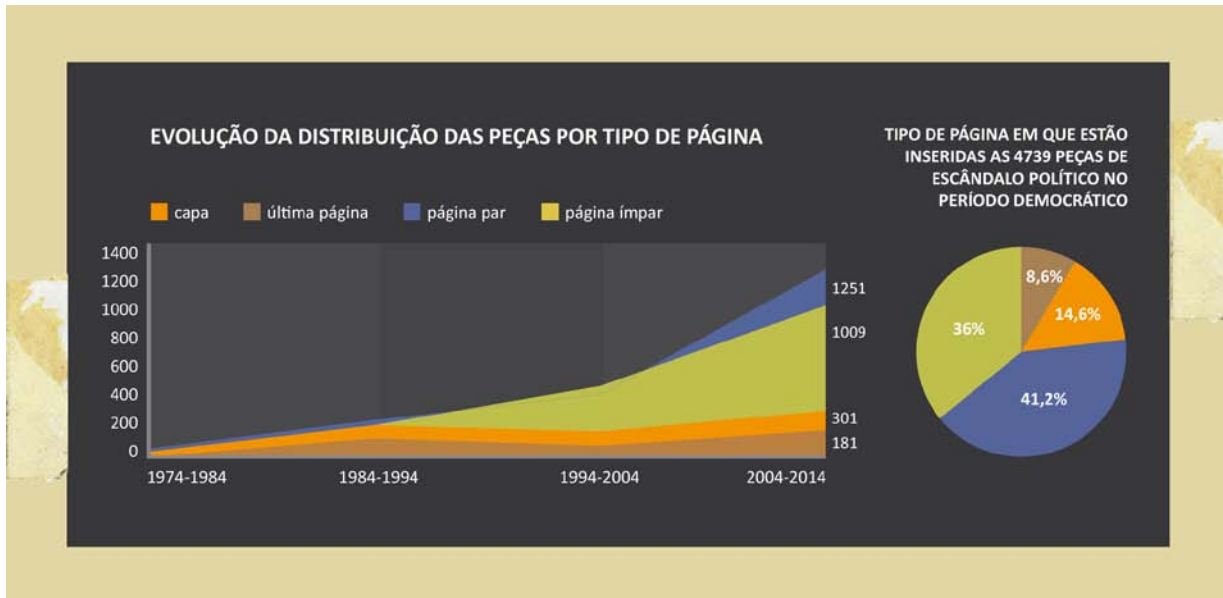
Ao longo dos 40 anos de democracia, período sobre o qual pende a nossa análise, o escândalo político tem tido uma preponderância significativa nas capas de jornal, o que revela a saliência que os *media* lhe atribuem. De acordo com os quadros seguintes, o caso de escândalo político em Portugal de maior intensidade, o Processo da Saúde, foi também o que absorveu o maior número de peças (64) publicadas em capas, com 24,6% de peças neste tipo de página, estando as restantes distribuídas na última página (13,5%), ímpar (28,5%) e par (33,5%). O facto de o caso Fax de Macau aparecer com 55 peças na capa, correspondente a 27,2%, revela que uma percentagem mais volumosa de peças em ambos os casos do Top 10 surgidos na segunda década democrática (Processo da Saúde e Fax de Macau) recorre substancialmente às capas para o tratamento noticioso dos casos. Sublinhando aquilo que já havíamos demonstrado quando caracterizámos o escândalo político em Portugal como sendo maioritariamente de baixa magnitude, o indicador das capas revela que 81 dos 99 casos surgiram no máximo dez vezes na primeira página dos jornais, sendo que, destes, houve 17 que não foram referenciados em qualquer capa.



QUADRO 54. As peças sobre casos de escândalo político presentes nas capas dos jornais.

As primeiras páginas da imprensa reproduzem uma certa cultura imagética processada pela televisão, de acordo com o que têm revelado vários estudos (Kress e Van Leeuwen, 1999 e 2001; Norris, 2000, Cunha, 2007a). Como afirma Isabel Ferin Cunha, “as primeiras páginas articulam dispositivos visuais, como a diagramação, a disposição dos textos em blocos, as chamadas, os títulos e as fotografias, que ultrapassam o sentido do texto escrito” (Cunha, 2007a: 26). Tal como podemos observar no quadro 55, embora o recurso à abordagem noticiosa nas capas dos jornais tenha crescido ao longo das quatro décadas, o seu valor relativo diminuiu, se comparado com a prevalência de notícias noutros tipos de página, como a par e a ímpar.

Como podemos verificar, estas páginas situadas no "miolo" do jornal são as que registam um maior aumento relativo, tendo a ímpar registado, na primeira década, 24,5%, e, na quarta década, 36,8%. Também a página par, que teve inicialmente 47,1%, registando nas duas décadas posteriores uma descida percentual, situou-se num patamar de grande relevo na quarta década, com 45,6%. Já a capa, de 26,5% na primeira década, desceu para 11% na quarta. A última página, que teve um valor percentual muito baixo na primeira década democrática (2%), depois de uma subida acentuada na segunda década, com 16,4%, cifrou-se nos 6,9% na terceira e 6,6% na quarta década. Depreende-se daqui que a proliferação de pequenos escândalos, onde a representação nas capas é exígua, fez baixar o valor percentual total de peças colocadas nas capas.



QUADRO 55. Evolução da distribuição das peças por tipo de página.

A diminuição do número relativo de capas, apesar do aumento do valor nominativo, prende-se com o aumento significativo do número de peças publicadas sobre o escândalo político. Neste âmbito, importa cotejar se esse aumento se deve também a um novo padrão jornalístico de redação de textos mais pequenos e de colocar em peças diferenciadas vários assuntos atinentes ao mesmo tema genérico, particularizando-o e retalhando a sua apresentação em pequenos textos. O que, de certa forma, já havia sido constatado por Estrela Serrano no que concerne à sua análise à cobertura das eleições presidenciais, observando a "fragmentação de textos", que remetem para páginas seguintes, com novos títulos, "numa intenção evidente de facilitar e tornar mais atraente a leitura, sendo acompanhados de fotografias e outros elementos de valorização gráfica" (Serrano, 2006: 313). Segundo constata Serrano, a fragmentação dos textos conduz à diminuição da sua extensão, sem que isso corresponda a uma diminuição da extensão da cobertura jornalística.

3.3.5. Extensão das peças

McLuhan dizia que, se o telefone encurtou a frase, a rádio encurtou a notícia. De facto, os meios tecnológicos vieram implementar mudanças na forma de comunicação, às quais a notícia não ficou imune. Veja-se, a título de exemplo, que o acesso a conteúdos informativos através de *tablets* e *smartphones* trouxe uma indubitável necessidade de adaptar o estilo e a dimensão da notícia. A variável da dimensão das peças noticiosas tem sido objeto de análise

por parte dos investigadores que se debruçam sobre os estudos dos *media* e do jornalismo. No trabalho de Estrela Serrano que temos vindo a referenciar¹⁹⁴, relativamente ao jornal presente no seu *corpus*, o *Diário de Notícias*, a autora aponta como dado mais constante a diminuição das "peças grandes", numa relação inversa com o formato "peças curtas" (Serrano, 2006: 314). Veremos a seguir como evoluiu a extensão das peças informativas sobre o escândalo político em Portugal no período democrático e se podemos aproximar-nos, no âmbito concreto do nosso objeto de estudo, das conclusões de Serrano.

Habitualmente, no que concerne à imprensa escrita, a extensão é apurada recorrendo ao número de parágrafos das peças ou à dimensão da mancha gráfica que ocupa no jornal. Esta segunda, que adotámos, evita não mensurar peças informativas em formatos não textuais, como as infografias, os *cartoons* e as fotolegendas, tal como possibilita diferenciar o tamanho de títulos e manchetes, por exemplo, permitindo uma aferição mais exata da extensão das peças.



QUADRO 56. Evolução da extensão das peças sobre o escândalo político ao longo das quatro décadas democráticas.

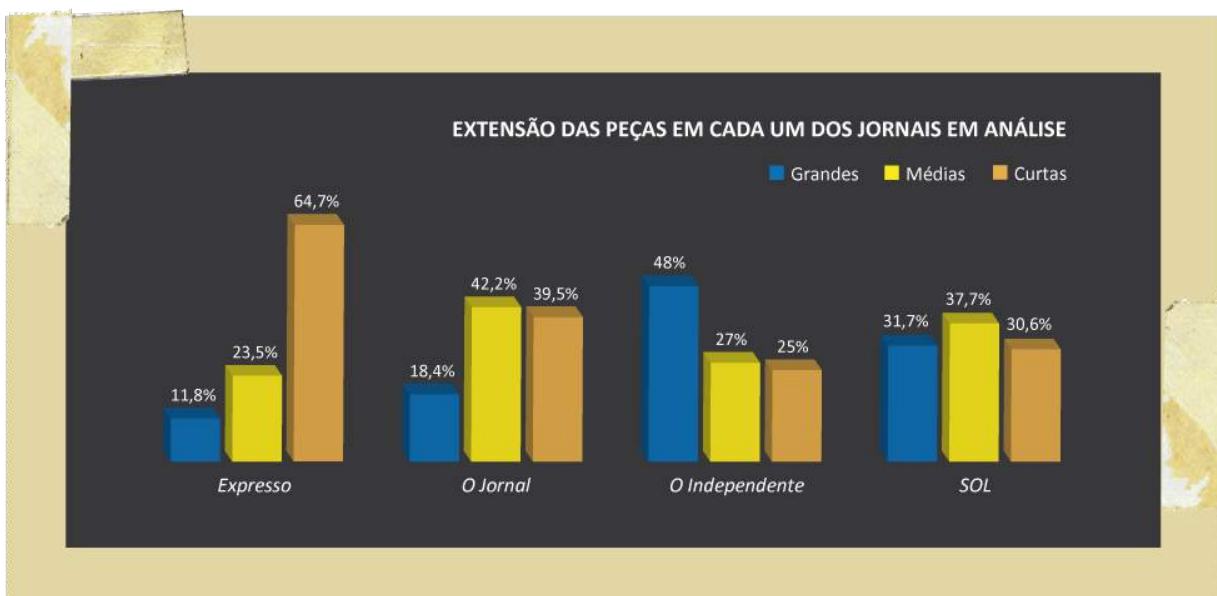
De acordo com a tabela de contingência apresentada no quadro 56, as peças curtas ocupam 46,3%, tendo em consideração o somatório das peças publicadas nas quatro décadas democráticas. As dimensões que designámos por "médias" têm um peso de 28,3% no total de publicações dos quatro jornais, ao longo das quatro décadas. As peças de menor

¹⁹⁴ Sobre a cobertura jornalística das eleições presidenciais de 1976 a 2001, feita por: *Diário de Notícias*, RTP, SIC e TVI.

representatividade (25,4%) neste quadro são as grandes, que convencionámos serem aquelas que ocupam no mínimo 2/3 da página do jornal, podendo mesmo abranger uma página inteira ou, inclusive, mais do que uma página. De realçar que o facto de estarmos diante de um *corpus* composto por jornais semanários vem favorecer a publicação de peças mais longas, em detrimento dos diários, uma vez que as rotinas de redação são diferentes e o tempo de preparação das matérias é mais dilatado no caso dos periódicos que publicam semanalmente. Ainda assim, releva-se a proeminência das peças curtas na cobertura do escândalo político.

No que diz respeito à evolução, o gráfico do mesmo quadro vem, contudo, mostrar a existência de uma diminuição das peças curtas ao longo do período democrático, não corroborando a ideia de que estas têm vindo a ganhar maior expressão no contexto da cobertura mediática, embora os formatos 1/4 e 1/8 registem algum aumento. O número de peças médias diminuiu da primeira para a segunda década, tendo a partir daí vindo a aumentar. Já as peças grandes assinalam uma redução, à exceção do formato 2/3, que regista um aumento considerável.

Como temos vindo a enfatizar, cada órgão de informação apresenta critérios editoriais, constrangimentos e opções que condicionam o produto final do jornal que chega ao público. Não podemos aqui perder de vista que entre esses constrangimentos se encontram as determinações para a mancha publicitária, que condicionam o espaço disponível para a inserção de peças jornalísticas. Também no que concerne à extensão, cremos em que, de acordo com o quadro 57, os jornais evidenciam um comportamento particular que singulariza a apresentação das suas peças noticiosas.



QUADRO 57. Extensão das peças sobre o escândalo político nos quatro semanários do *corpus*.

Com efeito, o *Expresso* é o semanário que apresenta maior percentagem de peças curtas, com um valor mais escasso de peças grandes. A protuberância de peças curtas do *Expresso* é a que mais contribui, no cômputo geral, para que esta classe seja a mais relevante no âmbito do escândalo político. De forma inversa, *O Independente* foi o jornal que mais privilegiou as peças grandes e menos relevo concedeu às peças curtas. O mais recente semanário do nosso corpus, o *Sol*, apresenta maior valor percentual de peças médias e dá praticamente o mesmo peso às peças curtas e grandes. Já *O Jornal* utiliza mais as peças curtas e médias, em detrimento das grandes, que exibem um moderado valor percentual.

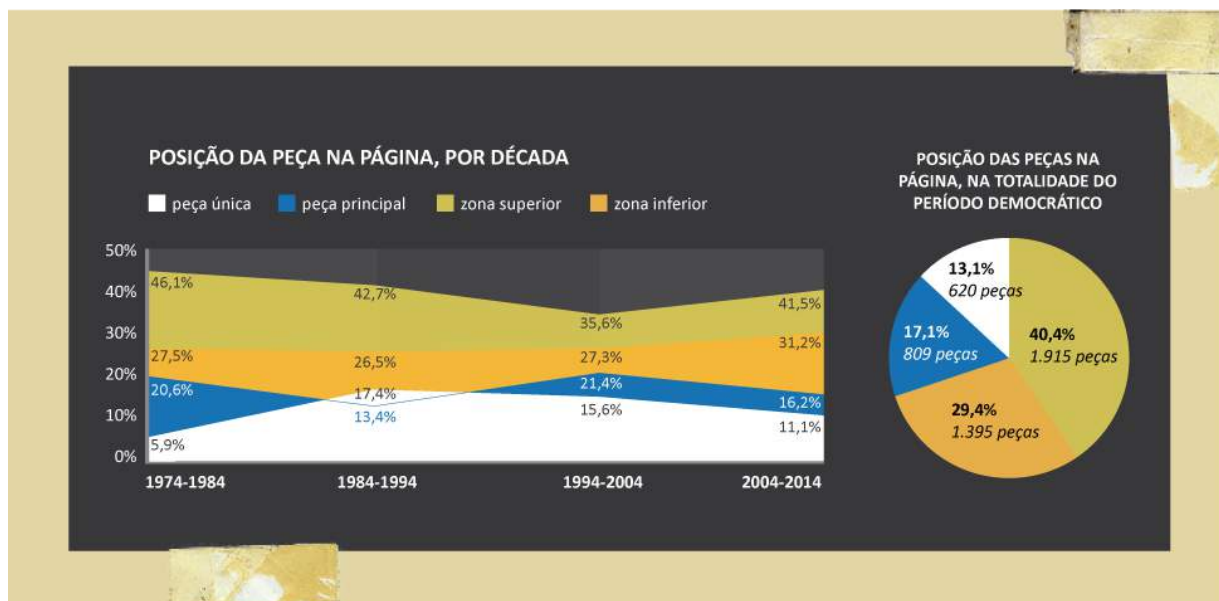
O elemento mais saliente que importa registar é o facto de, nas duas décadas mais recentes, haver um ligeiro aumento da percentagem de peças curtas e um declive inverso da percentagem de peças grandes, sendo que as peças curtas representam quase metade (46,3%) do total de peças sobre o escândalo político em Portugal no período democrático, o que lhes confere um peso determinante nesta abordagem. Todavia, se olharmos para o intervalo entre 1974 e 2014, ou seja, a totalidade do nosso período de análise, verificamos a existência de uma diminuição de peças curtas. O que equivale a dizer, em suma, que a publicação de peças sobre o escândalo político é feita com recurso, em mais de metade das vezes, a peças de média e longa dimensão.

3.3.6. Posição das peças na página

Este ponto surge com o objetivo de aferir em que posição da página são colocadas as peças alusivas aos escândalos políticos, ou que realce lhes concede a imprensa. Definimos quatro posições de relevo para o seu posicionamento face à página onde se encontra inserida, por ordem crescente de importância: na zona inferior, na zona superior, peça principal e peça única.

Como traduz o quadro 58, as peças colocadas na zona superior da página de jornal constituem a posição mais representada no que concerne ao tratamento jornalístico do escândalo político, ao longo de todo o período democrático. Isabel Ferin Cunha (2007a: 31) já havia concluído a predominância desta posição de página no seu importante trabalho sobre as tendências de cobertura jornalística nos finais de mandato de primeiros-ministros portugueses, fazendo incidir a sua análise nos períodos 1994-1995, 2001-2002 e 2004-2005. Observando a variação das posições ao longo da democracia, verifica-se contudo uma descida da percentagem relativa à colocação de peças na zona superior da página até à terceira década, altura em que se inverteu

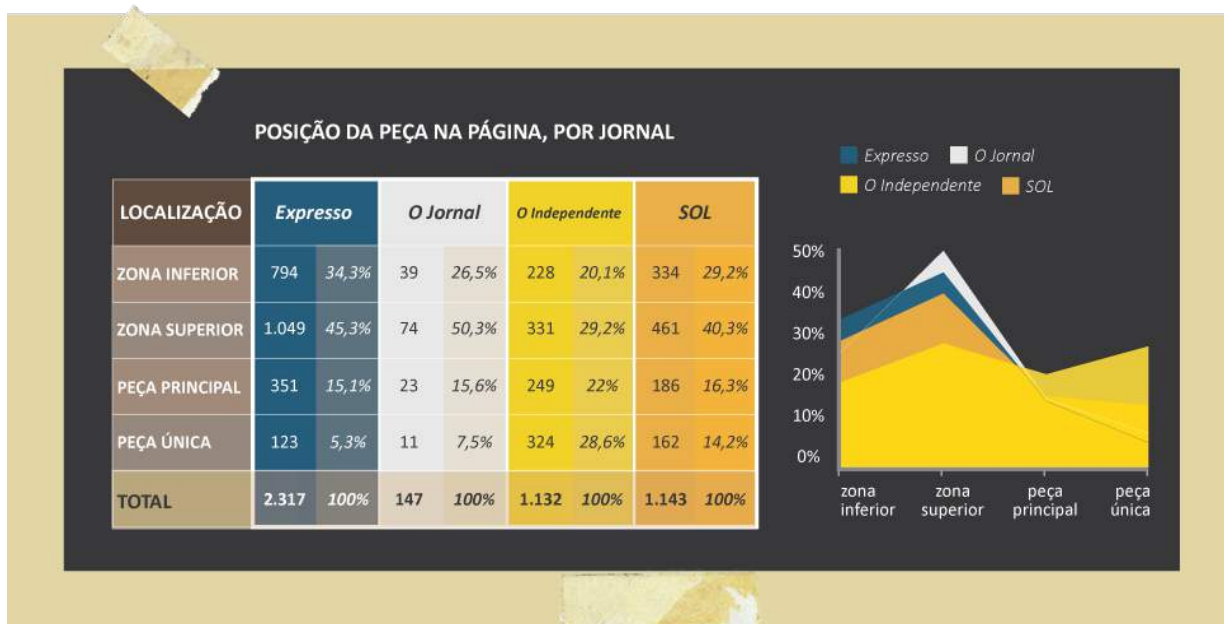
a tendência, situando-se atualmente nos 41,5%. Ao invés, as peças noticiosas colocadas na zona inferior da página têm tido um aumento percentual da sua representação, com uma variação de 3,7% da primeira para a última década, sendo esta a subida mais constante entre todas as variações, ao passo que o número de peças únicas e as peças principais diminuíram.



QUADRO 58. Posição das peças na página, por década.

De acordo com o quadro seguinte, relativo à representação da posição das peças na página por jornal, constatamos que *O Independente*, surgido em 20 de maio de 1988 e encerrado em 1 de setembro de 2006, adotou uma forma de apresentação dos temas que privilegiou a colocação de peças únicas na página, tendo estas uma representatividade de 28,6%, valor semelhante ao das peças colocadas na zona superior, com 29,2%.

O semanário que mais se aproxima da média total apurada no quadro 58 é o *Sol*. Por seu turno, o *Expresso* é o que menor valor percentual de peças únicas na página apresenta, com 5,3%; o mesmo acontecendo com as peças principais, que se cifra nos 15,1%. Isto é, de resto, coincidente com o gráfico anteriormente apresentado, sobre a extensão das peças em cada um dos jornais em análise, que faz refletir a predominância das peças curtas neste semanário, singularizando-o neste aspeto, quando comparado com os outros três periódicos. Já *O Jornal* é, de todos, o semanário que mais utilizou a zona superior para a exposição de peças relativas ao escândalo político.



QUADRO 59. Posição das peças na página, por jornal.

Ao pretendermos cotejar a posição da página em que são colocadas as peças alusivas aos escândalos políticos e, assim, o relevo dado pelo órgão de informação a um assunto, procuramos conferir a maior ou menor saliência, bem como a sua implicação, na aferição da intensidade mediática. Nesse sentido, podemos afirmar que uma notícia tem maior visibilidade quando colocada na zona superior da página e menor visibilidade quando colocada na zona inferior dessa mesma página; e qual a peça principal na página tem mais importância que as duas anteriores e, tratando-se de uma peça única, esta situa-se no topo da relevância. Esta escala simples permite-nos atribuir uma métrica às componentes desta variável e, posteriormente, uma ponderação à própria variável, refletindo-a no algoritmo de aferição da Escala de Intensidade Mediática e tornando mais pertinente a sua inclusão.

3.3.7. Valorização gráfica e iconografia

O discurso jornalístico dispõe de diversas formas de intervenção que extravasam o código linguístico, enquanto língua literária do discurso. Observa-se amiúde o recurso ao código icónico, como por exemplo elementos gráficos, *cartoons*, fotografias, ilustrações e infografias (Albertos, 1983: 186-187). No caso da imprensa escrita, estes elementos acrescentam uma informação visual que produz inteligibilidade complementar ao sentido

semântico do próprio texto, permitindo uma acrescida descodificação das matérias expostas, indo ao encontro dos formatos contemporâneos de jornalismo que visam facilitar uma leitura rápida, como sustenta López Hidalgo (2002: 58).

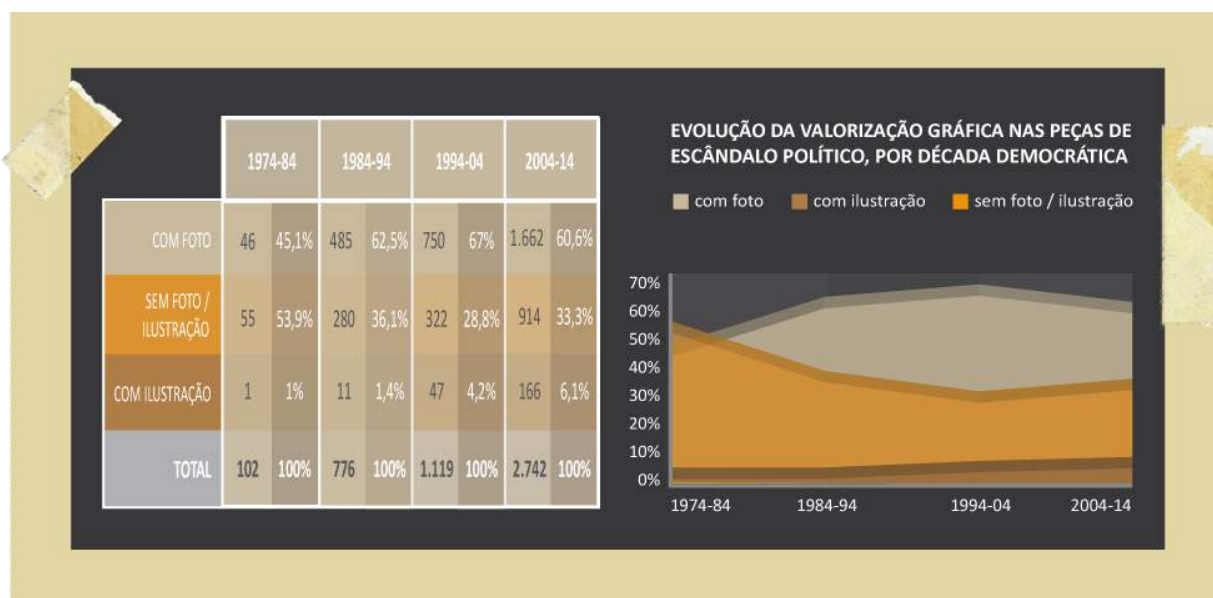
Alguns estudos têm concluído, a partir da análise da cobertura noticiosa de temas políticos, que a imagem tem influência na formação da opinião dos públicos, quando tidos em conta alguns elementos como os não-verbais e os visuais (Grabe, 2009; Cunha, 2015b). Na imprensa, o recurso às “mensagens visuais” surge da necessidade de complementar a informação textual, observando-se a vantagem na compreensão de algumas matérias quando acompanhadas por uma certa elaboração visual. A revolução gráfica acontece sobretudo a partir dos anos 80 do século anterior, com a ocorrência dos processos tecnológicos que trouxeram maior maleabilidade, rapidez e sofisticação aos meios impressos, contribuindo para isso as possibilidades tecnológicas de massificação da cor na imprensa, o que levou os *media* a um processo de adaptação.



FIGURA 31. Exemplos de peças jornalísticas sobre escândalos políticos sem recurso a imagem (*Expresso*, de 10 de dezembro de 1983, e *O Jornal*, de 20 de março de 1987).

Como podemos verificar no quadro 60, há também nas peças referentes ao escândalo político, a partir da segunda década democrática, um aumento gradual da imagem, conquistando esta um espaço de preponderância não apenas nos conteúdos informativos mas também como forma apelativa para os públicos. Como nota Peltzer (1991), a fotografia e a imagem iconográfica vão tendo uma importância crescente, e a sua utilização vai-se

diversificando também. De acordo com este autor brasileiro, os gêneros ou códigos visuais jornalísticos podem ser segmentados em sete grupos: gráficos, infográficos, mapas, símbolos, ilustrações, *comics* e iconografia animada (Peltzer, 1991: 125). Mais à frente observaremos a utilização de alguns destes desdobramentos.



QUADRO 60. Evolução da valorização gráfica na cobertura do escândalo político, em cada década democrática.

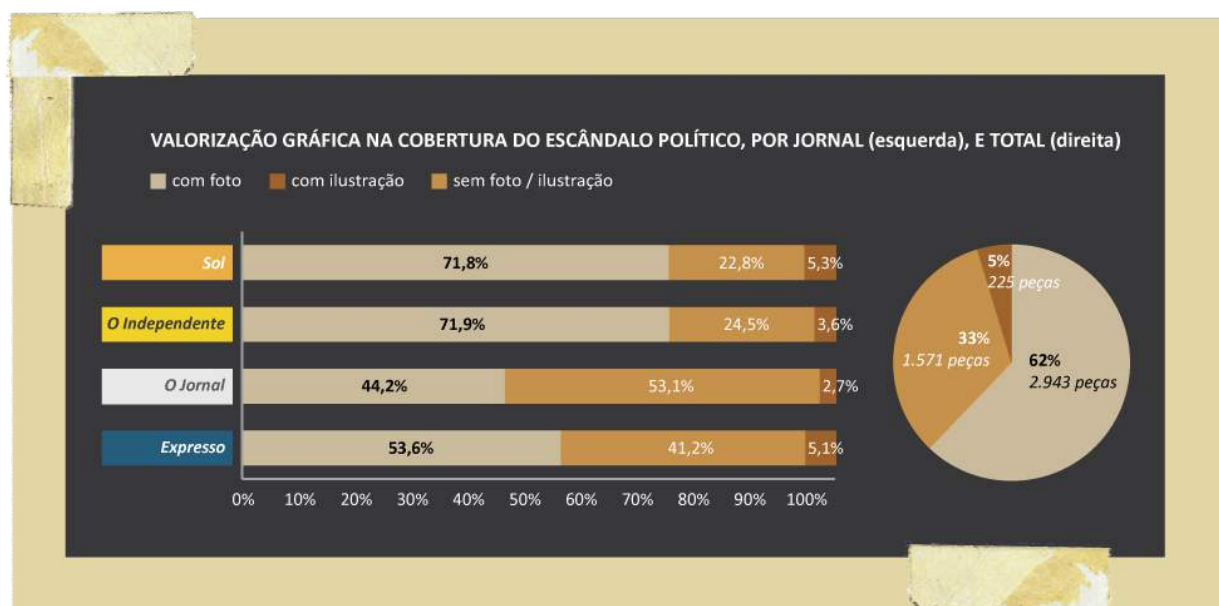
Relativamente às peças com fotografia, regista-se um acentuado aumento (17,4%) do uso de fotografia entre a primeira e a segunda década democrática, notando-se uma evolução no mesmo sentido entre 1994 e 2004 e, apenas na última década, houve um declínio percentual, apesar de o número efetivo de peças com fotografia ter aumentado de 750 peças na terceira década para 1662 na quarta.

No âmbito da valorização gráfica das peças referentes ao escândalo político em Portugal, observa-se, desde o período com início em 1984, que as peças com fotografia são maioritárias. Como sublinha Estrela Serrano, “a imagem, nomeadamente a fotografia, ocupa um lugar cada vez maior nos jornais, não apenas como elemento de informação mas também pelo seu caráter apelativo, na medida em que atrai o olhar”. A mesma autora sublinha que este é “um instrumento poderoso que sublinha e informa, visando, ao mesmo tempo, simbolizar e reproduzir. A credibilidade conferida a uma notícia é suscetível de ser modificada, atenuada ou reforçada por uma fotografia” (Serrano, 2006b: 123).



FIGURA 32. A proeminência da foto em casos de escândalo político. Da esquerda para a direita, o caso que envolveu Spínola (*O Jornal*, 9 de abril de 1976), o caso da Licenciatura de Relvas (*Expresso*, 3 de novembro de 2012), o caso Freeport (*O Independente*, 14 de julho de 2006) e o caso de Isaltino Morais (*Sol*, 11 de maio de 2012).

O significativo aumento de publicação de peças sobre escândalos políticos acarretou, paralelamente, uma maior expressão gráfica, com as redações a incorporarem trabalhos de profissionais desta área, incluindo de fotojornalistas. A receita cada vez mais usada pelos órgãos de informação tem em conta, como sugere Estrela Serrano, que "a imagem fotográfica possui um impacto forte. Veicula a emoção, introduz o espetáculo na informação" (Serrano, 2006b: 123). Com efeito, como demonstra o quadro 61, a percentagem de peças que recorrem à fotografia atinge um valor global de 62%, verificando-se que esta é mais significativa nos jornais que despontaram mais recentemente, como *O Independente* e o *Sol*.



QUADRO 61. Valorização gráfica na cobertura do escândalo, por jornal e no conjunto dos quatro semanários.

Já o *Expresso*, por permanecer nas bancas desde 6 de janeiro de 1973, contabiliza um período considerável em que ainda labora com poucos recursos tecnológicos, o que lhe confere um valor mais comedido de 53,6% de publicação de peças jornalísticas com fotos referentes aos escândalos políticos. Veja-se que, no caso do *Expresso*, a capa da revista é impressa pela primeira vez a cores em 3 de dezembro de 1977, o que dá conta das limitações tecnológicas da época e perspetiva o fulgoroso avanço que viria a operar-se até aos tempos atuais.

A utilização de imagem não fotográfica é, na presente dissertação, distinguida da imagem fotográfica. Dela fazem parte os *cartoons*, quase sempre contundentes e pejados de crítica social e política; as ilustrações, hoje privilegiadas pelos jornais com um recorte estético mais vincado; as infografias, utilizadas num diálogo com os públicos que se funda na clareza e melhor compreensão de matérias cuja mera exposição textual tornaria menos inteligível; bem como outros elementos gráficos que apoiam o tom e a narrativa conferidos aos casos e seus protagonistas.



FIGURA 33. Exemplos de ilustração (*O Independente*, 20 de maio de 2005), de utilização de elementos gráficos (*O Independente*, 23 de abril de 2004) e de cartoon (*Sol*, 9 de abril de 2010) na cobertura do escândalo político.

Outras representações visuais foram sendo gradualmente utilizadas pela imprensa, surgindo como novos elementos nos discursos jornalísticos atuais, devendo-se isso sobretudo aos avanços tecnológicos a que já aludimos mas também, de forma correlacionada, à forma concetual e material de se fazer jornalismo. O recurso à utilização da imagem, quer de forma isolada, quer em conjunto com o texto, resulta na produção de um significado e numa forma de narrativa tendo em vista uma maior simplicidade e clareza, numa indução à interpretação dos temas em foco e num apelo estético que se afigure cativante para os públicos. Com efeito, para além da fotografia, também os mapas, as ilustrações, os elementos iconográficos (como pode

observar-se na página anterior, referente à figura 33, fazendo pender vários apitos de futebol por cima de políticos e dirigentes desportivos, numa alusão à operação “Apito Dourado”) e as infografias são elementos simbólicos cada vez mais usados, tendo-se registado uma subida de 1% na primeira década democrática (uma peça) para 6,1% na quarta década democrática (166 peças), tendo em consideração as formas de imagem extrínsecas à fotografia. Comparando o uso destas imagens na edição de casos de escândalo político com a cobertura das eleições presidenciais na imprensa e na televisão, concluímos que, enquanto nestas há uma representação média de 2,6%, no total das sete eleições analisadas (Serrano, 2006: 317), já no que concerne à cobertura do escândalo político regista-se um total de 5%.

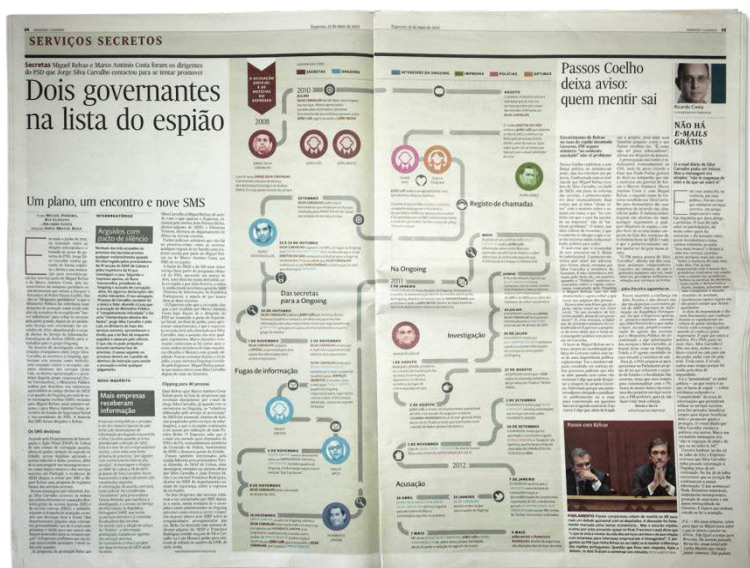


FIGURA 34. Infografia publicada pelo Expresso na sua edição de 12 de maio de 2012.

A infografia, enquanto ambiência que conjuga imagem gráfica e texto, sendo sintetizada como o “visual não fotográfico nem linguístico” (Peltzer, 1991), presta-se a expor a informação recorrendo a elementos tipográficos e icónicos, permitindo ou facilitando a compreensão dos factos narrados ou de alguns dos seus aspetos mais significativos (Sancho, 2001: 21). Como nota Susana Almeida Ribeiro, corroborando a perspetiva de Valero Sancho, a infografia é “uma das mais excitantes formas de jornalismo visual”, justificando a afirmação com o facto de permitir ver “os três lados de um triângulo inovador: a disciplina comunicativo-jornalística, a disciplina artístico-estética e a disciplina técnico-informática” (Ribeiro, 2008: 28-29).

De Pablos (1999) observa, por seu lado, que as infografias da imprensa escrita contêm amiúde elementos como o título, um texto explicativo de entrada, indicação das fontes e a referência ao seu autor. A menção de De Pablos faz notar o cuidado em distinguir o mero “desenho” do produto jornalístico com interesse informativo. Ainda assim, do seu aparecimento até à atualidade, muito mudou na utilização da infografia: desde logo observa-se uma utilização dinâmica e interativa nas plataformas *on-line* dos órgãos de informação, contribuindo para uma maior interação com os públicos e resultando também num incremento substancial da qualidade do material apresentado aos leitores ou utilizadores.

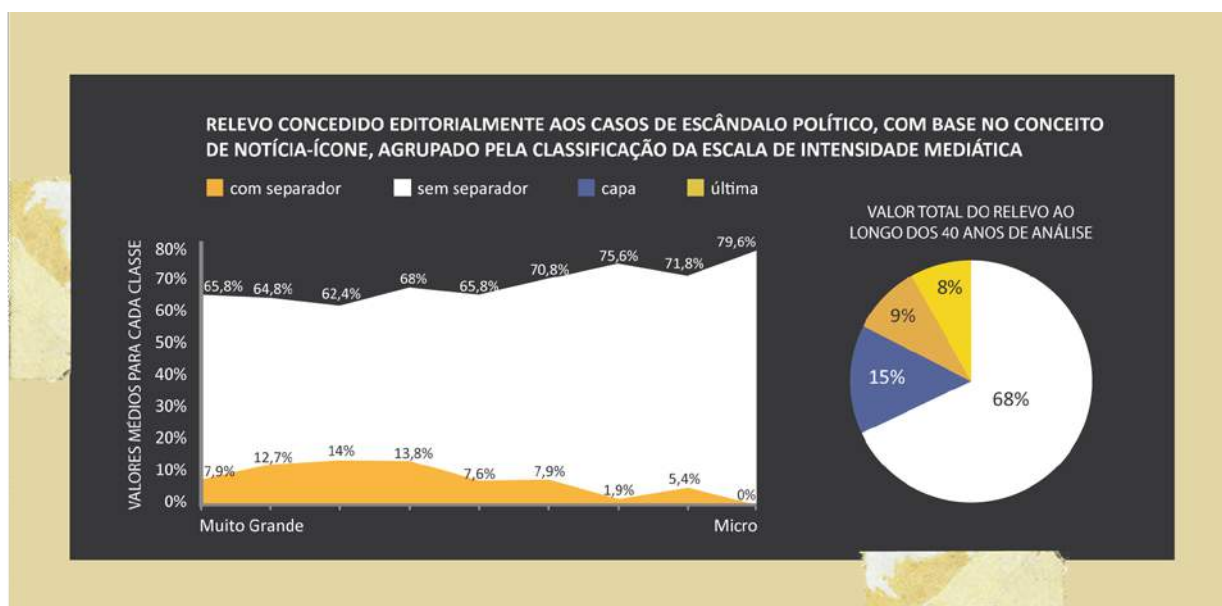
Analisando o emprego da ilustração (onde incluímos todos os elementos visuais não inseridos na categoria fotografia), concluímos que são os semanários que se encontram atualmente em atividade, o *Expresso* e o *Sol*, que mais usam estes elementos, tendo respetivamente 5,1% e 5,3%. Há todavia a considerar que os números exibidos reportam-se à totalidade do período de análise em que o jornal é editado, pelo que o *Expresso*, tendo atravessado as quatro décadas democráticas, fica prejudicado pela tecnologia insipiente do período mais remoto, o que, por outro lado, nos permite concluir que, atualmente, este é o jornal que mais investe na dimensão infográfica.

Alguns autores têm vindo a analisar a cobertura mediática, na perspetiva da sua representação iconográfica, tendo em consideração o conceito de notícia-ícone (Bennett, 1995; Canel e Sanders, 2005), que consiste numa verificação da existência de significado semiótico de palavras ou expressões que resultam nos *media* como ícones que coagem a um determinado sentido. Estas, quando replicadas pelos órgãos de informação, operam como “elementos simbólicos, como uma encapsulação, em forma condensada, transformando-se em algo emblemático de uma era política” (Canel e Sanders, 2005).

Operacionalizando esta conceção ao nosso objeto de estudo, iremos a seguir procurar observar se os casos são enquadrados pelos jornais com uma alusão textual icónica que promova uma referência duradoura ao longo das edições, sempre que existam referências a esse caso concreto.

Para aferirmos o grau de destaque icónico concedido pela imprensa a cada caso, de forma a cotejarmos o seu contributo na mensuração da intensidade mediática, quando adicionado a outras variáveis que temos vindo a analisar, distinguimos também se as peças são colocadas sob a égide de um separador alusivo ao escândalo em foco, como que criando uma secção onde as peças são assinaladas, ligando-as ao respetivo caso, sempre que este é abordado noticiosamente, bem como

se são utilizadas a capa e a última página, dada a proeminência de destaque visual que estas comportam. Como sublinham Canel e Sanders (2005: 171), “criar uma secção especial para dar cobertura a algo tem já, em si mesmo, um importante significado, implica que, na consideração do valor noticioso dos acontecimentos, o jornal dá relevância a algo”.



QUADRO 62. Relevo concedido editorialmente aos casos de escândalo político, com base no conceito de notícia ícone. No gráfico da esquerda, médias agrupadas por classes da EIM; à direita, valor total percentual nos 40 anos.

O quadro 62 mostra que, ao longo do período democrático, poucas foram as peças enquadradas com um separador que visa destacar o escândalo em foco. Apenas 9%, ou seja, 440 peças num total de 4739, apareceram com essa evidência, sendo que as enquadradas sem separador ou destaque são maioritárias, com 68%. Na totalidade dos 99 casos, 54 não possuem qualquer destaque icónico.

Na observação do gráfico relativo aos valores médios das peças com e sem separador, agrupadas pelas classes da Escala de Intensidade Mediática, constatamos que é nos valores mais elevados desta escala que o separador é frequentemente mais utilizado, verificando-se mesmo que nos 13 casos com intensidade mais baixa, a totalidade dos que integram a classe do microescândalo, não existe qualquer destaque, concluindo-se uma correlação positiva da intensidade dos escândalos com o relevo icónico atribuído pelos *media*.



FIGURA 35. Exemplos de separadores, em vários jornais, aludindo aos casos Freeport, Apito Dourado e Casa Pia.

A figura exposta em cima permite-nos observar alguns exemplos de separadores atribuídos pelos jornais a alguns casos. Salientamos que este destaque não é constante e nem sempre é seguido por todos os jornais. Veja-se que a colocação de alguns separadores visa fazer uma ligação mais extensa de um caso concreto a outros mais conhecidos e de maior amplitude, procurando assim agudizar o caso e, através desse rótulo, justificar o epíteto de escândalo. Isso vê-se, por exemplo, no separador de *O Independente*, que optou pelo dístico “Freeportgate”, colando o caso ao famoso escândalo “Watergate”, que abalou a administração do presidente norte-americano Richard Nixon, levando mesmo à sua renúncia, em 1974, tornando-se um emblema da corrupção.

Realça-se ainda que, por vezes, surge um destaque com referência alusiva a uma investigação exclusiva do jornal, visando valorizar não apenas o caso como também o próprio jornal. Todavia, sublinhamos, a menção mais frequente é a que designa o escândalo. A proveniência do nome, sendo algumas vezes da autoria dos *media*, é na maioria dos casos originária das instituições judiciárias de investigação. No caso do inquérito que resultou na detenção do ex-primeiro-ministro José Sócrates, como revela o *Diário de Notícias*, "só ao terceiro dia é que o DCIAP se apercebeu de que faltava dar nome a este caso". Refere o jornal que, como

José Sócrates vivia num célebre edifício na zona do Marquês de Pombal, em Lisboa, o nome tornou-se óbvio: "Marquês"¹⁹⁵.

De acordo com a explicação prestada pela Polícia Judiciária, não há determinações específicas relativamente à designação das operações policiais desenvolvidas por esta entidade, “podendo as mesmas decorrer da natureza dos factos em investigação, da sua localização geográfica, do *modus operandi* dos visados, ou de qualquer outro facto ou circunstância, com ou sem relação direta com o crime em investigação”¹⁹⁶. Como sustenta a mesma fonte, não há internamente um conhecimento da operação nem da sua denominação, “pois só estando envolvido na ação é que se sabe o que se passa. Depreende-se que, se a investigação se chamar, por exemplo, ‘Operação Sol’, internamente lhe vão chamar isso, sempre que se referirem a ela”¹⁹⁷.

Não seria despiciendo considerar que a atribuição de nomes aos processos judiciais e mediáticos tenha beneficiado da influência militar, onde se impunha uma denominação para as operações desencadeadas que assegurassem a sua confidencialidade. Sobretudo a partir da década de 80 do século anterior, a Polícia Judiciária começou a atribuir nomes às operações, deixando cair em desuso a referência ao número do processo, quer pela dificuldade linguística (facilitando a comunicação interna entre agentes ligados ao processo), quer para proteger a informação do exterior, de forma a dificultar a sua perceção, incluindo mesmo a pessoas que trabalham no interior das instalações da PJ e que não estão ligadas à investigação. Por outro lado, dada a relação permanente com os *media*, os próprios agentes envolvidos têm em consideração atribuir aos processos uma certa “sonoridade mediática”, sempre que está em causa uma operação de relevo. Como descrevem Filho e Praça (2014: 23), uma operação “muitas vezes vem batizada com uma apelação atrativa”, ou seja, um nome forte, que reúna numa só palavra uma série de procedimentos de significação complexa para leigos. Nesse sentido, os nomes “operação Condor” ou “operação Cavalo de Troia” conferem a “intervenções dispersas e nem sempre bem-sucedidas uma aparência de unidade, de coerência interna e de eficácia”. Numa perspetiva mediática, estes nomes são “simplificações que dispensam a cada notícia a repetição enfadonha do caso, do ilícito investigado, dos envolvidos, etc.”.

Um dos casos aqui expostos na presente dissertação, o Face Oculta, deve a sua designação a uma casa de alterne frequentada por alguns dos envolvidos, como explicou ao *Expresso* o autor Teófilo Santiago, inspetor da PJ entretanto reformado¹⁹⁸. Ainda assim, nem sempre os órgãos

¹⁹⁵ *Diário de Notícias*, 25 de novembro de 2014, p. 7.

¹⁹⁶ Primeiro *e-mail* enviado pela PJ em 10 de janeiro de 2015, às 10:42h, respondendo à nossa solicitação.

¹⁹⁷ Segundo *e-mail* enviado pela PJ em 10 de janeiro de 2015, às 11:12h, respondendo a nova solicitação que formulámos.

¹⁹⁸ De acordo com informação veiculada pelo sítio da Associação Sindical dos Juizes Portugueses: <http://www.asjp.pt/2014/03/22/julgamento-do-face-oculta-pode-voltar-a-estaca-zero/>, acedido em 10 de junho de 2015.

de informação adotam o nome veiculado pela Polícia Judiciária. É o caso dos Vistos Gold, cuja operação foi batizada na PJ por “operação Labirinto”, e os *media* adotaram uma designação própria, que induz diretamente ao assunto em foco.

Outra forma de aferir a utilização da notícia-ícone consiste na análise dos títulos, uma vez que estes expressam intenções quer lúdicas quer informativas e, pela sua natureza, sintetizam em poucas palavras o assunto a ser desenvolvido. Como refere Estrela Serrano, "o título é uma das opções mais difíceis e complexas do processo de produção de um texto jornalístico: implica dar o máximo de informação num espaço limitado, o que significa condensar, em termos rigorosos, os dados disponíveis". A mesma autora sustenta ainda que o título “é também o primeiro indicador do 'valor' de uma informação, o qual não provém apenas da originalidade do seu conteúdo, mas, sobretudo, do facto de o jornal o reter como informação" (Serrano, 2006b: 133).

Não pretendendo aqui produzir a análise dos recursos retórico-semânticos dos títulos, nem das suas funções, pois tal não se encontra no âmbito da nossa proposta de pesquisa, iremos apreciar as palavras mais usadas na construção dos títulos de peças alusivas a escândalos políticos, contabilizando o número de menções, tal como sugere a metodologia da notícia-ícone. O quadro 63 apresenta uma disposição das 50 palavras mais utilizadas, sendo a dimensão de cada palavra no quadro exibido proporcional à sua frequência¹⁹⁹.



QUADRO 63. As 50 palavras mais utilizadas nos títulos alusivos a escândalos políticos, no período democrático.

¹⁹⁹ Contagem de palavras com recurso à aplicação <http://tagcrowd.com/> e tratadas no Adobe Illustrator, observando a sua proporção.

A palavra “não” foi a mais utilizada nos títulos sobre o escândalo político, aparecendo em 223 ocasiões, no total dos 4739 títulos. A menção à designação genérica “caso”, usada para converter um assunto noticioso numa ocorrência não ocasional, apareceu 189 vezes. Salientamos a proeminência do emprego do nome dos protagonistas envolvidos nos casos para titular o escândalo: (José) Sócrates, 202 vezes; Isaltino (Morais), 175 vezes; Costa (que pode dizer respeito a vários políticos referenciados em diversos casos: Costa Freire, Oliveira Costa, Mirandela Costa, Horta e Costa, Helena Lopes da Costa, Costa Neves, Marco António Costa, Costa Pina, Alberto Costa ou Rui Oliveira e Costa), 136 vezes; Beleza (quer a ex-ministra, Leonor, quer o seu irmão, retratado por Zezé), 119 vezes, (Carlos) Melancia, 111 vezes; Lima (que tanto pode dizer respeito a Duarte Lima como ao assessor presidencial de Cavaco Silva, Fernando Lima), 110 vezes; (Fátima) Felgueiras, 85 vezes; (Paulo) Portas, 79 vezes; Valentim (Loureiro), 66 vezes; e nem Cavaco (Silva) escapou aos títulos sobre escândalos, tendo sido referenciado 62 vezes, constando por isso o seu nome entre as 50 palavras mais utilizadas.

O relevo da referência aos protagonistas, o que, no fundo, conduz à ideia de personificação dos títulos, já havia sido notado por Pedro Diniz de Sousa, considerando que a sua comparência é “vital no drama” e que “não só a sua personalidade mas todo o enredo dependem da sua presença e do diálogo que estabelecem entre si (Sousa, 2003: 80).

Explorando outros “ícones noticiosos” a partir dos termos frequentes que acompanham a atmosfera lexical dos casos, apurámos que o termo “escândalo” surge apenas nove vezes mas que a palavra “corrupção” aparece em 35 títulos. As palavras mais frequentes são: escutas (76 vezes), processo (75 vezes), acusação e acusado (65 vezes), inquérito (61 vezes), MP (61 vezes), justiça (51 vezes), julgamento (48 vezes), PGR (47 vezes), PJ (47 vezes), tribunal (45 vezes), e prisão (43 vezes). Estas palavras, maioritariamente de conotação negativa para os implicados nos escândalos, surgem amiúde ligadas a um glossário que remete para a esfera judicial, o que, uma vez mais, mostra como a agenda mediática converge com a agenda da justiça.

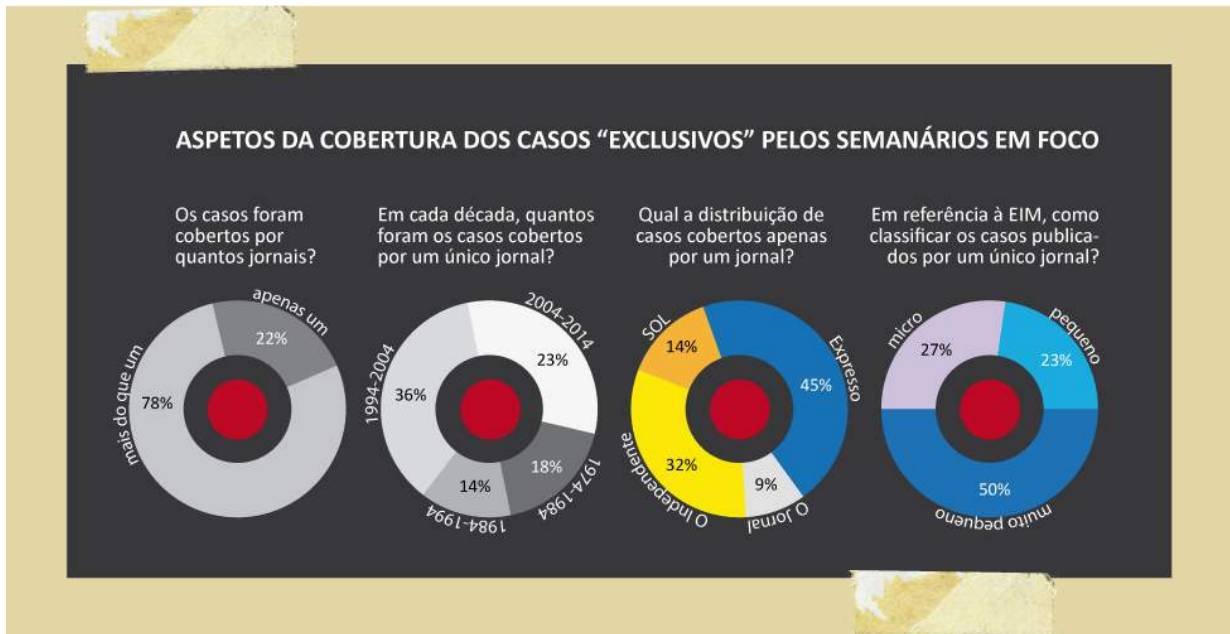
Os elementos gráficos podem ter funções relevantes na comunicação dos escândalos políticos, ajudando inclusivamente a sublinhar o poder dos *media* e o papel que estes desempenham na configuração da memória social, como pode extrair-se dos trabalhos de Silverstone (1999) e Canel e Sanders (2005). Assim, embora o escândalo, enquanto fenómeno mediático, dependa da história narrada, não é menos verdade que aquilo que o identifica e lhe confere uma reminiscência perdurável é o conjunto de significados que o personificam. Nesse sentido, os vários destaques que lhe são apensados, tal como a própria ideia de notícia-ícone, contribuem

sobremaneira para a intensidade que um caso pode propagar e, como sugerem Canel e Sanders (2005: 176), inserem-se no âmbito da aptidão dos *media* para a construção de narrativas fortes e com significados mais extensos.

3.3.8. Os casos "exclusivos"

Um caso é "exclusivo" de um jornal quando apenas esse órgão de informação noticia sobre ele. No nosso *corpus* de análise detetámos 22 escândalos (22%) que obtiveram a cobertura de apenas um dos quatro semanários em foco. Estes casos são: Processo das Armas (1978), Soares Carneiro e os internamentos em Angola (1980), Dossiê Mesquita Machado (1983), Custódio Simões acusado de fraude (1983), CEEETA (1987), A manta da TAP (1991), A casa de Couto dos Santos (1993), Xavier Xufre (1994), Nobre Guedes suspeito de fuga ao fisco (1994), As obras particulares de Cavaco (1995), Fichas falsas na JSD (1995), A Sisa de Murteira Nabo (1996), O *lobby* de Gomes da Silva (1996), Monte dos Vendavais (1997), Saco Azul de Águeda (2003), O licenciamento da casa da Arrábida (2004), O empreendimento da Ponte Galante (2008), Coelho e os negócios da Mota-Engil (2008), Quinta do Ambrósio (2008), Censura a programa da Antena 1 (2012), Paulo Júlio faz concurso à medida (2013), e Narciso Miranda suspeito de desvio de fundos (2013).

Poderá a época em que o caso surge ter influência em tal facto? Genericamente, de acordo com o quadro 64, os escândalos "exclusivos" estão distribuídos por todas as décadas democráticas, o que enfraquece a tese de que este poderia ocorrer apenas em determinado período ou sob uma certa conjuntura histórica. Posto isto, procuraremos observar o que pode o efeito mimético presente nos *media* dizer-nos a este respeito. Com efeito, todos os jornais dão sequência à cobertura de casos "exclusivos", podendo salientar-se neste aspeto a maior percentagem do *Expresso*, contribuindo para tal o período de maior presença deste semanário ao longo da nossa análise. Se compararmos os valores apresentados neste quadro com os do quadro 38, verificamos que tanto *O Independente* como o *Sol* apresentam valores percentuais de cobertura "exclusiva" mais substanciais, quando visualizada a proporção temporal relativa ao período ativo do jornal. Ora, estes são justamente os dois semanários em que se observa um posicionamento editorial mais propício à publicação de escândalos. Todavia, regista-se que em 78% dos casos há cobertura simultânea de mais do que um jornal, fortalecendo a observação do efeito mimético patente na comunicação social.



QUADRO 64. Os casos de escândalo político que suscitaram a cobertura jornalística por um único semanário.

Os casos "exclusivos" apresentam uma característica comum que pode ser extraída a partir da Escala de Intensidade Mediática e que nos revela que todos eles se encontram situados nas três classes mais baixas (micro, muito pequeno e pequeno). Em suma, esta análise conjunta a vários fatores ligados à cobertura de casos ditos "exclusivos" indica-nos que estes são pouco expressivos em termos de intensidade mediática, sugerindo-nos que o interesse dos *media* por eles não desencadeia o mimetismo que é concedido a outros casos de maior dimensão, conferindo-lhes menor relevância no quadro de análise comparativa, dado não suscitarem interesse mais amplo, diminuindo por isso o efeito de massificação. Os casos "exclusivos" acarretam também uma possibilidade de cobertura por parte dos jornais com cariz mais investigativo e perfil editorial mais favorável a fenómenos como os escândalos, podendo surgir em qualquer período democrático, dependendo assim mais da natureza do caso do que do contexto temporal.

Um caso exclusivo tem, no cômputo geral, observando a totalidade dos órgãos de informação, uma visibilidade menor do que teria se fosse alvo da cobertura de toda a imprensa: a audiência seria mais extensa e a informação seria assim propagada a um maior número de pessoas. Nesse sentido, a intensidade tem em consideração a amplitude da difusão informativa. Todas as variáveis que contribuem para o cálculo do valor da intensidade mediática são extraídas do contexto editorial e da forma como as peças noticiosas são tratadas pelos *media*. A sua aferição, tendente a uma agregação dessas mesmas variáveis e à sua interação conjunta, visa a obtenção de um resultado originado por um padrão metrológico que determina o grau de intensidade mediática dos casos.

Sabendo-se que é a partir da comunicação social que os cidadãos obtêm a maior parte da informação e do conhecimento de que dispõem, o estabelecimento das variáveis que compõem a Escala de Intensidade Mediática (*Media Intensity Scale*), a que aqui temos vindo a aludir, constitui uma ferramenta importante para a conversão de elementos dispersos da análise jornalística num valor numérico determinado, a partir de um algoritmo construído com base num conjunto de operações, capaz de avaliar a saliência que um caso gera num certo número de órgãos de informação, num determinado período. Nesse sentido, a intensidade mediática poderá contribuir para um conhecimento mais robusto, esclarecido e fundamentado da cobertura dos *media*.

3.4. GÉNERO E PRODUÇÃO DA NOTÍCIA

A notícia não é apenas composta pelos factos que vão sucedendo na rotina quotidiana, mas por informações e enredos que alimentam a história do escândalo, para ser interpretada, enquadrada e narrada pelos jornalistas, informando o público e mantendo-o em linha com o caso. A opção por noticiar um acontecimento, ou dar relevo a um assunto, resulta da ponderação de valores-notícia presentes nos *media* em geral, mas atendendo também às singularidades editoriais de cada redação. Um desses critérios de noticiabilidade prende-se com a personalização, o que vem permitir ao público identificar-se com heróis ou vilões, "colorindo" acontecimentos e situações (Correia: 1997: 186). Dessa forma, julgamos que o escândalo político cumpre o critério de valor-notícia, sendo uma mercadoria sempre apetecível para os *media*. Nesse sentido, "entrevistas, notícias, debates e discussões em várias formas servem para manter o escândalo vivo" (Ekstrom e Johansson, 2008).

A diferença entre meios de comunicação sugere particularidades no género e produção da notícia. Senão, vejamos: ao passo que a televisão e a rádio estão sujeitas a constrangimentos de tempo e de espaço que dificultam o contexto explicativo mais detalhado, já para a imprensa, embora não se encontrando livre de alguns confrangimentos, o tratamento da informação presta-se à exposição de mais minudências, como o recurso ao *background*, às cronologias, aos comentários (Correia: 1997: 173).

As 4739 peças informativas que compõem o *corpus* deste trabalho foram classificadas por géneros jornalísticos. O objetivo desta classificação consiste em cotejar padrões e evoluções ao longo da democracia e em cada periódico analisado. De acordo com Salgado (2007: 101), o discurso de um jornal é materializado em vários "géneros", sendo por vezes difícil classificar uma peça jornalística num só estilo. Corroborando esta alusão, optámos por determinar o

gênero dominante presente em cada peça. Tal como já havia concluído Estrela Serrano, na sua obra *Jornalismo Político em Portugal*, relativa à observação da cobertura de eleições presidenciais, é difícil estabelecer um enquadramento nas categorias tradicionais de género jornalístico, dada a sua evolução (Serrano: 2006: 322). De acordo com o quadro 65, na sequência da observação preliminar dos quatro jornais em foco, sintetizámos 15 géneros jornalísticos, estando alguns agrupados de acordo com a sua pertinência, o que se afigurou necessário dada a natureza híbrida que alguns géneros elementares aparentam ter.

	25abr1974 25abr1984		25abr1984 25abr1994		25abr1994 25abr2004		25abr2004 25abr2014		TOTAL	
Notícia/Reportagem	49	48%	526	67,8%	696	62,2%	1447	52,8%	2718	57,4%
Opinião	5	4,9%	39	5%	128	11,4%	414	15,1%	586	12,4%
Outros	23	22,5%	55	7,1%	46	4,1%	255	9,3%	379	8%
Elevador	0	0%	11	1,4%	67	6%	189	6,9%	267	5,6%
Manchete	12	11,8%	68	8,8%	62	5,5%	110	4%	252	5,3%
Chamada	4	3,9%	3	0,4%	42	3,8%	165	6%	214	4,5%
Cartoon	0	0%	4	0,5%	23	2,1%	60	2,2%	87	1,8%
Entrevista	2	2%	20	2,6%	25	2,2%	36	1,3%	83	1,8%
Editorial	6	5,9%	8	1%	10	0,9%	28	1%	52	1,1%
Sondagem	0	0%	23	3%	7	0,6%	10	0,4%	40	0,8%
Perfil	1	1%	7	0,9%	3	0,3%	7	0,3%	18	0,4%
Título	0	0%	4	0,5%	3	0,3%	10	0,4%	17	0,4%
Direito de Resposta	0	0%	4	0,5%	7	0,6%	6	0,2%	17	0,4%
Fotolegenda	0	0%	2	0,3%	0	0%	5	0,2%	7	0,1%
Trabalhos de fundo: destaques, dossiês.	0	0%	2	0,3%	0	0%	0	0%	2	0,04%

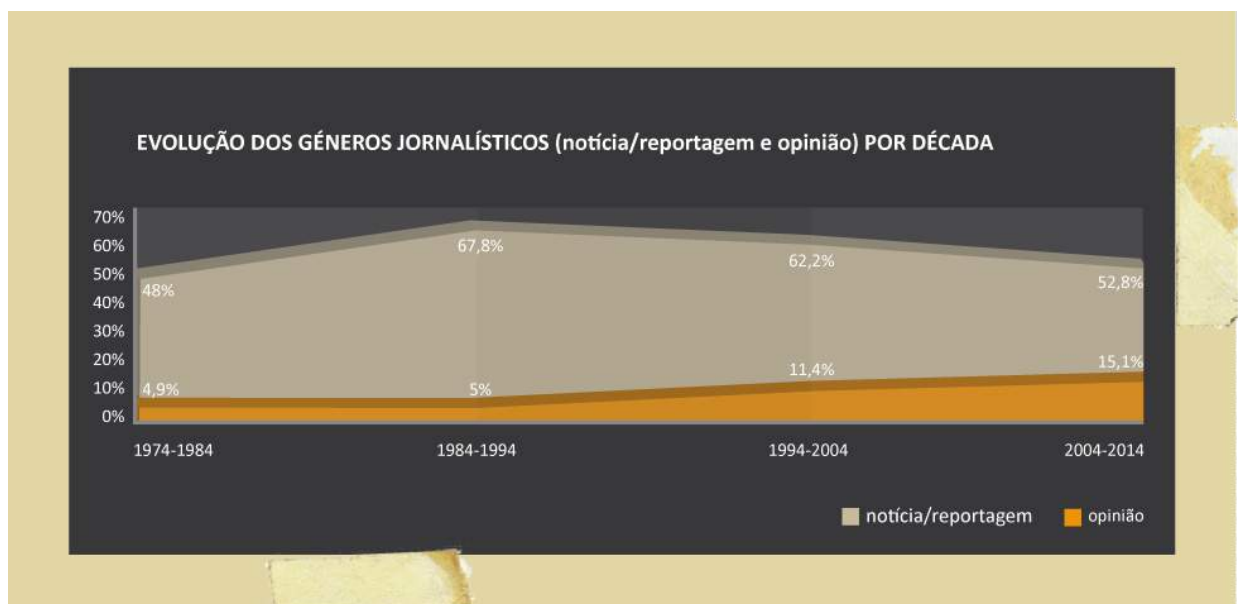
QUADRO 65. Géneros presentes nas peças noticiosas sobre escândalos políticos em cada década democrática.

No contexto da nossa análise, notícia e reportagem aparecem juntas na mesma categoria. Isto deve-se à indefinição com que muitas vezes nos confrontámos, não só no que concerne ao discurso da narrativa como à sua extensão, conduzindo a potenciais equívocos, encontrando por isso na sua junção a forma mais prudente de abordar a contenda. No género "outros", por razões de comodidade estatística, dada a sua baixa representação, agrupámos citações, breves, referências, caixas, agenda, sínteses e relatórios – no fundo, aquilo que requer uma escassa produção noticiosa. No género "trabalhos de fundo" juntámos destaques e dossiês, ou seja, temas com tratamento jornalístico alargado sobre os escândalos.

Atendendo às peças sobre escândalos políticos, a primeira década democrática (1974-1984) afigura-se aquela em que há menor número de géneros presentes nos jornais, em que os estilos estão mais padronizados e os jornais são menos propensos à criação de tendências

reformadoras, o que não deixará para isso de contribuir a limitada tecnologia de maquetização e composição gráfica da imprensa escrita, se comparada com os meios hoje existentes. Nessa altura, quase metade dos géneros definidos para este trabalho surge sem qualquer representação. A partir da segunda década democrática (1984-1994), sobretudo com o aparecimento d'*O Independente*, verifica-se uma maior criatividade editorial, iniciando-se a partir daí uma maior variedade de formatos.

A notícia/reportagem é o género mais utilizado em todas as décadas e por todos os jornais para o tratamento jornalístico do escândalo político em Portugal, verificando-se nestas peças enfoques dominantes de atualidade da informação, revelando isso a natureza de interesse quotidiano dos temas e a propensão para um tratamento editorial permanente. O mesmo já havia concluído Isabel Ferin Cunha (2007a: 32-33) relativamente à sua investigação sobre as tendências de cobertura mediática nos finais de mandato de primeiros-ministros portugueses, embora com percentagens substancialmente superiores às que encontramos no tratamento do nosso tema. No que concerne ao nosso objeto de estudo, observamos ainda assim que o género notícia/reportagem tem sofrido nas últimas décadas um decréscimo no seu valor percentual, facto que vai ao encontro do verificado por Estrela Serrano (2006). Em contraposição, o género opinião, que aqui neste quadro diz respeito exclusivamente aos artigos de opinião, tem vindo a aumentar a sua representação, dado que os *media* têm recorrido cada vez mais a ele.



QUADRO 66. Evolução dos géneros notícia/reportagem e opinião em cada década democrática.

Se tomarmos em consideração outros géneros de natureza igualmente opinativa para além dos artigos de opinião, como o Editorial, o Elevador, o *Cartoon*, a Entrevista e os Direitos de Resposta, a percentagem aumenta de 12,4% para 23,1% no quadro total de géneros utilizados para a abordagem ao escândalo político. Num ponto posterior havemos de tratar mais detalhadamente a questão relativa à opinião. Realçamos ainda que, nas sondagens (estudos de opinião) em que o tópico do escândalo político é, de alguma forma, abordado, o período de maior incidência ocorre na segunda década democrática, altura em que surge um jornalismo mais investigativo e competitivo em Portugal, enfatizando-se uma certa “dramaticidade acrescida” à narrativa mediática e cimentando uma imagem de corrida de cavalos, de acordo com a constatação de Rita Figueiras (2012: 8) no seu trabalho sobre as eleições portuguesas de 2009.

	EXPRESSO		O JORNAL		O INDEPENDENTE		SOL		TOTAL	
Notícia/Reportagem	1219	52,6%	88	59,9%	731	64,6%	680	59,5%	2718	57,4%
Opinião	327	14,1%	5	3,4%	106	9,4%	148	12,9%	586	12,4%
Outros	234	10,1%	20	13,6%	63	5,6%	62	5,4%	379	8%
Elevador	165	7,1%	0	0%	17	1,5%	85	7,4%	267	5,6%
Manchete	70	3%	14	9,5%	108	9,5%	60	5,2%	252	5,3%
Chamada	129	5,6%	4	2,7%	36	3,2%	45	3,9%	214	4,5%
Cartoon	29	1,3%	0	0%	18	1,6%	40	3,5%	87	1,8%
Entrevista	45	1,9%	3	2%	25	2,2%	10	0,9%	83	1,8%
Editorial	38	1,6%	6	4,1%	2	0,2%	6	0,5%	52	1,1%
Sondagem	25	1,1%	0	0%	14	1,2%	1	0,1%	40	0,8%
Perfil	13	0,6%	0	0%	5	0,4%	0	0%	18	0,4%
Título	7	0,3%	4	2,7%	2	0,2%	4	0,3%	17	0,4%
Direito de Resposta	8	0,3%	3	2%	5	0,4%	1	0,1%	17	0,4%
Fotolegenda	6	0,3%	0	0%	0	0%	1	0,1%	7	0,1%
Trabalhos de fundo	2	0,1%	0	0%	0	0%	0	0%	2	0,04%

QUADRO 67. Géneros presentes nas peças noticiosas sobre escândalos políticos, por jornal, no período democrático.

Como pode ser observado no quadro 67, o semanário *O Independente* é o que, em termos percentuais, mais recorre ao género notícia/reportagem, podendo apontar-se para essa razão o facto de alguns artigos noticiosos deste jornal serem já por natureza pontiagudos e com tom acutilante, próximo da opinião. cremos em que, talvez por isso, este semanário é um dos que menos utilizam géneros de natureza opinativa, no cômputo geral, no que se refere ao escândalo político. Pelo contrário, o *Expresso* e o *Sol* exibem valores percentuais mais expressivos para este género.

3.5. OS PROTAGONISTAS DO ESCÂNDALO

Os escândalos políticos, para se constituírem como tal, não dependem apenas da natureza da transgressão, mas do envolvimento e da alegada responsabilidade de atores políticos, quer no que concerne à sua ação política, quer também à sua atividade enquanto cidadãos privados. Em sentido estrito, os atos privados não são políticos. No entanto, se estes forem suscetíveis de afetar os capitais simbólicos necessários à manutenção ou conquista do poder político do seu protagonista, eles passam a ser potenciais desencadeadores do escândalo e, inclusivamente, podem causar danos à sua carreira (Thompson, 2002; Paixão, 2010; Allern *et al.*, 2012). Nesse sentido, numa análise ao tema em estudo, torna-se indispensável extrair a partir da cobertura jornalística os dados relevantes sobre os protagonistas do escândalo político, no sentido de aferirmos de que forma pode este item ajudar-nos a levantar âncoras que permitam avançar para águas mais profundas na descoberta de padrões sobre o fenómeno.



QUADRO 68. Os cinco protagonistas mais visados em cada jornal, por número de peças publicadas.

O quadro 68 mostra-nos quais os cinco políticos, de um total de 126 apurados, que são mais visados na cobertura jornalística de cada semanário ao longo da sua existência. Nesse sentido, o *Expresso*, que atravessa todo o período democrático, dá maior atenção ao ex-primeiro-ministro socialista José Sócrates. Nota-se também uma certa dispersão partidária no topo da cobertura deste jornal, uma vez que a sua tónica é colocada, para além de mais dois políticos

conotados com a ala socialista (Carlos Melancia e Fátima Felgueiras), no social-democrata Isaltino Morais e no líder centrista Paulo Portas.

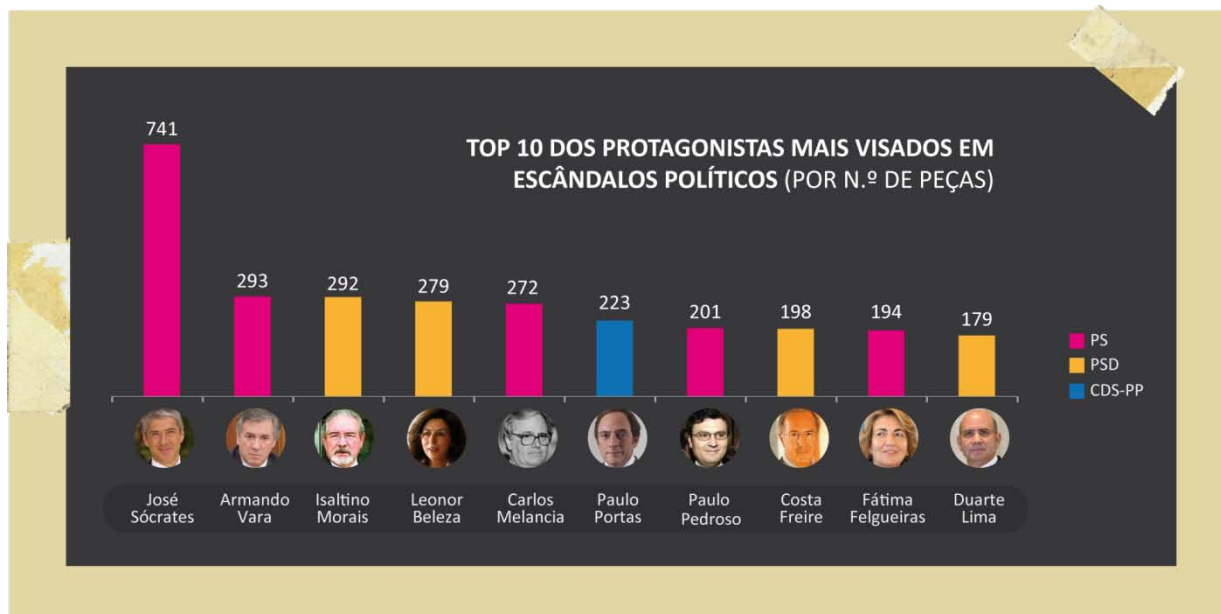
O semanário *O Jornal* dá maior ênfase a três sociais-democratas (Rui Amaral, Soares Carneiro e o líder do PPD/PSD, Francisco Sá Carneiro), visando também um socialista (o autarca e empresário Rui Nabeiro) e o ex-Presidente da República António de Spínola, que dinamizou o grupo de ação política anticomunista MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal).

O semanário *O Independente*, surgido na época áurea do cavaquismo – cujo governo logrou afrontar –, elegeu a social-democrata Leonor Beza como o seu principal alvo, assim como Costa Freire, que era seu secretário de Estado, tendo ambos protagonizado o caso de maior intensidade mediática na democracia portuguesa, o Processo da Saúde, que levou inclusivamente à detenção de Costa Freire. De facto, o jornalismo investigativo que nessa época *O Independente* trouxe a Portugal encontrou o seu maior expoente neste caso e nos seus protagonistas. Um outro social-democrata, Isaltino Morais, surge também como um dos mais visados, e o governador de Macau Carlos Melancia e o ex-ministro Paulo Pedroso são os socialistas que constam desta lista dos cinco nomes mais referenciados por este jornal.

O *Sol*, que é o semanário mais recente em Portugal, está para o governo de José Sócrates como *O Independente* esteve para os governos de Cavaco Silva: são alvos permanentes e preferenciais de cobertura mediática. As sucessivas revelações trazidas à estampa pelo *Sol* envolvem sobretudo José Sócrates bem como elementos da sua teia partidária, nomeadamente Armando Vara, Rui Pedro Soares ou mesmo, com menor protagonismo, Paulo Penedos. O social-democrata Isaltino Morais é a única exceção desta lista de socialistas que integram o Top 5 da cobertura do escândalo político pelo *Sol*.

O quadro 69 permite-nos distinguir os dez protagonistas políticos mais visados em peças jornalísticas, aferindo a frequência, ou seja, a quantidade de peças em que surge a respetiva referência, encontrando-se assinalado neste quadro para cada protagonista o número de peças, e não o número de referências. Nesse sentido, dos 126 protagonistas registados²⁰⁰, o ex-primeiro-ministro José Sócrates distingue-se dos demais, contabilizando-se 741 peças sobre escândalos políticos com alusão ao seu nome.

²⁰⁰ Dos 126 protagonistas políticos referenciados nas peças sobre o escândalo político, encontram-se excluídos os que se reportam ao caso das Viagens-Fantasma, dado o extenso volume da lista (cerca de três dezenas) e também pelo facto de os jornais se referirem muitas vezes a estes como os “deputados”, sem fazerem muitas vezes menção concreta aos parlamentares envolvidos.

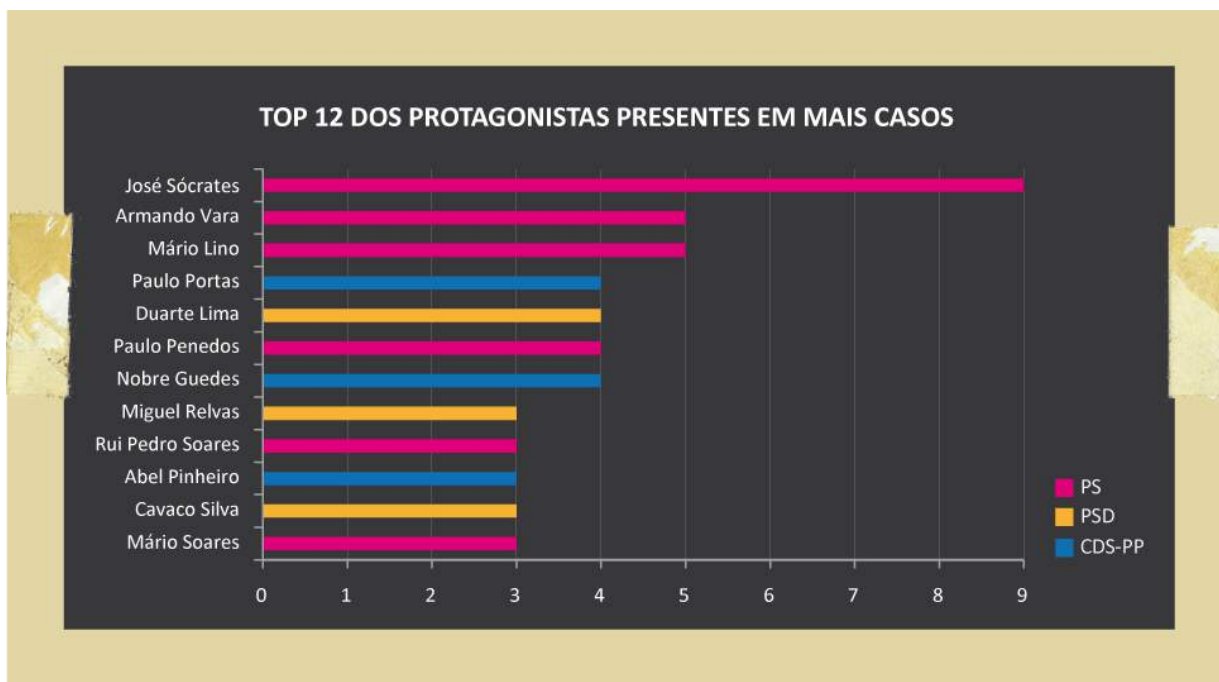


QUADRO 69. Os dez protagonistas mais visados em peças jornalísticas ao longo dos 40 anos de democracia.

De acordo com o quadro 69, cinco dos dez políticos mais visados pelos *media* são socialistas, havendo um protagonista do CDS-PP e quatro do PSD. Todos estes atores pertencem a partidos que integram o chamado “arco governativo”. Debruçando-nos sobre o quadro 70, alusivo aos protagonistas presentes em mais casos de escândalo político, verificamos que José Sócrates é visado em nove casos (Freeport, Negócio PT/TVI, Face Oculta, Licenciatura de Sócrates, Taguspark, Jornal de Sexta da TVI, Escutas ao Presidente, Caso Mário Crespo e Projetos da Guarda), o maior número que encontramos ao longo dos primeiros 40 anos da democracia portuguesa.

Este quadro 70, como foi já referido, seleciona os protagonistas que, de forma mais ou menos intensa, são visados em mais casos. Da análise extrai-se que metade dos 12 atores políticos aqui representados tem ligação ao PS, três ao PSD e três ao CDS-PP. No que concerne ao número efetivo de protagonistas por caso, constatamos que a maioria dos escândalos (61%) conta com apenas um participante político; 18% dos casos contam com dois participantes; 6%, com três protagonistas, 7%, com quatro; com cinco ou mais protagonistas, a taxa é de 8%.

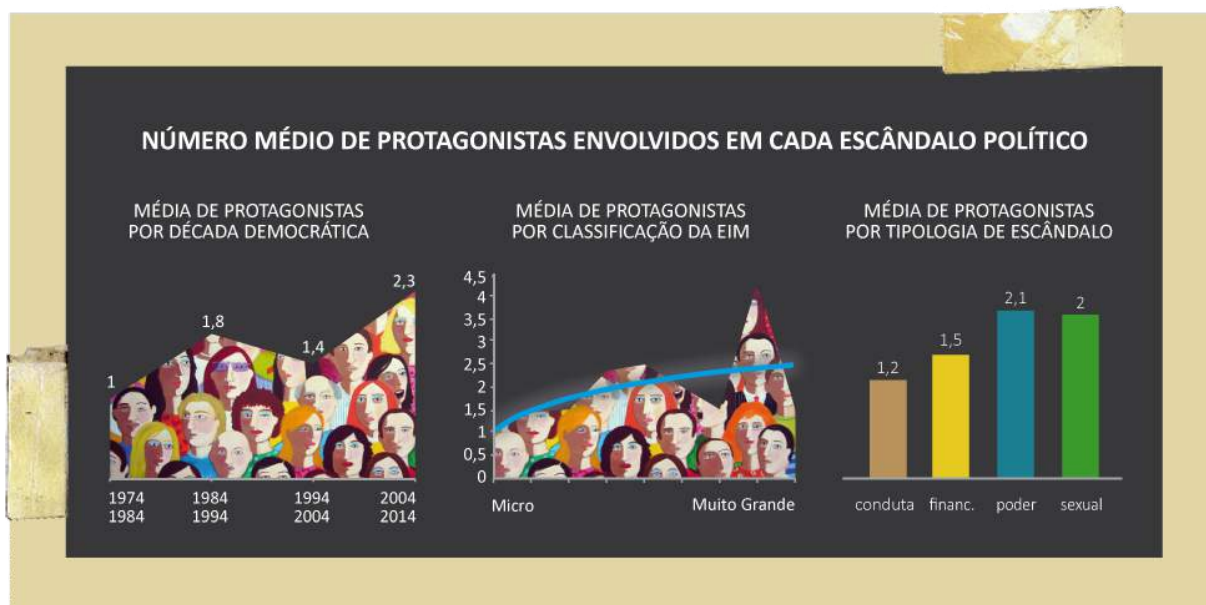
Estes valores revelam que, maioritariamente, numa análise à totalidade do período democrático, os atos de alegada prevaricação que originam o escândalo político em Portugal são cometidos pelos respetivos protagonistas sem o envolvimento de outros políticos, caracterizando a prevaricação como um ato solitário e individual.



QUADRO 70. Top 12 dos protagonistas presentes em mais casos e número de protagonistas por caso.

Observando o número médio de protagonistas envolvidos no escândalo político, no quadro seguinte, verificamos uma tendência de crescimento ao longo das quatro décadas democráticas em estudo, registando-se a média de um protagonista por caso na primeira década, valor que ascende a 1,8 protagonistas por caso na segunda década, oscilando para 1,4 na terceira década e cifrando-se nos 2,3 na quarta década, sendo este último valor o maior da era democrática, o que nos permite aferir que, cada vez mais, os casos de escândalo político contam com um elenco composto por um maior número de participantes.

Esta observação conduz-nos ao termo *co-offending*, criado por Reiss (1988), que aqui assumimos como ilustrativo, traduzindo-o livremente por co-delito, pretendendo classificar as ligações de cumplicidade quando está em foco um pequeno grupo, que pode ir até cerca de quatro pessoas, unidas pela participação num alegada transgressão. Se o grupo for maior, extravasa o âmbito do co-delito, entrando na classificação de rede (Cusson, 2011: 157-159). O que pode esta conclusão antever sobre as prevaricações que originam os escândalos? De acordo com Cusson (2011: 156), os supostos prevaricadores que agem em grupo cometem mais transgressões do que aqueles que operam individualmente, o que faz com que, observando o número crescente de políticos que operam em grupo, as ações que motivam o escândalo se vão propagando de forma crescente na cena política.

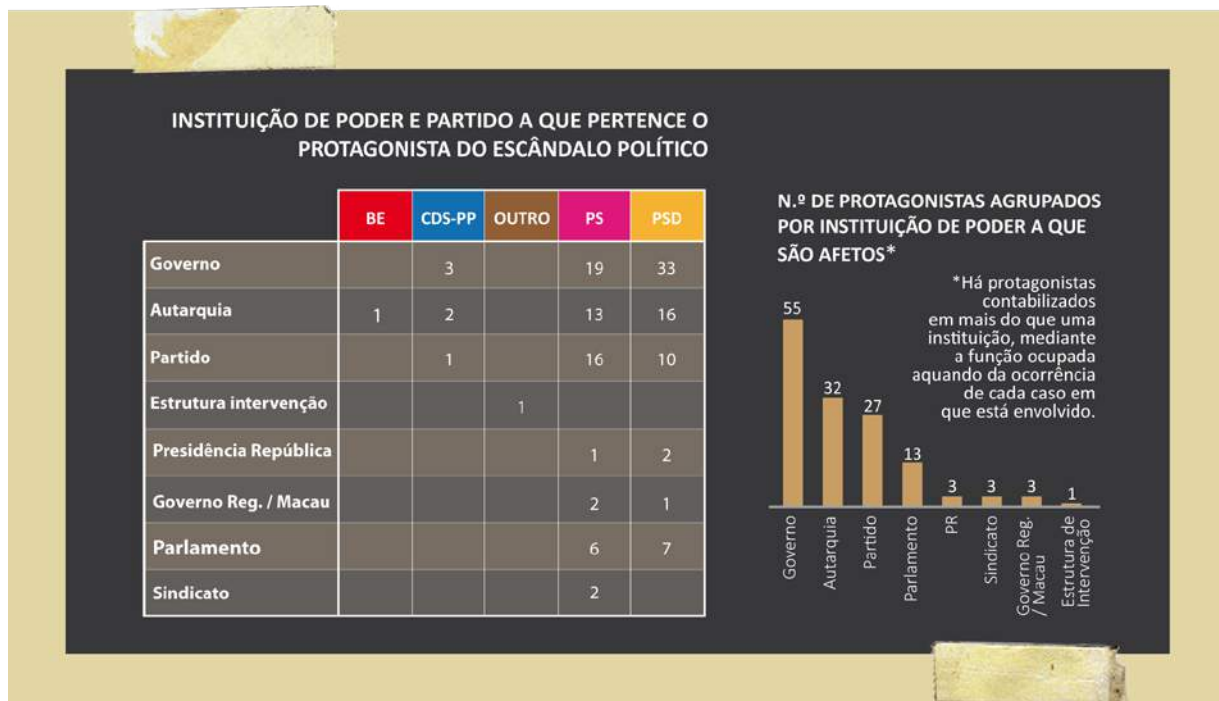


QUADRO 71. Número médio de protagonistas por caso, em cada década.

O mesmo quadro remete-nos ainda para um gráfico central que relaciona a média de protagonistas por caso com as classificações da EIM referentes a cada escândalo. Nesse sentido, verifica-se uma inclinação crescente, espelhada pela linha de tendência logarítmica²⁰¹, a partir da qual se infere que quanto maior é a intensidade do caso, maior é o número de participantes visados. Ou seja, os casos de maior relevo, que suscitam nos *media* uma cobertura mais intensa, dão-nos a conhecer igualmente a existência de mais intervenientes nesses escândalos políticos.

No que concerne à relação entre a média de protagonistas envolvidos e a tipologia do escândalo político, constata-se que os casos de poder apresentam uma média de 2,1 protagonistas. O único caso sexual, o escândalo da Casa Pia, conta com dois políticos visados pelos *media* (Paulo Pedroso e Ferro Rodrigues), embora a sua referência tenha natureza distinta, como de resto acontece em outros casos nas diversas tipologias. O escândalo financeiro regista 1,5 participantes, e o de conduta, 1,2. De acordo com estes dados, podemos concluir que os casos de Conduta são aqueles em que o político age sozinho (como se vê nos casos Manta da TAP, Os “cornichos” de Pinho ou Furto dos gravadores), e os que decorrem de desviâncias do poder político tendem a contar, em média, com mais de dois protagonistas. À luz das definições geradas para estes conceitos, esta constatação surge com naturalidade, uma vez que o escândalo de conduta decorre amiúde da atitude moral e do comportamento individual do seu protagonista, ao passo que o escândalo de poder gira em torno de ações que envolvem o exercício da atividade política e sempre suscetíveis do envolvimento de mais pessoas.

²⁰¹ Para valores calculados no Excel, em que $y=0,6843\ln(x)+1,0517$ e $R^2= 0,2518$.

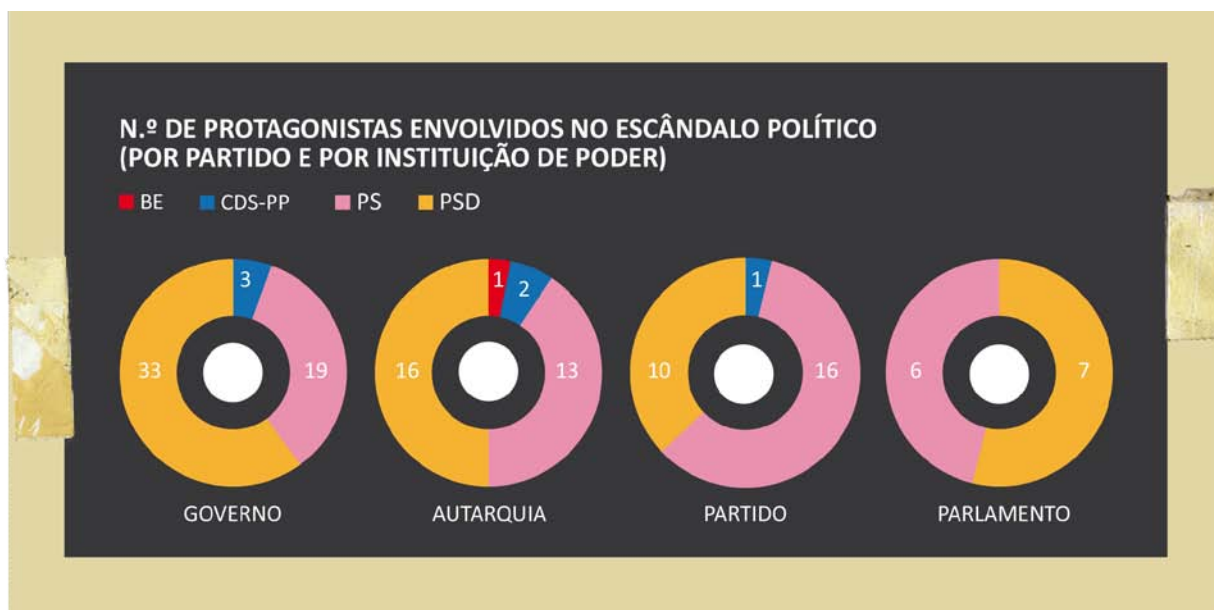


QUADRO 72. Protagonistas políticos agrupados por partido e por instituição de poder a que estavam ligados no momento em que foi revelado o escândalo.

O quadro 72 traz à estampa a evidência de que são os protagonistas ligados ao governo que mais se envolvem em escândalos políticos, seguindo-se os autarcas e os agentes partidários. Estes últimos são aqueles que não têm relevância noutra esfera do poder, advindo a visibilidade da sua posição de figura destacada num determinado partido político. Já os deputados à Assembleia da República totalizam 13 protagonistas com envolvimento em escândalos políticos.

Analisando os indivíduos pela sua ligação aos partidos, constatamos que o PSD é a força política mais representada sempre que as supostas prevaricações provêm de participantes ligados ao governo, às autarquias, à Presidência da República e ao parlamento. Ao passo que o PS supera o seu rival laranja apenas nos casos em que a visibilidade dos protagonistas do escândalo está conotada com o partido, o que se torna evidente através dos exemplos dos protagonistas socialistas Rui Pedro Soares, Armando Vara, Paulo Penedos, entre outros. De salientar ainda que o Bloco de Esquerda aparece apenas num escândalo suscitado pelos *media*, justamente na única autarquia que venceu, a de Salvaterra de Magos. O quadro permite ainda a extrapolação de que são as instituições que conferem a possibilidade de atos executivos num espetro mais alargado, como o governo e as autarquias e, de certa forma, os partidos, por via da sua influência e das expetativas de poder, que se distinguem no panorama do escândalo político.

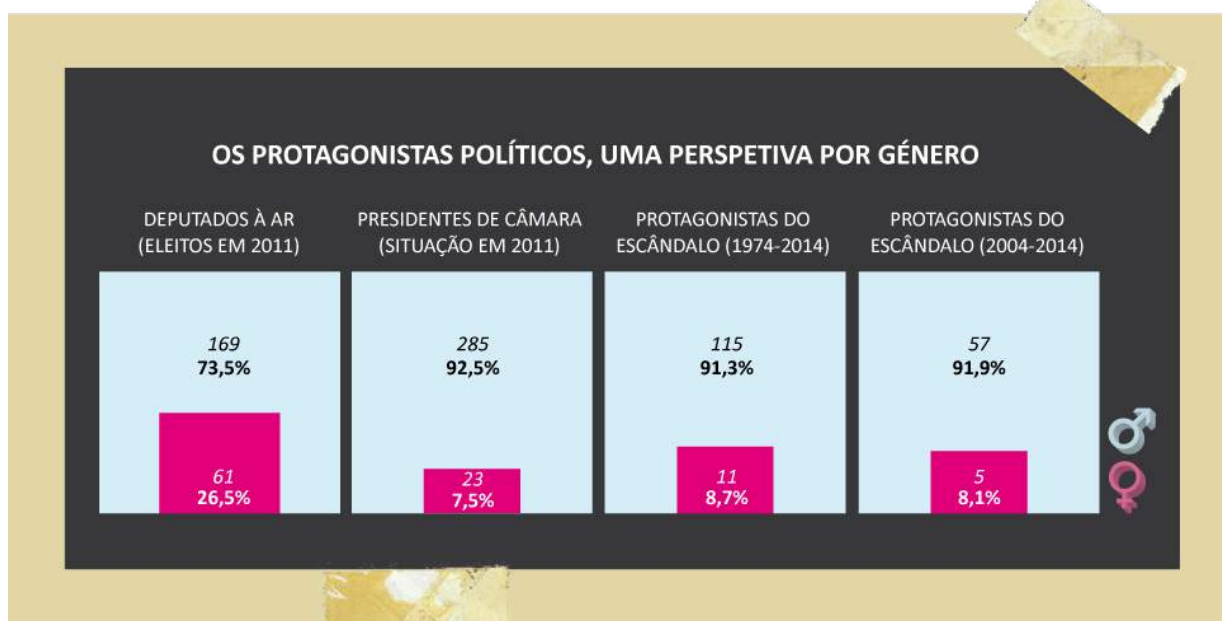
Em síntese, podemos dizer que 40,2% dos protagonistas do escândalo político têm ligação ao governo, o que revela a atenção mediática que é conferida aos indivíduos que integram este órgão. Os protagonistas afetos às autarquias representam 23,4% do peso do escândalo político, e 19,7% têm a sua visibilidade associada aos partidos políticos. Os parlamentares representam 9,5% do total, ficando a restante percentagem distribuída pelos outros órgãos institucionais.



QUADRO 73. O partido e a instituição de poder dos protagonistas envolvidos no escândalo político.

O quadro 73 mostra-nos com maior clareza que o cenário do escândalo político está predominantemente tingido de laranja e rosa, as cores do PSD e do PS, os partidos que alternadamente têm governado o País. Estas forças políticas têm mais predominância parlamentar, mais militantes e um espectro de apoio popular mais alargado, bem como uma representação parlamentar muito extensa. Nesse âmbito, de forma geral, podemos aferir que os protagonistas de direita e centro-direita (PSD e CDS-PP) têm maior prevalência no escândalo político do que os de esquerda (PS). Os partidos que se encontram nas posições mais extremas deste eixo definidor do posicionamento político, como o Bloco de Esquerda, ou o Partido Comunista Português²⁰², por exemplo, tendem a ter uma baixa ou mesmo nula representatividade de protagonistas ligados aos escândalos que decorrem do nosso *corpus* de análise.

²⁰² Partidos com escassa presença nos órgãos de poder do Estado.



QUADRO 74. Os protagonistas políticos, uma perspetiva por género.

Pese embora o incremento de medidas como as quotas e a paridade, visando a igualdade de género na representação, a política continua a ser um mundo de homens ou, como sintetiza Ana Cabrera, “política e liderança no feminino parecem ainda dois termos dissociados, configurando o feminino como intruso na política” (Cabrera *et al.*, 2012: 123). Tanto mais que, como podemos observar a partir do quadro 74, que apresenta quatro gráficos onde é enfatizada a perspetiva do género nos municípios, no parlamento e no âmbito do escândalo político em Portugal, a percentagem mais expressiva de representação feminina (26,5%) é, ainda assim, demasiado exígua.

Quanto ao primeiro gráfico, ele expõe o peso dos deputados em 2011, sobressaindo que, dos 230 parlamentares, 169 são homens (73,5%) e 61 são mulheres (26,5%). Olhando para o gráfico ao lado, referente aos 308 presidentes de municípios, este valor diminui drasticamente, pois as mulheres passam a ser apenas 23, *i.e.*, 7,5% do total²⁰³. Comparando estes valores com os do escândalo político, patente nos dois gráficos da direita, constatamos que a percentagem de casos atribuída ao sexo feminino é de 8,7% para os 40 anos do período democrático e de 8,1% para a década 2004-2014, ou seja, valores muito semelhantes que nos permitem extrair a existência de um padrão estável quanto ao género a que pertencem os protagonistas do

²⁰³ http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1847735&page=-1, acedido em 22 de junho de 2015.

escândalo. Mesmo comparando estes valores com os do segundo gráfico presente neste quadro 74, referente à distribuição de autarcas por género, verificamos que, nesta função executiva, uma das mais representadas no âmbito da função exercida pelo protagonista do escândalo político, os valores também não apresentam grande divergência. É apenas numa das instituições com menor representatividade na esteira do escândalo, o parlamento, que o sexo feminino tem valores mais favoráveis quando comparados com os do escândalo político. Teríamos de recuar aos anos 70 e 80 do século anterior para obter valores percentuais de representatividade das parlamentares coincidentes com os das protagonistas do escândalo político. Todavia, dada a sua diminuta representação, entendemos não poder daqui inferir qualquer tendência no leque total do fenómeno a não ser que, em proporção, as deputadas prevaricam menos do que os deputados. Mas poderá isto significar que há maior apetência de prevaricação nos indivíduos do sexo masculino no que concerne à política? Ou seja, será o homem mais propenso à transgressão do que a mulher?

Um dos autores que mais aprofundadamente têm investigado o tema genérico da corrupção em Portugal, António João Maia (2002), convocando áreas temáticas diversas como a criminologia, o direito, a sociologia e o jornalismo, observa que, baseando-se nos dados estatísticos anuais do Ministério da Justiça sobre o perfil dos arguidos identificados pela PJ, os 226 novos processos-crime que em média são instaurados anualmente por suspeitas do crime de corrupção, entre 1995 e 2000, resultaram em 318 arguidos, sendo que, em média, 14% são do sexo feminino. Na esteira deste tipo de crimes, Maia nota o gradual aumento dos valores percentuais de arguidos do sexo feminino, uma vez que em 1995 estes eram de 8,3%, ascendendo em 1999 a 23,8%, o seu valor mais elevado no intervalo mencionado.

José Leal (2007: 196-198) entende que a criminalidade feminina pode ser categorizada como extensamente aquisitiva, com preponderância no âmbito de infrações económicas e de droga. O mesmo autor sustenta na sua tese de doutoramento (2010), que tem por objeto a questão do género e a criminologia, que “os homens, mais do que as mulheres, tendem a afetar valores patrimoniais através da prática da subtração”. Em sentido inverso, embora com diminuto significado estatístico, “as mulheres, ligeiramente mais do que os homens, exprimem este tipo de transgressão através da prática de crimes de burla e de abuso de confiança” (Leal, 2010: 197). O mesmo autor evidencia também que, “nos crimes que lesam o Estado, se revela uma paridade entre categorias de género” (Leal, 2010: 201). Todavia, para não iludirmos os dados gerais, recorreremos igualmente a este autor para ilustrar que, em termos proporcionais, atendendo à

“relação da distribuição das ocorrências associadas às dimensões de cada uma das amostras, em média, cada indivíduo do sexo masculino tem associado cerca do dobro dos crimes imputados a cada indivíduo do sexo feminino” (Leal, 2010: 202). Assim, embora os dados apontem para a prevalência da participação masculina no crime em geral, José Leal conclui que é possível encontrar uma referência explicativa para este predomínio do homem, “não só nos processos que subjazem ao desenvolvimento do indivíduo, como nos contextos social, económico e político em que se insere” (Leal, 2010: 399). Alegação que, de alguma forma, se encontra com as conclusões divulgadas pelo professor de Criminologia Maurice Cusson, para quem “uma teoria que se limite à personalidade do delinquente e que ignore o meio e o seu estilo de vida é redutora” (Cusson, 2011: 127-129). O que nos remete para a esfera do poder, onde são tomadas decisões que versam sobre valiosos interesses e avultadas quantias.

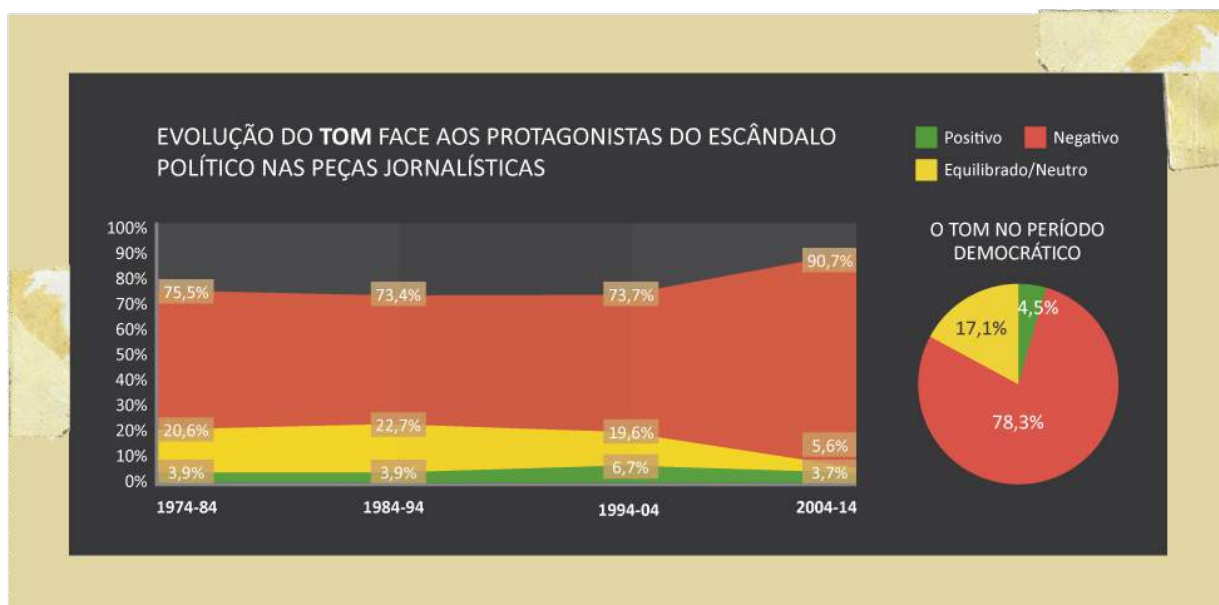
3.6. A REPUTAÇÃO MEDIÁTICA AFERIDA ATRAVÉS DO TOM

Por vezes alvo de discussão e controvérsia, a inserção da variável “tom” no estudo dos *media*, visando a identificação de um tom a partir das peças noticiosas, não é um modelo recente de análise. Ele tem vindo a generalizar-se e pode ser encontrado por exemplo numa análise da revista *World Report Magazine* durante as presidenciais norte-americanas de 1960. Estrela Serrano também o utilizou para o seu trabalho de pesquisa sobre a cobertura de eleições presidenciais portuguesas, inspirada no trabalho realizado pelo *Center for Media and Public Affairs* respeitante à campanha presidencial dos EUA de 1992, empregando as categorias de tom favorável, desfavorável e neutro.

Outros estudos mencionados por Serrano (2006: 301-302) dão conta de aplicações diversas, usando inclusivamente uma gradação mais detalhada, como a que utilizou Patterson (2003b), compartimentando as categorias em seis subdivisões: claramente desfavorável, mais desfavorável do que favorável, equilibrado, mais favorável do que desfavorável, claramente favorável e neutro. Outro estudo da autoria de Niven (2001) utilizou categorias de tom para o tratamento do tema do desemprego em referência aos mandatos de George W. Bush e Bill Clinton. De acordo com o que observou Serrano (2006: 301), se o assunto é apresentado com a administração ou o presidente a tentar resolver um problema ou tendo mesmo obtido êxito, o artigo é codificado como positivo. É negativo caso haja críticas ao presidente ou à sua administração, indicando que qualquer destes falhou na resolução desse problema. Se os artigos não preencherem nenhum destes requisitos, são codificados como neutros.

Sublinhamos que, na presente dissertação, o tom é utilizado face a um protagonista e não se destina a uma apreciação qualitativa das peças, visando atribuir um tom dominante do ator em foco. Esta noção é fundamental para a compreensão das virtudes desta variável, mesmo sabendo-se de alguma carga subjetiva que ela possa eventualmente comportar.

Com efeito, fazendo incidir neste ponto a nossa apreciação do tom conferido aos protagonistas face à informação veiculada, seguindo alguns trabalhos analíticos de Isabel Ferin Cunha (2007a, 2007b, 2012b, 2014), apresentamos com um tom equilibrado/neutro as peças cuja cobertura noticiosa é apresentada de forma contrabalançada e aludindo a diferentes pontos de vista, conferindo uma perspetiva neutral do protagonista; o tom negativo quando a informação dá ênfase a aspetos negativos, como incumprimentos, prevaricações, suspeições, críticas e conflitos; e positivo quando ao protagonista é concedida uma posição favorável, associando-o a situações de sucesso, seriedade, absolvição, mérito ou expondo as suas virtudes.

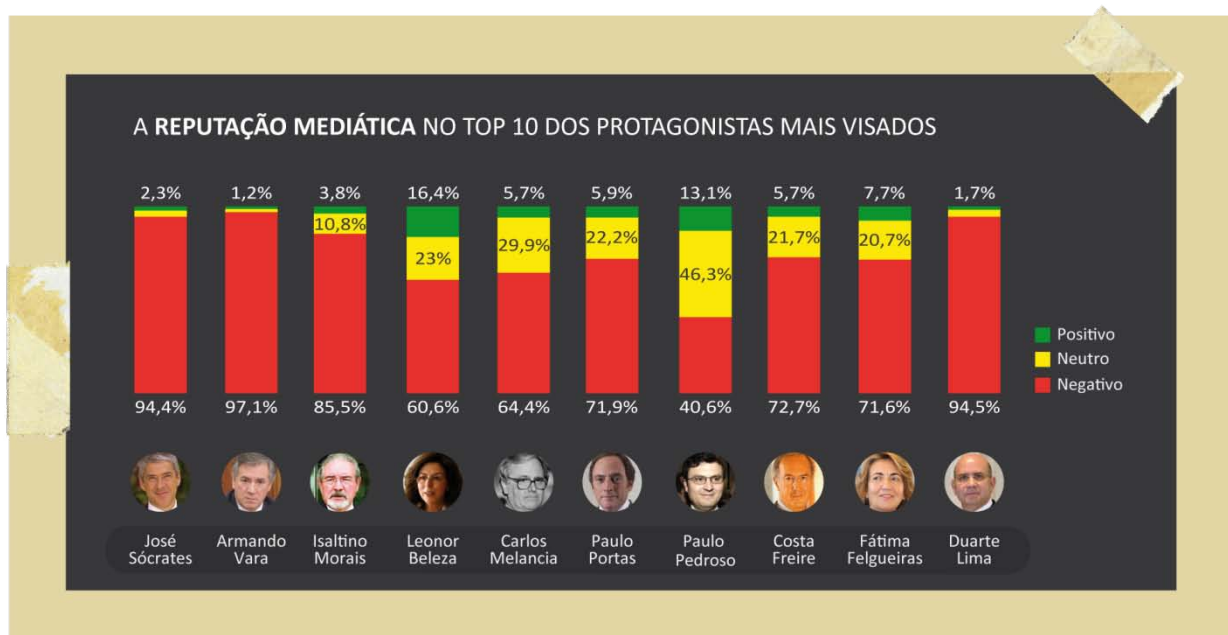


QUADRO 75. Evolução do tom nas peças jornalísticas face aos protagonistas do escândalo político.

De acordo com o quadro 75, o tom negativo é predominante nas peças jornalísticas sobre o escândalo político. A partir do somatório do tom conferido a todos os protagonistas presentes em cada peça, verifica-se que as três primeiras décadas democráticas apresentam valores muito próximos, entre os 73,4% e os 75,5%, registando-se um aumento significativo na década democrática 2004-2014. A este aumento corresponde uma diminuição das peças com tom equilibrado/neutro e positivo. O tom positivo varia nas quatro décadas entre os 3,7% e os 6,7%.

Destaca-se que o tom neutral, na quarta década, sofreu o declínio mais enfático, proporcional ao aumento do tom negativo. Consideramos poder extrair destes valores que, na quarta década, quando há um crescimento mais acentuado quer do volume de peças quer do número de casos, se verifica uma subida drástica do tom negativo, atingindo valores históricos, o que permite relacionar o aumento de casos com um impacto pejorativo na sua cobertura quando colocado em saliência o tom dirigido aos protagonistas do escândalo político. Sabendo-se que os cidadãos adquirem o conhecimento do que se passa na sociedade sobretudo a partir da influência dos *media*, podemos consentir que a atmosfera negativa gerada em torno da política e dos políticos padece de uma corrosão apresentada sob a égide de um ciclo sistémico, que atinge em primeira instância os órgãos de informação, que selecionam os assuntos e a forma de os apresentar à sociedade e, em última instância, atinge a própria sociedade, ao apreender uma realidade construída pelos *media* (Wolf, 1987; Kahn e Kenney, 2002; Patterson, 2002; Zaller, 2003; Lakoff, 2007; Mazzoleni, 2010). Não pode isto significar, contudo, que os *media* fabricam uma realidade inexistente. Mas devemos realçar o seu papel na abordagem dos assuntos, na construção de enquadramentos e na sua propagação (Tuchman, 1978; Cappella e Jamieson, 1996; Cunha, 2014), porquanto eles são geradores da percepção coletiva da sociedade.

Conforme revela o quadro 76, para mensurar os valores do tom que dizem respeito a cada protagonista político visado nas peças sobre o escândalo, recorreremos à indução desta variável no algoritmo da Escala de Intensidade Mediática, colhendo-se a vantagem de diferenciarmos as peças de acordo com os critérios cuja justificação já motivou antes a nossa explanação.



QUADRO 76. A Reputação Mediática no Top 10 dos protagonistas mais visados nas peças sobre escândalos.

Com efeito, introduzindo no algoritmo da Escala de Intensidade Mediática a variável tom, onde são distinguidos os enfoques positivo, neutro e negativo em cada unidade de análise, obtemos um valor percentual final da Reputação Mediática, permitindo perscrutar a tendência geral relativamente à reputação de cada protagonista, verificada a súmula das peças que compõem os escândalos em que este foi envolvido.

Analisando os dez protagonistas mais visados nas peças sobre escândalos, a partir do quadro 76, já antes utilizado, verificamos que o tom é predominantemente negativo, situando-se entre os 40,6% (Paulo Pedroso) e os 97,1% (Armando Vara). O tom neutro oscila entre os 46,3% (Paulo Pedroso) e 1,7% (Armando Vara), e o tom positivo, que tem no âmbito do escândalo político uma representação mais exígua, varia neste quadro entre 1,2% (Armando Vara) e 16,4% (Leonor Beleza). O tom mais nefasto na cobertura jornalística dirigido a políticos já havia sido notado noutra circunstância por Isabel Ferin Cunha, no seu estudo sobre os finais de mandato de primeiros-ministros, “denotando o ponto de vista do jornal e do jornalista, bem como privilegiando a perspetiva do conflito institucional”, entendendo a autora que este facto é revelador de uma certa constatação de “conflitos e jogos políticos de bastidores” (Cunha, 2007a: 42).

Adicionalmente, e no caso concreto do escândalo político, atendendo a que este é maioritariamente negativo para o protagonista, encetamos o cálculo de um índice relativo ao quociente entre as percentagens ponderadas de peças negativas e de peças não negativas (soma das percentagens ponderadas de peças neutras ou positivas), presente no quadro 77.



QUADRO 77. O Índice de Reputação Mediática aplicado ao Top 10 dos protagonistas mais visados nas peças.

A exposição dos dados relativos ao número de peças publicadas sobre os protagonistas (colunas da esquerda) e o valor do Índice de Reputação Mediática, a que aludimos na metodologia inserida no âmbito da Escala de Intensidade Mediática, aqui atribuído aos mesmos protagonistas políticos, permite-nos confirmar uma vez mais a pertinente utilidade deste instrumento, uma vez que os valores da frequência (número de peças) não são qualitativamente elucidativos quanto à forma como o ator político é retratado nas peças dos jornais.

Quanto maior for o valor do Índice de Reputação, mais espessa é a conotação negativa atribuída a um protagonista. Desta forma, o ator político mais visado em peças sobre escândalos, José Sócrates, conta, à data, neste caso concreto, com melhor reputação do que Armando Vara ou Duarte Lima. Curioso é também o índice baixo, *i.e.*, de melhor reputação, de Paulo Pedroso, implicado no escândalo sexual Casa Pia. Também Leonor Beleza, a quarta protagonista política mais visada no escândalo político em Portugal ocorrido no período democrático, regista a segunda reputação mais favorável no âmbito do quadro apresentado. Os dados trazem ainda à evidência que os casos mais recentes colhem valores mais elevados de reputação negativa, o que confirma com clareza a tendência já demonstrada no quadro 75, relativo à evolução do tom ao longo dos 40 anos em análise.

3.7. A GEOGRAFIA DO ESCÂNDALO POLÍTICO

O escândalo político, enquanto fenómeno mediático, embora disperso geograficamente, concentra o seu principal foco de incidência no distrito de Lisboa, não apenas por esta cidade ser a capital política e financeira do País – centralizando os polos institucionais de decisão, como o governo, a Assembleia da República, a Presidência da República, a cúpula dos institutos afetos ao Estado, etc. – como também pela maior presença e afetação de meios aos órgãos de justiça e ainda pelo facto de se encontrar aí a generalidade das sedes dos órgãos de informação.

Nesse sentido, verifica-se que, no total dos 99 escândalos políticos identificados, 59 têm a sua ocorrência no distrito de Lisboa, estando dispersos por vários concelhos desse território, como Lisboa, Oeiras, Amadora ou Cascais. O segundo distrito mais relevante do País, o Porto, surge com oito casos, seguindo-se depois os distritos de Coimbra e Guarda, com quatro casos cada um. Aveiro e Beja têm três escândalos, e Braga, Faro, Portalegre, Santarém e Setúbal surgem com dois casos. Funchal, Leiria e Viana do Castelo contam cada um com um único caso de cobertura do escândalo político pelos semanários analisados.

Detetamos cinco escândalos sobre protagonistas políticos cuja ação de alegada transgressão ocorreu no estrangeiro. Referimo-nos ao caso que envolveu o ex-Presidente da República António de Spínola, que teve o seu epicentro na Alemanha; aos dois casos espoletados em Macau (Fax de Macau e TDM/Emaudio), em que se viu envolvido o governador português daquele território Carlos Melancia; o homicídio de Rosalina Ribeiro no Brasil, de que foi considerado suspeito o ex-líder parlamentar do PSD Duarte Lima; e o caso com origem em Angola, logo nos primeiros anos da democracia, com ecos do envolvimento do candidato presidencial da direita, Soares Carneiro, em internamentos ordenados pela PIDE naquele território.

De salientar que o litoral é muito mais propenso ao escândalo político do que o interior, detetando-se que os cinco distritos onde não são assinaladas ocorrências se situam no interior do País: Castelo Branco, Évora, Bragança, Vila Real e Viseu.

mapa do escândalo político em Portugal 1974-2014



QUADRO 78. A geografia do escândalo político em Portugal no período democrático.

3.8. PERÍODOS DE INCIDÊNCIA DO ESCÂNDALO

A extensão do período de análise do escândalo político, que convencionámos ser de 40 anos, de forma a abarcar todo o ciclo democrático, permite-nos extrair particularidades sobre a incidência temporal, com o objetivo de deduzir padrões na sua ocorrência. A observação detalhada da cobertura jornalística do fenómeno apresenta-nos elementos úteis e pertinentes a uma perspetiva mais robusta não apenas do espectro político mas também mediático, como veremos de seguida.

3.8.1. A cobertura ao longo do ano

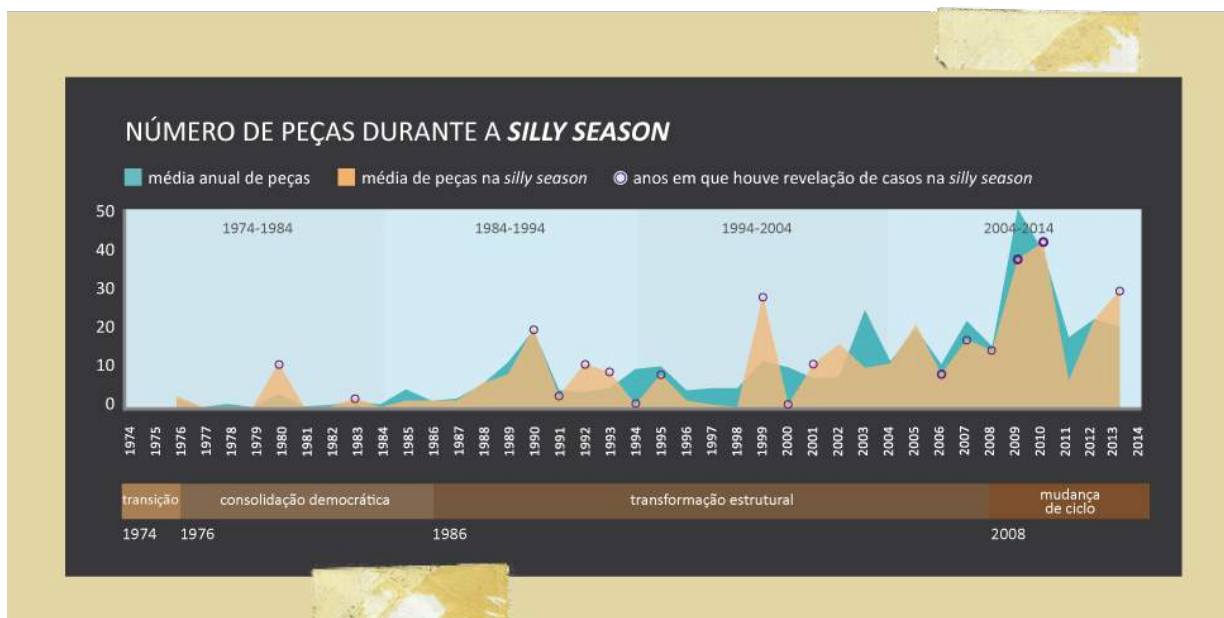
Apropriando-nos do provérbio popular, podemos dizer que “em abril, escândalos mil”. Na verdade, abril é o mês do escândalo político. O quadro 79 mostra-nos, a partir do gráfico da esquerda, que abril é o mês em que foram publicadas mais peças jornalísticas sobre o escândalo, seguindo-se o mês de fevereiro e aparecendo dezembro como o período do ano em que surgem menos peças. É curiosa a nota de que há uma certa analogia entre estes dados e os que concernem ao número de casos em que o auge é mais acentuado, como se extrai do gráfico da direita, verificando-se igualmente que fevereiro e abril surgem com alguma preponderância, embora neste último caso o mês de maior relevo seja o de fevereiro e, similarmente, dezembro o mês de abrandamento do fenómeno.



QUADRO 79. A cobertura do escândalo político ao longo do ano.

Como podemos observar, nos meses balneares (de julho a setembro), embora haja um aparente abrandamento na cobertura do escândalo político, com exceção do mês de setembro, fica equívoco qual o padrão que pode ser estabelecido. Este período tem especial interesse no estudo dos *media*, sendo vulgarmente designado por *silly season*, um conceito anglo-saxónico que se refere ao período de férias dos políticos, tribunais, jornalistas, etc., e caracteriza-se pela falta de notícias ditas sérias e pelo aumento do *fait divers*. Como refere Estrela Serrano, nesta altura "os jornais aligeiram os seus conteúdos, adaptando-se ao abrandamento da atividade das instituições" (Serrano, 2006b: 153).

O quadro seguinte permite-nos aferir qual a cobertura jornalística do escândalo no período entre 15 de julho e 15 de setembro, em comparação com o número médio anual de peças publicadas. No que concerne ao escândalo político, a mancha gráfica referente à média de peças na *silly season* quase nunca é coincidente com a que diz respeito à da média anual de peças. Como se verifica, raramente há um maior volume de peças publicadas na *silly season* do que na média das que são publicadas ao longo do ano, acontecendo isso apenas nove vezes no total de 38 anos contabilizados para este efeito²⁰⁴, ou seja, em apenas 23,7%.



QUADRO 80. A cobertura do escândalo político no período da *silly season*.

²⁰⁴ No nosso *corpus* de análise há anos sem registo de ocorrência de escândalo político, na década de 70 do século anterior. Quanto a 2014, o *corpus* restringiu-se ao período até 25 de abril, altura em que foram celebrados os 40 anos de democracia, não tendo por isso chegado aos meses da *silly season*.

Quanto à revelação de casos neste período balnear, representada no quadro 80 com círculos, ela surge em 17 dos 38 anos, salientando-se a ocorrência em 2006 de dois casos, em 2009 de três casos e, em 2010, de igualmente três casos, podendo daqui extrair-se que os *media* tendem hoje, mais do que no passado, a utilizar esta época para trazer à estampa o escândalo político. Se tomarmos em conta a reflexão feita num editorial do *Diário de Notícias*, pelo seu diretor Mário Bettencourt Resendes, em que este anunciava em 7 de julho de 2002 a chegada da *silly season*, referindo-se a esta como "o período em que a escassez de notícias de substância obriga os jornalistas a exercícios tortuosos de criatividade... ou a valorizarem acontecimentos que, noutras circunstâncias, não mereceriam mais do que meia dúzia de linhas"²⁰⁵, podemos consentir que o escândalo político, para além de todo o indubitável interesse que temos vindo a atribuir-lhe, tem também requisitos que lhe conferem inserção na esteira dos assuntos tidos como captadores de audiência e espoletadores das ditas "notícias leves" (Patterson, 2002; Rieffel, 2003; Brants, 2005), configurando-se como uma *commodity* captadora da atenção do público, numa lógica cada vez mais direcionada para o entretenimento e para a informação-espetáculo, *i.e.*, o *infotainment* (Rieffel, 2003:148), mesclando informação política com entretenimento (Brants, 2005: 50), o que vem confirmar a hipótese de trabalho suscitada na presente dissertação de que os *media* tendem a privilegiar o contexto de espetáculo que envolve os casos, encontrando-se aparentemente em linha com o interesse do público.



FIGURA 36. Um dos habituais *cartoons* do *Sol* sobre a *silly season*, publicado na edição de 6 de agosto de 2010.

²⁰⁵ *Diário de Notícias*, 7 de julho de 2002, p. 5.

Do painel de 14 jornalistas que questionámos (anexo 3.1.), destacamos alguns pela sua enfática visão de que um escândalo político é uma *commodity* que torna mais estimulante uma edição e por isso é suscetível de conquistar mais audiência. Graça Franco, diretora da Rádio Renascença, entende que o escândalo “é o tipo de acontecimento suscetível de gerar surpresa/interesse da audiência. Em princípio, do ponto de vista estritamente das audiências, um escândalo, por pior notícia que tenha associada, é sempre “uma boa notícia” para a evolução das vendas dos meios de comunicação social que as relatam”. José António Saraiva, diretor do semanário *Sol*, observa que “todos os escândalos fazem subir as vendas”. E quando não há escândalos, como refere o jornalista da SIC Mário Crespo, falando dos *media*, “tenta criar-se um”. Para Leonete Botelho, editora de política do *Público*, “é regra de ouro dos *media* ter assuntos ‘quentes’, surpreendentes e com capital explosivo”. De acordo com Martim Silva, do *Expresso*, “é evidente que um escândalo político é das matérias mais ‘vendáveis’ que existem no jornalismo. Regra geral, um escândalo suscita mais audiência que um assunto corriqueiro. E se for político, ainda se torna mais apimentado para os *media*”. Tanto a análise geral que apresentamos nesta dissertação como a posição de académicos e de jornalistas corroboram a hipótese de que o escândalo é uma *commodity* que interessa aos *media* e ajuda a alcançar audiências.

Se dúvidas houvesse ainda quanto às preferências do público, Steven Barnett (1990: 60-62) responde com uma comparação entre a Guerra do Golfo, que dizimou milhares de pessoas, e o Campeonato do Mundo de Futebol, ocorrido em Itália: foi este segundo o campeão de audiências da *silly season* de 1990.

Procurando a interceção dos 22 casos²⁰⁶ revelados no período da *silly season* com os casos exclusivos a que aludimos no ponto 3.3.8. desta parte de análise (quadro 64), constatamos que apenas quatro se encontram neste âmbito, um número baixo que evidencia, de certa forma, que também nesta época do ano os órgãos de informação mantêm as suas rotinas de mimetismo face à concorrência.

²⁰⁶ Os casos revelados no período da *silly season* são: A dívida de Sá Carneiro (1980), Dossiê Mesquita Machado (1983), Oliveira Costa perdoa dívida a empresas (1990), A manta da TAP (1991), Monte dos Frades (1992), A casa de Couto dos Santos (1993), Partex (1994), Indesp (1995), José Mota e os subsídios (1999), Avelino Ferreira Torres (2000), Catarina Vaz Pinto em empresa que subsidiou (2001), Portucale (2006), Irregularidades na Câmara de Lisboa (2006), Delitos na Câmara do Funchal (2007), O empreendimento da Ponte Galante (2008), Escutas ao Presidente (2009), Jornal de sexta da TVI (2009), Enriquecimento de Mesquita Machado (2009), O homicídio de Rosalina (2010), O furto dos gravadores (2010), As eleições no PS de Coimbra (2010) e Machete mente ao parlamento (2013).

3.8.2. *O rebentamento de casos no período eleitoral*

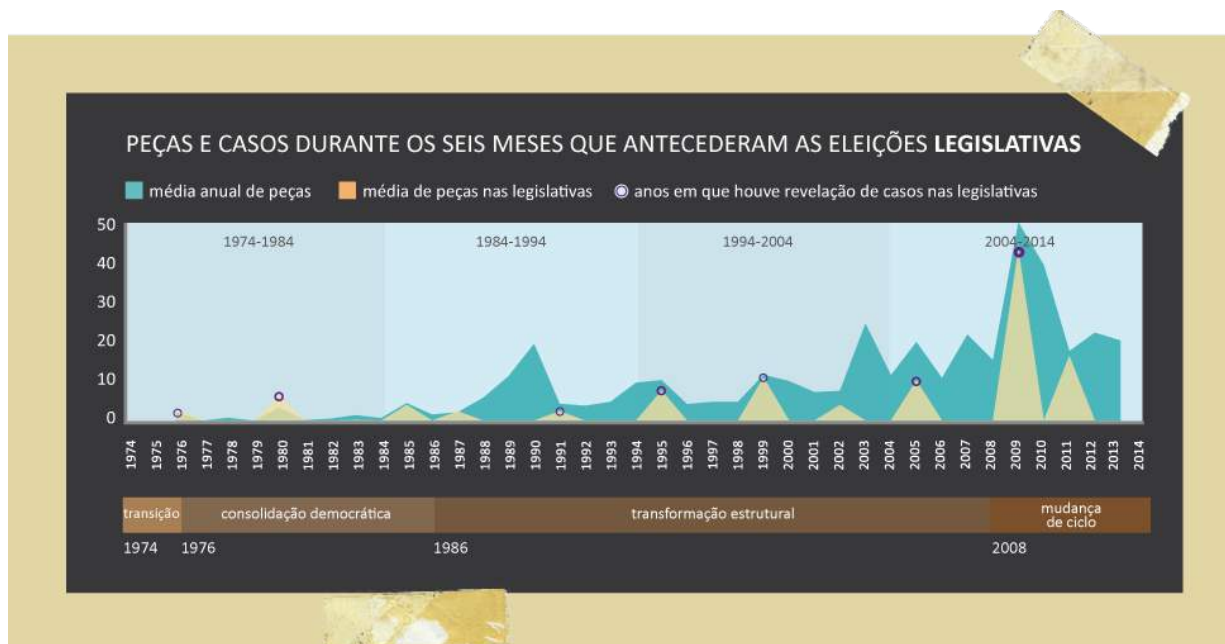
Há uma certa perceção popular de que os momentos eleitorais criam oportunidades de disputa política propícia ao aparecimento de escândalos políticos, que os *media* propagam. Quando em março de 2015 o Presidente da República Cavaco Silva classificou as polémicas sobre o incumprimento das obrigações fiscais do seu correligionário de partido e primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, que há uma semana vinham marcando a agenda da vida política nacional, como “controvérsias políticas que já cheiram a campanha eleitoral”²⁰⁷, o experiente político Cavaco Silva anuía a tese de que os escândalos são armas utilizadas na luta eleitoral.

O caso com que abrimos a introdução da presente dissertação, o Freeport, demonstra que pouco antes das eleições legislativas foi desencadeado um dos mais intensos escândalos políticos da democracia portuguesa, tendo este sido originado por um conjunto de pessoas ligadas aos *media*, à política e à investigação judiciária. Este exemplo, no fundo, inicia o mote para o ponto que aqui iremos tratar. Antes, esclarecemos que, metodologicamente, estipulámos um período de seis meses anterior à data de cada sufrágio para o apuramento dos escândalos que podem potencialmente estabelecer relação com o respetivo momento eleitoral.

Ao longo destes 40 anos de democracia, entre 1974 e 2014, houve 14 momentos de votação popular para o órgão legislativo²⁰⁸, dos quais resultou a inerente escolha do elenco governativo. Como podemos verificar no quadro 81, só por três vezes a média de peças sobre escândalos políticos nos seis meses que antecederam as eleições legislativas foi superior à média de peças no respetivo ano (1976, 1980 e 1987). No total dos 99 escândalos, 14 ocorreram nesse espaço afeto ao período eleitoral, com metade deles a ter lugar em dois momentos eleitorais da última década (2005 e 2009). Em 2005 ocorreram os casos Freeport (PS) e Licenciamento da casa da Arrábida (CDS-PP), e em 2009 marcaram a imprensa os casos Jornal de sexta da TVI (PS), Negócio PT/TVI (PS), Escutas ao Presidente (PS *versus* Presidência da República), Os “cornichos” de Pinho (PS) e O enriquecimento de Mesquita Machado (PS). Isabel Ferin Cunha já havia concluído que, entre os temas dominantes na cobertura mediática das eleições legislativas de 2009, se encontra o tema “escândalos e processos judiciais”, em terceiro lugar, logo depois de “ações de campanha” e “economia, finanças e crise”, tendo este tema crescido quando comparado com o período de pré-campanha (Cunha, 2012b: 122).

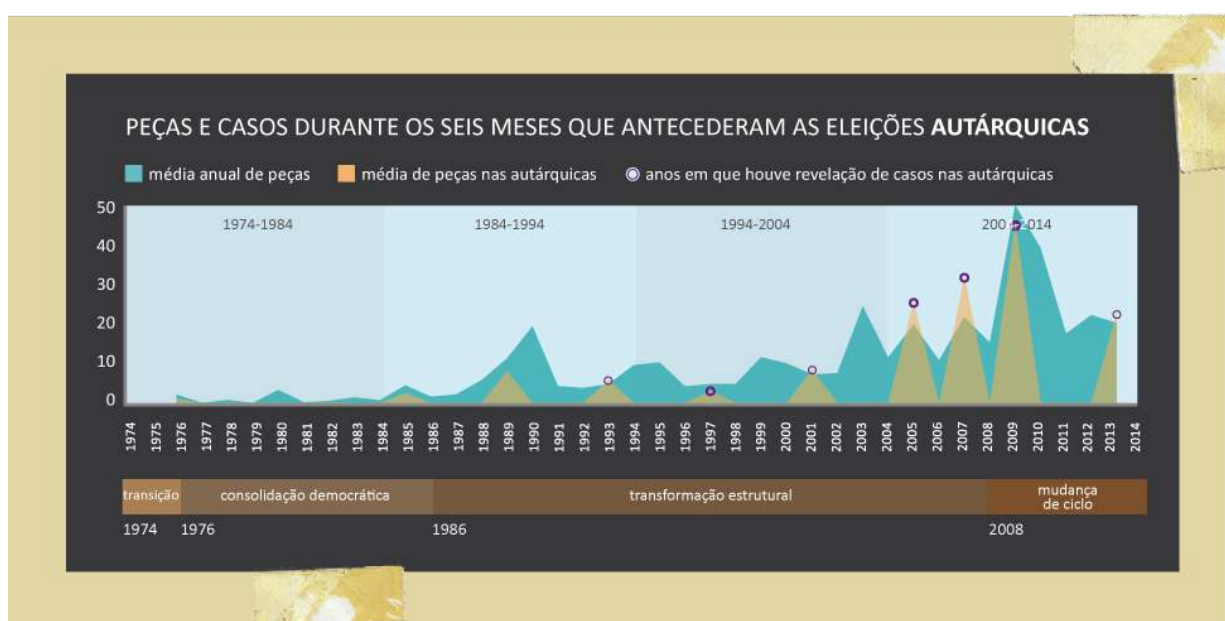
²⁰⁷ <http://www.publico.pt/politica/noticia/cavaco-nao-comenta-divida-de-passos-coelho-e-fala-em-lutas-politicopartidarias-1688402>, acedido em 29 de junho de 2015.

²⁰⁸ O momento eleitoral legislativo de 1975 visou eleger a Assembleia Constituinte, que vigorou durante um ano, até 25 de abril de 1976.



QUADRO 81. Peças e casos durante os seis meses que antecederam as eleições legislativas portuguesas.

No que concerne às eleições para o poder local, registamos 12 idas às urnas, sendo que uma delas, em 2007, diz respeito às intercalares no município de Lisboa. Como demonstra o quadro 82, em cinco dos 12 momentos eleitorais houve uma média de peças publicadas sobre escândalos políticos superior à média efetiva registada ao longo do ano, o que revela que a incidência da cobertura jornalística de escândalos é mais acentuada neste tipo de eleições, quando comparada com as outras.



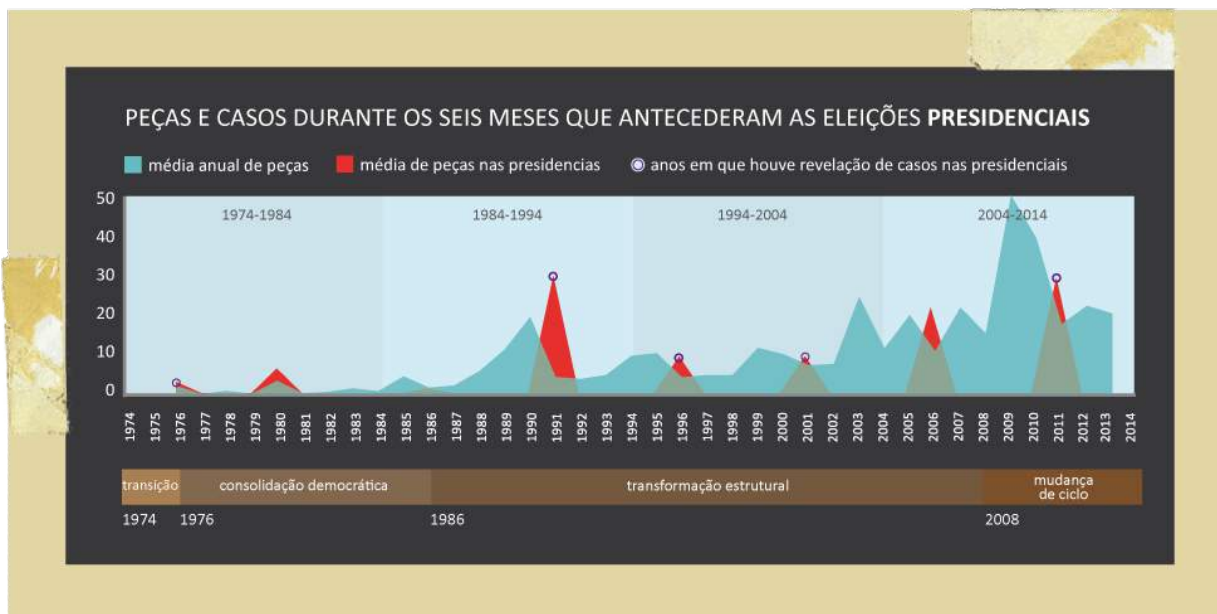
QUADRO 82. Peças e casos durante os seis meses que antecederam as eleições autárquicas portuguesas.

Debruçando-nos sobre o número de casos revelados nos seis meses que antecedem a ida às urnas para as escolhas autárquicas, verificamos que há nessas eleições uma preponderância mais acentuada do que nas legislativas, registando-se 17 casos desencadeados nesse período. Sublinhamos também que é na última década democrática que se estabelece um maior volume de incidências, com 12 casos, havendo apenas um na segunda década e quatro na terceira. De todos estes, apenas três casos dizem respeito a autarcas: Os impostos de Judas (José Luís Judas, Cascais), O enriquecimento de Mesquita Machado (Mesquita Machado, Braga) e Caso de Salvaterra de Magos (Ana Cristina Ribeiro, Salvaterra de Magos). Todos os outros 29 casos que envolveram autarcas foram desencadeados em momentos exteriores à pré-campanha e campanha eleitoral autárquica, ou seja, 9,4% dos casos ligados a autarcas foram espoletados nos seis meses anteriores às eleições para os órgãos do município, embora nenhuma consequência nefasta tivesse sucedido, como veremos na exposição seguinte.

O socialista José Luís Judas liderou o município de Cascais de 1993 a 2001. Mesmo com a vinda a público de notícias sobre alegadas irregularidades com os seus impostos, meses antes das eleições de dezembro de 1997, Judas continuou a merecer o voto dos eleitores de Cascais, tendo vencido com 42% dos votos.

Eleito pela primeira vez em 1976 para a presidência do município de Braga, Mesquita Machado quase sempre obteve maioria absoluta, tendo deixado a autarquia em 2013 por ter atingido a limitação de mandatos que entretanto a lei impôs. A sua última vitória, com 45% dos votos, ocorreu em 2009, pouco depois de a imprensa ter dado ênfase às suspeitas sobre o seu património.

Ana Cristina Ribeiro, a ex-militante comunista que liderou a lista do Bloco de Esquerda e conquistou em 2001 a presidência do município de Salvaterra de Magos, embora já fosse edil desde 1997 eleita pelo PCP, foi constituída arguida por suspeita do crime de corrupção, num processo que viria posteriormente a ser arquivado. Nas eleições seguintes, em 2009, Ana Cristina Ribeiro obteve a reeleição, com 46% dos votos.



QUADRO 83. Peças e casos durante os seis meses que antecederam as eleições presidenciais portuguesas.

Outra das eleições motivadoras de um forte estabelecimento da agenda política e mediática é a que visa escolher o Presidente da República. Embora de cariz unipessoal, esta não deixa de ser uma candidatura coletiva, uma vez que motiva o apoio explícito dos partidos. Se atendermos aos últimos 30 anos de democracia, verificamos inclusivamente que os três ocupantes do Palácio de Belém foram líderes dos dois partidos com maior representatividade nacional: Mário Soares (PS), Jorge Sampaio (PS) e Cavaco Silva (PSD). O quadro 83 ilustra que só por uma única vez, em 1986, a média de cobertura do escândalo político nos seis meses anteriores à data do sufrágio presidencial não foi superior à média da cobertura do ano em que tiveram lugar as eleições.

Observando no quadro 84 a ocorrência de revelação de escândalos políticos no período eleitoral que visa eleger o Presidente da República, constatamos que tal aconteceu em cinco ocasiões, no total das oito eleições presidenciais. Todavia, nenhum dos casos revelados visou o candidato a Belém. No mesmo quadro podemos ver como os casos em que foram referenciados, direta ou indiretamente, os Presidentes eleitos na democracia (por ordem cronológica: Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio e Cavaco Silva) não afetaram a sua reeleição.

Os casos ocorridos tanto nos mandatos de Mário Soares como nos de Cavaco Silva não coincidiram com os momentos eleitorais. As conclusões evidenciadas pelo quadro 83 vão ao encontro das que Estrela Serrano já havia apresentado no seu trabalho *A campanha eleitoral de 2001 na televisão, revisitada: análise comparada do serviço público e dos canais privados*, em que observa que, relativamente aos temas, os escândalos não tiveram expressão na cobertura jornalística das eleições presidenciais analisadas (Serrano, 2005: 69-71).



QUADRO 84. Os casos durante os mandatos presidenciais com alusão aos seus titulares.

Em suma, a observação dos períodos que concernem aos momentos de pré-campanha e de campanha eleitoral, referentes às legislativas, autárquicas e presidenciais, permite-nos extrair que a média de incidência de peças jornalísticas sobre escândalos políticos é, no cômputo geral dos três tipos de eleições, de 50,2%²⁰⁹. Acresce que estes períodos de seis meses antes das eleições registam 36 revelações mediáticas de casos. Entendemos que os dados recolhidos não nos permitem confirmar que há maior incidência mediática nos períodos eleitorais, respondendo dessa forma a uma das hipóteses de trabalho suscitadas. Embora alguns momentos possam apontar nesse sentido, eles não são constitutivos de um padrão claro da cobertura do escândalo político. Ainda assim, podemos conferir que as eleições legislativas não motivam uma forte incidência de peças sobre escândalos; que as autárquicas se cifram num valor de cobertura de escândalos que pode ser considerado entre baixo e moderado; e apenas as eleições presidenciais coincidem com um valor médio de cobertura substancialmente mais elevado do que o da média de peças publicadas na totalidade do ano referente às eleições. Importa ainda estabelecer que os casos não trazem habitualmente consequências eleitorais, podendo o escândalo provocar maior prejuízo pela via judicial do que pela via mediática, uma vez que os eleitores não costumam penalizar eleitoralmente os visados, podendo as razões apontar para a convicção da sua inocência ou mesmo para outras razões como as que apontámos no ponto 2.4.4. da parte teórica, referente ao “escândalo que não escandaliza”.

²⁰⁹ Para uma média de 21,5% nas eleições legislativas, 41,7% nas eleições autárquicas e 87,5% nas eleições presidenciais.

3.8.3. O escândalo político nos períodos de crise

Desde que foi iniciada a era democrática, Portugal atravessou três períodos de forte debilidade económica e financeira, necessitando de auxílio externo para ultrapassar as dificuldades e sobreviver internamente, mantendo o Estado em funcionamento. Esses períodos, vulgarmente apelidados de “crise”, possibilitaram uma injeção de dinheiro por parte das entidades financiadoras, mediante contrapartidas de ressarcimento, pagamento de juros e implementação de medidas de austeridade expectáveis de inverter o rumo económico débil e promovendo um ajustamento orçamental compatível com as imposições dos credores.

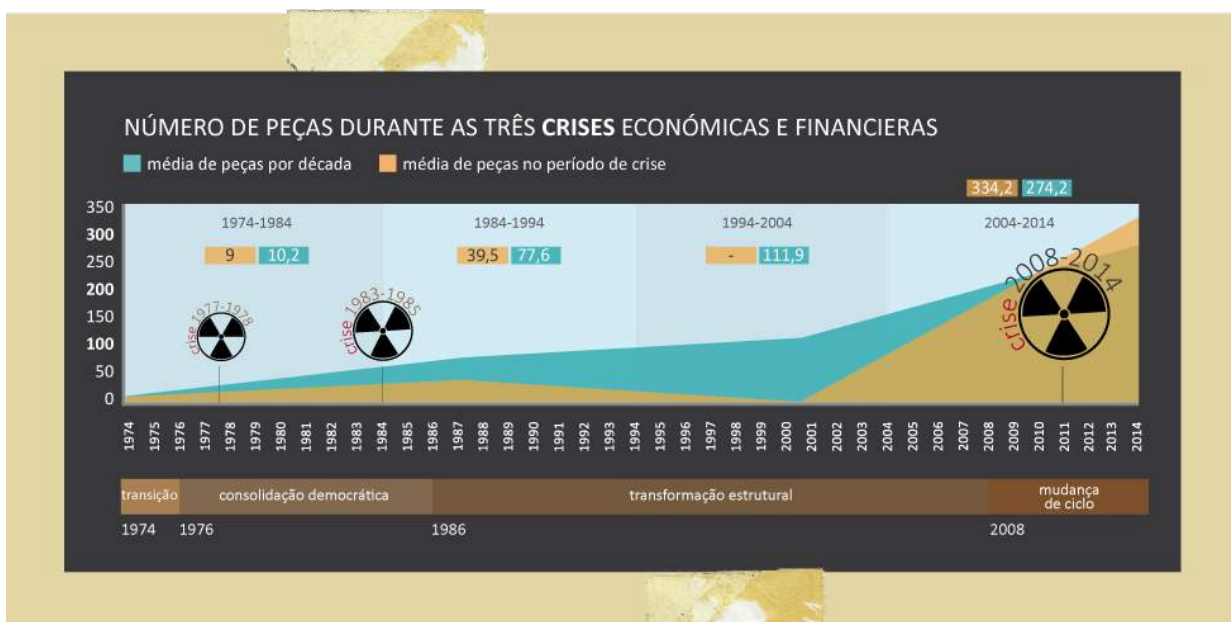
A primeira vez que o FMI aterrou no aeroporto de Lisboa foi para socorrer o País da crise de 1977-1978, concedendo um empréstimo de 115 milhões de dólares, verificando-se à época um PIB de 23 mil milhões de dólares, correspondendo o crédito a 0,5% do PIB. O FMI regressaria a Portugal em 1983, permanecendo até 1985, para acudir à grave recessão que degenerou na segunda crise financeira, com elevadas taxas de juro no estrangeiro e um défice da balança comercial de 13%, concedendo um empréstimo de 555 milhões de dólares, representando esse valor cerca de 2% do PIB da altura, que era de 27 mil milhões de dólares. Em 1986, com a adesão de Portugal à então CEE, hoje União Europeia, foram entrando em Portugal remessas de apoio à modernização e ao desenvolvimento, visando aproximar o País dos restantes países europeus. Todavia, isso aconteceu em poucas áreas. Estruturalmente, Portugal permaneceu na cauda da Europa, a par dos países do Sul, sobretudo a Grécia. De tal modo que em 2008 o País dava novos sinais de definhamento e, perante a crise financeira mundial, sucumbiu de novo às mãos de um resgate internacional, patrocinado pela *troika* (constituída pelo FMI, pelo Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia), que aprovou em 2011 um empréstimo de 78 biliões de euros a Portugal.

Este empréstimo da *troika* impôs, como compensação, juros elevados e medidas de austeridade que causaram, no decurso do plano de ajustamento, um forte tumulto popular, pela promoção de clivagens sociais, desemprego e pobreza. O Estado foi sendo despido do seu manto protetor e equilibrador social, estrangulado na capacidade de poder garantir a dignidade e o acesso dos cidadãos a direitos fundamentais consagrados, como a saúde, a educação, a habitação e o apoio social. Houve lugar à privatização de setores estratégicos, e em vários casos lucrativos, como a energia, a água, os correios, os seguros, a aviação (através da alienação de parte da TAP), entre outros (vendendo sobretudo a grandes grupos estrangeiros), o que concede inferir que sob a égide da crise foi perpetrada em Portugal uma cáustica imposição de ideologia neoliberal, como observa Cunha (2015b), concluindo que estas medidas “reforçaram as tendências da desdemocratização do capitalismo a partir da deseconomização da democracia, proporcionando a concentração de renda na Europa e o aumento do fosso entre os mais pobres e os mais ricos”.

A venda das empresas rentáveis levou inclusivamente, em junho de 2015, o grupo chinês Fosun a eleger Portugal “como o melhor país da Europa para investir”²¹⁰ – o mesmo País desdenhado pela Europa e considerado um dos “PIGS”²¹¹. Como adverte Ana Cabrera, “a crise contribuiu fortemente para fragilizar os Estados democráticos, abalou a confiança dos cidadãos e contribuiu para aumentar a sua desconfiança e descrença nas instituições em geral e nos governos em particular”, notando igualmente que “os efeitos da crise demonstraram a fragilidade do sistema financeiro e económico e revelaram a incapacidade do poder político em controlar e limitar as oligarquias financeiras transnacionais” (Cabrera, 2012: 234).

Isabel Ferin Cunha (2015b) considera que há, inclusivamente, uma certa conformação das medidas adotadas pelas economias europeias hegemónicas e que é visível em alguns *media*, sobretudo os anglo-saxónicos de cariz económico e financeiro, ao promoverem “um discurso sobre as dívidas dos Estados do Sul da Europa fundado em categorias onde podemos identificar muitas semelhanças com os discursos, argumentos e vocabulário neocolonial, racista e xenófobo.”

De acordo com alguns autores, as crises financeiras e políticas abrem a propensão a transgressões como a corrupção, verificando-se a fragilidade das instituições (Blankenburg, 2002; Johnston, 2005; Cunha, 2015b). Segundo Isabel Ferin Cunha, "a cobertura jornalística da corrupção política surge nos noticiários com grande visibilidade nos anos de crise acompanhando a perceção que muitos cidadãos têm deste fenómeno no Sul da Europa" (Cunha, 2015a).



QUADRO 85. Número de peças durante as três crises económicas e financeiras.

²¹⁰ http://www.dinheirovivo.pt/Mercados/Banca/interior.aspx?content_id=4634727, acessado em 30 de junho de 2015.

²¹¹ *Pigs* é a palavra que em inglês significa suínos, acrónimo de Portugal, Italy, Greece e Spain, uma terminologia utilizada pelos *media* ingleses.

Como podemos constatar a partir do quadro 85, as crises propendem a durar cada vez mais tempo, tendência que coincide com o número de peças e de casos sobre escândalos políticos, o que pode iludir os resultados extraídos a partir do quadro 85, limitando as conclusões da análise. Por outro lado, dificultando igualmente a triagem de resultados, há a noção de que as prevaricações surgem metaforicamente como icebergues, mostrando uma pequena porção à tona da água mas mantendo submersa e sem visibilidade a maior parte do bloco de gelo. Por isso, não podemos a partir daqui expressar que as crises proporcionam maiores oportunidades concretizadas de transgressões. Mas devemos, contudo, sublinhar que o último período de crise económica e financeira coincide com uma maior frequência de peças noticiosas sobre o escândalo político, revendo-nos nesse sentido no pensamento de Isabel Ferin Cunha (2015b), ao sustentar que há uma significativa visibilidade mediática da corrupção política nos períodos de crise, o que conduz à extrapolação de que a “fabricação” de enfoques e agendamentos por parte dos *media* surge em linha com uma predisposição pejorativa da qualidade dos representantes políticos e com a necessidade de dar consistência a uma narrativa que vá ao encontro da perceção da opinião pública.

3.9. O CICLO DE REPRODUÇÃO DO ESCÂNDALO

*"João amava Teresa que amava Raimundo
que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili
que não amava ninguém.
João foi para os Estados Unidos, Teresa para o convento,
Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia,
Joaquim suicidou-se e Lili casou com J. Pinto Fernandes
que não tinha entrado na história."*

Carlos Drummond de Andrade, *Quadrilha*.

Quando a PJ criticou a Lei de Organização da Investigação Criminal²¹², por deixar fora da sua ação a pequena criminalidade, quis, no fundo, dizer que dessa forma seria quebrado um elo que até então vinha conduzindo a outros crimes maiores. Com efeito, a teia do crime tem alguma analogia com a teia de um conjunto de prevaricações que constituem o espectro do escândalo político. A partir de investigações, quer judiciais quer jornalísticas, pode chegar-se a outras transgressões, havendo uma cadeia no processo de desocultação. O quadro 86 mostra-nos como a partir de um caso podem derivar outros, constituindo-se uma rede propagadora de revelações.

²¹² Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto.



QUADRO 86. A teia desocultada a partir do caso Face Oculta.

O processo de desocultação de escândalos tem por vezes origem noutros processos, detetando-se indícios de transgressões inesperadas quando originariamente se investiga um primeiro caso. O processo Face Oculta é disso exemplo. Tudo começou com uma investigação a Manuel Godinho, empresário de sucatas e de tratamento de resíduos, da zona de Aveiro, bem como a alguns políticos ligados ao Partido Socialista, como os ex-governantes Armando Vara e José Penedos, ao filho deste último, Paulo Penedos, entre outros responsáveis por empresas da esfera do Estado. A justiça encontrou indícios de “um esquema de corrupção e tráfico de influências garantindo subornos e acesso a informação e negócios de sucesso com empresas participadas pelo Estado”, como referiu o *Diário de Notícias*, quando aludiu ao caso, fazendo paralelismo com uma rede tentacular²¹³.

Todavia, em 5 de fevereiro de 2010, com base no acesso a escutas do processo, o *Sol* revelou um novo escândalo, sustentando que estaria em marcha um plano para a compra da TVI pela Portugal Telecom, com interesse e conhecimento direto do primeiro-ministro, José Sócrates. O semanário esforçava-se por fazer encaixar as peças do *puzzle* e compreender as motivações dos envolvidos, admitindo assim a existência de um outro caso: o Jornal de sexta da TVI. Este consistiu em, alegadamente, afastar a pivô Manuela Moura

²¹³ <http://www.dn.pt/especiais/especial.aspx?especial=Face%20Oculta&seccao=Economia>, acedido em 2 de julho de 2015.

Guedes do programa informativo que tinha José Sócrates como alvo preferencial das notícias e considerações da jornalista.

No decorrer da investigação do caso Face Oculta foi escutada uma chamada telefónica do socialista Paulo Penedos, assessor do administrador da PT e do Taguspark Rui Pedro Soares, para o seu colega de partido e na altura secretário de Estado da Defesa, Marcos Perestrelo, revelando que poderá ter havido um aliciamento ao ex-futebolista Luís Figo para este apoiar Sócrates nas legislativas, a troco de um contrato publicitário no valor de 750 mil euros. Com efeito, no último dia da campanha eleitoral de setembro de 2009, Figo tomou o pequeno-almoço com Sócrates, tornando o encontro público e tecendo elogios ao governante²¹⁴.

Esta teia de casos que aqui aduzimos não deve ser confundida com o que Thompson designa por transgressões de segunda ordem (conforme abordámos no ponto 1.7. da primeira parte da presente dissertação), uma vez que estas se baseiam na transferência de “uma ofensa original para uma série de subseqüentes ações que têm como objetivo esconder a ofensa” e encobrir a transgressão (Thompson, 2002: 43-45) através de atos como obstrução, negações falsas e mentiras, que acabam por “abastecer” o escândalo. Porém, a seqüência de casos que relatámos atrás e que decorrem direta ou indiretamente de um processo principal pode ser classificada como a “teia da desocultação”, consistindo esta na revelação de escândalos descobertos a partir de um caso original.

3.10. AS PEÇAS ASSINADAS: “DO ANONIMATO À PERSONALIZAÇÃO”

Há um episódio que logra aqui ser realçado, notabilizando a questão da assinatura das notícias. Um incidente que envolveu um ministro, um magnata dos casinos de Macau e um jornalista que fortuitamente terá observado o encontro entre os dois primeiros. O que resulta desse episódio é que o semanário *O Independente* se tornou um dos primeiros jornais, se não o primeiro, a deliberar que, daí em diante, em todas as peças publicadas – todas – passaria a figurar o nome do seu autor. Eis a história. Em 15 de setembro de 2000, o então diretor Miguel Esteves Cardoso escreveu um artigo de duas páginas²¹⁵, relatando um incidente que observara no Hotel do Guincho e que já antes havia motivado um artigo de opinião. Segundo o diretor de *O*

²¹⁴ *Público*, 16 de abril de 2010, pp. 2-3.

²¹⁵ *O Independente*, 15 de setembro de 2000, p. 4-5.

Independente, o ministro das Finanças Pina Moura encontrara-se aí com o magnata dos casinos Stanley Ho, também proprietário do hotel. O único jornalista a presenciá-lo terá sido mesmo Miguel Esteves Cardoso. Todavia, o *Expresso* acabaria por noticiar o teor do encontro, mesmo sem ter estado presente. Segundo Esteves Cardoso, “a notícia é (...) uma longa justificação da atitude do ministro, embora fosse escrita no vácuo, sem citar qualquer fonte ou sequer disfarçar com as habituais ‘fontes próximas’. Era claramente um recado do próprio ministro.”

Em tom de reprimenda, Miguel Esteves Cardoso considera que “a insinuação, o ‘diz-se’, o ‘parece que’, o ‘consta que aconteceu’, o efeito, perverso até mais não, é inculcar no leitor uma sensação de maior verdade do que as notícias e as reportagens abertamente redigidas e assinadas”, acrescentando que “é importantíssimo, para o leitor, perceber que tudo o que se publica num jornal é escrito por uma pessoa real, por um jornalista – isto é, pensado, medido, selecionado e redigido”. E interroga-se com manifesta ironia: “Se algum leitor se dirigisse ao *Expresso* para perguntar como é que sabem (...), não vejo hipótese de resposta. A notícia não está assinada. Não se cita fonte alguma.” Tal como escreveu Miguel Esteves Cardoso a abrir o artigo, a partir desse dia, “todos os textos de *O Independente* (...) serão assinados pelos jornalistas que os redigiram”.

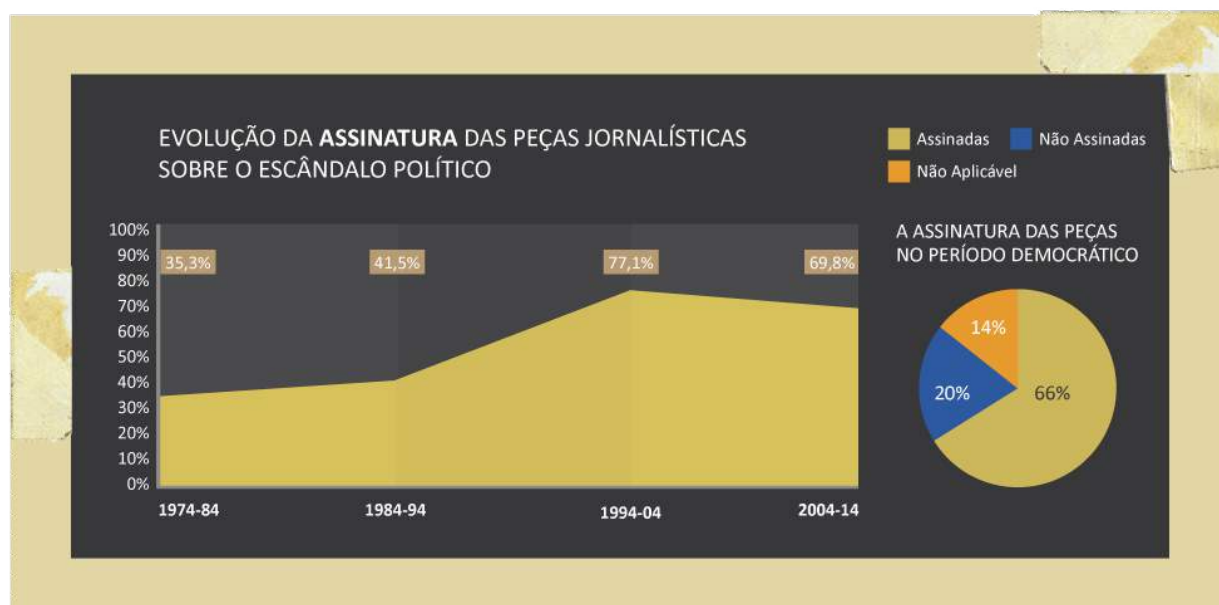


FIGURA 37. O artigo de Miguel Esteves Cardoso em *O Independente*, 15 de setembro de 2000, pp. 4-5.

Este episódio aqui narrado abre o mote a um aspeto essencial da análise dos *media*, que consiste na assinatura das peças tendo como fito a exposição da autoria do conteúdo informativo, ou, visto na perspetiva salientada de Estrela Serrano, “do anonimato à personalização” (Serrano: 2006: 315). De facto, tratando-se de temáticas políticas, onde informações são amiúde plantadas sem revelação da origem que conduziu à elaboração da notícia, a assinatura da peça jornalística reveste-se de uma acrescida credibilidade ao imputar

ao seu autor a responsabilidade do que é publicado. É que “lá [na política], fala-se *off the record* como em nenhum outro sítio” (Fidalgo, 2004: 18). Assim, visando um certo jornalismo interpretativo, Joaquim Fidalgo considera mesmo que, “há exigências de conduta, em termos profissionais e éticos, que não consentem qualquer refúgio das opiniões próprias sob o manto do anonimato” (Fidalgo, 2004: 34).

As regras convencionadas como prática de cada jornal no que concerne às normas de assinatura dos artigos confluem para uma certa harmonia com a identidade editorial desse órgão de informação. Todavia, há no plano ético e deontológico determinações que induzem a um “dever ser” jornalístico. O artigo 5.º do Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses refere que “o jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e atos profissionais”. O que passa, necessariamente, pela atribuição da autoria das peças publicadas. Note-se que o Código Deontológico dos Jornalistas portugueses que vigorou de 1976 a 1993, ao contrário do atual código e de outros em vigor noutros países²¹⁶, era omissivo quanto ao expresso dever de os profissionais deverem assumir a responsabilidade dos seus trabalhos, o que justifica, de certa forma, a baixa taxa de assinaturas das peças nas duas primeiras décadas democráticas, como se pode constatar através do quadro seguinte.



QUADRO 87. Evolução da assinatura das peças jornalísticas sobre o escândalo político.

²¹⁶ O código deontológico francês assume que “um jornalista digno desse nome assume a responsabilidade de todos os seus escritos, mesmo anónimos”, o código da Grã-Bretanha/NUJ esclarece que “um jornalista deve assumir a responsabilidade por tudo o que envia para o seu jornal ou agência” e o código dos EUA/Sigma Delta Chi refere que “[...] o fundamental para os jornalistas deve ser a sua responsabilidade perante o público: esta é a índole da sua profissão (n.º 2) e os jornalistas devem ser responsáveis pelas suas informações” (Pina, 2000: 121-122).

Este quadro 87 mostra-nos que durante as duas primeiras décadas do período democrático não foi dada relevância ao critério de assinatura de peças, figurando estas apenas em 35,3% na primeira década e em 41,5% na segunda. Esta contagem exclui os artigos de opinião, bem como outros géneros como as notícias breves (e outras de igual dimensão), as manchetes, as chamadas, as fotolegendas e os títulos (a estas últimas atribuímos a designação “Não Aplicável”). É também encarada como peça assinada a que aparece apenas com iniciais, por estas serem habitualmente colocadas quando o jornalista já assinou uma peça na mesma edição, usando-se as iniciais do nome profissional para fugir à recapitulação; e consideramos igualmente enquadrada como peça assinada a que se reporta a artigos de agências noticiosas.

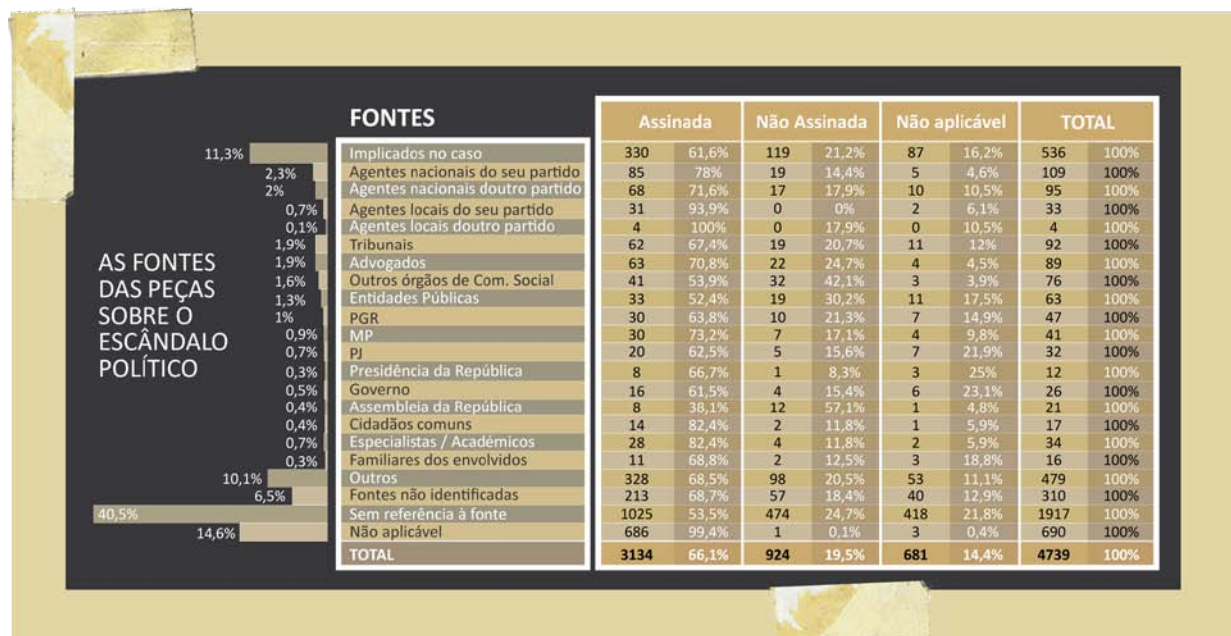
Prosseguindo a análise, observa-se que a terceira década, entre 1994 e 2004, surge como aquela em que é publicado um maior número de peças assinadas, com 77,1%. Já na quarta década o valor desce 7,3 pontos percentuais, para 69,8%. Esta inversão da tendência suscita uma certa opacidade na cobertura jornalística, dado não velar pelos preceitos éticos e deontológicos que a colocação da assinatura representa, sobretudo tratando-se da revelação de aspetos de desocultação de transgressões políticas, o que vem agudizar esta anotação. Neste enquadramento, convém mencionar também que um dos motivos que podem conduzir à ausência de assinatura advém da recusa do próprio jornalista, ocasionado por alterações à peça original que modifiquem o teor ou o sentido, durante o processo de edição.

Num quadro total do período democrático, observado no gráfico da direita, contabilizando as quatro décadas analisadas, regista-se que 20% das peças não são assinadas, um número substancialmente mais baixo do que o observado no trabalho de Estrela Serrano sobre a cobertura das eleições presidenciais entre 1976 e 2001, no que respeita aos dados coligidos pela autora a partir do *Diário de Notícias*. Ainda assim, consideramos que o valor extraído da nossa análise – em que 20% das peças passíveis de serem assinadas não o são – é nefasto para a credibilidade da cobertura jornalística do escândalo político.

3.11. AS FONTES

O tema tratado no ponto anterior, sobre a autoria das peças jornalísticas, poderá estar correlacionado com a questão das fontes de informação, uma vez que o anonimato das peças, dando guarida a uma ausência de revelação de fontes, influi sobremaneira na credibilidade cuidada pelos preceitos éticos da profissão. O Código Deontológico dos Jornalistas

portugueses, aprovado em 4 de maio de 1993, refere no seu ponto 6.º que “o jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes”. O quadro seguinte visa cruzar a identificação das fontes com as peças assinadas.



QUADRO 88. As fontes das peças sobre o escândalo político.

Os jornalistas não presenciam a maior parte dos factos que relatam. Eles recorrem às chamadas fontes de informação (Fontcuberta, 1999: 46), que tanto podem ser pessoas como instituições, que transmitem algo com potencial de ser noticiado. No processo de produção noticiosa, a relação entre o jornalista e as suas fontes é um dos mais complexos temas, sobretudo se a fonte for exclusiva, ou seja, se não for partilhada pelos demais órgãos de informação. Estas fontes garantem aos *media* um volume de informação que é a sua matéria-prima de trabalho e que acaba por resultar na peça informativa que chega finalmente ao público. Neste âmbito, não podemos ignorar a avisada observação de Joaquim Fidalgo (2009: 127), ao salientar que:

“[o jornalista] vê-se condicionado pelas fontes informativas às quais tem obrigatoriamente de recorrer e que, sobretudo nas décadas mais recentes, foram adotando métodos muito sofisticados e persuasivos para ‘marcarem a agenda’ dos noticiários e, mais que isso, influenciarem os ângulos de abordagem e as interpretações jornalísticas nas matérias que dizem respeito.”

Conforme haja ou não intenção de concretização de um acontecimento, Molotch e Lester (1974: 133) tipificaram esses mesmos acontecimentos em rotina, escândalo, acidente e acaso. Segundo estes autores, o escândalo integra apenas uma pequena parte dos acontecimentos, atribuindo à rotina a maior parte. O escândalo depende da atividade intencional dos delatores (*informers*), cujas posições são antagónicas às do protagonista do escândalo (1974: 131-132).

O quadro 88 transmite-nos que as peças sem referência a qualquer fonte são as que têm maior representatividade no âmbito do escândalo político, encontrando-se em 40,5% dos casos, ou seja, em 1917 peças. Destas, 474 não são assinadas, representando o valor numérico mais elevado entre as peças deixadas sem a referência ao seu autor. Rogério Santos concluiu no seu trabalho sobre “a negociação entre jornalistas e fontes” que “a fonte de informação mantém uma permanente disponibilidade face à busca dos jornalistas” (2000: 193). O que torna mais curioso o número elevado de peças sem referência às fontes, induzindo que, no processo de negociação entre ambos, os primeiros cedam em acomodar informação sob o manto do anonimato. Por um lado, isso pode ser compreensível dado que, de outra forma, o jornalista não obteria a informação desejada ou perderia a “vantagem competitiva no acesso a informação qualificada” (Fidalgo, 2009: 128). Mas, por outro, a sua contribuição para o “dever ser” deontológico de privilegiar a identificação das fontes acaba por anular-se.

O episódio que contámos no ponto anterior, narrado nas páginas d’*O Independente* por Miguel Esteves Cardoso, que atingia o magnata Stanley Ho e o então ministro das Finanças Pina Moura, é uma crítica deste jornal ao rival *Expresso* por este, de acordo com o que escreveu Esteves Cardoso, ter aceitado ser “moço de recados do poder”, acrescentando que “nenhum jornal deve aceitar, senão na forma de publicidade paga e devidamente identificada como tal, as comunicações não mediadas de membros do governo. (...) É o dever de um jornal identificar o que publica. Temos de dizer X diz e Y responde”. O que aqui aproveita à presente dissertação é a menção de Esteves Cardoso à total ausência de fontes na notícia do *Expresso*.

Registamos que a percentagem onde a assinatura das peças é menos utilizada reporta-se aos casos em que as fontes provêm da Assembleia da República. Uma explicação possível reside no facto de haver repórteres parlamentares acreditados, que circulam diariamente nos corredores da Assembleia e se sentam nos bancos dos corredores internos com deputados dos vários partidos, numa relação evidentemente exposta aos olhares presentes. A ausência de

assinatura pode ser, nesse sentido, por vezes, também uma proteção da fonte, evitando denunciá-la. Como sustentam alguns autores, os jornalistas estabelecem com algumas fontes laços pessoais fortes, de confiança e alguma cumplicidade. Nalguns casos, a insuficiência de conhecimento específico do jornalista quanto a uma matéria que se revele complexa, proporciona que o jornalista confie na explicação prestada pela sua fonte, ajudando-o a compreender o assunto, o que, como é lógico, é suscetível de comportar a perspetiva da fonte, que dificilmente se encontra isenta do seu interesse particular ou cooperativo. A dependência dessa fonte leva a que o jornalista se torne uma espécie de “porta-voz” da informação que lhe é prestada (Mancini, 1993: 40; Santos, 2000: 54).

Em 11,3% das vezes são os próprios implicados no caso que surgem como fonte ao abastecimento do escândalo, no uso de uma estratégia, planeada ou espontânea, de interferir nos seus efeitos. Quando os jornalistas procuram obter a declaração ou a informação de outros agentes políticos alheios ao escândalo, trazendo para a ribalta mediática a sua perspetiva, estão no fundo a promover um cenário de conflito entre os diferentes atores políticos e a tornar o novelo da história mais atrativo para o público, como tem sido reconhecido pela literatura (Fallows, 1997; Gomes, 2004; Schudson, 2004), permitindo simultaneamente sublinhar o poder dos *media* face ao poder político. Observa-se no quadro 88 que, entre as fontes partidárias, os semanários nacionais que compõem o *corpus* de análise privilegiam como fontes expostas os políticos nacionais colegas de partido do protagonista do escândalo. Esse facto leva-nos a considerar que os políticos que se encontram nos partidos opositores têm aqui em concreto uma menor saliência, resguardando-se da exposição pública quando se trata de abordar um caso de escândalo protagonizado por um adversário. O que induz que o jogo político é feito nos bastidores (Goffman, 1993).

Uma outra percentagem significativa no espetro dos informadores das peças sobre o escândalo diz respeito às fontes não identificadas, que têm um peso de 6,5%, de acordo com o quadro exposto. Vejamos um exemplo introdutório a esta questão: em 11 de fevereiro de 1989, o *Expresso* referia ter sabido quem iria ser o advogado de Miguel Cadilhe no caso da Sisa, através de “uma fonte fidedigna”²¹⁷. Este tipo de expressões, como “fonte credível”, “fonte segura”, “fonte fidedigna”, entre outras palavras sinónimas, é usado com alguma frequência. Desde logo, a adjetivação abonatória da fonte coloca problemas não à fonte mas aos *media*, uma vez que, sendo crível que o jornalista só publica uma informação se tiver a

217 *Expresso*, 11 de fevereiro de 1989, capa.

certeza de que a fonte é verdadeira e insuspeita, não tem por que caracterizar as suas fontes com adjetivação diferenciadora.

Sem o conhecimento pleno de quem são as fontes não identificadas (6,5%) e as não referidas nas peças (40,5%), que somam neste quadro 47% do total, seria incauto avançarmos com mais conclusões para além das que aqui referimos. Dessa forma, dizer por exemplo que algumas instituições da justiça (PGR, MP, PJ) têm uma baixa representatividade enquanto fontes de informação seria declinar a possibilidade de a transferência da ocultação das fontes para um plano de visibilidade poder trazer revelações mais auspiciosas ao conhecimento do aparecimento e do provimento do escândalo político. Note-se, por exemplo, que o investigador António João Maia (2008) já havia concluído, no seu estudo de caso sobre a cobertura jornalística da "corrupção", que,

"relativamente às fontes a que os jornalistas recorreram para aceder à informação de que necessitam para poderem redigir as respetivas notícias, caberá referir que, para lá do facto de 1/3 das notícias não revelarem essa fonte de informação, 21,3% delas (cerca de 1 em cada 5) referem as instituições da justiça como a respetiva fonte que esteve na sua origem, o que poderá ser um indicador claro do respeito que essas mesmas instituições consagravam à regra então vigente, do absoluto secretismo em torno da condução de um qualquer processo de investigação criminal" (Maia, 2008).

Duas correntes opõem-se na determinação da quebra do segredo de justiça e conseqüente abastecimento do escândalo com a disponibilização de novas informações para a cobertura noticiosa. Assim, protagonistas da política e da justiça opõem-se com frequência nas acusações recíprocas quanto à autoria da delação. Em retrospectiva, podemos colher as duas versões: do lado da justiça, a procuradora Maria José Morgado é taxativa quanto à consideração de que “a justiça-espetáculo é mediatização mórbida que interessa mais a certos influentes do que aos magistrados, na medida em que corrói o processo”²¹⁸. No mesmo sentido, o procurador Carlos Ferreira²¹⁹ sugeriu que "as denominadas violações do segredo de justiça nunca aproveitam à investigação". Por outro lado, é uma jornalista especializada em assuntos de justiça, Sofia Pinto Coelho, a lembrar que, "informalmente, a Polícia ou o Ministério Público libertam informações sobre o suspeito de um crime, geralmente para transmitir a imagem de que trabalham bem, mas sem acautelarem minimamente a presunção de inocência dos visados” (Coelho, 2005: 18). Saber a

²¹⁸ *Expresso*, 13 de dezembro de 2014, p. 25.

²¹⁹ O procurador Carlos Ferreira foi titular do processo Face Oculta na sua fase inquérito, tendo assegurado conjuntamente a representação do MP no julgamento e fases posteriores.

autoria das fugas dos processos que incidem sobre escândalos políticos está então apenas nas mãos do jornalista que estabelece a relação com a fonte.

Pelo exposto, verifica-se que os jornalistas são cuidadosos na proteção das suas fontes de informação, cimentando as relações de confiança entre uns e outros, o que vem servindo de garantia que novas revelações terão o mesmo tratamento cauteloso e diligente. O artigo 6.º do atual Código Deontológico dos Jornalistas portugueses, já aqui referido, sugere que “o jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, exceto se o tentarem usar para canalizar informações falsas”. Com efeito, raros são os casos em que, por imperativos previstos no Código, o jornalista quebra o compromisso firmado com o político.

De acordo com o relatado pelo Sindicato dos Jornalistas, em 6 de dezembro de 2000, o ministro Armando Vara tomou a iniciativa de contar a um jornalista da Rádio Renascença que equacionava sair do governo liderado por António Guterres. Tendo-lhe perguntado se podia divulgar a novidade, Vara consentiu, sob condição de ser dito na peça que a informação partira de “fonte próxima do gabinete”. Armando Vara terá chegado inclusivamente a ler o teor da carta de demissão já redigida. Posto isto, a Rádio Renascença avançou com a notícia. No dia seguinte, Vara veio a público desmentir formalmente a notícia que ele próprio havia veiculado. Por esse motivo, a direção da Rádio Renascença denunciou o ministro que, aparentemente, usou o jornalista para apurar a sua robustez no executivo²²⁰.

Embora o Código Deontológico de 1993 admita libertar do dever de sigilo o profissional manifestamente manipulado pela fonte de informação, o que constitui uma inovação face ao Código Deontológico de 1976 (Pina, 2000: 88), este caso espoletou uma recomendação do Sindicato dos Jornalistas portugueses que veio em sentido contrário, não permitindo a denúncia da fonte, sustentando que “a credibilidade da informação veiculada é da responsabilidade do jornalista, que tem de a assegurar”, advertindo que a denúncia “enfraquece as garantias futuras de confidencialidade de fonte, sabendo-se que o recurso às fontes confidenciais, protegidas pelos jornalistas contra todas as eventualidades, é essencial para uma informação livre ao serviço da cidadania”²²¹.

As várias questões suscitadas sobre as fontes não são recentes e encontram-se no cerne da discussão dos *media*. Aliás, raras são as análises académicas que escapam à observação do assunto. Ao longo do período democrático foi sendo cada vez mais perceptível a importância do

²²⁰ <http://www.jornalistas.eu/?n=73>, acedido em 6 de julho de 2015.

²²¹ *Idem*.

tema na aferição das relações entre políticos, jornalistas e agentes da justiça. Quando era ainda diretor do *Expresso*, José António Saraiva falava no “terreno pantanoso” “onde políticos e jornalistas se encontram e trocam informações e, por vezes, favores” (Saraiva, 2007: 191). José Pedro Castanheira, nos Encontros da Arrábida, em 25 de outubro de 2003, confirmou que a partir dos anos 90 do século anterior começaram a chegar aos jornais "dicas, denúncias, histórias, relatórios e dossiês – polémicos, quentes, explosivos", provenientes de "gabinetes de ministros ou secretários de Estado, departamentos de inspeção, círculos da Polícia Judiciária, fontes da PGR, tribunais e várias instâncias, Presidência da República" (Serrano, 2006: 229-230). É claro que estamos diante de uma tensão entre as várias forças que intervêm no escândalo. Tal como fica também claro que este facto, independentemente de quem vence a tensão, aproveita aos *media*, pois sem acesso às fontes não é possível fazer jornalismo.

3.12. A OPINIÃO

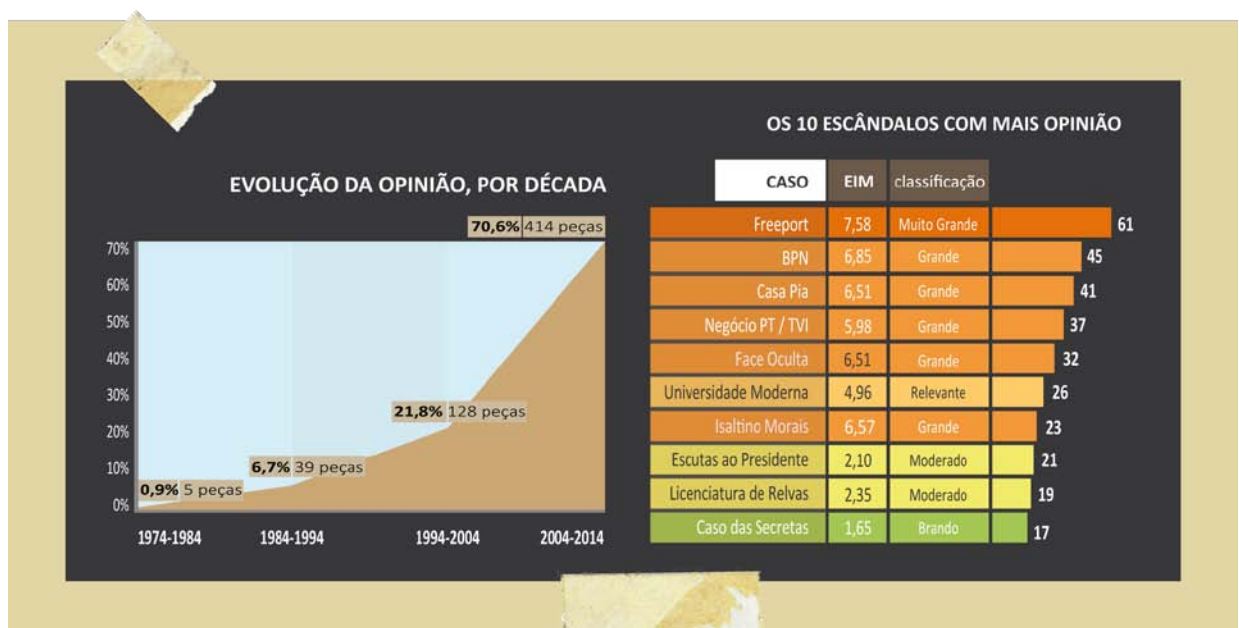
Enquanto género jornalístico, a opinião “está perfeitamente estabilizada e enraizada nas rotinas produtivas dos diversos títulos da imprensa”, considera a investigadora e professora da Universidade Católica Portuguesa Rita Figueiras (2005: 82). As peças que integram esta variável (editoriais e artigos de opinião) inserem-se no âmbito de uma opinião composta e expandida, “por contraposição à dimensão noticiosa dos jornais, que remete para os factos” (Figueiras, 2005: 56), concorrendo por isso para o propósito traçado neste ponto, que consiste na verificação da evolução deste género, mas também do perfil genérico de quem opina nos *media* sobre os escândalos políticos durante o período democrático. Excluimos por isso os géneros “elevador”, “entrevista”, “direitos de resposta” e “*cartoon*”, que compõem uma conceção mais circunscrita e sintética dos temas, embora não declinemos que estas espelham um juízo por parte dos seus autores face ao objeto tratado.

Os editoriais são da responsabilidade da direção do jornal e acolhem a livre opinião deste órgão de informação face a determinado tema, sem ferir os preceitos deontológicos. Já os artigos de opinião, também designados colunas de opinião, são da responsabilidade dos colaboradores, que tanto podem ser membros da redação como exteriores ao órgão de informação.

Nesse sentido, as peças de opinião apresentam um crescimento constante e acentuado ao longo das quatro décadas democráticas, notando-se uma ascendência mais proeminente na última década, com 70,6% das opiniões sobre escândalos, sendo este valor percentual substancialmente superior ao das peças publicadas neste período, que se cifra nos 57,9%, como tivemos ocasião de constatar anteriormente. Como já havíamos mencionado também no ponto

de análise aos géneros jornalísticos, a opinião é o segundo género mais utilizado para a abordagem ao escândalo político, com 12,4% do total.

De acordo com o quadro 89, terá contribuído para este expressivo aumento de artigos de opinião sobre escândalos políticos não apenas o aumento de casos e o conseqüente aumento do número de peças, mas também a natureza dos casos e a sua intensidade mediática. O gráfico da direita permite-nos extrair que os casos de maior intensidade são também os que tendencialmente colhem maior número de artigos de opinião. Estes dez casos que colocamos em evidência (10,1% do total), captam mais de metade (54,9%) das peças de opinião.

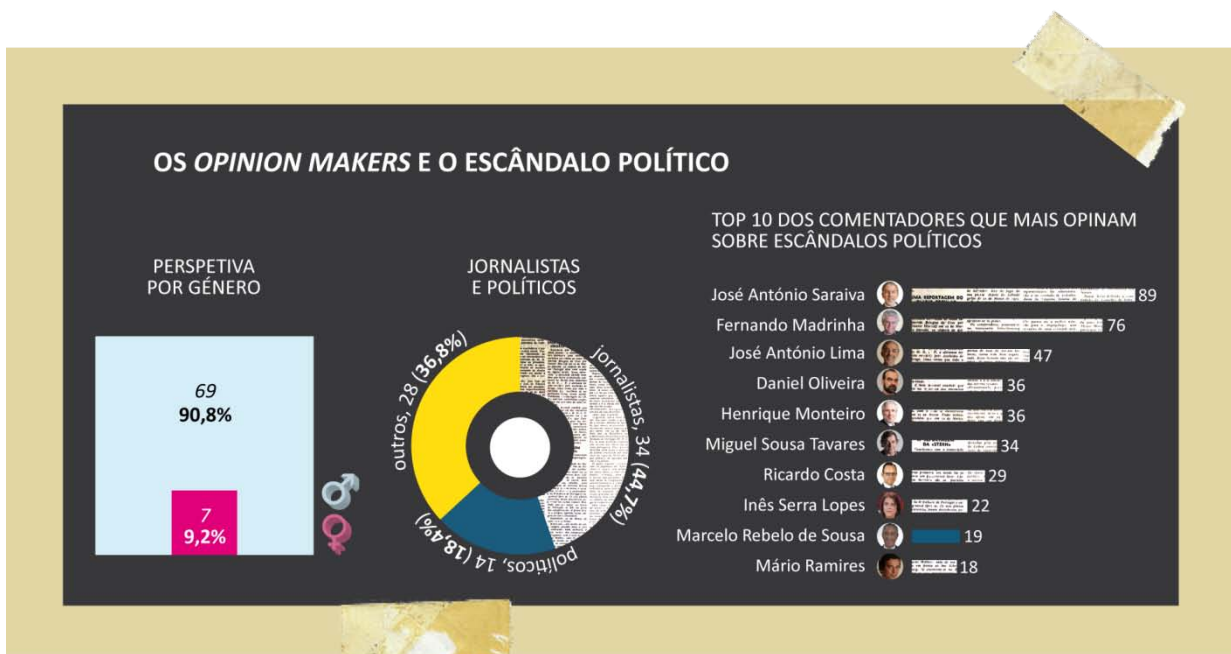


QUADRO 89. Evolução da opinião ao longo das quatro décadas democráticas.

Segundo Rita Figueiras (2005: 56), podemos entender por *opinion makers* “o conjunto de colaboradores permanentes do espaço opinião”. O quadro seguinte revela que os articulistas que opinam sobre escândalos políticos são homens, em 90,8% dos casos, e 44,7% dos artigos são assinados por jornalistas e 18,4% por políticos. O estudo de Rita Figueiras vem constatar a existência de um número inferior de jornalistas face aos não-jornalistas, à razão de 1/3 para 2/3, nas colunas de opinião de cinco jornais generalistas nacionais, entre 1980 e 1999. Noutro estudo da mesma autora, entre 2000 e 2005, no espaço “Opinião” dos jornais de referência portuguesa, os jornalistas ocuparam uma quota de 32% no universo dos comentadores (Figueiras, 2008: 418). A percentagem de jornalistas que aqui apresentamos (44,7%), relativa não ao tema genérico “política nacional” mas ao tema concreto “escândalo político”, embora

incidindo sobre distintos *corpus* de análise, encontra-se acima dos valores expostos por Figueiras (2005 e 2008), o que nos permite apontar como hipótese a existência de uma propensão mais expressa por parte dos jornalistas para o comentário de escândalos.

A participação de jornalistas nos blocos de opinião ganha importância tendo em conta a sua participação no “tribunal mediático” do escândalo, em que estes deixam o seu papel de zeladores da verdade informativa, factual e escorada em critérios de objetividade, para se constituírem em especialistas políticos interessados em analisar e avaliar as consequências políticas do escândalo. Como sustentam Allern e Pollack, “através dos seus julgamentos de valor, os *opinion makers* passam a exercer um papel de atores políticos visíveis” (Allern e Pollack, 2012: 21).



QUADRO 90. Quem escreve artigos de opinião sobre o escândalo político.

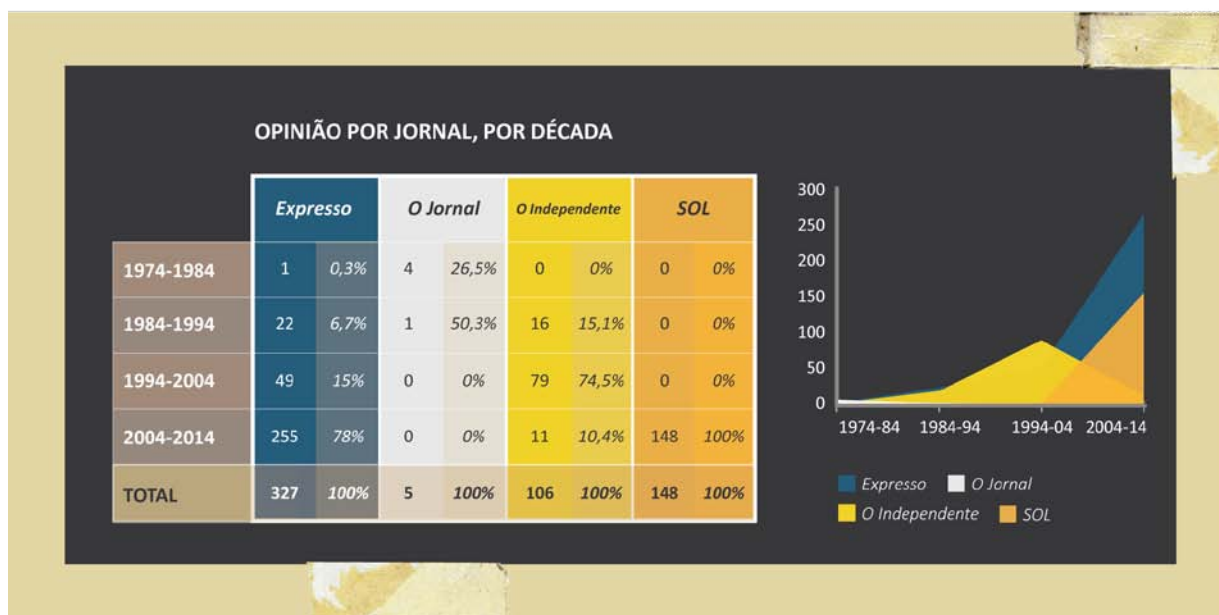
O facto de haver atualmente uma preponderância no recurso à utilização de jornalistas em colunas opinativas demonstra que hoje os *media* estão a usar os seus próprios editores e redatores para fazer comentário. Nesse sentido, é comum observar-se, sobretudo na televisão e rádio, um jornalista a entrevistar outro jornalista, embora agora no papel de especialista. Como notam Allern e Pollack, “isto repercute-se numa espécie de círculo de dança, de estúdio para estúdio, em que os órgãos de comunicação convocam os principais comentadores para interpretar a evolução, os significados e as tendências” (Allern e Pollack, 2012: 21). Este facto, aliado à frequência com que a opinião e o comentário dos jornalistas

são utilizados, vem afirmar o poder de definição da comunicação social e o seu desejo de intervir na cena política. Como vaticinam ironicamente Allern e Pollack, “se o sacerdócio dos *media*, *i.e.*, os especialistas da imprensa, com os seus poderes de interpretação, declaram que um político envolvido num escândalo está politicamente morto, esse julgamento geralmente funciona como uma profecia auto-realizável” (Allern e Pollack, 2012: 21).

No que concerne ao destaque detido pelos jornalistas no enfoque opinativo do escândalo político em Portugal, observamos que estes representam nove dos dez autores com maior número de artigos de opinião. Mesmo o único político que aqui considerámos enquanto tal, Marcelo Rebelo de Sousa, já esteve ligado aos *media* antes de ter enveredado e de lhe ser reconhecido o posicionamento político, tendo sido deputado, governante, candidato autárquico e presidente do PSD, entre outras funções políticas que exerceu.

José António Saraiva, diretor do *Expresso* e mais tarde do *Sol*, lidera os artigos de opinião sobre os casos de escândalo político, com 89 artigos, entre colunas de opinião e editoriais, destacando-se a sua coluna no *Expresso*, intitulada *Política à Portuguesa*, que durante anos assinou, e, atualmente, no *Sol*, a coluna *Política a Sério*. Fernando Madrinha e José António Lima foram igualmente jornalistas no semanário da Impresa, tendo-se transferido, embora em momentos diferentes, para a redação do *Sol*, o mesmo jornal que deu palco aos artigos de Marcelo Rebelo de Sousa e de Mário Ramires, estando este último ligado à *holding* que tutela o periódico, mantendo o seu artigo semanal, desde o tempo em que estava dedicado exclusivamente à redação do jornal. Inês Serra Lopes, que foi redatora e depois diretora e ainda proprietária do jornal *O Independente*, aparece na lista dos dez colunistas que mais opinam sobre os casos de escândalo político, assinando 22 artigos. Os restantes quatro colunistas têm as suas rubricas regulares no *Expresso*.

Numa análise comparativa entre os quatro semanários alvo do nosso estudo, destacamos que o *Expresso* é o que regista maior número de artigos de opinião publicados. Se, de alguma forma, este facto pode parecer natural, devido à longevidade deste periódico face aos restantes, verificamos, no entanto, que, na última década, este jornal exhibe maior número de artigos de opinião sobre o escândalo político do que o seu rival *Sol*, o que indicia que o *Expresso* acaba por ter maior número de articulistas que, no seu conjunto, conferem um volume mais expressivo de opinião.



QUADRO 91. Opinião por jornal, por década democrática.

Estes dados revelam igualmente a propensão para um jornalismo mais interpretativo, sobretudo desde o período que coincide com o aparecimento de *O Independente*, em finais dos anos 80 do século anterior (Serrano: 2006: 340). *O Jornal* é o periódico que menos expressão apresenta, dando sinais de que a mais escassa opinião praticada na primeira década democrática e o menor volume de cobertura de escândalos políticos resultam num número exíguo quando colocado em perspetiva o fenómeno na totalidade do período democrático.

A opinião exibida nos jornais pelos seus articulistas pode ser correlacionada com outras variáveis que temos vindo a abordar nesta análise. O quadro 92 permite-nos recolher dados quanto ao posicionamento das peças de opinião no que concerne à valorização gráfica, ao tom dos artigos face aos políticos visados e à fase do escândalo em que esses mesmos artigos incidem.

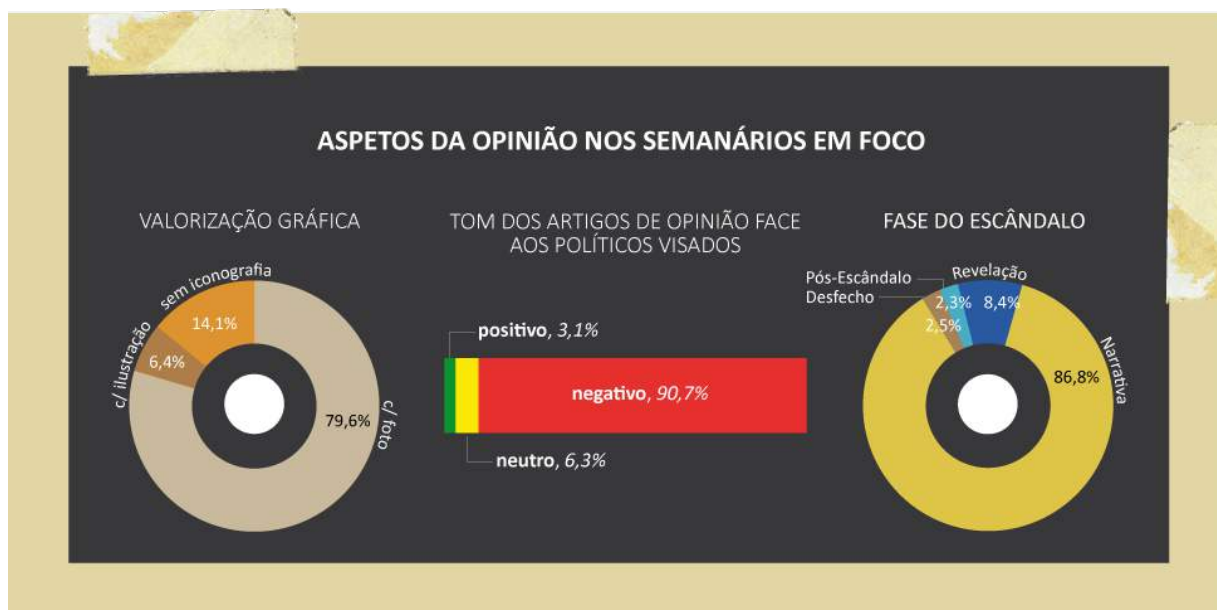
Como podemos observar, 79,6% dos artigos de opinião são acompanhados por fotografia, o que não pode ser considerado invulgar neste tipo de peças, uma vez que a imagem utilizada reporta-se, na maioria dos casos, à fotografia do seu autor. Todavia, como tivemos já ocasião de mencionar, o recurso à imagem é um potencial captador da atenção do público, pelo que este tipo de artigos tende a ser mais visto do que outros sem valorização gráfica. A utilização da imagem é mais expressiva nas peças de opinião, quando comparadas com a

totalidade dos artigos referentes aos escândalos. Se, no plano geral, 33% das peças não incluem qualquer valorização gráfica para além do texto, já quanto aos artigos de opinião, esta ausência imagética baixa para 14,1%, enfatizando a importância crescente deste género para os *media*.

No que respeita ao tom que os *opinion makers* conferem aos protagonistas do escândalo político, este é negativo em 90,7% dos casos, face aos 83,8% contabilizados no somatório das peças do *corpus*. Sublinhamos também que, em termos comparativos, na totalidade das peças que analisámos na presente dissertação, 11,8% são classificadas como equilibradas/neutras, enquanto nos artigos de opinião a percentagem em que se regista uma atmosfera de neutralidade face aos visados é inferior, cifrando-se nos 6,3%. No âmbito do estudo do escândalo político, a construção de um clima de opinião pode ser favorável ou não a um político ou a um determinado caso, podendo afetar diretamente capitais de extrema importância como a reputação e a confiança.

Os comentadores abordam o escândalo “destacando a gravidade da transgressão, sublinhando o princípio da igualdade perante a lei, exigindo a demissão do político envolvido, etc. Uma análise mais extrema é suscetível de atrair mais atenção dos *media*” (Jenssen e Fladmoe, 2012: 61). O cuidado deontológico de neutralidade não é extensivo ao espaço de opinião. Aliás, o código deontológico dos jornalistas portugueses, no seu artigo primeiro, esclarece que “a distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público”, à semelhança da velha máxima anglo-saxónica de que “as opiniões são livres, os factos são sagrados”.

A outra variável que nos propusemos aqui tratar pretende apurar qual o volume de artigos de opinião em cada fase do escândalo político. Com efeito, tal como acontece com a generalidade do nosso *corpus* de análise, o período da Narrativa é o mais utilizado pelos *opinion makers*. As outras fases são menos significativas, notando-se uma saliência mais destacada na Revelação, com 8,4% dos casos, ao passo que o Desfecho colhe apenas 2,5%; o Pós-escândalo, 2,3%; e o Pré-escândalo não conta com qualquer artigo de opinião.



QUADRO 92. Os artigos de opinião vistos na perspectiva da valorização gráfica, do tom dos artigos face aos visados e da fase dos escândalos em que é utilizada.

A opinião veiculada pelos *media* tem uma preponderância determinante na interpretação do público, afetando as suas preferências bem como a sua perceção da política. Uma das características da comunicação política contemporânea é a proeminência dos comentadores, transformados em líderes de opinião (Nord, Enli e Stúr, 2012: 88). As alterações estruturais nos *media*, tais como o aumento da concorrência, a comercialização, o enfoque pela captação de audiência e novas condições de produção, têm conduzido a modelos jornalísticos mais interpretativos e especulativos. Com o aparecimento de canais televisivos que transmitem em ciclos de 24 horas por dia, a necessidade de preenchimento do tempo de emissão colmata-se também apoiada em formatos assentes na análise e na opinião, recrutando jornalistas para esse efeito (Nord, Enli e Stúr, 2012: 89). A sua presença, contudo, não pode ser vista como artificial, uma vez que o conhecimento dos temas e o contacto com a informação e seus protagonistas avaliza a comparência do jornalista neste tipo de blocos.

No que concerne ao escândalo político, a história que fica para contar, a memória de outros casos que importa evocar, ou a emaranhada trama política e jurídica dos processos, recomendam uma simplificação da informação fornecida ao público, descomplexificando o novo do escândalo e enquadrando os casos. Características para as quais os jornalistas têm mostrado aptidão.

3.13. NOTAS DE REMATE

Ao longo deste ponto de análise, desdobrámos vários aspetos colhidos a partir da cobertura jornalística do escândalo político, tendo por base 4739 peças jornalísticas referentes aos escândalos políticos ocorridos na democracia portuguesa. Foram apurados 99 casos, extraídos a partir da pesquisa nos semanários de referência *Expresso*, *O Jornal*, *O Independente* e *Sol*, em que procurámos estabelecer padrões na cobertura e, simultaneamente, traçar o retrato do escândalo político enquanto fenómeno mediático que ocupa um lugar central na vida pública e política em Portugal.

Para esse retrato do escândalo político e identificação de padrões de cobertura jornalística, considerámos uma abordagem metodológica de análise de conteúdo dando primazia a temas como as tipologias do escândalo, a intensidade da cobertura (e um extenso rol de conceitos que a sustentam), o género e a produção da notícia, a alusão aos protagonistas do escândalo e sua reputação mediática, a geografia dos casos, os períodos de incidência e sua relação com as crises e momentos eleitorais, o ciclo de reprodução do fenómeno que a cobertura mediática permite aferir, entre outros aspetos onde incluímos o anonimato das peças, as fontes do escândalo e a opinião gerada.

Com base nas hipóteses de trabalho previamente estabelecidas, foi-nos possível trilhar um caminho que resfolegou nas respostas obtidas, após uma senda inspirada quer pelo objeto empírico quer pelo campo teórico que o suporta. Os dados coligidos permitem-nos extrair conclusões determinantes para a compreensão do escândalo político, bem como da relação entre os *media*, a justiça, os políticos e o público. Por vezes, essas conclusões ajudam a desmistificar ideias erradas que se encontram enraizadas na sociedade e que são amiúde repetidas na esfera pública. Mas outras vezes elas vêm corroborar, com maior ou menor surpresa, aspetos acolhidos pela intuição mas ainda sem prova académica, *i. e.*, sem confirmação metodológica validada. Embora algumas conclusões possam surpreender e empolgar, outras são suscetíveis de dececionar ou refrear algum entusiasmo. A busca da verdade sobrepõe-se a qualquer volubilidade e, eventualmente com imodéstia, estamos convictos de que procurámos nunca nos desviarmos dessa orientação. Veremos na última parte da presente dissertação, onde será feito o epílogo, que conclusões entendemos poder extrair deste estudo.

PARTE 4

EPÍLOGO

IV. EPÍLOGO

“Aqueles que exercem ou aspiram a posições de poder político sabem muito bem que o escândalo é perigoso, pode frustrar os seus planos e levar as suas carreiras a um final abrupto. Mas o escândalo pode também minar a sua capacidade de exigir o respeito e o apoio de outros.”

John B. Thompson

1. DIMENSÃO CONTEXTUAL

No momento em que iniciamos a redação deste epílogo, José Sócrates foi posto em liberdade condicional, após ter estado detido preventivamente no estabelecimento prisional de Évora durante nove meses, na sequência da Operação Marquês, por suspeitas de corrupção, branqueamento de capitais e fraude fiscal²²². Nunca na história da democracia tal tinha sucedido com um ex-primeiro-ministro. Mesmo sem conhecerem a acusação factual que sobre ele impende, apenas três semanas após a detenção, das 1436 pessoas que responderam ao nosso inquérito sobre a perceção relativa à sua inocência ou culpabilidade, só 4% afirmaram achar que o político está inocente. É que a justiça deixou cair o seu pesado manto de silêncio, dando espaço a que sucessivas notícias, grande parte de proveniência incógnita, fossem contaminando a inteligência pública. A justiça mantém-no privado de liberdade, enquanto decorrem as averiguações. Mas não pode dizer-se que este não esteja a ser julgado. O julgamento segue em permanência na arena mediática, com sessões diárias, proporcionando entretenimento informativo, sem que o visado tenha a oportunidade de defender-se. Uma espécie de juízo popular do ex-primeiro-ministro português tem sido assim precipitada pelos *media*, para gáudio de uma plateia sempre ávida de mais notícias.

A comunicação social expõe informação (alguma que se encontra em segredo de justiça) e fá-lo frequentemente logo a partir da fase inicial das investigações judiciais, empregando uma narrativa que aponta amiúde para a culpabilidade dos suspeitos, verificando-se, por vezes, em momento posterior, não haver sentença condenatória, o que facilita a perceção de dissonâncias entre a imprensa e os tribunais. De facto, *media* e justiça não têm necessariamente os mesmos propósitos nem se regem pelas mesmas pautas. Para além de que a velocidade dos primeiros é vertiginosamente superior: a notícia não precisa de semanas, meses ou anos, ela prescreve ao fim de apenas alguns minutos.

²²² Este caso encontra-se excluído do *corpus* do nosso trabalho, dado que teve início em novembro de 2014, estando a nossa análise confinada ao período entre 25 de abril de 1974 e 25 de abril de 2014.

A desocultação dos casos pelos *media* releva de um jogo de tensões em que nenhum dos intervenientes se abstém de lucrar com isso. A relação de poder que se verifica entre eles é reciprocamente instrumental. Quem fornece informação espera obter a vantagem de ver adversários expostos, ou apenas aprofundar uma relação de confiança com determinado jornalista. Já os jornalistas necessitam permanentemente das informações como matéria-prima para que o seu trabalho suscite interesse e seja “impactante”. Apesar disso, vão sendo escassas as situações em que as pessoas se sentem chocadas ou ofendidas com as supostas prevaricações. De acordo com o nosso inquérito, cerca de metade dos inquiridos não se sente escandalizada com os casos. Na modernidade, os capitais simbólicos, como a reputação e a confiança, parecem servir cada vez mais para embelezar os altares da democracia, deixando de ser motivos, outrora sacrossantos, de diferenciação moral.

Mas, ainda que os cidadãos vão dando sinais de ter perdido a sensibilidade ao escândalo, o facto é que estes podem irromper pela carreira de um político e ameaçar a sua reputação, ditando um final súbito na sua carreira.

No quase inviolável campo político, polarizado por disputas acutilantes e estratégias de bastidores buriladas por adversários, a sobrevivência interna depende muito da cotação no “mercado” de capitais simbólicos. Daí que os protagonistas políticos tenham noção de que as suas ações, quer sejam decorrentes da exposição pública e do desempenho das funções que exercem, quer sejam referentes à sua vida privada, estão sujeitas à observação e ao escrutínio dos *media*. O escândalo pode constituir-se, por isso, numa potencial ameaça, com implicações sérias para as pessoas e instituições envolvidas.

Uma vez instalado, o escândalo político augura desencadear o efeito viral da sua proliferação, estendendo-se a todos os canais de comunicação e encastrando-se num armazenamento permanentemente acessível aos cidadãos, sem constrangimentos de tempo nem de espaço, através dos repositórios de conteúdos cada vez mais possibilitados pelos novos meios tecnológicos. É por isso expectável que os políticos tenham perante os *media* estratégias e formas de atuação face à iminência de um escândalo que prenuncia uma ameaça aos seus capitais simbólicos, imprescindíveis a que estes se mantenham na corrida pela ascensão ou manutenção do poder.

Em qualquer circunstância, quando uma suposta transgressão chega ao conhecimento dos *media* e entra no alinhamento informativo, contagiando mimeticamente a “mediasfera”, o político perde o controlo da situação e pouco pode fazer em sua defesa. A imprevisibilidade é, nesse sentido, uma característica do escândalo político.

2. PADRÕES DE COBERTURA JORNALÍSTICA

Ao definirmos o escândalo político como um fenómeno mediático que incide sobre alegadas transgressões de normas ou valores morais, cometidas por sujeitos políticos, podendo estas causar danos à sua reputação e inviabilizar as suas pretensões de poder, estamos a refleti-lo a partir do campo dos *media*. Este aspeto faz prevalecer o papel central da comunicação social nas sociedades contemporâneas e da visibilidade concedida ao escândalo, ao transferir o conhecimento de uma alegada ocorrência da esfera privada para a esfera pública.

O escândalo político ocorrido no período democrático português tem vindo a crescer de década para década, o que se torna perceptível através da cobertura jornalística do fenómeno, verificando-se existir uma tendência constante de aumento quer do número de casos revelados, quer do respetivo volume de peças publicadas. Este acréscimo tem sido permanente, embora tenha começado a ter uma expressão mais significativa sobretudo a partir da segunda década, na fase de transformação estrutural, quando alterações profundas na sociedade portuguesa acomodaram uma aparente prosperidade, com crescimento económico, aumento de emprego, forte dilatação do consumo, investimento nas vias de comunicação, expansão da construção civil, acesso mais generalizado à educação, ascensão da classe média e proliferação de um novo tecido empresarial. Tudo isto suportado, em grande parte, pela entrada de fundos europeus e acompanhado por uma flexibilização das garantias sociais dos cidadãos.

Não escapando ao fulgor de uma economia cintilante, o setor dos *media* também assinala nesta fase um impulso de desenvolvimento. O aparecimento do semanário *O Independente*, em maio de 1988, vem incrementar uma capacidade investigativa desencadeadora de um certo mimetismo nos restantes órgãos de informação. A sua linguagem irónica e arejada, contrastando com os formatos jornalísticos mais típicos, a nova sonoridade dos seus títulos e, sobretudo, a relevância estética e imagética do jornal, apresentam-no como um desafio à própria televisão, cujos canais privados SIC e 4 (TVI), surgidos, respetivamente, em outubro de 1992 e fevereiro de 1993, tiveram de inspirar um fôlego criativo – quer na apresentação, quer nos conteúdos e também na investigação jornalística.

O apelo da tecnologia visual veio potenciar uma crescente tendência de infoentretenimento, constituindo-se num crivo mais seletivo que concede preferencialmente a fluidez de temas como o escândalo político. Em consequência, o *boom* da cobertura de casos escandalosos surgidos na democracia portuguesa acaba por ocorrer de forma mais substancial na quarta

década (2004-2014), verificando-se nesta época que a percentagem de peças face ao total (57,9%) se distancia mais distintamente do número de casos ocorridos (43,4%). Os *media* hiperbolizam os casos.

Salienta-se que a avalanche de casos surgidos em 2014 e 2015²²³, em momento posterior ao período sobre o qual incidiu a nossa análise, dá conta da crescente continuidade dos escândalos políticos, enfatizando não apenas a sua tendência mais volumosa de ocorrência como também o estabelecimento do fenómeno como marco característico da contemporaneidade, em que, cada vez mais, o escândalo é uma *commodity* que interessa aos *media*, entretém e diverte o público, serve de argumentário a adeptos do “clubismo” partidário e ajuda por isso a alcançar audiências. Estes dados permitem padronizar a propensão dos *media* para a cada vez mais crescente cobertura de escândalos. Se é verdade que a política se tornou num lugar privilegiado do espetáculo, como afirma Estrela Serrano (1999), o escândalo político converteu-se no seu palco mais promissor e cativante de entretenimento, por via da narrativa mediática produzida.

Chegados aqui, há uma questão que entendemos dever colocar: o que leva um caso a ser considerado escandaloso? No plano da sociedade, verificamos que o contexto histórico e cultural em que uma ação ocorre constitui-se como filtro para o seu estabelecimento. Aquilo que numa comunidade pode ser entendido como uma violação de normas suscetíveis de causarem repulsa, noutra poderá ser enquadrado como um ato aceitável, à luz dessa mesma cultura. Com efeito, o enfoque cultural vem apoiar a saliência da relativização do escândalo político enquanto fenómeno unívoco e de características comuns na generalidade dos países, embargando assim as visões globalizadas que há sobre si. No entanto, mesmo dentro da mesma atmosfera cultural, a interpretação de um caso como escandaloso pode variar de indivíduo para indivíduo. Esse facto vem criar obstáculos adicionais à aferição do que é ou não escândalo. Nesse sentido, os *media* têm vindo a impor-se, em detrimento do público, como *gatekeepers* na sua definição, bem como de zeladores e edificadores dos valores e códigos morais, uma vez que a mediatização dos casos dependerá do arbítrio dos *media*. Isso não diminui a influência dos fatores culturais, uma vez que os jornalistas também se encontram subordinados a eles. Dessa forma, a disparidade cultural, funcionando como uma ecosfera política, tem ela própria intervenção na ocorrência dos tipos de escândalos políticos que vão germinando em cada sociedade.

²²³ Referimo-nos a casos como: Tecnoforma, Vistos Gold, Incumprimentos de Passos Coelho ao fisco e à Segurança Social, Plágio do secretário de Estado da Educação, Operação Marquês, Lista VIP das Finanças, Gaiagate, Os falsos militantes do PS de Coimbra, As sombras de Marco António Costa.

Veja-se, a título de exemplo, a aplicabilidade da tipificação do escândalo político fornecido por Thompson (2002), sustentando este que as três tipologias mais frequentes cingem-se aos escândalos de poder, financeiro e sexual. Parece claro que o professor de Cambridge elaborou esta segmentação centrado no seu contexto anglo-americano, ou não encontrássemos em Portugal a existência de um número considerável de casos sem amparo nesse enquadramento, tendo-nos levado a propor, em consequência, uma nova estirpe.

A nova tipologia que apresentamos, denominada “escândalo político de conduta”, reporta-se a contravenções de comportamentos que são moral e culturalmente reprováveis, como o gesto de “cornichos” dirigido pelo ministro Manuel Pinho a um deputado da oposição (que conduziu à sua demissão), o furto dos gravadores de jornalistas da *Sábado* pelo deputado Ricardo Rodrigues no decurso de uma entrevista, o alegado envolvimento de Duarte Lima no homicídio da sua cliente Rosalina Ribeiro ou as dúbias licenciaturas de José Sócrates e Miguel Relvas. Tal como propomos, a segmentação dos casos deve então passar a desdobrar-se em quatro tipologias: escândalo político de poder, financeiro, de conduta e sexual (ou da vida íntima)²²⁴.

A tipologia mais comum em Portugal concerne ao escândalo de poder, com 67 casos, num total de 99, havendo apenas um único (Casa Pia) de natureza sexual, 21 do foro financeiro e dez de conduta. O que equivale a dizer, neste âmbito, que o escândalo político ocorrido no decurso da democracia portuguesa pode caracterizar-se como sendo maioritariamente de poder (68%), sendo que, nesta categoria, 55,2% correspondem a alegadas contravenções que incidem sobre atos que visam o proveito próprio do político – incluindo o enriquecimento ilícito – e prevaricações fiscais e contributivas.

Quando atrás aludimos a que, mesmo dentro da mesma atmosfera cultural, a conversão de um caso em escândalo pode variar mediante a interpretação individual que lhe seja dada, corroborando a característica polissémica da “ecologia do escândalo” traçada por Lull e Hinerman (1999: 77), essa afirmação conduz-nos à necessidade de mensuração dos casos, com o objetivo de aferirmos um grau concreto de intensidade, avaliando o seu impacto mediático. Foi nesse sentido que propusemos a Escala de Intensidade Mediática, para a comparação da magnitude que os casos propagam, conjugando múltiplas variáveis presentes nas peças jornalísticas e no respetivo meio, relacionando-as através de um algoritmo

²²⁴ Entendemos que a terminologia “escândalo sexual” deve ser substituída por “escândalo da vida íntima”, por aludir a casos não apenas sexuais mas também conjugais e cuja frequência em Portugal é praticamente nula, ao contrário do que acontece nos países anglo-americanos.

concebido para o efeito. Esta escala pode ser aplicada à generalidade dos temas presentes nos *media*, concedendo à análise de conteúdos um maior grau de objetividade. Tendo em vista uma utilização mais precisa dos valores obtidos agregou-se uma classificação assente em dez níveis de intensidade: Extremo, Muito Grande, Grande, Relevante, Moderado, Brando, Ligeiro, Pequeno, Muito Pequeno e Micro. Com base nessa escala, o escândalo político em Portugal pode ser descrito como sendo predominantemente de baixa magnitude, havendo 59,6% de casos com as classificações mais baixas (Micro, Muito Pequeno e Pequeno), 28,3% nas classificações intermédias (Ligeiro, Brando e Moderado) e apenas 12,1% nos valores mais elevados (Relevante, Grande e Muito Grande), não tendo sido detetado no período de análise, até 25 de abril de 2014, qualquer caso na classificação "Extrema".

Em média, cada caso arrasta-se na imprensa, ainda que de forma interrupta, durante mais de quatro anos (a maior duração registada é superior a 19 anos e a menor é de 8 dias, nos semanários estudados). Este padrão de cobertura jornalística está estreitamente ligado ao andamento dos processos judiciais, o que faz com que a justiça marque não apenas o ritmo como também as incidências mediáticas, influenciando sobre a visibilidade dos políticos sob investigação. Assim, as investigações judiciais, buscas, interrogatórios, julgamentos, recursos, novas acusações, etc., compõem os momentos que, independentemente de serem ou não públicos, são suscetíveis de exposição nas capas dos jornais. No fundo, quando se tenta ilustrar a proeminência da justiça face à política, esta ideia fica mais nítida expondo o fenómeno do escândalo político. A numerosa quantidade de informação proveniente de fontes da justiça induz que estas procurem reabilitar a sua imagem através de diligências tornadas públicas, mostrando trabalho feito, necessitando por isso de recorrer aos canais mediáticos quando lhes é conveniente.

O processo de escandalização, *i.e.*, a sucessão de fases em que o escândalo político se desenrola, sugere que os casos seguem uma sequência que estipulámos ter início no Pré-escândalo, seguindo-se o momento da Revelação, a Narrativa, o Desfecho e o Pós-escândalo. Esta sequência não é rígida, podendo não se verificar em alguns casos. Este encadeamento possibilita-nos constatar que a fase mais expressiva em termos de volume de peças e de número de edições é a Narrativa (com uma média de 36,8 edições por caso nos semanários nacionais que integram o nosso *corpus* de análise). Embora seja na Revelação que os casos são precipitados, é a Narrativa que constitui maior preocupação para os políticos visados, pois é nesta fase que ocorre a exploração dos temas, onde os detalhes vão sendo adicionados e as novas descobertas jornalísticas vão sendo expostas. É também

na Narrativa que se dá maioritariamente o pico dos casos, ou seja, o “auge”. Este representa o apogeu da cobertura e pode acontecer em etapas distintas do novelo do escândalo, verificando-se o seu surgimento em apenas três das cinco fases: Revelação (29%), Narrativa (62%) e Desfecho (9%). A análise da cobertura jornalística do escândalo conduz-nos à refutação de uma premissa que tem sido utilizada, demonstrando-se aqui que o auge não deve constituir-se como uma fase autónoma, mas, sim, como um elemento que pode ocorrer em qualquer altura, o que vem, inclusivamente, reforçar o padrão de imprevisibilidade do escândalo político.

As peças jornalísticas sobre o fenómeno, *grosso modo*, apresentam formatos mais extensos e são tendencialmente colocadas na zona superior das páginas. Em 78% dos casos analisados, verifica-se que a cobertura mediática é efetuada por mais do que um jornal (o que vem fortalecer, por um lado, a observação do efeito mimético patente na comunicação social e, por outro, a relevância do escândalo para os *media*). O género jornalístico mais utilizado em todas as décadas e por todos os jornais é a notícia/reportagem. Apesar da sua predominância, este género tem sofrido um decréscimo no seu valor percentual, tendo as peças de opinião, por contraste, vindo a aumentar a sua representação. Isso deve-se sobretudo ao conjunto de colaboradores permanentes do espaço opinião, de onde se destaca a participação cada vez maior de jornalistas, passando estes a ter um duplo papel: de informadores do público (e zeladores da verdade informativa, alicerçada em critérios de objetividade) e de especialistas interessados em analisar e avaliar as consequências políticas dos casos.

No que concerne aos 126 protagonistas, José Sócrates é o mais visado, tanto em frequência de peças como em número de casos. No top 10 dos protagonistas com maior visibilidade, cinco são socialistas, havendo um protagonista do CDS-PP e quatro do PSD. De salientar que todos estes atores pertencem a partidos que integram o chamado “arco governativo”. Os dados coligidos sobre os atores suscitaram uma nova abordagem centrada na quantidade de protagonistas políticos por caso, tendo-se verificado que a maioria dos escândalos (61%) conta com apenas um participante. Estes valores espelham uma realidade em que, predominantemente, numa análise à totalidade do período democrático, os atos de alegada contravenção são cometidos pelos respetivos protagonistas sem o envolvimento de mais políticos, caracterizando a prevaricação como um ato individual e solitário. Ainda assim, ao longo das quatro décadas democráticas, há a realçar a tendência de crescimento do número médio de participantes envolvidos no escândalo político, passando de um protagonista na primeira década para 2,3 na quarta, o que nos permite aferir que, na contemporaneidade, os

casos contam com um elenco composto por um número crescente de participantes, configurando já uma imagem de co-delito e, em circunstâncias mais extremas, podem representar inclusivamente uma rede, dando mostras da cumplicidade organizada com propensão para a transgressão. Todavia, é necessário cruzar estes dados com a teia de casos para chegarmos a conclusões mais profícuas. O processo de desocultação de escândalos tem, por vezes, origem noutros processos, com protagonistas comuns, como também notaram Lull e Hinerman (1999: 77), sustentando que os casos remetem uns para os outros. O processo Face Oculta é disso exemplo, detetando-se, a partir das escutas e outras formas de investigação judiciária a alguns políticos, a sua ligação a outros casos. Com efeito, verifica-se que, em algumas circunstâncias, a prevaricação não é fortuita, indiciando um *modus operandi* de alguns representantes políticos. Mas não pode inferir-se que esta atuação seja generalizada ao espectro da política.

Dos protagonistas envolvidos em casos de escândalo político, os mais visados pelos *media* são os que têm ou tiveram ligações ao poder governativo, podendo-se daqui extrair o maior enfoque que lhes é dado pela comunicação social, dada a sua visibilidade e escrutínio mediático, como também a proximidade ao poder e à decisão executiva. Na mesma linha, autarcas e agentes partidários seguem-se na lista, o que leva a enfatizar a conclusão de que os escândalos recaem mais frequentemente sobre os políticos que se encontram no poder, seja ele governativo, autárquico ou partidário, o que pode ser justificado pela visibilidade mediática que o poder atrai. Esta é, por isso, para os políticos, uma faca de dois gumes: apreciável quando abonatória; evitável quando nociva ou adversa.

No que concerne aos valores financeiros envolvidos, a cobertura mediática do escândalo não parece tê-los em conta no tratamento dos casos, podendo deduzir-se, nesse sentido, que os protagonistas visados, a quantidade de lesados, os contornos da história, o seu potencial de *infotainment* e a forma como os casos são geridos pelos políticos são fatores mais ponderáveis para os *media*. Isso pode ser mais claramente aferido através da intensidade mediática. Veja-se que o caso dos Submarinos, que envolveu milhões de euros em contrapartidas financeiras, tem 0,99 de intensidade, sendo classificado como um escândalo Ligeiro, ao passo que o caso Apito Dourado, em que os valores são substancialmente mais baixos (residindo a prevaricação central em supostas oferendas a árbitros em troca do favorecimento de algumas equipas de futebol), tem uma intensidade de 3,94, obtendo a classificação de escândalo Relevante.

No conjunto dos escândalos políticos, o cenário está predominantemente tingido de laranja e rosa, as cores do PSD e do PS, as forças políticas que alternadamente têm governado o País. O partido com mais membros visados em escândalos é o PSD, seguindo-se o PS. Todo o restante espectro partidário apresenta um número exíguo face a estes dois. Pese embora alguns esforços para dar a imagem contrária, as evidências têm demonstrado a existência de uma certa metamorfose da classe política. Não de toda, mas pelo menos de uma parte apreciável, como tentámos comprovar no capítulo 1.9. da parte 1, referente ao sujeito do escândalo político. Não seria, pois, inteiramente justo imputar o exclusivo da prevaricação aos políticos, deixando de ter em conta que há toda uma cultura que, como magma em ebulição, se movimenta massivamente num mesmo sentido, destacando-se a franja que segue na frente.

Quando procurámos cotejar qual o tom das peças publicadas face aos protagonistas do escândalo, observando quer os espaços de opinião, quer as peças de cariz informativo, verificámos que o tom conferido aos políticos visados é negativo em 78,3% dos casos, notando-se um aumento gradual ao longo do período democrático, com especial ênfase para a última década, quando ocorreu um crescimento mais acentuado quer do volume de peças quer do número de casos, verificando-se uma subida drástica do tom negativo. Os dados obtidos permitem relacionar o aumento do número de casos com um impacto pejorativo na sua cobertura quando colocada em saliência a variável do tom atribuído aos protagonistas. Esta perspetiva apresentada pelos órgãos de informação, justa ou injustamente, concorre para a má imagem da classe política. Não se estranha, por isso, que, quando perguntámos a 1436 pessoas se confiam na classe política portuguesa, só 9% tenham respondido afirmativamente. Do mesmo modo, quando perguntámos se os *media* atingem mais audiência com a cobertura de escândalos, ou seja, se lucram com a sua inclusão, 93,6% responderam afirmativamente.

Há nos cidadãos uma certa perceção de que os momentos eleitorais criam oportunidades de disputa política propícia ao aparecimento de escândalos. A presente pesquisa desafia esse conhecimento vulgarmente estabelecido. De acordo com o que aferimos, não existe uma maior incidência de peças sobre escândalos políticos nos seis meses anteriores às eleições legislativas. Quanto às autárquicas, estas cifram-se num valor de cobertura de escândalos que reputamos de baixo a moderado. Apenas nas eleições presidenciais é detetado um valor médio de cobertura de escândalos mais elevado do que o da média de peças publicadas na totalidade do ano referente às eleições, apesar de nenhum dos casos dizer respeito aos políticos em disputa, como decorre das conclusões extraídas do capítulo 3.8.2. da terceira parte desta

dissertação, referente ao rebentamento de casos no período eleitoral. Para além disso, é factível que os casos não trazem habitualmente consequências eleitorais. Assim, apesar de termos registado, em algumas circunstâncias, maior incidência de cobertura mediática de escândalos nos períodos eleitorais, os números são minoritários e não podem desse modo ser constitutivos de um padrão jornalístico que aponte no sentido de haver uma maior exposição de escândalos pelos *media* em ocasiões de disputa política. Cremos, inclusive, em que há genericamente um certo cuidado no que a isso diz respeito e que só quando a justiça “legítima” um caso com a sua ação pública revelada é que os *media* procedem à cobertura. Não significa isto que os casos não possam, de todo, ser plantados em oportunidades eleitorais tendo em vista prejudicar os adversários, ou que não haja conivência quer de alguns jornalistas quer de alguns membros da justiça. Aliás, a análise dos *media* demonstra-o também, como pudemos constatar a partir de casos como o Freeport, por exemplo. Mas há a realçar que este facto não constitui um padrão.

Observando igualmente se existe um aumento de escândalos políticos nos períodos de auxílio económico e financeiro, verifica-se que a crise que Portugal atualmente atravessa coincide com uma maior frequência de peças noticiosas sobre o fenómeno. Embora não seja dedutível, por si só, que as crises potenciam mais escândalos, devemos sublinhar, em linha com Isabel Ferin Cunha (2015b), a mais expressiva visibilidade mediática da corrupção política nestes períodos, permitindo-nos vislumbrar uma ambiência em que os *media* fornecem enfoques e agendamentos pejorativos para os representantes políticos, indo assim ao encontro da perceção da opinião pública.

Os temas suscitados neste trabalho, no seu conjunto, são parte fundamental para se refletir a importância do escândalo político na democracia portuguesa. Terminamos por isso este ponto com a questão que fez despertar o nosso interesse pelo assunto, procurando nesta tese proceder à desocultação de algumas matérias confinadas aos bastidores dos *media* e da política: dependerá necessariamente o escândalo da ocorrência prévia de uma transgressão ou poderá ele nascer de um simples rumor ou de uma mentira construída para ser depois massificada? É iniludível que o escândalo não se subordina impreterivelmente à ocorrência de uma infração, mas, sim, a uma narrativa que tanto pode ser real como ficcionada. Nesse sentido, a verdade e a mentira são indistintas para a deflagração de um caso. Esta ilação é ainda mais preocupante se atendermos à observação de Castells (2013: 337), de que "o escândalo é o instrumento eleito para resolver as batalhas políticas do nosso tempo."

3. ALEGAÇÃO PELA ÉTICA E PELA INTEGRIDADE – NOTAS PESSOAIS

A consciência cívica dos cidadãos tem aparentado encaminhar-se para uma certa desconstrução de valores morais tidos como modelos bem-intencionados da vida em sociedade. O cartaz publicitário que se avista, referente a uma marca de cosméticos, é uma alegoria do egocentrismo político: “cuide de si”. O exercício de funções públicas carece de exigências de sensatez que afirmam a vocação constante para o bem comum, zelando com particular desvelo pela “coisa pública”, desempenhando uma governação séria, justa, criteriosa, cumpridora e perseverada em intransponíveis compromissos éticos, no fundo, correspondendo a advertências deixadas por Max Weber (1968: 109-124) no texto “A política como vocação”.

Embora a lei procure corrigir ou evitar comportamentos desviantes, ela tem-se mostrado, de certa forma, ineficaz, face aos avanços da corrupção e de outras causas de escândalos protagonizados pelos representantes políticos. Por outro lado, verificamos que, embora haja uma certa metamorfose da classe política, mesmo apesar da mudança de cadeiras, os problemas persistem. O que conduz a uma ilação para nós iniludível: a razão funda-se muito mais na sociedade em geral do que em estratos particulares. Não se compreende por isso como pode o Estado deixar de intervir na sensibilização da sociedade, onde urge articular uma programação educativa e cultural, fundada na ética consensualizada pelas nações democráticas, convocando para esta discussão os meios de comunicação de massas. Nem se concebe como pode a justiça deixar de apetrechar-se de recursos que lhe possibilitem dialogar frontalmente com os *media*, para assim evitar a descredibilizadora fuga de informações que contamina os processos, veicula dados verdadeiros ou falsos, capta ou faz desviar atenções para determinado assunto e incita à condenação popular dos visados. As presentes considerações auguram uma reflexão aprofundada e abrangente, onde possa ser incluído o tema da moral pública. Como pudemos constatar nesta dissertação, sobretudo nos pontos 1.8. e 1.9. da primeira parte, em conformidade com diversos estudos referenciados, há um certo *ethos* pernicioso no facto de a sociedade não se coibir quotidianamente de praticar, em benefício individual, atos que configuram prevaricações – como o 'puxar de cordelinhos', as cunhas, os presentes ou os pequenos favores (Sousa e Triães, 2008: 30) – embora condene os políticos por atuações análogas, convertendo-os em bodes expiatórios e usando-os para expurgar os males coletivos (Filho e Praça, 2014: 22), fazendo com que assumam os defeitos da sociedade.

A quebra de compromissos dos Estados, eles próprios empregando como valor primordial não a dignidade nem o acesso a direitos fundamentais do ser humano mas a satisfação dos depositários dominantes do capitalismo, segue na voragem de práticas de “desdemocratização” (Cunha, 2015b), de brechas nos valores e de abertura de precedentes na fratura dos contratos coletivos que têm fundamentado a vida comum. A confiança nas instituições, tal como era conhecida, ruiu. Lamentavelmente, a destruição desse “património da humanidade” tem sido desvalorizada. Como não comparar a submersão da vida contemporânea dos povos fustigados pela crise profunda com os efeitos devastadores de outros flagelos históricos marcantes?

Repare-se em como a discussão em torno da crise atual que tem fragilizado a União Europeia tem sido catalogada como sendo “económica e financeira”, secundarizando as premências sociais, a fragilidade dos indivíduos, a desestruturação das famílias. A motivação dos países credores tem consistido na blindagem da moeda única, e não na solidariedade real às pessoas, que hoje, mais do que nunca, são vistas numa grade estatística. Assim, a teia cultivada de discursos lustrosos que reiteradamente alimentam convicções de que sem as suas lideranças se abateria sobre nós o caos, vai cavando nos cidadãos uma esteira pungente de conformismo aparentemente irresolúvel.

Versões dissidentes são hostilizadas, não permitindo o triunfo da democracia sobre o corporativismo, a especulação e o *lobby* financeiro. Nesse sentido, a política tem vindo a ser instrumental, favorecendo interesses económicos e servindo cada vez mais como porta giratória para negócios e empregos ditos dourados. Fechada sobre si mesma, a política produz opacidades, vendo como lucrativo gerar a seu favor uma espécie de absolutismo do poder, não permitindo a entrada de gente exterior ao seu campo. Numa sociedade decente, os mais fortes protegeriam os mais fracos, os mais ricos auxiliariam os mais pobres, os opulentos ajudariam os necessitados. A solidariedade, enquanto valor, foi transformada em publicidade cosmética.

Mesmo os *media*, sucumbidos à mesma lógica infligida aos cidadãos, passaram a estar subordinados quer às audiências, quer à dependência face aos anunciantes e “aos grandes interesses do capital, promovendo discursos ‘conformistas’ e adquirindo características de infoentretenimento” (Cunha, 2015a), ao mesmo tempo que são ameaçados pelo poder político – veja-se o encerramento de órgãos públicos de informação, as tentativas de controlo das empresas de comunicação social e a gestão de distribuição de publicidade que, direta ou indiretamente, possa estar dependente do poder político, local e nacional.

A oportunidade e a ameaça caracterizam simultaneamente a forma como os *media* são encarados pelos políticos. Ameaça, por poderem vulnerabilizar os atores políticos, sempre que os expõem a uma visibilidade negativa. Thompson (2002) adverte para o facto de o escândalo poder potenciar a diminuição ou mesmo o esvaziamento da reputação, ao afetar as pretensões de um sujeito. Oportunidade, sempre que possibilitam ao político por em prática a sua estratégia de capitalização da reputação: a obsessão pela notoriedade leva a que os políticos concentrem as suas energias na elaboração de eventos ou enredos apenas suscetíveis de cobertura jornalística, favoráveis a si ou desfavoráveis para os adversários.

O poder não constitui um privilégio; é, antes, uma responsabilidade. Ao contendermos com a estabelecida normalidade da cidadania, habituada que está a recostar-se na lassidão complacente das suas sombras, procuramos enfatizar que o preço da liberdade é a vigilância, ponderada e exigente, com vista à construção permanente de uma comunidade onde a ética e a moral se mantenham como baluartes da vida conjunta dos indivíduos. Como referem Fitoussi e Rosanvallon (1997: 128), "se considerarmos que a função do político é 'conferir forma', 'conferir sentido' à sociedade, nunca essa função foi tão necessária".

Como procurámos demonstrar, o escândalo político não é um mero trilho na superfície da vida coletiva, pois a partir dele podemos analisar o curso da democracia, bem como a relação entre os políticos, os *media*, a justiça e o público. Procurámos que este trabalho possibilitasse um vislumbre da opacidade proveniente dos bastidores que estes campos ocupam. A chama trémula que aqui deixamos não é mais do que um parco contributo para a metáfora da luz esculpida ao fundo do túnel, onde se encontram valores de claridade e de verdade, urgentes na sociedade contemporânea, onde os *media* ocupam um lugar central.

V. BIBLIOGRAFIA

- ABRUNHOSA, Ana Isabel (coord.) (2004). *Dossiê Casa Pia*. Lisboa: Temas e Debates.
- ALBERTOS, J. L. Martínez (1983). *Curso general de redacción periodística*. Barcelona: Mitre.
- ALLERN, Sigurd, POLLACK, Ester (eds.) (2012). *Scandalous! The mediated construction of Political Scandals in four nordic countries*. Gothenburg: Nordicom.
- ALLERN, Sigurd, KANTOLA, Anu, POLLACK, Ester, BLACH-ORSTEN, Mark (2012). *Increased scandalization. Nordic political scandals 1980-2010*. In ALLERN, Sigurd, POLLACK, Ester (eds.) (2012). "Scandalous! The mediated construction of Political Scandals in four nordic countries". Gothenburg: Nordicom.
- ALTHUSSER, Louis (1974). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Ed. Presença.
- ANTUNES, Silvestre Dias (1994). *Metrologia e Qualidade*. Lisboa: IPQ.
- ARISTÓTELES (1998): *Política*. Lisboa: Vega.
- ASSIS, Machado (1987). *Dom Casmurro*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- AZENHA, António Sérgio (2011). *Como os políticos enriquecem em Portugal*. Lisboa: Lua de Papel.
- BARDIN, Laurence (1977). *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- BEDOYA, Jesús González (1987). *Manual de deontología Informativa. Periodismo, médios audiovisuales, publicidade*. Madrid: Editorial Alhambra.
- BELL, Allan. (1998). *The discourse structure of new stories*. In BELL, Allan e GARRET, P. (eds.) (1998). "Approaches to media discourse" (pp. 64-104). Oxford: Blackwell Publishers.
- BENTON, Marc, FRAZIER, Jean (1976). *The agenda-setting fuction of mass media at three levels of infomation holding*. *Communication Research*, vol.3 (3), p. 261-274.
- BERTRAND, Jean-Claude (2002): *A deontologia dos media*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- BESSA, António Marques (2002). *Elites e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.

- BLANKENBURG, E. (2002). “*From political clientelism to outright corruption – The rise of scandal industry*”. In KOTKIN, S., SAJÓ, A. “Political corruption in transition: a sceptic’s handbook”. Budapeste: Central European University Press.
- BLUMLER, Jay, GUREVITCH, Michael (1995). *The Crisis of Public Communication*. New York: Routledge.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (1998): *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília
- BOBBIO, Norberto (2000): *Teoria Geral da Política. A Filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus Editora.
- BOUDON, Raymond (1998). *O Justo e o Verdadeiro. Estudos sobre a objetividade dos valores e do conhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BOURDIEU, Pierre (1979): *La Distinction: Critique Sociale de Judgement*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *Sobre o poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, Pierre (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- BOURDIEU, Pierre (2000): *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- BRANTS, Kees (2005). *Quem tem medo do infotainment?* Media & Jornalismo, n.º 7.
- CABRAL, Manuel Villaverde, VALA, Jorge, FREIRE, André (2003). *Desigualdades sociais e Percepções da Justiça*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CABRERA, Ana (2001). *Missão Paz em Timor: percurso de um pseudo-acontecimento*. In CABRERA, Ana, PONTE, Cristina, SANTOS, Rogério, TRAQUINA, Nelson. “O jornalismo português em análise de casos”. Lisboa: Editorial Caminho.
- CABRERA, Ana (2006). *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CABRERA, Ana (2011). *Jornais, Jornalistas e Jornalismo (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CABRERA, Ana (2012). *Política, Humor e Democracia: Legislativas e Autárquicas*. In FIGUEIRAS, Rita (coord.), “Os media e as eleições Europeias, legislativas e autárquicas de 2009”. Lisboa: Universidade Católica Editora.

- CADILHE, Miguel (1990). *Factos e Enredos. Quatro anos no Ministério das Finanças*. Porto: Edições Asa.
- CALADO, Vanda (2007). *O tratamento dos eventos partidários na imprensa portuguesa: mediação e discursos jornalísticos*, in: Ferin, Isabel (coord.), "Jornalismo e democracia". Lisboa: Ed. Paulus.
- CAMAROTTI, Gerson, DE LA PEÑA, Bernardo (2005). *Memorial do Escândalo: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula*. São Paulo: Geração Editorial.
- CAMPONEZ, Carlos (2011). *Deontologia do jornalismo: a autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses, 1974-2007*. Coimbra: Almedina.
- CANEL, Maria José, SANDERS, Karen (2005): *Morality Tales: Political Scandal and Journalism in Britain and Spain in the 1990s*. Cresskill, NJ: Hampton Press.
- CANETTI, Elias (2014). *Massa e Poder*. Lisboa: Cavalo de Ferro.
- CAPELLA, J. N., JAMIESON, K. H. (1997). *Spiral of cynism: the press and the public good*. Oxford University Press.
- CAREY, James (1994). *The press, public opinion and public discourses; on the edge of the postmodern*, pp. 130-153. In Glasser and Salmon (eds.), "Public Opinion and the Communication of Consent". New York: Guilford Press.
- CARVALHO, Daniel Proença (1996). *O processo Leonor Belez*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- CASAS, Diana, ROJAS, Hernando (2011). *Percepciones de corrupción y confianza institucional*. In: ROJAS, Hernando *et al.*, "Comunicacion y cidadania". Bogotá: Universidade de Externado.
- CASTELLS, Manuel (2009). *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial.
- CASTELLS, Manuel (2013). *O Poder da comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, Manuel (2000). *The Rise of the Network Society*. Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- CASTILHO, J. M. Tavares (2003). *A elite parlamentar do marcelismo (1965-1974)*. In PINTO, António Costa, FREIRE, André (orgs.), "Elites, Sociedade e Mudança Política". Oeiras: Celta Editora.

CHILLÓN, José Manuel (2007). *Periodismo y objectividad. Entre la ingenuidade y el rechazo*. Madrid: Biblioteca Nueva.

CHILLÓN, José Manuel (2010). *Filosofía del periodismo – razón, libertad, información*, Madrid, Fragua.

CHORÃO, João Bigote (dir.) (1998). *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. Edição século XXI. Tomo 10. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.

COELHO, Sofia Pinto (2005). *Jornalistas e Tribunais*. Lisboa: Quetzal Editores.

CORNU, Daniel (1994). *Jornalismo e Verdade. Para uma ética da informação*. Instituto Piaget.

CORREIA, Fernando (1997). *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Caminho.

COSTA, J. Almeida, SAMPAIO E MELO, A.(1981). *Dicionário da Língua Portuguesa*. 5ª Edição. Porto: Porto Editora.

COSTA, José de Faria (1999). *Dos crimes contra a Honra*. p. 612. In DIAS, Jorge Figueiredo (dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal*. Parte Especial, Tomo 1. Coimbra: Coimbra Editora.

COSTA, Padre Manuel (1991). *Arte de Furtar*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

CRESPO, Mário (2010). *A última crónica*. Lisboa: Aletheia Editores.

CUNHA, Isabel Ferin (2002). *Comunicação e culturas do quotidiano*. Lisboa: Quimera.

CUNHA, Isabel Ferin, CALADO, Vanda (2007). *Os estudos sobre media e o jornalismo e a utilização do SPSS*, pp. 161-190. In CUNHA, Isabel Ferin (coord.), “Jornalismo e democracia”. Lisboa: Ed. Paulus.

CUNHA, Isabel Ferin (2007a). *Finais de mandato de primeiros-ministros: tendências de cobertura jornalística*. In CUNHA, Isabel Ferin (coord.). “Jornalismo e democracia”. Lisboa: Ed. Paulus.

CUNHA, Isabel Ferin (2007b). *Agenda da corrupção política nos media portugueses: a imprensa como estudo de caso*. 36.º Encontro Anual da ANPOCS.

CUNHA, Isabel Ferin (2012a). *Análise dos Media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

CUNHA, Isabel Ferin (2012b). *A cobertura televisiva de Partidos, Candidatos e Temas nas Legislativas*. In FIGUEIRAS, Rita (coord.), “Os media e as eleições Europeias, legislativas e autárquicas de 2009”. Lisboa: Universidade Católica Editora.

CUNHA, Isabel Ferin (2014). *Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública*. In CUNHA, Isabel Ferin, SERRANO, Estrela (coord). "Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais". Lisboa: Aletheia Editores. Pp. 371-420.

CUSSON, Maurice (2011). *Criminologia*. Lisboa: Casa das Letras.

DE PABLOS, J. M. (1999). *Infoperiodismo – el periodista como creador de la infografía*. Madrid: Síntesis.

DEBRAY, Régis (1993). *L’Etat séducteur, les révolutions médiologiques du pouvoir*. Paris: Gallimard.

DELLA PORTA, Donatella, MÉNY, Yves (org.). (1995) *Democracia e Corrupção na Europa*. Lisboa: Editorial Inquérito.

DELOIRE, Christophe, DUBOIS, Christophe (2008). *Sexus Politicus*. Porto: Âmbar.

DENZIN, N. K. (1989). *The Research Act*. Englewood Cliffs: N. J., Prentice Hall.

DERVILLE, Gregory (1997). *Le pouvoir des médias*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

DESHAIES, B. (1997). *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Piaget

DIAMOND, Larry (2000). *O fim da terceira vaga e o início da quarta*. In ESPADA, João Carlos (coord.). *A Invenção democrática*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.

DIAS, Joana Amaral (2014). *O cérebro da Política. Como a personalidade, emoção e cognição influenciam as escolhas políticas*. Lisboa: Edições 70.

Diccionario de la Lengua Española (1998). Madrid: Real Academia Española, 21ª edición.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.

DONSBACH, W. (1995). *Contenidos, utilización y efectos de la comunicación política*. MUÑOZ-ALONSO, Alejandro, ROSPIR, Juan Ignacio. “Comunicación política”. Madrid. Editorial Universitas, pp. 41-67.

ELLIS, Richard (1994). *Presidential Lightning Rods. The Politics of Blame Avoidance*. Kansas: The University Press of Kansas.

Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana (s/d). Tomo XX. Barcelona: Hijos de J. Espasa Editores.

English Dictionary (1996). Lisboa: Geddes & Grosset / Replicação.

ENTMAN, Robert (1989). *Democracy Without Citizens, Media and the Decay of American Politics*. Oxford: Oxford University Press.

EPSTEIN, Edward Jay (1981). *La prensa de Estados Unidos: algunas verdades acerca de las verdades*, pp.71-81. In MERRIL, John C, BARNEY, Ralph D., "La prensa y la ética. Ensayo sobre la moral de los medios masivos de comunicación". Editorial Universitaria de Buenos Aires.

ETTEMA, James S., GLASSER, Theodore Lewis (1998). *Custodians of conscience: investigative journalism and public virtue*. New York: Colombia University Press.

FALLOWS, James (1997). *Breaking the news: hoe the media undermine American democracy*. New York: Pantheon.

FERREIRA, Medeiros (1993). *25 de abril, uma revolução?* In Mattoso, José (coord). *História de Portugal. Portugal em Transe*, Lisboa, Círculo de Leitores.

FIDALGO, Joaquim (2004). *Em nome do leitor. As colunas do Provedor do "Público"*. Coimbra: MinervaCoimbra.

FIDALGO, Joaquim (2009). *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*. Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

FIGUEIRA, João (2007). *Os jornais como actores políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: MinervaCoimbra.

FIGUEIRA, João (2009). *Jornalismo em liberdade*. Coimbra: Almedina.

FIGUEIRA, João (2012). *A imprensa portuguesa*. Coimbra: Angelus Novus.

FIGUEIRAS, Rita (2005). *Os Comentadores e os Media: os autores das colunas de opinião*. Lisboa: Livros Horizonte.

FIGUEIRAS, Rita (2008). *O comentário político e a política do comentário*. Lisboa: Ed. Paulus.

- FIGUEIRAS, Rita (coord.) (2012). *Os media e as eleições: europeias, legislativas e autárquicas de 2009*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- FILGUEIRAS, Fernando, ARAÚJO, Mateus Morais (2014). *A política anticorrupção e o marco legal no Brasil*. In CUNHA, Isabel Ferin, SERRANO, Estrela (coords.). "Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais". Lisboa: Alêtheia Editores.
- FILHO, Clóvis de Barros, PRAÇA, Sérgio (2014). *Corrupção: Parceria Degenerativa*. Campinas SP: Papirus 7 mares.
- FITOUSSI, Jean-Paul, ROSANVALLON, Pierre (1997). *A nova era das desigualdades*. Oeiras: Celta Editora.
- FLICK, Uwe. (2005a). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, 2.^a ed., Ed. Monitor.
- FLICK, Uwe. (2005b). *Triangulation in Qualitative Research*, em Flick, U., E. V. Kardorff, e I. Steinke (eds.), *A Companion to Qualitative Research*, Sage, pp. 178-183.
- FLICK, Uwe. (2005c). *Qualitative Research in Sociology in Germany and the US – State of the Art, Differences and Developments*, em Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research (revista on-line): <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>.
- FONTECUBERTA, Mar de (1999). *A notícia – pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- FREIRE, André (coord.) (2001). *Recrutamento Parlamentar. Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, Lisboa: STAPE
- FREIRE, André, et al. (2002). *O Parlamento Português: uma reforma necessária*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FREIRE, André (2003). *Recrutamento parlamentar e reforma das instituições*. In PINTO, António Costa, FREIRE, André (org.), "Elites, Sociedade e Mudança Política". Oeiras: Celta Editora.
- FREUND, Julien (1965). *L'essence du politique*. Paris: Sirey.
- GARCIA, João, Bénard (2009). *Freeport – Corrupção ou Perseguição?* Lisboa: Prime Books.
- GOFFMAN, Erving (1993). *A apresentação do Eu na vida de todos os dias*, Lisboa: Relógio d'Água Editores.

GOMES, Wilson (2004). *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Ed. Paulus.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia (2007). *Código Penal Português anotado*. Coimbra: Edições Almedina.

GRABE, M. E. (2009). *Image bite politics. News and the visual framing of elections*. Oxford, Oxford University Press.

GRABER, Doris. 2001. *Processing Politics: Learning from Television in the Internet Age*. Chicago: University Chicago Press.

GRAHAM, Lawrence (1992). *Redifining the portuguese transition to democracy*. In HIGLEY, John e GUNTHER, Richard, "Elites and democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe". Cambridge: Cambridge University Press.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1998). Página Editora.

HACKETT, Robert (1984). *Declínio de um paradigma – a parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos*. In TRAQUINA, Nelson (org) (1999): "Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'", Lisboa: Vega.

HALLIN, Daniel C., e MANCINI, Paolo. (2004). *Comparing Media Systems*. Cambridge: Cambridge University Press.

HEIDENHEIMER, Arnold (org.) (1978). *Political Corruption: Readings in comparative analysis*. New Brunswick, NJ: Transaction Books.

HEIDENHEIMER, Arnold (1989). *Problems of comparing american political corruption*. In HEIDENHEIMER, A., JOHNSTON, M. e LE VINE, V. (orgs.) "Political Corruption: a Handbook". New Brunswick: Transaction Publishers.

HIGLEY, John, BURTON, Michael (2003). *Elites, classes políticas e democracia no século XXI*. In PINTO, António Costa, FREIRE, André (org.), "Elites, Sociedade e Mudança Política". Oeiras: Celta Editora.

HOBBS, Thomas (2008). *Leviatã*. São Paulo: Ed. Martin Claret.

HOLTON, Robert J. (1996). *Teoria Social Clássica*. In TURNER, Bryan S. (ed.), "Teoria Social". Alges: Difel.

HOUAISS, António, VILLAR, Mauro de Salles (2005). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates).

IYENGAR, Shanto, KINDER, Donald R. (1987). *News that matters: television and american opinion*. Chicago: University of Chicago Press.

JENSEN, Klaus Bruhn (2002). *Humanistic scholarship as qualitative science: contributions to mass communication research*, in JENSEN, Klaus Bruhn, JANKOWSKI, Nicholas W. (eds) (2002). *A Handbook of Qualitative Methodologies for Mass Communication Research*. London and New York: Routledge.

JEFFRES, Leo W. (1997). *Mass Media Effects*. Illinois: Waveland Press.

JENSSEN, Anders Todal, FLADMOE, Andun (2012). *Ten commandments for the scandalization of political opponents*. In ALLERN, Sigurd, POLLACK, Ester (eds.) (2012). "Scandalous! The mediated construction of Political Scandals in four nordic countries". Gothenburg: Nordicom.

JOHNSTON, M. (2005). *Syndromes of Corruption: Wealth, Power and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

JORGE, Henrique Machado (1993). *Metrologia, método e arte da medição*. Lisboa: IPQ e CEDINTEC.

KANNAS, Claude (dir.) (1995). *Dictionnaire de la langue française*. Paris: Larousse.

KANT, Immanuel (2008). *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

KANTOLA, Anu (2012). *Warriors for democracy: scandal as a strategic ritual of journalism*. In ALLERN, Sigurd, POLLACK, Ester (eds.) (2012). *Scandalous! The mediated construction of Political Scandals in four nordic countries*. Gothenburg: Nordicom.

KATZ, Elihu, LAZARSELD, Paul (1955). *Personal Influence*. New York: The Free Press.

KELLE, U. (2001). *Sociological Explanations between Micro and Macro and the Integration of Qualitative and Quantitative Methods*, in Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research (revista on-line): <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>.

KELLE, U., e C. ERZBERGER (2005). *Qualitative and Quantitative Methods: Not in Opposition*, In: Flick, U., E. V. Kardorff e I. Steinke (eds.), "A Companion to Qualitative Research", Sage, pp. 172-177.

- KING, Anthony (1986). *Sex, money and power*. In HODDER-WILLIAMS, R., CAESER, J. (eds) (1986). "Politics in Britain and the United States: comparative perspectives. Durham: Duke University Press.
- KRESS, G., VAN LEEUWEN, T. (1999). *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London: Routledge.
- KRESS, G., VAN LEEUWEN, T. (2001). *Multimodal Discourse: The Modes and Media of Contemporary Communication*. London: Arnold.
- KUHN, Thomas S. (1998). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- LAKOFF, George (2007). *No pienses en un elefante, lenguaje y debate político*. Editorial Complutense. Madrid.
- LAVINE H. (2010). *Political Psychology*. Vol. I: Theretical Approaches. New York: Sage.
- LAZARFELD, Paul F., BERESLSON, Bernard, GAUDET, Hazel (1944). *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press.
- LEAL, José Manuel Pires (2007). *Crime no feminino: trajetórias delinquentiais de mulheres*. Coimbra: Edições Almedina.
- LELLO, José, LELLO, Edgar (1978). *Lello Universal: dicionário enciclopédico luso-brasileiro*. Volume I. Porto: Lello e Irmão editores.
- LOBO, Marina Costa (2003). *A elite partidária em Portugal, 1976-2002: dirigentes, deputados e membros do governo*. In PINTO, António Costa, FREIRE, André (orgs.), "Elites, Sociedade e Mudança Política". Oeiras: Celta Editora.
- LÓPEZ HIDALGO, Antonio (2002). Géneros periodísticos complementarios – una aproximación crítica a los formatos del periodismo visual. Sevilla: Comunicacion Social Ediciones y Publicaciones.
- LOWI, Theodore (1988). *Forward*. In Markovits e Silverstein (eds). *The Politics of Scandal*, New York: Holmes & Meier Publishers.
- LULL, James, HINERMAN, Stephen (eds.) (1997). *Media scandals. Morality and desire in the popular culture marketplace*. Cambridge: Polity Press.

- MACHADO, José Pedro (1967). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Vol. II. 2a edição. Lisboa: Livros Horizonte.
- MACKUEN, Michael *et al.* (2007). *The third way: the theory of affective intelligence and american democracy*. In MARCUS, George E., *et al.* (eds.) "The affect effect: dynamics of emotion in political thinking and behavior". Chicago: University of Chicago Press, pp. 124-151.
- MAIA, António João (2006) *Representações sociais da corrupção em Portugal – contributo para o seu conhecimento*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas.
- MAIA, António João (2011). *O discurso social sobre o problema da corrupção em Portugal*. Lisboa: Edições Húmus.
- MAIA, António João, BORGES, Hermenegildo (2014). *Prevenir e Reprimir a corrupção política em Portugal - evolução do quadro legal*. In CUNHA, Isabel Ferin, SERRANO, Estrela (coords.). "Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais". Lisboa: Alêtheia Editores.
- MARCUS, George E. (2013). *Political Psychology - neuroscience, genetics, and politics*. New York: Oxford University Press.
- MARKOVITS, Andrei S., SILVERSTEIN, Mark (eds.) (1988). *The Politics of scandal: power and process in liberal democracies*. New York: Holmes & Meier.
- MAXWELL, J. (2005). *Qualitative Research Design: Interactive Approach*, Thousand Oaks, London: Sage.
- MAXWELL, Kenneth (1999). *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa: Ed. Presença.
- MAZZOLENI, Gianpietro. (2010). *La comunicación política*. Madrid: Alianza Editorial.
- MCCOMBS, Maxwell E. (2004). *Setting the agenda: the mass media and public opinion*. Cambridge: Polity Press.
- MEDITSCH, Eduardo (2008). *O jornalismo como forma de conhecimento: uma abordagem qualitativa*. In MELO, José Marques de, *et al.* (2008). "Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa. Perspetivas luso-brasileiras". Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 7-11.
- MELO, Afonso (2010). *Apito Dourado – as entranhas do polvo*. Lisboa: Zebra Publicações.
- MERRIL, John C., BARNEY, Ralph D. (1981). *La prensa y la ética*. Univ. de Buenos Aires.

MESQUITA, Mário (1996). *Os Meios de Comunicação Social*, in: REIS, António (coord.). "Portugal 20 anos de democracia". Lisboa: Temas e Debates: pp. 360-396.

MESQUITA, Mário (1998). *O jornalismo em análise*. Coimbra: MinervaCoimbra.

MESQUITA, Nuno Coimbra, MOISÉS, José Álvaro, RICO Bruno (2014). *As diferentes dinâmicas da corrupção: mídia, percepção e instituições no contexto brasileiro*. In CUNHA, Isabel Ferin, SERRANO, Estrela (coords.). "Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais". Lisboa: Alêtheia Editores.

MICHELS, Roberto (2001): *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna: investigação sobre as tendências oligárquicas na vida dos agrupamentos políticos*. Lisboa: Antígona.

MILLS, C. Wright (1981): *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MOISÉS, José Álvaro (org.) (2010). *Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira*. In MOISÉS, José Álvaro (org.). "Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?". São Paulo: Edusp.

MOLOTCH, Harvey, LESTER, Marilyn (1999). *As notícias como procedimento intencional acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos*. In TRAQUINA, Nelson (org) (1999): "Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'", Lisboa: Vega.

MORGADO, M. J., VEGAR, J. (2003). *Fraude e corrupção em Portugal: o inimigo sem rosto*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth (1980). *The spiral of silence. Public Opinion – our social skin*. Chicago: The University of Chicago Press.

NORD, Lars, ENLI, Gunn, STÚR, Elisabeth (2012). *Pundits and political scandals. A study of political commentators in Norway and Sweden*. In ALLERN, Sigurd, POLLACK, Ester (eds.) (2012). "Scandalous! The mediated construction of Political Scandals in four nordic countries". Gothenburg: Nordicom.

NORRIS, Pippa (org.) (1997): *Passage to power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.

NORRIS, Pippa, KERN, Montague, JUST, Marion (2003). *Framing Terrorism: the news media, the Government and the public*. Psychology Press.

- NORRIS, Pippa (ed.) (2010): *Public Sentinel: News Media & Governance Reform*. Washington DC: The World Bank
- OLIVEIRA, Leonel (dir.) (1987). *Nova Enciclopédia Larousse*. Vol. 9. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PAIXÃO, Bruno (2010). *O Escândalo Político em Portugal: 1991-1993 e 2002-2004*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- PAIXÃO, Bruno (2014). *A objetividade na cobertura do escândalo político. e os novos propósitos de uma subjetividade objetivante*. In CUNHA, Isabel Ferin, SERRANO, Estrela (coords.). "Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais". Lisboa: Alêtheia Editores.
- PATTERSON, Thomas E. (2002). *The Vanishing Voter: Public Involvement in an Age of Uncertainty*. New York: Knopf.
- PATTON, Michael Q. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods*, Newbury Park: Sage Publications.
- PEDRO, Edmundo (2012). *Memórias: um combate pela liberdade. III Volume*. Lisboa: Âncora.
- PELTZER, Gonzalo (1991). *Jornalismo Iconográfico*. Lisboa: Planeta.
- PEREIRA, Merval (2013). *Mensalão: o dia a dia do mais importante julgamento da história política do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- PINA, Sara (2000). *A deontologia dos jornalistas portugueses*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- PINTO, Rui Costa (2003). *O caso Universidade Moderna*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- PUJAS, Véronique (1999). *Les scandales politiques en France, en Italie et en Espagne: constructions, usages et conflits de légitimité*. Florence: European University Institute.
- QUEIRÓS, Eugénio (2008). *Apito Dourado. Toda a história*. Lisboa: Record.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RAGIN, Charles (1994). *Constructing Social Research*. Cap. 2. Pine Forge Press.
- RAMONET, Ignacio (1999). *A tirania da Comunicação*. Porto: Campo de Letras.
- REBELO, José (2000). *O discurso do jornal – o como e o porquê*. Lisboa: Notícias Editorial.

- REZOLA, Maria Inácia (2006). *António de Spínola*. Lisboa: Museu da Presidência da República.
- RIBEIRO, Susana Almeida (2008). *Infografia de imprensa. História e análise ibérica comparada*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- RIBEIRO, Vasco (2015). *Os Bastidores do Poder*. Coimbra: Almedina.
- RIEFFEL, Rémy (2003). *Os Media e a Vida Política*. Sociologia dos Media. Porto: Porto Editora.
- ROSE-ACKERMAN, Susan (1999). *Corrupção e governo*. Editorial Prefácio.
- SAHLINS, Marshall (1985). *Islands of History*. Chicago: University of Chicago Press.
- SAJÓ A. (2002). *Clientelism and extortion: corruption in transition*. In KOTKIN, S. e SAJÓ, A. "Political corruption in transition: A sceptic's handbook". Budapest: Central European University Press.
- SAMPAIO, Gustavo (2013). *Os privilegiados*. Lisboa: A esfera dos livros.
- SÁNCHEZ, Fernando Jiménez (1994). *La batalla por la opinión pública en el escándalo político. Estudio de un caso en la España contemporánea*. Estudio/Working Paper.
- SÁNCHEZ, Fernando Jiménez (1997): *Posibilidades y límites del escándalo político como una forma de control social*. In: LAPORTA, Francisco J., ÁLVAREZ, Silvina (eds.), "La corrupción política". Madrid: Alianza Editorial.
- SANCHO, Valero (2001). *La infografía: técnicas, análisis y usos periodísticos*. València, Universitat de València; Castello de Olana, Publicacions de La Universitat Jaume I, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, Bellaterra, Universitat Autònoma de Barcelona, Servei Publicacions.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Ed. Afrontamento.
- SANTOS, José Rodrigues dos (2002). *A Verdade da Guerra*. Lisboa: Gradiva.
- SAPERAS, Enric (1987). *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*. Porto: Ed. Asa.
- SARAIVA, José António (2007). *Política à Portuguesa*. Lisboa: Oficina do Livro.
- SOUSA, Jorge Pedro (2000). *As Notícias e os Seus Efeitos*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- SOUSA, Luís de, TRIÃES, João (2008). *Corrupção e os portugueses - Atitudes, Práticas e Valores*. Lisboa: RCP Edições.

- SOUSA, Luís de (2011). *Corrupção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- SCHMITT, Carl (1992): *O conceito do político*. Petropolis: Vozes.
- SCHMITTER, Philip (1999). *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: ICS.
- SERRANO, Estrela (2006a). *Jornalismo Político em Portugal. A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*. Lisboa: Edições Colibri / IPL.
- SERRANO, Estrela (2006b). *Para compreender o jornalismo*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- SERRANO, Estrela (2014). *A corrupção política vista através das redes sociais: metodologias para o estudo de conteúdo web*. In CUNHA, Isabel Ferin, SERRANO, Estrela (coord.). "Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais". Lisboa: Aletheia Editores. Pp. 493-521.
- SHERMAN, Lawrence (1978). *Scandal and Reform: Controlling Police Corruption*. Berkeley: University of California Press.
- SILVA, Deonísio (2002). *A vida íntima das palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Arx.
- SILVERMAN, Seale (2004). *Research and social theory*. SAGE.
- SILVERSTONE, Roger (1999). *Why Study the Media?* Londres: SAGE.
- SOBRAL, Fernando (2009). *Os anos de Sócrates – o grande jogo da política portuguesa*. Lisboa: Bertrand Editora.
- SOBRINHO, Carlos (2010). *Escândalos Políticos, Identidade Profissional e Jornalismo: Uma perspetiva histórica*. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.
- SOUSA, Jorge Pedro (2010). *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- SOUSA, Pedro Diniz (2003). *A dramatização na imprensa do "PREC"*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- SWANSON, David L. (1995). *El campo de comunicación política. La democracia centrada en los medios*. In MUÑOZ-ALONSO, Alejandro, ROSPIR, Juan Ignacio. "Comunicación política". Madrid. Editorial Universitas. P. 3-24.

- THOMPSON, John B. (1998). *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- THOMPSON, John B. (2002). *O escândalo Político. Poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- TOMÉ, J. B. (1991). *Portugal e a Europa no mercado mundial da Qualidade*". Lisboa: APQ.
- TRAQUINA, Néelson (1999). *As notícias*. In TRAQUINA, Nelson (org) (1999): "Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'", Lisboa: Veja, pp. 167-176.
- TRAQUINA, Néelson (2004). *Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são?* Florianópolis: Insular.
- TUCHMAN, Gaye (1978). *Making News: A Study in the Construction of Reality*. New York: Free Press.
- VARELA, Raquel (2002). *Conflito ou coesão social? Apontamentos sobre história e memória da revolução dos cravos (1974-1975)*. In VARELA, Raquel (coord.), "Revolução ou Transição: história e memória da Revolução dos Cravos". Lisboa: Bertrand Editora.
- VIEIRA, Joaquim (2004). *Fotobiografias do Século XX - António de Spínola*. Lisboa: Temas e Debates.
- VIEIRA, Padre António (2007). *Sermão do bom ladrão*. Lisboa: Editorial Nova Ática.
- VILLA, Marcos António (2014). *Um país partido - 2014: a eleição mais suja da história*. São Paulo: Leya.
- VOLKOFF, Vladimir (2000). *Pequena história da desinformação: do cavalo de Troia à Internet*. Lisboa: Editorial Notícias.
- WASBURN, Philo C. (2002). *The Social Construction of International News: We're talking About Them, They're Talking About Us*. Westport, CT: Praeger.
- WATTENBERG, M. P. (1994). *The decline of american political parties 1952-1992*. Cambridge, MA. Harvard University Press.
- WEAVER, David, GRABER, Doris, MCCOMBS, Maxwell E., EYAL, Chaim (1981). *Media agenda-setting in a presidential election: issues, images and interest*. New York: Praeger.
- WEBER, Max (1968). *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

- WEBER, Max (1995). *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez.
- WEBER, Maria Helena (2004). *Imagem pública*. In: RUBIM, Albino (org.), "Comunicação e política: conceitos e abordagens". Salvador: Edufba.
- WILLIAMS, Robert (1988). *Political scandals in the USA*. Edinburgh: Keele University Press.
- WOLF, Mauro (1987). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- WOOD, James (2011). *Como funciona a ficção*. São Paulo: Cosac Naify.
- YIN, R. K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e Métodos*, Porto Alegre: Bookman.
- YSMALL, Collete (1985): *Elites et leaders*. In GRAWITZ, Madeleine, e LECA, Jean, "Traité de Science Politique - L'Action Politique", Vol. 3. Paris: PUF. Pp 603-642.
- ZELIZER, Barbie (1992). *Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago: University of Chicago Press.
- ZUCKER, Harold G. (1978). *The variable nature of news media influence*. New Brunswick: Transaction Books.

REVISTAS

- BARNETT, Steven (1990). *TV News: Up – for the Cup*. British Journalism Review. Vol. 2, n.º 1, Autumn 1990.
- BARNETT, M. L., JERMIER, J. M., y LAFFERTY, B. (2006). *Corporate Reputation: The Definitional Landscape*. Corporate Reputation Review (9, 1).
- BAUM, M. A. (2002). *Sex, lies and war: how soft news brings foreign policy to the inattentive public*. Am. Polit. Science Review. 96, pp. 91-109.
- BENNETT, W. Lance, LAWRENCE, Regina G. (1995). *News Icons and the Mainstreaming of Social Change*. Journal of Communication, núm. 45 (3), pp. 20-39.
- BHATTI, Yosef, HANSEN, Kasper M., OLSEN, Asmus Leth (2013). *Political hypocrisy: The effect of political scandals on candidate evaluations*. Macmillan Publishers Ltd. 0001-6810 Acta Politica, pp. 1-21.

CABRERA, Ana, FLORES, Teresa Mendes, MATA, Maria José (2012): *O feminino como “intruso” na política.: uma análise do contexto histórico e da representação fotorjournalística das deputadas portuguesas no parlamento paritário e nas discussões da lei da paridade*. In *Media & Jornalismo* – n.º 21. Lisboa: CIMJ.

CANEL, Maria José (1997). *La objetividad periodística en campaña electoral: las actitudes profesionales de los periodistas de TVE1 y Antena3 en las elecciones de 1996*. *Revista de Estudios de Comunicación*.

CANEL, María José (1999). *El País, El Mundo y ABC: tres manchetas, tres enfoques distintos de la realidad*. *ZER, Revista de Estudios de Comunicación*, núm. 6, pp. 23-46.

CANEL, María José , SANDERS, Karen (2005), *El poder de los medios en los escándalos políticos: la fuerza simbólica de la noticia icono*. *Anàlisi* 32, pp. 163-178.

CARMELLI, A., TISHLER, A. (2005). *Perceived Organizational Reputation and Organizational Performance: An Empirical Investigation of Industrial Enterprises*. *Corporate Reputation Review*, n.º 8.

CAPPELLA, Joseph N., JAMIESON, Kathleen Hall (1996). *News Frames. Political Cynicism and Media Cynicism*. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 546, *The Media and Politics*, SAGE, pp. 71-84.

CORREIA, João Carlos (2011). *Reflexões sobre Métodos de Pesquisa em Jornalismo e sua Articulação com a Avaliação Crítica e Normativa: uma proposta baseada em estudo de caso*. VII Congresso SOPCOM. Universidade do Porto.

COSTA, Artur Rodrigues (1989). *A liberdade de imprensa e as limitações decorrentes da sua função*. *Revista do MP*, ano 10, n.º 37.

COX, J. W., e J. HASSARD (2005). *Triangulation in Organizational Research: a Representation*, *Organization*, 12: 1, AB/INFORM Global, pp. 109-133.

CUNHA, Isabel Ferin (2015a). *Media e padrões da corrupção política: os casos Freeport e Face Oculta*. *Media & Jornalismo*, n.º 26, vol. 14, n.º 1 de 2015, pp. 45-64. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

CUNHA, Isabel Ferin (2015b). *Da "desdemocratização" da Europa: democracia, media e corrupção política*. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol.38, n.1 (2015).

- DURACH, Flávia (2010). *Blogs as Sources for Political News*. Romanian Journal of Communication and Public Relations, 3 (12), 33-46.
- EKSTROM, Mats (2000). *Information, storytelling and attractions: TV journalism in three modes of communication*. Media Culture & Society 22(4): 465-492.
- EKSTROM, Mats, JOHANSSON, Bengt (2008). *Talk scandals*. Sage Publications. 30(1): 61-79.
- ERBRING, Lutz, GOLDENBERG, Edie N., MILLER, Arthur H. (1980). *Front page news and real world cues: another look at agenda-setting by the media*. American Journal of Political Science, vol. 24 (I), pp. 16-49.
- ESSER, Frank, HARTUNG, Uwe. (2004). *Nazis, pollution, and no sex: political scandals as a reflection of political culture in Germany*. The American Behavioral Scientist 47 (8): 1040-1071.
- FENTON, Natalie (2010). *New media, Journalism and Democracy: Figments of a neo-liberal imagination?* Media & Jornalismo, n.º 17 (9/2): 41-52.
- FIELDING, N., e M. Schreier (2001). *Introduction: On the Compatibility between Qualitative and Quantitative Research Methods*, Forum Qualitative Sozialforschung: Qualitative Social Research (revista on-line), 2:1.
- FISCHLE, Mark (2000). *Mass Response to the Lewinsky Scandal: Motivated Reasoning or Bayesian Updating*. Political Psychology, Vol. 21, No 1, pp. 135-159.
- FUNK, Carolyn (1996). *The Impact of Scandal on Candidate Evaluations: An Experimental Test of the Role of Candidate Traits*. Political Behavior 18/1.
- GLASSER, T.L. (1984). *Objectivity precludes responsibility*. The Quill. February, pp. 120-135.
- GOTSI, M., WILSON, A. (2001). *Corporate reputation: seeking a definition*. Corporate Communications. Bradford,. Vol. 6, Iss. 1.
- GRABER, Doris (2004). *Mediated politics and citizenship in the twenty-first century*, Annu. Rev. Psychol. 55, pp. 545–571.
- HOLMES, Marcus (2013). *The Force of Face-to-Face Diplomacy: Mirror Neurons and the Problem of Intentions*. International Organization, Vol. 67, Issue 4, October 2013, pp. 829-861.

JOHNSON, T.J., KAYNE, B.K. (2004). *Wag the Blog: How Reliance on Traditional Media and the Internet Influence Credibility Perceptions of Weblogs among Blog Users*. Journalism and Mass Communication Quarterly 81(3), pp. 622-42.

KAHN, Kim Fridkin, KENNEY, Patrick J. (2002). *The slant of the news: how editorial endorsements influence campaign coverage and citizens views of candidates*. American Political Science Review, 96, pp. 381-394.

KANTOLA, Anu, VESA, Juho (2013). *Mediated scandals as social dramas: transforming the moral order in Finland*. Acta Sociológica 56 (4), SAGE, pp. 295-308.

LULL, James, HINERMAN, Stephen (1999). *En búsqueda del escándalo*. Estudios sobre las Culturas Contemporaneas. Diciembre, año/Vol. V, 010. Univ. de Colima, México, pp. 61-93.

MAIA, António João (2015). *A corrupção em Portugal – abordagens distintas de um mesmo objeto*. Media & Jornalismo, n.º 26, vol. 14, n.º 1 de 2015, pp. 77-90. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

MCCOMBS, Maxwell E., SHAW, Donald L. (1972). *The agenda-setting function of the mass media*. Public Opinion Quarterly, vol. 36 (2), pp. 176-187.

MACDONALD, Donald, (1971). *Es posible la objetividad?*. The Center Magazine. Vol. IV, n.º 5, set/out.

MANCINI, Paolo (1993). *Between trust and suspicion: how political journalists solve the dilemma*. European Journal of Communication, 8: 33-51.

MANCUSO, M. (1993). *The ethical attitudes of british MPs: a typology*. Parliamentary Affairs, 46 (2): 179-191.

MARTINS, Carla (2012): *O género na Assembleia da República em 36 anos de democracia: parlamento mais paritário mas ainda um "clube masculino"*. In Media & Jornalismo – n.º 21. Lisboa: CIMJ.

MCCOMBS, Maxwell E., Shaw, Donald L. (1993). *The evolution of agenda-setting: twenty five years in the marketplace of ideas*. Journal of Communication, vol. 43 (2), pp. 58-68.

MÉNY, Yves (1996). *'Fin de siècle' corruption: change, crisis and shifting values*. Internacional Social Science Journal, n.º 149, pp. 309-320.

- MESQUITA, Mário (2000). *Em louvor da santa objectividade*, JJ n.º 1, jan-mar, pp. 22-27.
- MIGUEL, Luís Felipe (2008). *A mídia e o declínio da confiança na política*. Sociologias, Porto Alegre, ano 10, n.º 19, jan/jun, pp. 250-273.
- MOLOTCH, Harvey e LESTER, Marilyn (1974). *News as purposive behavior, on a strategic use of routine events, accidents and scandals*. American Sociological Review, 39 (1): 118-138.
- NIVEN, David (2001). *Bias in the news partisanship and negativity in media coverage of Presidents George Bush and Bill Clinton*. The International Journal of Press/Politics, 6(3), Jun 2001, pp. 31-46.
- PAIXÃO, Bruno (2015). Regalias e Proveitos dos políticos como instigadores da perceção do escândalo. Media & Jornalismo, n.º 26, vol. 14, n.º 1 de 2015, pp. 133-147. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- PATTERSON, T. E. (2003a). *Tendências do jornalismo contemporâneo: estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a democracia?*. Media & Jornalismo, n.º 2, Lisboa: CIMJ, pp. 19-47.
- PATTERSON, T. E. (2003b). *Diminishing Returns: a comparison of the 1968 and 2000 election electoral night broadcasts*. The Joan Shorenstein Center, John F. Kennedy School of Government, Harvard University, Research Paper RWP03-50, December 2003.
- PAUL, J. (1996). *Between-method triangulation in organizational diagnosis*. International Journal of Organizational Diagnosis, n.º 4, pp. 135-153.
- PINTO, António Costa (2008). *Political purges and state crisis in Portugal's transition to democracy 1976-76*. Journal of Contemporary History, LA- London, Sage Publications, Vol. 43 (2), 2008, pp. 305-332.
- PINTO, António Marinho (2002). *Os tribunais e os órgãos de comunicação social*. Boletim da Ordem dos Advogados, n.º 20, maio-junho de 2002.
- REISS, A.J. (1988). *Co-offending and criminal careers*. In TONRY, M., MORRIS, N. (eds.), "Crime and Justice". Review of Research, vol. 10, 117-170. Chicago: University of Chicago Press.
- ROSEN, Jay (2000). *Para além da objectividade*, Revista de Comunicação e Linguagens ("Jornalismo 2000"), n.º 27, (139-150), Lisboa, Relógio d'Água.

- SÁNCHEZ, Fernando Jiménez (2004). *The politics of scandals in Spain: morality plays, social trust and the battle for public opinion*. *American Behavioral Scientist* 47(8), pp. 1099-1121.
- SARTORI, G. (1989). *Videopolitica*. *Revista Italiana di Scienza Politica*, 19 (2): 185-198.
- SCHEUFELE, Dietram A. (2000). *Agenda-setting, Priming and Framing revisited: another look at cognitive effects of political communication*. *Mass Communication & Society*, vol.3 (2-3), pp. 297-316.
- SCHUDSON, Michael (1995). *How News Becomes News*. *Media Critic*, núm. 2, 4, pp. 76-85.
- SCHUDSON, Michael (2004). *Notes on Scandal and the Watergate Legacy*. *American Behavioral Scientist* 47(9), pp. 1231-1238.
- SERRANO, Estrela (2005). *A campanha eleitoral de 2001 na televisão, revisitada: análise comparada do serviço público e dos canais privados*. *Media&Jornalismo*, n.º 7, ano 4, pp. 59-78.
- SHLEIFER, Andrei, VISHNY, Robert (1993). *Corruption*. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. CVIII, n.º 3.
- SILVERSTEIN, Mark (2001). *The Clinton scandal and the future of american politics*. *American Political Science Review*, june 2001.
- SOUSA, Luís de, e TRIÃES, JOÃO (2007). *Corrupção e Ética em Democracia: o caso de Portugal*. Lisboa: ObercomBrief.
- TIPTON, Leonard, HANEY, Roger D., BASEHEART, John E. (1975). *Agenda-setting in city and state election campaigns*. *Journalism Quarterly*, vol. 52, pp.15-22.
- THOMPSON, John B. (2005). *The New Visibility*. *Theory Culture Society* 2005; 22;31. SAGE.
- THOMPSON, John B. (2011). *Shifting Boundaries of Public and Private Life*. *Theory Culture Society* 2011, SAGE Publications, pp. 28: 49.
- TUCHMAN, Gaye (1972). *Objectivity Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity*, *American Journal of Sociology*. 77: 4.
- WALKER, K. (2010). *A Systematic Review of the Corporate Reputation Literature: Definition, Measurement and Theory*. *Corporate Reputation Review*, n.º 12.
- ZALLER, John (2003). *A new standard of news quality: burglar alarms for the monitorial citizen*. *Political Communication*, Vol. 20, Issue 2, pp. 109-130.

ACESSOS NA WEB

CANAVILHAS, João (2009). *A comunicação política na era da Internet*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, acessado em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-comunicacao-politica-na-era-da-internet.pdf>, em 24 de outubro de 2014.

HERMANN, Margaret G. (2002). *Assessing leadership style: a trait analysis*. Social Science Automation. Acessado em <http://socialscience.net/docs/lta.pdf>, em 30 de outubro de 2014.

LIMA, Venício A. (2005). *A opinião privada tornada pública*. Observatório da Imprensa, em 16/08/2005 na edição 342 acessado em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-opinio-privada-tornada-publica>, em 24 de outubro de 2014.

MAIA, A.J. (2002). *Os números da corrupção em Portugal*. In http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/Os_Numeros_da_Corruptao_em_Portugal.pdf, acessado em 18 de abril de 2015.

MAIA, A.J. (2008). *Contributo para a caracterização da corrupção em Portugal*. In http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/contributo_para_a_caracterizacao_da_corruptao_em_portugal.pdf, acessado em 17 de abril de 2015.

MAIA, A.J. (2010). *Corrupção, realidade e percepções - o papel da imprensa*. In http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/corruptao-realidade_e_percepcoes.pdf, acessado em 28 de abril de 2015.

SERRA, Paulo (2009). *Os Blogs e a Questão do Agendamento*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, acessado em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-serra2-blogs.pdf>, em 22 de outubro de 2014.

SERRANO, Estrela (1999). *Jornalismo e Elites do Poder*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, acessado em <http://bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.html>, acessado em 9 de janeiro de 2015.

YANKOVA, Gergana (2005). *Political accountability and media scandals: a comparative exploration*. In http://epa.oszk.hu/02300/02341/00003/pdf/EPA02341_ceu_2006_03_50-71.pdf, acessado em 4 de fevereiro de 2015.

COMUNICAÇÕES

ANDÉN-PAPADOPOULOS, Kari, WIDESTEDT, Kristina (2006). *The Mediated Visibility of Political Scandal: How a crayfish party turned a Swedish minister into a poodle*. Comunicação apresentada no International Communication Association Conference, em Dresden.

MORCHÓN, David Redoli (2014). *La reputación de las organizaciones públicas: el caso del Consejo de Seguridad Nuclear (CSN), organismo regulador español*. Artigo apresentado no III Congreso Internacional en Comunicación Política y Estrategias de Campaña, em Santiago de Compostela, Septiembre 2014. Em <http://www.alicecomunicacionpolitica.com/files/ponencias/464-F541698f74641410767095-ponencia-1.pdf>, acessado em 18set2014.

SILVA, Vevila Junqueira (2007). *O mensalão inserido na teoria dos escândalos político midiáticos de Thompson*. Acessado em <http://www4.faac.unesp.br/publicacoes/anais-comunicacao/textos/22.pdf>, em 24 de outubro de 2014.

SOUSA, Américo (2006). *Pode o jornalismo ser isento e rigoroso?* Comunicação apresentada ao LUSOCOM 2006 - VII Congresso Lusófono de Ciências da Comunicação, na Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade de Santiago de Compostela, em 22 de Abril 2006.

TAS, Oguzhan (out. 2013). *Moral politics of journalism in Turkey: making of scandals and journalistic responsibility in the age of media(ted) politics*. Athens (Greece): Atiner's Conference, Athens Institute for Education and Research.

TESES

CARDOSO, Ana Sofia (2008). *Os Novos Media, a blogosfera e algumas hipóteses sobre a agenda-setting*. Tese de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

FIDALGO, Joaquim (2006). *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*. Tese de doutoramento defendida na Universidade do Minho. In http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6011/3/JFIDALGO_2006_Tese_Doutoramento.pdf.

LEAL, José Manuel Pires (2010). *Género e trajetórias criminais – contributos para a criminologia desenvolvimental*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto. In <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63898/2/Gnero%20e%20Trajetrias%20Criminais%20%20COM%20CAPA.pdf>, acessada em 23 de junho de 2015.

VI. SIGLAS UTILIZADAS

CEE	Comunidade Económica Europeia
CDS-PP	Centro Democrático e Social – Partido Popular
CDU	Coligação Democrática Unitária
DCIAP	Departamento Central de Investigação e Ação Penal
DGS	Direção Geral de Segurança (polícia política portuguesa entre 1969-1974)
DIAP	Departamento de Investigação e Ação Penal
EIM	Escala de Intensidade Mediática
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social Europeu
IFADAP	Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas
IMR	Índice de Reputação Mediática
MDLP	Movimento Democrático de Libertação de Portugal
MP	Ministério Público
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PCP	Partido Comunista Português
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Polícia Judiciária
PRD	Partido Renovador Democrático
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
SIED	Serviços de Informações Estratégicas de Defesa
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
UE	União Europeia
UGT	União Geral de Trabalhadores